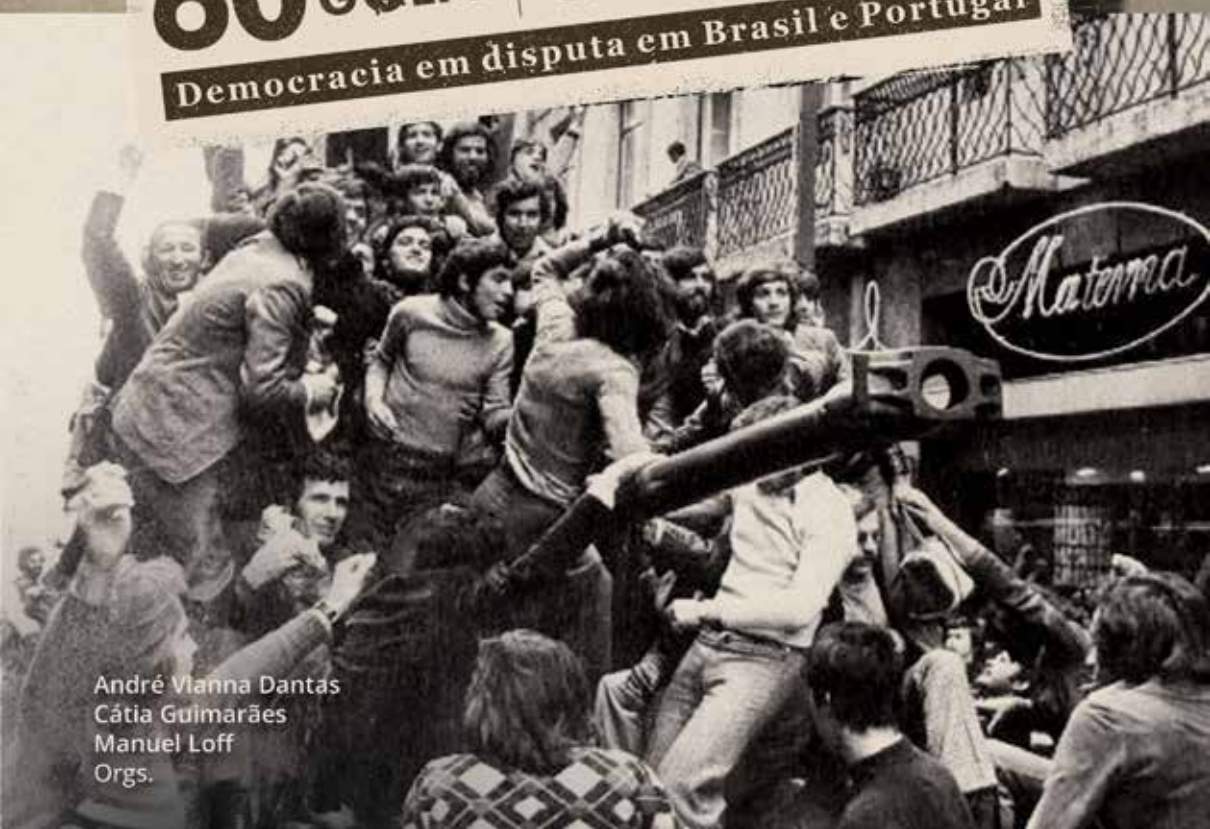


60 ANOS DO GOLPE | 50 ANOS DA REVOLUÇÃO

Democracia em disputa em Brasil e Portugal



André Vianna Dantas
Cátia Guimarães
Manuel Loff
Orgs.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Presidente

Mario Moreira

ESCOLA POLITÉCNICA DE
SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO

Diretora

Anamaria D'Andrea Corbo

**Vice-Diretora de Ensino
e Informação**

Marcia Valéria Guimarães
Cardoso Morosini

**Vice-Diretora de Pesquisa e
Desenvolvimento Tecnológico**

Angélica Fonseca

**Coletivo de Gestão e
Desenvolvimento Institucional**

Adriana da Silva Ricão
Alexandre Moreno Azevedo
Geandro Ferreira Pinheiro

Conselho de Política Editorial

Amanda de Lucas Xavier Martins
Ana Cristina Gonçalves Vaz Dos Reis
Cláudio Gomes Ribeiro

Daniel Santos Souza
(coordenador adjunto)
Erica da Silva Souza Lopes
Gilcilene de Oliveira D. Barão
José Victor Regada Luiz
Luíz Mauricio Baldacci (coordenador)
Marcela Pronko
Maria Teresa Cavalcanti de Oliveira
Paulo Cesar e Castro Ribeiro

CRÉDITOS

Projeto Gráfico e Capa

José Luiz Fonseca Jr.

Diagramação

José Luiz Fonseca Jr.
Maycon Gomes

Fotos da Capa

Manifestação estudantil contra a
Ditadura Militar - Fonte: Arquivo
Nacional (Fundo do Correio da
Manhã)

Populares em festa num carro
de combate em Lisboa, durante
a Revolução dos Cravos - Fonte:
Centro de Documentação 25 de Abril

EDITORA EXPRESSÃO
POPULAR LTDA.

Alameda Nothmann, 806
Sala 06 e 08, Térreo,
Complemento 816
01216-001 - Campos Elíseos - SP
www.expressaopopular.com.br

ESCOLA POLITÉCNICA DE
SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
Av. Brasil - 4365 - Manguinhos - Rio
de Janeiro - RJ - CEP 21040-360
www.epsjv.fiocruz.br

60 ANOS DO GOLPE | 50 ANOS DA REVOLUÇÃO

Democracia em disputa em Brasil e Portugal

Organizadores

André Vianna Dantas

Cátia Guimarães

Manuel Loff

Rio de Janeiro
2025

expressão
POPULAR



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

 FIOCRUZ

Copyright © 2025 dos autores.



“Atribuição não comercial (CC BY-NC): Essa licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir da obra para fins não comerciais, e, embora obras derivadas tenham de atribuir o devido crédito de autoria e não possam ser usadas para fins comerciais, os usuários não são obrigados a licenciar as obras derivadas sob os mesmos termos.” Licença disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt-br>.

Direitos desta edição reservados à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/ Fundação Oswaldo Cruz, nos termos da licença Creative Commons aqui utilizada e em consonância com Política de Acesso Aberto ao Conhecimento na Fiocruz, disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/portaria_-_politica_de_acesso_aberto_ao_conhecimento_na_fiocruz.pdf.

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.

Catálogo na Fonte

Fundação Oswaldo Cruz

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Biblioteca Emília Bustamante

Marluce Antelo CRB-7 5234 / Renata Azeredo CRB-7 5207

S493 60 anos do golpe, 50 anos da revolução: democracia em disputa em Brasil e Portugal / Organização de André Vianna Dantas, Cátia Guimarães e Manuel Loff. - Rio de Janeiro: EPSJV; Expressão Popular, 2025.
483 p.

ISBN: 978-85-5457-025-5

ISBN: 978-65-5891-184-5

1. Democracia. 2. Golpe – Revolução. 3. Políticas Públicas. I. Dantas, André Vianna (Org.). II. Guimarães, Cátia (Org.). III. Loff, Manuel (Org.)

CDD 981.063

O que chamamos democracia começa
a assemelhar-se tristemente ao pano
solene que cobre a urna onde já está
apodrecendo o cadáver. Reinventemos,
pois, a democracia antes que seja
demasiado tarde.

José Saramago

PREFÁCIO

José Paulo Netto*

A lembrança do passado pode dar surgimento
a perigosas introspecções e a sociedade
estabelecida parece apreensiva com os
conteúdos subversivos da memória.

Herbert Marcuse¹

Tal pai, tal filho.

Jorge de Sena²

Os 12 ensaios reunidos no volume que agora se entrega ao público leitor brasileiro e português constituem uma obra primorosa, produzida por 14 pesquisadores (oito homens e seis mulheres). Ela foi projetada com o objetivo de apreender criticamente a particular processualidade das lutas democráticas em nossos dois países, marcando a passagem dos 60 anos do golpe civil-militar do 1º de abril de 1964, que instaurou no Brasil a ditadura reacionária transformada em dezembro de 1968 em regime militar-fascista, e dos 50 anos da derrocada do salazarismo, que se abriu, no 25 de abril de 1974, com um movimento militar logo tornado irrupção revolucionária. Nas páginas deste “60 anos do golpe, 50 anos da

* Professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e escritor.

¹ Herbert Marcuse, *A ideologia da sociedade industrial* [título brasileiro de *One-Dimensional Man. Studies in the Ideology of Advanced Industrial Society*, publicado em 1964]. Rio de Janeiro: Zahar, 1969, p. 104. Convém lembrar que Leonardo Boff, destacada personalidade da Teologia da Libertação, afirmou, não há muito, que “*a memória é subversiva*” – segundo Eric Nepomuceno, em *A memória de todos nós*. Rio de Janeiro: Record 2015.

² Jorge de Sena, *Sequências*. Lisboa: Moraes, 1980, p. 42 – esta irônica (e amarga) notação do poeta sobre a relação Portugal-Brasil, país que foi a primeira escala do seu longo exílio, registra-se sob o título *Em louvor do Brasil*.

Revolução: democracia em disputa em Brasil e Portugal”, constata-se que o objetivo do projeto foi integralmente alcançado – e mais: alcançado com êxito.

Organizado e redigido por qualificados acadêmicos e acadêmicas de Portugal e do Brasil, este livro colige ensaios que, preparados especialmente para esta publicação, apoiam-se em rigorosas investigações realizadas pelos seus autores e autoras, personalidades vinculadas a instituições universitárias dos dois países. Todavia, o conjunto destes textos está por inteiro divorciado de qualquer academicismo elitista e aristocrático: é obra de intelectuais, de diversas áreas do conhecimento, que não habitam o mundo ‘puro’ das capelinhas doutorais, nichos protegidos pelo manto diáfano da ‘neutralidade’ – véu garantidor do relativismo e da pseudo-objetividade que desoneram acadêmicos e acadêmicas de explícitas tomadas de posição diante de problemáticas históricas, econômico-políticas, sociais e culturais. Os signatários deste livro são gente (ou, como ainda se dizia na Lisboa dos tempos do meu exílio, mas sem qualquer conotação pejorativa, são da *malta*) que dispõe de coragem.

A organização e a redação deste livro couberam a sujeitos de vocação pública, imersos nas lutas que tensionam contemporaneamente as suas sociedades; todos provindos de variados segmentos das esquerdas portuguesa e brasileira, são pesquisadores e pesquisadoras que exercitam com autonomia o ofício de pensar, mas que operam também como ativistas de movimentos que transcendem os muros cerrados das academias. Os autores, eles e elas, compreendem a produção do conhecimento como resultante de esforços coletivos a serviço da transformação do mundo em favor de uma sociabilidade emancipada. Um conhecimento teórico-científico rigoroso, nada doutrinário, antes aberto, polêmico e problematizante – conhecimento que, certa feita, o hoje tão pouco lembrado (que lástima este olvido!) Henri Lefebvre caracterizou como “produto da ironia e da contestação”.

Os conteúdos deste livro, entretanto, vão muito além da ironia e da contestação. O resgate das experiências e das lutas pela democracia em Portugal e no Brasil opera-se nesta obra numa modalidade crítica e analítica que disseca, com invulgares precisão e competência, a história sociopolítica e econômica dos dois países, sobretudo a partir do último

terço do século XX. Autores e autoras, nestas páginas, reexaminam, com originalidade, aquelas experiências e lutas num movimento de explicação-compreensão, centrando a sua atenção nos dilemas e nas questões contemporâneas (e o fazem sem diluir as suas particularidades e sem descair em anacronismos). Nos ensaios aqui dados a público, o objeto central – explícito ou tácito – é o *hic et nunc*, o presente. E de um modo e com uma força tais que sou obrigado a confessar: quando me foram disponibilizadas estas páginas, ocorreu-me de imediato a impressão de que todos os autores e autoras haviam conhecido a lição de um dos nossos poetas maiores, senão o maior: “O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente”³.

Porém, atente-se: tomar *o presente como história* não significa subestimar a ponderação das hipotecas do passado sobre o presente e, menos ainda, ignorar as possibilidades alternativas que se gestavam no pretérito e não se viram objetivadas – fazê-lo seria erradicar da memória os seus componentes subversivos, como Herbert Marcuse tão bem assinalou⁴.

Tomar o presente como história é difícil e, nos dias correntes, raro empreendimento intelectual – embora há muito se saiba das suas centralidade e complexidade para a implementação desta perspectiva analítica, quando explorada por aqueles que se pretendem de alguma forma filiados à tradição crítico-dialética. Já nos anos 1920, no clássico “História e consciência de classe”, Lukács, logo no seu prefácio, advertia acerca das exigências metodológicas para dar conta dessas centralidade e complexidade⁵; décadas depois, tal advertência foi complementada por um dos mais notáveis exegetas do grande filósofo húngaro, que a acresceu

³ Carlos Drummond de Andrade, *Mãos dadas*, Poesia completa e prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977, p. 111.

⁴ Neste brevíssimo prefácio, é-me impossível referir os enfrentamentos ideológicos que se travam em nossos países tendo por objeto a memória do passado recente – mas em vários dos ensaios coligidos neste livro a questão é tematizada com propriedade. Velho estudioso da literatura, devo sugerir aos leitores e leitoras mais jovens que degustem o belo romance, de 1971, “Incidente em Antares”, de Érico Veríssimo (ed. mais recente: S. Paulo, Cia. das Letras, 2023) – Veríssimo detém-se com maestria, no específico marco da arte literária, sobre a funcionalidade do apagamento da memória (“operação borracha”) para os regimes ditatoriais.

⁵ Lukács, G. *Geschichte und Klassen Bewusstsein*. Berlin, Malik, 1923, p. 7. Há boa tradução ao português desta obra: *História e consciência de classe*. S. Paulo, WMF Martins Fontes, 2018.

com desenvolvimentos expressivos⁶. Pois bem: a mim me parece que, no livro que temos em mãos, *os cruciais desafios contidos no enfrentamento da problemática do presente como história foram exitosamente equacionados*.

Mas este êxito, a meu juízo, não deve ser creditado somente à alta qualificação dos autores e autoras dos ensaios aqui apresentados, qualificação também flagrantemente expressa na documentação e na bibliografia substanciosas e atualizadas a que recorrem. Penso que ele se sustenta também – reitero – na *coragem* dos signatários e signatárias desses textos, elaborados quando os avanços democráticos alcançados no último terço do século XX são o alvo de um assalto cujo poder destrutivo ainda não está adequadamente avaliado.

Miremos muito sumária e rapidamente o quadro político-institucional dos nossos países na primeira metade dos anos 2020 – quadro que sinaliza as mudanças societárias ocorrentes entre nós e seus rebatimentos na consciência social.

Em Portugal, através de processos eleitorais formalmente democráticos, a extrema direita mais tosca e despudorada (o partido Chega, capitaneado pelo embusteiro André Ventura) cresceu no Parlamento e as suas bandeiras mais deletérias e asquerosas são docilmente incorporadas pela direita tradicional (aglutinada sobretudo no Partido Social Democrata – não nos enganemos com o nome –, que hoje tem à sua frente o absolutamente medíocre Luís Montenegro); o Partido Socialista capitulou covardemente e a esquerda socialista séria e os comunistas viram-se isolados no plano institucional. No Brasil, também mediante um processo eleitoral formalmente democrático, elegeu-se à Presidência da República o militar Jair Bolsonaro (figura aventureira e inescrupulosa que saiu das Forças Armadas pela porta dos fundos) e, sob os seus quatro anos na proa do Executivo, suportamos o mais degradado e nefasto dos governos centrais da nossa história, padecendo com a retomada do velho mote protofascista ‘Deus, Pátria e Família’; derrotado em 2022, o capitão e sua claque apostaram num golpe de Estado que, frustrado, agora os leva à barra dos tribunais – e esses delinquentes gozam publicamente do respaldo político de... Donald Trump!

⁶ Kofler, L. *História e dialética*. Estudos sobre a metodologia da dialética marxista. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2010.

Tanto em Portugal quanto no Brasil, estamos patinando, com graus diferenciados de resiliência, numa conjuntura de profunda erosão das instituições democráticas, que tem conduzido à redução de direitos e garantias sociais conquistados a duras penas – redução que, nunca por acaso ou azar, tem para todos e todas nós resultados similares, ainda que em escala diversa (escala que nos remete às particularidades histórico-econômicas e culturais dos nossos países). A nós, portugueses e brasileiros, ademais de ameaças às nossas soberanias, óbvias nas imposições do hegemonismo belicoso das potências imperialistas (com os Estados Unidos à cabeça), acossam-nos a privatização e a deterioração dos serviços públicos, a precarização do trabalho, o agravamento de todas as desigualdades... – enfim, a coorte de sequelas que é o corolário do (mal) chamado neoliberalismo. E eis que a amarga ironia de Jorge de Sena – “tal pai, tal filho” – ganha tons de profética verdade.

Decerto que a erosão das instituições democráticas, mesmo que emergente já no último terço do século passado, adquiriu, sem sombra de dúvidas, na entrada da presente centúria, o cariz de um processo que se desenvolve em plano mundial – e, como tal, tem recebido de especialistas, nos últimos anos, cuidados que se avolumam em massa crítica considerável. Trata-se de um processo em que se conjugam dois vetores que devem ser distinguidos: por um lado, o assalto conduzido por segmentos organizados internacionalmente, que se nutrem das raízes nunca extirpadas dos nazismo e fascismo ‘clássicos’ e, por outro, a leniência, a tolerância e, no limite, a genuína cumplicidade com que forças políticas (auto)designadas democráticas e encasteladas em posições de poder comportam-se frente àquele assalto⁷. Vê-se: a erosão da democracia avança com as práticas políticas, que não dispensam até mesmo o terrorismo, desses dois vetores distintos, todavia interagentes.

Não hesito em inferir deste processo que *a ordem capitalista revela crescentemente a sua incompatibilidade com a democracia* – inferência que a alguns pode se afigurar como polêmica. Para estes, quase sempre filiados à plurissecular tradição do constitucionalismo liberal, a chancela

⁷ Essa relação entre a extrema direita nazifascista e correntes liberal-democráticas não é algo novo – sabe-se bem que ela se evidenciou na Europa Ocidental nos anos 1920/1930. O novo não está na sua relação, mas sobretudo no contexto macroscópico em que ela se desenvolve nos dias atuais.

democrática é característica dos ordenamentos político-constitucionais formais – ancorados em concepções assentadas na realização periódica de eleições, na permanência da divisão entre os ditos três poderes, na alternância governativa etc. Para as várias vertentes dessa tradição, a essência da democracia reduz-se ao nível da vida política, sem extravasar para os âmbitos econômicos e sociais. Mas é sabido que estas concepções *minimalistas* da democracia foram historicamente ultrapassadas – como resultado das lutas sociais (sejam inequívocos: *lutas de classes*) – na própria experiência de sociedades capitalistas mais avançadas: prova-o a institucionalização dos direitos sociais em Estados nos quais a dominância do capital não foi vulnerabilizada (recorde-se a conceptualização da moderna *cidadania* por um sociólogo de extração liberal, o inglês T. H. Marshall). No livro que temos à vista, é evidente que seus autores e autoras rechaçam à partida qualquer concepção minimalista de democracia; mas também é evidente que eles e elas não recorrem a qualquer utopismo futuro: oferecem, o que está longe de ser pouco, a crítica dos suportes da erosão que atualmente está corroendo a democracia que países do Ocidente já experimentaram e que, de fato, ampliou o espaço de liberdades e garantias para milhões de trabalhadores e trabalhadoras.

É de observar que os autores e as autoras dos textos contidos neste livro vocalizam gerações diferentes – uns e umas se formaram ao tempo da ditadura salazarista ou sob o regime político de exceção que o grande capital impôs ao Brasil no 1º de abril de 1964; outros e outras, mais jovens, graduaram-se posteriormente, em tempos menos desfavoráveis. E é desnecessário lembrar que as duas ditaduras perseguiram, metódica e sistematicamente, aqueles e aquelas intelectuais que se lhe opunham, da academia ou não – e muitíssimos pagaram a sua coragem intelectual e a sua altivez cívica com o cárcere, a tortura e/ou o exílio (como foi o caso, para ficar apenas com signatários deste livro, do historiador Fernando Rosas e da médica Isabel do Carmo).

Cumpre-me destacar que, não por azar, um dos aspectos mais salientes desta obra reside justamente nas dimensões históricas que nela se põem em relevo e em discussão – e os leitores e leitoras tanto mais extrairão ricos esclarecimentos dessas dimensões quanto mais

amplo for o seu próprio controle das histórias portuguesa e brasileira do último terço do século XX⁸. Compreende-se: um objeto rico (no caso, esta obra) não apenas oferece a quem o desfruta mais e novos conhecimentos e experiências culturais; esta oferta é exponenciada na escala mesma em que o sujeito que o frui (i. é, o leitor e a leitora) dispõe do domínio de determinada massa crítica. A justa apreensão da riqueza do objeto requer um sujeito igual e potencialmente rico.

Quem percorrer as páginas desta obra haverá de verificar que o seu conteúdo essencial sustenta-se na historicidade que a embasa e de que ela está saturada. O seu escopo vai além da recuperação crítica dos processos (e suas implicações) do 1964 brasileiro e do 1974 português – donde o trato crítico dos seus respectivos desenvolvimentos e da sua atualidade. Neste livro, a história tomada como processo subjaz à/conduz à análise de conjunturas bem contemporâneas: nele, autores e autoras:

* discorrem, com profundidade e argúcia, sobre a crise que envolve as instituições democráticas, bem como sobre alguns de seus arranjos econômicos, promovendo a revivescência do fascismo (o emergente *neofascismo*); cf. os textos de número 1 a 3;

* enfrentam a disputa ideopolítica tematizando com originalidade o que designam como *a batalha das ideias*; cf. os textos de número 4 a 6;

* esmeram-se na decifração do caráter das *políticas sociais* (de regulação do trabalho, de educação e de saúde) em curso nos dois países; cf. os textos de número 7 a 12.

Esta obra não faz uma arqueologia do passado – é um bem-sucedido esforço de explicação/compreensão do presente que segrega, nalguma medida, algo de prospecção do futuro. Ela comprova, mais uma vez, e de forma cabal, que a processualidade histórica não configura uma

⁸ Em Portugal como no Brasil, já se acumulou um respeitável acervo crítico referido a este período e não cabe aqui arrolar a massa documental a ele pertinente. Mas é sempre útil indicar fontes, mesmo poucas, que apresentam uma panorâmica dos processos portugueses e brasileiros mais diretamente ligados à temática específica deste livro: no tocante a Portugal, na “História de Portugal”, sob a direção de José Mattoso, leia-se o oitavo volume, redigido por José Medeiros Ferreira, “Portugal em transe (1974-1985)”. Lisboa: Estampa, 1994, 518p.; quanto ao Brasil, permito-me sugerir a leitura da minha “Pequena história da ditadura brasileira. 1964-1985”. S. Paulo, Cortez, 2ª. ed., 2014, 342p. Nestas duas fontes, em registro teórico e ideológico bem diverso, há ampla remissão à bibliografia disponível.

linha unívoca e ascendente e, ainda, demonstra a falácia de todas as hipóteses e teorias acerca do fim da história – o fim de *um* mundo não significa o fim *do* mundo: a possibilidade de um outro mundo, *nov*o e *mel*hor, permanece em aberto.

Recreio dos Bandeirantes/RJ, 10 de junho de 2025

SUMÁRIO

Prefácio | 07

José Paulo Netto

Apresentação | 17

Organizadores

PARTE I - DEMOCRACIA EM CRISE E O ASSALTO DA EXTREMA
DIREITA AO PODER

Nova extrema direita: a viragem do século XXI | 25

Fernando Rosas

O neofascismo em Portugal e no Brasil: análise em perspectiva comparada | 49

Manuel Loff, Gabriela Azevedo, Adriano Amaral

Crise, hegemonismo burguês e morte das democracias liberais | 91

Virgínia Fontes

PARTE II - DITADURA E DEMOCRACIA ONTEM E HOJE:
DISPUTA POLÍTICA E BATALHA DAS IDEIAS

Revisionismo, negacionismo e memória: a ditadura que não foi? | 139

Demian Bezerra de Melo

Golpe e Revolução: imprensa como instrumento de naturalização da democracia liberal em Brasil e Portugal | 161

Cátia Guimarães

“Jogar merda no ventilador”: desinformação e alienação no processo de degradação neoliberal da democracia | 203

Sylvia Debossan Moretzsohn

PARTE III - EXPRESSÃO DAS FORMAS DEMOCRÁTICAS NAS
POLÍTICAS SOCIAIS: TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE

O trabalho trancado na semiperiferia antes e depois de Abril | 235

Nuno Teles

As lutas da classe trabalhadora e a democracia em disputa no Brasil pós-ditadura | 269

Marcelo Badaró Mattos

Revolução na Educação: formação escolar e universitária em Portugal depois de Abril | 295

Luís Grosso Correia

Heranças da ditadura, conquistas democráticas? O longo processo de mercantilização da Educação no Brasil contemporâneo | 347

Marcela A. Pronko

Um SNS na periferia da Europa: Revolução e luta de classes | 383

Isabel do Carmo

O público e o privado na Saúde no Brasil e em Portugal: léguas a nos separar? | 431

André Vianna Dantas

Posfácio | 473

Maria Inácia Rezola

Sobre os autores | 479

APRESENTAÇÃO

Carecemos com premência da democracia.
Mas de uma democracia que não seja o
túmulo do socialismo proletário e dos sonhos
de igualdade com liberdade e felicidade dos
trabalhadores e oprimidos.

Florestan Fernandes

Como o título já anuncia, este livro foi concebido para marcar duas importantes efemérides: os 50 anos da Revolução dos Cravos, que pôs fim a quatro décadas de ditadura em Portugal, e o 60º aniversário do golpe empresarial-militar que instituiu 21 anos de ditadura no Brasil. Ambas se deram em 2024, mas, apesar do atraente apelo das ‘datas redondas’, o cuidadoso processo de elaboração desta coletânea – que reuniu artigos de 16 pesquisadores dos dois países –, fez com que o seu lançamento fosse, desde sempre, planejado para 2025. Para nós, este ano termina por realçar outros marcos cujas lembranças podem ser ainda mais relevantes e pertinentes à abordagem que orienta esta obra.

Afinal, foi em abril de 1975, portanto há exatos 50 anos, que aconteceram as primeiras eleições portuguesas (constituintes) após o fim do regime ditatorial. Ainda mais importante, em 25 de novembro daquele mesmo ano, o processo revolucionário sofreria importante refluxo, inaugurando em Portugal um período que os vencedores chamariam de “normalização democrática” e marcando a vitória das forças que defendiam a transição do país rumo à democracia liberal sobre aqueles que pretendiam avançar rumo à democracia socialista. A derrota da esquerda militar em novembro de 1975 não impediu que a Revolução prosseguisse em muitas das suas dimensões (a começar pela Reforma Agrária e a socialização das terras do Sul do país), nem impediu que na Constituição que se aprovaria meses depois, em abril de 1976, se inscrevesse como objetivo a construção de uma sociedade socialista, mas, a partir do verão de 1976, tornou-se rapidamente perceptível que o caminho seria outro.

Uma década mais tarde, em um longínquo março de 1985, do outro lado do Atlântico, tomava posse, no Brasil, o primeiro presidente civil depois de 1964. Embora os parlamentares só fossem eleitos no ano seguinte, quatro meses depois começariam também os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, arena institucional de disputa em torno das conquistas e também dos limites da Nova República, que se expressaria na chamada Constituição Cidadã de 1988.

Amplamente conhecidas em ambos os países, essas memórias são aqui destacadas porque parecem conter um certo didatismo providencial ao debate a que este livro se propõe. O ritual das eleições, como se sabe, tornou-se o principal mecanismo institucional definidor da democracia na restrita acepção liberal que se estabeleceu globalmente no pós-1945. Estratégia ideológica central durante todo o período da Guerra Fria e funcional até os dias de hoje, a ideia de ‘mundo livre’, que passaria a ser associada ao bloco ocidental capitalista, envolvia um conjunto de características entre as quais se destacava a liberdade do ‘povo’ – abstratamente concebido, sem identidade de classe – de escolher seus representantes. Assim, em um país como o Brasil, que havia passado mais de duas décadas sem que a população tivesse o direito de votar para a presidência – embora o Congresso tenha funcionado a maior parte do tempo –, o fim dos governos militares era, ao mesmo tempo, o início e o adiamento de uma nova era: encerrava-se o período formalmente reconhecido como ditadura, mas prorrogava-se por quatro anos a ausência de eleições presidenciais livres e diretas. Também em Portugal esse processo não se deu sem contradições: depois de uma longa experiência ditatorial que cassou as liberdades políticas, a realização de eleições verdadeiramente livres atendia a genuínas expectativas de setores diversos da sociedade. Porém, ainda que empreendida sob o calor de *Abril*, representou mais um passo no sentido da substituição da ‘legitimidade revolucionária’ pela ‘legitimidade eleitoral’ (democrático-liberal).

Desse trânsito entre passado e presente, apreendemos algumas perguntas centrais: que democracia resultou de processos tão distintos? Que diferenças essenciais as formas de democratização – revolucionária, em Portugal, negociada pelo alto, no Brasil – instituíram no ordenamento jurídico, no desenho dos direitos

políticos, na garantia de políticas públicas, na estrutura econômica e no desenvolvimento das lutas populares em ambas as sociedades? Por outro lado, como as limitações ‘estruturais’ da institucionalidade liberal em que se inseriram e a ‘conjuntura’ de crescente hegemonia do capitalismo neoliberal determinaram e aproximaram a experiência democrática dos dois países? Com trabalhos focados nas realidades portuguesa e brasileira ou com análises comparativas, a resposta a essas questões foi, de certo modo, o desafio proposto aos autores desta coletânea, com o objetivo de promover um debate que permitisse adjetivar, qualificar, dar conteúdo à forma da democracia real e concreta, que é resultado, ao mesmo tempo, de conquistas e derrotas que expressam as lutas de classes do final do século XX e das primeiras décadas do século XXI nessas sociedades. A chamada ‘crise das democracias’, que em verdade parece marcar o fim do ciclo histórico aberto desde o fim da Segunda Guerra Mundial, é o chão comum em que se encontram Brasil e Portugal, a nos exigir análise cuidadosa.

Dessa forma, outro traço definidor da unidade que alinhava os textos aqui presentes é a recusa à dicotomia maniqueísta entre a adesão acrítica e a pura negação da democracia liberal vigente, posto que, se de um lado a armadilha é tomar como verdade que a sua defesa é a única forma possível de contenção do avanço da extrema direita, noutra ponta, o resultado é o descolamento da realidade que o sectarismo costuma produzir, despejando a criança junto com a água da bacia (ou seja: desvalorizando conquistas parciais dos trabalhadores que a democracia formal pode comportar, em que pese os seus sabidos limites). Não por acaso, este esforço coletivo de reflexão pretende, ainda que modestamente, contribuir com o enfrentamento da contemporânea crise estratégica, tática, teórica e organizativa da classe trabalhadora. Para tanto, é na tradição marxista e na teoria crítica que os autores convidados encontram suas referências para o debate que propõem. Isso porque é cada vez mais necessário e urgente revelar o caráter ideológico – no sentido negativo que Marx e Engels¹ emprestam ao termo na sua obra conjunta – da separação entre política e economia,

¹ MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

cuja função precípua é “educar o consenso”² em torno da ideia de que a emancipação política basta por si mesma e dispensa o combate no âmbito da esfera econômica, onde se dá a apropriação privada da riqueza que é socialmente produzida. Como bem disse Poulantzas³, em formulação de precisão invejável: “(...) todos são livres e iguais diante da lei sob a condição de que todos sejam e tornem-se burgueses, o que a lei ao mesmo tempo permite e interdita” (2000, p. 89).

Esta é a chave pela qual, na abordagem tanto da realidade brasileira quanto da portuguesa, vários textos desta coletânea dão concretude à crítica dos rumos da democracia nesses países, realçando dois aspectos principais absolutamente atuais: de um lado, o avanço do grande capital sobre o orçamento público por meio de processos de privatização não clássica, que envolvem a gestão ou a execução privadas de políticas sociais financiadas com recursos estatais; de outro, a ampliação do espaço de disputa ideológica conquistado por esses mesmos segmentos, seja a partir dos aparelhos de hegemonia tradicionais, como a grande mídia corporativa, seja pela construção de novos aparelhos que disputam a memória do passado e as visões de mundo do presente, seja ainda pelo protagonismo empresarial na formulação das políticas implementadas por diferentes governos, independentemente de sua filiação partidária – em um processo que, ao mesmo tempo em que borra ainda mais as fronteiras entre público e privado, assume uma forma política e uma agenda que promove crescentemente a indiferenciação entre esquerda e direita.

Os artigos que compõem este livro estão organizados em três seções, que tematizam diferentes aspectos da discussão sobre democracia e a história recente de Brasil e Portugal. O primeiro bloco reforça a atualidade do debate sobre os limites da democracia liberal, anunciando e tematizando o problema que justifica as demais seções: a crise de hegemonia burguesa contemporânea, marcada pela ascensão da extrema direita e a ameaça do fascismo. O segundo bloco desvenda

² GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3 (C. N. Coutinho, M. A. Nogueira, & L. S. Henriques, Eds.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

³ POULANTZAS, N. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. 4ª edição ed. São Paulo: Paz e Terra (Gaal), 2000.

as estratégias de construção de memórias e concepções de mundo que, por estratégias variadas, no passado e no presente, ora reforçam uma democracia limitada, ora ameaçam mesmo as frágeis expressões da ‘democracia realmente existente’. Por fim, a última seção analisa as contradições desses arranjos institucionais, em ambos os países, a partir da concretude das políticas públicas desenvolvidas nos campos do Trabalho, da Educação e da Saúde.

Boa leitura e bons combates!

Os organizadores

I

**DEMOCRACIA EM CRISE E O ASSALTO
DA EXTREMA DIREITA AO PODER**

**NOVA EXTREMA DIREITA:
A VIRAGEM DO SÉCULO XXI**

NOVA EXTREMA DIREITA: A VIRAGEM DO SÉCULO XXI¹

Fernando Rosas

Quando os fascistas regressarem virão
com guarda chuva bem enrolado
de baixo do braço e chapéu de coco

George Orwell

Aparentemente, no primeiro quartel do século presente, uma parte das organizações de extrema direita existentes e outras surgidas entretanto resolveram tomar a sério as recomendações de revisão temática e discursiva da Nova Direita francesa e as oportunidades socioeconómicas abertas pelo efeito da crise do capitalismo neoliberal, logrando progressivamente sair da marginalidade, obter relevantes resultados eleitorais, chegar em alguns casos ao centro do poder. Em suma, romper o tal ‘cordão sanitário’ e estabelecer acordos com partidos da direita tradicional e social democráticos, acentuando global e internacionalmente a viragem política e ideológica à direita.

Embora o grosso da coluna permaneça na irrelevância, um punhado de formações realiza com sucesso essa transformação dinamizadora de uma nova extrema direita organizada à escala internacional, cruzando palavras de ordem, ideias, financiamento e experiências num movimento acentuadamente internacionalizado, a despeito do proclamado ultranacionalismo de cada formação nacional. Como escreveu Ugo Palheta (2022, p. 83), “o trabalho dito metapolítico empreendido pela Nova Direita permitiu sobretudo às extremas direitas ir muito mais longe nos arranjos ideológicos necessários para que o projeto fascista retomasse o pé, sob novas formas, nas sociedades contemporâneas”.

¹ Esta é uma versão adaptada do capítulo II do mais recente livro do mesmo autor, sob o título *Direitas velhas, direitas novas* (Lisboa: Tinta da China, 2024).

Na realidade, apesar de o século XXI se ter iniciado com uma vaga, também em Portugal, de organizações neonazis violentas, no seu decurso até hoje algumas velhas e novas organizações de extrema direita ganham formas novas e registam sucessos eleitorais surpreendentes.

Com alguma precocidade, o fenómeno parece iniciar-se nos países nórdicos. Na Dinamarca, o *Dansk Folkeparti* (DF) – Partido do Povo Dinamarquês –, criado em 1995, atinge em 2015 o segundo lugar, com 37 deputados e apoia várias coligações partidárias do centro e da direita. Declinante nas eleições de 2019, surge em 2022 uma nova organização de extrema direita em seu lugar o *Danmarksdemokraterne* (DD) – Democratas da Dinamarca –, que nas eleições do mesmo ano elege 14 deputados para o parlamento. Na Noruega, o chauvinista e populista *Fremskrittspartiet* (PrF) – Partido do Progresso – alcançou 41 deputados nas eleições de 2009 e foi novamente a segunda força mais votada, apoiando governos e chegando a fazer parte deles. Nas eleições de 2021 recuou, mas elegeu 21 deputados. Na Suécia, com papel relevante das organizações neofascistas desde os anos 50 do século passado, destaca-se, fundado em 1988, o *Sverigedemokraterna* (SD) (Democratas Suecos, cujo líder inicial era membro de um partido neonazi), que nas eleições de 2022 chegou aos 20% de votos com 73 deputados, sendo o segundo partido mais votado. Apoia o governo de centro-direita. No tocante à Finlândia, o *Perussuomalaiset* (“verdadeiros Finlandeses”), fundado em 1995, obteve 19% nas eleições de 2011 e elegeu 39 deputados, tendo integrado o governo centrista e de direita. Convém lembrar que no conjunto dos países nórdicos as referidas formações de extrema direita lograram, com a cumplicidade ativa de partidos sociais-democratas e da direita clássica, romper cordões sanitários e ser ‘normalizadas’ na vida política parlamentar e governativa. Mais para sul há algumas diferenças mas a situação, mais tardia, é idêntica. Os *Fratelli d'Italia* de Giorgia Meloni – descendentes do neofascista Movimento Social Italiano –, fundado em 2013, ganharam as eleições legislativas ultrapassando a *Lega* e o partido de Berlusconi e chefiaram o governo italiano; o *Rassemblement National* de Marine le Pen, em França, alcançou os 32% nas eleições de 2024 e tem possibilidade de levar a sua líder à presidência da República; o *Chega*, criado em 2019 por André Ventura, saiu das eleições legislativas portuguesas de 2025 com 60 deputados,

tornando-se a terceira força política em número de votos e a segunda em número de lugares no Parlamento; com expressão relativamente menor, o *Vox* de Santiago Abascal, na Espanha, fundado em 2013, passou a ocupar posição idêntica com 30 deputados (eleições de 2023) aos 13% na repetição das eleições em 2019; o *Vlaams Belang* (VB) – Interesse Flamengo –, belga, fundado em 2004, atingiu os 12% nas eleições de 2007 e apesar de alguns desaires posteriores, recuperou em 2014. A *Alternativa para Alemanha* (AfD), criada em 2013, tornou-se nas eleições europeias de 2024 alemãs a segunda força política logo após a CDU e à frente do SPD. Na Áustria, tal como na Alemanha, com forte passado de grupo neonazis no pós-guerra dos quais descende agora adaptado, o *Freiheitliche Partei Österreichs* (FPÖ) – Partido da Liberdade da Áustria), já fundado em 1956, não sendo propriamente algo de novo, obteve a segunda melhor votação nas eleições de 1999 e subiu nas eleições de 2017 (26% dos votos), repetindo a sua passagem pelo governo, agora com os neoliberais de Sebastian Kurz. Escândalos de corrupção com o putinismo russo, em 2019, levaram à queda do governo de Kurz e do líder do FPÖ mas não impediram o partido nas eleições desse ano de chegar aos 16% de votos. Nas recentes eleições legislativas foi o partido mais votado, encetando negociações com a direita tradicional para a formação de um governo conjunto.

E esta é basicamente a realidade na Europa ocidental, e não só, se se tomar em linha de conta o que se passa com a deriva extremista do partido governamental, o *Fidesz*, na Hungria de Viktor Orban, com o AKP islamista na Turquia, com o trumpismo fascizante nos EUA, com o regime paranoico e violentamente neoliberal de Javier Milei na Argentina, com o bolsonarismo no Brasil ou com o regime hinduísta e xenófobo de Narendra Modi na União Indiana. Tentaremos entender o que se passa em termos do ocidente europeu como forma de melhor nos aproximarmos do fenómeno global.

Entretanto, parece verificar-se que, à medida que progridem na sua institucionalização sistémica (vida parlamentar, disputa eleitoral, participação na governança, cerimónias várias etc.), as formações da nova extrema direita são sujeitas a tensões contraditórias e concorrenciais entre setores radicais que desejariam ir mais longe no domínio da subversão (ou pelo menos regressar à ‘pureza’ anterior)

e os outros que pretendem retirar efeitos rápidos dos seus sucessos eleitorais e se dispõem a congelar os aspetos mais extremados e controversos do seu percurso. E as cisões no sentido da rendição ou do retorno à ortodoxia repetem-se. Como reação à parlamentarização e num sentido purificador, Giorgia Meloni, em Itália, avançou com sucesso contra os liguistas de Salvini, arrancando-lhes a hegemonia do campo da direita; na Dinamarca, o DD parece substituir com êxito o velho e muito amigo do poder estabelecido DF. No Estado espanhol, ultrapassando o *Vox* em vigor de direitismo extremado, surgiu agora o novo partido *Se acabo la fiesta*, de Alvisé Pérez – “pura vociferação e mera agitação insultuosa e difamatória das redes” (Pérez, 2024) –, que nas eleições europeias de 2024 elegeu três deputados, frustrando as expectativas de maior crescimento do *Vox*. Estamos, portanto, também neste aspeto, perante um campo instável e em rápida mutação. Antes de se discutir para onde irá, convém tentar entender de onde vem.

1. De onde vem a progressão da nova extrema direita

Parece claro que o ponto de partida para qualquer discussão sobre a emergência global da extrema direita é a constatação de que o mundo mudou nos finais do século XX, fruto de uma alteração fundamental da relação de forças internacional. Essa rotura opera-se com a vitória do imperialismo americano e do capital financeiro na Guerra Fria, com a consequente implosão de todo o espaço de influência imperial da URSS pós-1989, incluindo a desagregação dos regimes satélites (na Europa central e de Leste ou em África), o desaparecimento do Movimento Comunista Internacional, a extinção ou drástico recuo dos Partidos Comunistas (PCs) de obediência soviética e dos movimentos sindicais e aparelhos culturais a eles ligados. Convém lembrar que na transição dos anos 1970 para os anos 1980, a derrota do maoísmo na China dera lugar ao início da reconstrução de um capitalismo de Estado nesse país, ainda que sob a tutela do PCC, o Partido Comunista Chinês. Pensou-se, em algum momento, à esquerda, estar a derrotar os regimes stalinistas, mas, na realidade, a onda de choque apontava para o ataque ao marxismo como ideologia, como força política, como movimento organizado

dos trabalhadores. A ofensiva ideológica do capitalismo neoliberal triunfante sobre o império soviético lograva deitar fora o bebê com a água do banho. E dessa forma se impôs. A segunda dessas derrocadas foi a imposição do ‘fim da história’ como ideologia dominante, o triunfo do capitalismo erigido em destino ontológico da humanidade, o ‘*there is no choice*’, a ‘não política’ como técnica pretensamente neutral e incontornável da nova governança, centrada na maximização das taxas de lucro e de acumulação, tomadas como objetivos centrais da mercantilização geral da vida política e social. A crise internacional de 2008, a pandemia de 2020/21, o fluxo migratório posterior a 2015 e o aumento da desconfiança nas instituições e nos partidos vieram complementar agravadamente esse processo de mudança

Na realidade, o marxismo como visão do mundo e como inspirador de políticas e organização social e as esquerdas socialistas críticas do capitalismo passaram à defesa, tornaram-se minoritárias e contra-hegemónicas. Dito de outra forma: as forças sociais e políticas teoricamente mais aptas a organizar a defesa e a alternativa contra os novos fantasmas do Apocalipse entraram progressivamente em refluxo, do qual, apesar de vários esforços nesse sentido, têm tido dificuldade em sair. O fim vitorioso da Guerra Fria para o capitalismo internacional e as suas consequências gerais no equilíbrio de forças foi um elemento essencial na viragem contra o keynesianismo do pós-guerra e no advento do ciclo neoliberal do capitalismo. O desenlace da Guerra Fria e a rápida imposição do neoliberalismo como economia, como regime social e enquanto sistema político cruzam-se, portanto, na transição do século XX para o século XXI e estabelecem o terreno onde vai florescer a nova extrema direita. Tem razão Wendy Brown ao afirmar que “a racionalidade neoliberal preparou o terreno para a mobilização e legitimação de ferozes forças antidemocráticas na segunda metade do século XX” (2019, p. 16). Sem ter em conta a progressiva hegemonia neoliberal a partir do final dos anos 1980 do século XX, não se entende a eclosão e o avanço da nova extrema direita (Forti, 2021, p. 45).

Esta situação foi obviamente potenciada pela capitulação histórica da social-democracia face ao capitalismo neoliberal, transformando-se em gestora e cúmplice da sua estratégia de agressão e regressão

política, económica e social. Os partidos sociais-democratas associaram-se aos das direitas tradicionais na gestão do capitalismo neoliberal, originando uma espécie de monopólio rotativo ao centro no controlo do Estado, crescentemente separado da vida das pessoas comuns e substancialmente incapaz de dar resposta ao agravamento das condições de vida e de trabalho geradas pela ofensiva neoliberal. A grande crise económica internacional de 2008/2009, seguida da pandemia de 2020/2021, não fez senão radicalizar e alargar esse campo de distanciamento, de descontentamento e de progressivo protesto inorgânico.

Estava, nestes termos, criado a nível internacional um largo campo social recrutado em sectores intermédios da população: pequenos e médios proprietários ameaçados e aflitos, funcionários públicos receosos da perda do estatuto social, trabalhadores precários e desempregados, elementos das forças de segurança descontentes, antigos combatentes nostálgicos da guerra e de reconhecimento, jovens masculinos sem rumo arrebanhados no Tik Tok e pelo discurso machista e antifeminista da extrema direita. De uma forma geral, gente desinformada, com medo e com raiva, que virou costas ao campo social e político de uma esquerda em refluxo (é um campo social por natureza vacilante, que se inclina por instinto para o lado que intui mais forte), que protesta contra o centrismo dominante que o abandonou e, naturalmente, como nos anos 1930 do século passado, é recetivo ao discurso nacionalista e autoritário da ‘limpeza social e política’, e por isso mesmo xenófobo, racista, antifeminista e homofóbico da nova extrema direita. Na sua caça ao voto, esta faz-se apoiar por uma gigantesca campanha de manipulação por via informática, através das redes sociais. Ela assume, aliás, aspetos novos e inquietantes. O que se está a passar com a rápida trumpização oligárquico-fascizante nos EUA é um exemplo do que se esconde sob a fachada ‘normalizadora’ da nova extrema direita. Um discurso populista centrado na exploração dos sentimentos primitivos de certos segmentos da população que tem registado sucessos, mas desagua no arbítrio autoritário, na brutalidade oligárquica e na corrupção sem disfarce. A nova extrema direita é a força emergente na política europeia e não só.

Na realidade, a nova extrema direita cresce na transição do século XX para o século XXI e no primeiro quartel deste, com o agravamento da crise do capitalismo neoliberal e tardio. Na realidade, como refere Ugo Palheta,

se os neofascistas seduzem, é antes do mais por se apoiarem numa mistura de orgulho nacional, angustia civilizacional e ressentimento racial, que eles não cessam de alimentar, no contexto de uma mundialização capitalista que abalou consideravelmente os equilíbrios socio-económicos nacionais e atentou contra as condições de vida das classe trabalhadoras (2022, p. 57).

Ou seja, o alastramento da nova extrema direita é fruto da incapacidade do capitalismo neoliberal de dar resposta à crise sistémica, à segunda crise histórica dos sistemas liberais do ocidente.

Esta situação de crise e impasse abriu uma janela de oportunidade à reconversão, quer de parte da extrema direita neofascista, racista, terrorista e marginal do pós-Segunda Guerra Mundial (como o lepenismo em França, o FPÖ na Áustria), quer de setores de direita de partidos da direita tradicional (casos do *Vox* em Espanha ou do *Chega* em Portugal) em movimentos políticos com pretensões de integração sistémica. Como veremos, à medida que as formações de extrema direita registam resultados relevantes no plano eleitoral e se tornam importantes para os equilíbrios parlamentares e sobretudo para a governança, à caça da oportunidade criada pela crise sistémica, junta-se a tendência para formar alianças variadas com a direita tradicional, desde logo por iniciativa desta, como já ocorreu nos países nórdicos, na Áustria, na Itália, a nível regional em Espanha e até nas Regiões Autónomas de Portugal.

Vendo bem, nenhum daqueles partidos ‘normalizados’ parece ter cortado com o padrão ideológico fundamental dos seus campos de origem, nem com os propósitos de subversão autoritária e xenófoba do regime democrático. Mas adaptam-se e exploram a oportunidade de alargar a base social de apoio que lhes é oferecida pela crise ou pelas direitas velhas. Moderam a sua linguagem (quando moderam...), mas vêm para a disputa cultural-ideológica com as esquerdas, para o combate xenófobo e racista contra a imigração, para a regressão social no tocante aos direitos

das mulheres e LGBTI+. E mesmo quando apregoam o respeito pela legalidade, não escondem os projetos de ‘limpeza’ política-ideológica, de subversão constitucional e de reestruturação nacional-autoritária das liberdades públicas ou da violação da separação de poderes. Em certos casos (o lepenismo e o Chega), alargam-se no discurso populista e social-chauvinista, com críticas ao europeísmo económico, ainda que isso se converta em apoio sem reservas ao capitalismo neoliberal quando se aproximam do centro do poder. Há, na sua variedade nacional, uma essência comum que potencia o seu crescimento internacional: eles são a força dinâmica e emergente que enfuna a vela, que radicaliza à direita a presente relação de forças.

Por outro lado, a prolongada incapacidade de restaurar taxas de acumulação persistentemente medíocres, inquieta e radicaliza as oligarquias financeiras e aqueles que são, ainda, os seus principais gestores políticos, os partidos da direita tradicional. As elites europeias entendem que o continuado arrastar da estagnação sistémica se deve às resistências sociais e políticas generalizadas aos efeitos regressivos das políticas neoliberais. E perante tal impasse, a tendência deste capitalismo tardio é para políticas duras de carácter austeritário e privatizador que rompam as resiliências.

Desde logo no plano externo, faz-se tocar os tambores da nova guerra imperialista, impondo a lei do mais forte sobre o direito internacional e as suas organizações de regulação, fomentando o militarismo e a corrida aos armamentos e criando um ambiente interno militarizado e de exceção, favorável a todas as investidas contra o Estado de Direito e o património de conquistas dos movimentos sociais. No plano interno, identificam-se o progressivo cerco e condicionamento das liberdades públicas (como na França de Emanuel Macron ou na Hungria de Viktor Orbán), o cerceamento do pluralismo informativo nos media (bem espelhado no caso português), a interferência governamental na independência da justiça (como na Itália de Meloni), o progressivo desmantelamento e privatizações dos principais serviços públicos do Estado Social, o ataque aos direitos laborais, os cortes nos apoios sociais e o aumento da pobreza (como na Itália de Salvini e Meloni, na Argentina de Milei ou nos Açores onde governa o PSD com o apoio parlamentar do Chega). Pode prever-

se que nesta deriva radicalizante, e face ao crescimento eleitoral da extrema direita, as direitas tradicionais tendam a seguir, como parece sugerir Enzo Traverso (2019a), um de dois caminhos:

- Ou se apropriam progressivamente do argumentário ideológico e dos programas da extrema direita, remetendo-a para uma complementaridade apendicular dos interesses dominantes (dir-se-ia que é o que parecia estar a passar-se com a presidência bonapartista de Macron, em França, com a nova lei da imigração, a tentativa de subversão do princípio constitucional do *jus solis*, e o estado de exceção tornado legislação ordinária)

- Ou se aliam à extrema direita em coligações parlamentares e/ou de governo (casos de Itália, da Áustria, da Suécia, da Finlândia etc. e pode acontecer em Portugal), situações em que se poderá vir a caminhar, mais ou menos rapidamente, para o surgimento de regimes nacional-autoritários de novo tipo, provavelmente, uma reedição atualizada e adaptada dos regimes fascistas às circunstâncias do presente. Na realidade, parece estarmos num momento de transição em que ninguém sabe como a situação pode evoluir. Só é certo que as esquerdas democráticas e antifascistas devem ter um papel determinante nesse desenlace.

Efetivamente, resistir e derrotar as ameaças da direita e da extrema direita, tendencialmente aliadas, só pode significar uma profunda alteração democrática da política, da economia e da sociedade portuguesas. Porque só assim se assegura a possibilidade de resolução dos problemas mais urgentes que afligem largos setores da população (saúde, habitação, clima, educação, salários...) e que estão na base do sucesso internacional da deriva ultradireitista. Só dessa maneira, na luta cultural e ideológica em torno dos valores estruturantes da democracia e do socialismo e na luta social e política em todos os domínios, se pode secar o apoio social e político à extrema direita e construir uma alternativa. Assim sendo, parece ser improfícuo e ineficaz separar a pretensão de construir um outro modelo de sociedade da luta contra a nova extrema direita. Nisso nada há de utópico. A utopia distópica consiste em pensar que o capitalismo neoliberal e a sua deriva autoritária possam continuar a apascentar as suas ovelhas indefinida e pacificamente como se nada se passasse, como se não tivesse de se chocar com a realidade da crise sistémica e suas contradições.

2. A reconfiguração – nos alvares do século XXI

Para nos debruçarmos sobre o debate historiográfico e sociopolítico acerca da natureza da nova extrema direita, convém precisar as características ditas inovadoras, o novo discurso, as táticas alternativas, a nova base social, as novas formas, em suma, com que ela pretende se revestir no dealbar do novo século e com que se tenta desembaraçar dos incómodos marginalizantes do passado recente.

A primeira característica mais evidente, pelo menos no ocidente europeu, é a proclamada aceitação, por parte de alguns grupos de extrema direita, das formas políticas dominantes da democracia eleitoral. Ou seja, o anunciado respeito pela legalidade constitucional vigente e pelo sistema eleitoral-parlamentar. Para trás ficaria o pseudo-revolucionarismo subversivo, a ‘revolução da terceira via’, na realidade transformada num misto de revolta reacionária contra a modernidade e falsa subversão ultraconservadora. Essa nova extrema direita dita legalista e parlamentar procura crescer eleitoralmente caçando votos nos destroços e nos medos do capitalismo neoliberal e chegar depressa ao poder pela combinação dos resultados exitosos das urnas com os acordos com as direitas velhas ou até com os restos da social-democracia, como já acontece regionalmente com o *Chega* e o *PSD* nos Açores, com o *Vox* e o *PP* na Andaluzia ou Madrid, com o *FPÖ* austríaco a nível dos governos anteriores, com *Meloni* chefiando o governo italiano aliada aos *liguistas* e à direita conservadora, com a coligação holandesa, ou com as já antigas alianças e apoios das formações da extrema direita nos países nórdicos com governos de direita conservadora e social-democrata.

A tendência não é, no entanto, assim tão clara como proclama quem promove, normaliza ou se alia à extrema direita, tentando fazê-la passar por um fenómeno passageiro ou pacificamente integrado ao sistema político. Muitas das novas formações de extrema direita não escondem os seus propósitos de subversão constitucional, de ‘limpeza’ político-ideológica, de restabelecimento da ‘ordem’ e de restrições, seja à liberdade sindical ou ao Estado de Direito. E o fenómeno é mais marcante nas Américas, onde, após o ataque ao Capitólio, o atual vice-presidente de Donald Trump, J. D. Vance, explica que a reação à

governação do Partido Democrático exige que os trumpistas “sejam bastante selvagens” e tenham de ir “bastante longe, em direções desconfortáveis para muitos conservadores” (Oliveira, 2024, p. 38). Algo de semelhante se passou com a subversão bolsonarista no Brasil, alternando entre conspirações golpistas com os militares e o assalto às instituições da Praça dos Três Poderes e do Palácio do Planalto em Brasília. Tudo está em aberto, e parece depender mais da capacidade de resposta das forças democráticas do que das proclamações formais dos partidos da nova extrema direita europeia ocidental.

O segundo traço a salientar prende-se com o anterior. A aproximação e a colaboração com a governação do centro e direita produziu um duplo efeito na nova extrema direita: passou da demagogia obreirista e ‘antiplutocrática’ de antanho – aliás puramente retórica – para a defesa sem peias do capitalismo neoliberal, ainda que, aqui ou ali (casos do *Rassemblement* de Marine Le Pen ou da *AfD* alemã), temperados por preocupações social-chauvinistas, isto é, de proteção social reservadas aos ‘nativos’, aos nacionais brancos e cristãos. O que significa uma mistura de recusa neoliberal da compaixão com os desfavorecidos (como se viu com o Chega e o PSD na Região Autónoma dos Açores: dificultar ou impedir o acesso às creches dos filhos dos desempregados), sobretudo se forem imigrantes racializados, ou islâmicos, e de demagogia social. Um outro efeito da mesma tendência é o abandono do pan-europeísmo soberanista anti-EUA e anti-URSS e o alinhamento geral com o europeísmo da União Europeia e, ainda que de forma contraditória, com uma das potências imperiais: Meloni é campeã do apoio aos EUA e à Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), juntamente com o *Vox* e a *AfD*, enquanto Salvini, Marine Le Pen ou Orbán se entendem e são financiados pela Rússia putinista. De um e do outro lado, desfralda-se a bandeira da Terceira Guerra Mundial.

Uma terceira característica prende-se ao disfarce do racismo, que tomou várias formas. Nos países que dominaram impérios coloniais e travaram duras guerras coloniais (Portugal, França, Holanda, Bélgica, Inglaterra), o racismo estrutural, da extrema direita e não só, circula consensual e oficioso sob modalidades várias do que em Portugal foi e é o luso-tropicalismo. No geral das formações de extrema direita europeia, já sabemos que o velho antissemitismo se transformou

em islamofobia e na ‘teoria da invasão’ imigrante islâmica que viria – afirmação contrária a toda a informação estatística e investigação sociológica – roubar o trabalho dos ‘nativos’, fomentar a criminalidade, subverter a ‘civilização cristã’ e a ‘cultura ocidental’. A Nova Direita pretendeu criar disfarces semânticos com as várias definições do ‘etno-diferencialismo’, mas sem grande sucesso. Deve salientar-se que a extrema direita a nível internacional não se limitou ao disfarce semântico, mas também ao ‘sequestro semântico’ com o fito não só de negar a contradição direita/esquerda, aplainada pelo discurso supraclassista e de grandeza nacional recuperada, mas de se apropriar, sobretudo através das redes sociais da *Alt Right*, dos conceitos de *alternativa*, de *rotura* ou de *contestação*, próprios das esquerdas saídas do Maio francês de 1968. Essa tentativa de apropriação da herança formal da esquerda radical pelo ultranacionalismo e a direita extrema trouxe-lhes ‘respeitabilidade progressista’ aos olhos de muita gente que cria na eficácia de uma política capaz de mudar as coisas e deter a expansão do neoliberalismo triunfante na Guerra Fria que conduzia para a globalização e a crise” (Veiga *et al.*, 2019, p. 260). Uma “honorabilidade” que “encobria a turva relação com o passado fascista ou nacionalista dos anos trinta e quarenta do século XX” (Veiga *et al.*, 2019, p. 260).

De qualquer forma, o racismo e a xenofobia anti-imigrantes, as propostas para dificultar/proibir o acesso de trabalhadores imigrantes à ‘fortaleza europeia’, ou de os expulsar, a exploração dos sentimentos de discriminação ciganofóbica ou islamofóbica de parte da população branca nacional continuam a ser traços típicos da intervenção da nova extrema direita – o que tem seguidores hiperbólicos no trumpismo norte-americano ou no hinduísmo anti cristão e anti-islâmico do regime de Modi na União Indiana.

Em quarto lugar, merece referência a aparente renúncia à violência miliciana por parte das formações da extrema direita europeia que pretendem ter deixado de se basear em movimentos de massa violentos e subversivos ou até em filosofias irracionalistas e instintivas. O que tem várias explicações possíveis. Desde logo, após a derrota do nazi-fascismo na Segunda Guerra Mundial, após a violência terrorista das ocupações nacionais pelas potências do Eixo, após o horror do

Holocausto, muito dificilmente as opiniões públicas e os poderes políticos vencedores aceitariam qualquer forma de renascimento da violência fascista miliciana. As tentativas nesse sentido em solo europeu só resultaram em proibições, condenação geral e maior marginalidade. Qualquer esboço de *aggiornamento* político-eleitoral da direita extrema europeia teria de passar pela demarcação desse passado incómodo. Mas verifica-se também a sua desnecessidade para a direita contrarrevolucionária. Por um lado, o enfraquecimento e desmobilização do movimento operário organizado e seus aliados – a única barreira verdadeiramente existente contra a progressão da nova e da velha extrema direita – de alguma forma dispensava o recurso à violência miliciana contra o que deixara de ser o inimigo principal. Nas novas condições gerais, a extrema direita reconfigurada podia simultaneamente sossegar os poderosos e mobilizar os desapossados contra as esquerdas. Por outro lado, a militarização e sofisticação das forças policiais e dos serviços de informação do Estado neoliberal, aliás fortemente infiltrados por agentes da extrema direita a todos os níveis dos aparelhos de segurança interna, parece suprir funcionalmente o velho milicianismo partidário na imposição da ‘ordem’. Há ainda, escondido, o fenómeno em curso da privatização da violência, da constituição, como na Rússia putinista ou nos EUA, de exércitos privados de mercenários (como o grupo Wagner), de cadeias secretas (como as da CIA no combate ao fundamentalismo islâmico) e de agências de informação e espionagem trabalhando em regime de *outsourcing* para forças públicas. O fenómeno parece ter-se exacerbado no rescaldo do atentado contra as Torres Gémeas de Nova York em 11 de setembro de 2001 (Veiga *et al.*, 2019, p. 363) e a presença da extrema direita em várias dessas iniciativas demonstra que o seu repúdio formal da violência na Europa pode ser episódico. O facto é que se verificam surtos de milicianismo, com a complacência governamental no *Jobbik* húngaro. Nos EUA proliferam milícias informais trumpistas (160 grupos, segundo a BBC), como os *Proud Boys* neofascistas, que tiveram papel relevante no assalto ao Capitólio. No Brasil, o vasto milicianismo privado e violento, seja na bandidagem, seja nos subúrbios favelados das grandes cidades, é manifestamente infiltrado e por vezes controlado por agentes do bolsonarismo. O agravamento da crise económica

e social e a progressão eleitoral da nova extrema direita em termos internacionais não são de molde a permitir qualquer otimismo em termos da evolução da violência política miliciana.

Em quinto lugar, o anticomunismo, como assinala Enzo Traverso (2019a, p. 13), já não está na ordem do dia, o comunismo herdado da III Internacional já não é o inimigo principal da nova extrema direita após o colapso da URSS e dos PCs da sua esfera de influência, dadas as dificuldades da esquerda radical em substituir esse papel, e atendendo à alteração da relação de forças posterior ao desenlace da Guerra Fria. Nos anos 1930, sem a Revolução soviética e a ameaça revolucionária do conselhismo dos operários e soldados, as elites alemãs, provavelmente, teriam impedido Hitler e o Partido Nacional-Socialista de tomarem o poder. Hoje, com essa ameaça distante, com o movimento operário e sindical desorganizado ou em refluxo, as contradições do capitalismo tardio e a persistência da sua crise levam os interesses dominantes a recorrer novamente à extrema direita e ao seu radicalismo exclusório dos mais pobres e marginalizados, ao seu racismo endémico, ao seu autoritarismo antidemocrático, misógino e homofóbico para eliminar as resistências antineoliberais que subsistem. Resta saber se é para os copiar e integrar numa deriva da direita clássica para a direita, ou se é para negociar e aliar-se com ela num novo tipo de regime autoritário, como de alguma forma sucedeu no passado, dando nessa época origem ao fascismo paradigmático dos anos 1930. Coisa algo diferente é a centralidade persistente da luta ideológica contra o marxismo a nível das direitas velhas e particularmente das direitas novas. Tido como hegemónico e impositivo no campo do ensino, dos media, da investigação universitária ou da História, a nova extrema direita mantém o seu apego a soluções extremas para o eliminar: a 'limpeza', o silenciamento, o saneamento político, para regressar, provavelmente, aos 'livros únicos', à visão unívoca da História, às limitações da liberdade de expressão, tudo formatado numa pastelada nacional-colonialista, neossalazarista, ultramontana e autoritária. Se o anticomunismo deixou de ser a prioridade, o combate 'cultural' ao marxismo continua na linha de frente da nova extrema direita.

Uma sexta característica diferenciadora essencial é a utilização das novas tecnologias informáticas e algorítmicas para a manipulação

política e ideológica massiva através das redes sociais. Como escreve Louçã, a coerção que pode mudar as regras, as instituições e as políticas tem agora a possibilidade de se apoiar “num instrumento que é o meio de comunicação mais universal que a nossa civilização conheceu” (2021, p. 171). Um novo modo de dominação assente em mecanismos de exploração dos dados do comportamento dos seres humanos, permitindo o uso do conhecimento íntimo sobre as emoções para condicionar a atuação e mesmo os pensamentos dos indivíduos. Tornam-se assim máquinas de fabricação do senso comum “procurando tirar a razão da esfera pública e substituí-la por um seguidismo apoteótico, pelo sonambulismo da democracia” (Louçã, 2021, p. 201). É toda uma nova tecnologia de submissão e arrebanhamento acrítico que promove a atomização social, a ilusão da participação coletiva e viril sob a aparência do desabafo nas redes sociais. Caminha-se, nestes termos, para um tipo de regime governado pelo poder algorítmico que estará longe de ser uma democracia. A nova extrema direita europeia, inspirada e financiada por congéneres norte-americanas ou russas, tem sido exímia na utilização dessa ‘engrenagem da hipercomunicação’ para manipular o isolamento social e explorar o quotidiano da crise contínua, do medo, da precariedade, do ódio, das pulsões racistas e homofóbicas, do autoritarismo nacionalista, supraclassista e redentor. Dir-se-ia, como Louçã conclui, que “o progresso tecnológico chegou como uma tempestade destruidora” e constitui-se “no campo da principal batalha política da modernidade” (Louçã, 2021, p. 201).

É certo que um outro elemento novo e complementar contribui nos dias de hoje para a massificação hiperbólica deste fenómeno. É a politização radicalizada à direita de certas religiosidades e crenças: os evangélicos no Brasil (e agora em Portugal), as igrejas protestantes nos EUA, o fundamentalismo islâmico na Turquia ou no Médio Oriente, o hinduísmo racista e supremacista na Índia de Modi etc. O alinhamento fundamentalista extremado dessas religiões e das suas concepções com a extrema direita transforma-as, pelo menos parcialmente, em seitas irracionais, tribaliza-as ideologicamente em termos sectários no apoio indefetível e acrítico em torno de chefes palavrosos, vácuos e oportunistas, bufões onde há muito a antiga liderança carismática deu lugar à palhaçada bufónica, mas cruel e desapiedada.

Deve-se insistir, em sétimo lugar, que na fase presente e até agora, a nova extrema direita não deu lugar a regimes de novo tipo consolidados e estáveis. É um fenómeno em transição com probabilidades diversas. O facto é que na Europa ocidental só há um partido de extrema direita à frente de um governo, o de Giorgia Meloni e dos *Fratelli d'Italia*, e mesmo assim num ministério de coligação com os liguistas de Salvini e os herdeiros de Berlusconi. Nos países nórdicos apoiaram governos centristas, entraram em ministérios de coligação e tornaram a sair. O mesmo se passou com o *FPÖ* na Áustria. Na Holanda participam no governo mas não conseguem dirigi-lo. Fora da Europa, regista-se o caso de Javier Milei na presidência argentina, com resultados socialmente castratóficos, mas na realidade em minoria no parlamento. Marine le Pen pode chegar à presidência francesa e Donald Trump conseguiu regressar à presidência dos EUA com os efeitos nacionais e internacionais que já varrem o mundo. São mudanças dramáticas em curso, cujo destino está ameaçadoramente em aberto. Tudo parece depender, no tocante à eventual estabilização e definição de um novo tipo de regime, de uma multiplicidade de fatores ainda em curso: rivalidades e diferenças entre as formações de extrema direita (Meloni *versus* Salvini, Zemmour contra Marine le Pen, *Se Acabó la Fiesta* na pegada do *Vox*); desavenças de programa ou de tática com as direitas conservadoras (aconteceu recentemente entre o *Vox* e o PP em algumas alianças regionais no Estado espanhol); diferente alcance legal dos poderes presidenciais em cada país (da simples representação ao presidencialismo efetivo como na França ou nos EUA); capacidade variável nos diferentes casos de vigilância e controlo dos parlamentos quanto aos avanços antidemocráticos ou ao esvaziamento dos seus poderes (governar por decretos presidenciais ou do Executivo ou por leis do Legislativo eleito); mobilização desigual, caso a caso, das forças democráticas e antifascistas (a situação da França Insubmissa é diferente da italiana, onde a esquerda praticamente desapareceu politicamente), os equilíbrios e desequilíbrios na relação de forças, conferindo ou não maior espaço às atitudes de complacência e colaboração do centro e das direitas com as forças da nova extrema direita; a apetência distinta das suas formações para captarem e mobilizarem o voto instintivo de protesto etc. Como observa Enzo Traverso, o caráter das novas forças

da direita extrema “é transitório e instável, ainda a meio caminho, suscetível de mudar em direções diferentes” (2019b, p. 17). Segundo o mesmo autor, o fascismo do século XXI não assumirá o rosto do Mussolini, Hitler ou Franco, nem (espera-se) tomará a forma de terror totalitário. As direitas novas e extremas são “um fenómeno em transição”, não cristalizado, que poderá, já o referimos, ter diferentes destinos, desde serem engolidas pelas direitas clássicas radicalizadas, a aliarem-se com elas em regimes autoritários de novo tipo, ou até a desaparecerem novamente na marginalidade vencidas pela alteração das relações de forças do século XXI. Tudo depende, em última análise, da capacidade das forças sociais, políticas e culturais de esquerda lhe fazerem frente.

A base social deste tipo de novas formações de ultradireita é complexa e comporta a sobreposição de várias camadas de apoiantes. Desde logo, os nostálgicos do velho e do novo fascismo do pós-guerra ou dos impérios coloniais, inicialmente, como em Portugal, remetidos para grupusculização irrelevante ou distribuídos discretamente pelos partidos da direita tradicional, agora emigram para os novos partidos da extrema direita reconfigurada e eleitoralmente promissora, na mira de regressar à grandeza mítica e imperial das épocas pretéritas. Depois, os grandes e médios empresários e financiadores, ou seja, aquela parte da elite com urgência num regime de ‘ordem’, autoritário, que fomenta os seus negócios (bancários, comerciais, turísticos, imobiliários, *import-export...*) sem o empecilho das liberdades públicas, do parlamento, das greves, da imprensa plural, enfim, do Estado de Direito. Diria que estas duas camadas são as que dirigem e sabem o que querem. Seguem-se os sectores das classes intermédias temerosos da perda de estatuto e de poder económico, inclinando-se instintivamente para os novos partidos emergentes e suas garantias ordeiras e de ‘paz social’ imposta: os pequenos e médios empresários, sejam eles comerciantes, agricultores ou industriais, geralmente pouco ou nada politizados, a defender o seu bocado a todo o custo, os artesãos, os quadros superiores da função pública ou da iniciativa privada, os membros descontentes das forças de segurança (desde polícias a guardas prisionais ou bombeiros), os unicórnios alienados à esperança de vencer a concorrência selvática, parte dos jovens liceais ou universitários formatados nas redes sociais.

Finalmente, o voto de protesto desinformado da multidão abandonada e mal tratada pelo capitalismo neoliberal e pelas suas elites políticas centristas ou de direita: trabalhadores pobres que se sentem da ‘classe média’ para fugir ao que consideram ser a menorização social da proletarianização, desempregados, precários, uberizados, marginais, todos acreditando, mais ou menos duradouramente, no resgate autoritário, na segregação racista de ciganos e imigrantes, na eficácia do protesto cego e irracional a favor da retórica populista desenfreada e esbracejante dos chefes bufões da nova extrema direita.

Assim sendo, como salienta Ugo Palheta (2022, p. 66), seria incorreto ancorar a direita extrema exclusivamente nas classes dominantes ou exagerar o seu enraizamento nas classes populares. Em França, o ‘não voto’, a abstenção, tem sido, pelo menos até às eleições de 2024 e ao sucesso da França Insubmissa, o voto do operariado (Pereira, 2021, p. 94). Todavia, como assinala Michael Löwy (2022), nos EUA o trumpismo contaminou não só as ‘classes médias’ mas também setores brancos da classe trabalhadora. O mesmo se passa no Brasil com Bolsonaro. Ugo Palheta prefere referir uma forma de consciência social associada à pequena burguesia em declínio, ao medo do amanhã, com reflexos nas franjas mais pauperizadas das classes populares. Ela articula-se com uma representação da sociedade nesses setores que assume não uma forma bipolar (‘eles e nós, patrões/operários, burguesia/proletariado’) mas uma feição triangular: ‘nós’, ‘os que trabalham duro, a gente modesta e de bem’, a ‘classe média’, ‘os de cima (as elites, os ricos, os poderosos etc.)’ e os ‘de baixo’ (os pobres, os beneficiários da assistência social etc.). Precisamente, atacando retoricamente certos excessos dos ‘de cima’, ou a contestação se ela vem ‘de baixo’, apoiando-se no medo e na raiva das classes intermédias, na manipulação populista do desespero dos outros, e sempre na marginalização real dos mais fracos e mais pobres, a nova extrema direita tenta tirar proveito dessa ‘consciência triangular’, fruto da ‘progressão das precariedades’ vividas ou temidas. O medo impera e dá votos. Na Itália de Meloni, as pessoas que vivem na pobreza absoluta subiram para 5,75 milhões, cerca de 10% da população, tendo-se agravado drasticamente esta situação nos últimos dois anos. O governo de extrema direita de Georgi Meloni começou

a retirar os subsídios para os mais pobres, desdenhando altivamente dos efeitos dessa medida por considerar o aumento da pobreza “muito pequeno” e incidir sobretudo sobre “as famílias estrangeiras”, ou seja, os imigrantes. A Itália, segundo os especialistas, está à beira de ter mais de um milhão de indigentes, com os 5% mais ricos a deter 50% de toda a riqueza do país (Rodrigues, 2024, p. 27). Na Argentina de Milei, o agravamento da situação dos ‘pobres desesperados que nele votaram’ ainda é mais rápido do que o previsto. O governo, depois de anunciar mentirosamente que as pensões dos reformados iam subir em abril de 2024, veio informar que afinal os aumentos serão adiados, pagos em prestações em datas indefinidas. Os despedimentos massivos na função pública atingem 15.000 funcionários e a inflação acumulada sobe para os 51,3%. Conclusão: o choque das políticas económicas neoliberais do governo de extrema direita argentino “começa a atingir aqueles que habitualmente sofrem com os ajustes destinados a resolver problemas que não criaram, os mais pobres (Rodrigues, 2024, p. 27).

Na realidade, ao terminar este primeiro quartel do século XXI, poderá dizer-se que assistimos à consolidação de uma mudança inquietante do paradigma da relação de forças à escala global. Ela é marcada pelo efeito torrencial que poderá ter o trumpismo fascizante vitorioso nos EUA na sinistra cavalgada da nova extrema direita na Europa e não só e pela corrida belicista aos armamentos e à militarização, fatores do perigo real de uma nova guerra imperialista. A urgência do novo antifascismo que lhe faça frente há-de ser então indissociável de dois princípios: o da defesa do direito sagrado dos povos à autodeterminação e à independência, de Gaza à Ucrânia, e o da apologia de uma sociedade livre assente na democracia social e política, no direito internacional e na paz que os velhos e novos imperialismos ameaçam.

Referências Bibliográficas

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

FORTI, S. **Extrema-derecha 2.0**. Qué es y cómo combatirla. Madrid: Siglo XXI de España, 2021.

LOUÇÃ, F. **O Futuro já não é o que nunca foi. Uma teoria do presente**. Lisboa: Bertrand, 2021.

LÖWY, M. A onda marrom em escala mundial. **Anti-Capitalista**, nº 54, Série II, 2022. p. 5-7

OLIVEIRA, D. Período Democrático Tardio. **Expresso**. Lisboa, 18 jul. 2024. Disponível em: <https://expresso.pt/opinioao/2024-07-18-periodo-democratico-tardio-0883d160>. Acesso em: 02 out. 2025.

PALHETA, U. **La Nouvelle Internationale Fasciste**, Paris: Éditions Textuel, 2022.

PEREIRA, V. “O voto na Frente Nacional francesa e sua inscrição social: algumas ilações decorrentes da sua mais recente sociologia”, in HONÓRIO, C. e MINEIRO, J. (coord.). **Novas e Velhas Extremas-Direitas**. Lisboa: Persifal, 2021. p. 89-100.

PÉREZ, A. Uma bolha eleitoral ou voltará a fazer festa? **Expresso**, Lisboa, 21 jun. 2024. Disponível em: <https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2695/html/primeiro-caderno/internacional/alvise-perez.-uma-bolha-eleitoral-ou-voltara-a-fazer-a-festa->. Acesso em: 02 out. 2025.

RODRIGUES, A. O voto de protesto dos pobres é comprado pelos ricos. **Público**, Lisboa, 29 mar. 2024. Disponível em: <https://www.publico.pt/2024/03/29/mundo/noticia/voto-protesto-pobres-comprado-ricos-2085242>. Acesso em: 02 out. 2025.

TRAVERSO, E. **The New Faces of Fascism and The Far Right**. London: Verso Books, 2019a.

TRAVERSO, E. “Os Novos Sonâmbulos Frente ao Pós-Fascismo”, in PENICHE, A.; HONÓRIO, C.; LOUÇÃ, F.; ROSAS, F.; FALCÃO, J. e LEIRIA, Luís (Orgs.). **Combates contra a extrema-direita: homenagem a José Carvalho nos 30 anos do seu assassinato**. Lisboa: Combate, 2019b.

VEIGA, F.; GONZÁLES-VILLA, C.; FORTI, S.; SASSO, A.; PROKOPLJEVIĆ, J. e MOLES PLAZA, R. J. **Patriotas Indignados:** Sobre la nueva ultraderecha en la Posguerra Fria. Neofascismo, posfascismo e nazbols. Madrid: Alianza Editorial, 2019.

O NEOFASCISMO EM
PORTUGAL E NO BRASIL:
ANÁLISE EM PERSPECTIVA
COMPARADA

O NEOFASCISMO EM PORTUGAL E NO BRASIL: ANÁLISE EM PERSPECTIVA COMPARADA

Manuel Loff, Gabriela Azevedo, Adriano Amaral

1. Introdução

Propomos neste capítulo um debate conceitual acerca da pertinência do uso do conceito de neofascismo para analisar a realidade contemporânea, a partir do exame dos casos brasileiro e português, desde 2015 e 2019, respectivamente, até aos nossos dias. Iniciamos a reflexão com a ligação dos movimentos contemporâneos com o fascismo clássico. Herdeiros diretos ou indiretos do fascismo da primeira metade do século XX, os movimentos que analisamos são agressivos e hostis a tudo que possa ser relacionado às tradições políticas emancipatórias e reforçam mitologias de unidade e comunidade (religiosa, nacional).

A reivindicação da ‘liberdade’ contra a ‘opressão’, apresentada retoricamente pelos neofascismos, se desdobra em meio à defesa do individualismo como possibilidade única de acesso a bens e serviços essenciais como trabalho, renda e habitação.

Ao investigar as especificidades de cada caso, concluímos que, à sua maneira, estamos diante de dois exemplos de movimentos com raízes históricas nas culturas políticas reacionárias dos dois países, mas que estão em articulação com teias internacionais capilarizadas em espaços do Norte e do Sul Global.

2. Definir o fascismo a partir da História

Ao lidar com a emergência do fascismo, Walter Benjamin (2011 [1940]) interpretou-o como uma tendência imanente do capitalismo. Mais do que isso, Benjamin propôs uma crítica ao historicismo, ao positivismo e a correntes do materialismo histórico que, cada qual à sua maneira, cingiam suas análises a leis estruturantes, ao olhar frio sobre os fatos e/ou grandes feitos e personagens que, robotizadas, faziam profissão de fé ao ‘progresso’ e deixavam de ter em conta a agência transformadora dos vencidos (i.e., *luta de classes*). O filósofo alemão olhava aterrorizado para historiadores e partidos que lhe eram contemporâneos. Enquanto o fenômeno histórico-político do fascismo não era entendido e propriamente desafiado, seguia seu movimento de empilhar corpos.

O trauma do fascismo em diferentes países europeus fez erigir a partir do pós-guerra, no desenho institucional dos Estados de direito, mecanismos de internalização de acordos internacionais e favoreceu a criação de instituições articuladoras de uma comunidade de países, bem como de tribunais que julgaram e condenaram perpetradores de violações de direitos humanos. Ao longo da segunda metade do século XX, a democracia liberal, através da qual emergiram previamente alguns dos primeiros fascismos, foi eleita a guardiã, em escala local, da dignidade humana, da expansão de direitos e garantias para que não mais voltasse a se produzir o terror (fascista) (Bobbio, 1994 [1985]). E, no entanto, jamais o fascismo, enquanto movimento, acabou (Griffin, 1991; Ignazi, 2023; Paxton, 2004; Rosas, 2024). Embora em muitos contextos nacionais tenha passado à clandestinidade (lugar onde esteve e está o comunismo em inúmeras realidades locais), o fascismo permaneceu vivo e muitos dos seus partidários e herdeiros optaram por incorporar as hostes das organizações das direitas tradicionais, numa estratégia que, a médio prazo, produziu como efeito a radicalização destas e o esvaziamento de quaisquer barreiras que impedissem a colaboração entre os diferentes setores das direitas. O tamanho da sua sombra – sobretudo da memória do genocídio e da ‘guerra total’ que produziu, em múltiplas dimensões, a industrialização da morte como súmula da modernidade – foi levado a sério, mas a tal ponto foi ela sacralizada (processo visível sobretudo na transformação de *Auschwitz* num ícone

de uma ‘religião cívica’, por isso mesmo suscetível à manipulação por atores políticos como o Estado de Israel), que deixou de ser percebida como novamente passível de concretização na experiência histórica. Nesse sentido, a leitura de Walter Benjamin permanece atual. Para historicizar o fascismo devidamente, ou seja, reconhecer nele as características que efetivamente teve e tem, é preciso ter em conta seu potencial de atração de pessoas e sua capacidade de destruição. Em outras palavras, é preciso dessacralizá-lo. Hoje, o fascismo volta a aparecer, no interior do capitalismo, como uma possibilidade tangível (Palheta, 2018). Daí a necessidade de não evitar a sua identificação.

Na atualidade, embora já exista razoável consenso quanto ao uso do conceito de ‘genocídio’ para apontar eventos que acontecem à luz do dia, como o conflito em Gaza¹, há ainda o temor do reconhecimento político-intelectual do fascismo². Desse modo, proliferam análises que identificam as forças políticas mais reacionárias como ‘extrema direita’ ou ‘direita extrema’, ‘neoliberalismo autoritário’, ‘extrema direita populista’, entre outras. Na contramão, há estudos que, apontando a relevância do estado de exceção, verificam a consolidação de regimes fascistas do século XX e permitem analisar o século XXI. São as contribuições de autores como Woodley (2010), Neocleous (1997), Loff (2020, 2021) e Kallis (2000, 2003). Nas convergências dos autores, observa-se que no processo de fascistização estão presentes a erosão democrática, a retórica de reorganização política para uma efetiva transição autoritária, a busca de legitimidade popular para equalizar a relação da dinâmica política com a institucional, a permanente articulação da crise do medo no discurso, a adoção da figura do inimigo e a paulatina securitização das políticas com uso crescente de violência (Amaral, 2023).

¹ O Relatório da ONU “A/79/363: *Report of the Special Committee to Investigate Israeli Practices Affecting the Human Rights of the Palestinian People and Other Arabs of the Occupied Territories*”, de 2024, identificou práticas compatíveis com genocídio no conflito utilizadas por Israel. Autores de variados campos do saber já utilizavam a terminologia para analisar o conflito, tendo em conta a historicidade do mesmo e, muito especialmente, a dinâmica desde outubro de 2023.

² Destaca-se, por exemplo, o caso de Enzo Traverso (2019), para quem neofascistas seriam somente os movimentos que reivindicassem o legado fascista, eximindo a pesquisa histórica e historiográfica de analisar a pertinência do conceito. Em alternativa, a noção de populismo abarcaria demais realidades.

Sem escrutinar todas as manifestações empíricas do (neo)fascismo no globo nas últimas décadas, seja como movimento em expansão, seja como organização com condições de governar um Estado, passamos a análises casuísticas. Para tal, destacamos alguns elementos sobre os fascismos no século XXI:

(i) as chamadas ‘extremas direitas’ atuais posicionam-se no mesmo ponto do espectro político em que o fascismo clássico se posicionou nos anos 1920-40 e os neofascismos se posicionaram depois de 1945; isto é, não há um fascismo no ponto mais extremo e uma nova ‘extrema direita populista’ num ponto intermediário entre fascismo e direitas tradicionais;

(ii) esses movimentos neorreacionários (e seus líderes) (Durand; Sindaco, 2015) são herdeiros diretos (Giorgia Meloni, Marine Le Pen, Santiago Abascal, por exemplo) ou indiretos (a maioria dos outros) da tradição e da cultura política fascista do período clássico, por muito que assumam cautelas táticas que os levam a não as defenderem abertamente; essa herança está presente no elogio e na reivindicação orgulhosa dos aspectos e experiências mais ‘reivindicáveis’ do fascismo clássico à luz do contexto político do século XXI, como, por exemplo, o anticomunismo e a guerra contra a URSS ‘em nome da Europa’, a retórica social centrada na comunidade nacional, a reivindicação da prioridade da nação, a ‘probidade’/‘incorruptibilidade’ dos seus líderes, a mitologia da ‘comunidade’ e da ‘unidade’ (nacional, local, étnica);

(iii) mantém-se o mesmo posicionamento neorreacionário especialmente hostil e agressivo face às esquerdas e às tradições progressistas e emancipatórias, ainda que hoje atualizado pelas novas batalhas ‘culturais’ (como as próprias extremas direitas as designam), que reproduzem o essencial do posicionamento anticomunista, antifeminista, racista/culturalista do fascismo clássico;

(iv) existe a mesma procura e identificação de um ‘inimigo interno’, que pode ser o comunista, uma minoria étnica historicamente presente dentro das fronteiras do Estado, mas descrita como exterior/inimiga da nação, ou uma nova minoria étnica e/ou religiosa que surge das migrações e que, sempre dentro desta perspectiva, questiona a unidade (que se pressupõe existir) da comunidade nacional;

(v) permanece o mesmo recurso a metáforas que recorrem a uma linguagem manipulada do campo da medicina, que falam do câncer, do vírus, da contaminação que a presença do outro e/ou a sua imigração provoca, como fonte potencial de perigo existencial para a comunidade nacional e para a sua articulação numa comunidade mais ampla, culturalmente descrita como ‘Ocidente’;

(vi) está presente a reivindicação cínica da ‘liberdade’ contra a ‘opressão’ da ‘ditadura cultural marxista’, a qual, mesmo que possa criar a aparência de um ‘populismo ultraliberal’ ou neoliberal, não elimina a natureza autoritária e punitivista destas direitas extremas; recorde-se que também os fascismos clássicos reivindicavam a ‘liberdade nacional’ contra o que já então descreviam como a ‘ditadura marxista’ (designadamente no caso alemão). Como escreveu Thomas Mann em 1940, “se um dia o fascismo chegar à América, chegará em nome da liberdade” (*apud* Riemen, 2012, p. 47);

(vii) o argumento mais eficaz da análise política que nega a natureza (neo)fascista das extremas direitas do século XXI centra-se na pluralidade interna delas: posicionamentos diversos em política internacional, mas sem nunca pôr em questão o ‘ocidentalismo’ e a supremacia ocidental sobre o Sul Global; há maior ou menor grau de confessionalismo (cristão ou judaico), o que pode produzir posições diversas em políticas de gênero e direitos reprodutivos, mas que devem ser explicadas mais pelo contexto nacional e pela cultura política dominante sobre laicidade e direitos reprodutivos, que, como em França, Escandinávia ou Portugal, as podem inibir de querer reabrir o debate sobre o aborto ou sobre o casamento para todas as pessoas (mas adoção e autodeterminação de gênero são unanimemente combatidas). Este argumento tende a omitir que de pluralismo são feitos todos os movimentos e correntes políticas, sobretudo em fase de ascensão e de maior capacidade de agregação de setores políticos diversos que notam nestes movimentos oportunidades de ruptura – e é o que está a acontecer desde inícios deste século;

(viii) também os movimentos e regimes fascistizados (isto é, nascidos fora do âmbito estrito do fascismo mas que, na era do fascismo clássico, dele se aproximaram e dele adotaram a maioria das características: salazarismo, regime militarista japonês da era Shōwa,

franquismo, o regime de Vichy, fascismos periféricos da Europa Oriental e da América Latina), por terem origens diversas das do fascismo e por serem naturalmente mais plurais que este, foram e são considerados frequentemente não fascistas por quem procurou criar um ponto intermediário ‘autoritário mas não totalitário’ entre as direitas liberal-conservadoras (dentre as quais saem muitos dos quadros dos fascismos já na fase do regime no poder) e os fascismos (Payne, 1995; Pinto *et al.*, 2022).

Considerando esses elementos, na história recente, Brasil e Portugal testemunharam o crescimento de movimentos de cunho fascistizante. São movimentos geralmente confessionais, anticomunistas, defensores da perspectiva de liberdade dos opressores. A atualização daquele ideário reacionário se deu *pari passu* à disseminação do individualismo (e seus correlatos como o ‘empreendedorismo’³) como possibilidade única de resolução para a assimetria de acesso a bens e serviços essenciais, o que não descaracteriza sua classificação, mas sim a reforça. Nesse sentido, trabalho, renda e habitação, por exemplo, passam a ser alcançáveis a partir do sucesso da pessoa e não necessariamente dos direitos coletivos. O Estado – e não a nação, formada por indivíduos que partilham determinados valores – torna-se um empecilho à possibilidade do desenvolvimento pleno do ser, já que coloca limitações de isonomia e equivale o que não se deveria equivaler (nacionais e estrangeiros; pessoas cis heterossexuais e pessoas homossexuais/transgêneros/não normativas, entre outros).

3. O (neo)fascismo no caso brasileiro

Entre 1964 e 1985, o Brasil esteve sob ditadura militar. Generais ocupavam o posto da presidência sem que houvesse voto popular direto. Havia dois partidos políticos – a Arena, situacionista, e o MDB, que representava a oposição na institucionalidade. Os partidos participavam de pleitos locais. Além de censura, os militares

³ Neste ponto, vale citar Rodrigo Nunes, para quem a lógica empreendedora se arvora na arquitetura política das figuras do campo: “em vez dos movimentos de base com organização paramilitar característicos do fascismo histórico, a direita tende a se organizar em torno de ecossistemas daquilo que poderíamos descrever como ‘empreendedores políticos’” (2024, p. 11).

praticavam espionagem e tortura contra opositores e promoviam processos de colonização interna de regiões pouco povoadas, como o Norte do país. Mais de oito mil pessoas de diferentes etnias dos povos originários brasileiros foram assassinadas nesse processo, o que eleva consideravelmente as estimativas de vítimas que consideram apenas os desaparecidos políticos em contextos urbanos (Calheiros, 2015; Risso e Carvalho, 2022).

A saída da ditadura iniciada a partir da aprovação da Lei de Anistia (nº 6.683, sancionada pelo presidente João Batista Figueiredo em 28 de agosto de 1979) não deflagrou um processo de responsabilização pelo terror provocado pelo Estado nas duas décadas de regime militar. A disputa da memória sobre a ditadura aconteceu não em amplo debate público dedicado ao tema (uma Comissão Nacional da Verdade só foi instalada em 2012, com atuação até dezembro de 2014, data da entrega do relatório final), mas nas escolas, universidades e em pautas esparsas nas eleições.

Com a negociação para a retomada do poder pelos civis, a direita, que estava aglutinada especialmente na Arena, após a ditadura se esfacela em vários partidos políticos diferentes. Segundo Berlatto, Codato e Bolognesi (2016), em 2016 havia cinco grandes partidos de direita e mais oito pequenos. O alto número de partidos políticos no Brasil (em 2002 havia 19 partidos com representação na Câmara dos Deputados e em 2018 já eram 29) não revela uma superespecialização ideológica. Sem grandes expoentes teóricos, especialmente fora da social-democracia, a direita se distribuía nos anos 1990 e 2000 em vários partidos fisiológicos, compondo o grande grupo denominado ‘centrão’, participante ativo de qualquer governo, eleito pela esquerda ou pela direita. O autoritarismo (e a presença de diferentes militares), contudo, não desapareceu do discurso político partidário, mas perdeu sucessivas eleições para o executivo federal (Santos e Tanscheit, 2019).

O movimento bolsonarista está dentro da tradição mais à direita, de espectro (neo)fascista. Essa afirmação, defendida ao longo do capítulo, é um posicionamento diante de amplo debate. Sahd mapeou, em 2021, dois grupos de autores que (i) reconheciam a existência de um neofascismo conceitualmente, verificável em personagens como Bolsonaro, entre os quais estão Löwy (2019, 2020, 2021), Safatle

(2020), dentre outros; ou (ii) que não reconheciam a possibilidade de verificação do fascismo na atualidade, e, mais especificamente, em Bolsonaro, dentre os quais cita Marilena Chauí (2019) e Atílio Boron (2019). Em 2024, Sahd analisou a retórica bolsonarista e, ainda que tenha receio de classificar definitivamente Bolsonaro como neofascista, apontou novamente autores, agora internacionais, que permitem essa classificação⁴ (Sahd, 2024).

Boito Jr (2019a, 2019b, 2019c, 2020, 2021) caracterizou o governo e a base social de Bolsonaro como neofascistas, atento às particularidades da natureza e da dinâmica da crise política brasileira no período entre 2015 e 2018, típicas das crises que dão origem ao fascismo. Fontes (2019), Arcary (2019), Mattos (2022) e Soares (2020) podem ser incluídos também no primeiro grupo da classificação de Sahd (2021), à medida que defendem a adequação da denominação (neo)fascista ao bolsonarismo (cada autor com razões distintas), convergindo na possibilidade do uso do conceito para analisar a realidade. Igualmente, Arantes, Frias e Meneses (2024) localizam no neofascismo a direita autoritária e insurgente que se organizou crescentemente no país a partir de 2015.

Propomos a análise do caso brasileiro precisamente a partir de 2015 para abarcar e ter como pressuposto um processo histórico marcado por uma crise de representação, por momentos de ampla contestação social e por uma transição autoritária (Loff, 2019, 2020; Amaral, 2023) que contribuíram para a consolidação do panorama político recente. Não queremos incorrer em tropeços teleológicos na interpretação retrospectiva, mas sublinhar a complexidade de momentos específicos e seus legados de contradições nos contextos político e social do país. Mobilizamos, ainda, uma concepção analítica de ciclo político debatida por Bringel e Domingues como *“un proceso que se despliega en el mediano y largo plazo en los sistemas políticos, configurando y movilizandando agentes, agendas e instituciones”* (2022, p. 272).

⁴ Os autores que utilizam o populismo para analisar uma ampla gama de realidades locais também estão citados e abarcados em sua defesa de produzir ciência que se foque menos na terminologia e mais nos impactos da política de ‘extrema direita’.

O governo de Bolsonaro terminou em dezembro de 2022, sem reeleição. O então presidente foi derrotado, justamente, pelas forças políticas que buscou criminalizar ao longo de sua governação (nomeadamente partidos e movimentos sociais à esquerda no espectro político brasileiro)⁵; mas, ao mesmo tempo, pelo exato campo político que liderou o país entre 2002 e 2016 e que, paulatinamente, se viu afastado das ruas e das demandas populares, apostando na defesa de uma institucionalidade sobre a qual incidia menos do que imaginava (Haubrich, 2018). Torna-se necessário, portanto, compreender de forma aprofundada os elementos dessa crise, possíveis (re)configurações entre campos políticos e as particularidades do ciclo político em que emergiram condições e contradições para uma escalada autoritária e para a expressão do neofascismo brasileiro enquanto movimento e governo.

3.1. Da deposição de Dilma Rousseff à eleição de Bolsonaro

57

Após mais de duas décadas de ditadura militar brasileira, a transição de poder para os civis iniciou-se, com eleições indiretas, em 1985, com a posse de José Sarney. Em 1989 ocorreram eleições diretas para a presidência: Fernando Collor de Mello começou seu mandato em 1990, permanecendo no cargo até ser definitivamente afastado em 1992. Seu vice, Itamar Franco, governou até a eleição de Fernando Henrique Cardoso, que foi o presidente de 1995 a 2002 (quando acabou seu segundo mandato). Os presidentes eleitos até 2002 faziam parte da chamada centro-direita. A partir de 2002, o Partido dos Trabalhadores ganhou uma série de eleições presidenciais: 2002 (Lula), 2006 (Lula), 2010 (Dilma), 2014 (Dilma). Um desgaste natural do petismo era uma expectativa razoável. Em 2014, quando Dilma Rousseff foi reeleita presidenta, ela o foi por pequena margem, após grandes mobilizações

⁵ A frente ampla de partidos e forças sociais que levou Lula ao terceiro mandato extrapolava em muito, mas incluía, o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), dentre outros.

populares opositoras do ano anterior⁶. Esse segundo mandato ensaiou um redirecionamento no modelo político-econômico petista, agora com maior ênfase em políticas neoliberais de austeridade fiscal. A nomeação do *Chicago boy*⁷ Joaquim Levy como ministro da Fazenda era sinal de que Dilma acenava mais fortemente ao mercado e ao meio empresarial, o que não resultou.

Embora o governo se reivindicasse do campo da esquerda, forças políticas de direita seguiram conquistando espaço (no governo e fora dele) e ocuparam as ruas (inclusive mimetizando práticas de contestação tradicionais do campo progressista). Dezenas de grupos ‘organizados’ se multiplicaram, contando com o alcance e a velocidade das redes sociais, articulados em volta de elementos como patriotismo e a pauta anticorrupção, que logo ganharia caráter destituente. Alonso (2017) destaca várias tendências na rua: o movimento ‘Vem pra Rua’ na liderança do espectro mais liberal; no meio do caminho, o ‘Movimento Brasil Livre’ (MBL), com grande popularidade entre os jovens; e, na frente reacionária, o ‘Revoltados On Line’. O ano de 2014 era, portanto, de inflexão na disputa política.

A instabilidade institucional também aumentou e, em julho desse mesmo ano, teve início uma megaoperação para investigar práticas de corrupção, embalada pelo espírito ‘moralizante’ (associado ao antipetismo) que dominava parte da opinião pública. A ‘Operação Lava Jato’ conquistou apoio popular e o seu rosto passou a ser o do

⁶ Tais mobilizações foram iniciadas com pautas sobre o custo de vida (valor das passagens de ônibus, por exemplo) e relacionaram a realização dos megaeventos Copa do Mundo FIFA de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016 no país com a precarização da vida. Sem lideranças autoproclamadas, os protestos abriram as ruas às multidões, que trouxeram tanto demandas por democracia direta, como pautas anticorrupção. Os processos de contestação política de 2013 e as capitulações à direita (muito expressivas a partir de 2015) são objeto de debate (Azevedo, 2019). No campo mais ligado ao PT, os protestos organizados contra o governo Dilma em 2013 são interpretados como germe do fascismo no Brasil (Souza, 2015, 2016; Chauí, 2013a, 2013b). Tal posição é incompatível com análises que, observando a dinâmica regional, nacional e internacional de 2013, reconhecem suas pautas como antissistêmicas, majoritariamente à esquerda, propositoras de novas formas de luta e organização política coletivas (Arantes, 2014; Arantes, Frias, Meneses, 2024; Santos, 2022). A posição do PT, portanto, derivaria, em última análise, da crítica a um elemento constituidor da sua história (mobilização política nas ruas à esquerda), mas que, ao lhe ter escapado do controle, deixaria de ser viável (Magalhães, 2023).

⁷ Como são conhecidos economistas formados pela Escola de Chicago, ortodoxos e defensores da implementação de políticas neoliberais.

juiz responsável pelos processos dela derivados, Sérgio Moro – que mais tarde comandaria o Ministério da Justiça no governo Bolsonaro e, em 2023, assumiria mandato como senador da República.

Segundo as leituras críticas organizadas por Kerche e Ferres Jr. (2018), a bandeira anticorrupção serviu de abrigo para um ativismo judicial conservador, procedimentos judiciais abusivos e irregulares, prisões espetaculares e ilegais, conluio entre acusadores e juiz, e um protagonismo na cena política com efeitos tanto na degradação do governo Dilma como nas eleições de 2018, com a prisão de Lula. Também Albuquerque (2021) e Serrano, Bonfim e Serrano (2021) debateram aspectos como parcialidade, autoritarismo e medidas de exceção por parte das instituições de controle como marcas da desestabilização da democracia brasileira. Para além do abuso em suas práticas e pela atuação política e persecutória dos órgãos de controle (além do juiz, também o procurador dos processos movidos contra Lula assumiu mandato no Legislativo no campo da direita, tendo sido cassado posteriormente), o legado de consequências políticas, econômicas e sociais da Lava Jato é, ainda hoje, estudado.

Boito Jr. (2021) entende esse ativismo político da burocracia do Estado (especialmente do Judiciário e da Polícia Federal) como elemento característico das crises políticas que antecedem o fascismo. A partir de Poulantzas, o autor sintetiza e discute, à luz do caso brasileiro, seis elementos que caracterizam a crise política que leva ao fascismo:

- a) acirramento dos conflitos no interior do bloco no poder; b) crise da representação partidária das classes dominantes; c) ativismo político da burocracia civil e militar provocando crise institucional; d) série de derrotas e situação defensiva do movimento operário; e) constituição da pequena burguesia como força social distinta; e f) a crise ideológica generalizada (Boito Jr., 2021, p. 11).

Como resume Alonso (2017), logo na virada para 2015, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), derrotado nas eleições presidenciais, formalizou junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) um pedido para cassação do mandato de Dilma Rousseff por alegada fraude nas apurações de votos. Lideranças petistas foram presas no âmbito da Lava Jato, fortalecendo a ofensiva contra o partido; e o

Parlamento, pelas mãos de Eduardo Cunha (deputado do Rio de Janeiro, da bancada conservadora evangélica, então presidente da Câmara dos Deputados), instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar casos de corrupção na Petrobras.

Multiplicaram-se rapidamente as frentes de desestabilização com ‘pautas-bomba’ aprovadas pelo Parlamento em explícita sabotagem às iniciativas de um governo encurralado, com a reprovação popular da presidenta chegando aos 71% (*El País*, 2015) e com grandes manifestações organizadas pela direita em todos os estados brasileiros. Em tais atos, estava presente o crescente movimento de massa que Boito Jr. trata como “embrião do movimento neofascista” (2021, p. 17), uma força social reacionária e ativa, também característica da crise política que pode originar o fascismo, segundo o autor. A inflamada multidão (vestida das cores nacionais, verde e amarelo, para evocar o patriotismo) veria, então, em outubro de 2015, o acolhimento do pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff pelo presidente da Câmara.

O acirramento das contradições entre campos políticos fez erigir novos protagonismos à direita, mais fortalecida e, também, uma reconfiguração à esquerda. Em outubro de 2015 foi lançada a Frente Povo Sem Medo (FPSM), uma articulação entre quase 30 entidades que reuniu sindicatos, movimentos de juventude, grupos culturais e setores da Igreja Católica numa frente de mobilização contra as medidas de austeridade e em defesa de uma agenda de reivindicações populares, incluindo a resistência ao processo golpista em curso. A Frente Brasil Popular (FBP), entre outros atores e movimentos, também buscava recompor a articulação da esquerda. Foi formada também em 2015 por partidos como o PT e movimentos como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Ali, a crítica aos retrocessos nas políticas econômicas, sociais, securitárias (lei antiterrorismo e criação das associações criminosas incluídas), entre outras, do governo de Dilma Rousseff, eram atenuadas frente à luta contra a derrubada do governo.

As duas frentes articularam e mobilizaram atos simultâneos e sequenciais entre o final de 2015 e os primeiros meses de 2016, na tentativa de disputar as ruas, as pautas e a atenção midiática com liberais-conservadores e autoritários/reacionários/extremistas/

fascistas que, “a despeito de suas diferenças e tensões, unificaram-se, radicalizaram-se e passaram a marcar o ritmo da agenda política” (Bringel, 2022, p. 174). As direitas contavam com apoio material do empresariado e de associações patronais, dentre as quais a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) (Alonso, 2017).

Dilma foi efetivamente impedida em 2016, por meio de um golpe jurídico-político articulado no Parlamento, impondo um fim a 14 anos de governação sob a liderança do PT. Segundo Limongi (2023) e Miguel (2019), neste processo ficaram ressaltadas as contradições do presidencialismo de coalizão, modelo de governação adotado pelos governos petistas, e, como uma ficção jurídica, foram expostas as relações entre o empresariado, os veículos de comunicação e os poderes Legislativo e Judiciário. Michel Temer, que era o vice de Dilma, assumiu o mandato e formou um governo majoritariamente composto por homens, brancos e grandes empresários, tendo acentuado, também, a militarização do governo e do Estado. Um de seus primeiros êxitos foi a aprovação do ‘teto de gastos’, medida que constitucionalizou a austeridade com a limitação dos gastos públicos por 20 anos. Outras medidas seguiram a trilha de implementação da agenda de políticas neoliberais autoritárias (Bruff, 2014).

Em 2017, os atores políticos tradicionais seguiram em descrédito e as ruas menos mobilizadas, tanto à direita quanto à esquerda. Acumularam-se derrotas para a classe trabalhadora, especialmente na regulamentação das relações de trabalho e da segurança social. Ainda nesse contexto, a participação da esquerda nas eleições era certa, mas restavam dúvidas sobre uma possível candidatura de Lula, seu maior nome. Inviabilizado e preso, Lula voltou à cena somente no pleito eleitoral seguinte, quando saiu vencedor, aliado a uma parcela de seus algozes. Nas palavras de Arantes, Frias e Meneses (2024, p. 169), a direita dita liberal pretendeu, com a eleição do terceiro governo de Lula em 2022, “fechar a caixa de Pandora que ela mesma abriu em 2014”, no contexto da contestação do resultado das eleições presidenciais.

3.2. A consolidação da virada conservadora no Brasil

Segundo Silva (2021), o processo jurídico-político que levou à deposição de Dilma Rousseff continuou a produzir efeitos reacionários nas eleições presidenciais de 2018. A prisão de Lula ocorreu em

62 | abril daquele ano, no âmbito da Operação Lava Jato, por decisão do então juiz Sérgio Moro. Jair Bolsonaro saiu vitorioso no pleito contra Fernando Haddad (substituto de Lula na chapa, ex-prefeito de São Paulo e ex-ministro da Educação) após uma campanha marcada por disseminação de *fake news* e pelo discurso de ódio. Bolsonaro é um ex-capitão expulso do Exército Brasileiro, que fez sua vida política (foi uma vez eleito vereador do município do Rio de Janeiro e, desde 1991, sucessivamente venceu disputas para deputado federal, representando o estado do Rio de Janeiro) no centro majoritário e sem contornos ideológicos, que é a base de todos os governos do país a partir da redemocratização. Compunham o movimento reacionário da sua campanha presidencial setores expressivos do empresariado e as igrejas pentecostais e neopentecostais, estas últimas elementos da disputa ideológica junto à classe trabalhadora (Boito Jr., 2021). Para Bringel (2022), a adesão de várias igrejas cristãs, especialmente dos referidos setores protestantes, viabilizou a política de base da candidatura de Bolsonaro. Boito Jr. (2021) sublinhou, ainda, que as pesquisas de intenção de voto e o mapa das apurações de 2018 demonstraram que não somente os mais pobres, mas também os setores de renda mensal média e alta (qual oito ou nove sobre dez), votaram no candidato que defendia abertamente a ditadura militar, a tortura e os torturadores.

O ex-capitão representava e representa, portanto, os movimentos que passariam a intensificar manifestações públicas de teor racista, misógino e homofóbico (Silva, 2021). Segundo Bringel (2022, p. 182), Bolsonaro “não pode ser lido [...] de forma individual, pois forjou algo mais amplo: o bolsonarismo como vetor de revitalização do campo autoritário-reacionário que existia, mas estava em latência no país durante a hegemonia do ciclo democratizante⁸”. Não se poderia desconsiderar, ainda, o contexto histórico mais amplo de uma democracia recente e frágil após 21 anos de um regime autoritário no âmbito da ditadura militar que tomou o poder via golpe de Estado em 1964 e governou o Brasil até 1985. Bolsonaro não foi uma excrescência ou um fato accidental da política brasileira, mas, sim,

⁸ Para Bringel (2022, 2020), o ciclo democratizante emerge das lutas contra a ditadura na década de 1970.

fruto de um processo social e histórico e da (re)articulação de forças políticas e das classes dirigentes no país, em escalada autoritária. Seu governo e o movimento (bolsonarismo) que a ele subsiste se revelam como expressão contemporânea do (neo)fascismo no país (Azevedo e Amaral, 2023; Loff, 2021, 2019; Boito Jr., 2021, 2020; Soares, 2020).

A caracterização do governo Bolsonaro como neofascista se relaciona à sua própria agenda institucional, suas pautas, agitação e comunicação direta e intensa com a base de apoio, através de *dog whistles*, por exemplo. Seu discurso contrário ao racionalismo também é um indício, muito especialmente na oposição aos achados científicos que orientavam possíveis políticas de manejo da covid-19 no país. Bolsonaro radicalizou a exceção como paradigma de governo (Agamben, 2004), que, característica da herança do período ditatorial, já era uma marca de diferentes gestões estaduais e nacionais, de variados espectros políticos (Azevedo, 2019). Durante sua administração, intensificou-se a política de superlotação no sistema penitenciário, bem como violações sistemáticas de direitos humanos em variadas frentes.

A escalada autoritária e de exceção se expressa nas políticas ambientais do governo Bolsonaro que passaram pela facilitação do garimpo, da mineração e da extração de madeira, bem como de outros extrativismos, além da expansão subvencionada do agronegócio, que agravaram, desde 2019, as ameaças às comunidades tradicionais com invasões, assassinatos e aliciamento⁹. A facilitação do acesso às armas e munições pela população em geral, compromisso do governo Bolsonaro, ganhou particular ênfase no incentivo ao armamento do produtor rural para defesa da propriedade. Os conflitos e violência no campo vitimaram a população sem-terra, assentados, posseiros, indígenas e quilombolas (ocorrências englobam expulsão e despejo de famílias; destruição de casas, roças e outros bens; pistolagem e invasão). Assentamentos e programas voltados para assentados e populações sem-terra praticamente desapareceram na gestão de Bolsonaro, assim como o reconhecimento de terras quilombolas, que caiu ao menor

⁹ Dentre as referências sobre os conflitos no campo e particularmente com indígenas, destacamos os relatórios da Comissão Pastoral da Terra: "Conflitos no Campo Brasil 2019" e "Conflitos no Campo Brasil 2020". Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/>. Acesso em: 04 nov. 2025.

patamar registrado desde 2004 (ano em que foram estabelecidas as regras de certificação vigentes). A demarcação de terras indígenas foi completamente paralisada (Ramos, 2021).

A crescente criminalização, com cunho racista, de indivíduos e coletividades inteiras, que vitimiza cotidianamente, por exemplo, as favelas e zonas periféricas, ainda que tenha relação com governos anteriores, é elemento de destaque. Políticas de segurança ‘hiperpunitivistas’, baseadas no discurso da insegurança, da impunidade e da guerra ao crime, legitimaram a violência nas periferias e a letalidade policial (Amaral, 2021). Plataforma de governo e política implementada, a segurança pública baseada na guerra interna e na morte de jovens negros passou a ganhar mais destaque entre políticos de extrema direita e em suas promessas em campanhas estaduais. A relação com a Minustah¹⁰ também deve ser analisada, à medida que ali se deu um laboratório de políticas e estratégias de segurança pública implementadas posteriormente no Brasil, por exemplo, nas operações de Garantia de Lei e Ordem (GLO). Além disso, os generais que comandaram a missão participaram dos governos civis crescentemente desde 2014¹¹. Dentre ex-comandantes da Minustah, compuseram o governo Bolsonaro os generais Augusto Heleno, Carlos Alberto Santos Cruz, Floriano Peixoto Vieira Neto, Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Edson Leal Pujol (Arantes, Frias, Meneses, 2024).

Além disso, o agravamento das condições de vida da população como um todo durante a governação bolsonarista tem relação direta com a pandemia da covid-19. O governo não mobilizou seus recursos (humanos, financeiros) no sentido de conter imediata e efetivamente o avanço da pandemia. A resposta foi negacionista e genocida, de modo que as políticas desenvolvidas no sentido de evitar contaminações e assegurar renda emanaram do Legislativo, de executivos locais ou de decisões judiciais. O país esteve, de fevereiro de 2020 a outubro de 2022, em emergência sanitária e acumulou mais de 700 mil mortes decorrentes de infecção pelo coronavírus, sendo a maioria de pessoas

¹⁰ Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti coordenada pelo Brasil entre 2004 e 2017.

¹¹ Além da militarização do governo, um elemento caracterizador do processo fascista é a sua relação com milícias locais (Mattos, 2022).

negras e pobres. A quantidade de mortes ‘evitáveis’ não é consenso na área da saúde, mas o equívoco da política adotada, sim (Arantes, Frias e Meneses, 2024, p. 150).

Os números da economia, a ofensiva contra veículos de comunicação e a condição de pária internacional (muito especialmente em função do manejo da pandemia) levaram a uma situação em que parte do empresariado e da ‘direita liberal’ desembarcou do projeto bolsonarista. A não reeleição de Bolsonaro em 2022, apesar de esforços não republicanos com o uso da máquina pública, se deu com a volta de Lula, após a anulação de sua condenação e o ostracismo da operação Lava Jato. Mas a paz não é total: “o governo Lula 3 é [apenas] um tampão contra a ascensão neofascista no Brasil” (Arantes, Frias e Meneses, 2024, p. 173).

4. A extrema direita portuguesa, da contrarrevolução ao neofascismo do século XXI

Herdeira de uma ditadura nascida na era e no contexto do fascismo clássico, mas cujos líderes negaram desde 1945, naturalmente, qualquer associação com o fascismo enquanto tal, a extrema direita portuguesa construiu a sua identidade ao longo dos 50 anos de democracia em torno de duas grandes bandeiras: (i) a do nacionalismo historicista, que descreve a grandeza da nação portuguesa como decorrendo do que chamam os ‘Descobrimentos’ e o que foi o domínio colonial, terminado por via de uma verdadeira ‘traição’ que se configurou a partir da formação do Movimento das Forças Armadas que, pela conspiração democrática, derrubou a 25 de abril de 1974 uma ditadura longa de 48 anos; (ii) uma leitura ultrarreacionária da Revolução Portuguesa de 1974-76, descrita em termos muito próximos daqueles que o fascismo na sua época clássica usou para descrever o impulso de democratização política e social que o fim da Primeira Guerra Mundial e a Revolução Soviética haviam desencadeado. A sua rearticulação orgânica sob a forma do partido Chega, iniciada em 2018 com a saída do seu fundador, André Ventura, do maior partido da direita portuguesa, o PSD, fez-se num contexto político e histórico (o da segunda década do século XXI) muito diferente do dos primeiros 40 anos da democracia

portuguesa, marcado pela mesma virada conservadora e reacionária e o mesmo neoliberalismo autoritário que, difusos ambos à escala mundial (mas especialmente ocidental), favoreceram a ascensão do bolsonarismo brasileiro¹².

A Revolução criou um quadro político emancipatório e hegemonicamente antifascista que dificultou muito a reorganização política de todos os setores das direitas portuguesas. A situação foi naturalmente mais difícil para a extrema direita, que havia constituído o grosso das fileiras do antigo partido único – a Ação Nacional Popular, versão marcelista (1970-74) da velha União Nacional salazarista (1930-70). Ao contrário do caso brasileiro, e exceção feita a altos comandos militares portugueses a partir de 1976, foram raríssimos os casos de destacados membros da hierarquia política derrubada em 1974 que conseguiram abrir para si próprios um caminho no Portugal democrático. As primeiras organizações da extrema direita, na fase inicial do processo de democratização (até setembro de 1974), empenharam-se especialmente na resistência à descolonização, naquela que os herdeiros da ditadura sabiam ser a única frente política pela qual poderiam superar os limites muito estreitos da sua base social de apoio. O seu envolvimento nas intencionalidades militares de setembro de 1974 e março de 1975 levou à ilegalização de quase todos esses partidos. O reconhecimento pleno do direito à autodeterminação dos povos africanos e asiáticos sob domínio português forçou a uma reconfiguração da identidade nacional incompatível com as teses tradicionais do nacionalismo colonial de Portugal. Para estes, vale o que Jaime Nogueira Pinto (o mais importante ideólogo da extrema direita portuguesa desde a fase final da ditadura) assegurou ter pensado ao fim do dia 25 de abril de 1974: “Portugal acabou” (Pinto, 1999, p. 498).

Nem por isso a extrema direita contrarrevolucionária de 1974-76 deixou de procurar um revanchismo por via armada, financiado pelas grandes fortunas portuguesas fugidas do país e com o apoio de

¹² Neste capítulo não se fará referência a dois outros partidos que coexistem com o Chega no panorama político da extrema direita portuguesa, mas com escasso sucesso eleitoral: o Partido Nacional Renovador/Ergue-te (fundado em 2000) e a Alternativa Democrática Nacional (2020). Os dois resultaram de processos de assalto de ativistas de extrema direita a organizações de tendência centrista pré-existentes para evitarem passar pelo Tribunal Constitucional, que verifica a legalidade formal dos partidos políticos.

serviços de informação de várias potências ocidentais, o que marcou a sua identidade para as décadas seguintes. Alguns dos protagonistas da época estão na origem da experiência mais bem sucedida da extrema direita portuguesa do último meio século: o partido Chega¹³. Entre o chamado ‘Verão Quente’ de 1975 e dezembro de 1976, o anticomunismo terrorista levou a cabo mais de 500 operações terroristas, das quais resultam um mínimo de dez vítimas mortais (Carvalho, 2017; Palacios, 2003). O anticomunismo armado constituiu, assim, a primeira plataforma de convergência política que permitiu à extrema direita pós-25 de Abril oferecer à maioria anticomunista da sociedade portuguesa a sua mundivisão reacionária e nacionalista do processo de mudança que o 25 de Abril havia aberto.

Não demorou muito tempo depois do fim da Revolução para que se tornasse comum reivindicar abertamente a ‘Cruzada Branca’ (como aparecia designada em material de propaganda da extrema direita da época) e uma memória de exaltação da violência anticomunista e antirrevolucionária de 1975-76 como fundadora da democracia (Loff, 2024). O fato de o “movimento da contrarrevolução de direita” dos anos 1974-77 ter permanecido um “tabu sagrado da história contemporânea portuguesa” (Dâmaso, 1999, p. 10), quer pelas suas imbricações com o resto de forças anticomunistas que acabaram por gerir todos os governos posteriores a 1976 (os partidos Socialista, PS, Social-Democrata, PSD, e o Centro Democrático e Social, CDS), quer pelo fato de não se ter concluído de forma substantiva nenhum dos muitos processos abertos na justiça contra os seus operacionais (Carvalho, 2017), permitiu que um revisionismo histórico insidioso perpassasse pela história que desde os finais da década de 1970 as direitas políticas e intelectuais contam da Revolução.

A cooptação do discurso foi-se fazendo, como seria de esperar, a par da cooptação de muitos dos quadros da extrema direita para dentro dos partidos da direita tradicional. “Os partidos do Centro-Direita, sobretudo o Centro Democrático e Social, especialmente a partir de

¹³ É o caso de Diogo Pacheco de Amorim, membro assumido de um dos movimentos terroristas da contrarrevolução (o MDLP) que, ainda nos anos 1980, assessorou Diogo Freitas do Amaral enquanto líder do segundo maior partido da direita tradicional, o CDS, tornando-se, depois, chefe de gabinete do sucessor deste (Borges, 2020).

1976, implementaram estratégias diversas tendentes à captação e à integração dos quadros intelectuais mais capazes da extrema direita, assim como à mobilização do seu eleitorado potencial, sem nunca aceitarem coligar-se com os seus partidos” (Madeira, 2019, p. 591). O processo acentua-se com o fracasso eleitoral (1980) da única tentativa de frente eleitoral dos pequenos partidos deste setor, divididos e enfrentados entre si até então, como frequentemente ocorre em setores políticos ultraminoritários.

Inicia-se, então, o “período da diáspora” (Marchi, 2016, p. 234) da extrema direita portuguesa em várias direções. Organicamente autónomo permanece até 1987 um único partido do período de 1974-76: o da Democracia-Cristã (PDC); uma quinzena de grupúsculos ultras vai surgindo e morrendo ao longo das duas últimas décadas do século XX (Pinto, 1998). A década cavaquista (1985-95) – o mais longo período de domínio contínuo da direita nos 50 anos de democracia em Portugal –, que fechou quaisquer possibilidades de sucesso às experiências organicamente autónomas da extrema direita e permitiu ao PSD congregar os apoios do conjunto das famílias políticas da direita e transformar Cavaco Silva no primeiro líder verdadeiramente popular na direita portuguesa desde Salazar (Loff, Madeira, 2024), propiciou sucessivas operações de cooptação de destacados ativistas da direita radical para dentro da nova esfera de poder que Cavaco consolidou. Os casos mais destacados foram os de Paulo Teixeira Pinto – oriundo dos movimentos estudantis da extrema direita do início dos anos 1980 e que, já numerário do *Opus Dei*, Cavaco chama para o assessorar na Presidência do Conselho de Ministros – e o do já citado Diogo Pacheco de Amorim, vice-presidente do Parlamento desde 2024.

De fato, a direita clássica portuguesa (como a brasileira) sempre incorporou homens e mulheres que assumiam, em determinado tipo de debates, valores abertamente próximos da extrema direita, frequentemente em linha de continuidade com o fascismo clássico. Em Portugal, optaram por estar politicamente organizados dentro desses partidos até quase ao fim dos anos 2010. O caso paradigmático é precisamente o de André Ventura, jovem dirigente do PSD que o

partido, liderado pelo ex-Primeiro-Ministro Passos Coelho,¹⁴ apresentara em 2017 à presidência do município de Loures (área metropolitana de Lisboa, governado pelo PCP). Ventura, então com 34 anos, conhecido apenas como comentador esportivo na TV, assumira abertamente um discurso racista contra a população Roma, procurando deliberadamente o escândalo público que, ao longo dos anos seguintes, alimentaria o interesse mediático pelo seu personagem. Ventura limitara-se a importar para o discurso político das direitas portuguesas uma das estratégias discursivas da extrema direita europeia que melhor reproduz a lógica de atração de públicos eleitorais, adotada pelo fascismo na sua época clássica e, de novo, na sua forma de neofascismo adequado às condições do século XXI: a articulação política da xenofobia de base etnonacionalista (a minoria cigana Roma, descrita como alheia à comunidade nacional e acusada de comportamentos incompatíveis com os valores desta), primeiro aplicada a um ‘outro’, objeto de um enraizado e consensual preconceito, mas rapidamente, uma vez verificado o sucesso da experiência, ampliada aos vários segmentos da população imigrante cuja presença na sociedade e no mercado de trabalho português foi crescendo desde o final da crise financeira. Por outras palavras, Ventura ainda permanecia no PSD (abandonaria o partido em 2018, com a mudança de líder) e já trazia para dentro da esfera das direitas tradicionais o mesmo “discurso etnonacionalista – ‘racialista’ na expressão dos seus animadores – baseado na defesa da homogeneidade racial contra os perigos da imigração e da mestiçagem” que Riccardo Marchi (2016, p. 235) havia detectado anos antes no Movimento de Ação Nacional (MAN) criado em meados dos anos 1980. Para Vicente Valentim, o que Ventura adotou a partir de então foi “a retórica da direita radical, violadora de normas, em que a oposição à minoria cigana era central”, percebendo que ela era “remuneradora” do ponto de vista eleitoral (Valentim, 2024, p. 152, 154).

Mal o Chega foi constituído, Riccardo Marchi, que se move muito à vontade nesta área política, procurou constituir-se como autoridade intelectual de referência sobre o partido. Num controverso ensaio de

¹⁴ Passos Coelho dirigiu o chamado governo da Troika, 2011-15, responsável pela aplicação dos termos draconianos do plano de ‘resgate’ da dívida soberana que o Estado havia contraído com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o FMI.

2020, sustenta que o Chega é “um partido populista da nova direita radical” que não se vincula às “referências clássicas da área nacionalista portuguesa”; as suas origens “perpassam todo o espectro político sem assentar raízes numa ou noutra cultura política em particular” (Marchi, 2020, p. 191).

Dois outros pesquisadores italianos que estudam o caso português situam o Chega na “extrema direita populista” (Goffredo Adinolfi *apud* Forti, 2019, p. 1), ou naquela que Steven Forti tem chamado a “extrema direita 2.0 que depois da crise de 2008 se foi expandindo por toda a Europa” (Forti, 2019, p. 2). No mesmo registro, o Chega aparece descrito como “um partido da direita radical nacionalista, autoritária e populista” (Martins, 2023) ou “populista com uma agenda radical de extrema direita”, mas cujos sucessos eleitorais estão a fazer com que “Portugal esteja a entrar perigosamente por um caminho neo-fascista” (Braz, 2023, p. 15). Fernando Rosas caracteriza os “documentos programáticos do Chega” como “um misto de colonial-salazarismo serôdio, de moralismo ultraconservador, de autoritarismo securitário, (...) de subversão da democracia e de neoliberalismo impiedoso contra todas as formas de justiça social e redistribuição da riqueza” (Rosas, 2024, p. 203).

A rápida progressão eleitoral do partido¹⁵ tem, naturalmente, obrigado a uma reflexão mais atenta sobre o fenómeno. Superada há muito a efémera tese que explicava a “exceção portuguesa” (em 2019, Portugal era dos últimos países europeus sem extrema direita representada no Parlamento) com base numa memória coletiva enraizadamente antifascista, herança da Revolução de 1974-76, nos parece estratégico para a defesa da democracia contribuir para o debate teórico da caracterização político-ideológica do Chega e das linhas de continuidade que nele se manifestam com a cultura política do fascismo clássico. Assim:

(i) A caracterização do Chega como “um projeto da direita antissistema” (Marchi, 2020, p. 13) não esconde o objetivo explícito do partido de derrubar o regime democrático resultante da Revolução

¹⁵ 1,3% dos votos nas eleições legislativas de 2019, 7,3% nas de 2022 e 18,1% nas de 2024 e 22,8% nas de 2025; o seu líder obteve 11,9% nas presidenciais de 2021.

de 1974 e criar uma ‘IV República’ portuguesa, no insólito pressuposto (de que habitualmente só os monárquicos partem em Portugal) de que a ditadura do Estado Novo (1926-74) teria constituído uma ‘II República’ e que hoje se viveria numa ‘III República’.

O CHEGA não é o colete de salvação da III República. Pelo contrário, o CHEGA trás [sic] consigo a IV República, tutelando uma Nação assente numa Constituição ideologicamente neutra, no fim da ditadura dos grupos de interesse, das elites, das minorias e da sua impunidade, tudo aquilo até onde nos trouxe a III República (Chega, [2025]).

A tese, muito superficial, da adesão (sincera ou pragmática) das direitas extremas do nosso século à base eleitoral representativa das democracias liberais em que operam foi claramente posta em xeque com os ataques trumpistas (2021) e bolsonaristas (2023) às sedes do poder Legislativo estadunidense e brasileiro. Não é por acaso que o partido incluiu na última versão que divulgou do ‘Manifesto Político Fundador’ o apelo a que “não subsistam quaisquer dúvidas [de que o Chega] preza e mantém plena confiança no sistema democrático” (Chega, [2025]) – o que não impediu que Ventura imitasse Bolsonaro e Trump no lançamento de suspeitas sobre a lisura do processo eleitoral de 2024 (Sampaio, 2024).

(ii) O nacionalismo é a característica mais expectável em qualquer discurso neofascista e de direita radical – exatamente como aconteceu na época do fascismo clássico. No caso português, hoje como sempre, ele vem acompanhado de um quadro de referências à dimensão colonial subsumida num discurso ressentido em favor da grandeza histórica e da proposta de lhe dar continuidade:

o CHEGA não pede, nem jamais permitirá que alguém peça desculpa pelo que fomos, pela nossa História, pela nossa maneira tão própria de estar no mundo e na vida. O CHEGA nunca pedirá desculpa por nós, portugueses, existirmos, termos existido e pretendermos continuar a existir pelos séculos a vir” (Chega, [2025]).

É neste campo que o discurso explícito do Chega mais se aproxima da herança da ditadura salazarista. Apostado em conseguir a sua “desdiabolização” (a expressão usada por Marine Le Pen para

a estratégia de normalização da antiga Frente Nacional francesa), o Chega, ao contrário das gerações da extrema direita portuguesa que o antecederam, procura, no seu discurso institucional, evitar elogiar ou sequer discutir a ditadura do Estado Novo, comportamento que mimetiza o dos discursos institucionais da direita tradicional (Loff, 2024). Esta estratégia passa por segregar a experiência colonial e a guerra de 1961-74 do conjunto da experiência histórica da ditadura, para, dessa forma, fazer o elogio da natureza ‘patriótica’ da guerra e promover ao estatuto de ‘heróis’ os veteranos dessa mesma guerra. O discurso e a parafernália simbólica do Chega, contudo, demonstram bem as linhas de continuidade do salazarismo. Um dirigente da juventude do Chega interpretava o *slogan* ‘Deus, Pátria, Família, Trabalho’ que André Ventura importou de Salazar como “o exemplo perfeito” da perda do medo de “ser-se de direita”:

72

era quase tabu nós [usarmos] (...) uma frase que tinha sido um lema daquilo que era o Estado Novo e Salazar e nós quase que tínhamos, principalmente a direita, medo de sequer pronunciar algo que tinha sido pronunciado por Salazar, por exemplo, ou medo de uma ligação direta ao regime do Estado Novo. Quando o André Ventura o disse, eu acho que ele rompeu uma barreira fundamental (Silva, 2023, p. 128)¹⁶.

(iii) Contudo, a retórica nacionalista do Chega – como de resto acontece com a generalidade da extrema direita ocidental – não se limita a falar de uma identidade portuguesa. Ela tem uma natureza ocidentalista e culturalista. Num dos arrevesados textos de Diogo Pacheco de Amorim, Portugal é “Grécia, Roma, Cristandade ... Europa. Na sua plenitude. Essa Europa que se debruçou sobre o mundo levando a todo o lado a sua cultura, a sua ciência, o seu poderio”, cuja “civilização [não deve ser] renegada, [nem] a cultura ignorada” e por “toda a sua História” não há “desculpas” a dar. É neste quadro meio mitológico que o Chega critica a União Europeia, de cujas instituições “saem normas, regulamentos e leis totalmente inspiradas pela avassaladora correção política” como “a cultura da

¹⁶ Sobre a tese “da nossa direita [que] continua colonizada pela esquerda” (Henrique Raposo) e que o Chega teria vindo emancipar, ver Loff (2024).

morte com a imposição do aborto, da eutanásia, a quase imposição da homossexualidade, da transexualidade [sic] e de tudo o mais que nesta área hoje existe” (Amorim, 2018, s.p.). Para lá do “politicamente correto” que violenta a “matriz” da cultura europeia e do Ocidente, as migrações são descritas como uma “invasão” de “carne humana” que os respectivos “traficantes [vêm] aqui despejar”, produto de uma política de “fronteiras escancaradas” promovida por um Estado dominado pela “oligarquia” e contaminado pelo “marxismo cultural e todo o seu cortejo de aberrações disformes” (Amorim, 2018, s.p.). O vocabulário nacionalista nativista (Bergmann, 2020) está presente na descrição da “tirania” que “rouba a uma comunidade os seus costumes, tradições e instituições consensualmente aceites e rectamente ordenadas para a vida livre e digna dos seus membros” (Chega, [2025]). Para o Chega, “esta questão é totalmente de vida ou morte, literalmente!” [sic] (Pedro Frazão) porque “há um problema estrutural que se chama substituição demográfica. A verdade é só uma: a União Europeia [UE] tem vindo a ser substituída demograficamente por filhos de imigrantes” (André Ventura *apud* Reis, 2022). Neste sentido, o Chega autoatribui-se “o dever de travar o perigo da substituição demográfica dos portugueses por causa da política de imigração extremista, herança de socialistas e aliados de extrema-esquerda”, empenhando-se em

quebrar esse interdito [do recalamento dos sentimentos de filiação à nação e à pátria], e encerrar o ciclo de racialização da sociedade, por não tolerar a humilhação da História de Portugal cujas consequências atingem a dignidade da identidade étnica e racial dos portugueses na sua terra ancestral” (Ribeiro, 2021 *cf.* também Feola, 2020).

Numa Universidade de Verão, o dirigente partidário Mithá Ribeiro pediu aos jovens do Chega “intransigência na defesa radical da ‘homogeneidade racial e étnica’ (Ribeiro *apud* Cheganos, 2021).

É sobretudo aqui que, na linguagem securitária do Chega, o ‘inimigo interno’ é encontrado: depois de anos apontando à comunidade cigana Roma, a xenofobia neofascista portuguesa concentrou-se, a partir de 2024, nas novas comunidades migrantes do subcontinente indiano, designadamente os oriundos de Bangladesh e do Paquistão,

majoritariamente muçulmanos, importando diretamente do resto da Europa o registo islamofóbico que tanto sucesso político tem tido ao longo deste século.

(iv) O processo de autonomização da extrema direita relativamente aos partidos tradicionais da direita nascidos no contexto da democratização dos anos 1970 ocorreu justamente na fase final da única experiência de convergência das esquerdas (os acordos celebrados entre partidos de esquerda e o PS na sequência das eleições de 2015 em torno de um programa de reversão da política de austeridade neoliberal do governo da Troika) alguma vez conseguida em Portugal desde 1976. Como ocorreu no caso espanhol, as vitórias dos movimentos sociais de contestação anticapitalista dos piores anos da austeridade neoliberal (movimento 15 de Maio de 2011, conhecido como 15M, em Espanha; Geração à Rasca, 2011, e Que Se Lixe a Troika!, 2012-14, em Portugal) (Romanos, 2018; Soeiro, 2014) propiciaram uma radicalização das direitas no seu conjunto. As que então estavam no governo assumiram uma gestão claramente autoritária da crise, mas dentro delas foram emergindo à superfície discursos crescentemente radicalizados que assumiam velhos tropos do discurso das direitas mais extremas e (então ainda) periféricas. Os neorreacionarismos ibéricos têm a sua origem nesta reação radicalizada das direitas ao sucesso dos movimentos sociais anticapitalistas (que foram decisivos na queda dos governos de direita em Portugal e em Espanha em 2015 e 2018, respetivamente) e à constituição dos primeiros governos português e espanhol desde os anos 1970 que dependiam do apoio (externo, no caso português, e em coalizão, no caso espanhol) de partidos à esquerda da social-democracia. Na síntese que Mithá Ribeiro faz de valores supremacistas e classistas, com o toque neoliberal inevitável do neofascismo do século XXI,

a ordem moral de matriz milenar judaico-cristã e greco-romana, que orientou a sociedade portuguesa por séculos, foi subvertida pela esquerda que, desde [o 25 de Abril de] 1974, sobrevaloriza a solidariedade social com a consequente menorização da autorresponsabilidade. Tal subversão alimentou a popularidade dos socialismos, mas também os seus vícios: corrupção, parasitismo social, subsidiodependência, má governação, desastre económico (Ribeiro, 2021, s.p.).

(v) Outra das plataformas de aproximação à retórica (neo) liberal a partir de concepções ultrarreacionárias, a “recusa frontal do marxismo cultural”, vem acompanhada da denúncia da “censura institucionalizada” e da vitimização. André Ventura, sobejamente conhecido pelo uso do insulto e da linguagem agressiva como recurso argumentativo, queixa-se de “[sentir-se] ‘um pária’ no Parlamento” porque “os meus colegas continuam a tratar-me da mesma forma agressiva que têm feito, como muitos órgãos de comunicação social” (*apud* Leal, 2023, s.p.). Para Gabriel Mithá Ribeiro, “o que fazem connosco [membros do Chega] é terrorismo identitário e violação mental” (Ribeiro *apud* Cheganos, 2021).

A retórica pseudoliberal do Chega tem como clientela social a pequena-burguesia das micro, pequenas e médias empresas do setor terciário, subgrupo com o qual se usa o vocabulário antiplutocrático arquetípico do fascismo na sua era clássica, ainda que nos dias de hoje o conceito de ‘plutocracia’ raramente apareça, tendo sido substituído pelo de ‘oligarquia’, que, “sob os trajes de uma falsa aristocracia, arremedo republicano de uma corte voraz, (...) há quarenta e quatro anos” – em referência a 1974 – “vive encerrada em si própria, e entre si distribuindo prebendas, cargos e mais valias vai [sic] CHEGAR a hora de prestar contas aos portugueses” (Chega, [2025]).

É neste contexto que o ‘Estado’ é descrito numa terminologia típica da retórica neofascista do poujadismo francês dos anos 1950 ou dos partidos escandinavos que fomentam desde os anos 1970 um chauvinismo do bem-estar social (políticas de negação de direitos e políticas sociais aos trabalhadores migrantes sem a nacionalidade do país de acolhimento) (Scheepers, Gijsberts e Coenders, 2002). “O CHEGA não aceita a máquina de extorsão de impostos a que hoje se resume o Estado português. Uma máquina de assalto ao cidadão”, cuja “cobrança de impostos é roubo. Roubo puro e simples” (Chega, [2025]).

(vi) A religião – e a cristã em concreto – desempenha um papel político no discurso e na ação das extremas direitas portuguesa e brasileira, que só aparentemente é diferente. Se o peso do setor evangélico neopentecostal é francamente menor na composição das hostes do Chega relativamente ao que assume nas do bolsonarismo, os

estudos têm demonstrado a sua presença crescente também no caso português (Carvalho, 2020; Carvalho e Pinto, 2024). Contudo, o Chega viu-se obrigado a inscrever nos estatutos que submeteu em 2019 ao Tribunal Constitucional um princípio de que dependia a sua legalização: o da “defesa de um Estado laico e independente de qualquer igreja ou religião, sem prejuízo da salvaguarda e inviolabilidade do direito fundamental à prática religiosa e cultural” (Portugal, 2019, art. 2º, nº 3, c)¹⁷. O discurso e a encenação política dos dirigentes do partido são, no entanto, bem outros. Ventura acha “que os políticos não têm falado sobre Deus o suficiente. Têm receio de falar de Deus, sobretudo na Europa, o que não acontece nos Estados Unidos” (*apud* Leal, 2023, s.p.). E quando Mithá Ribeiro, um dos poucos ideólogos minimamente consistentes do Chega, descreveu no Observador¹⁸ os “ideais de matriz civilizacional e social, entretanto assumidos no IV Congresso de Viseu”, sublinhou os mesmos três de que falava Salazar – “Deus, Pátria, Família” –, a que acrescentou um quarto de que falava Pétain, em França, nos anos 1940: o “Trabalho”. Para explicar o “combate à esquerda pelo que [ela] é: um cadáver moral”, Ribeiro invocava em letras maiúsculas “DEUS” (Ribeiro, 2021, s.p.).

5. Neofascismo: a ameaça permanece (considerações finais)

A abolição do fascismo do dicionário histórico político contemporâneo não preveniu suas novas ocorrências. Optamos por

¹⁷ Na alínea i) dos mesmos número e artigo, o Chega também assegura que subscreve a “rejeição clara e assertiva de todas as formas de racismo, xenofobia e de qualquer forma de discriminação contrária aos valores fundamentais constantes da Declaração Universal dos Direitos do Homem”, mas sua atuação pública contraria radicalmente esta afirmação.

¹⁸ Criado em 2014 como jornal *online*, durante anos de acesso completamente gratuito, o Observador tornou-se rapidamente a plataforma de convergência das várias direitas portuguesas, com epicentro, contudo, nos seus segmentos mais à direita, onde se fundem neoliberalismo e neoconservadorismo com as grandes linhas de debate ideológico lançadas pela *Nouvelle Droite* nos anos 1970 e 80, a corrente inspiradora do moderno neofascismo. O ‘Manifesto Político’ do Chega inclui, de forma algo insólita, excertos de um artigo de opinião publicado por dois colunistas do ‘Observador’.

privilegiar neste texto as referências que admitem a existência do neofascismo, sabendo que não constituem, possivelmente, uma maioria no debate historiográfico, especialmente na produção europeia. É sob essa categoria, porém, que vemos convergir amplos setores das direitas em fase de rápida radicalização, num processo que, em si mesmo, parece replicar aquele que ocorreu com as direitas no período de entreguerras mundiais. É a adaptação à realidade material e cultural do século XXI de princípios, *slogans* e práticas do fascismo da sua época clássica que cada vez mais detectamos na realidade à nossa volta.

Desde a classificação adorniana (Adorno, 2006 [1951]), e para além dela, a interpretação dos movimentos fascistizantes e dos líderes fascistas fora de seu berço histórico-geográfico expande-se, no sentido de abranger fenômenos como os ora analisados. Nos contextos destes fenômenos, uma identidade neofascista é claramente observável. Embora seus movimentos sejam particularmente contrários ao assim chamado ‘identitarismo’, sua atuação defende e agrupa pessoas em volta de uma identidade particular: nacionalizada, racializada, confessional, ‘perdedora’ no seu *status* social com o avanço dos direitos de mulheres, pessoas não brancas, LGBTQIA+, entre outros. Ainda que com variação em grupos particulares, os atuais movimentos fascistizados e seus principais representantes formam alianças internacionais. A eleição de Trump para a presidência dos EUA, em 2024, marca uma mudança nessas alianças e possível apoio para contextos locais, tanto nas Américas, como fora delas.

No Brasil, o ‘tampão’ contra o neofascismo que significa o terceiro governo de Lula é, mesmo que na condição de tampão, vacilante. E isso não tem necessariamente a ver com Trump ou qualquer outro ator internacional. Em 8 de janeiro de 2023, uma semana após a posse do novo presidente, uma intentona fascistizada teve lugar em Brasília. O punitivismo na persecução penal dos não mandantes não estancou o movimento, que segue vivo e grande, apesar da inelegibilidade de Bolsonaro. Em Portugal, a instabilidade governativa (desde 2019, o Parlamento foi dissolvido três vezes: 2022, 2024 e 2025) continua a

ser apropriada pelo Chega, apesar de escândalos protagonizados por seus deputados¹⁹.

Reconhecendo que há especificidades nos contextos neofascistas do bolsonarismo e da extrema direita portuguesa, examinamos algumas das suas semelhanças e, principalmente, identificamos a necessidade de aprofundar as análises desse fenômeno. As manifestações neofascistas pelo mundo hoje são uma tendência ainda em ascensão, e para resistir, como entendeu Benjamin, não há outro caminho senão o do enfrentamento sistêmico e sistemático das suas causas.

Referências Bibliográficas²⁰

ADORNO, T. Teoria Freudiana e o padrão da propaganda fascista. In: **Margem Esquerda: ensaios marxistas**, n. 7. São Paulo: Boitempo, 2006 [1951].

AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALBUQUERQUE, A. Populismo, Elitismo e Democracia: Reflexões a partir da Operação Lava-Jato. **Mediapolis – Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público**, Rio de Janeiro, n. 12. p. 17-31, 2021. DOI: https://doi.org/10.14195/2183-6019_12_1. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/mediapolis/article/view/8534>. Acesso em: 02 nov. 2025.

ALONSO, A. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos**, São Paulo, p. 49-58, jun. 2017. Disponível em: <https://>

¹⁹ Em menos de um mês do início de 2025, um deputado da Assembleia da República passou a ser investigado por furto qualificado, um deputado municipal (em Lisboa) foi acusado de recorrer à prostituição de menores e um deputado do Chega nos Açores foi parado pela polícia ao dirigir alcoolizado. As três condutas são consideradas crimes em Portugal. Além destas, no Parlamento, os deputados e deputadas referem-se de forma pejorativa e desrespeitosa constantemente a pessoas migrantes, pessoas com deficiência e outras minorias. Os episódios têm cobertura midiática, mas o apelo social do partido não parece atingido. Ver: <https://sicnoticias.pt/pais/2025-02-08-video-apos-escandalos-no-chega-ventura-diz-que-quer-reconquistar-europa-crista-5b746451>. e <https://pt.euronews.com/my-europe/2025/03/14/sondagem-euronews-ad-continua-na-frente-seguida-de-perto-pelo-ps>. Acesso em: 04 nov. 2025.

²⁰ Os autores/a autora agradecem a ajuda de Afonso Silva na seleção de fontes documentais portuguesas.

novos estudos.com.br/wp-content/uploads/2018/07/Angela-Alonso_A-pol%C3%ADtica-das-ruas.pdf. Acesso em: 02 nov. 2025.

AMARAL, A. **Política Penitenciária no Brasil**: continuidades e rupturas nas políticas públicas relativas à questão carcerária. In: III COLÓQUIO DE JOVENS INVESTIGADORES EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ESTUDOS POLÍTICOS, 2021, Porto: Universidade do Porto, 16. abr. 2021.

AMARAL, A. **Transição autoritária no Brasil e práticas de luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto**: uma análise do ciclo político 2013-2022 a partir do MTST/Porto Alegre. 2023. Dissertação (Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2023.

AMORIM, D. P. de. A “Europa” ou a minha “Nação”? **Revista Athena**, n. 3. fev. 2018. Disponível em: <https://athena.pt/2018/02/05/1803/>. Acesso em: 02 nov. 2025.

ARANTES, P. **Depois de junho a paz será total**. São Paulo: Sentimento da Dialética, 2014. Disponível em: <https://sentimentodadialetica.org/dialetica/catalog/book/93>. Acesso em: 02 nov. 2025.

ARANTES, P.; FRIAS, F.; MENESES M. L. **8/1 A rebelião dos manés**: ou esquerda e direita nos espelhos de Brasília. São Paulo: Hedra. 2024.

ARCARY, V. Bolsonaro é ou não um neofascista? In: DEMIER, F.; CISLAGHI, J. F. (orgs.). **O neofascismo no poder (ano I)**: análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 101-116.

AZEVEDO, F. G. **Cidade e política**: reforma urbana e exceção no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

AZEVEDO, F. G.; AMARAL, A. Estado de exceção e fascismo: uma análise sobre as interpretações do autoritarismo no Brasil contemporâneo. In: CAÑÓN, L. (org.). **Terrorismo de Estado**: definiciones, conceptos y debates. 1. ed. Ciudad Autónoma de Córdoba: Lago Editora, 2023. p. 87-128.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 2011 [1940].

BERGMANN, E. **Neo-Nationalism**. The Rise of Nativist Populism. Cham: Palgrave Macmillan, 2020.

BERLATTO, F.; CODATO, A.; BOLOGNESI, B. (2016). Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das forças repressivas de Estado

à Câmara dos Deputados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 21, p. 77-120. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220162103>. Acesso em: 02 nov. 2025.

BOBBIO, N. **Liberalismo e democracia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 [1985].

BOITO JR., A. A questão do fascismo no governo Bolsonaro. **Brasil de Fato**, [s. l.], 10 jan. 2019a. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/10/artigo-or-a-questao-do-fascismo-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 02 nov. 2025.

BOITO JR., A. O neofascismo já é realidade no **Brasil**. **Brasil de Fato**, [s. l.], 19 mar. 2019b. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/19/artigo-or-o-neofascismo-ja-e-realidade-no-brasil>. Acesso em: 02 nov. 2025.

BOITO JR., A. As dificuldades da luta popular diante do fascismo. **Brasil de Fato**, [s. l.], 12 abr. 2019c. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/12/artigo-or-as-dificuldades-da-luta-popular-diante-do-fascismo-por-armando-boito-jr/>. Acesso em: 02 nov. 2025.

BOITO JR., A. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Crítica Marxista**, Campinas, v. 27, n. 50, p. 111-119, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1213592>. Acesso em: 02 nov. 2025.

BOITO JR., A. O caminho brasileiro para o fascismo. **Caderno CRH**, [s. l.], v. 34, p. e021009, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/CSKYL549WkF4Zr7fnFJTMmm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 nov. 2025.

BORGES, L. Diogo Pacheco de Amorim: “Politicamente, o chumbo da suspensão de mandato é um favor gigantesco feito a André Ventura”. **Público**, [s. l.], 29 dez. 2020. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/12/29/politica/noticia/diogo-pacheco-amorim-politicamente-chumbo-suspensao-mandato-favor-gigantesco-andre-ventura-1944573>. Acesso em: 02 nov. 2025.

BORON, A. Caracterizar o governo de Jair Bolsonaro como “fascista” é um erro grave. **Brasil de Fato**, [s. l.], 2 jan. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/02/artigo-or-caracterizar-o-governo-de-jair-bolsonaro-como-fascista-e-um-erro-grave/>. Acesso em: 02 nov. 2025.

BRAZ, C. M. CHEGA! A sceptre of the mainstream Portuguese parties’ disaggregation or a spectre of fascism?. **Journal of Populism Studies**,

Bruxelas, p. 1-19, jun. 2023. Disponível em: <https://www.populismstudies.org/chega-a-sceptre-of-the-mainstream-portuguese-parties-disaggregation-or-a-spectre-of-fascism/>. Acesso em: 02 nov. 2025.

BRINGEL, B.; DOMINGUES, J. M. Ciclos políticos: su conceptualización y la América Latina contemporánea. In: TORRES, E; DOMINGUES, J. M. (org.). **Nuevos actores y cambio social en América Latina**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2022. p. 263-280.

BRINGEL, B. Bolsonaro y el fin del ciclo democrático en Brasil. In: MUGGENTHALER, F.; HOETMER, R.; MILAGROS, A. (org.). **Nuevas derechas autoritarias**. Quito: Abya Yala/Fundación Rosa Luxemburg, 2020. p. 149-174.

BRINGEL, B. Campos de ação e confronto político no Brasil contemporâneo: do ciclo democratizante ao bolsonarismo e vice-versa (via Junho de 2013). In: TAVARES, F. M. M.; BALLESTRIN, L.; MENDONÇA, R. F. (org.). **Junho de 2013: sociedade, política e democracia no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022. p. 163-190.

BRUFF, I. The Rise of Authoritarian Neoliberalism. **Rethinking Marxism**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 113-129, 2014. Disponível em: <https://research.manchester.ac.uk/en/publications/the-rise-of-authoritarian-neoliberalism/>. Acesso em: 02 nov. 2025.

CALHEIROS, O. “No Tempo da Guerra”: algumas notas sobre as violações dos direitos dos povos indígenas e os limites da justiça de transição no Brasil. **Revista Verdade, Memória e Justiça**, [s. l.], v. 9, 2015. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/870588730/No-Tempo-Da-Guerra-Algumas-Notas-Sobre>. Acesso em: 02 nov. 2025.

CARVALHO, M. **Quando Portugal ardeu**. Alfragide: Oficina do Livro, 2017.

CARVALHO, M. Chega, S.A. Por dentro do reino de “Deus” Ventura. **Visão**, [s. l.], 21 mai. 2020, p. 29-38.

CARVALHO, M.; PINTO, J. M. A grande “família” do Chega. **Público**, [s. l.], 25 fev. 2024. Disponível em: <https://www.publico.pt/2024/02/25/politica/investigacao/familia-chega-2081463>. Acesso em: 02 nov. 2025.

CHAUÍ, M. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013a.

CHAUÍ, M. Uma nova classe trabalhadora: indagações. In: FPA; FES BRASIL (org.) **Classes? Que Classes?** São Paulo: Editora FPA, 2013b. p. 87-103.

CHAUÍ, M. Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo. **A terra é redonda**, [s. l.], 6 out. 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/>. Acesso em: 02 nov. 2025.

CHEGA. Manifesto Político Fundador²¹. **Partido Chega (website oficial)**. Disponível em: <https://partidochega.pt/index.php/manifesto/>. Acesso em: 2 mar. 2025.

CHEGANOS. Vice-presidente quer que se olhe para o Chega “como uma minoria” vítima de “terrorismo identitário e violação mental”. **Cheganos**, [s. l.], 9 set. 2021. Disponível em: <https://cheganos.com/vice-presidente-do-chega-que-defendeu-que-o-racismo-deixou-de-existir-afirma-ter-sido-vitima-de-racismo-e-xenofobia/>. Acesso em: 02 nov. 2025.

DÂMASO, E. **A invasão spinolista**. Lisboa: Fenda, 1999.

DURAND, P.; SINDACO, S. (org.). **Le discours “néo-réactionnaire”**. Paris: CNRS Éditions, 2015.

FEOLA, M. “You Will Not Replace Us”: The Melancholic Nationalism of Whiteness. **Political Theory** [s. l.], v. 49, n. 4, p. 528–553, 2020.

FONTES, V. O protofascismo: arranjo institucional e policialização da existência. **Marxismo 21**, [s. l.], 8 dez. 2019. Dossiê - O governo Bolsonaro e Perspectivas de esquerda. Disponível em: <https://marxismo21.org/o-governo-bolsonaro-e-perspectivas-de-esquerda/>. Acesso em: 02 nov. 2025.

FORTI, S. Chega, la nueva ultraderecha portuguesa. **CTXT**, [s. l.], 11 dez. 2019. Disponível em: <https://ctxt.es/es/20191211/Politica/29995/Steven-Forti-Portugal-Chega-Andre-Ventura-extrema-derecha.htm>. Acesso em: 02 nov. 2025.

GRIFFIN, R. **The Nature of Fascism**. Londres: Pinter Publishers, 1991.

HAUBRICH, A. **Nada será como antes: 2013 - o ano que não acabou**, na cidade onde tudo começou. Porto Alegre: Libretos, 2018.

IGNAZI, P. **Extreme Right Parties in Western Europe**. Oxford-New York: Oxford University Press, 2023.

KALLIS, A. The ‘Regime-Model’ of Fascism: A Typology. *European History Quarterly*, [s. l.], v. 30, n. 1, p. 77-104, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1177/026569140003000104>. Acesso em: 02 nov. 2025.

²¹ O Partido Chega tem alterado frequentemente o que chama o seu “Manifesto Político Fundador”, tendo divulgado versões de 2019 (ano da fundação) e 2020 que desapareceram do seu portal. A que se cita aqui foi acessada em 2025 mas não está datada.

KALLIS, A. 'Fascism', 'Para-fascism' and 'Fascistization': On the Similarities of Three Conceptual Categories. **European History Quarterly**, [s. l.], v. 33, n.2, p. 219-249, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1177/02656914030332004>. Acesso em: 02 nov. 2025.

KERCHE, F.; FERES JÚNIOR, J. (coord.). **Operação Lava Jato e a democracia brasileira**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

LEAL, S. Grande Entrevista a André Ventura: “Eu não minto para ganhar votos”. **Polígrafo**, [s. l.], 22 fev. 2023. Disponível em: <https://poligrafo.sapo.pt/politica/grande-entrevista-a-andre-ventura-eu-nao-minto-para-ganhar-votos/>. Acesso em: 02 nov. 2025.

LIMONGI, F. **Operação Impeachment Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato**. São Paulo: Editora Todavia, 2023.

LOFF, M.; MADEIRA, B. Reacción, subalternidad, hegemonía: portuguesas (1974-1995). In: MOLINERO, C.; YSÀS, P. (ed.). **Las derechas europeas en un mundo en transformación (1970-2000)**. Granada: Comares, 2024. p. 107-142.

LOFF, M. “Um país de loucos”: a(s) memória(s) reacionária(s) da Revolução Portuguesa. In: LOFF, M.; CARDINA, M. (org.). **25 de Abril**. Revolução e mudança em 50 anos de memória. Lisboa: Tinta-da-China, 2024. p. 23-63.

LOFF, M. Não são mesmo (neo)fascistas? O lugar da extrema-direita no assalto à democracia. In: HONÓRIO, C.; MINEIRO, J. (coord.). **Novas e Velhas Extremas Direitas**. Lisboa: Parsifal, 2021. p. 149-171.

LOFF, M. (Neo)fascismo, antifascismo e transição autoritária. **AbrilAbril**, [s. l.], 4 nov. 2020. Disponível em: <https://www.abrilabrill.pt/internacional/neofascismo-antifascismo-e-transicao-autoritaria>. Acesso em: 02 nov. 2025.

LOFF, M. O bolsonarismo é o neofascismo adaptado ao Brasil do século 21 / Entrevistado por Ricardo Viel. **Agência Pública**, [s. l.], 29 jul. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/07/o-bolsonarismo-e-o-neofascismo-adaptado-ao-brasil-do-seculo-21/>. Acesso em: 02 nov. 2025.

LÖWY, M. Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro. **Carta Maior**, São Paulo, 24 out. 2019. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/593814-neofascismo-um-fenomeno-planetario-o-caso-bolsonaro>. Acesso em: 02 nov. 2025.

LÖWY, M. O neofascista Bolsonaro diante da pandemia. **Blog da Boitempo**, [s. l.], 28 abr. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/28/michael-lowy-o-neofascista-bolsonaro-diante-da-pandemia/>. Acesso em: 02 nov. 2025.

LÖWY, M. Dois anos de desgoverno – a ascensão do neofascismo. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 10 fev. 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/606674-dois-anos-de-desgoverno-a-ascensao-do-neofascismo-artigo-de-michael-loewy>. Acesso em: 02 nov. 2025.

MADEIRA, B. “**Homens entre ruínas**”? Ideias, narrativas, mundividências e representações das Direitas radicais portuguesas (1974-1985). 2019. Tese (Doutoramento em História) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2019.

MAGALHÃES, A. M. A criminalização de Junho de 2013 como um sintoma. **Le Monde Diplomatique Brasil**, [s. l.], 23 de jan. 2023. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-criminalizacao-de-junho-de-2013-como-um-sintoma/>. Acesso em: 02 nov. 2025.

MARCHI, R. **A nova direita anti-sistema**. O caso do Chega. Lisboa: Edições 70, 2020.

MARCHI, R. À direita da direita: o desafio da extrema direita à democracia portuguesa. In: MARCHI, R. (coord.). **As direitas na democracia portuguesa**. Origens, percursos, mudanças e novos desafios. Alfragide: Texto, 2016. p. 219-249.

MARTINS, C. **Os Perigos da Direita Radical. Bolsonaro, Ventura e não só!** Porto Salvo: Desassossego, 2023.

MATTOS, M. Governo Bolsonaro: Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. **Relações Internacionais**, n. 73, p. 25-39, mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.23906/ri2022.73a03>. Acesso em: 02 nov. 2025.

MIGUEL, L. F. **O Colapso da Democracia no Brasil** – da Constituição ao Golpe de 2016. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.

NEOCLEOUS, M. **Fascism**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

NUNES, R. A palavra e a coisa: Bolsonarismo como convergência, horizonte, infraestrutura, ecologia e máquina. **Revista Lua Nova**, [s. l.], v. 122, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-001020rn/122>. Acesso em: 02 nov. 2025.

PALACIOS, D. C. Um caso de violência política: o ‘Verão quente’ de 1975. **Análise Social**, [s. l.], v. XXXVII, n. 165, p. 1127-1157, 2003. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/view/35610/24769>. Acesso em: 02 nov. 2025.

PALHETA, U. **La possibilité du fascisme. France, la trajectoire du désastre**. Paris: La Découverte, 2018.

PAXTON, R. **Anatomy of Fascism**. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 2004.

PAYNE, S. **Historia del Fascismo**. Barcelona: Planeta, 1995.

PINTO, A. C. (coord.). **O Estado Novo de Salazar**. Uma terceira via autoritária na era do fascismo. Coimbra: Edições 70, 2022.

PINTO, A. C. Dealing with the legacy of authoritarianism: political urges and radical right movements in Portugal’s transition to democracy, 1974-1980s. In: LARSEN, S. U. (ed.). **Modern Europe After Fascism** (1943-1980s). Nova Iorque: SSM-CUP, 1998. p. 1679-1718.

PINTO, J. N. **Portugal – os anos do fim**. O fim do Estado Novo e as origens do 25 de Abril. Miraflares: Difel, 1999.

PORTUGAL. Tribunal Constitucional. Acórdão (extrato) n.º 218/2019. Projeto de Estatutos. Partido “CHEGA”. **Diário da República**: 2ª série, n. 94, p. 15032-15036, 16 mai. 2019. Disponível em: <https://files.dre.pt/2s/2019/05/094000000/1503215036.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2025.

RAMOS, A. The Amazon under Bolsonaro. **Aisthesis**, Santiago, n. 70, p. 287-310, 2021. Disponível em http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-71812021000200287&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 01 abr. 2025.

REJEIÇÃO a Dilma sobe e dois terços dos brasileiros apoiam impeachment. **El País – Brasil**. Brasil, 07 ago. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/06/politica/1438860769_622027.html. Acesso em: 02 out. 2025.

REIS, B. As batotas de Ventura sobre a teoria da substituição. **Público**, [s. l.], 21 mai. 2022. Disponível em: <https://www.publico.pt/2022/05/21/politica/opiniao/batotas-ventura-teoria-substituicao-2007097>. Acesso em: 02 out. 2025.

RIBEIRO, G. M. Chega: orgulhosamente sós a votos. **Observador**, [s. l.], 24 dez. 2021. Disponível em: <https://observador.pt/opiniao/chega-orgulhosamente-sos-a-votos/>. Acesso em: 02 out. 2025.

RIEMEN, R. **O eterno retorno do fascismo**. Lisboa: Bizâncio, 2012.

RISSO, L. C.; CARVALHO, C. R. de. O governo Bolsonaro e similitudes com o período da Ditadura Militar no Brasil nas questões indígenas e ambientais. **Formação (Online)**, [s. l.], v. 29, n. 54, p. 331-356, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33081/formacao.v29i54.8726>. Acesso em: 02 out. 2025.

ROMANOS, E. Del 68 al 15M: continuidades y rupturas entre ciclos de protesta. **Arbor**, [s. l.], v. 194, n. 787, p. a430, 2018. DOI: <https://doi.org/10.3989/arbor.2018.787n1003>. Acesso em: 02 nov. 2025.

ROSAS, F. **Direitas velhas, direitas novas**. Lisboa: Tinta-da-China, 2024.

SAFATLE, V. Como a esquerda brasileira morreu. **El País**, [s. l.], 10 fev. 2020. Opinião. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opinion/2020-02-10/como-a-esquerda-brasileira-morreu.html>. Acesso em: 02 nov. 2025.

SAHD, F. B. É a retórica bolsonarista fascista? Reflexões necessárias. **Revista Angelus Novus**, São Paulo, v. 15, n. 20, p. 198186, 2024. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-5487.vi20p198186>. Acesso em: 02 nov. 2025.

SAHD, F. B. Neofascismo no Brasil? Posições em debate entre 2018 e 2020. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 17, n. 34, p. 97-124, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/4017>. Acesso em: 02 nov. 2025.

SAMPAIO, G. Ventura imita Trump e Bolsonaro ao lançar suspeitas de fraude sobre processo eleitoral? **Polígrafo**, [s. l.], 3 mar. 2024. Disponível em: <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/ventura-imita-trump-e-bolsonaro-ao-lancar-suspeitas-de-fraude-sobre-processo-eleitoral/>. Acesso em: 02 nov. 2025.

SANTOS, G. O sujeito, as coisas e a rede nas jornadas de junho. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 24, n. 55, p. 911-935, set/dez 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2022-5503>. Acesso em: 02 nov. 2025.

SANTOS, F.; TANSCHKEIT, T. (2019) Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. **Colombia Internacional**, [s. l.], v. 99, p. 151-186, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81260251006>. Acesso em: 02 nov. 2025.

SCHEEPERS, P.; GIJSBERTS, M.; COENDERS, M. Ethnic Exclusionism in European Countries: Public Opposition to Civil Rights for Legal Migrants

as a Response to Perceived Ethnic Threat. **European Sociological Review**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 17-34, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1093/esr/18.1.17>. Acesso em: 02 nov. 2025.

SERRANO, P.; BONFIM, A.; SERRANO, J. Imparcialidade, autoritarismo líquido e exceção na Operação Lava Jato. **Revista Direitos Democráticos & Estado Moderno**, São Paulo, n. 2, p. 31-50, 2021. DOI: <https://doi.org/10.23925/ddem.v0i2.50546>. Acesso em: 02 nov. 2025.

SILVA, A. B. R. A. **A nação portuguesa pós-25 de Abril segundo os partidos nacionalistas da direita radical portuguesa (2011-2021)**. 2023. Dissertação (Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2023.

SILVA, S. Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente. **Revista Katálysis**, v. 24, n. 1, p. 119-126, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75120>. Acesso em: 02 nov. 2025.

SOARES, L. E. **Dentro da noite feroz: o fascismo no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

SOEIRO, J. Da Geração à Rasca ao Que se Lixe a Troika. Portugal no novo ciclo internacional de protesto. **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, [s. l.], v. 28, p. 55-79, 2014. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/1307>. Acesso em: 02 nov. 2025.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe**. Rio de Janeiro: LeYa. 2016.

SOUZA, J. **A rolice da inteligência brasileira**. Rio de Janeiro: LeYa. 2015.

TRAVERSO, E. **The New Faces of Fascism and The Far Right**. London: Verso Books, 2019.

VALENTIM, V. **The Normalization of the Radical Right: A Norms Theory of Political Supply and Demand**. Oxford: Oxford University Press, 2024.

WOODLEY, D. **Fascism and Political Theory**. Critical Perspectives on Fascist Ideology. Londres/NY: Routledge, 2010.

CRISE, HEGEMONISMO
BURGUÊS E MORTE DAS
DEMOCRACIAS LIBERAIS

CRISE, HEGEMONISMO BURGUÊS E MORTE DAS DEMOCRACIAS LIBERAIS

Virgínia Fontes

1. Introdução

Este artigo apresenta a hipótese de que, ao menos no caso brasileiro, mas potencialmente também em outros locais, o ativismo político na sociedade civil¹ – levado a cabo pelo conjunto das burguesias com liderança daquelas associadas ao capital-imperialismo (Fontes, 2010) na segunda metade do século XX e intensificado desde 1990 – eliminou por duas vezes as possibilidades de democratização presentes no horizonte histórico no Brasil. Para tanto, após uma breve argumentação teórica, analisamos a expansão de aparelhos privados de hegemonia concebidos e dirigidos pelas classes dominantes nesse período, que denominaremos Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais (APHEs). Na sequência, apresentaremos dois momentos históricos distintos: a preparação para o golpe empresarial-militar de 1964 e o interregno entre a Constituição de 1988 e o golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016. No primeiro momento, o ativismo burguês foi breve e inaugurou mais de duas décadas de ditadura; no segundo, escancarou a porta ao fascismo.

Procuramos enfatizar três aspectos. Em primeiro lugar, que a sociedade civil se constitui em arena crucial das lutas de classes e, exatamente por essa razão, dela emana uma certa configuração

¹ Como essa categoria é complexa, remeto a outros momentos em que debati o tema, como Fontes (2018).

estatal. Em segundo lugar, que houve uma transformação histórica relevante no capitalismo, sob liderança estadunidense, desde a Segunda Guerra Mundial, que intensificou a associatividade burguesa e a internacionalizou, multiplicando os focos organizativos das classes dominantes, com novos formatos de controle, captura e cooptação de lutas emergentes dos subalternos. O terceiro aspecto é que esse ativismo burguês não responde apenas a formas antecipadoras e elaboradas por intelectuais e espões, mas corresponde à própria expansão tanto das massas trabalhadoras, quanto de formas larvares de lutas de classes. Neste capítulo, partimos da hipótese de que o capital-imperialismo do pós-guerra adotou novos formatos políticos visando reduzir o escopo da democracia a um mero âmbito formal, chegando a seu estrangulamento.

2 . Sociedade burguesa, sociedade civil e Estado

92

Um dos elementos fundamentais na compreensão do capitalismo nos textos de Marx e Engels – e dos modos de vida históricos em cujo entendimento eles permitiram avançar – é a crítica da suposição, até então predominante, de que o Estado derivava do espectro teológico ou de um reino das ideias, e se alçava acima e fora da sociedade. Ao contrário, nossos autores demonstraram como o Estado capitalista é uma criatura da sociedade burguesa e que a miragem de que ele constitui uma Razão própria e separada, acima dos embates cotidianos, é a forma ideológica pela qual precisa se apresentar de maneira a assegurar que a divisão de classes que fundamenta a dinâmica capitalista seja consolidada e reproduzida. Antonio Gramsci, no século XX, voltaria ao tema, ao apontar as formas de ampliação do Estado que resultavam das lutas de classes então em curso na sociedade civil, assinalando o papel que assumiam os aparelhos hegemônicos (ou aparelhos privados de hegemonia) (Gramsci, 2000 e Hoeveler, 2019). Ele evidenciava que as lutas dos subalternos surtiavam efeitos, não eram inócuas, e que podiam inserir conquistas efetivas no próprio aparelho de Estado. Entretanto, assim como Marx havia mostrado no caso das lutas sindicais e de ‘emancipação política’, Gramsci também enfatiza que, caso os trabalhadores não enfrentassem as determinações fundamentais da

reprodução do capital, suas conquistas como políticas de Estado poderiam converter-se em formas ampliadas de subalternização, apresentadas como concessões ou revoluções passivas, que favoreciam meios de convencimento mais sólidos para a própria sujeição. Sem falar, é claro, na enorme quantidade de lutas necessária apenas para a manutenção de tais direitos, sempre sob ameaça de reversão.

Assim, é a partir da sociedade civil burguesa que é necessário analisar o Estado, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista de uma sociabilidade peculiar, levando em conta ainda as modalidades organizativas (sociais, culturais, associativas) das classes sociais em luta. O âmbito da política é mais extenso do que o encapsulamento num espaço político institucional (estatal). Sem alteração substantiva das relações de comando dos processos produtivos e do Estado, das formas de ser e de sentir da vida social, o Estado capitalista atua no sentido de assegurar a unidade dos dominantes e o consentimento – ativo ou passivo – dos dominados. Mas é preciso igualmente superar qualquer idealização da sociedade civil, como querem os liberais ou os pós-modernos, que supõem nela reinar uma espécie de humanidade descarnada, moldada apenas de ideais sublimes e contraposta ao mercado e ao Estado, flutuando numa espécie de associatividade generosa. Essa é uma concepção construída exatamente para retirar o terreno de luta crucial no qual ela se constitui, que são as lutas de classes nos planos econômico, social, cultural, intelectual etc. A sociedade civil (e suas entidades organizativas), tanto no sentido marxiano quanto no gramsciano, é exatamente o local das mais encarniçadas lutas de classes. Não é por outra razão que as classes dominantes e seus intelectuais precisam apresentá-la como se estivesse fora dos embates econômicos e das disputas de poder, ao mesmo tempo em que nela atuam para defender seus próprios interesses econômicos, sociais, políticos e culturais. Sindicatos, jornais, partidos (institucionais ou não) e associações diversas são aparelhos de hegemonia, organizações da sociedade civil (no sentido gramsciano) que respondem tanto às exigências dos dominantes quanto às lutas dos dominados.

Como se pode imaginar, nem Marx nem Gramsci acreditavam que a conquista da democracia derivasse de algum impulso burguês

e estavam bem atentos para as lutas então em curso, sabedores de que conquistas democráticas reduzidas a um espaço político institucional rotinizado poderiam se revelar uma excelente forma de dominação burguesa, inclusive pelo bloqueio a novas lutas originais e autônomas dos trabalhadores. Resultado de embates intensos pelo direito à associatividade, como no caso dos cartistas ingleses, e contra a própria dominação do capital, como na Comuna de Paris, essas lutas podem resultar em avanços democratizantes, mas enquanto subsistirem como vitória sob o capital, estarão constantemente sob o tacho de seu amesquinçamento, em função das modificações derivadas da expansão do capitalismo e das correlações de força sociais nacionais e internacionais. Em termos mais claros, nossos autores denunciaram a crença de que a institucionalidade democratizada resultante de lutas populares fosse o cerne pelo qual deveriam se bater os trabalhadores, defendendo que ela deve ser o ponto de partida de uma potência mais significativa de seus próximos embates. Por isso, tanto Marx quanto Gramsci sempre convocaram para as lutas democráticas – sindicais, políticas, sociais, civis – mas mantiveram a lucidez de que o encapsulamento de conquistas no Estado burguês arriscava seu apodrecimento e, portanto, jamais se afastaram do tema central da superação do capital (ou da revolução) como condição para a emancipação da humanidade do jugo do capital. Superar o Estado não significava eliminar as modalidades de coordenação das atividades econômicas, sociais, culturais etc., mas derrubar as defesas do capital, com o controle do Estado pelos subalternos, com vistas à construção de uma forma nova, para além das classes sociais. Sendo coerentes, sabiam que não se elimina o Estado de uma tacada e, como também insistiram Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo, precisariam ser pensadas formas de transição nas quais a democracia desse um salto de qualidade e de classe, desvencilhando-se de suas limitações burguesas e avançando para uma verdadeira invenção histórica. O objetivo central da luta não pode se limitar ao aspecto político, ele permanece o da superação do capital em todos os âmbitos da sociabilidade. Mas tampouco a política e a democracia ficaram à margem da reflexão dos autores clássicos do marxismo.

3 . O ativismo empresarial-burguês no capital-imperialismo

No cenário internacional, sobretudo no pós-1945, o tema da democracia assumiria papel fundamental tanto nas lutas populares quanto nos projetos de dominação de classes, com a Guerra Fria contrapondo as repúblicas *democráticas* socialistas – que se definiam a partir de conteúdos substantivos, como alimentação, educação, saúde, embora encolhendo a participação política e social do proletariado – a países capitalistas *democráticos* – que apresentavam um *american way of life* a ser provido pelo mercado ou por um Estado de Bem-Estar vigente em alguns países europeus. No Ocidente, apesar das diferenças, eleições e consumo definiriam democracia. Em ambos os espaços, lutas sociais e proletárias procuravam romper os respectivos limites.

A validade dessa propaganda democrática ocidental se restringia ao pequeno grupo de países imperialistas em consorciamento contraditório, sob a liderança estadunidense, exportando uma forma institucional (eleições) esvaziada de conteúdo real e, frequentemente, apoiando golpes nas periferias. Esse também foi o período no qual ocorreu enorme expansão capitalista e imperialista, cobrindo todo o restante do planeta com exportações de capitais e mercadorias e com a implantação de empresas imperialistas em algumas periferias para a exploração de matérias-primas e de força de trabalho a baixo custo. A Guerra Fria recortava-se contra o espaço soviético, chinês e, depois, cubano. O crescimento de enormes corporações dos países capital-imperialistas gerou a constituição do que se convencionou chamar de empresas multinacionais (EMNs), cujas dimensões econômicas superariam as de muitos Estados, envolvendo sistemas produtivos, mercantis, financeiros e gerenciais altamente complexos e internacionalizados. Em suma, no que diz respeito ao foco econômico principal dessa expansão, a explicação elaborada por Lênin (2021) sobre o capital financeiro em 1917 conserva seu frescor e sua validade.

O capitalismo é, porém, um modo de ser histórico e expansivo, altamente contraditório, que, obrigado a conservar suas determinações fundamentais (valorização do valor), subverte constantemente o

conjunto da vida social. Diante dessa *nova escala territorial, econômica, política e social do capital*, algumas de suas características precisam ser incorporadas na análise: a intensificação das expropriações dos povos do campo em diferentes quadrantes, que ampliava a classe trabalhadora mundial, muitas vezes em condições de precariedade e com terríveis efeitos sobre a totalidade das classes trabalhadoras; a invenção da bomba atômica, que impôs pelo terror a redução do enfrentamento entre potências nucleares; a feroz expansão da centralização e concentração de capitais; e, finalmente, o que nos interessa especialmente neste capítulo, novos arranjos políticos cujo fundamento foi especialmente captado por Antonio Gramsci, ao tratar dos aparatos hegemônicos que se expandiam no século XX na Europa e nos Estados Unidos. Gramsci observava tanto as organizações populares quanto as dominantes (sindicatos, jornais, partidos) e as de cunho cosmopolita². Para nomear o conjunto dessas características que marcam o pós-guerra, propus a designação de *capital-imperialismo*, buscando escapar da contraposição estática entre um – assim chamado – período de ouro de capitalismo de bem-estar euro-estadunidense e o neoliberalismo que ‘repentinamente’ o teria substituído. O problema dessa abordagem é que ela abdicava de analisar o processo histórico e, sobretudo, as lutas sociais, e insistia numa elaboração intelectual contra o *Welfare State*, deixando de lado o fato de que os desdobramentos internos – materiais, políticos, sociais, ideológicos – da expansão territorial ocorrida, da concentração de capitais e de riqueza, e das lutas que esse processo suscitava constituíram o solo das transformações. Em outras palavras, o assim chamado neoliberalismo era a forma expandida do Estado capital-imperialista, fagocitando o *Welfare State*, avançando sobre os territórios e procurando saltar as barreiras impostas pelas lutas populares, por bem ou por mal³.

² Gramsci avaliava então o papel de entidades estadunidenses como *Rotary* e *Lyons Club*, além da Igreja Católica (Gramsci, 2001).

³ Mencionaremos brevemente a China, que sai de sua posição de isolamento em função de suas tensões com a URSS, aproximando-se do núcleo central do capital-imperialismo, dos EUA e de seus capitais, no plano econômico. Porém, como sabemos, a direção do Partido Comunista permitiu a exploração dos trabalhadores nacionais, mas vetou o ingresso das práticas políticas do capital-imperialismo, gerando uma situação inusitada no cenário internacional, que extrapola os limites deste texto.

O capital-imperialismo não se reduz a um formato econômico – ainda que a livre circulação de capitais e a defesa intransigente da propriedade do capital sob quaisquer de suas formas seja sua base crucial –, tampouco ao predomínio estadunidense, ainda que este seja o país hegemônico e dominante. Envolveu uma interconexão burguesa entre países imperialistas e um entrelaçamento *econômico e político* de setores das classes dominantes de diversos países, inclusive alguns *subalternos*. Diferentemente do período anterior a 1945, quando a aproximação entre burguesias desiguais destacava a gigantesca distância entre elas, no capital-imperialismo tratou-se de ajustá-las politicamente, ocorrendo brechas para a emergência de grandes burguesias de países periféricos, inclusive no cenário internacional. Os antigos testas-de-ferro e os dominantes locais explicitamente desqualificados (os circuitos ‘bananeiros’) perderam, mas a escala da acumulação levou à formação de importantes grupos burgueses em diversos países secundários, altamente articulados, ainda que dependentes, movidos pelo interesse na reprodução do capital no circuito internacional e na conservação da ordem do capital.

Essa expansão imperialista internacional, sob liderança dos EUA, se defrontaria com uma nova escala da luta política e dos enfrentamentos de classe. Contornando os enfrentamentos partidários nacionais, as lutas sociais seriam doravante também mediadas por instituições internacionais oficiais e oficiosas (privadas), por meio de articulações múltiplas, incidindo no cenário internacional e nas lutas políticas nacionais. Ao lado da política partidária em âmbitos nacionais, instaurava-se uma rede paralela de agremiações não empresariais burguesas (sociedade civil); ao lado das disputas intergovernamentais, crescia uma rede internacional paralela de grandes aparelhos burgueses.

Sua própria expansão – em meio às contradições que se aprofundavam – permitiu a gradual substituição de um convencimento baseado em conquistas sociais para consensos de outro tipo, lastreados em ‘serviços mercantis sociais’, que em parte caracterizam os assim chamados neoliberalismo, globalização ou mundialização.

Precisamos ainda diferenciar a *hegemonia* das *pretensões hegemônicas*, posto que a primeira envolve não apenas uma atuação cultural ou ideológica, mas também a incorporação dos subalternos a um

consentimento ativo, inclusive com eventuais concessões econômicas. A hegemonia é um resultado sempre instável, permeado de atritos e lutas cujas eventuais conquistas são *tendencialmente* incorporadas de maneira subalterna. As pretensões hegemônicas tendem a impor convencimento e expor lutas intestinas entre as classes dominantes, assim como tornam visível a enorme quantidade de lutas dos subalternos, ainda que por vezes na forma de ‘subversivismos’ esporádicos, mesmo se intensos.

Este capítulo se interessa especialmente pela atuação política das classes dominantes, em especial pelos *arranjos políticos não eleitorais e a sua relação com Estados sob o capital-imperialismo*. O temor persistente de uma ‘ameaça comunista’ tornou o direcionamento eleitoral de massas fundamental, intensificando a redução da questão democrática a procedimentos rotineiros. Antes, entretanto, de passar ao cerne de nosso tema – o *ativismo empresarial na sociedade civil* característico desse período ou o *hegemonismo* –, é fundamental não perder de vista que esse ativismo se constitui para enfrentar lutas populares que renascem incessantemente ao longo de todo o período. Não se deve analisar o hegemonismo como se irrompesse de uma antecipação da dominação por burguesias e seus Estados, por mais poderosos que sejam, mas como uma forma de enfrentamento contra os subalternos e, em especial, contra a eventualidade de novas revoluções comunistas.

A própria democracia eleitoral constantemente figurará como um problema para as classes dominantes (Lemos, 2014). Este capítulo se concentra nas *entidades associativas sem fins lucrativos empresariais* da sociedade civil, mas é importante lembrar que elas são uma resposta reativa e reacionária às reivindicações e formas de organização dos subalternos. Outro alerta é de que, apesar de se apresentarem como apartidárias, apolíticas e não governamentais, todas as entidades estão estreitamente imbricadas entre si e com os diversos governos e Estados, mesclando os diversos níveis de organização em dimensões nacional e internacional.

Para se ter uma noção das dimensões desse fenômeno, vale lembrar que os EUA contam com aproximadamente 1,5 milhão de organizações

não governamentais⁴. No Brasil, em atualização realizada em 2023 do Mapa das Organizações da Sociedade Civil, eram contabilizadas 879.326 organizações ativas (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2023). Decerto, apenas uma parte delas é empresarial, porém a teia de entidades empresariais entretém relações estreitas entre si, com organizações populares, com os governos e com as instituições internacionais⁵.

Vários níveis de malhas organizativas sem fins lucrativos de perfil econômico, político, cultural e educativo passariam a se superpor no mundo ocidental capitalista, em graus variados, segundo os diferentes países. Antes, porém, é importante lembrar as *instituições oficiais internacionais*, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e seus desdobramentos; a Comissão Europeia; as instituições econômicas oficiais do bloco ocidental, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), constituídas a partir de indicações de governos de Estados nacionais. A elas acrescentam-se diversas alianças militares, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), acompanhadas do controle armado de centenas de bases militares implantadas pelos EUA em todos os continentes. As instituições mais importantes e com maior atividade demonstram

⁴ Segundo o Departamento de Estado dos EUA, “muitas ONGs nos Estados Unidos operam em campos que não estão relacionados à política. Isso inclui organizações voluntárias enraizadas em fé religiosa compartilhada, sindicatos, grupos que ajudam pessoas vulneráveis, como os pobres ou pessoas com deficiência, e grupos que buscam capacitar jovens ou populações marginalizadas. De fato, as ONGs existem para representar virtualmente todas as causas imagináveis. Suas fontes de financiamento incluem doações de indivíduos privados (americanos ou estrangeiros), empresas privadas com fins lucrativos, fundações filantrópicas ou subsídios do governo federal, estadual ou local. As fontes de financiamento também podem incluir governos estrangeiros. Não há proibição na lei dos EUA sobre financiamento estrangeiro de ONGs; se esse financiamento estrangeiro vem de governos ou fontes não governamentais”. *US Department of State*, 2025 - Tradução automática do Google.

⁵ Pesquisa cuidadosa faz uma revisão muito interessante de mais de três mil artigos internacionais (apenas em inglês) sobre ONGs. Vale destacar que tal classificação – organização não governamental – dificulta a compreensão do fenômeno, uma vez que se aterra à autodefinição de algumas entidades, desconsiderando o universo de associações que povoa a sociedade civil e eliminando previamente qualquer classificação em termos das lutas sociais (e de classes) presentes, o que aliás parece se reproduzir nos artigos analisados. Mostra a prevalência de entidades voltadas para desenvolvimento, saúde e governança (Brass *et al.*, 2018).

enorme subordinação aos ditames de Washington, embora sua gestão seja compartilhada internacionalmente. Essas são, portanto, *instâncias oficiais*, tanto no cenário internacional quanto nos diversos espaços nacionais. Há, ainda, diversas instâncias internacionais governamentais, porém de caráter oficioso, como o G7 ou o G20.

É enquanto instâncias oficiais que tais instituições estimulam a participação da sociedade civil (Pereira, 2010), sem que possamos identificar precisamente quais se originam de entidades empresariais e em que medida burguesias (e governos) patrocinam ou controlam tais entidades.

Nos espaços não oficiais apresentados como ‘sociedade civil’, essa expansão internacional capital-imperialista disseminaria em escala internacional práticas organizativas das classes dominantes anglo-saxãs, através de ‘entidades associativas sem fins lucrativos’.

100 É importante ter em mente que a implementação sistemática desse tipo de ativismo empresarial relaciona-se com a expansão das lutas populares democratizantes e com a Revolução Russa. As burguesias dos principais países dominantes respondem e reagem às reivindicações populares, criando espaços próprios de deliberação e de conexão com o Estado fora dos espaços coletivos de debates, para escamotear as desqualificações com que se referiam aos subalternos. Como lembra Hobsbawm, desde a conquista popular do direito ao voto, a era da democratização viria a ser a da “hipocrisia pública, ou antes, da duplicidade”, em que os debates públicos entre elites, ou grupos dominantes, seriam deslocados para espaços privados:

Os governantes, quando realmente queriam dizer o que pensavam, deviam fazê-lo na obscuridade dos corredores do poder, nos clubes, nas reuniões sociais particulares, durante caçadas e fins de semana no campo, ocasiões em que membros da elite se encontravam numa atmosfera bem diversa daquela das gladiatórias comédias dos debates parlamentares ou dos comícios (Hobsbawm, 1988, p. 130)

4. Camadas de Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais: uma classificação prévia

Uma classificação provisória de alguns dos principais formatos de aparelhos privados de hegemonia empresariais (APHEs) que identificamos ao longo de nossas pesquisas sobre o caso brasileiro mostra um primeiro grupo, de *agrupamento e coesão de interesses*, reivindicação de políticas econômicas e construção de espaços de *representatividade*. Esse grupo é muito extenso e reúne setores econômicos mais ou menos afins, agindo em espaços nacionais e/ou internacionais – tendo como base estratégica a defesa de seus interesses e a formulação e implementação de *políticas estatais e internacionais*. Agremia empresas e/ou empresários (dirigentes de diversos níveis) que se conectam aos ambientes institucionais, mas preservam espaços autônomos de deliberação. No Brasil, expandem-se na década de 1950, analisados como entidades ‘paralelas’. Apesar do caráter econômico, envolvem sobremaneira definições de políticas para seus interesses específicos e, eventualmente, para a defesa de processos de formação e de controle dos trabalhadores. Encontramos aqui entidades associativas voltadas para interesses setoriais (associações comerciais, associações de segmentos produtivos como indústria de base, indústria siderúrgica etc.); intersetoriais, como Associação Brasileira do Agronegócio (Abag); ou, no campo internacional, entidades como *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), de 1990, mas formalizado em 1995⁶, que, aliás, reúne os maiores poluidores internacionais. Tais APHEs são incontáveis e agremiam empresas e/ou entidades associativas nacionais e estrangeiras, mesclando praticamente todas as atividades lucrativas (bancos, finanças, comércio, produção industrial, produção agrícola, mineração, comunicação, advocacia e direito etc.).

Em paralelo, as classes dominantes capital-imperialistas investiram também em APHEs de um segundo grupo, dedicado à *diplomacia cosmopolita empresarial*, voltado para a construção política comum entre burguesias internacionais. Também marcado pela representatividade com caráter permanente (e não eventual) na sociedade civil, neste

⁶ Ver: <https://www.wbcd.org/who-we-are/our-history/>. Acesso em: 19 fev. 2025.

grupo a seleção não ocorre por setores de produção, mas sobretudo por escala da propriedade ou pertinência frente à solução de problemas específicos (incluindo ministros de Estado, juristas, intelectuais etc.). Dentre eles estão os aparelhos clássicos, que atravessaram todo o século XX, como o Grupo de Bilderberg (1954); o *Committee for Economic Development* (CED), criado nos EUA em 1941 e ampliado a partir da década de 1950 para a Europa e outros países; o *Council on Foreign Relations* (CFR) (Dreifuss, 1986); ou a Trilateral, criada em 1973, por iniciativa de David Rockefeller e Zbigniew Brzezinski, abrangendo participantes de América do Norte, Europa e Ásia⁷. Também o *Council of America* (criado em 1965 por David Rockefeller) (Hoeveler, 2020) ou o Fórum de Davos (*World Economic Forum*), criado em 1971, e, no espectro político da extrema direita, a *Atlas Network* (1981), ou *Rand Corporation* (1948), com escritórios nos EUA, na Europa e na Austrália, entre outros⁸.

Mas não para por aí. Se o convencimento interpares e o estabelecimento de táticas comuns de ação foi – e segue sendo – parte importante do ativismo burguês, o mesmo tipo de atuação se desdobraria em direção às classes médias e aos setores populares. Vale mencionar outras duas modalidades principais de entidades sem fins lucrativos, ou APHEs, dirigidos pelo empresariado de maneira direta ou indireta (via financiamento): o que hoje se chama de maneira ‘naturalizada’ de *think tanks* e os voltados para a filantropia empresarial.

O termo *think tank*, ou tanque de pensamento, refere-se ao terceiro grupo de aparelhos privados de hegemonia. Não é fácil distingui-los

⁷Um dos temas centrais na implementação da Comissão Trilateral (CT) versava sobre “a crise da democracia”, explicitada no *Task Force Report* 08, de 1975, levando a autora a concluir, após madura análise do material: “Até agora, vimos como a preocupação central do relatório é com a ordem, e com a estabilidade política do regime democrático. A aparente tautologia de que a democracia está na origem da crise da democracia esconde que o conceito de ‘democracia’ aqui subjacente é o de conjunto de procedimentos que garantem a ordem democrática. O que aparece como ‘ameaça’ à democracia posta pelos movimentos é na verdade ameaça aos movimentos: se estes não se colocarem em seus lugares, até o mínimo que se considera como democracia (eleições, representação, liberdade de expressão) está em xeque” (Hoeveler, 2015, p. 284).

⁸ Citamos apenas alguns pois há múltiplas associações desse tipo segundo espaços continentais, agregando grupos de empresários de alguns países, mas todas se apresentando como entidades da sociedade civil.

dos anteriores, pois compartilham com os demais funções e atividades⁹. Cumprem o papel explícito de direcionar a produção científica, isolando-a da disputa renhida que ocorre nas instituições públicas. Para tanto, captam jovens pesquisadores, oferecem espaços de diálogo entre pares e bolsas de estudos em instituições privadas selecionadas (muitas nos EUA), favorecem divulgação em revistas científicas e na grande mídia, promovem carreiras muitas vezes iniciadas em instituições públicas nacionais e, para alguns eleitos, permitem alçar voo para instituições internacionais oficiais ou para as funções de gestão e de direção de diferentes aparelhos privados de hegemonia espalhados em diversos territórios. Desde precocemente abriram suas portas para intelectuais de esquerda não comunistas, considerados ‘democratas’, impulsionando carreiras em diversas áreas, inclusive no terreno eleitoral. Tais intelectuais, que consideram suas carreiras como expressão de mérito próprio, manifestavam julgamentos suaves sobre a atuação capitalista e, em geral, eram os mais ferozes críticos das tentativas de organização dos setores populares (partidos, sindicatos de trabalhadores etc.), denunciadas como autoritárias ou totalitárias. Há uma procura ativa para incorporação de estudiosos a uma prática sistemática de transformismo universitário, com efeitos relevantes, uma vez que sua capacidade de divulgação abria brechas crescentes na produção científica, repercutindo nas instituições públicas as práticas divulgadas em tais APHEs. As disputas internas do campo científico defrontavam-se com o poderio econômico externo de suporte a alguns grupos, fortemente defendidos na mídia, além de uma crescente aceitação da lógica da gestão privada dos negócios públicos (maior eficácia mercantil e competitividade), o que conferia a esse grupo crescente capacidade de excluir (ou limitar fortemente) a expansão de pesquisas com perfil teórico crítico ou anticapitalista em diversas áreas, das ciências sociais às naturais. O anticomunismo tornava-se uma espécie de controle ideológico em crescentes espaços científicos, impedindo o avanço de pesquisas e de conhecimento sobre efeitos danosos da expansão do capital.

⁹ Há um projeto nos EUA de pesquisa e ranqueamento de tais entidades, o “*Think Tanks and Civil Societies Project*” (TTCSP), que informa apoiar uma rede global de cerca de 7.000 grupos. <https://repository.upenn.edu/exhibits/orgunit/ttcsp>. Acesso em: 02 mar. 2025.

Enfrentavam os centros e grupos de estudos populares autônomos, carentes de recursos e, portanto, mais facilmente capturáveis através de bolsas e editais de financiamento, sempre de maneira segmentada e controlável através de relatórios. Essa prática, característica da *Ford Foundation*, se espalharia e resultaria em entidades privadas em paralelo à rede pública, orgulhosamente autodenominadas de *think tanks*. No Brasil, os mais conhecidos são a Fundação Getúlio Vargas, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e o Insper. Todos, é claro, sem fins lucrativos¹⁰.

A formação intelectual e política e os contatos assegurados pelos *think tanks* intensifica o fenômeno da ‘porta giratória’: tais entidades abrem espaço para ex-funcionários públicos (que compartilham seus conhecimentos adquiridos) e vice-versa, fornecem novos funcionários para os governos e instituições oficiais. A imbricação com os Estados realizada por todos os APHEs se acoberta sob o manto da expertise e da técnica.

A caracterização das entidades que compõem o quarto grupo é hesitante, entre filantropia e investimento social. Em função disso, podemos chamá-lo de *mercantil-filantropia*. É interessante observar que, embora seja uma continuidade das clássicas esmolas dos poderosos, das igrejas, do Exército da Salvação ou similares (inclusive prestações sociais de políticos), os APHEs modernos também resgatam e atualizam outra prática clássica: a do controle político. Enquanto a filantropia tradicional é uma forma de silenciar os subalternos, a modalidade contemporânea, ao contrário, é uma atividade de engajamento e convencimento, muito próxima da propaganda. Procura aproximar-se de reivindicações e lutas segmentadas dos setores populares e apoiá-las, aportando alguns recursos e direcionando práticas educativas. Apresenta-se como complementar, seja denunciando as fragilidades do Estado, seja combatendo a intervenção pública, ao apoiar a iniciativa individual e a gestão ‘eficaz’ para a solução dos problemas. Com recursos próprios, de doações ou mesmo com recursos públicos, pode apresentar pequenos resultados (a escala é reduzida), o que delinea

¹⁰ Ver Paulo (2020, p. 17-109), especialmente o capítulo ‘Os tanques de pensamento e o Estado capitalista’.

os métodos que podem ser generalizados para outros setores. Como entidades desse tipo podem ter – segundo as diferentes legislações nacionais – reduções tributárias; podem angariar recursos por doações, configurando descontos em impostos; e, finalmente, podem vender serviços aos governos, gerando parcerias público-privadas, absorvem uma parte do fundo público para realizar suas práticas. Ao se definirem como ‘sociedade civil’, esses APHEs reivindicam representatividade popular enquanto ‘peritos’ e ‘participativos’ nos núcleos estatais de decisão das mais diversas políticas (trabalho, saúde, educação, transporte, juventude, moradia, questão urbana, dentre outras). Costumavam se declarar apartidários e apolíticos, mas inserem-se no Estado e, ao definirem políticas estatais (mesmo se focalizadas), multiplicam sua capacidade de intervenção, que ainda é impulsionada quando se tornam os executores de tais políticas. Com o tempo, pararam de se apresentar como apolíticas, uma vez que praticamente todas se dedicam a formular políticas em grande escala, embora continuem a se apresentar como apartidárias.

Como se observa, estamos diante de uma malha extensa e complexa dessas entidades empresariais (sem fins lucrativos). Sua expansão se inicia com os primórdios da ONU, com forte composição internacional, isto é, agregando membros de diversos países (como o caso da Anistia Internacional), com forte centralidade anglo-saxônica. Este tipo de entidades parece expandir-se a partir da década de 1980, quando o conjunto desses aparelhos realizou um salto quantitativo¹¹.

Vale destacar observações ainda preliminares. Em primeiro lugar, a participação das mesmas empresas, entidades e empresários em diferentes APHEs, ocupando instâncias diversas em cada uma, com fins os mais variados. Essa prática permite a multiplicação da presença

¹¹ Entre 1987 e 1999, o Banco Mundial colaborou com ONGs em 2.145 projetos (Pereira, 2010, p. 338). Estudo da União de Associações Internacionais (UIA) informava que “particularmente no final da década de 1980, o número de ONGs aumentou dramaticamente. Em 1956, a União de Associações Internacionais (UIA) registrou apenas 973 ONGs. Em 1977, ela já registrou mais de 2.500 ONGs. Apenas cinco anos depois, o número de ONGs quase dobrou novamente (...). No mundo em desenvolvimento, a proliferação de novas ONGs é particularmente significativa. (...) Hoje, a UNESCO – segundo suas próprias declarações – mantém relações regulares de cooperação com 588 ONGs e aproximadamente outras 1.000 a 1.200 cooperam com a UNESCO numa base ad hoc (Doc. 152 EX/40 1997:12; Novos Parceiros da Unesco 1998)” (Martens, 1999, s.p., tradução nossa)

empresarial – filantrópica ou não – na ‘sociedade civil’, tendo ou não uma real base social, agindo em diversas direções e procurando direcionar práticas diversificadas. Em nome da ‘sociedade civil’, em nome das necessidades das grandes massas populares, cuidadosamente segmentadas, uma enorme malha de interesses empresariais conectados constitui uma arena política, procurando sufocar a existência de organizações populares ou democráticas autônomas. Adriana Medeiros Farias identificou verdadeiros *conglomerados* de entidades a partir dos APHEs ligados ao grupo Jorge Paulo Lehmann no Brasil, replicando no ambiente da sociedade civil as práticas econômicas empresariais (Farias, 2021).

Em segundo lugar, toda essa malha se conecta e, embora cada um dos tipos tenha peculiaridades, a rede não deve ser analisada separadamente, como se apenas *think tanks* fossem realmente importantes, ou apenas a malha destinada a empalidecer as tragédias sociais (mercantil-filantrópicas) tivesse papel político. Ademais, tais redes de entidades se conectam também com empresas, seja pelo lado do controle das entidades, seja através da contratação de serviços, em âmbitos nacionais e internacional. Aqui reside uma diferença significativa com relação às bases organizativas populares, que dependeram historicamente dos partidos políticos oficiais para constituir um polo de agregação. No caso das redes empresariais sem fins lucrativos, elas podem se apoiar no Estado, no conjunto das empresas ou ainda em entidades e/ou empresas e/ou governos estrangeiros, reduzindo sua dependência direta dos partidos políticos para eventuais reconfigurações ou agregação de novas entidades similares.

Em terceiro lugar, ser ‘entidades sem fins lucrativos’ não significa prejuízos ao capital. Este é um tema ainda menos pesquisado do que deveria, embora haja entidades bilionárias, como a Fundação Bill e Melinda Gates ou a *Open Society Foundations*, de George Soros. APHEs recebem isenções fiscais de diversas ordens e podem gerar lucros e polpudos benefícios, mas caracterizam-se como ‘sem fins lucrativos’ porque respondem a legislações nacionais que, em geral, impedem sua distribuição e exigem a reaplicação na própria atividade. Algumas dessas entidades são detentoras de propriedade parcelar (ou majoritária) das empresas, como a *Ford Foundation* e, no Brasil, a

Fundação Bradesco¹². Muitas constituem fundos patrimoniais, nos quais o núcleo central do patrimônio ‘doado’ é administrado por conselhos gestores (remunerados para tanto pela rentabilidade do fundo) e investido nas próprias empresas (bancos ou fundos), nas mais diversas atividades, enquanto destinam para a atividade-fim o rendimento recebido. Com isso, estimulam a contínua reprodução do capital, ou do processo produtivo/especulativo, enquanto sugerem agir para melhorar as condições de vida da população. Nas últimas décadas, elas aperfeiçoaram mecanismos de captura de fundos públicos e de remuneração dos executivos de APHEs, sobretudo através de parcerias público-privadas, em que os Estados contratam tais empresas para que prestem os serviços que antes eram assegurados diretamente por funcionários públicos.

Em quarto lugar, dissimulam seu duplo perfil, mercantil e filantrópico, apresentando-se como uma forma de militância, como maneira de ‘mudar o mundo’ através de ações voluntárias. Essa é a atuação mais aberta e explícita de captura de lideranças populares, com procedimento similar ao dos *think tanks* (convite a militantes não comunistas, com argumentos de mérito, competitividade, resultados etc.), mas voltado para financiar pequenos grupos de movimentos sociais difusos.

Em quinto lugar, introduzem novas linguagens pseudocientíficas: todos os aparelhos privados de hegemonia empresariais divulgam dados sobre suas atividades e sobre o conjunto da vida social e estabelecem protocolos peculiares de propaganda. Nem sempre é possível saber o grau no qual mesclam os dados provenientes de fontes públicas oficiais e a sua produção própria, assim como não há instâncias públicas de verificação, crítica e controle de tais dados. Sua divulgação visa sobrepor os dados públicos em defesa de seus interesses, apresentando-se como especialistas, garantindo a incorporação de seus integrantes em diversos espaços permanentes estatais. Ao longo do tempo, tais ‘especialistas’ tornam-se referências intelectuais (definem que tipos

¹² “A Fundação Bradesco [entidade sem fins lucrativos], outro proprietário acionista do banco, possui, em média, 16,04% das ações com direito a voto ao longo de todo o período estudado (1998 a 2020). Além disso, deteve, entre 2001 e 2020, 14,8% do Bradespar e, entre 2016 e 2020, 25,1% da Ncf Participações” (Amaral, 2021, p. 125).

de dados devem ser produzidos) e midiáticas, sendo consultados diretamente para informações sobre as atividades que ‘supervisionam’, ‘representam’ ou ‘propõem’. Esse tipo de divulgação tem como objetivo também convencer seu público-alvo, seus próprios associados e, secundariamente, quando se trata de aparatos destinados ao grande público, fazer a publicidade de seus ‘resultados’ específicos. Como se pode supor, introduzem uma cacofonia impressionante na vida social, reduzindo incessantemente a capacidade de verificação, controle e crítica da informação e introduzindo grande confusão entre pesquisas científicas e apresentação de dados interessados e de propaganda. Esse procedimento mais uma vez responde a duras lutas e tenta desfocar as críticas sociais e científicas, substituindo-as por repetidas críticas ao mau funcionamento das políticas, elaboradas no interior de entidades capitaneadas pelos empresários ou seus prepostos, silenciando adversários, estimulando ampla divulgação dos que lhes são próximos e inpletindo as questões a serem tratadas inclusive nos órgãos oficiais de levantamento de dados e de estatísticas. Os sites são frequentemente remodelados, dificultando o acesso a determinadas informações, que permanecem sob controle privado.

Em sexto lugar, as políticas que formulam são marcadas regularmente pelo caráter de urgência, impedindo qualquer reflexão mais substantiva sobre as causas dos problemas. A ação deve ser imediata e seus pequenos efeitos devem ser altamente demonstrativos (concursos, premiações, seleção de grupos carentes etc.).

Em sétimo lugar, essa malha de APHEs é altamente elástica e persistente no tempo. Com enorme volume de recursos (retirados inclusive dos fundos públicos), grande circulação interna de direções e lideranças, além de empregados formalizados, outros precarizados e ainda ‘voluntários’ (vendedores de força de trabalho sem direitos), ela pode se manter de forma inercial pela própria necessidade de seus trabalhadores. Em outros termos, atuam como empresas empregadoras, mesmo sem fins lucrativos. Isso configura uma diferença brutal com relação às formas associativas populares, cuja participação, em geral, depende do tempo de dedicação (que é reduzido pelo aumento do tempo de trabalho) e de um voluntariado consciente e não remunerado, eventualmente tendo de, ao contrário, contribuir monetariamente para

sustentar suas associações. Finalmente, essa malha integral não apenas governos, mas os próprios Estados, mesclando integrantes nacionais ou estrangeiros.

Como se observa, é uma modalidade organizativa complexa, contando com tentáculos de vários tipos, alcances e objetivos, que atuam em escalas nacionais e internacionais. Toda essa malha tem dois focos principais, eventualmente contraditórios: assegurar a maior lucratividade das empresas (e o subsequente reforço dos 'seus' Estados) e impedir alterações políticas que coloquem em risco seus investimentos. Assim, se os Estados capital-imperialistas tiveram enorme atividade de convencimento para além de suas fronteiras, sendo a mais importante delas a massiva divulgação cultural do *american way of life*, essa atividade desde muito precocemente foi duplicada por esse peculiar ativismo empresarial, envolvendo burguesias locais e estrangeiras, voltada para a produção de conhecimento interessado e para o desmantelamento de mobilizações populares com caráter classista, procurando conservá-las acantonadas em setores específicos, em geral com apoio dos governos locais.

Considerando o fato de que tanto a influência para sua expansão como recursos importantes foram derivados de empresários e/ou de agências estatais dos EUA, a tendência é muitas vezes interpretá-los apenas como instrumentos do imperialismo estadunidense – o que de fato são. Entretanto, em escalas também variadas, a expansão de APHEs dependeu do grau de lutas sociais e do ativismo empresarial em diferentes países, assim como da centralização e concentração de capitais em cada país, de maneira a assegurar a criação de tantas entidades, assim como seu entrelaçamento. Portanto, denunciar o imperialismo não deve apagar as iniciativas das burguesias locais, variadas em função da estrutura estatal local e das tensões sociais. Tanto mais quando essa malha pode atuar com novas reconexões, em função de transformações conjunturais ou tecnológicas.

5 . O caso brasileiro – uma sociedade civil empresarial

Desde o nascedouro das relações capitalistas na Europa, o Brasil ocupou posição subalterna e porosa, absorvendo as demandas do capital, sujeitando as populações nativas e incorporando massas de

escravizados africanos. Ainda no século XXI prepondera essa liderança ocidental, sob controle e influência estadunidenses. Na colonização, sob o domínio de Portugal; na independência, da Inglaterra, e posteriormente dos EUA. Essa dimensão tendeu a construir uma espécie de ‘universal truncado’, eurocêntrico (eueurocêntrico¹³) que reforça permanentemente tanto a dominação das classes nativas, quanto a subordinação externa, configurando uma dupla articulação (Fernandes, 1975, p. 219). A expansão econômica chinesa estimulou, no século XXI, uma disjuntiva relevante: a de se constituir em principal mercado para as exportações brasileiras, porém a custo de uma sociabilidade interna regressiva, em que o agronegócio moderno e altamente produtivo requebra as práticas econômicas e ideo-sócio-políticas mais brutais e reacionárias.

110 | Economia, sociedade, política e cultura conjugam-se de múltiplas maneiras com as influências e interferências internacionais ocidentais, especialmente estadunidenses. Malgrado esse fundo aparente de imobilidade da subalternidade, estamos tratando de uma acelerada expansão das relações capitalistas, que impôs transformações radicais no conjunto da vida social, ainda que aprofundando os traços originais e exacerbando as desigualdades sociais.

Demonstrando mais uma vez a íntima articulação entre o ‘atraso’ e a ‘modernidade’, as classes dominantes – especialmente comerciantes e aquelas de extração agrária – precocemente implementaram aparelhos privados de hegemonia voltados para a defesa de seus interesses setoriais. Como exemplos, as Associações Comerciais (ACs), a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) congregavam proprietários, desenvolvendo ações de formação intelectual tanto voltadas para suas atividades econômicas, como para a gestão de negócios e política (Vieira, 2016; Mendonça, 1998). Publicaram revistas e jornais, fomentaram educação pública (e privada) sob sua influência direta, voltada para seus negócios, prepararam intelectuais orgânicos e relacionaram-se estreitamente com o Estado.

¹³ Esta é uma menção a Carlos Walter Porto-Gonçalves, falecido em 2023, geógrafo militante que usava essa esclarecedora grafia.

Se o imperialismo se expande em finais do século XIX, o predomínio estadunidense após a Segunda Guerra Mundial o revestiria de novas características, em função de uma nova divisão internacional do trabalho na qual parcela das periferias, inclusive o Brasil, experimentaria processos de industrialização. Novas tensões eclodiriam, inclusive entre setores das classes dominantes (como os nacionalismos). Para unificar os dominantes, expandiam-se formas de articulação de interesses, estimuladas pelo contato constante de funcionários de Estado brasileiros e ‘técnicos’ norte-americanos, através das missões Cook (1942-1943) e Abbink (1948), além da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953), e da presença direta de empresários como Nelson Rockefeller, com forte papel educativo (Ribeiro, 2017; Cassiano, 2025).

As iniciativas organizativas na sociedade civil das classes dominantes brasileiras nutriram-se também de intenso e sistemático aprendizado com suas congêneres estadunidenses, em especial a Câmara Americana de Comércio-Brasil, AMCHAM Brasil, criada em 1919 e que em 2025 abrange, segundo sua página na internet, “mais de 3.500 empresas, aproximadamente 33% do PIB, 3 milhões de empregos diretos, 16 escritórios em 13 diferentes estados”¹⁴. Congrega desde o início empresários estadunidenses com investimentos ou interesses no Brasil, e associa empresários brasileiros, assim como dirigentes de empresas de diversas nacionalidades.

O governo Juscelino Kubitschek (1956-61) marcou o redesenho da ocupação do território nacional, com a construção de Brasília e a mudança da antiga capital do país. Oficializava-se a intensificação dos processos de colonização interna que ocorriam de maneira dispersa e difusa, assim como a monopolização dos setores industriais, com maior conexão entre capitais estrangeiros e nacionais. Nesse período de interregno ‘democrático’ (eleitoral), acirravam-se as lutas sociais, marcadas pela expectativa de um desenvolvimento capitalista autônomo (nacionalista) e de uma democratização com ganhos substantivos para os subalternos, tanto urbanos quanto rurais, através de reformas.

Prosseguia e acelerava-se a criação de entidades associativas empresariais (sociedade civil), multiplicando-se as organizações

¹⁴ Ver: <https://www.amcham.com.br/index/proposito>. Acesso em: 15 jan. 2025.

setoriais. Enquanto as organizações sindicais de trabalhadores seguiam fortemente vigiadas para impedir a construção de entidades paralelas, então ilegais, isso jamais ocorreu com a estrutura sindical patronal, que duplicou sua representação de maneira aberta através de Centros Industriais estaduais, além de estendê-la através de novos formatos, a partir de novas organizações setoriais e multisetoriais ('Associações'). Em que pese a maior ou menor aproximação com alguns governos, a instauração de aparelhos privados de hegemonia setoriais passava a assegurar espaço no próprio Estado, uma vez que integravam equipes e câmaras 'técnicas' voltadas para os processos produtivos, econômicos e legais, independentemente dos diferentes governos. Aprofundava-se a expansão seletiva do Estado, com a perseguição das organizações populares mas estímulo explícito às entidades empresariais.

Vejamos apenas alguns exemplos, para sinalizar o peso e a estreita conexão Estado-empresas via sociedade civil nesse período. O primeiro é o Instituto Brasileiro do Petróleo, criado em 1957, que receberia seu principal aporte financeiro da empresa pública recém-criada Petrobrás, consorciando então um grupo de 20 participantes, dentre as quais

a Esso (Standard Oil), a Texaco (Texas Company), a Atlantic, a Gulf Oil e a Shell ... [além de] Bakol, Union Carbide, Petroclor, Alba, Rhodia e Companhia Brasileira de Estireno (...), subsidiárias de multinacionais. [...] Além do empresário Ernesto Igel, os sócios iniciais do empreendimento foram Odilon Braga – ex-ministro da agricultura do governo Getúlio – e Heitor Beltrão – ex-deputado pela UDN e pai do idealizador do IBP, Hélio Beltrão –, demonstrando a forte presença do grupo empresarial no Estado estrito e os laços familiares existentes nestas companhias (Siqueira, 2021, p. 94-97).

A entidade continua existindo em 2025, abrangendo a produção de gás, tendo ampliado seu quadro de associadas e agremiando grandes empresas de diversas nacionalidades¹⁵.

O segundo exemplo de associação entre Estado e aparelhos privados de hegemonia empresariais se expressa na implementação dos Grupos Executivos formados pelo governo Kubitschek no intuito de acelerar a industrialização do país em contexto de grandes obras:

¹⁵ O quadro de associadas está disponível em <https://www.ibp.org.br/quem-somos/empresas-associadas/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

O governo Kubitschek criou o que foi chamado de “administração paralela”, responsável pela organização dos projetos de investimentos em diversos setores produtivos. Era formada pelos grupos executivos e grupos de trabalho que integravam o Conselho do Desenvolvimento, ligado à presidência. Assim, uma parte significativa do aparelho estatal foi redefinido através de uma espécie de “gabinete” especial, à parte da estrutura institucional principal, porém formada por membros oriundos dela, escolhidos a dedo. Os grupos executivos contavam com integrantes de agências do Estado, citadas acima, além de representantes dos setores-chave da economia que passaram por expansão ou estudo de viabilidade de projetos (Tavares, 2014, p. 17).

Mantendo bases duplas (sindicatos e Centros), avança o processo de definição da política econômica elaborada pelo próprio empresariado. Em 1955 se constitui a ABDIB, Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de base (nome atualizado), em 1956 a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). No mesmo período, a Abimaq, Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, se desdobra, como entidade civil, do Sindicato da Indústria de Máquinas do Estado de São Paulo (Simesp), mas mantendo com ele uma história geminada. Elas seguem existindo e consorciando as principais empresas estrangeiras e as cada vez menos numerosas empresas brasileiras, mas mais concentradas. Adicionalmente, criou-se uma infinidade de outras associações similares.

Mesmo em situação de oposição ao governo João Goulart (1961-64), quando se acirravam as disputas e lutas sociais na virada para a década de 1960, intensificava-se a criação de entidades associativas empresariais, culminando na Confederação Nacional das Classes Produtoras (Conclap), no Rio de Janeiro e em São Paulo, procurando agremiar tanto empresários urbanos quanto rurais (Lemos, 2024). Voltavam-se mais agressivamente para o enfrentamento dos setores populares e, na sequência, da própria institucionalidade governamental. De maneira similar, prosseguia a proximidade dos setores empresariais com a cúpula da Igreja Católica, conservadora, embora houvesse fissuras e tensões também na esfera católica.

6 . O soluço de ativismo empresarial nos anos 1960 – o massacre da democracia

Na década de 1960, a presença direta dos Estados Unidos se intensificava frente ao temor de nova revolução como a cubana, traduzida na criação da Aliança para o Progresso e suas intervenções pontuais em situações de crise social no Brasil (Silva, 2020). Não obstante as interdições legais e a atuação repressiva, nas condições de crise social, econômica e política avolumavam-se as entidades e associações populares, o que levou o empresariado a interferir de maneira mais direta, mas ainda através de entidades pouco adaptadas para a tarefa (Pestana, 2022).

A atuação dos aparelhos de hegemonia empresariais foi fartamente estudada por René Dreifuss, que examinou a articulação entre o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), agência estadunidense com aportes empresariais e governamentais, e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), criado em 1961 como um quartel-general burguês para múltiplas operações, como convencimento das classes dominantes, planejamento das ações, recolhimento de recursos, divisão de tarefas etc. Muitos estudiosos aprofundaram suas reflexões¹⁶.

Este foi o primeiro momento de ativismo hegemônico empresarial no Brasil, pela intensificação das tentativas de convencimento, sobretudo, de setores médios, mas espalhando-se para alguns setores populares. Fartas campanhas de mídia, publicações com grandes tiragens (em parte de obras traduzidas dos EUA ou de anticomunistas), filmes de propaganda realizados principalmente pelo francês Jean Manzon, literatos como Raquel de Queiroz e Rubem Fonseca a soldo do Ipes, palestras, conferências e seminários multiplicaram-se durante três anos. Procuravam opor-se a uma verdadeira vaga de cultura popular ascendente, que se nutria das reivindicações populares e que elaborava importantes inovações, como o Centro de Cultura Popular (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Cinema Novo, além de inúmeras outras formas de expressão artística.

¹⁶ Ver, por exemplo, Gonçalves (2016) e Bortone (2014), entre outros.

Foi um breve e intenso período de ativismo empresarial, rapidamente substituído pelo golpe de Estado que esse mesmo empresariado promoveu, conjuntamente com as Forças Armadas. A sequência seria uma escalada empresarial-militar aos órgãos do Estado, que seriam reformatados para eliminar as práticas democratizantes, reprimir as organizações populares e acomodar a nova centralidade do grande capital, fortemente associado em escala multinacional.

A evidência da derrota hegemônica empresarial-militar sob sua truculenta vitória militar seria, como apreendeu Roberto Schwarz (2008), a disseminação e o aprofundamento de uma certa hegemonia cultural da esquerda, somente obscurecida quando sucessivos endurecimentos do regime ditatorial a silenciaram.

A ditadura empresarial-militar (1964-1988) pretendeu ou procurou obter hegemonia? Como qualquer regime político capitalista, a ditadura precisava contar com uma certa dose de aceitação popular, ainda que silenciosa. Longe de iniciativas hegemônicas ou mobilizadoras, a ditadura caracterizou-se pelo forte uso da propaganda oficial, ao lado das constantes ameaças frente a quaisquer formas de organização popular. Contava com o apoio da grande mídia proprietária, tendo incentivado e apoiado a monopolização empreendida pela Rede Globo no período de expansão da televisão, a qual ecoava e endossava o tom oficialismo da propaganda governamental. O garroteamento das oposições se enraizava institucionalmente nas escolas, universidades, empresas etc¹⁷.

Aparentemente as burguesias brasileiras concentraram-se nas suas tensões internas e na organização do Estado e das políticas voltada para seus interesses, chegando inclusive a atritos com os militares

¹⁷ Ver o excelente trabalho realizado pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/Unifesp), no projeto “Responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura”, desenvolvido a partir da luta de trabalhadores da Volkswagen, obrigada a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado pelo Ministério Público Federal, que financiou a pesquisa. Desde outubro de 2021, dez equipes de pesquisa, com coordenações vinculadas a universidades de diferentes estados do Brasil e diversas áreas do conhecimento, investigaram a colaboração das empresas Companhia Siderúrgica Nacional, Josapar, Folha de S. Paulo, Itaipu, Paranapanema, Fiat, Aracruz, Petrobras, Cobrasma e Cia Docas de Santos, das quais quatro são estatais e seis privadas. No início de 2023, foram iniciadas investigações contra três novas empresas – Belgo Mineira, Embraer e Mannesmann. Ver: <https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/projetos/empresas-e-ditadura>. Acesso em: 04 nov. 2025.

ocupantes do poder Executivo. A tendência associativa empresarial (sindical, centros paralelos e associações) manteve-se ativa, porém com um viés mais corporativo e menos voltado para o convencimento popular. Intrincadas redes de entidades da sociedade civil empresarial procuravam dirimir as tensões entre setores de diferentes dimensões e abrangência, por vezes intensificadas em virtude dos monopólios que se forjavam em quase todas as áreas, como no setor da construção civil (Campos, 2014).

Uma parte da defesa aberta da ditadura e iniciativas de convencimento das massas populares era deixada às iniciativas econômicas do governo, como o Banco Nacional da Habitação (BNH), que jamais cumpriu a função social propagandeada pela ditadura, de solução das graves questões habitacionais rurais e urbanas, funcionando, ao contrário, como uma alavanca importante de estímulo industrial e financeiro. Os demais suportes de convencimento popular mantinham-se na parceria com setores conservadores da Igreja Católica ou com as diferentes mídias, a maioria das quais, apesar de complacentes com a ditadura, estavam sob censura.

Quem organizou alguma intervenção empresarial no sentido de formar lideranças sob a ditadura para momentos posteriores foram APHEs estadunidenses, especificamente a Fundação Ford¹⁸. Em 1969, em plena ditadura, apoiou a constituição do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), reunindo professores expulsos da USP, tendo Fernando Henrique Cardoso (FHC) na direção, e do Iuperj, instituto de pesquisas ligado a uma universidade privada, Cândido Mendes, que se tornaria o principal centro irradiador da pesquisa e reflexão de cunho liberal. Em 2010, parte dos docentes do Iuperj migrou para uma universidade pública, renomeando-se como Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp-Uerj). Essa pedagogia empresarial praticada pelos APHEs estadunidenses teria especial relevo no pós-ditadura. Embora reunisse dissidentes e perseguidos pela ditadura, e enfrentasse tensões internas, dentre eles emergiria um grupo de intelectuais que, dispondo de recursos econômicos e simbólicos, se

¹⁸ Ver alentada e documentada matéria de Correia (2016).

distanciaria do marxismo, disposto a assumir a liderança em espaços acadêmicos e políticos, como o papel central de Fernando Henrique Cardoso (dirigente do Cebrap)¹⁹.

Nem o mais violento dos regimes ditatoriais pode silenciar as questões que surgem das contradições que a própria ditadura suscita. Em qualquer crise econômica, dissensões entre as burguesias, reivindicações populares diversas e embates contra a censura abrem espaço para manifestações das classes dominantes e uma brecha para a emergência de organizações populares²⁰. Desde a década de 1970, intensificaram-se lutas populares em várias direções, apesar da repressão. Em livro de 1989, René Dreifuss analisou as organizações associativas empresariais que atuaram para barrar a vaga popular e agiram no processo constituinte, assim como as forças de direita e de extrema direita que se recompuseram, apesar de serem minoritárias.

A análise de Dreifuss sobre os resultados da Assembleia Nacional Constituinte é devastadora, concluindo que a agregação de interesses militares e empresariais resultante do processo histórico descomprometia as classes dominantes com qualquer princípio republicano democrático, pendendo a uma enorme concentração de poderes e de privilégios. Ele considera ter sido gerada uma “verdadeira estrutura de poder, referenciada politicamente para a conformação estatal, enfim uma *Sociedade Política Empresarial*” (Dreifuss, 1989, p. 10) com organicidade corporativa, consensualização solidária de interesses, articulação e estruturação (preparo) político-operacional e predisposição para a ação de Estado, com abrangência e escopo nacional. Ao seu lado, considera a existência de um *Sociedade Política*

¹⁹ Fernando Henrique Cardoso foi duas vezes presidente da República e acelerador das privatizações de empresas públicas, da abertura de mercado e do predomínio do capital ao devastar conquistas populares no âmbito político, com uma impactante contrarreforma do Estado, entre 1995 e 1996. Foi o principal lastro intelectual e político da legalização das práticas capital-imperialistas dos APHEs no Brasil.

²⁰ Apesar do grande número de entidades populares então criadas e da grande diversidade de reivindicações e iniciativas nas áreas da educação, saúde, juventude, mulheres, gênero etc., apenas três costumam ser frequentemente mencionadas: o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980, a Central Única de Trabalhadores (CUT), em 1983, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984. Este último ainda na atualidade é constantemente atacado pelas classes dominantes e criminalizado pelas mídias proprietárias.

Armada, que envolveria na época 600 mil pessoas nos diversos serviços, sem contar com familiares, centros, clubes, agremiações sociais, culturais e políticas. Ela seria capaz de “produzir iniciativas político-coercitivas de cunho societário (tutela social) e estatal (tutória arbitral) de abrangência nacional” e era estreitamente integrada ao empresariado, mas situada acima deste, pois “se superpõe às suas normas e se situa, na correlação de forças, fora das possibilidades de controle e supervisão das elites civis” (Dreifuss, 1989, p. 29). Abria-se, portanto, um período de vigência do Estado de Direito e de processos eleitorais, isto é, formalmente democrático, sob pesadas condições prévias (Lemos, 2014).

7 . O hegemonismo empresarial no Brasil – democracia?

118

O empresariado, entretanto, saía da Constituinte insatisfeito com as conquistas populares nela inscritas e imbuído do tradicional anticomunismo, agora travestido em antipetismo (oposição ao Partido dos Trabalhadores, PT). Diferentemente do período ditatorial, não era mais suficiente repousar sobre as propagandas governamentais. Abria-se um período de novo ativismo empresarial, com o crescimento de sua atuação para controlar as universidades públicas e em direção aos setores populares, ao lado da permanente ampliação das demais entidades associativas diretamente voltadas para interesses setoriais ou intersetoriais.

Na conjuntura internacional, a queda do muro de Berlim, seguida do desmoronamento da antiga URSS, alterou a capacidade e a forma das organizações populares. Ocorria o avanço simultâneo da reestruturação industrial e do assim chamado neoliberalismo, ou globalização, e, apesar de algumas tensões internas, acelerou-se a adesão capital-imperialista da burguesia brasileira, tanto no aspecto da abertura de mercado, quanto da centralização e concentração de capitais das atividades paraestatais e parapolíticas e, finalmente, da desindustrialização.

A generalização de procedimentos de convencimento com base nas próprias entidades empresariais, seja no financiamento de associações de cunho popular, seja pela instauração de APHs empresariais voltados para alguns problemas sociais, resultaria no que denomino

aqui de *hegemonismo ou pretensões hegemônicas exacerbadas*. Em boa parte, seus limites derivaram de seu próprio sucesso e, portanto, da enorme expansão das contradições que o atravessam²¹.

Visando enfrentar diuturnamente qualquer possibilidade de elaboração organizativa e política por parte de setores populares e bloquear o sentido de classe de sua atuação, o hegemonismo contribuiu para minar permanentemente a política oficial, parlamentar, de seu conteúdo. Apesar de não objetivar explicitamente a eliminação da estrutura representativa, tendeu a cerceá-la de tal maneira que seu próprio sentido definharia.

O governo pró-mercado de Fernando Henrique Cardoso implementou a Reforma Constitucional, aprovada em 1998, conduzida pelo Ministério da Administração e da Reforma Administrativa (Mare), dirigido por Luiz Carlos Bresser-Pereira. Foram legalizadas práticas anteriores de ‘parcerias’ com empresas e entidades sem fins lucrativos; criou-se um mercado específico de serviços públicos ao se separar um núcleo estratégico do Estado dos serviços não exclusivos de Estado; implementaram-se contratos de gestão (parcerias público-privadas). O Estado absorvia reivindicações empresariais e projetos internacionais de ordem econômica, como as privatizações, e de ordem política, como as da mercantil-filantropia, e as estimulava. Apesar das disputas internas entre frações burguesas, com resistências de alguns setores industriais, de lutas populares e de funcionários públicos, a hegemonia do grande capital se afirmava com o endosso eleitoral e apoio midiático ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Como o antipetismo fora a tônica eleitoral da década de 1990, a dúvida pairava sobre o que ocorreria com uma eventual vitória do Partido dos Trabalhadores. Rapidamente, porém, as dúvidas foram dirimidas e a hegemonia burguesa se implantaria para além das siglas partidárias, absorvendo e transformando o âmago do próprio PT (Coelho, 2013).

O ativismo empresarial na sociedade civil após a década de 1990 foi analisado por Lucia Neves (2005), André Martins (2009) e Flavio Casimiro (2018), que apresentaram parcela da extensa malha

²¹ A parte do texto que vem a seguir resgata parte da argumentação apresentada em Fontes (2017, p. 207-236).

de entidades mercantil-filantrópicas. As conexões de Estado – e não apenas de governos – foram evidenciadas por André Guiot (2015), que também demonstrou a inversão democrática do primeiro governo Lula da Silva ao implantar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), cuja maioria numérica era constituída por representantes de empresas e de APHEs.

Inúmeros estudiosos da educação pública denunciaram o endosso e a aplicação pelo governo do Partido dos Trabalhadores do programa elaborado pelo APHE ‘Todos pela Educação’ (TPE), de 2006²², convertido em política de Estado. Impactante lista de entidades e suas áreas de atuação na educação foi apresentada por Roberto Leher (2018). Apesar da verborragia liberal, o procedimento burguês não resultava em redução do Estado, mas em sua ampliação seletiva e enrijecida, contraindo direitos e formas de participação popular, inclusive no terreno eleitoral. E por falar em linguagens, tais APHEs introduziram uma ‘novilíngua’ no cenário ideo-sócio-político, apropriando-se e adulterando os termos clássicos das lutas populares, como ‘mudar’ ou ‘transformar’ o mundo, ‘participação’, ‘você também é responsável’ etc.

Sob intenso assédio pelo TPE e outros APHEs ditos de ‘educação’ e de ‘gestão’, que denunciavam ‘excesso de recursos’ e má-gestão, a política educacional pública (municipal, estadual e federal), apoiada pelos mais diferentes partidos do espectro político, encolhia os recursos, reduzindo a contratação de funcionários públicos, aumentando o ingresso de trabalhadores temporários ou voluntários (fragilização dos laços empregatícios); ampliava a ‘parceria’ paga com entidades ‘especializadas’ para a gestão escolar e a compra de sistemas de gestão (inclusive curricular), chegando em período recente a leiloar escolas públicas para gestão privada (Albuquerque, 2024). Forjaram-se novos currículos adequados para a preparação de uma força de trabalho desprovida de direitos – os empreendedores – e da própria socialização educativa, rebaixada e coligada a uma espécie de serviço social também precarizado.

²² Alguns dos empresários que integram o núcleo de associados fundadores do TPE: Jorge Gerdau Johannpeter, Beatriz Johannpeter, Klaus Gerdau Joahnnpeter, Jorge Paulo Lemann (Banco Garantia, depois 3G, Ambev e Inbev, Eletrobrás, dentre outras), José Roberto Marinho (O Globo), Maria Alice Setubal (Itaú), Daniel Feffer (Suzano Papel e Celulose). Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/governanca/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

De olho na “pacificação social”, Mozart Neves Ramos (2019), ex-presidente do Todos Pela Educação e do Instituto Ayrton Senna, e que flertou com o cargo de ministro da Educação do governo Bolsonaro, sugere uma divisão radical no sistema educacional estatal, a divisão entre redes de educação: a rede formal, presidida pelo empresariado, para quem tem chance de se posicionar no mundo do trabalho, e a rede de educação não formal, feita de trabalho social e organizada pela filantropia empresarial, para quem já desistiu, entre o desalento e o descarte precoce (Catini, 2020).

Os processos de conversão de luta popular em militantismo pago e fragmentado conservam alguma similitude com práticas religiosas, tanto na exacerbação de certo ativismo de perfil antipartidário, quanto através de uma sociabilidade estabelecida por meio de festas, encontros e premiações, como ainda na monocórdica e reiterada repetição da incapacidade estatal, ou da autolouvação através da propaganda e da grande mídia e, ainda, pelo enriquecimento como sinal de mérito ou de graça divina.

121

Juntamente com a educação pública, e com um escopo mais amplo de interferência política, inúmeros APHEs dedicam-se a ‘reformular’ ainda mais a gestão pública, argumentando melhorar a qualidade e economizar o gasto público, reduzir impostos para todos e modernizar a gestão. As burguesias agiram para modelar o Estado segundo seu próprio figurino. Destacaremos apenas três casos.

(i) O MBC, Movimento Brasil Competitivo²³, criado em 2001, sob a direção de Jorge Johannpeter Gerdau²⁴, é um desdobramento de práticas levadas a efeito desde a ditadura empresarial-militar, para a ‘desburocratização’, ou seja, privatização de ativos públicos,

²³ Embasam os dados a seguir a impactante pesquisa de Tavares (2020).

²⁴ Jorge Gerdau é proprietário de uma siderúrgica multinacional, e integrou inúmeros APHEs. Sem caráter exaustivo, participou do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), Instituto Liberal (IL), Instituto de Estudos Empresariais (IEE), Fórum da Liberdade-RS (plataforma em que foram lançados vários nomes e movimentos da extrema direita), Instituto de Estudos de Desenvolvimento Industrial (Iedi) (que congrega multinacionais brasileiras), Fórum da Liberdade, dirigiu o Todos pela Educação (TPE), participou ainda do Instituto Millenium, AMCHAM-Brasil e do *International Iron and Steel Institute* (IISI). Na estrutura sindical, participou da Fiegs e Fiesp. Ver: Tavares (2020), especialmente capítulo 5 – “A Reforma de Estado sob a orientação da sociedade civil empresarial”, p. 225-275.

conduzidas naquela época por Hélio Beltrão²⁵. A trajetória do MBC é um importante exemplo do entrelaçamento entre empresas, entidades empresariais, governos e Estado. As iniciativas ditatoriais de ‘desburocratização’ encontraram amparo no pós-ditadura, em 1990, quando se implementou uma política federal de estímulo à competitividade e qualidade que desdobrou-se para o Rio Grande do Sul, onde participava Jorge Gerdau. O programa governamental de 1990 foi descontinuado em 2000 e, em 2001, a criação do MBC se apresenta como seu aprimoramento. O número de associados do MBC passa de 13, em 2001, para 93 empresas mantenedoras em 2015, agremiando grandes multinacionais brasileiras e estrangeiras. Reproduzindo prática inaugurada pelo Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), o MBC era integrado por empresários, dirigentes de entidades empresariais (APHEs) e por integrantes de altos cargos públicos, com o objetivo claro de atuação direta no Estado, numa efetiva “estratégia de conversão do público ao modelo de gestão privado” (Casimiro, 2018, p. 215). Aproximou-se de centrais sindicais de diversas colorações, como Força Sindical, CUT, UGT, CGT e Contag. Seus programas de gestão foram implementados em governos estaduais conduzidos por partidos de amplo espectro político, inclusive com estreita proximidade nos governos de Dilma Rousseff (PT), nos quais o empresário chefiou a Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade até 2014, quando se afastou do governo, passando à oposição que iria apoiar seu *impeachment*.

(ii) O APH empresarial Comunitas, criado em 2000, é um dos que, em seu site, apresenta seu programa político de maneira explícita:

A Comunitas é uma organização da sociedade civil especializada em modelar e implementar *parcerias sustentáveis entre os setores público e privado*, gerando maior impacto do investimento social, com *foco na melhoria dos serviços públicos*, consequentemente, da vida da população” (Comunitas, 2025, grifos nossos).

²⁵ Ele e Heitor Beltrão, seu pai, foram fundadores do Instituto Brasileiro de Petróleo, mencionado acima, além de apoiarem decididamente o Ipes no golpe de 1964 e a própria ditadura posterior. O filho e neto, Helio M. C. Beltrão, além de participar de outras entidades, vem a ser presidente do Instituto Mises Brasil, também sem fins lucrativos, cujo lema é ‘menos Marx, mais Mises’, com acentuado viés de extrema direita.

Composto por enormes empresas e bancos brasileiros e estrangeiros, a lista completa não mais figura no site da entidade²⁶. Em 2025, a lista de apoiadores apresenta as seguintes empresas: Brookfield, Grande Moinho Cearense, Cosan, Iguatemi SP, Neoenergia, Stone, Vale, e os APHEs Humanize (um dos braços da mercantil-filantropia da família Roberto Marinho) e Instituto Votorantim. O núcleo de governança é composto pelos empresários Carlos Jereissati Filho (herdeiro de família de empresários, com destaque para a propriedade de *shoppings centers* e de telefonia, e com parentes em atuação política de destaque) e Luiz Ildefonso Simões Lopes, cuja biografia apresentada na página do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), outro APHE do qual participa, destaca:

Vice-Presidente do Conselho Curador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). Luiz Lopes é *Vice Chairman da Brookfield, onde está há 25 anos, tendo sido CEO da empresa no Brasil de 2007 a 2017*. Luiz faz parte do Conselho da Orquestra Sinfônica Brasileira, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), da Fundação Dom Cabral, da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, e é membro do Núcleo de Governança do Programa Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável, da Comunitas (Centro Brasileiro de Relações Internacionais, 2025).

123

(iii) Alguns dos mais importantes APHEs – e algumas empresas – mantêm o Gife, Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, que agremia, em março de 2025, 170 entidades (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, 2025). Do Conselho de Governança do Gife para 2023-2025, constam representantes de alguns dos APHEs de grupos econômicos da grande burguesia brasileira, como Fundação Itaú para Educação e Cultura, Instituto Unibanco, Fundação Vale, Fundação Arymax (da família Feffer, proprietária da Suzano celulose), Gerdau, além de representante da *Open Society Foundations* (George Soros), dentre outros de menor escala.

Os exemplos acima objetivam apenas dar uma noção da complexidade e do peso dessa malha de entidades empresariais.

²⁶ Em 2017, figuravam Alcoa, Bradesco, *BR Foods*, CCR, *Citibank Brasil*, Firjan, Gerdau, Itaú Unibanco, *J.P. Morgan*, Santander, Vale e Votorantim – muitas das quais possuem Institutos ou Fundações próprias, sem fins lucrativos.

Seu número total é difícil de calcular, pois as pesquisas omitem cuidadosamente classificações que permitam identificar aquelas iniciadas e/ou geridas pelo empresariado. O escopo das atividades é impressionante, derivando para temas como saúde, questão ambiental, sustentabilidade, juventude etc. São blocos densos de empresas e suas fundações, agindo diretamente na formulação de políticas, na gestão de austeridade, em contratos com o setor público para a venda ou oferta de serviços, nas compras governamentais, na educação pública em grande escala, na formação de força de trabalho adaptada à precarização, na captura de lideranças populares e, por fim, na formação de lideranças para os diversos partidos políticos e, de maneira explícita, para a gestão pública (Farias e Cariello, 2024).

A atuação supostamente apartidária é, na prática, suprapartidária, ao esvaziar continuamente as diferenças entre os registros de esquerda, centro e de direita, substituídos por uma competição interempresarial na ocupação dos postos públicos, mediada por seus aparatos na sociedade civil. Os partidos políticos, sem questionarem a propriedade do capital e cegos para esse formato da política, podem vencer eleições, mas o programa e o método estão traçados. Qualquer desobediência é imediatamente punida, seja pela suspensão das parcerias, seja pela barulhenta denúncia de incompetência ou ineficácia através da mídia proprietária, ativa participante de tais APHEs.

Os partidos que mantêm uma perspectiva efetivamente socialista, assim como as entidades populares e movimentos sociais irreduzíveis à ‘gestão empresarial’, tendem a ser criminalizados e alijados do espectro aceitável pelo molde hegemônico. Essa atuação hegemônica, ao desfigurar os canais parlamentares, que já eram uma limitação da própria democracia burguesa, gera novas e poderosas contradições.

A irrelevância crescente dos partidos ou a chamada ‘crise das democracias’ não é apenas um dado da natureza volúvel dos parlamentares (embora ela também possa existir) ou da baixa organicidade dos partidos, ou da loucura de alguns candidatos, que é real em alguns casos, mas não em outros. Ela resulta de uma escala de concentração de capitais que permite interferir politicamente, limitando o leque das opções reais de implementação de programas partidários, tanto de maneira indireta, através de entidades associativas

empresariais, como de maneira direta, pelo impedimento legal de políticas de cunho universalizante imposto por dívidas públicas, por chantagens de credores internos e externos, por instituições de controle nacional e internacional etc. Ela resulta também de intensa atuação empresarial hegemônica que, ao definir previamente os contornos desejáveis e possíveis das políticas públicas fundamentais (centralmente, a política econômica e monetária, definindo os rumos centrais para a expansão do capital) e sua forma de implementação, envolve os partidos oficiais numa teia homogeneizadora. Como lembrou René Dreifuss (1989), trata-se da grande política e de uma configuração estratégica do Estado. Mas voltada apenas para o capital, em suas diferentes vertentes setoriais e escalas de acumulação.

Pareceria assim que a fórmula mágica havia sido descoberta pelas burguesias brasileiras e suas associadas – apropriar-se dos fundos públicos, desqualificar a política como luta de classes, forjar trabalhadores precários e assegurar-se de uma ‘boa ação’ ao fim do dia, em alguma filantropia capaz de anestesiar setores populares. A mobilização que promovia era fragmentária, distante das ruas. A democracia estaria enfim preservada, reduzida a procedimentos eleitorais periódicos apenas para satisfazer os apetites capitalistas, sustentada por sua ‘generosidade’ filantrópica. Com a casa pacificada e os fundos públicos a eles direcionados, podiam dedicar-se a expandir seus capitais para o exterior e a associar-se ainda mais profundamente no cenário capitalista internacional.

8 . Do hegemonismo burguês ao limiar do fascismo

Não há, porém, como silenciar as contradições gritantes que tais atividades promoviam, que as classes dominantes tentavam ocultar e que o partido no governo – o PT – procurava empalidecer. Alguns limites nublavam o aparente céu azul da coligação entre burguesias e praticamente todo o espectro partidário. Vejamos algumas das questões emanadas dessas práticas políticas hegemônicas:

a) Onde estava o anticomunismo, o nervo crucial dessa dinâmica burguesa e fulcro da tradição da dominação de classes

brasileira? A agregação de forças supostamente democráticas nos APHEs ocultava, sob o manto das palavras e da filantropia (‘mudar o mundo’), a própria resistência burguesa a processos de democratização. A redução da democracia a um processo eleitoral desprovido de sentido histórico não impediu a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2006, e a continuidade da presidência do PT, perturbando alianças históricas que apostavam no retorno do PSDB ao governo. O desconforto burguês introduzia permanente tensão falsamente polarizante, que só se agravaria (Garcia, Fontes e Hoeveler, 2021). O objetivo era tornar os partidos irrelevantes para os subalternos, não para as classes dominantes, para as quais eles deveriam ser um leque de opções sem risco. Desde pelo menos 2005 – quando eclodiu o primeiro escândalo de corrupção no governo Lula da Silva, aliás inocentado –, começavam a reorganizar-se as forças antipetistas, incluindo muitos dos mesmos empresários que recebiam os benefícios do PT. O temor de que este partido mobilizasse a população era constitutivo do conjunto dos aparatos burgueses. Para desqualificar o PT, ainda que o Judiciário alçasse posição central, o modelo utilizado usava e renovava o hegemonismo, através da aliança entre Aparelhos de Hegemonia empresariais voltados para atacar abertamente o petismo, identificado com o comunismo. A criação do Instituto Millenium (Imil) (Patschiki, 2017) abria a possibilidade de reagrupar os grupos mais reacionários do empresariado, descontentes não com o governo, mas com um partido que poderia voltar a ser dos... trabalhadores.

b) Quem controla quem? Ao se desfazerem as políticas universais que foram a base de certa acomodação popular em experiências históricas anteriores, estimular a fragmentação popular e, no mesmo compasso, destituir os partidos políticos de formulações e de substância próprias, não havia canais para direcionar descontentamentos populares. As massivas manifestações de junho de 2013 demonstraram que nem o Partido dos Trabalhadores nem o conjunto das burguesias puderam antecipar ou conter a impulsão democratizante de uma juventude que

exigia ganhos democráticos, como passe livre²⁷ ou saúde e educação padrão FIFA²⁸, criticando as políticas governamentais em tempos de gastos faraônicos para a realização de grandes eventos esportivos.

Junho de 2013 traria a evidência de vários problemas, que nem arranharemos aqui. Vale destacar que, apesar de todo o hegemonismo e até mesmo de bandos violentos infiltrados nas manifestações, a burguesia não controlava a mobilização popular. Mas ela não estava sozinha, pois tampouco o PT e sua rede de organizações sindicais populares demonstravam apetite ou capacidade para liderar aquelas massas populares. As manifestações abriam uma brecha para a reconexão do PT com sua base popular, não aproveitada pelo partido, e sim pela mídia, capitaneada pela Rede Globo (e sua malha de entidades empresariais) que, após apoiar a truculência, hesitou, percebeu os sinais da impotência do PT e investiu com todo o peso para capturar e alterar o sentido das manifestações. O temor de processos revolucionários ou disruptivos voltava a pairar. A Globo e o Imil agiram como um partido, fornecendo as pautas, acomodando os intelectuais dessa nova extrema direita. Não capturaram aquelas massas populares, mas contribuíram para alterar à extrema direita o espaço organizativo empresarial e abriram o espaço midiático para um ativismo anticomunista brutal e invasivo, com o avanço de práticas e da liderança de extrema direita inauguradas na década de 1990 e intensificadas desde 2002 por Olavo de Carvalho (Patschiki, 2012).

c) A crescente violência era necessária para sustentar essa política de fantasia. Ao piorar as condições sociais, a ação burguesa, ao expropriar as condições de vida e os direitos, precarizar a existência, no mesmo compasso em que aumentava a concentração de riquezas, introduzia a

²⁷ O Passe Livre foi um movimento pela tarifa zero nos transportes públicos. O filósofo Paulo Arantes participou das origens do movimento. Ver o vídeo de sua aula pública analisando o movimento no calor da hora (<https://www.youtube.com/watch?v=-JDE28pongK8&t=3s>), assim como texto de sua autoria (<https://blogdaboitempo.com.br/2013/06/27/o-futuro-que-passou/>). Acesso em: 28 mar. 2025.

²⁸ O padrão Fifa (Federação Internacional de Futebol) refere-se aos caríssimos cuidados destinados à preparação da Copa do Mundo de futebol de 2014, no Brasil. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/protesto-no-rio-pede-educacao-e-seguranca-no-padrao-fifa,831bb674a2c6f310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html>. Acesso em: 28 mar. 2025.

violência em todas as suas nuances como parte crescente do cotidiano. O hegemonismo se limitava a assegurar um convencimento fracionado, apesar de sua escala nacional. Diferentemente da suposição de que a hegemonia eliminaria (ou reduziria) o grau de violência estatal, esta crescia no mesmo compasso que a atividade hegemônica. Em paralelo à violência institucional, através do encarceramento de jovens negros e periféricos, da presença invasiva da atuação policial no interior dos bairros populares (favelas), da truculência da abordagem policial, da segregação social do Judiciário, crescia também a truculência diretamente empresarial, através da expansão de empresas de segurança privada e da articulação entre segurança pública e privada, amplificando máfias e milícias de colorações e alcances variados, no campo e nas cidades (Oliveira e Brito, 2013). As manifestações de junho de 2013 sofreram violentíssima repressão policial, iniciada em São Paulo – com ataques policiais aos jornalistas, inclusive – e intensificada no Rio de Janeiro, onde a brutalidade policial foi impressionante.

128

A partir de 2014, a violência repressiva, que jamais recuou, passou à linha de frente, ao *des-educar* o espaço político, com a truculência ocupando todos os espaços, inclusive do âmbito midiático, das intervenções parlamentares e das organizações políticas. O aprendizado das Forças Armadas em sua passagem pelo Haiti, na Minustah²⁹, reacendia o papel de polícia interna de que nunca se desfizeram, visível em sua atuação brutal em diversas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO)³⁰, em especial no Rio de Janeiro.

A violência judicial e simbólica foi a tônica, por exemplo, dos dois anos de mídia diária sobre a Operação Lava Jato³¹, que apresentava

²⁹ A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), cujo braço militar foi comandado pelo Exército Brasileiro entre 2004 e 2017, teve atuação eivada de episódios de extrema violência contra setores populares haitianos. Ver <https://www.youtube.com/watch?v=8iilWZMJlBs>. Acesso em: 28 mar. 2025.

³⁰ A GLO evidencia a manutenção das Forças Armadas como forma policial de controle antipopular. São operações inscritas na Constituição, acionáveis por tempo determinado e podem transferir o controle da segurança pública para as Forças Armadas, especialmente o Exército. Ver, dentre outros, Magalhães (2021).

³¹ Foi a maior operação de *lawfare* da história brasileira: entre 2014 e 2021, uma força tarefa judicial, articulada com o Departamento de Justiça dos EUA e a grande mídia proprietária brasileira, investigou, julgou e condenou mais de cem pessoas, denunciadas por corrupção na empresa brasileira Petrobrás, inclusive o então ex-presidente do Brasil, Lula da Silva, depois isentado pelo Supremo Tribunal Federal. A Lava Jato foi desmascarada a partir de 2017, numa série de reportagens baseadas no acesso a conversas entre o juiz e o promotor da operação, em que se evidenciaram sua tendenciosidade e imparcialidade. Ver Kanaan (2023).

interrogatórios debochados, prisões performáticas (inclusive de empresários), ilegalidades judiciais expostas cotidianamente, assim como a virulência verbal que se disseminava, praticamente sem contraditório. Explodiria na dantesca cena da cassação de Dilma Rousseff através das falas de parlamentares elogiando torturadores (Jair Bolsonaro), que chocaram até mesmo a grande imprensa, que abria o caminho para isso, mas se acanhava diante de tal desfaçatez. Não obstante, as páginas web dos APHEs mercantil-filantrópicos – com raríssimas exceções – seguiam como se nada estivesse ocorrendo, prometendo ‘mudar o mundo’ se a gestão fosse empresarial;

d) Houve o deslocamento da liderança difusa das burguesias pela centralização da extrema direita com perfil mobilizador (Exame, 2015). Sem que houvesse questionamento da atuação dos APHEs burgueses, e em muitos casos desde seu próprio interior – como no Imil –, a extrema direita foi convidada a intensificar sua atuação. Novos APHs surgiam, sem direção empresarial, embora próximos a eles, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Revoltados Online, cujas convocações eram por redes sociais. O ingresso do mais importante aparato sindical patronal, a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), no espetáculo da brutalidade contra a presidente Dilma Rousseff através do *slogan* e das manifestações “não pagaremos o pato”, foi eloquente. Esse ambiente – mobilizador, violento, anticomunista (antipetista, mesmo que este partido nunca tenha sido comunista) – estimulou mais adesões, como as igrejas mais reacionárias (renovação carismática, da Igreja Católica, e igrejas neopentecostais). Desde 2014, nas Forças Armadas, Jair Bolsonaro³² era convidado para formaturas, demonstrando que a liderança das malhas empresariais mudava de rumo.

O hegemonismo vitorioso se concluía por um golpe político que encolhia ainda mais o que restava de democracia no regime eleitoral.

³² Vídeo exibido pelo próprio Bolsonaro o comprova: https://www.facebook.com/jair-messias.bolsonaro/videos/-em-29novembro2014-assumi-o-compromisso-de-mudar-o-brasil-mesmo-com-o-sacrif%C3%Adcio/281745566473953/?locale=pt_BR. Acesso em 20 mar. 2025.

9 . Para concluir

Este capítulo não pretendeu apresentar a história política do Brasil, mas destacar uma das formas mais relevantes da atuação política burguesa na sociedade brasileira. O golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016, contra Dilma Rousseff, foi o coroamento da atuação empresarial dita ‘democrática’ no Brasil. O hegemonismo burguês havia esgarçado as possibilidades de conexão entre as lutas populares e impedido a construção de canais de representação parlamentar para os subalternos. Saiu vitorioso, uma vez que o mais importante partido de origem popular, o PT, adotou a pauta e a agenda burguesas. Essa vitória, porém, se deu ao custo da destruição não apenas das políticas de cunho popular, mas da própria dinâmica representativa no país. A gravidade do processo se explicitaria de forma mais contundente com a ascensão de um governo protofascista eleito em 2018, de Jair Bolsonaro, que, a partir de critérios supostamente moralizantes, se voltaria contra algumas pautas da atuação dos APHEs. Mas este tema vai além de nossos objetivos no presente capítulo.

Por fim, vale lembrar que em 2025, após a segunda eleição de Donald Trump ao governo dos Estados Unidos, não nos parece que a aparente reviravolta eleitoral desfaça as malhas políticas empresariais que passaram a conectar parcela relevante das classes dominantes dos países capital-imperialistas e que podem, como foi o caso no Brasil, adaptar-se a diversas circunstâncias, mantendo o foco central: garantir a expansão do capital e conter as lutas populares. Esta é a sua política, a luta de classes.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, F. São Paulo inicia Maratona de Leilões com concessão de escolas. **Agência Brasil**, 29 out. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-10/sao-paulo-inicia-maratona-de-leiloes-com-concessao-de-escolas>. Acesso em: 3 mar. 2025.

AMARAL, L. B. **Os entrelaçamentos proprietários no Brasil entre 1998 e 2020**. Tese de Doutorado. Faculdade de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021.

BORTONE, E. A. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma do estado autoritário (1964-1968). **Tempos Históricos (EDUNIOESTE)**, v. 18, p. 44-72, 2014.

BRASS, J. N.; LONGHOFER, W.; ROBINSON, R. S. e SCHNABLE, A. NGOs and international development: A review of thirty-five years of scholarship. In: *World Development* 112 (2018) 136–149, **Elsevier**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/338898984>. Acesso em: 12 jan. 2025.

CAMPOS, P. H. P. **Estranhas Catedrais**: As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Rio de Janeiro: Faperj/UFF, 2014.

CASIMIRO, F. H. C. **A nova direita**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CASSIANO, P. “Acordos bilaterais Brasil e Estados Unidos na agricultura: o caso da extensão rural (1948-1973)”. In: FONTES, V. (org). **Capital-imperialismo, dominação e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2025. p. 387-436

CATINI, C. Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação. **Revista USP**, São Paulo, n. 127, p. 53-68, outubro/novembro/dezembro 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/180045/166656>. Acesso em: 15 fev. 2025.

CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **Quem somos**. Disponível em: <https://cebri.org/br/sobre/gestao>. Acesso em: 2 out. 2025.

COMUNITAS. **Quem somos**. Disponível em: <https://comunitas.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 2 out. 2025.

COELHO, E. **Uma esquerda para o capital**. O transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). São Paulo: Xamã; Feira de Santana-BA, Editora UEFS, 2013.

CORREIA, M. Discutindo a Fundação Ford. **Esquerda Online**, 10 dez. 2016. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2016/12/10/discutindo-a-fundacao-ford-parte-1-de-4/>. Acesso em: 2 mar. 2025.

DREIFUSS, R. A. **A Internacional Capitalista**. Rio de Janeiro, Ed. Espaço e Tempo, 1986.

DREIFUSS, R. A. **O jogo da direita**. Petrópolis: Vozes, 1989.

FARIAS, A. M. e CARIELLO, L. N. Vetor Brasil, o “case de sucesso” do Conglomerado Lemann. **Revista Tempos Históricos**, vol. 28, n. 1, 2024.

Disponível em: <https://doi.org/10.36449/rth.v28i1.32073>. Acesso em: 12 jan. 2025.

EXAME. Mais de 1 milhão de pessoas protestam contra Dilma pelo país. **Exame**, 15 mar. 2015. Disponível em: <https://exame.com/brasil/mais-de-1-milhao-de-pessoas-protestam-contradilma-pelo-pais/>. Acesso em: 8 out. 2025.

FARIAS, A. M. Conglomerado de Aparelhos Privados de Hegemonia empresariais Lemann e sócios. **Germinal: marxismo e educação em debate**. Salvador, v. 13, n. 2, p. 735-765, ago. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i2.44302>. Acesso em: 15 fev. 2025.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/o-brasil-e-o-capital-imperialismo-teoria-e-historia>. Acesso em: 4 mar. 2025.

132 | FONTES, V. “Hegemonismos e política – qual democracia?” In: MATTOS, M. B. (org.) **Estado e forma de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p. 207-236.

FONTES, V. Gramsci, Estado e sociedade civil: anjos, demônios ou luta de classes?. **Revista Outubro**, n. 31, 2º sem. 2018. Disponível em: https://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/01/09_Virginia-Fontes.pdf. Acesso em: 13 mar. 2025.

GARCIA, Ana; FONTES, Virgínia; HOEVELER, Rejane. Fictitious Polarizations: the Far Right, Corporate Power and Social Struggles, **Socialist Register**, v. 58, 2022. Disponível em: <https://socialistregister.com/index.php/srv/issue/view/2541>. Acesso em: 2 mar. 2025.

GONÇALVES, M. S. **American way of business: Empresariado brasileiro e norte-americano no caminho do golpe empresarial-militar de 1964**. Tese de doutorado. Faculdade de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS. **Quem somos**. 2025. Disponível em: <https://gife.org.br/quem-somos-gife/>. Acesso em: 08 out. 2025.

GUIOT, A. P. **Dominação burguesa no Brasil** – Estado e Sociedade Civil no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) entre 2003-2010. Tese de Doutorado. Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.

HOBBSBAWM, E. J. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOEVELER, R. C. **(Neo)liberalismo, democracia e “diplomacia empresarial”**: a história do Council of the Americas (1965-2019). Tese de doutorado. Faculdade de História, UFF. Niterói, 2020.

HOEVELER, R. C. **As elites orgânicas transnacionais diante da crise**: os primórdios da Comissão Trilateral-CT (1973-1979). Dissertação de Mestrado. Faculdade de História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.

HOEVELER, R. C. O conceito de aparelho privado de hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, ano 4, n. 5, p. 145-159, Ago/Dez, 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/10792/6715>. Acesso em: 4 mar. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mapa das organizações da sociedade civil**. 2023. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/post/186/mapa-brasil-tem-879.326-organizacoes-ativas-ate-2023>. Acesso em: 10 fev. 2025.

KANAAN, G. L. **Sob as asas da águia**: a burguesia brasileira e o capital-imperialismo – de Lula a Bolsonaro (2003-2023). Tese de Doutorado. Faculdade de História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2023.

LEHER, R. **Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LEMOS, R. A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. **Tempos Históricos**, v. 18, 2. sem. 2014.

LEMOS, R. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. **Marx e o Marxismo**, Niterói, v. 2, n. 2, 2014. Disponível em: <https://niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/40>. Acesso em: 10 mar. 2025.

LEMOS, R. O Comando Nacional das Classes Produtoras e o anticomunismo empresarial (1964). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 82, e20240202, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/Grpss7BLg5Kr9GyHsdcMn4K/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 mar. 2025.

LÊNIN, V. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

MAGALHÃES, A. A guerra como modo de governo em favelas do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 106, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/4CqxyjC7QmhBHRC3cr6TMzt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 mar. 2025.

MARSTEN, K. The role of NGOs in the UNESCO System. **Union of International Association**. Bruxelas, 1999. Disponível em: <https://uia.org/archive/role-ngos-unesco>. Acesso em: 08 out. 2025.

MARTINS, A. S. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

MENDONÇA, S. R. **O ruralismo brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 1997.

NEVES, L. M. W. (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias burguesas para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, P. R. de e BRITO, F. (Orgs). **Até o último homem**. São Paulo: Boitempo, 2013.

PATSCHIKI, L. **A classe dominante brasileira em organização: O IMIL como aparelho privado de hegemonia (2005-2013)**. Tese de doutorado. Faculdade de História. Universidade Federal de Goiânia, 2017.

PATSCHIKI, L. **Os litorais da nossa burguesia: o Mídia Sem Máscara em Atuação Partidária (2002-2011)**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de História. Unioeste. Marechal Cândido Rondon, 2012.

PAULO, D. M. D. **As contradições da democracia e o Instituto Fernando Henrique Cardoso (2004-2019)**. Tese de doutorado. Faculdade de História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020.

PEREIRA, J. M. M. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PESTANA, M. M. **Remoções de favelas no Rio de Janeiro: empresários, Estado e movimento de favelados (1957-1973)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

RIBEIRO, T. **O Export-Import Bank of Washington e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro: finanças, industrialização, Estado e sociedade**. Tese de doutorado. Faculdade de História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017.

SCHWARCZ, R. “Cultura e política, 1964-1969”. In: SCHWARCZ, R. **O pai de família e outras histórias**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008, p. 70-111.

SILVA, V. G. da. **Planejamento e organização da contrarrevolução preventiva no Brasil: atores e articulações transnacionais (1936-1964)**. Tese de Doutorado. Faculdade de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

SIQUEIRA, T. V. **Petróleo e Poder – as estratégias pedagógicas do partido do Ouro Negro no Brasil (1957-1997)**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

TAVARES, A. **O Estado Ampliado: formas de representação do setor industrial e o capitalismo brasileiro (1955-1962)**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.

TAVARES, A. **Transformações no aparelho de Estado e dominação burguesa no Brasil (1990-2010)**. Tese de Doutorado. Faculdade de História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020.

US DEPARTMENT OF STATE. **Non-Governmental Organizations (NGOs) in the United**. Disponível em: <https://www.state.gov/bureau-of-democracy-human-rights-and-labor/releases/2025/01/non-governmental-organizations-ngos-in-the-united-states>. Acesso em: 10 fev. 2025.

VIEIRA, N. S. Negociantes, imprensa e poder: uma análise das disputas pela direção da Associação comercial do Rio de Janeiro (1889-1916). In: **Anais do XVII Encontro de História da ANPUH-Rio**. 2016. Disponível em: https://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465595842_ARQUIVO_TextocompletoANPUH2016.pdf. Acesso em: 2 mar. 2025.

II

**DITADURA E DEMOCRACIA ONTEM E HOJE:
DISPUTA POLÍTICA E BATALHA DAS IDEIAS**

REVISIONISMO,
NEGACIONISMO E
MEMÓRIA: A DITADURA
QUE NÃO FOI?

REVISIONISMO, NEGACIONISMO E MEMÓRIA: A DITADURA QUE NÃO FOI?

Demian Bezerra de Melo

A té pela sua origem na extrema direita militar, o bolsonarismo¹ é obcecado em negar a existência de uma ditadura no Brasil entre 1964 e 1985 (Bauer, 2024). Em um discurso amenizador, fala-se muitas vezes em ‘governo militar’, enquanto em outro registro, que denota ignorância da teoria política convencional, fala-se em ‘regime militar’ (como se fosse possível um regime militar que não fosse propriamente uma ditadura!).

Construído no contexto da Guerra Fria, o regime ditatorial militar implantado com o golpe de 1964 no Brasil esteve o tempo todo pautado pela visão ideológica segundo a qual os Estados Unidos eram a fortaleza na defesa do ‘mundo livre’ contra o ‘totalitarismo soviético’. Noções como a de ‘ditadura’ remetiam diretamente ao oposto ideológico do regime cuja razão de existir seria impedir o triunfo de um suposto ‘plano comunista’ no Brasil. E não é por acaso que esse elemento definiu algumas características importantes da ditadura militar, como o quase permanente funcionamento dos Legislativos e do Judiciário, embora ‘saneados’ com cassações (Lemos, 2014; Vasconcelos, 2013 e 2019). O discurso oficial nunca admitiu se tratar de uma ditadura. “Ditadura era o que a esquerda queria implantar no Brasil”, dizem dez em cada dez bolsonaristas nos dias que correm.

¹ O fenômeno do bolsonarismo tem sido analisado como composto por um movimento, uma liderança no entorno de Jair Bolsonaro e também uma ideologia (ou uma combinação original de várias) por cientistas sociais com enfoques teóricos diversos (p. ex., Kalil, 2018; Pinheiro-Machado, Freixo, 2019; Cesarino, 2022; Nunes, 2022; Magalhães; Caldeira Neto, 2024). Autores marxistas, como Boito Jr. (2020) e Mattos (2022), têm buscado caracterizá-lo como de natureza fascista (ou neofascista no sentido de ser uma atualização do fascismo no século XXI), e estamos em concordância com estes.

Como outros regimes de exceção do século XX, a ditadura militar brasileira se representou de modo negacionista e, dada a forma conciliatória com a qual se operou politicamente a transição à atual democracia liberal, sem interferências incômodas, a caserna se esforçou para emplantar esse revisionismo na memória histórica brasileira. Até a crise política aberta em 2013, e acelerada nos anos seguintes (Demier, 2017, 2019; Miguel, 2016 e 2022), é possível verificar que tal discurso ficou confinado ao meio militar e a círculos marginais da extrema direita. Até 2014, sem perceber o monstro que começava a levantar da tumba, um historiador do período ainda podia iniciar um livro com as seguintes palavras: “Hoje, passado meio século, as forças políticas presentes na sociedade, pelo menos as de maior destaque, condenam a aventura golpista, e não é fácil encontrar alguém que a resgate numa chave positiva” (Aarão Reis, 2014. p. 7). Mesmo o fenômeno revisionista na historiografia, que emergiu na década de 1990 e teve seu apogeu por volta dos 40 anos do golpe de 1964 – que se expressou tanto nas disputas pela memória quanto no plano historiográfico (Melo, 2014) –, não negou o caráter ditatorial daquele período².

Como buscaremos argumentar, a centralidade desse discurso negacionista da ditadura na ideologia bolsonarista não deriva apenas de sua origem militar, quase como um mero discurso corporativista, mas da sua natureza fascista. E antes que um eventual leitor mais íntimo da literatura sobre o fascismo desista de continuar a ler estas linhas, a seguir apresentamos na argumentação uma definição sucinta, embora historiograficamente sustentável, do fenômeno do fascismo, dialogando com bibliografia especializada, fugindo, assim, do usual (e irritado) tratamento polêmico da palavra. Acreditamos na pertinência desse procedimento, não por um diletante método acadêmico, mas por compreendermos a importância política e urgência do debate.

Após justificar o enquadramento do bolsonarismo nessa chave, é no interior dela que encontramos as razões pelas quais o negacionismo sobre a ditadura militar se situa além de um discurso corporativista.

² Em outro lugar pontuamos que, embora com narrativa distinta, essa historiografia revisionista ajudou a moldar o ambiente cultural em que o negacionismo em tela ganhou terreno (Melo, 2024).

1. O fascismo

Entre os contemporâneos do surgimento do fascismo, alguns autores marxistas notabilizaram-se por análises capazes de apreender dialeticamente a novidade do fenômeno, sua dimensão de massas, contrarrevolucionária e internacional (Beetham, 1984, 1-63; Renton, 2020). A leitura de Trotski, por exemplo, foi sintetizada por seu biógrafo nos seguintes termos:

As forças da reação convencional habitualmente se exerciam de cima para baixo, do alto da pirâmide social, para defender a autoridade estabelecida. Fascismo e nacional-socialismo eram contrarrevoluções vindas de baixo, movimentos plebeus nascidos das profundezas da sociedade (Deutscher, 2006, p. 162).

Ainda valeria acrescentar outra imagem muito forte proposta por Trotski: o fascismo representa a guerra civil contra os movimentos organizados da classe trabalhadora, sejam os grupos revolucionários, sejam os reformistas. Evidentemente o fascismo se liga à sociabilidade capitalista, sendo uma das formas de regime de exceção capazes de restaurar as condições da acumulação de capital (Poulantzas, 2021).

Se o fascismo é uma possibilidade histórica inscrita na lógica da sociabilidade capitalista, não se trata, portanto, de um fenômeno esgotado com a derrota de Hitler em 1945. Desse ponto de vista, não é qualquer extravagância caracterizar um fenômeno político do século XXI como fascista. De modo contrário a essa posição, existe uma série de dedicados estudiosos no assunto que acreditam que, desde 1945, o mundo ingressou numa era pós-fascista, e que tudo mais que tenha emergido nas décadas que nos separam do fim daquela conflagração mundial só pode ser erroneamente referido como ‘fascista’, ‘fascismo’ etc. (Griffin, 2012).

Sem dúvida alguma, essa percepção (que se tornou uma espécie de senso comum entre a maior parte dos estudiosos do fascismo) guarda no mínimo uma afinidade eletiva com certa visão celebratória das democracias liberais do mundo capitalista ocidental no contexto da Guerra Fria (Traverso, 2012. p. 14), posição que continua tendo repercussões em nosso mundo pós-soviético. Por outro lado, é verdade

que a quantidade de vezes em que, nas últimas décadas, apelou-se erroneamente ao epíteto de ‘fascismo’ para descrever coisas bem mais comuns na experiência política de sociedades ditas democráticas – como a repressão policial, a repressão política, a censura, retiradas de direitos etc. – reforçou a certeza entre estudiosos de que, para ser empregada corretamente, a palavra deve ter algum sentido além de um mero xingamento contra nossos desafetos políticos. Em suma, não é preciso concordar com noções como a de que vivemos numa suposta ‘era pós-fascista’ para exigir algum rigor no emprego de um termo cujo significado descreve um dos inimigos mais mortais das esquerdas e, sem exagero, podemos dizer, da humanidade, pois é a síntese de muitos fenômenos mórbidos.

O fascismo surge e se alimenta de situações de crises no mundo capitalista. Mas não é só isso e nem sempre há fascistas capazes de se aproveitar de crises. E, principalmente, embora isso seja comumente afirmado como se fosse uma perfeita ‘síntese marxista’, o fascismo não é simplesmente a ‘ditadura aberta dos setores mais reacionários e mais chauvinistas do capital financeiro (ou monopolista)’³. Em primeiro lugar, porque se trata de um fenômeno que, antes de conseguir ou não se apoderar do Estado, existe como *movimento político*. Era, aliás, muito mais generalizada a existência de movimentos fascistas em quase todos os países do planeta na década de 1930 que de regimes políticos que possam propriamente ser caracterizados como tal. Os camisas verdes no Brasil, os camisas azuis na China, os camisas douradas no México ou o nacionalismo hindu fundado em 1923 por Vinayak Damodar Savarkar e sua milícia *Rashtriya Swayamevak Sangh* (RSS)⁴ simbolizaram fora da Europa a existência disso que hoje a historiografia entende ter sido um fenômeno transnacional (Finchelsteinf, 2017; Bianchi e Melo, 2023). Mas em nenhum desses países fora da Europa – Brasil, China, México ou Índia – tais movimentos foram capazes de implantar regimes fascistas.

E evidentemente, além de sua existência enquanto movimento e/ou regime, o fascismo mobiliza um repertório de ideias, algumas

³ Essa definição se popularizou entre os comunistas a partir da intervenção do búlgaro Giorg Dimitrov no 7º Congresso da Internacional Comunista, em 1935.

⁴ Precursores do Bharatiya Janata Party (BJP), do atual Primeiro-Ministro Nerendra Modi (Banaji, 2013; Roy, 2023).

nada originais e presentes na tradição contrarrevolucionária europeia, além de sintetizar outras características históricas acumuladas, como o colonialismo e o racismo. Isso tudo combinado com a exigência histórica de se contrapor à influência criada pela Revolução de Outubro no século XX. E, especialmente com a consolidação do regime de Mussolini em 1927 e a ascensão ao poder de Hitler em 1933, o fascismo se tornou um ‘representante ideológico’ da “guerra de posição” (leia-se: contrarrevolução europeia), como Gramsci se refere em uma passagem dos seus “Cadernos” (Gramsci, 1999, p. 300).

Descritivamente, essa ideologia combina anticomunismo (que é um traço comum de todas as direitas) com a criação de um povo imaginário, base de uma mítica nação de passado virtuoso que, no entanto, teria sido corrompida por elementos perturbadores da ordem tradicional. Há, nos fascismos, explicações simplistas para situações de crise em que a decadência em vários estratos sociais é atribuída a elementos ‘divisivos’ que sorrateiramente operam na sociedade. Essa é basicamente a imagem da esquerda na ideologia fascista. E é nesse sentido que na estratégia fascista tais elementos ‘divisivos’ configuram-se como seres abjetos, pessoas que, sem rodeios, devem ser expulsas e, no limite, exterminadas da sociedade, num movimento que visa à ‘purificação nacional’. Daí que, desse corpo ideológico, decorre a estratégia política do fascismo: uma guerra civil que visa à purificação nacional. Em torno dessa estratégia decorre a forma organizativa típica do fascismo ainda em sua fase como movimento que, no contexto dos anos 1920 e 1930, apresentava-se como ‘partido-milícia’.

A forma partido-milícia que caracteriza o fascismo histórico (Gentile, 1984) resultou, portanto, da sua estratégia política: a ‘revolução fascista’, concebida como uma experiência catártica que deve ser produzida como uma guerra civil, capaz de purificar a nação dos elementos supostamente responsáveis por sua decadência.

Daí a centralidade da violência e da construção obsessiva dos ‘inimigos do povo’ como a figura do abjeto, alguém que pode e deve ser eliminado ‘para o bem da sociedade’. Historicamente, essa figura do abjeto, do inimigo mortal do fascismo, refere-se ao comunista e ao comunismo, seja para se referir aos que assim se apresentam, seja como significantes vazios⁵ em que cabem todas as expressões da esquerda

⁵ No sentido dado na teoria política de Laclau (2013).

(da mais moderada à mais revolucionária). Sem limites éticos ou morais, o que o projeto fascista prega é a eliminação de uma parte da sociedade que é acusada de fomentar a luta de classes e outras formas de divisão social.

O fascismo constrói leituras geopolíticas delirantes de um mundo dominado por uma elite da qual fazem parte capitalistas perversos que estranhamente financiariam a própria esquerda (inclusive sua ala revolucionária), os movimentos sociais, intelectuais, artistas, pessoas com comportamento considerado desviante e demais elementos que representem a própria diversidade social provocada pelos ciclos de modernização do capitalismo. É aí que entra nesse imaginário aquilo que o historiador Roger Griffin denomina “mito palingenético”, presente em todas as variantes do fascismo (Griffin, 1991, p. 48): baseia-se em visões mitológicas sobre um passado nacional, geralmente heroico, que representa a ‘verdadeira nação’ antes da sua (real ou percebida) decadência. Visões de um necessário renascimento nacional inspiram todas as variantes do fascismo.

Se o tema da decadência é uma constante nas narrativas míticas criadas pelos fascistas, na mesma medida estes buscam se apresentar como uma espécie de ‘elite heroica’ com capacidade de fazer ressurgir a nação. Mais uma vez, essas imagens servem ao horizonte político estratégico dos fascistas: uma guerra civil purificadora e regeneradora da sociedade. Evidentemente, para tal objetivo, cabe aos fascistas conquistar o Estado e implantar uma nova ordem.

Excluindo os casos complexos do chamado fascismo ibérico (e sua temporalidade própria), o marco da derrota do Eixo em 1945 produziu transformações importantes no campo da extrema direita, incluindo aí o que a partir de então passou a ser chamado de ‘neofascismo’. Ao menos no contexto europeu, na reorganização do fascismo o nacionalismo cedeu lugar ao pan-europeísmo e tentativas de reviver movimentos em países como a Itália, França e Alemanha estreitaram seus laços ideológicos num contexto de marginalidade política significativa (Bull, 2010; Mammone, 2015; Copsey, 2020).

Um aspecto que nos interessa mais de perto refere-se à adoção da estratégia ‘metapolítica’. Defendida por ideólogos neofascistas

como Alain de Benoist⁶, basicamente consiste na emulação de certa vulgarização do que seria a proposição de Antonio Gramsci: a disputa da hegemonia cultural como etapa preparatória para a conquista do poder político. Esse ‘gramscismo de direita’, na verdade, reeditava um *topos* do pensamento conservador: a guerra cultural. Contudo, há sem dúvida uma atualização desta⁷. Em alguns casos há uma retomada de questões consideradas superadas pela modernidade, como a laicidade do Estado, como atentam o governo do Bharatiya Janata Party (BJP) na Índia, ou o peso do fundamentalismo cristão no bolsonarismo. Por outro lado, questões relacionadas à memória nacional inserem-se numa verdadeira batalha pelo passado, já que o motivo mobilizador dos fascismos é o mito paligenético, a nação imaginada pelos fascistas.

2. O bolsonarismo como fenômeno fascista

Indo ao ponto da caracterização do bolsonarismo como um fenômeno fascista adaptado às condições históricas do século XXI, podemos identificar todos os seus traços fundamentais. O horizonte da guerra civil, aliás, nunca foi segredo nos pronunciamentos políticos de Jair Bolsonaro, desde quando era apenas um histriônico deputado marginalizado na Câmara dos Deputados. Em uma entrevista ao programa ‘Câmera Aberta’, no canal Bandeirantes do Rio de Janeiro, em 1999 Bolsonaro declarou: “Só vai mudar, infelizmente, quando nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro. E fazendo um trabalho que o regime militar não fez, matando uns 30 mil! Começando com FHC [Fernando Henrique Cardoso]! Não deixa ele de fora não!”

O culto da violência como método de resolução dos conflitos políticos atravessa a trajetória de Bolsonaro, que, não por acaso, durante a construção de sua candidatura à Presidência da República, chegou a

⁶ Alain de Benoist é o criador daquilo que na França ficou conhecido como *Nouvelle Droite*, a partir do fim da década de 1960, que é uma das caras da reorganização do neofascismo europeu. Ele também deu vida ao *think tank* neofascista GRECE (*Groupement de recherche et d'étude pour la civilization européenne*) (Griffin, 1991, p. 168-169; 2018, p. 119-121).

⁷ Enquanto a tradição liberal fundamentou seu discurso no campo da economia, o conservadorismo sempre reservou lugar privilegiado para o campo cultural. Nesse sentido, as guerras culturais não são uma novidade naquilo que vem sendo descrito como ‘nova direita’ no século XXI, mas há certamente uma atualização.

declarar para um grupo de empresários em Porto Alegre que “a minha especialidade é matar!”⁸. Alguns outros exemplos são significativos. Em 2003 ele insinuou que não estupraria a deputada Maria do Rosário “porque ela não merece” e voltou a repetir a ofensa em 2014. Em 2016 dedicou seu voto pelo *impeachment* de Dilma Rousseff ao torturador Brilhante Ustra (que havia seviciado a jovem Dilma durante a ditadura militar). Durante a campanha eleitoral de 2018, disse em tom jocoso aos seus apoiadores no Norte do Brasil que iria “metralhar a petralhada” e, num telão na avenida Paulista, apareceu a seus apoiadores dizendo que “os marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”, referindo-se em todas essas imagens à eliminação de toda a esquerda brasileira (Carta Capital, 2018)⁹.

Contudo, mais do que isso, a política armamentista implementada por seu governo sempre teve como uma de suas justificativas a noção de um momento decisivo de conflagração armada do país, como revelam suas palavras na fatídica reunião do dia 22 de abril de 2020¹⁰. Dirigindo-se aos ministros da Defesa, Fernando de Azevedo e Silva, e da Justiça, Sergio Moro, e outros presentes, Bolsonaro disse: “Olha como é fácil impor uma ditadura no Brasil. Por isso eu quero que o povo se arme, a garantia de que não vai aparecer um filho da puta e impor uma ditadura aqui. A bosta de um decreto, algema e bota todo mundo dentro de casa. Se ele tivesse [sic] armado ia para rua. Se eu fosse ditador, eu desarmava como fizeram todos no passado”.

Vale lembrar que naquele contexto Bolsonaro buscava impedir a implementação de medidas de isolamento social recomendadas por

⁸ No contexto, respondia à indagação de ter passado tanto tempo no Congresso e só ter aprovado dois projetos. Destacou que um deles estava relacionado a uma suposta ‘pílula contra o câncer’, e a polêmica relacionado à violência serviu para desviar a atenção da sua incompetência como parlamentar.

⁹ Tal como ‘comunista’, no discurso ideológico bolsonarista, termos como ‘petistas’ e ‘petralhas’ são significantes vazios cujo objetivo é produzir a figura do abjeto, o elemento geralmente associado ao criminoso, o bandido ou um suposto apoiador e, portanto, um alvo da exclusão/eliminação num projetado movimento de purificação nacional fascista.

¹⁰ No contexto da pandemia de covid-19, estabeleceu-se um conflito entre o poder Executivo e o Judiciário, que agiu para impedir medidas extravagantes de sabotagem às políticas sanitárias necessárias àquela emergência. A publicação do vídeo daquela reunião ministerial fez parte daquele contexto crítico e, nele, o país pode assistir a um presidente da República comportando-se como um verdadeiro gangster.

especialistas para minorar os efeitos da epidemia de covid-19. Partindo da falsificação histórica segundo a qual ‘as ditaduras desarmam a população’, nesse discurso Bolsonaro indicou que sua política de flexibilização do porte de armas serve ao propósito de confrontação armada com poderes da República. O argumento da suposta ‘autodefesa’ nunca passou de um disfarce.

No relatório recentemente publicado da investigação da Polícia Federal sobre a tentativa de golpe que entronizaria Bolsonaro no poder, foram revelados planos para o assassinato do candidato vencedor do pleito de 2022, Lula da Silva, e seu vice Geraldo Alckmin, além do ministro que presidia o Tribunal Superior Eleitoral, Alexandre de Moraes¹¹. Uma operação extremamente violenta que, se concretizada, não apenas ensejaria as condições para um golpe militar, que era um dos objetivos: dado o grau de radicalização de sua base armada, tais atos desencadeariam muito provavelmente uma guerra civil, uma intenção também revelada pela Polícia Federal¹².

Ao mesmo tempo, desde o início do terceiro mandato de Lula da Silva é de conhecimento geral que existe, operando no Brasil, uma milícia armada no campo que atende pelo nome de ‘Invasão Zero’. Tal como no contexto da ascensão do fascismo na Itália do início da década de 1920¹³, em 2023 proprietários rurais formaram uma milícia paramilitar sob o olhar cúmplice das forças de segurança. O grupo já produziu o assassinato de indígenas e trabalhadores rurais num contexto de aumento da tensão das disputas pela terra. Ao mesmo tempo, a oposição bolsonarista no Congresso conseguiu

¹¹ “Dentre as ações a serem realizadas pelos ‘Kids pretos’ que aderiram ao intento golpista, no planejamento operacional ‘Punhal Verde Amarelo’ constava a prisão/execução do ministro ALEXANDRE DE MORAES, além da possibilidade de assassinato dos integrantes da chapa presidencial eleita, no caso LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA e GERALDO ALCKMIN.” (Polícia Federal do Brasil, 2024, p. 844).

¹² “Em mensagens analisadas pela Polícia Federal, o general da reserva e ex-número 2 da Secretaria-Geral da Presidência da República, Mario Fernandes, recebeu um áudio do general-de-brigada da reserva Roberto Criscuoli, em 29 de novembro de 2022, discutindo abertamente a possibilidade de uma ‘guerra civil’” (Cassela, 2024).

¹³ Como anotou Gramsci naquele contexto: “Os fascistas só puderam realizar suas atividades porque dezenas de milhares de funcionários do Estado, em particular dos organismos de segurança pública (delegados de polícia, guardas-régias, carabineiros) e da Magistratura, tornaram-se seus cúmplices morais e materiais” (Gramsci, 2004, p. 66).

emplacar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com vistas à criminalização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – o maior movimento social brasileiro – e demais movimentos pela reforma agrária.

3. O negacionismo sobre a ditadura militar

Na reorganização dos fascistas após a Segunda Guerra Mundial, ao lado da transnacionalização e metapolitização, outro aspecto fundamental desdobrado deste último é o revisionismo histórico, particularmente o negacionismo do Holocausto. Muito cara aos neonazistas, diretamente interessados em mistificar as atrocidades do Terceiro *Reich*, a tentativa de falsificar o passado generalizou-se entre outras expressões neofascistas.

148

E por que chamá-los de negacionistas em vez de simplesmente revisionistas? Ao negar evidências conhecidas, os chamados negacionistas vão a uma posição extravagante em relação ao que, no campo de historiadores, costuma-se denominar ‘revisionismo’, que consiste numa reinterpretação de leituras canônicas sobre processos históricos (Traverso, 2017). O uso do termo ‘negacionismo’ em vez de simplesmente ‘revisionismo’ serve para demarcar uma linha de exclusão para autores que não devem possuir cidadania acadêmica¹⁴.

É aqui que encontramos o ponto em que pode ganhar maior significação o empenho do bolsonarismo de produzir uma narrativa sobre o passado que basicamente nega os grandes traumas da sociedade brasileira, desde a brutalidade do passado colonial-escravocrata até a ditadura militar inaugurada com o golpe de 1964. Nesse último caso, o que estamos chamando de ideologia bolsonarista reúne materiais acumulados por narrativas produzidas no interior da caserna desde os anos 1980 – como o Orvil (um livro nunca publicado, escrito por militares com vistas a se contrapor à narrativa presente no projeto “Brasil Nunca Mais”), os livros do notório torturador Brilhante Ustra (especialmente o “A verdade sufocada”) etc. – e a intervenção de Olavo

¹⁴ Historiadores franceses assinalaram que a tentativa de se autoidentificar como ‘revisionistas’ foi uma estratégia pela qual os negacionistas do Holocausto buscaram se inserir no campo acadêmico (Rousso, 1987; Vidal-Naquet, 1994; e Bédarida, 1998, p. 146).

de Carvalho neste assunto¹⁵. Encontra-se mais recentemente presente nas iniciativas da produtora Brasil Paralelo, criada em Porto Alegre em 2016, por iniciativa dos empresários Felipe Valerim, Henrique Viana e Lucas Ferrugem, tendo como padrinho Olavo de Carvalho, e como apoiadores *think tanks* neoliberais, como o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), o Instituto Millenium e o Instituto Mises Brasil¹⁶. Em 2023, a Brasil Paralelo ostentou a cifra de meio milhão de assinantes (Amorim, 2023). Dentre seus produtos, destacamos especialmente seu documentário “1964 – Brasil entre armas e livros”, de 2019, que comentaremos a seguir.

A estrutura do discurso no documentário conclui que todo conhecimento acadêmico acumulado seria meramente “ideológico” e talvez “marxista”. A suposta “verdade” seria a de que todo o período entre 1964 e 1985 seria apenas um capítulo de luta secular “contra o comunismo no Brasil”. A interferência do governo dos Estados Unidos no processo político brasileiro – assunto estudado em trabalhos academicamente densos, com base em farta documentação produzida pela Embaixada americana e agências como a CIA¹⁷ – é simplesmente tratada como uma “mitologia da esquerda”. Aliás, esse assunto foi objeto do documentário “O dia que durou 21 anos”, de Camilo Tavares (2013), que teve ampla circulação há mais de dez anos e ao qual, claramente, a Brasil Paralelo busca se contrapor com seu “1964 – Brasil entre armas e livros”. Neste, o próprio Olavo de Carvalho aparece fazendo um questionamento insólito: a suposta ausência de um personagem conhecido da CIA que teria atuado no Brasil naquele contexto, como se o papel de um agente de serviço de inteligência fosse dar publicidade à sua própria presença em operações de interferência política. E como se, por outro lado, atuação do embaixador Lincoln Gordon não tivesse sido notória naquele período.

¹⁵ Olavo de Carvalho (1947-2022) foi a figura central da reorganização do campo da extrema direita brasileira no século XXI. Mesmo expressando uma visão paranoica caricata sobre uma suposta ‘revolução gramscista’ em curso no Brasil, escreveu nos principais órgãos da imprensa brasileira e teve circulação de suas ideias no meio militar. Após mudar sua residência para os Estados Unidos, em 2005, de lá organizou um seminário de Filosofia com quase 600 aulas e formou milhares de discípulos no Brasil. Teve o papel de eminência parda no governo Bolsonaro, sendo responsável pela indicação de ministros. Morreu em princípios de 2022 de covid-19, doença cuja existência negou (Calil, 2021; Bianchi e Mussi, 2022, p. 16-21; Chaloub, 2022).

¹⁶ Sobre a iniciativa da produtora Brasil Paralelo, ver os estudos aprofundados de Santos (2021) e Cleto (2024).

¹⁷ O último importante trabalho sobre esse tópico é Fico (2008).

Para contrapor-se ao que podemos seguramente afirmar como conhecimento científico acumulado nas últimas décadas em pesquisas sobre 1964 (p.ex. Parker, 1977; Dreifuss, 1981; Fico, 2008; Spohr, 2012), a produtora Brasil Paralelo recorre ao livro “1964 – O Elo Perdido – O Brasil nos Arquivos do Serviço Secreto Comunista”, de Mauro Kraenski e Vladimir Petrilák, publicado no Brasil a partir da iniciativa de Laudelino Lima, do site de extrema direita Verdade Sufocada¹⁸. Trata-se de um texto que narra o que seriam operações de monitoramento do processo político brasileiro e de propaganda antiamericana por parte de agentes da inteligência da Tchecoslováquia no Brasil. Em suma, literatura anticomunista e sensacionalista instrumentalizada num documentário não menos anticomunista, com o propósito de negar a importância da notória interferência direta dos Estados Unidos em vários setores do Estado brasileiro, particularmente entre as elites políticas e militares que marcaram a história brasileira naquele período.

Produto a ser consumido por um público interessado em confirmar suas convicções anticomunistas (mas também direcionado a conquistar novos adeptos entre os considerados ‘apolíticos’), essa manipulação é um dos produtos audiovisuais da Brasil Paralelo com maior sucesso em número de visualizações no *YouTube*¹⁹. No material há também a difusão da formulação da teoria da conspiração de Olavo de Carvalho segundo a qual o regime militar errou ao não ter promovido uma guerra cultural, o que teria permitido que a esquerda pudesse se reorganizar nos espaços da alta cultura, como universidades e a mídia. Seria a hipotética ‘estratégia gramscista’, que teria permitido que os comunistas brasileiros se reorganizassem e acabassem por supostamente dominar o *establishment* da República de 1988, processo especialmente iniciado com o governo FHC²⁰.

¹⁸ Esse site leva sintomaticamente o nome de um dos livros negacionistas do torturador Brilhante Ustra, em 2006.

¹⁹ Poucas semanas após sua estreia no YouTube, contava com 5,6 milhões de visualizações, e no momento em que este artigo foi escrito, tinha 11,4 milhões.

²⁰ Não obstante ter sido um governo que implementou uma onda de privatizações de empresas estatais (entre outras contrarreformas neoliberais), na visão conspiratória de Olavo de Carvalho, a administração de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) teria sido ‘de esquerda’. Basicamente em razão do passado de Cardoso como sociólogo de esquerda e opositor da ditadura militar, além de medidas tímidas de Justiça de Transição, como a criação das comissões de Mortos e Desaparecidos Políticos (1995) e da Anistia (2002), e a criação do Ministério da Defesa com a presença titular de um civil, seguindo na verdade a recomendação liberal-conservadora de Samuel Huntington sobre o controle civil das Forças Armadas (Huntington, 1996).

4. As disputas pelo passado e os desafios políticos do presente

As datas redondas sempre ensinam a organização de reflexões coletivas sobre processos-chave nas sociedades. Há 20 anos, no contexto dos 40 anos do golpe de 1964, eventos acadêmicos foram bastante concorridos e os principais órgãos da imprensa brasileira (toda ela com um passado de colaboração com a ditadura) deram enorme espaço a interpretações revisionistas que colocavam o foco na suposta “falta de apego aos valores democráticos por parte da esquerda” (Melo, 2014).

Convergindo com essa avaliação, os até então órgãos da extrema direita militar deram repercussão a essas teses, denotando como a operação revisionista de certos historiadores profissionais ajudava a moldar um ambiente em que posições negacionistas começavam a ganhar adeptos fora dos muros da caserna²¹. Eventualmente era destacado que alguns historiadores que ganharam espaço nos jornalões por expressar esses pontos de vista revisionistas eram personagens com passado de oposição ao regime militar, alguns inclusive ex-guerrilheiros. O que dominava era o espírito de conciliação e, ao fim, produzia-se uma distribuição de responsabilidades por aqueles ‘tempos difíceis’. “A ditadura havia sido de direita, mas a esquerda também era autoritária” foi uma ideia muito repetida.

Na década seguinte, embora o regime democrático instituído pela Constituição de 1988 apresentasse sinais de esgotamento, e embora as extravagancias revisionistas já fossem alvo de críticas, o tom conciliatório e de distribuição de responsabilidades ainda se fazia presente. Estamos falando do contexto em que se desenvolveram os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade²², que foi reproduzida em diversos estados e municípios, além de universidades, ao lado de espaços eletrônicos de divulgação de memória das vítimas do

²¹ Discutimos isso mais detidamente em outro lugar: Melo (2024).

²² Criada como órgão temporário pela lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, com o propósito de investigar as graves violações dos direitos humanos durante a ditadura, produziu um relatório final publicado no fim de 2014. Com mais de quatro mil páginas, o relatório está disponível no endereço eletrônico <https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>

regime, como o *Memórias Reveladas*²³. Em suma, uma série de iniciativas de mobilização por memória, verdade e justiça. Não por acaso, historiadores conservadores e comentaristas políticos da mídia, eventualmente, acusaram tais iniciativas de almejar uma ‘história oficial’ (Aarão Reis, 2014, p. 13; Fico, 2012; Fico, 2017, p. 39), opinião que desqualifica a disputa pela memória.

A década seguinte é atravessada por uma crise política em que, entre outras coisas, emerge com força a memória negacionista da ditadura militar como parte do repertório de ideias da extrema direita liderada por Jair Bolsonaro, discutidas acima. É preciso lembrar também movimentos de mobilização reacionária, como o Escola Sem Partido, que como bem definiu o historiador português Manuel Loff (2016), atualiza a centenária disputa de religiosos contra a educação laica e pública criada pelas revoluções burguesas. Tendo sido um dos movimentos que confluíram para o bolsonarismo²⁴, para líderes do Movimento Escola Sem Partido o assunto ditadura militar em sala de aula, em si, seria um exemplo de ‘doutrinação ideológica marxista’ (Penna, 2016), quando, como já assinalamos, nem mesmo a historiografia revisionista negou a natureza ditatorial daquele regime.

Em síntese, buscamos demonstrar que as iniciativas ideológicas da extrema direita brasileira para produzir uma memória negacionista da ditadura militar ultrapassam um mero ajuste de contas da corporação militar. Situam-se além da mera defesa de uma suposta ‘honra’ das Forças Armadas brasileiras e inserem-se entre as características que, no plano ideológico, qualificam o bolsonarismo como um fenômeno fascista adaptado às condições do século XXI.

²³ Trata-se de um acervo documental produzido por vítimas da ditadura militar. Disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br>

²⁴ Criado em 2004, o Movimento Escola Sem Partido teve sua primeira versão em Projeto de Lei de autoria do então deputado estadual fluminense Flávio Bolsonaro, em 2014 (Penna, 2016).

Referências Bibliográficas

AARÃO REIS, D. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

AMORIM, L. Com 500 mil assinantes, Brasil Paralelo quer evitar polêmicas e sonha ser ‘a Disney brasileira’. **Exame**, 17 fev. 2023. Disponível em <https://shre.ink/blmI>. Acesso em: 3 fev. 2025.

BANAJI, J. **Fascism. Essays on Europe and India**. Nova Deli: Three Essays Collective, 2013.

BAUER, C. S. Jair Messias Bolsonaro e duas verdades: o negacionismo da ditadura civil-militar em três propostas legislativas. **Estudos Históricos**, v. 37, n. 82, 2024.

BÉDARIDA, F. As Responsabilidades do Historiador Expert. In: BOUTIER, J.; JULIA, D. (org.). **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

BEETHAM, D. **Marxists in face of Fascism**. Writings by marxists on fascismo from the inter-war period. New Jersey: Barnes & Noble Books, 1984.

BIANCHI, A.; MUSSI, D. Antigramscismo na América Latina: circulação e tradução de ideias. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 37, 2022.

BIANCHI, A.; MELO, D. “Fascisms: A view from the South”. In: PINHEIRO-MACHADO, R.; VARGAS-MAIA, T. (org.). **The Rise of the Radical Right in the Global South**. Londres/Nova York: Routledge, 2023.

BOITO JR., A. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Crítica Marxista**, v. 27, n. 50, 2020.

BULL, A. C. Neo-fascism (verbete). BOSWORTH, R. J. B. (ed.). **The Oxford Handbook of Fascism** (2010; edição online, Oxford Academic, 18 set. 2012). Disponível em: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199594788.001.0001>. Acesso em: 12 mar. de 2025.

CALIL, G. Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita. **Argumentum**, v. 13, n. 2, 2021.

CARTA CAPITAL. **Bolsonaro em 25 frases polêmicas**, 29 out. 2018. Disponível em: <https://shre.ink/baAr>. Acesso em: 12 mar. de 2025.

CASSELLA, V. Em conversas obtidas pela PF, militares que tramaram golpe de Estado falam em ‘guerra civil’. **G1**, 26 nov. 2024. Disponível em: <https://shre.ink/bpJh>. Acesso em: 13 fev. 2025.

CESARINO, L. Bolsonarismo sem Bolsonaro? Públicos antiestruturais na nova fronteira cibernética. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 82, ago. 2022. p. 162-188.

CHALOUB, J. Uma obra entre o reacionarismo e o conservadorismo: o pensamento de Olavo de Carvalho. **Dois Pontos**, v. 19, n. 2, julho 2022. p. 78-96.

CLETO, M. P. **Novas direitas, memória e revisionismo**: como a Brasil Paralelo contou a história do regime militar. Tese de doutorado. Faculdade de História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2024.

COPSEY, N. “Neo-Fascism: A Footnote to the Fascist Epoch?” In: IORDACHI, C.; KALLIS, A. (org.). **Beyond the Fascist Century. Essays in Honour of Roger Griffin**. Londres: Palgrave MacMillan, 2020, p. 101-121.

DEMIER, F. **Depois do golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

DEMIER, F. **Crônicas do caminho do caos**: democracia blindada, golpe e fascismo no Brasil atual. Rio de Janeiro: Mauad, 2019.

DEUTSCHER, I. **Trotski**: o profeta banido (1929-1940). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

DREIFUSS, R. A. **1964**: a conquista do Estado. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

FICO, C. **O Grande Irmão**. São Paulo: Record, 2008.

FICO, C. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis. **Vária História**, v. 28, n. 47, jan-jun 2012. p. 43-59.

FICO, C. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo & Argumento**, v. 9, n. 20, jan-abr 2017. p. 5-74.

FINCHELSTEIN, F. **From fascism to populism in history**. California: University of California Press, 2017.

GENTILE, E. The Problem of the Party in Italian Fascism. **Journal of Contemporary History**, v. 19, n. 2, abril 1984, p. 215-274.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos**, vol.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRIFFIN, R. **The Nature of Fascism**. Londres: Routledge, 1991.

GRIFFIN, R. Studying Fascism in a Postfascist Age. From New Consensus to New Wave? **Fascism – Journal of Comparative Fascist Studies**, n. 1, 2012. p. 1-17.

GRIFFIN, R. **Fascism**. An Introduction to Comparative Fascist Studies. Cambridge: Polity Press, 2018.

KALIL, I. O. **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro**. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política, 2018.

HUNTINGTON, S. P. **O soldado e o Estado**. Teoria e política das relações civis e militares. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

LACLAU, E. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LEMOES, R. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. **Revista Marx e o Marxismo**, v. 2, n. 2, jan-jul 2014. p. 111-138.

LOFF, M. Escola Sem Partido? **Público**, 6 ago. 2016. Disponível em: https://www.publico.pt/2016/08/06/mundo/opiniao/escola-sem-partido-1740469#google_vignette. Acesso em: 23 abr. 2025.

MAGALHÃES, D.; CALDEIRA NETO, O. As vias de transnacionalização da ultradireita brasileira. **Revista do Centro Brasileiro de Relações Internacionais**, ano 3, n. 11, jul-set 2024. p. 101-117.

MAMMONE, A. **Transnational Neofascism in France and Italy**. Nova York: Cambridge University Press, 2015.

MATTOS, M. B. Governo Bolsonaro: Neofascismo e Autocracia Burguesa no Brasil. **Relações Internacionais**, 73, março 2022. p. 25-44.

MELO, D. B. de. “O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão”. In: MELO, D. B. de (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MELO, D. B. de. Revisionismo histórico e revisionismo historiográfico sobre 1964: narrativas paralelas e pontos de continuidade. **Germinal**, v. 16, n. 1, abr. 2024. p. 167-183.

MIGUEL, L. F. **O colapso da democracia no Brasil**: da Constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/ Expressão Popular, 2019.

MIGUEL, L. F. **Democracia na periferia capitalista**: impasses do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

NUNES, R. **Do transe à vertigem**: ensaios sobre o bolsonarismo em um mundo em transição. São Paulo: Ubu, 2022.

PARKER, P. R. **1964**: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PENNA, F. de A. “Programa “Escola Sem Partido”: uma ameaça à educação emancipadora”. In: GABRIEL, C. T.; MONTEIRO, A. M.; MARTINS, M. L. B. (org.). **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

PINHEIRO-MACHADO, R.; FREIXO, A. (org.). **Brasil em transe**: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

POLÍCIA FEDERAL DO BRASIL. **Relatório nº 4546344/2024**, 21 nov. 2024. Disponível em: <https://shre.ink/bpTX>. Acesso em: 21 nov. 2024.

POULANTZAS, N. **Fascismo e ditadura**. Curitiba: Enunciado, 2021.

RENTON, D. **Fascismo**. History and Theory. 2ª ed. Londres: Pluto, 2020.

ROUSSO, H. **The Vichy Syndrome**. History and Memory in France since 1944. Cambridge: Harvard University Press, 1987.

ROY, I. “India’s fascist democracy”. In: PINHEIRO-MACHADO, R.; VARGAS-MAIA, T. (org.). **The Rise of the Radical Right in the Global South**. Londres/Nova York: Routledge, 2023.

SANTOS, M. A. M. B. dos. **Agenda conservadora, ultraliberalismo e “guerra cultural”**: “Brasil Paralelo” e a hegemonia das direitas no Brasil Contemporâneo (2016-2020). Dissertação de Mestrado (História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Marechal Cândido Rondon, 2021.

SPOHR, M. O empresariado e as relações Brasil-Estados Unidos no caminho do golpe de 1964. **Confluente**, v. 4, 2012. p. 45-62.

TRAVERSO, E. **O passado, modos de usar**. História, Memória e Política. Porto: Edições Unipop, 2012.

TRAVERSO, E. “Revisão e revisionismo”. In: SENA JUNIOR, C. Z. de; MELO, D. B. de; CALIL, G. (org.). **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

VASCONCELOS, C. B. de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968). **Vária História**, v. 29, n. 49, jan-abr 2013. p. 333-358.

VASCONCELOS, C. B. de. O discurso da democracia: imprensa e hegemonia na ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1968). **Tempo & Argumento**, v. 11, n. 28, set-dez. 2019. p. 365-401.

VIDAL-NAQUET, P. **Os assassinos da memória**: uma Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo. Campinas: Papirus, 1994.

GOLPE E REVOLUÇÃO:
IMPrensa COMO
INSTRUMENTO DE
NATURALIZAÇÃO DA
DEMOCRACIA LIBERAL EM
BRASIL E PORTUGAL

GOLPE E REVOLUÇÃO: IMPrensa COMO INSTRUMENTO DE NATURALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA LIBERAL EM BRASIL E PORTUGAL¹

Cátia Guimarães

1. Introdução

O vínculo entre liberdade de expressão, liberdade de imprensa e democracia passa pela crença liberal de que o livre debate feito por indivíduos racionais e bem informados no mercado de ideias conduzirá necessariamente à formação de uma opinião pública independente, capaz de tomar as melhores decisões para o conjunto da sociedade e, mais ainda, à prevalência da verdade
(Venício de Lima, 2010, p. 31-32)

¹ Este artigo é desdobramento de uma pesquisa de pós-doutorado realizada no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho entre 2022 e 2023, com bolsa do CNPq.

Marx disse, certa vez, que a anatomia do homem é a “chave da anatomia do macaco” (2008, p. 264). Parte de um debate sobre o método da economia política, o objetivo da metáfora era afirmar que são as formas mais desenvolvidas dos fenômenos que permitem compreender as menos desenvolvidas, e não o contrário. Esse nos parece um importante alerta metodológico para os estudos que, neste momento, estão desafiados a compreender (e enfrentar) o cenário social contemporâneo de ascensão mundial da extrema direita, indissociável, segundo a perspectiva deste trabalho, do “ambiente de desinformação” que a alimenta e é sustentado, em grande medida, pelo modelo de negócios dos conglomerados empresariais que dominam as novas plataformas digitais. Sem menosprezar o tanto que há de novidade no contexto atual, essa pista nos provoca a não naturalizá-lo como uma ruptura em relação ao passado recente, levantando, assim, a suspeita teórica de que o que hoje nomeamos como ‘crise’ seja, em alguma medida, expressão do desdobramento mais avançado das contradições da democracia liberal e de suas ferramentas – entre elas a imprensa². Isso significa que o olhar sobre a crise – tanto das democracias liberais quanto do jornalismo e da comunicação social – deve nos levar também de volta ao passado, na tentativa de identificar as *determinações* desse arranjo político que, embora só tenham se tornado mais visíveis e compreensíveis neste momento, talvez já estivessem presentes embrionariamente, na origem do seu desenvolvimento histórico.

Este artigo se propõe a experimentar esse trajeto, tendo como foco a realidade de Brasil e Portugal – embora parta da constatação de que, reconhecidas as peculiaridades nacionais, estamos diante de um fenômeno global. O pressuposto geral é que, como resultado de um movimento de intensas disputas em torno da concepção de imprensa e de jornalismo que se desenrola desde a segunda metade do século XIX, o modelo que, por fim, se consolidou – não apenas como prática profissional mas principalmente como instrumento democrático – é expressão da vitória de uma compreensão de democracia restrita ao seu caráter liberal-burguês, que precisou expulsar da arena política e

² Neste artigo, a palavra ‘imprensa’ não se refere apenas aos meios impressos, como jornais e revistas, mas ao conjunto dos órgãos de comunicação social de massa noticiosos.

comunicacional todos os outros caminhos e ferramentas que antes estiveram no ‘jogo’. Já a hipótese específica sobre a relação entre as experiências que aqui serão analisadas divide-se em duas partes. De um lado, supomos que a diferença nos processos de democratização que conduziram os dois países até o cenário contemporâneo – revolucionário no caso português e negociado pelo alto, no caso brasileiro – altera significativamente a qualidade da democracia nessas sociedades, expressando-se também no funcionamento e na relação que se estabelece com a comunicação social. De outro, vislumbramos uma sequência de processos que, a despeito das diferenças, apontam, pelo menos tendencialmente, um ponto de chegada mais próximo entre os dois países do que aquele que a História parecia prometer.

2. Imprensa e democracia: Brasil e Portugal

“A luta pelos meios de comunicação foi uma das mais importantes da revolução portuguesa”. A conclusão é de Lincoln Secco (2005, p. 61), num livro em que conta a história da Revolução dos Cravos, mas variações dela podem ser encontradas em quase toda a bibliografia sobre o processo de democratização no país. Num conhecido texto em que resume uma comunicação apresentada ao Conselho de Europa, Mario Mesquita, por exemplo, resume a ação da imprensa no período imediatamente após a Revolução com a palavra-chave “ideologias”, elegendo como perfil profissional daquele momento o de “jornalista militante” (Mesquita, 2019, p. 16). Mais recentemente, numa obra que se tornou referência para os estudos da mídia no período, Pedro Marques Gomes afirma, igualmente, que “após a revolução de 25 Abril de 1974, a politização dos jornais era evidente, assim como o envolvimento da generalidade dos média nos confrontos que marcaram os anos de 1974 e 1975” (2018, p. 20). Esses e outros autores referem-se, sobretudo, ao período que ficou conhecido como PREC, Processo Revolucionário em Curso, entre março e novembro de 1975, momento em que, no Brasil, já havia se passado mais de uma década de uma ditadura empresarial-militar marcada, no campo comunicacional, pelo apoio da grande imprensa empresarial ao regime e por um forte crescimento da imprensa alternativa, principalmente clandestina, que combatia a ditadura.

Embora houvesse luta no campo comunicacional lá e cá, esses não eram propriamente cenários equiparáveis – e a diferença está não apenas na intensidade da mobilização social que acontecia em terras portuguesas, mas principalmente no que motivava as lutas nos dois países: se no Brasil o objetivo maior era combater a ditadura para conquistar a democracia, em Portugal tratava-se de disputar a *forma* e a *qualidade* da democracia que havia sido inaugurada com a Revolução.

Apesar de seus limites, do peso da longa duração sobre os ombros dos homens e mulheres de abril, [a Revolução dos Cravos] esboçou a hipótese de um *pluralismo socialista*. Seria a primeira tentativa de um modelo público e não estatizante em economia e *democrático mas não liberal em política*. Ou seja, uma democracia socialista, formal e substantiva, política e econômica (Secco, 2005, p. 48, grifos nossos).

Demarcar essa diferença não significa ignorar que, no Brasil, tanto o movimento da imprensa alternativa contra a ditadura quanto o apoio dos grupos empresariais de comunicação ao regime devem ser lidos como parte da luta de classes que se desenrolava naquele momento: é certo, portanto, que também aqui estavam em jogo distintos projetos de sociedade para o período que viria após aquele longo interregno de intervenção militar. Mas, no caso brasileiro, a permanência da ditadura como um inimigo comum – que em Portugal já havia sido derrotado – colocava, de certa forma, em foco uma defesa genérica e abstrata da democracia, como se a disputa pela sua forma e conteúdo pudesse aguardar uma outra ‘etapa’ das lutas sociais. Assim, diferente da verdadeira guerra que em Portugal se travou *entre e pelos* jornais, no cenário brasileiro a vitória (e a hegemonia) da forma liberal de democracia em relação à concepção e ao papel da imprensa se dará com mais acomodações do que embates, já em meio ao processo de transição que resultará na restauração do poder civil sem alteração no poder de classe.

2.1. Em Portugal: imprensa como instrumento de luta pelos rumos da Revolução

O título de um livro do professor da Universidade de Coimbra João Figueira – “Os jornais como atores políticos” – talvez permita

resumir o cenário comunicacional da época que se seguiu à tomada do poder que inaugurou a Revolução dos Cravos em Portugal. Analisando a experiência de três jornais com posicionamentos distintos em relação aos sucessivos governos provisórios e aos rumos da democratização, o autor lembra que, em Portugal, “emergiu com a revolução” a ideia “segundo a qual o jornalista era um profissional social e politicamente comprometido” (2005, p. 33).

Diferente do cenário brasileiro, em que a efervescência se dava na imprensa alternativa que combatia a ditadura, em Portugal essas características referem-se a jornais de grande circulação. O perfil e o cotidiano das redações jornalísticas começam a mudar a partir da iniciativa dos próprios trabalhadores, organizados em comissões e conselhos, que, engajados nos movimentos da Revolução, reagem contra as estruturas hierárquicas empresariais que eram mantidas, em muitos casos, por pessoas e grupos ligados à ditadura derrotada. Na sequência, a partir de março de 1975, o IV Governo Provisório promove uma série de nacionalizações de empresas que envolvem o setor bancário e de seguros e acabam por atingir também os jornais dos quais esses grupos eram proprietários³, fazendo com que vários deles passassem para as mãos do governo. Mas para entender o que isso significou em relação à linha editorial assumida pelos jornais e à luta que eles travaram entre si, é importante lembrar que entre o 25 de abril de 1974, que inaugura a Revolução, e o 25 de novembro de 1975, que alguns consideram que a encerra, Portugal teve seis governos provisórios, compostos por diferentes partidos e forças políticas, embora o cerne das polêmicas sobre a imprensa que a historiografia registrou tenha se dado entre o segundo e o quinto governos, liderados pelo general Vasco Gonçalves, exatamente pela sua proximidade com o Partido Comunista Português (PCP) e os setores mais à esquerda do Movimento das Forças Armadas (MFA).

³ Vale registrar que alguns desses veículos – entre eles o Diário de Notícias, que tem papel polêmico e central na batalha travada entre os jornais, como veremos – já dependiam do Estado desde antes da Revolução de Abril dado que a maior parte do capital da sua empresa proprietária, a Companhia Portugal e Colónias, pertencia a um órgão público, a Caixa Geral de Depósitos (Figueira, 2005, p. 41).

Desta história fartamente documentada, importa-nos destacar o fato de ser praticamente um consenso na literatura sobre a Revolução dos Cravos a compreensão do papel da imprensa no PREC como um desvio em relação ao amadurecimento do jornalismo e da imprensa que se esperava de um país democrático, finalmente livre do jugo da censura, como Portugal acabava de se tornar (Gomes, 2014; Figueira, 2005). O desenho completo dessa expectativa vai variar entre os diferentes autores, mas, no geral, a leitura histórica sobre aquele momento nos permite afirmar que o parâmetro da crítica era o modo de funcionamento da imprensa que se fortalecia e consolidava nas democracias consideradas maduras. Mario Mesquita, um dos mais importantes jornalistas e teóricos da comunicação de Portugal e quadro do Partido Socialista (PS), ilustra bem a compreensão que prevaleceu sobre aquele momento:

166

A segunda [fase da situação política dos meios de comunicação social no PREC], abrangendo a época entre o 11 de Março e o 25 de Novembro de 1975, foi marcada pelo confronto entre os vencedores de Abril, divididos por concepções irreduzíveis sobre o papel da comunicação social: por um lado, a tese de subordinação dos órgãos de informação aos interesses revolucionários (de inspiração leninista ou terceiro-mundista); por outro, *a concepção liberal e pluralista própria das democracias europeias* (Mesquita, 2024, p. 53, grifos nossos).

É certo que não se pode falar de uma única forma de imprensa desenvolvida nas democracias da época, mas é igualmente verdade que os 50 anos que hoje nos distanciam da Revolução portuguesa foram marcados por um forte processo de homogeneização das práticas jornalísticas e de comunicação social na direção do que Hallin e Mancini (2010) chamam de “modelo liberal de mídia”, de origem anglo-saxônica e, sobretudo, estadunidense. E isso significa que, mais do que um processo espontâneo e natural, esse modo de fazer jornalismo que servia (e serve) como referência para a análise da imprensa nas democracias tem data e local de nascimento, além de uma (nem sempre evidente) origem de classe.

O modelo de media “Anglo-Americano” ou Liberal é tipicamente considerado como a norma em relação à qual se avaliam os outros sistemas de media, e um corolário dessa estrutura conceptual é a ideia de que a profissionalização é essencialmente sinónima de “objectividade” e neutralidade política. Sob este ponto de vista, um sistema em que os media têm ligações a grupos sociais e políticos organizados, e em que os jornalistas retêm elementos de uma concepção publicista do seu papel, é por definição um sistema em que a profissionalização está pouco desenvolvida. Se os jornalistas devem servir o interesse público em vez de interesses particulares, se devem agir de acordo com padrões de prática especificamente jornalísticos em vez de se guiar por agendas impostas do exterior, devem então agir como fornecedores neutros de informação e evitar qualquer identificação com pontos de vista particulares, de acordo com essa interpretação (Hallin e Mancini, 2010, p. 52).

Ainda mais importante é situar historicamente essas referências, sem perder de vista que o período do PREC português que aqui analisamos estava ainda compreendido na quadra histórica da Guerra Fria, em que, sobretudo após a divulgação do Relatório Krushchev, que denunciava os crimes de Stálin, a afirmação da liberdade capitalista como única alternativa ao autoritarismo atribuído aos governos do bloco soviético tornou-se estratégia ideológica central do capital, com reflexos na esquerda e expressões claras também no debate sobre a imprensa.

A influência americana intensificou-se com nitidez na sequência da Segunda Grande Guerra, quando os Estados Unidos se tornaram o poder político e económico dominante. Não se tratou de uma coisa que aconteceu simplesmente. (...) resultou em parte de um esforço organizado conduzido pela *American Society of Newspaper Editors* (ASNE) e pelo Departamento de Estado norte-americano para promover a concepção norte-americana da liberdade de imprensa e do profissionalismo jornalístico em todo o mundo. O principal objetivo da “cruzada pela imprensa livre” era restabelecer a democracia nos países europeus que tinham estado sujeitos ao fascismo e incrementar a política de contenção contra o modelo político do bloco soviético. (...) Ao mesmo

tempo, a cruzada reforçou a esfera de domínio e o mercado das agências noticiosas americanas e, em geral, dos *mass media* (Hallin e Mancini, 2010, p. 264).

Desenvolvida pela primeira vez de forma livre após quase 50 anos de ditadura e, principalmente, em meio a um processo revolucionário, é certo que a imprensa portuguesa durante o PREC não pode ter seu debate reduzido à categorização proposta por modelos como os sugeridos por Hallin e Mancini. Tampouco se trata de discutir a qualidade técnica do jornalismo desenvolvido naquele momento. Não se deve, no entanto, ignorar o quanto a leitura crítica hegemônica do jornalismo nesse período carrega uma disputa que ultrapassa as fronteiras do país, expressando também na comunicação as estratégias de construção de hegemonia política que se davam no âmbito global. Com isso queremos apontar o que nos parece uma espécie de ‘descolamento’ de parte das análises sobre a imprensa desse período em relação ao fenômeno histórico concreto que se desenrolava em Portugal, na medida em que elas acabam por naturalizar a ‘régua’ da concepção liberal de imprensa para julgar um momento histórico em que uma das principais disputas travadas sobre os rumos da Revolução era exatamente contra a limitação da democracia (e de todas as suas práticas) à sua feição liberal. E se na literatura produzida posteriormente sobre esse período esse viés permanece como expressão de uma estratégia ideológica – no sentido negativo que Marx e Engels dão ao termo (2007) –, que trata como universal e supra-histórica uma compreensão particular e datada de imprensa e de democracia, no calor daquele momento essa naturalização foi uma arma com peso relevante no resultado das disputas internas sobre os rumos da Revolução.

Ainda que, em geral, os estudos apontem a guerra generalizada que se travava pelos jornais, prevalece nessa historiografia a compreensão de que o PCP, identificado como o partido mais à esquerda na composição dos governos provisórios que se seguiram até novembro de 1975, foi responsável pelo aparelhamento de alguns dos principais jornais de massa da época, tornando-se protagonista das crises mais emblemáticas que envolveram a imprensa naquele período. Como explica Gomes, o destaque para a questão do controle partidário e, particularmente, a ideia de que havia uma “estratégia de domínio da

comunicação social” (Reis *apud* Gomes, 2018, p. 21) por parte do PCP é “uma tese que perpassa a generalidade da historiografia sobre o processo revolucionário, quando se refere ao sector da Informação” (2018, p. 21). No centro das denúncias, estão a linha editorial do Diário de Notícias durante o período em que teve o escritor José Saramago como diretor-adjunto, e o chamado caso República, que teve papel relevante no desfecho que culminará com a contrarrevolução de 25 de Novembro. “Por detrás do espontaneísmo da frente anti-salazarista, escondia-se (...) a estratégia do PCP e seus aliados, que se ia clarificando à medida que conquistavam posições decisivas no Movimento das Forças Armadas [MFA] e, de uma maneira geral, no aparelho de Estado”, denuncia, por exemplo, Mário Mesquita (2024, p. 54) que, lançando mão do imaginário então associado ao bloco soviético, definia a linha política do Partido Comunista Português, de setores à sua esquerda e parte do MFA como a “defesa de um rumo ditatorial-revolucionário para o país”. Argumentando que a aliança entre esses setores em dado momento do PREC favoreceu “as concepções autoritárias acerca do controlo da comunicação social”, ele completa, referindo-se ao grupo com o qual se identificava: “Os defensores de perspectivas pluralistas e liberais viram-se, progressivamente, marginalizados” (Mesquita, 2024, p. 54).

Interessam-nos neste trabalho, principalmente, o foco e a natureza (ideológica) da crítica que se fez à imprensa do PREC e suas consequências futuras. Nesse caminho será particularmente útil à nossa argumentação o já referido livro de João Figueira, resultado de sua dissertação de mestrado, que acompanha e sistematiza a abordagem de três diferentes jornais – Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo – no período do PREC, buscando analisar sua linha editorial e estratégia diante da Revolução. A importância desse trabalho está em evidenciar como o que marca a atuação dos jornais da época era a luta pelos rumos da sociedade portuguesa pós-revolução, que mobilizou todos os partidos e outros atores sociais envolvidos e não apenas o PCP e as forças políticas à esquerda. Não se extrai dessa obra qualquer esforço de defesa do PCP – ao contrário, nela encontram-se passagens que naturalizam sua associação a uma vertente autoritária em relação ao Estado (2005, p. 105) e se reconhece que as táticas de “manipulação” pela imprensa tenham sido mais visíveis nos jornais estatizados que, durante os governos provisórios de Vasco Gonçalves,

tendiam mais à esquerda, particularmente à influência dos comunistas (2005, p. 4). Mas o mérito da abordagem de Figueira está em demonstrar, com a concretude de uma análise qualitativa e quantitativa, que o que entrou para a História como um processo de aparelhamento tocado por uma força política foi, na verdade, uma intensa batalha travada por todos os atores coletivos que disputavam espaço nos governos provisórios e tentavam pautar os rumos da Revolução.

A caracterização que Figueira faz dos três jornais selecionados para a análise já deixa clara essa percepção. Ele descreve o Diário de Notícias como um jornal “completamente identificado com as orientações do MFA [Movimento das Forças Armadas] e a linha ideológica do PCP” (2005, p. 110). Já o Expresso “era um órgão de comunicação social dirigido por dois deputados do PPD (Francisco Pinto Balsemão e Marcelo Rebelo de Sousa⁴), que combateram até o fim o “gonçalvismo”⁵, o PCP e as forças mais à esquerda do MFA” (2005, p. 110). O terceiro é o Jornal Novo, criado por um “conjunto de investidores ligados à Confederação da Indústria Portuguesa” que, na avaliação de Figueira, no período do PREC teria orbitado em torno do programa do Partido Socialista (PS), embora sem vinculação com o partido. Ele ilustra:

Cada um dos três jornais representava e assumia (...) uma forma diferente de interpretar o País e de intervir e influenciar o seu destino. Mais informativo, o DN, mais opinativo e analítico, o Expresso, conjugando as duas vertentes, o Jornal Novo, todos eles mostravam aos respectivos leitores uma realidade diversa. O Portugal do DN é uma República Popular, onde o Primeiro Ministro é alvo de manifestações de apoio e se acusa o PS e o PPD de atacar as Forças Armadas; o País do Expresso não tem aquelas manifestações, mas sim crises internas no PCP e é governado por um Primeiro Ministro “desesperado”; o Jornal Novo lê e fala de um Portugal onde o poder popular desce à rua e dá conta de soluções políticas à esquerda, como forma de se vencer o vanguardismo protagonizado por Vasco Gonçalves (2005, p. 111).

⁴ Balsemão foi Primeiro-Ministro de Portugal entre 1981 e 1983; quando este texto foi escrito, Rebelo de Sousa estava no segundo mandato como Presidente do país. Ambos são filiados ao PSD, antigo PPD. No momento que este livro estava sendo finalizado, Balsemão faleceu.

⁵ Referente aos governos de Vasco Gonçalves.

Embora em entrevista publicada ao final da dissertação do autor Francisco Pinto Balsemão discorde dessa caracterização, Figueira destaca no seu texto a afirmação de Marcelo Rebelo de Sousa segundo a qual “no Expresso fazia-se, naqueles tempos, mais política partidária do que jornalismo” (2005, p. 162). “Durante o Verão Quente de 1975, [o Expresso] jamais se desviou um milímetro que fosse do seu principal objetivo de luta e oposição à onda de esquerda que dominava o país”, descreve Figueira (2005, p. 163). O autor, no entanto, não deixa passar despercebida a diferença na tática e na forma como essa defesa de interesses e princípios em relação aos rumos de Portugal se dá nos órgãos de comunicação social que se localizam à esquerda e à direita. Assim, enquanto o diretor-adjunto do DN, José Saramago, convicto da legitimidade do papel político ativo da imprensa em momentos revolucionários, não tem qualquer constrangimento em anunciar que o jornal será “um instrumento nas mãos do povo português, para a construção do socialismo” (*apud* Figueira, 2005, p. 119), o Expresso atua “no sentido dos interesses do PPD” de forma mais sutil, sem “abusar no espaço dado aos dirigentes do partido”, mas garantindo, por outras vias, a “interiorização e identificação dos combates comuns a travar” (Figueira, 2005, p. 164).

É digno de nota que mesmo o não privilegiamento explícito dos dirigentes do partido segue a estratégia de identificar inimigos comuns – particularmente o PCP e setores à esquerda do MFA –, optando, por exemplo, por “igualar em tratamento o PPD e o PS”, como descreve Marcelo Rebelo de Sousa num artigo (*apud* Figueira, 2005, p. 162-163). Assim, o posicionamento do jornal nas disputas que se travavam ainda em meio ao processo revolucionário remete menos à defesa dos interesses eleitorais diretos do partido e mais aos interesses de classe que estavam em jogo naquele momento. Não por acaso, segundo o autor, mesmo não tendo o PPD figurado como protagonista do poder político imediato, o Expresso mostrou-se “satisfeito com os resultados e as consequências políticas provocadas pelo 25 de Novembro”, processo cuja interpretação ainda hoje divide a historiografia – com divergências, por exemplo, sobre se significou

ou não uma contrarrevolução – mas que representou um marco para a futura construção de uma democracia liberal nos moldes capitalistas⁶.

(...) melhor se percebe a importância e o alcance que o Expresso teve em 1975, como actor e representante de uma certa forma de pensar à margem do ideário de esquerda e, por consequência, claramente desalinhado com o pensamento e os objetivos da construção do socialismo vigente (Figueira, 2005, p. 165).

A análise de Figueira também não deixa escapar as formas como essa sutileza na defesa dos interesses que o jornal ligado ao PPD representava se expressa no modo de fazer jornalismo. “O recurso a fontes não identificadas é uma prática normal e corrente neste jornal (...) ao ponto de surgir mais como uma estratégia para a análise e interpretação da actualidade, do que como meio de veicular a informação”, descreve o autor (2005, p. 167). Nada disso, no entanto, rendeu ao Expresso a imagem de dirigismo manipulatório que a historiografia sobre a imprensa do PREC costuma atribuir ao Diário de Notícias pela sua proximidade editorial com o programa político dos setores mais à esquerda dos governos provisórios, que tensionavam o movimento revolucionário para além do que viria a ser a ‘normalização democrática’. Ao contrário: Mário Mesquita, por exemplo, caracteriza o jornalismo praticado tanto pelo Jornal Novo quanto pelo Expresso como “analítico e de investigação” (Mesquita, 2024, p. 127).

O terceiro veículo analisado por Figueira foi o Jornal Novo, propriedade de um grupo ligado à indústria, apesar da sua orientação de esquerda. É o próprio editor do jornal à época que desvenda o mistério: “Para os rapazes da CIP [Confederação da Indústria Portuguesa] era a ditadura comunista que estava a caminho. Ora, um jornal que criasse uma clareira de liberdade, que lutasse pela democracia, isso já lhes bastava”, diz Artur Portela (Figueira, 2005, p. 266).

Embora deixe claro que não existia qualquer vínculo formal entre o Jornal Novo e o partido, e destaque sua prioridade em defender uma

⁶ Vale ressaltar que essa passagem, no entanto, não se dá de forma automática nem imediata. Loff, por exemplo, destaca que o “regime político-constitucional” português que se instituirá em 1976, expressando-se na Constituição, “ficou muito longe dos modelos liberais-democráticos prototípicos” (2024, p. 112-113).

“unidade de esquerda para a governação do país” (2005, p. 200) – que acabaria sendo a fórmula adotada com o 25 de Novembro, sob liderança dos socialistas –, Figueira localiza esse veículo na órbita da visão de mundo então defendida pelo PS como expressão de uma “esquerda moderada” (2005, p. 201). “(...) sempre que a oportunidade surge, o Jornal Novo procura situar o epicentro das opções políticas numa zona de influência do PS, embora sujeita aos ventos predominantes do PCP, enquanto corrente mais influente e com maior representatividade, à esquerda” (Figueira, 2005, p. 203)⁷. Ele conclui: “O Jornal Novo (...), embora sem estar diariamente a distribuir chá e simpatia ao PS, *foi, no fundo, o órgão de comunicação social de eleição dos socialistas* (Figueira, 2005, p. 208, grifos nossos).

Assim, ainda que jamais se possa abrir mão de analisar as situações específicas em sua particularidade, é curioso – e metodologicamente relevante de ser observado – o processo ideológico pelo qual, na historiografia contemporânea do jornalismo mundial, a identificação com partidos políticos à esquerda se traduz mais facilmente como aparelhamento e manipulação do que os vínculos de propriedade com partidos políticos de direita e, ainda mais, com grupos econômicos. É esse processo que autorizará um empresário e político atuante como Pinto Balsemão a afirmar:

Houve órgãos de comunicação que foram de imediato controlados pelo Partido Comunista e que passaram a ser aquilo que o PCP e os seus aliados no MFA queriam que eles fossem. Mas *esse era o jornalismo que era praticado na antiga União Soviética*, mas que para mim está longe de poder ser considerado jornalismo. (...) *chamar a isso jornalismo é que me parece que é sujar aquilo que eu entendo que ele deve ser: independente, separar a notícia da opinião e dar todas as notícias e não apenas aquelas que convém*” (Balsemão *apud* Figueira, 2005, p. 255, grifos nossos).

E é também Pinto Balsemão que, na mesma entrevista, tece, sem rodeios, a relação entre a atuação do jornal que ele ajudava a dirigir à época e uma determinada concepção de democracia – que, como

⁷ Vale registrar, no entanto, que essa leitura não pode ser considerada consensual – Mesquita, por exemplo, nega essa identidade (2024, p. 127).

julgamos relevante demarcar, embora vitoriosa, institucionalizada e naturalizada na sociedade portuguesa de hoje, era uma entre outras possibilidades em disputa no contexto revolucionário português: além de caracterizar o Expresso como único representante de um “tipo de jornalismo de uma democracia aberta” (Balsemão in: Figueira, 2005, p. 354) naquele período em Portugal, ele explica que “o principal combate ou causa [do Expresso] era que Portugal caminhasse para uma *democracia ocidental normal*, o que só foi conseguido em 1982, com o fim do Conselho de Revolução” (Balsemão *apud* Figueira, 2005, p. 255, grifos nossos).

Essa história estaria incompleta se não mencionássemos um episódio que contribuiu significativamente para colocar o Diário de Notícias no centro da luta de classes pela imprensa naquele momento: trata-se do chamado ‘Caso dos 24’, que ganhou muito destaque na época e na historiografia produzida depois. Resumidamente – já que se trata de evento amplamente documentado –, trata-se da demissão de um grupo de jornalistas que, em 1975, assinaram um documento público em que criticavam “a linha orientadora do jornal” (*apud* Gomes, 2014, p. 91), denunciando a violação do seu Estatuto Editorial e reivindicando uma postura apartidária e menos sectária. De acordo com Gomes, apesar de tecer “duras críticas às hierarquias superiores do jornal e ao conteúdo das suas páginas”, o documento não nomeava claramente o “ponto principal do descontentamento”, qual seja, “a orientação político-ideológica do periódico” (2014, p. 91). Caberá ao Expresso dar nome aos bois: num artigo em que publicava parte do documento, o jornal dirigido por quadros políticos do PPD *denunciava* que a editoria de política do DN era majoritariamente composta por pessoas próximas do PCP e do Movimento Democrático Português/ Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE) (Gomes, 2014, p. 98).

Um dado importante a se registrar sobre esse episódio é a variedade de versões que ele carrega, envolvendo não apenas interpretações distintas sobre suas intenções e resultados mas também divergências e desmentidos sobre fatos concretos, como se pode apreender dos depoimentos de vários participantes do processo que constam do livro “Os saneamentos políticos no Diário de Notícias”, de Pedro Marques Gomes, que se tornou uma importante referência para a

historiografia da imprensa durante a PREC em Portugal. Para o nosso argumento, mais elucidativa é a constatação do que acontece com o mesmo Diário de Notícias no momento que sucede o fim da Revolução.

Já em dezembro [de 1975, portanto após o 25 de Novembro], é anunciada a suspensão de mais doze jornalistas, para que a nova direção – a ser nomeada nesse mês – pudesse ‘fazer publicar um jornal independente e pluralista’. O Diário de Notícias voltava a estar no centro da polémica, com os jornalistas suspensos a contestarem a medida, enquanto a indefinição sobre o futuro do jornal se mantinha (Gomes, 2012, p. 379).

Mas é novamente Figueira quem completa a descrição do episódio, ajudando-nos a situar a narrativa hegemônica sobre esse acontecimento como parte das disputas políticas do momento.

Sinal dos novos tempos e da nova conjuntura política, Victor Cunha Rego, que fora chefe de gabinete de Mário Soares (ministro dos Negócios Estrangeiros nos I, II, III Governos Provisórios), é nomeado diretor do DN e Mário Mesquita (deputado do PS e à data membro da comissão política nacional, de cujo partido é um dos membros fundadores) é o diretor-adjunto. Aquilo que antes fora visto como um “assalto do Partido Comunista ao jornal, cuja administração foi substituída” (Lemos, 2006, p. 265), na sequência dos acontecimentos de 11 de março de 1975 e que leva Saramago (e Luís de Barros) para a direção do DN, não é depois entendido com a mesma severidade crítica, quando a nova administração e, sobretudo, a dupla diretiva do jornal está tão intimamente comprometida com a vida e ação do Partido Socialista (Figueira, 2019, p. 290).

Por fim, vejamos o caso do jornal República. Rezola resume: “Os acontecimentos que desencadearam a crise são conhecidos: depois de uma longa contenda quanto à orientação e linha editorial, a Comissão Coordenadora de Trabalho do República afasta o diretor, acusando-o de ter transformado o jornal no órgão oficioso do Partido Socialista (PS)” (2019, p. 252). Esse processo gera uma crise interna sobretudo porque, como explica a historiadora, “a maioria dos jornalistas apoia a direção e contesta a decisão da comissão de trabalhadores” (Rezola, 2019,

p. 252). Mas a relevância desse episódio se deve, principalmente, à interpretação, reverberação e uso político estratégico que o Partido Socialista dele fará para além dos muros da redação.

(...) no próprio dia 19 [de maio de 1975] o PS emite um comunicado clarificando que o que está em jogo é a liberdade de expressão e mobiliza uma manifestação em favor da redação do jornal. Os socialistas saem à rua em defesa do República, da liberdade de informação e, sobretudo, em posição de ataque ao Partido Comunista Português (PCP) que acusam de ter promovido os incidentes (Rezola, 2019, p. 253).

Num texto em que ilustra com o caso da Alemanha os exitosos movimentos do PS para se credenciar junto aos social-democratas europeus como o único partido capaz de livrar Portugal das mãos de Moscou, Sánchez (2017, p. 117) detalha a estratégia por trás do caso República.

176

Esta reivindicação da sua legitimidade eleitoral era desenvolvida pelos socialistas, sobretudo através dos meios de comunicação próximos e das mobilizações nas ruas que até pouco tempo antes eram quase um monopólio dos comunistas. Estes dois elementos confluíram no “caso *República*”. O que no princípio não era senão um conflito laboral completamente alheio ao PCP foi denunciado *urbi et orbi* por Mário Soares como uma operação dos comunistas para acabar com uma das poucas vozes que se opunham ao plano totalitário, obrigando assim o Conselho de Revolução a tomar uma posição. Embora o exagero socialista fosse evidente, na RFA [República Federal Alemã] o *establishment* assumiu os seus argumentos e, respondendo ao insistente pedido de Soares, os social-democratas [alemães] realizaram uma enorme acção política e mediática defendendo a posição do PS. Informações objectivas sobre o caso *República* passavam com dificuldade nos *media* mais influentes da RFA, onde se censurou o punhado de jornalistas que se negaram a engrossar a onda anticomunista (Sánchez, 2017, p. 141).

O episódio do jornal República foi considerado o estopim para a decisão do PS – particularmente motivado pela maioria de votos que teve nas eleições para a Constituinte – de deixar o IV Governo

Provisório, inaugurando um processo e uma nova correlação de forças que culminaria com o 25 de Novembro. Sánchez resume: “Abria-se, assim, caminho para a vitória definitiva dos setores moderados que seria acompanhada pela emergência do PS como partido hegemônico e *pivot* do projecto de construção de uma democracia europeia” (2017, p. 143).

Depois veio a ‘normalização democrática’ e, com ela, arrefeceu-se também a guerra pelos jornais portugueses, embora os dados mostrem que, mais do que a quebra do paralelismo político dos órgãos de comunicação social – principalmente no aspecto em que essa característica diz respeito a “ligações organizativas entre os media e os partidos políticos” ou outras organizações (Hallin e Mancini, 2010, p. 42) –, essa mudança significou uma neutralização da atuação das forças mais à esquerda na imprensa massiva. Como ilustra Ribeiro: “(...) até 1980 o [jornal] Expresso continuou a ser dirigido por Francisco Pinto Balsemão e, posteriormente, entre 1980 e 1983, por Marcelo Rebelo de Sousa, ambos fundadores do Partido Social-Democrata” (2019, p. 133).

2.2. No Brasil, a imprensa atravessa a ditadura

Enquanto tudo isso se desenrolava em Portugal, o Brasil dos mesmos anos 1970 também experimentava dilemas que tinham como base a oposição entre uma concepção ‘pluralista’ de jornal e a influência concreta de partidos e forças políticas na linha editorial da imprensa alternativa que se desenvolvia em meio à ditadura empresarial-militar. O fortalecimento da imprensa alternativa brasileira nesse período se deu, de acordo com Kucinski, pelo “mecanismo da frente jornalística pelo qual vários partidos de esquerda, mantendo seus jornais clandestinos ou de partido, unem-se na sustentação de um jornal, produzidos sob padrão técnico de mercado, voltado não só aos seus militantes, mas também a um público externo e distribuído nacionalmente” (2003, p. 56). Assim, mais do que uma compreensão acabada sobre os termos do modelo liberal de mídia – que no Brasil chegará mais fortemente a partir da década de 1990, como veremos –, o que pautava as polêmicas naquele momento, como explica o clássico livro de Kucinski, era a recusa de parte dos jornalistas e militantes ao que consideravam uma concepção leninista de jornal, na qual o partido teria papel central

(2003, p. 19-20). E não parece excessivo registrar que também aqui esse impasse em relação ao papel da imprensa como ferramenta de luta política era expressão dos debates mais amplos que atravessavam a esquerda mundial, pressionada pelos problemas do socialismo real. Como explica Virgínia Fontes, referindo-se à realidade brasileira:

Muitos daqueles que retornavam do exílio incorporaram ao longo dos anos o desencanto europeu com a experiência soviética, o que se expressou em muitos casos pela recusa aos partidos comunistas e, principalmente, à críspação dogmatizante das organizações comunistas que se autointitulavam marxistas-leninistas (ML). Endossavam, entretanto, um modelo vagamente democrático, seja com tonalidades europeizantes social-democratas, seja mais próximos dos modelos toquevillianos, defensores de uma associatividade à americana, então bastante difundidos. Desconfiavam dos partidos políticos e os viam como “aparelhamento” das organizações populares (Fontes, 2010, p. 228).

178

Do outro lado dessa arena, durante os mais de 20 anos de ditadura fortaleceram-se também os veículos e grupos empresariais de mídia que protagonizariam o cenário da comunicação social no país desde a redemocratização até hoje. A partir de uma pesquisa sobre a relação do Grupo Folha com os governos militares, Ribeiro *et al.*, por exemplo, não hesitam em concluir que “a empresa colaborou materialmente com a repressão” e “se beneficiou economicamente do contexto instaurado pela ditadura”. “Em pouquíssimo tempo, se transformou de um jornal em dificuldades financeiras num dos principais conglomerados de comunicação do país”, atestam (2024, p. 23). Merece igualmente destaque a aposta estratégica do regime no fortalecimento do Grupo Globo, que é ainda hoje o maior e mais forte no ramo das comunicações.

Com investimentos maciços, a ditadura militar modificou profundamente o ambiente da comunicação brasileira. A televisão, até então restrita aos maiores centros e às camadas abastadas, passou a alcançar quase a totalidade do território nacional e tornou-se o principal meio de entretenimento (e de informação) das massas. (...) A televisão mostrava-se um instrumento importante para a “integração nacional” desejada pelos governantes militares e a Globo se firmou como parceira privilegiada do regime, o que lhe

permitiu assumir uma liderança absoluta e distanciada em relação às emissoras concorrentes (Miguel, 2022, p. 137).

Diferente da guerra travada *entre e pelos* jornais na Revolução portuguesa, como vimos, na transição negociada que marcou o processo de redemocratização brasileiro, tanto o poder de agendamento junto à opinião pública quanto a capacidade de interferência política mais direta dos grupos empresariais de mídia, em especial as Organizações Globo, atravessaram sem grandes abalos o fim do regime militar. Assim, na contramão dos sucessivos avanços que Portugal teve nos esforços de regulação da mídia, no Brasil, apesar da grande mobilização social do período, praticamente toda a pauta de democratização das comunicações defendida pelos movimentos sociais foi derrotada ou neutralizada.

Os avanços na liberdade de expressão e de imprensa, consignados no artigo 220 [da Constituição brasileira], não foram acompanhados por medidas que apontassem para a efetiva pluralização do acesso ao debate – nem mesmo medidas liberais, como aquelas voltadas a impedir a concentração da propriedade dos meios ou a reforçar o caráter público dos serviços prestados por concessionários estatais, como as emissoras de rádio e TV (Miguel, 2022, p. 138).

179

Essa grande imprensa empresarial que se fortaleceu durante a (e com apoio da) ditadura incorporará no seu discurso as críticas ao regime quando ela já o reconhece como moribundo. E chegará mesmo a acolher por um tempo uma parte dos jornalistas e articulistas que antes atuavam na comunicação alternativa combatendo os militares. Como qualificamos em outro momento,

o que antes era alternativo (porque não cabia na ordem vigente) ganhou espaço para se integrar, mas tendo como possibilidade máxima a construção de um jornalismo ‘crítico’, tornando dispensável e mesmo indesejável qualquer iniciativa que ultrapassasse os limites da institucionalidade conquistada (Guimarães, 2015, p. 412).

Mais do que isso, tanto as ‘bandeiras’ quanto os ícones do jornalismo alternativo localizados à esquerda do espectro político se diluiriam na estratégia ‘pluralista’ que o jornal (e o grupo empresarial)

Folha de S. Paulo começava a instituir: a reforma que o veículo inicia em 1975 terá a liderança e a participação de jornalistas identificados como de oposição à ditadura, a exemplo de Claudio Abramo e Alberto Dines, ao mesmo tempo em que criará espaços permanentes para figuras conservadoras que integravam o regime, como o então ministro da justiça Jarbas Passarinho (Ribeiro *et al.*, 2024, p. 88-89).

Assim, com o fim da ditadura, assistiu-se, no Brasil, sucessivamente, à morte (coletiva) dos jornais alternativos que funcionavam como frentes jornalísticas; ao desinteresse ou incapacidade das forças políticas que passavam a protagonizar as lutas dos trabalhadores – em especial, o Partido dos Trabalhadores (PT) – de investir numa imprensa alternativa de massa como ferramenta de disputa de hegemonia (Gramsci, 2007); e à naturalização da grande imprensa empresarial como o espaço por excelência de informação e debate público. Como afirmamos em outra oportunidade,

foi, portanto, nesse terreno que os veículos da grande imprensa, que até pouco antes desempenhavam em bloco o papel de *braços da ditadura*, agora se legitimavam como *braços e pernas da democracia* (Guimarães, 2019, p. 410).

Como explicam Ribeiro *et al.*, as principais mudanças que ocorreram na imprensa naquela época foram “em grande medida capitaneadas pelas reformas da Folha de S. Paulo e engendradas pela ANJ [Associação Nacional de Jornais]”, a “principal entidade patronal do setor” (2024, p. 200). O país ainda vivia formalmente sob uma ditadura quando, em 1981, o jornal publicizou um documento intitulado ‘A Folha e alguns passos que é preciso dar’, inaugurando um processo profundo de transformações pelas quais o veículo – e boa parte da imprensa brasileira – passaria nos anos seguintes. “O objetivo de um jornal como a Folha é, antes de mais nada, oferecer três coisas ao seu público leitor: informação correta, interpretação competente sobre essa informação e pluralidade de opiniões sobre os fatos”, diz o início do texto (Folha, 1981).

Essa declaração de princípios abrirá caminho para o conhecido Projeto Folha, que a partir da metade dos anos 1980 se materializaria na ampla divulgação de um novo Projeto Editorial e na publicação,

inclusive comercial, de um ‘Manual de Redação’ que se tornaria referência para a prática de jornalismo no Brasil. Tratava-se, agora, de associar o jornal à imagem democrática, apoiando, inclusive, as lutas contra a ditadura empresarial-militar que já agonizava.

Essas mudanças não eram um caso isolado. Afinal, ainda que com papel diferente no jogo geopolítico em função da sua posição periférica no capitalismo mundial, também os embates e acomodações que se passavam no Brasil se davam no registro da Guerra Fria – e, nas Américas, terá papel relevante na propagação do modelo liberal de mídia, celebrado como mais adequado aos novos tempos democráticos, a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP, na sigla em espanhol), que, entre várias outras ações táticas, produziu e disseminou, principalmente na década de 1990, cursos e manuais de redação que tentavam padronizar e homogeneizar a prática jornalística entre os países do continente e do leste europeu. São vastas as referências desses materiais que estabelecem a relação entre o ‘bom jornalismo’ e a democracia, sempre numa contraposição à realidade dos países que compuseram o bloco soviético, e afirmam uma certa padronização de regras e princípios que valeriam para qualquer lugar do mundo em que figurasse uma ‘imprensa livre’ (Guimarães, 2015).

Se nesse processo a Folha conseguiu colar a sua imagem à abertura democrática, apesar de toda sua colaboração com o regime (Ribeiro *et al.*, 2024), percepção distinta acumularam, no mesmo período, a TV e o Grupo Globo. Ainda em 1982, a empresa foi acusada de participar de uma fraude nas eleições para governador do estado do Rio de Janeiro que, na contagem, transferia votos do candidato Leonel Brizola para o governista Moreira Franco, ou os transformava em votos nulos, no episódio que entrou para a história como o ‘Escândalo Proconsult’, em referência à empresa responsável pela totalização dos votos. Já no ano seguinte, tinha início no país o movimento que ficou conhecido como ‘Diretas Já’, que reivindicava eleições diretas para a presidência e foi estrategicamente pautado pelo Grupo Folha e ignorado pela cobertura jornalística da TV Globo. O ponto auge dessa opção político-editorial foi a forma como a emissora noticiou o comício das Diretas ocorrido na Praça da Sé, em São Paulo. Apesar da multidão que se reunia no local naquele janeiro de 1984 e que motivava uma ampla cobertura

ao vivo de outras emissoras de TV, a chamada do Jornal Nacional, o maior telejornal do país, esforçou-se por diluir a manifestação em meio a outras pautas: “*Festa em São Paulo. A cidade comemorou seus 430 anos com mais de 500 solenidades. A maior foi um comício na praça da Sé*”. O final dessa mesma década assistiria ainda a um importante – e dessa vez, exitoso – esforço de manipulação da Rede Globo em pleitos eleitorais: a edição de trechos do debate presidencial entre Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Melo em 1989, com um viés claramente favorável a este último, no noticiário do Jornal Hoje e do Jornal Nacional veiculados às vésperas da eleição.

O *modus operandi* dessas empresas foi se modificando ao longo do tempo, buscando se distanciar de manipulações grosseiras como essas e lançando mão de formas mais sutis de defender seus interesses por meio da linha editorial. “Houve, de fato, algo que se poderia considerar uma evolução” no comportamento dos meios empresariais brasileiros no sentido de se aproximar das “regras da democracia liberal”, “evitando um partidarismo excessivo no dia a dia da política” (Miguel, 2022, p. 141). Depois de relembrar as tentativas explícitas de interferência nas eleições de 1982 e 1989, o autor analisa que em 1994 a Globo “optou por fazer uma propaganda forte, mas apenas indireta, para Fernando Henrique Cardoso [que disputava contra Lula]” e, no momento da sua reeleição, quatro anos depois, “simplesmente apagou a campanha eleitoral de seus noticiários, assim como temas espinhosos para o governo, transformando o pleito em mero ritual de recondução do presidente”. Foi na eleição de 2022, em que Lula finalmente seria eleito, que na avaliação do autor “a Rede Globo deu o passo mais significativo rumo ao padrão de intervenção da mídia nos países capitalistas centrais” (Miguel, 2022, p. 141). E, numa análise que aponta uma mudança de estratégia muito relevante para o argumento deste trabalho, ele descreve:

Era nítida sua simpatia, tal como no restante da grande imprensa, pelo candidato José Serra, do PSDB. Mas, ao contrário do que ocorrera no pleito anterior, o Jornal Nacional deu amplo espaço à campanha eleitoral. Cronometrou o tempo destinado aos quatro principais candidatos, dando a

eles visibilidade similar. (...) Ainda que uma análise fina das reportagens possa demonstrar simpatias e antipatias, havia um esforço para ostentar imparcialidade. *A influência exercida pela emissora estava concentrada em extrair de todos os candidatos a garantia expressa de que a política econômica em vigor não seria alterada e os “contratos” seriam respeitados. (...) Em suma, mais do que garantir a vitória de Serra, o empenho era para disciplinar todos os candidatos competitivos, comprometendo-os com a defesa de determinados interesses básicos* (Miguel, 2022, p. 141-142, grifos nossos).

Essa estratégia permanece ativa até os dias de hoje. Mas essa aparente ‘evolução’ tática de intervenção política volta a sofrer um revés, principalmente a partir da crise que se intensifica em 2013, embora Miguel identifique mudanças num período ainda anterior.

As campanhas de 2006, 2010 e 2014 se deram numa crescente de engajamento eleitoral aberto dos meios. No processo, não só a Rede Globo, mas todos os principais veículos de comunicação brasileiros passaram a adotar um padrão menos cauteloso de envolvimento político. A Operação Lava Jato, deflagrada em 2014 com o propósito transparente de retirar o PT do governo, foi uma coprodução entre setores do aparelho repressivo do Estado e os conglomerados de mídia, interessados em construir o clima de opinião que impedisse a reeleição da presidente Dilma Rousseff e, uma vez que o objetivo não foi alcançado, que permitisse a sua derrubada. O golpe de 2016, que selou o fim da Nova República, ocorreu em meio ao clamor unânime dos grandes meios impressos e das redes de rádio e TV, que apresentavam a substituição da presidente e a criminalização do seu partido como indispensáveis à salvação do Brasil (Miguel, 2022, p. 142).

É igualmente relevante observar o comportamento da esquerda organizada da época em relação à comunicação. Como discutimos em outra oportunidade (Guimarães, 2019) – na contramão do grande investimento que o PCB, o Partido Comunista Brasileiro, fez em imprensa própria de massas nos anos 1940/1950, quando era a principal organização atuante da esquerda, e diferente também da forte atuação de várias forças políticas nas frentes jornalísticas que caracterizaram a

imprensa alternativa de combate à ditadura –, a esquerda que emergirá como representante e mobilizadora da classe trabalhadora no pós-redemocratização apostará na ocupação de brechas na grande imprensa empresarial. Vejamos, apenas a título de exemplo, a expectativa – que a História trataria de frustrar – verbalizada por um dos mais importantes marxistas do país, Leandro Konder, ex-PCB e futuro militante do PT, em 1984, durante um congresso da área de comunicação.

Os grandes jornais continuam, evidentemente, a depender do capital; e é lógico que quem paga a orquestra escolhe a música que quer ouvir. Mas os órgãos de imprensa também precisam competir uns com os outros, disputando o público leitor; eles não se deixam reduzir, afinal, a meros instrumentos do Estado e nem a meras agências de propaganda das empresas capitalistas. A dimensão de classe – que continua a existir na ação deles e é profunda – se combina, muitas vezes, com certa coragem informativa e com certa audácia crítica que podem criar problemas para os interesses cristalizados no poder (Konder, 1985, p. 135).

Eis, novamente, o fantasma da experiência estalinista – que em Portugal serviu de ferramenta para as forças políticas de direita e centro-esquerda que visavam direcionar a Revolução no sentido da democracia liberal europeia – inspirando, agora em terras brasileiras, a aposta estratégica da esquerda na potência da imprensa liberal.

3. Imprensa e os limites da democracia liberal em Portugal e Brasil hoje: diferenças e pontos de encontro

A experiência histórica do Brasil e outros países da América Latina na segunda metade do século XX e início do século XXI parece-nos suficientemente ilustrativa dos limites da associação ideologicamente construída entre imprensa e democracia. O apoio das empresas de comunicação à ditadura brasileira, assim como o seu comportamento mais recente, em meio à crise que levou ao *impeachment* de uma presidente, não foram fatos isolados: ao contrário, nosso argumento é que eles devem ser compreendidos como constituintes da própria ‘natureza’ da imprensa liberal, cujo funcionamento como instrumento da democracia (também liberal) depende de brechas para práticas

antidemocráticas, por mais contraditório que isso possa parecer⁸. Com uma elaboração que nos parece tocar em questões que atravessaram tanto a história do Brasil quanto a de Portugal aqui descritas, o melhor resumo dessa perspectiva vem da obra produzida pelo pesquisador Armand Mattelart na década de 1970, em que ele analisa sua própria experiência de construção de um projeto de comunicação popular no Chile, durante o governo de Salvador Allende:

Em um período de ruptura, quando a burguesia se dá conta de que a balança entre as classes não se inclina a seu favor, seu “instinto de preservação de classe” desempenha um papel predominante e não hesita em abandonar os princípios sagrados da sua própria legalidade e objetividade, transformando os meios massivos de comunicação em uma arma para recuperar seu poder perdido. É através de suas próprias ações que a classe dominante demonstra o absurdo de uma definição abstrata de “liberdade de imprensa e de expressão”, e prova que *toda definição de liberdade deve levar em conta as relações de força concretas que condicionam a aplicação desses princípios* (2010, p. 89, grifos e tradução nossos).

O que Mattelart nos apresenta é um caminho de análise sobre a imprensa que parte de uma afirmação *materialista e histórica*, recusando as abordagens *idealistas* que tendem a ‘congelar’ conceitos e concepções (como as de democracia liberal e de imprensa liberal), independentemente da forma como se realizam na vida social concreta. Isso significa que, de um lado, o debate crítico sobre a interrelação entre a imprensa e a democracia liberal não pode desconsiderar as contradições reais que atravessam as variadas experiências históricas vividas sob esse regime. Como pontua Luís Felipe Miguel:

Na ausência de um horizonte de transformação radical, a democracia aparece como o mecanismo capaz de dar voz aos dominados e lhes permitir alguma melhoria nas condições de vida,

⁸ Essas ‘brechas antidemocráticas’ da democracia liberal não se resumem à imprensa, como mostram os recentes episódios de *lawfare*, em que investigações e processos judiciais são tocados de forma a interferir no processo político. O exemplo mais emblemático foi a Operação Lava Jato, no Brasil, mas há quem identifique fenômenos semelhantes na Argentina e mesmo em Portugal, no caso recente em que o Primeiro-Ministro António Costa, do PS, renunciou ao cargo após seu nome ter sido citado de forma genérica numa investigação do Ministério Público.

isto é, capaz de alcançar uma acomodação menos desconfortável com as estruturas sociais vigentes. No entanto, *a defesa das virtudes de um determinado arranjo institucional – como a democracia liberal construída ao longo do século XX no mundo ocidental – em abstrato, desconectado das circunstâncias sociais e de correlação de forças, trai o abandono de qualquer perspectiva materialista da política* (2022, p. 282, grifos nossos).

De outro, significa também desnaturalizar o próprio discurso fundador da teoria liberal que “apresenta a si mesma como um terreno neutro de resolução de disputas, com ‘regras do jogo’ imparciais e instituições alheias às relações de dominação” (Miguel, 2022, p. 282).

No que diz respeito à comunicação, deriva desse caminho a importância de que o debate sobre o papel da imprensa, tanto hoje quanto no passado, problematize a concepção de ‘pluralidade’ que, junto com a objetividade e a busca da imparcialidade, ‘idealmente’ define a concepção e o papel do jornalismo nas democracias liberais, enfatizando sua diferenciação em relação à prática comunicacional de países autoritários. Mészáros nos ajuda nessa empreitada quando, abordando um escopo muito mais amplo do que o debate sobre a imprensa, refere-se ao “pluralismo” como parte fundamental da estratégia de “legitimação político-ideológica” da ordem nos processos de reconstrução que se seguem historicamente aos “intervalos totalitários” – como foram o golpe empresarial-militar brasileiro e a ditadura portuguesa. Numa elaboração que nos parece muito funcional ao debate sobre a imprensa que aqui travamos, de acordo com o autor, esse pluralismo (que talvez pudéssemos adjetivar como ‘capitalista’, para demarcar a oposição com o “pluralismo socialista” que Secco definiu como um dos caminhos em disputa na Revolução portuguesa) funciona como estratégia de sustentação de um consenso democrático que, no entanto, tem limites bem determinados, na medida em que precisa excluir “radicalmente a legitimidade de uma contestação feita do ponto de vista da classe hegemônica alternativa e estruturalmente subordinada” (Mészáros, 2007, p. 243).

Munidos com esse referencial teórico-conceitual é que propomos agora retomar o fio da história da imprensa portuguesa e brasileira do pós-democratização até hoje, período que expressa já a vitória da educação

do consenso (Gramsci, 2007) que, em ambos os países, se seguiu, seja à normalização democrática, seja à transição pactuada pelo alto. Vamos a ela.

Encerrada a Revolução, Portugal viverá, principalmente a partir dos anos 1980, também na imprensa, uma espécie de transição para um modelo, dito profissional e informativo, hegemonicamente reconhecido como a desejada expressão do jornalismo nas democracias liberais, como vimos. Sousa e Lima, por exemplo, classificam o momento da imprensa imediatamente pós-25 de abril até 1979 como de “disrupção revolucionária”, seguido pela fase de “liberalização”, até 1995, e, por fim, daí até os dias atuais, o período de “convergência e fusão” (2020, p. 184-187). Os nomes variam entre os autores, mas as características são relativamente comuns: desestatização, desregulamentação e concentração de propriedade, que se dá principalmente a partir da última década do século passado. Importa, portanto, notar como esse caminho de mudanças rumo a uma comunicação social ‘profissionalizada’ não alterou apenas a prática dos jornalistas já que, como alertam Hallin e Mancini, o modelo liberal de mídia, do qual a imprensa portuguesa se aproximava, é também “caracterizado por um domínio relativo dos mecanismos de mercado e dos *media* comerciais” (2010, p. 24-25).

Foi no contexto do ingresso, em 1986, de Portugal na Comunidade Econômica Europeia (CEE), que antecedeu a União Europeia (1993), que se deu a reprivatização de vários veículos que haviam sido estatizados no período da Revolução, seguida pela abertura do mercado à TV privada. Como explica Ribeiro: “Portugal começava gradualmente a embarcar no *modelo europeu* caracterizado pela liberalização, desregulação e marketização do sector dos *media*” (2019, p. 134, grifos nossos). É importante, portanto, notar como, embora ausente no momento revolucionário de luta pelos rumos que a sociedade portuguesa tomaria, agora, vencida aquela batalha, torna-se mais visível o quanto a mudança na organização econômica das empresas de mídia era parte integrante e indissociável do modelo das ‘democracias maduras’ europeias que, no contexto do PREC, foi reivindicado como o caminho capaz de afastar o país das experiências autoritárias que se expressariam também na imprensa. Não deixa de ser também relevante o fato de o primeiro canal televisivo privado de Portugal, a SIC, Sociedade Independente de Comunicação, ser propriedade do

mesmo Francisco Pinto Balsemão, algumas vezes aqui mencionado. Criador do jornal Expresso, associado à direita liberal ainda durante a ditadura⁹, no momento em que este texto foi escrito ele era presidente do Conselho de Administração da Impresa, o maior grupo empresarial de comunicação do país. Já o segundo canal privado de TV de Portugal, a TVI, inaugurado em 1993, teve à frente um conjunto de instituições ligadas à igreja católica – hoje é parte do grupo Media Capital, que está entre os três maiores do país no ramo da comunicação. E é no mínimo curioso – expressão do sucesso da empreitada ideológica no terreno da imprensa – que, apesar dessas vinculações explícitas, ambas carreguem no nome a palavra ‘independente’.

Com a abertura de mercados, veio a concentração de propriedade – agora no âmbito privado empresarial, embora muitas vezes vinculada aos mesmos grupos políticos que protagonizaram outros momentos da história de Portugal, desde a ditadura. Hoje, além da TV pública, a RTP, poucos grandes grupos econômicos¹⁰ detêm os principais meios de comunicação do país, com uma extensa lista de casos de propriedade cruzada. “Os meios mais poderosos estão estritamente controlados por empresas poderosas” (Louçã *et al.*, 2014, p. 357).

Hoje nenhum dos veículos de comunicação hegemônicos em Portugal tem relações diretas, muito menos de propriedade, com partidos ou movimentos sociais localizados à esquerda no espectro político, embora seja comum a presença de parlamentares e lideranças de alguns desses partidos como colunistas e comentadores de órgãos de comunicação social massivos. Também no cenário da imprensa alternativa não se identificam veículos de movimentos sociais ou frentes jornalísticas que tenham alcançado um perfil massivo, embora existam iniciativas jornalísticas voltadas para o público em geral vinculadas a partidos políticos, como o Portal Esquerda.Net, de propriedade do Bloco de Esquerda, e o Abril Abril, cuja mantenedora é uma associação civil presidida por militantes do PCP. Assim, se é verdade que o pluralismo interno a cada veículo (Hallin e Mancini, 2010) é maior em

⁹ Balsemão foi deputado da chamada ‘Ala Liberal’ do partido único nos anos de 1969 e 1973.

¹⁰ Os principais são: Cofina Media, Global Media, Sonaecom, Impresa, Media Capital, Renascença Multimédia e Observador. Ver <https://clubedeimprensa.pt/aconteceu/conosco/saiba-quem-sao-os-donos-dos-grupos-de-media-portugueses/>.

Portugal do que no Brasil e possivelmente em outros países europeus, o pluralismo externo – aquele que se construiria a partir da variedade de veículos com linhas editoriais distintas numa dada sociedade – só não está circunscrito ao limite empresarial pela existência da RTP, embora as condições financeiras da emissora e o próprio modelo de jornalismo hegemônico não permitam tanta variação assim.

Já no Brasil, onde as relações econômicas burguesas não chegaram acompanhadas de uma ‘revolução’ política liberal, o início do processo de empresariamento da comunicação remete ainda aos anos 1950, embora tenha ganhado um forte impulso no período da ditadura. Mesmo o uso da televisão como estratégia de promoção de projetos e interesses governamentais – como a defesa da colonização dos países africanos pela ditadura salazarista em Portugal e o discurso da integração nacional no Brasil –, por lá se fez por meio de um canal público, a RTP, enquanto aqui ficou a cargo da TV Globo, privada, com vasto apoio do Estado¹¹. E esse não foi um fenômeno restrito à TV. “(...) o Grupo Folha participou ativamente do processo de concentração das empresas jornalísticas ocorrido no país nos anos 1960 e 1970” (2024, p. 207), exemplificam Ribeiro *et al.*, caracterizando esse processo como uma verdadeira “reconfiguração do mercado” nessa área e destacando uma “consequência importante”, fundamental para a argumentação deste trabalho:

até a primeira metade dos anos 1960 havia em São Paulo, assim como em outras capitais do país, jornais com posições editoriais diversas. O matiz político e ideológico era, inclusive, um fator importante na construção da identidade dos diários e na segmentação do público leitor. Mas com a concentração os jornais perderam essa característica (...). *O pluralismo político praticamente desapareceu da imprensa diária. Imperativos mercadológicos e tecnocráticos – baseados num ideal de profissionalismo supostamente objetivo e imparcial – se impuseram como uma deontologia dominante no jornalismo* (2024, p. 207-208, grifos nossos).

Os dados mais completos sobre a concentração da comunicação no país hoje são de uma pesquisa de 2017, intitulada “Quem controla a

¹¹ É do período da ditadura a criação das TVs Educativas do Rio de Janeiro e Maranhão, públicas, mas nunca houve incentivo à sua massificação.

mídia no Brasil?”. Os 50 veículos ou redes de comunicação analisados pelo estudo – selecionados pelo grau de audiência e capacidade de influência – são propriedade de 26 grupos econômicos, mas mais da metade deles estão concentrados em cinco empresas: nove pertencem ao Grupo Globo, cinco ao Bandeirantes, quatro ao Grupo Record e à Igreja Universal do Reino de Deus, que têm o mesmo dono, quatro da RBS e três do Grupo Folha (Intervozes, 2019). Dos 12 países estudados, o Brasil apresentou a maior grau de concentração de mídia e os maiores indicadores de risco à pluralidade. A pesquisa mostrou que as quatro maiores redes de TV – Globo, SBT, Record e Band – concentravam 71% da audiência do país e os quatro maiores grupos do setor eram responsáveis por 50% do público dos jornais. Considerando-se todas as mídias, “o Grupo Globo alcança sozinho uma audiência maior que a soma dos quatro grupos brasileiros que disputam público e mercado com ele” (Pasti, 2023, p. 37).

190

Tal como em Portugal (Louçã *et al.*, 2014, p. 357), o debate sobre a concentração de propriedade tem sido historicamente interdito no Brasil mas o cenário piora com o fato de que, ao contrário de Portugal, o Brasil jamais conseguiu implementar uma entidade reguladora para o setor e qualquer proposta nesse sentido é rapidamente caracterizada como expressão de intuítos autoritários¹².

Fora do âmbito empresarial, o país conta, desde 2007, com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), pública, resultado da fusão da Radiobrás com a Fundação Roquete Pinto. Sua principal emissora é a TV Brasil que, no entanto, “nunca chegou a ser uma emissora nacional de fato, concorrente real das grandes emissoras comerciais” (Leal Filho, 2018, p. 29), muito distante, portanto, do impacto que a RTP tem em Portugal. No terreno da comunicação alternativa, embora o Brasil conte com uma ampla e crescente rede de iniciativas, desse universo constam muitas experiências comunitárias e populares, que têm grande relevância local mas sem capacidade e pretensão de disputar narrativas e hegemonia em âmbito nacional; e empreendimentos ‘independentes’, que se constituem como empresas

¹² Ver, por exemplo: <https://oglobo.globo.com/opiniao/ha-regulacao-da-midia-regulacao-da-midia-8041002> e <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/globo-usa-novela-para-desinformar-sobre-regulacao-da-midia/>. Acesso em: 02 nov. 2025.

privadas, mas fora do registro da grande imprensa empresarial e variam entre o reconhecimento de um claro posicionamento à esquerda ou a proposta de fazer um jornalismo mais investigativo do que o que consideram estar sendo feito pela mídia hegemônica. Entre uma e outra, sobrevivem ainda experiências que orbitam em torno de pautas e, principalmente, governos de esquerda (em especial, o PT), em geral com perfil mais opinativo e pouca capacidade de apuração. A maior parte dessas iniciativas voltadas para o público em geral se desenvolvem na internet, com investimento crescente na atuação pelas redes sociais, sem conseguirem sequer se aproximar da ‘audiência’ dos maiores grupos empresariais de comunicação, sobretudo aqueles que possuem emissoras de TV. E, mesmo que metade da população brasileira se informe principalmente pela internet, segundo o *Digital News Report* de 2024 (Newman *et al.*, 2024), não se identificam no país veículos alternativos que, do ponto de vista quantitativo, hoje disputem espaço com os meios empresariais massivos, embora em alguns (raros) momentos, eles tenham conseguido pautar a mídia hegemônica, a exemplo da série de reportagens que denunciavam as irregularidades da Operação Lava Jato feita pelo *Intercept* Brasil. Como se não bastasse, no contexto atual, no ambiente das redes sociais essas iniciativas precisam também disputar espaço com os canais associados à extrema direita. O único partido político de esquerda a manter veículos jornalísticos de informação geral e âmbito nacional voltados para o público mais amplo é o PCdoB (Partido Comunista do Brasil), que edita o Portal Vermelho – outras siglas, como o PCB e o Psol e mesmo algumas tendências do PT, têm iniciativas comunicacionais voltadas principalmente para os próprios militantes. Mais recentemente, o PT criou canais informativos de notícias gerais focadas principalmente nos feitos do governo federal, com conteúdos veiculados nas redes sociais. Desde o pós-redemocratização, provavelmente a principal tentativa de construção de uma frente jornalística de esquerda que disputasse as concepções de mundo e sociedade no Brasil foi o jornal Brasil de Fato, criado em 2003 como veículo impresso, transformado em 2015 numa versão *on line*. Tem como principal responsável financeiro e editorial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Embora tenha chegado a ser vendido em bancas de jornais, nunca alcançou

um público massivo nem disputou espaço com a grande imprensa. Outra iniciativa que merece ser mencionada pelo ineditismo do meio é a TVT, a TV dos Trabalhadores, mantida pelos sindicatos dos Metalúrgicos do ABC e dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região, que, por sua vez, compõem a direção nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Tendo conquistado a outorga em 2010, a emissora tornou-se mais conhecida em 2018, quando fez transmissão exclusiva dos momentos anteriores à prisão de Lula (que estava na sede do Sindicato dos Metalúrgicos), mas nem de longe se aproxima da audiência das emissoras comerciais. Enfim, como resume e ilustra Miguel:

É importante observar aqui que os meios de comunicação produzem o ambiente público de discussão política na medida em que funcionam como um sistema integrado dentro do qual a agenda (os temas colocados para debate), as personagens (os atores sociais dignos de atenção) e o enquadramento (o balizamento da compreensão de cada problema) de cada veículo são confirmados por todos os outros. Dito de outra forma: o pequeno pluralismo proporcionado, no caso brasileiro, pela presença de certas publicações alinhadas às políticas do Partido dos Trabalhadores e de outras, ainda menores e menos numerosas, posicionadas à esquerda do PT, é anulado por sua exclusão do sistema. Os grandes veículos, como Veja, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e as redes de televisão, repercutem uns aos outros, gerando uma pauta comum, mas as reportagens publicadas na Carta Capital ou no Brasil de Fato são sistematicamente ignoradas por eles (2022, p. 140).

A partir desse breve panorama dos dois países, tentemos, por fim, dialogar com as hipóteses específicas anunciadas na introdução deste texto, buscando uma síntese dos aspectos que distinguem e aproximam o cenário da imprensa em Brasil e Portugal, sempre considerando as temporalidades e intensidades distintas e as particularidades nacionais. Herança de uma democracia conquistada num processo revolucionário com projetos em disputa, é inescapável apontar algumas características que diferenciam positivamente a mídia portuguesa não apenas da brasileira como de outras experiências europeias. Entre elas, destaca-

se, sobretudo, a criação da Entidade Reguladora da Comunicação que, mesmo nos limites da concepção liberal, representa um esforço de garantir, pelo menos formalmente, algum tipo de paridade entre as forças políticas com representação no parlamento, principalmente em momentos eleitorais. A esse aspecto legal soma-se a observação de um certo ‘caldo de cultura’, em que o tema da comunicação social adquiriu maior importância no imaginário social, tornando-se, ela própria, pauta presente no debate público sobre o funcionamento da democracia¹³. Não por acaso, em meio a uma crise contemporânea global da imprensa tradicional, comparativamente, a comunicação social portuguesa alcança indicadores quantitativos de confiança da população mais animadores do que a média, embora esses números estejam em declínio ao longo dos anos. Segundo o *Digital News Report* 2024, Portugal é o 6º país em que a população mais confia nas notícias (56%), num *ranking* de 47 (Newman *et al.*, 2024).

Por outro lado, esse mesmo retrato que aqui tentamos traçar permite identificar, ora já como realidade concreta, ora como tendência relevante, um conjunto de características que hoje mais assemelham do que diferem os meios massivos de comunicação de Brasil e Portugal. Vejamos: a) empresariamento da comunicação social, acompanhado e legitimado por uma concepção de liberdade de expressão que valoriza a autonomia política (em relação a governos) sem problematizar a dependência econômica (em relação aos interesses empresariais); b) crescente concentração da propriedade dos meios de comunicação em conglomerados empresariais, que se dá em paralelo à permanência de figuras públicas e grupos econômicos que participaram ativamente da disputa pelos rumos de ambos os países durante seus respectivos processos de transição à democracia; c) esvaziamento da atuação de frentes jornalísticas, partidos e movimentos sociais de esquerda na condução de experiências de imprensa massiva, limitadas, de um lado, pelo empresariamento do setor e, por outro, pela concepção de objetividade que subjaz ao processo de profissionalização próprio do modelo liberal de mídia (Hallin e Mancini, 2010) que ambos os países

¹³ Um exemplo recente foi não apenas a cobertura como o amplo debate entre comentaristas motivados pela greve geral de jornalistas ocorrida em 14 de março de 2024.

perseguiram; d) homogeneização das pautas e abordagens jornalísticas, com efeitos negativos sobre o pluralismo (tanto interno quanto externo) que integra a promessa da imprensa (e da democracia) liberal. A essa lista, devem-se acrescentar outros elementos, que não fizeram parte do breve panorama histórico apresentado até aqui exatamente porque constituem a ‘novidade’ do cenário contemporâneo ao qual toda a trajetória percorrida por este trabalho pretende voltar e responder, em especial: e) a crise de legitimidade e credibilidade da imprensa tradicional, que está no centro do debate sobre o ambiente de desinformação e o crescimento da extrema direita mundial.

4. Considerações Finais

A referência de Mészáros aos “intervalos totalitários” (2007, p. 243) no debate crítico sobre a pluralidade que esboçamos no tópico anterior deve nos servir como ferramenta para problematizar a ideia – consolidada num certo imaginário social – de que a história se desenvolve como uma ‘evolução’ das práticas – seja em relação à democracia em geral, seja no que diz respeito ao jornalismo, alimentando um discurso segundo o qual a imprensa liberal moderna seria o auge dessa caminhada. Importa, portanto, pontuar que a sobrevivência (e a resistência) dessa imagem ideologicamente construída da imprensa e da democracia liberal se deve, sobretudo, à garantia do funcionamento das suas instâncias em períodos não totalitários, quando estão em vigor, produzindo a sensação de normalidade, as regras da democracia representativa que garantem procedimentos básicos, como a realização de eleições, e a aplicação das normas do bom jornalismo, que, por exemplo, dentro de limites bem demarcados, tentam simular pluralismos e evitar parcialidades explícitas.

Embora nem Brasil nem Portugal vivam hoje períodos que possam ser considerados como “intervalos totalitários”, parece clara a existência de uma crise que atravessa diferentes aspectos do funcionamento das democracias, cada qual com suas particularidades e aspectos comuns. É nesse ponto que Mattelart novamente nos socorre ao alertar que “além dos momentos quentes das revoluções e os momentos frios dos fascismos e ditaduras”, existem outros períodos “em que as estruturas

de dominação se manifestam claramente”: “São os períodos de crise econômica” (2010, p. 27).

Trate-se apenas da expressão das crises cíclicas do capital ou de uma nova etapa de uma crise estrutural (Mészáros, 2002), não parece haver muita dúvida sobre o papel da crise econômica cujos efeitos se arrastam desde 2008 como um dos motores do movimento global de ascensão da extrema direita, embora seja relevante atentar para os autores que enfocam a articulação de problemas em vários aspectos da vida social, configurando o que Fraser, por exemplo, caracteriza como uma “crise geral” ou, em termos gramscianos, uma “crise de hegemonia” (2020, p. 34).

Enfrentamos hoje uma crise da democracia. Isso é indiscutível. O que é menos compreendido, no entanto, é que essa crise não é isolada e suas fontes não estão exclusivamente no campo político. Na contramão do senso comum tradicional, não é possível superá-la restaurando a civilidade, cultivando o bipartidarismo, opondo o tribalismo ou defendendo um discurso fundamentado em fatos e guiado pela verdade. E ao contrário do que prega a teoria democrática recente, essa crise também não pode ser resolvida com uma reforma do campo político – ou seja, fortalecendo o “ethos democrático”, reativando “o poder constituinte”, desencadeando a força do “agonismo” ou promovendo “iterações democráticas”. Todas essas propostas são influenciadas por um erro que chamo de “politicismo” (Fraser, 2024, p. 173).

Esse parece ser precisamente o ponto em que, na imprensa e para além dela, realidades distintas como a de Brasil e Portugal cada vez mais arriscam se encontrar. Ultrapassa os limites deste texto analisar as semelhanças e diferenças do processo de ascensão da extrema direita, que governou durante quatro anos o Brasil e teve sua bancada parlamentar ampliada para 60 deputados nas últimas eleições nacionais em Portugal. Já em relação à comunicação, parece possível um esforço de representar de forma imagética o argumento desenvolvido nesta análise comparativa: é como se a mídia brasileira – economicamente concentrada e politicamente desregulada, como parte do desenvolvimento dependente e autocrático de um país de capitalismo tardio da periferia do mundo – tivesse arriscado dar passos

no sentido das democracias liberais, oscilando entre os esperados recuos que funcionam como reação às sucessivas ameaças à hegemonia vigente, enquanto a mídia portuguesa – institucionalmente regulada e mais diversa, moldada no formato das democracias liberais do centro do capitalismo e temperada com as conquistas de uma Revolução social – se dirigisse no sentido da concentração econômica, da mercantilização crescente da informação e da precarização do trabalho jornalístico que lhe garantiria como suporte da democracia alcançada. Nesse duplo trajeto, mesmo sem se igualarem, ambas tendem cada vez mais a se esbarrar no meio do caminho.

E nesse meio do caminho, o que se encontra é precisamente o momento de crise de legitimidade, credibilidade e viabilidade da comunicação social ‘clássica’ diante de um novo ambiente informacional promovido pelas plataformas digitais – que, diferente do que havíamos experimentado até agora, não simula a falsa objetividade, a falsa neutralidade e a falsa universalidade que foram condição histórica da existência da imprensa liberal. Ao contrário: trata-se de um ambiente que aposta na parcialidade radical, num engajamento de oposição e conflito e numa polarização discursiva que, agora sem o lastro social das lutas de uma esquerda que foi crescentemente esvaziada e indiferenciada, inclusive nas suas formas de comunicação, tem sido facilmente instrumentalizada pela extrema direita. Como parte da mesma tragédia, a história tem mostrado a validade, também para o campo da comunicação, do alerta de Luís Felipe Miguel segundo o qual “o que parece restar à esquerda é pouco atraente: a ingrata tarefa de ser a guardiã de um arranjo institucional em grave crise, que encontra entraves para realizar suas potencialidades e vê seus limites se tornarem cada vez mais patentes” (2022, p. 285).

Pela perspectiva deste trabalho, é na análise dessa correlação de forças e das opções estratégicas que nos levaram a ela – mais do que na mera constatação dos fenômenos novos que marcam a sociedade atual, como as redes sociais, a desinformação e o fortalecimento da extrema direita – que reside o cerne do dilema contemporâneo. E é dessa constatação que resulta a relevância – metodológica e política – de se revisitar e *reinterpretar* o passado a partir das questões concretamente postas pelo tempo presente, num esforço de identificar caminhos que passem pela relação dialética entre rupturas e continuidades que é

própria da vida social. Se as questões que o presente nos traz são nada menos do que sintomas de uma verdadeira crise de hegemonia, como vimos, é urgente se interrogar se será ainda possível (na imprensa e para além dela) “sonhar com o restabelecimento do modelo liberal-democrático hoje em declínio ou [se], ao contrário, é necessário projetar uma institucionalidade democrática de novo tipo” (Miguel, 2022, p. 50). Mas é igualmente importante perceber que, por estranho que possa parecer, em meio ao nevoeiro ideológico que por décadas naturalizou e limitou nossa concepção de democracia e de imprensa à sua forma liberal-burguesa, essa pergunta não é propriamente inédita: foi muitas vezes repetida, mais como ação prática do que como discurso, nas lutas que, ao longo da História, ousaram defender um conceito de liberdade indissociável da promoção da igualdade. E entre essas lutas, não custa lembrar, estão aquelas travadas por parte dos que combateram a ditadura empresarial-militar brasileira e que promoveram a Revolução de Abril.

Referências Bibliográficas

FIGUEIRA, J. **Os jornais como actores políticos: o Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2005.

FIGUEIRA, J. Uma releitura histórica do jornalismo de compromisso político de José Saramago. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 17, n. 31, 2019. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/562>. Acesso em: 24 fev. 2025.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Projeto Folha.** São Paulo: 1984. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_projeto_intruducac.htm. Acesso em: 12 jan. 2025.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo.** Teoria e História. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/o-brasil-e-o-capital-imperialismo-teoria-e-historia>. Acesso em: 2 fev. 2025.

FRASER, N. **Canibalismo canibal.** São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

FRASER, N. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

GOMES, P. M. **Os saneamentos políticos no Diário de Notícias: Verão quente de 1975**. Lisboa: Aletheia, 2014.

GOMES, P. M. **Jornais, jornalistas e poder: a imprensa que nasce na Revolução e as lutas políticas de 1975**. Tese de Doutorado. Lisboa. Universidade Nova de Lisboa, 2018.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, C. C. **Jornalismo e luta de classes: Desvendando a ideologia do modelo informativo na busca da contra-hegemonia**. Tese de Doutorado. Escola de Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

GUIMARÃES, C. C. “Sobre disputa de hegemonia: imprensa e luta de classes na Estratégia Democrático-Popular”. In: IASI, M.; FIGUEIREDO, I.; NEVES, V. **A Estratégia Democrático-Popular: um inventário crítico**. Marília: Editora Lutas Anticapital, 2019. p. 405-430.

HALLIN, D. C. & MANCINI, P. **Sistemas de media: Estudo comparativo**. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

INTERVOZES. **Monitoramento da propriedade da mídia (MOM-Brasil)**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://quemcontrolaamidia.org.br>. Acesso em: 23 nov. 2024.

KONDER, L. “Os intelectuais”. In: MELO, J. M. de. **Comunicação e transição democrática**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Edusp, 2003.

LEAL, L. “Comunicação Pública”. In: ALVES, G.; NASSIF, M. N.; ROSÁRIO, M.; RAMOS FILHO, W. **Enciclopédia do golpe: o papel da mídia** (vol. 2). Bauru/SP: Clacso, 2018.

LIMA, V. A. de. **Liberdade de expressão X liberdade de imprensa: direito à comunicação e democracia**. São Paulo: Publisher, 2010.

LOFF, M. “A Revolução do 11 de Março ao 25 de Novembro de 1975: impulso, auge e refluxo”. In: ROSAS, F. (coord.). **Revolução Portuguesa 1974-1975**. Lisboa: Tinta da China, 2024.

LOUÇÃ, F.; LOPES, J. T.; COSTA, J. **Os burgueses: quem são, como vivem, como mandam**. Lisboa: Bertrand, 2014.

MARX, K. e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, K. e ENGELS, F. “Introdução à crítica da economia política”. In: **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATTELART, A. **Para uma análise de classe de la comunicación**. Introducción à Comunicación y lucha de classes, vol. 1. Buenos Aires: Cooperativa El Río Suena, 2010.

MESQUITA, M. O corte revolucionário nos media e o “efeito de atraso” nas teorias da comunicação. **Media & Jornalismo**, 19(35), 15-22, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_1. Acesso em: 13 abr. 2024

MESQUITA, M. **25 de abril**: a transformação nos “media”. Lisboa: Tinta da China, 2024.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MIGUEL, L. F. **Democracia na periferia capitalista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

NEWMAN, N.; FLETCHER, R.; ROBERTSON, C.T.; ARGUEDA, A. R.; NIELSEN, R. **Digital News Report 2024**. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2024>. Acesso em: 02 nov. 2025.

PASTI, A. “Vozes concentradas: propriedade e consumo de mídia no território brasileiro”. In: BANDEIRA, O.; MENDES, G.; PASTI, A. **Quem controla a mídia?** Dos velhos oligopólios aos oligopólios digitais. São Paulo: Veneta, Coletivo Intervozes, 2023.

REZOLA, M. N. Romper com o passado: a Revolução nos Média (Portugal, 1974-1975). **Media & Jornalismo**, vol. 19(35), p. 242-262, 2019.

RIBEIRO, N. “As elites econômicas e políticas e os meios de comunicação: uma resenha história sobre os grupos de media em Portugal no século XX”. In: CABRERA, A.; SANTOS, C. A.; FIGUEIRAS, R. (Eds). **Media: poder**,

representação e epistemologias. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. p. 141-158.

RIBEIRO, A. G.; ROMANELLI, A.; BONSANTO, A.; DAEMON, F.; ROUCHOU, J.; PEDRETTI, L. **A serviço da repressão**: Grupo Folha e violações de direitos na ditadura. Rio de Janeiro: Mórula, 2024.

SÁNCHEZ, A. M. “Entre solidariedade e realpolitik. A social-democracia alemã e o socialismo português da ditadura à democracia”. In: MARQUES, F. P. **O socialismo e o PS em Portugal**. Lisboa: Âncora, 2017. p. 93-145.

SECCO, L. **25 de abril de 1974 – A Revolução dos Cravos**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2005.

SOUSA, J. P., LIMA, H. História do jornalismo em Portugal: proposta de periodização. **Revista Brasileira de História da Mídia**. São Paulo, v. 9, n. 2, p. 171-190, 2020.

"JOGAR MERDA
NO VENTILADOR":
DESINFORMAÇÃO E
ALIENAÇÃO NO PROCESSO
DE DEGRADAÇÃO
NEOLIBERAL DA
DEMOCRACIA

“JOGAR MERDA NO VENTILADOR”: DESINFORMAÇÃO E ALIENAÇÃO NO PROCESSO DE DEGRADAÇÃO NEOLIBERAL DA DEMOCRACIA

Sylvia Debossan Moretzsohn

O debate público sobre desinformação tem se concentrado no papel das plataformas digitais e seu uso por governos autocráticos e ditatoriais e por forças políticas de extrema direita, autoproclamadas ‘antissistema’, empenhadas em excitar os instintos humanos mais primitivos para destruir a ordem democrática ali onde ela ainda se mantém, precariamente ou com aparente solidez. Já se tornou lugar-comum dizer-se que a disseminação de falsidades acompanha a história da humanidade – a rigor, é inerente à política, como observou Hannah Arendt (1992, p. 283) logo na abertura de seu famoso ensaio sobre o tema¹, o que torna no mínimo ingênuos os apelos à ‘transparência’ nesse campo – e que o que há de radical e qualitativamente novo agora são a estrutura e a escala da

¹ Arendt (1992, p. 283) começa assim seu ensaio sobre Verdade e Política: “O tema destas reflexões é um lugar-comum. Jamais alguém pôs em dúvida que verdade e política não se dão muito bem uma com a outra, e até hoje ninguém, que eu saiba, incluiu entre as virtudes políticas a sinceridade”.

produção, circulação e consumo dessas mensagens. Não só isso, mas a tranquilidade e a desfaçatez com que se mente².

É verdade. Mas nada irrompe assim, de uma hora para outra, e, se quisermos entender como chegamos até aqui, precisamos buscar as origens desse processo. A mais recente remete à virada do século, na esteira do avanço do neoliberalismo e das mudanças geopolíticas com o fim da URSS, quando se começou a exaltar a internet como tecnologia libertária. Outra, mais antiga, implica uma abordagem mais abrangente que nos levaria a associar a desinformação ao ritmo cada vez mais veloz de produção industrial de notícias, acompanhando a tendência à ‘aceleração do tempo’, própria do capital.

Essa perspectiva nos leva a perceber a desinformação não como um fenômeno, mas como um processo, que veio resultar no caos atual. Permite-nos também vislumbrar como o desenvolvimento da tecnologia digital, com o investimento desregrado na chamada inteligência artificial generativa, nos conduz a um nível de alienação inédito e muito preocupante.

A análise proposta aqui não se detém nas particularidades dos casos brasileiro e português, mas é importante assinalar as distinções do processo de desinformação em ambos os países: no Brasil, foi e continua a ser muito mais evidente e grave, com um longo desenvolvimento que implica a atuação da imprensa desde o chamado Mensalão, em 2005, e a alimentação do antipetismo, intensificada durante o período da Operação Lava Jato, iniciada em 2014, e no processo de derrubada da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Os desdobramentos desse processo levaram à normalização da candidatura de Jair Bolsonaro³, apesar de seu comportamento ao longo de sucessivos mandatos e da homenagem a um torturador em sua declaração de voto pelo *impeachment*. A campanha de 2018, o exercício do mandato e a reação ao fracasso na disputa pela reeleição, em 2022, foram marcados pela intensa propagação de mentiras através de plataformas digitais,

² No mesmo ensaio, Arendt relata uma conversa entre Clemenceau e um representante da República de Weimar a respeito das futuras interpretações sobre a Grande Guerra (a Primeira Guerra Mundial): tudo poderia ser dito, menos que a Bélgica invadiu a Alemanha. Bons tempos.

³ O título do editorial d'O Estado de S. Paulo, “Uma escolha muito difícil”, no dia seguinte ao primeiro turno da eleição de 2018, que definia a oposição entre “o truculento apologista da ditadura militar” e o “esquerdista (...) preposto de um presidiário”, tornou-se uma síntese do comportamento da imprensa hegemônica naquele período.

culminando na articulação de uma rede de desinformação internacional para a, afinal frustrada, tentativa de golpe de Estado⁴.

Em Portugal, a preocupação com a desinformação é aparentemente mais recente, como assinalou Paulo Pena (2019), mas isso provavelmente resulta de um equívoco que será demonstrado adiante: pensar a desinformação como campanhas promovidas sistematicamente pelas mídias sociais, sem considerar a que resulta da atuação da mídia tradicional, decorrente da naturalização da ideologia que define a linha editorial. Nesse sentido, um dos melhores exemplos de disseminação de notícia falsa no país ocorreu em 2005 – bem antes, portanto, da popularização das redes sociais –, com a notícia automática e acrítica, veiculada pelos canais de TV e em seguida pelos jornais, de um inexistente arrastão na praia de Carcavelos⁵, o que inflamou discursos de políticos por mais segurança e impulsionou uma manifestação racista e xenófoba de extrema direita (Era uma vez..., 2005). O que, na época, era embrionário tornou-se uma força expressiva a partir de 2019, com a eleição do primeiro deputado do principal e então recém-criado partido dessa linha ideológica, que aumentou seguidamente sua representação até se tornar, em 2025, a segunda força no Parlamento

⁴ Durante a campanha de Bolsonaro, algumas das acusações falsas mais marcantes disseminadas contra seu adversário foram as de que o PT distribuiria mamadeiras com o bico no formato de um pênis (as famosas ‘mamadeiras de piroca’) em creches e, em escolas, adotaria o ‘*kit gay*’, na verdade um material destinado a professores para orientá-los na educação contra a homofobia (<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2021/10/28/e-fake-que-pt-distribuiu-mamadeiras-eroticas-para-criancas-em-creches-pelo-pais.ghtml>). Em seu mandato, além do comportamento hostil à imprensa, confinada no ‘cercadinho’ numa área externa do Palácio do Planalto e sistematicamente ofendida, o presidente se notabilizou pela conduta negacionista em relação à pandemia de covid-19, que ridicularizava chamando-a de “gripezinha”, e investiu na divulgação de medicação comprovadamente ineficaz (<https://www.conectas.org/publicacao/boletim-direitos-na-pandemia-no-10/>). Além disso, insistiu em denúncias infundadas sobre a possibilidade de fraude nas urnas eletrônicas, estimulando seus apoiadores a contestar o resultado da eleição de 2022, numa mobilização que terminou na depredação da Praça dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023. Um dos instrumentos para essa mobilização foi a divulgação de um vídeo do site argentino *Derecha Diario*, de Fernando Cerimedo, intitulado “*Brazil was stolen*”. Reportagem da Agência Pública expôs a articulação internacional para essa tentativa de golpe no Brasil (<https://apublica.org/2023/08/como-uma-rede-internacional-de-desinformadores-ajudou-a-tentativa-de-golpe-no-brasil/>).

⁵ O arrastão-que-não-houve, o ‘crime que nunca existiu’, ocorreu em 10 de junho de 2005, início de férias escolares e feriado nacional em Portugal. Um “número anormal de pessoas da raça negra”, como referiu o Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, reuniu-se na praia e chamou a atenção do dono de um bar, que fez fotos e alertou a polícia. Quando a polícia chegou, começou a correria. As imagens sugeriam um arrastão, mas de fato as pessoas (negras) fugiam levando seus próprios pertences.

português⁶. Estudos que não vinculam campanhas de desinformação, ainda pontuais no país⁷, a esse súbito crescimento da extrema direita tendem a desprezar as distorções produzidas cotidianamente pelos meios de comunicação tradicionais (por exemplo, Magallón-Rosa e Paisana, 2024), o que dá margem à apaziguadora conclusão de que Portugal *ainda* (grifo meu) não é muito polarizado⁸. Já outros estudos, como o do Barômetro da Imigração, consideram que a mídia é corresponsável pela má imagem dos imigrantes em Portugal (Lusa, 2025)⁹, fomentando a xenofobia que, com a corrupção, forma o par perfeito do discurso da extrema direita mundial.

⁶ Criado em 2019, o Chega já elegeu seu líder naquele mesmo ano. Nas eleições antecipadas de 2022, aumentou seu número de representantes para 12; dois anos depois, para 50 e, em 2025, conquistou 60 cadeiras, ficando à frente do PS, o Partido Socialista.

⁷ Talvez nem tanto. Em maio de 2025, o relatório “Vozes falsas, votos reais: Como perfis falsos estão a influenciar as eleições de 2025 em Portugal”, produzido pela empresa Cyabra para a CNN Portugal e a TVI, mostrou que 58% dos perfis que comentaram na conta oficial do Chega no X eram falsos e serviam para ampliar o alcance de comentários favoráveis ao partido. Em contrapartida, nas contas oficiais do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, cerca de 49% dos perfis que comentavam eram falsos e dedicavam-se a desacreditar esses partidos (Guerreiro, 2025).

⁸ Seria este o mais recente exemplo do ‘sonambulismo’ que Clark (2012) definiu como característica do contexto que levou à eclosão da Primeira Guerra Mundial. O jornalista Miguel Carvalho (2025), autor de uma investigação de seis anos sobre o Chega, corrobora essa referência ao reiterar que “estávamos a dormir”, em várias entrevistas na esteira do sucesso de seu livro. Numa delas (in Filipe, 2025, s.p.), afirma: “Achámos, de uma forma geral, que isto nunca nos aconteceria. O próprio António Guterres [secretário-geral da ONU] tinha dito, uns anos antes da eleição de André Ventura, que o populismo nunca venceria em Portugal, porque tínhamos uma tradição imune a isso. Cá estamos”. Sobre sua insistência em investigar o Chega, disse: “Levei muito nas orelhas, não só de colegas, mas de pessoas que acompanham a realidade política, que diziam, ‘estás tolo, daqui a uns meses a malta vai perceber que isto não faz sentido nenhum e acaba já ao virar da esquina’. Viu-se”.

⁹ Os autores desse inquérito, realizado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos e apresentado em dezembro de 2024, manifestaram-se nessa reportagem sobre o conflito ocorrido quase um mês após uma operação policial na Rua do Benfornoso, que termina no Largo Martim Moniz, em Lisboa, e concentra imigrantes provenientes principalmente de Bangladesh. A operação, que obrigou as pessoas a enfileirarem-se contra a parede para serem revistas, provocou muitos protestos e alimentou o noticiário nas semanas seguintes. Mas “a ‘rixa no Martim Moniz’ não foi no Martim Moniz”, como notou Bárbara Reis (2025, s.p.), que terminou seu artigo com muitas perguntas e uma conclusão: “não sabem os *media* do aproveitamento político que é feito com notícias como esta? Não sabem os *media* que estas notícias ajudam a estigmatizar ainda mais um bairro? Não anteciparam os *media* que a extrema-direita iria fazer mil ‘autocolantes digitais’ a falar de ‘rixa no Martim Moniz’ faz sete feridos? Não viram os *media* que, dois dias depois da ‘rixa no Martim Moniz’ que não foi no Martim Moniz, a PSP disse que quer sistemas de videovigilância no Martim Moniz? Não se preocupam os jornalistas com a ideia de que, com o que parece um erro menor, estão a atirar aches para a fogueira da polarização? É triste concluir que, de todas as hipóteses [para explicar a informação incorreta sobre o local do conflito], caímos na mesma história de sempre: esta foi a escolha porque, assim, tem mais cliques”.

1. A rejeição ao saber institucionalizado e a cegueira pelo excesso de luz

Seria uma revolução na comunicação e, em particular, no jornalismo: de repente, todas as pessoas poderiam dar notícias sobre o que quisessem pelo mundo afora. Estaríamos livres do poder imperial, exclusivista, elitista e arrogante de jornalistas e meios de comunicação, que impunham suas pautas e eram surdos às demandas do público. Poderíamos, afinal, falar com nossa própria voz.

Este era o clima no raiar do novo milênio, quando a internet começava a se popularizar e carregava promessas libertárias. Era então a mais recente manifestação do fetiche da tecnologia, que apagaria as diferenças postas nas relações de poder do mundo concreto, como se, de fato, todos, subitamente, estivessem em pé de igualdade para se manifestar, e como se essas manifestações tivessem o mesmo peso¹⁰.

Foi mesmo uma revolução na comunicação e no jornalismo, mas não no sentido alardeado. Se na época já era possível contestar essa euforia – embora quem o fizesse fosse ignorado ou ridicularizado como dinossauro, apocalíptico, avesso ao ‘novo’ –, só agora, cerca de três décadas depois, fica claro o sentido mais perverso desse discurso: a desqualificação da imprensa como instituição, como parte da desqualificação das instituições de referência de modo geral – a universidade, a ciência, os poderes republicanos –, empreendida explicitamente pela extrema direita pelo menos desde 2016, com as campanhas vitoriosas de Donald Trump para seu primeiro mandato como presidente dos EUA e do Brexit na Grã-Bretanha, baseadas numa enxurrada de falsidades disseminadas fundamentalmente pelas redes sociais.

A nova tecnologia realmente abria possibilidades para a autonomia da expressão de fontes de informação até então dependentes da mediação das empresas de comunicação e para o exercício de um jornalismo à contracorrente. Mas a ênfase dos “evangelistas da internet” (Loveless, 2021, p. 68) era na clássica ideologia libertária, que, independentemente

¹⁰ Para mais detalhes, ver Moretzsohn (2017). Para uma profunda discussão sobre tecnologia, ver Vieira Pinto (2005).

de quaisquer outras considerações, é profundamente irresponsável. A exaltação do ‘jornalismo cidadão’, baseado na ideia de que cada pessoa é um repórter, a ideia de que ‘a mídia somos nós’, a confusão entre jornalismo e liberdade de expressão, o entusiasmo com a possibilidade de fazer circular informações sem mediação – na verdade, sem a mediação da imprensa –, a liberdade de divulgá-las sem qualquer tipo de filtragem, na certeza de que eventuais erros seriam corrigidos pela comunidade, a convicção de que ‘as pessoas’, tomadas assim genericamente, estão empenhadas em buscar e dizer a verdade, tudo isso constituiu a justificativa ideológica do processo de desinformação que ganharia corpo nas décadas seguintes¹¹.

Esses argumentos encaixavam-se perfeitamente no ideário pós-moderno que, embora hoje raramente seja referido assim, continua em voga, com a emergência de múltiplos identitarismos que não conseguem se articular para a luta comum pelo enfrentamento e superação do sistema que os oprime, quando não francamente rejeitam essa articulação, negando a perspectiva universalista que, ela sim, enxergam como opressora. Abria-se, assim, o caminho para o elogio do ‘descentramento’ associado à própria estrutura ‘em rede’ da internet e para a contestação do saber institucionalizado, da ciência e da própria razão: todos os saberes e discursos teriam a mesma validade, igualmente legítimos em sua ‘diferença’, nenhum deles superior ou inferior aos demais¹². Essa contestação derivou para a rejeição das formas institucionalizadas de saber, no atual contexto dos discursos pretensamente ‘antissistema’.

Mas esses discursos têm uma base a justificá-los, por mais mistificadores que sejam: *de fato* as instituições democráticas frequentemente não cumprem suas promessas, *de fato* a pesquisa científica muitas vezes é instrumentalizada por financiadores particulares, *de fato* a imprensa representa o interesse de seus acionistas,

¹¹ Para uma síntese crítica desse quadro, ver Moretzsohn (2007, p. 255-284).

¹² Recordo que Boaventura de Sousa Santos (2000, p. 331), notoriamente engajado em inúmeras causas progressistas e que se autodefinia como um “pós-moderno de contestação”, escreveu que o “novo paradigma” da ciência “suspeita da distinção entre aparência e essência”. Em outra passagem, exemplificou: “o conhecimento dos camponeses portugueses não é menos desenvolvido que o dos engenheiros agrônomos do Ministério da Agricultura” (2000, p. 330).

embora se apresente como defensora do interesse público. Estudos críticos dos meios de comunicação já o demonstraram fartamente e a crítica bem fundamentada precisa continuar a ser feita, apesar dos ataques da extrema direita que, afinal, não faz crítica nenhuma nem se propõe a isso, apenas acusa e ofende.

Pensar a desinformação de maneira mais ampla implica apontar a atuação da mídia antes do surgimento da internet e das redes sociais, para entendermos melhor o desvario a que chegamos. Por isso me afasto da tipologia definida por Wardle e Derakhshan (2017) em seu relatório sobre a “desordem informativa” – a distinção entre *dis-information*, *mis-information* e *mal-information*¹³ –, uma referência recorrente, especialmente em pesquisas sobre regulação das plataformas e literacia midiática, como no estudo da ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social), em Portugal (Martins e Pereira, 2023). Discutir tal conceituação é fundamental para o debate sobre legislação, o que não é o objetivo aqui. Além do mais, a afirmação de uma “desordem informativa”, ainda que evidente, faz supor uma ‘ordem’ anterior virtuosa, o que nunca foi o caso: bastaria lembrar o Relatório MacBride, publicado em 1980, como resultado dos esforços afinal fracassados do então bloco de países não alinhados, formado em plena Guerra Fria, para se criar uma Nova Ordem Mundial pela Informação e Comunicação (Nomic), e o papel ideológico desempenhado pelas agências de notícias, desde o século XIX (Abreu, 2018), e pelas grandes empresas de comunicação.

Em termos de consequências práticas, desinformar vai muito além da divulgação, intencional ou não, de informação falsa. Uma publicidade institucional da Folha de S. Paulo, de 1987, premiada internacionalmente, fornece um bom exemplo disso. A peça exibe uma imagem reticulada, sobre a qual uma voz em *off* vai relatando uma série de realizações de um homem cujo rosto só se apresenta no final: é

¹³ O relatório divide as três categorias em dois conjuntos: informação falsa e informação intencionalmente prejudicial. A desinformação, ato de compartilhar conscientemente informações falsas com o objetivo de causar dano, figura na interseção de ambos; *mis-information* seria a informação falsa, errada ou enganosa, divulgada não intencionalmente; *mal-information*, a informação verdadeira mas que deveria permanecer em sigilo ou na esfera privada e é divulgada com o intuito de causar prejuízo, como vazamentos ou fatos que estimulam assédio ou discurso de ódio. Essa classificação exigiria uma discussão que não cabe aqui.

Hitler. A peça então conclui: “É possível contar um monte de mentiras dizendo só a verdade”.

Se a carapuça serve tantas vezes para o próprio jornal, é outra história. Importa essa síntese sobre o peso do não dito, que já foi objeto de inúmeros estudos. Significa dizer que a desinformação não diz respeito apenas a distorções, deturpações e falsidades que, pelo menos no caso brasileiro, raramente são assumidas como tais¹⁴; tem a ver com a definição das pautas, com o enquadramento, a contextualização, os silenciamentos – tudo isso que faz parte da ordem do discurso e da luta ideológica inerente ao funcionamento desse “aparelho privado de hegemonia”, na conhecida conceituação gramsciana –, que tendem a ser naturalizados. Na necessária relação do jornalismo com a vida cotidiana, vão-se consolidando certas concepções sobre o que seja a política, a economia¹⁵, o crime etc., e o modo de vida que se deve adotar, como se não houvesse outras possibilidades. Por isso Armand e Michèle Mattelart, relatando sua experiência no Chile de Allende, referiram as dificuldades de se implantar um projeto de comunicação de cunho socialista no país, porque lidar com a comunicação significava lidar com o cotidiano, “e, para as pessoas, o cotidiano é a vida num regime capitalista” (1977, p. 6).

Um dos traços convergentes dos estudos sobre o comportamento das pessoas que aderem às chamadas *fake news* é a referência ao ‘viés de confirmação’, ou seja, à tendência a se reiterar convicções prévias. Seria forçoso indagar como essas convicções se formam, e um dos elementos fundamentais para consolidá-las é o que, em tempos idos, se chamava de indústria cultural, transformada hoje no que Moraes define como “complexo de infotelecomunicações” (TTCs): a convergência de informática,

¹⁴ Um dos casos mais aberrantes no início deste século, no Brasil, foi o da publicação, pela Folha de S. Paulo, de uma ficha falsa de Dilma Rousseff, atribuída erroneamente ao Dops. Foi destaque de primeira página em 5/4/2009 e publicada quando a candidatura de Dilma à presidência da República começava a ser preparada. Denúncias contra a falsidade do documento levantaram a suspeita de que ele teria sido produzido por algum membro da antiga ‘comunidade de informações’ da ditadura. Vinte dias depois, num pedido de desculpas enviesado, sob o título “Autenticidade de ficha de Dilma não é provada”, o jornal disse que errou por ter tratado “como autêntica uma ficha cuja autenticidade, pelas informações hoje disponíveis, não pode ser assegurada – bem como não pode ser descartada”. <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u556855.shtml>.

¹⁵ Para entender como a cobertura de economia na imprensa brasileira é pautada pelo capital financeiro, ver: Puliti, P. *O juro da notícia*. Florianópolis: Insular, 2013.

telecomunicações e meios de comunicação na “conjunção de poderes estratégicos relacionados ao campo multimídia” (2000, p. 13). Essa radical concentração enquadra as possibilidades de comunicação: mesmo quem se lança à contracorrente precisa inserir-se nos canais estruturados pelas ITCs.

Schneider (2015, p. 45) sustenta que as ITCs, como porta-vozes do capitalismo financeiro globalizado, são o mediador por excelência da luta ideológica contemporânea e representam um salto qualitativo em relação à indústria cultural, ampliando incomensuravelmente o poder de uma estrutura que trabalha no mesmo sentido da produção do ‘mundo divertido’, permanentemente excitado, como definiu Türcke (2010), num desdobramento crítico da clássica conceituação debordiana da “sociedade do espetáculo”, e que torna cada vez mais difícil o exercício da reflexão e da crítica. Num sentido mais geral, é possível afirmar, como faz Dantas (2022, p. 116), que “*o capital é a rede*”, porque

o capital financeiro pode olhar para todo o mercado, dele obtendo informações exclusivas e totais, enquanto os demais agentes apenas obtêm informações segmentadas, não raro orientadas pelas preferências dos assim ditos consumidores, devidamente processadas pelos algoritmos das plataformas sociodigitais (Dantas, 2022, p. 116).

A remissão à comunicação nos tempos pré-internet implica recordar duas linhas da crítica realizada à época: a do estabelecimento de um “novo regime da mentira”, adequado à máquina da informação, apontado por Rancière (2004, s.p.), e a da hiperinformação, assinalada, entre outros, por Ramonet (1999), e que levou a muita desinformação, no sentido estrito da disseminação de falsidades.

O argumento de Rancière, que usou como exemplo uma situação forjada por uma jovem francesa à qual se conferiu imediata credibilidade¹⁶, aplica-se ao caso do arrastão mencionado acima: diferentemente do

¹⁶ O autor refere-se à denúncia de uma jovem que carregava seu bebê e teria sido assaltada e agredida por um grupo de rapazes magrebinos e negros num trem suburbano de Paris. O caso teve ampla repercussão internacional e suscitou análises que reiteravam argumentos já consagrados, seja quanto ao comportamento dos supostos agressores – adolescentes periféricos descendentes de imigrantes devolvendo à sociedade a imagem de brutalidade, machismo e fanatismo que já se fazia deles –, seja em relação ao que teria sido a apatia dos passageiros do trem, que expressaria um fenômeno de covardia coletiva. Interpretações perfeitamente plausíveis, salvo por um detalhe: a história era falsa, a moça havia inventado tudo para chamar a atenção de um namorado.

que sustentavam teóricos como Baudrillard, o núcleo da máquina de informação não é a imagem, que tornaria equivalentes a realidade e o simulacro; “é, mais exatamente, a interpretação. Tem-se necessidade de acontecimentos, mesmo falsos, porque suas interpretações já estão aí, porque elas preexistem e chamam esses acontecimentos”. O comentário de Vale de Almeida no filme “Era uma vez um arrastão” (2005), dirigido por Diana Andringa, sobre o arrastão-que-não-houve, vai no mesmo sentido: “Assim que se começou a falar do arrastão, sem nunca se saber se foi arrastão, se teve 50 pessoas, se teve 500 ou se teve zero, a partir desse momento o caso já existia, porque existe o apetite social para que ele exista”. Isso ajuda a entender o ‘viés de confirmação’ e a facilidade com que se acolhem informações falsas mas adequadas a expectativas prévias. Com uma agravante, que o mesmo comentário de Vale de Almeida ajuda a sublinhar: “Sempre que apareça alguém (...) a tentar demonstrar que determinados tipos de criminalidade até diminuíram em vez de terem aumentado, a sua mensagem simplesmente não é ouvida. Quer dizer, não havendo vontade de recepção, a mensagem não chega sequer a acontecer”.

Sobre hiperinformação, Ramonet (1999) dá vários exemplos – e nem precisamos citar o caso das guerras, em que a primeira vítima já se sabe qual é (Knightley, 2004) –, num livro em que cita a internet como a nova utopia tecnológica da comunicação mas aponta na formação dos conglomerados das redes de televisão o início de um processo em que as temporalidades – e, conseqüentemente, linguagens – próprias de cada meio de comunicação se misturam.

A questão primordial a se perceber, no caso, é a tendência à ‘aceleração do tempo’, própria do capital, que submete a imprensa produzida em ritmo industrial e a leva a descumprir sistematicamente a promessa essencial do jornalismo de dar “a verdade em primeira mão” (“*get it first, but first get it right*”), o que, nos tempos de internet, se agravaria com a caça ao clique. Prioriza-se o “chegar na frente” e transforma-se a velocidade num fetiche¹⁷. A concorrência, a necessidade de ser o primeiro e o mais espetacular, conduz ao paradoxo apontado por Bernard Langlois (*apud* Ramonet, 1999, p. 102): “quanto mais se

¹⁷ Para um desenvolvimento deste tema, ver Moretzsohn (2002).

comunica, menos se informa, portanto mais se desinforma”. Numa crônica de 1999, Luís Fernando Veríssimo resumiu: “Vivemos num tempo maluco em que a informação é tão rápida que exige explicação instantânea e tão superficial que qualquer explicação serve”¹⁸.

A promessa do jornalismo moderno, ainda que sistematicamente descumprida para atender aos interesses de quem o financia, deriva do ideal iluminista de esclarecimento: sair da treva da ignorância, fornecer informações para que o público ‘saiba’ e possa tirar suas próprias conclusões. A superexposição decorrente do processo de produção de notícias, associada aos demais apelos publicitários e de entretenimento, substitui a cegueira pela treva pela cegueira por excesso de luz. Com uma diferença fundamental: a luz em excesso sugere, enganosamente, o pleno acesso à informação. Diante da treva, poderíamos ser estimulados a saber que ignorávamos, e com isso despertar para a necessidade de saber; agora, pela aparência da visibilidade total, somos levados a ignorar que não sabemos, e nos consolamos nessa ilusão de saber (Moretzsohn, 2007, p. 29).

Todas essas considerações são para tentar demonstrar que o caos informativo atual decorre de um tipo de desenvolvimento tecnológico comandado pelo capital, que fetichizou a velocidade – e a própria tecnologia –, e agora desmantela as referências elementares de credibilidade que, mesmo precariamente, se mantinham. Se a incompatibilidade entre democracia e economia capitalista foi formulada por Hayek ainda nos anos 1940 e, três décadas depois, reelaborada por Huntington (Miguel e Vitullo, 2021, p. 107), agora esse ‘projeto’ – porque, como argumentam os referidos autores (2021, p. 111), é disso que se trata – tem finalmente condições de se realizar, como resultado da globalização neoliberal iniciada nas últimas décadas do século passado. Trata-se, no dizer de Vale de Almeida, num breve artigo em que analisa a ascensão da extrema direita em Portugal, de um capitalismo “que *já não precisa da democracia*”. Pois “quem precisa da regulação de conflitos, da negociação, ou da almofada do Estado social, quando a produção se deslocaliza do espaço da comunidade e os

¹⁸<<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-aoacervo/?navegacaoPorData=199019990401>>

vínculos de trabalho se tornam precários de forma quase naturalizada? Sem chão comum não há democracia, e o desígnio da extrema-direita é justamente acabar com esse chão” (2023, s.p.).

A falta de chão comum é o que caracteriza a crise epistêmica (Perini-Santos, 2021) e favorece a consolidação dos guetos refratários ao debate público. Mas antes de iniciar essa discussão, vamos ver como a geopolítica comanda esse processo.

2. Tumultuar e estimular a “ignorância agressiva”

“*Firehose of falsehood*” é uma expressão cuja melhor tradução para o português, “enxurrada de mentiras”, não consegue reproduzir adequadamente a imagem da metáfora de uma mangueira de incêndio a despejar continuamente fortíssimos jatos de desinformação. Porque se trata de uma ação direcionada: a mangueira manejada por alguém e apontada para alvos precisos, inundando o ambiente. O efeito, entretanto, é o de provocar incêndios, de modo que, em vez da mangueira, teríamos mais propriamente um lança-chamas.

Firehose of falsehood foi como dois pesquisadores da *Rand Corporation*¹⁹, Christopher Paul e Miriam Matthews (2016), classificaram o novo modelo de propaganda russo, que combinaria técnicas utilizadas pela então União Soviética durante a Guerra Fria às novas condições da comunicação contemporânea. As características desse modelo seriam basicamente quatro: produção volumosa disparada em múltiplos canais, tanto da mídia tradicional quanto das plataformas da internet, recorrendo a um exército de ‘*trolls*’ – pessoas que trabalham para causar polêmicas em fóruns de discussão e seções de comentários, por exemplo – e robôs; produção rápida, contínua e repetitiva; falta de compromisso com a realidade; falta de preocupação com a coerência. O objetivo, e o resultado, seriam entreter, confundir e exaurir o público.

¹⁹ A *Rand Corporation* é um *think tank* norte-americano fundado em 1948 e sustentado principalmente por órgãos de defesa do governo dos EUA. Apresenta-se como uma organização apartidária e sem fins lucrativos e afirma que, independentemente de patrocinadores, realiza pesquisas sem vieses comerciais, partidários ou ideológicos. Seus financiadores podem ser consultados aqui: <<https://www.rand.org/about/how-we-are-funded.html>>.

O relatório visava exclusivamente à caracterização e ao combate às estratégias de desinformação russas. Foi publicado em julho de 2016, durante a campanha em que Trump, assessorado por Steve Bannon, usou tática semelhante. Meses depois, venceria a eleição à presidência dos EUA pela primeira vez.

De te fabula narratur, pois não?

Mas isso não deveria surpreender, uma vez que comunicação e informação sempre foram armas fundamentais na geopolítica mundial. E, nesse contexto, a desinformação sempre teve papel preponderante.

Em agosto de 2018, o site norte-americano *Vox*, que se propõe a ser um instrumento de esclarecimento em meio ao excesso de informação, publicou um vídeo intitulado “Por que mentiras evidentes geram ótima propaganda”, em que aplica o estudo da *Rand* ao governo Trump, mostrando equivalências com Putin. O apresentador, Carlos Maza (2024), argumenta que as duas primeiras características identificadas pelos pesquisadores da *Rand* são típicas de táticas de propaganda: se ouvimos uma mentira de várias fontes, tendemos a acreditar nela, e o mesmo acontece quando ouvimos mentiras repetidamente. Quanto mais familiarizados com a mentira, maior a probabilidade de aceitá-la. Mas o que dizer da falta de compromisso com a realidade ou da falta de consistência? Como pode um dirigente dizer uma coisa e o seu contrário? A explicação seria esta: contar e recontar mentiras óbvias não teria a ver com persuasão, mas com poder. Putin ou Trump, diz o apresentador, não estão apenas mentindo, estão afirmando que não estão constrangidos pela realidade. “Isso é uma demonstração muito clara de poder”, diz a jornalista Masha Gessen, entrevistada no programa.

Você tem de se engajar com o que ele disse [ou seja, não pode ignorar], mesmo que seja falso. O jeito como mentem faz com que a obviedade da mentira faça parte do jogo do poder. ‘Sim, eu sei que você sabe que estou mentindo e afirmo o meu direito de dizer sempre o que eu quiser’. Ele continua urinando na calçada e nós temos que continuar limpando. Na calçada, não: no tapete da sala (Gessen *apud* Maza, 2024).

“Nossa reação intuitiva diante da mentira é verificar os fatos”, diz o apresentador. “Mas se o objetivo é reafirmar o poder, a verificação dos fatos perde a relevância”. Não é só inútil: é exaustivo. Diante de uma checagem que torna evidente a mentira, Trump reage: “eles

simplesmente não querem publicar a verdade”, “nada do que vocês estão vendo ou lendo é verdade, é tudo *fake news*, apenas fiquem conosco”. O objetivo não seria apresentar a mentira como verdade, mas reduzir a verdade a uma opinião como qualquer outra, à escolha de um lado, de modo que a luta pela verdade seja extenuante e, no limite, perca o sentido.

A estratégia, portanto, é causar tumulto para, de um lado, desfazer a confiança nas fontes que tradicionalmente serviam de referência para o discernimento indispensável ao convívio social e transformá-las no inimigo a combater; de outro, desorientar e exaurir as forças empenhadas em denunciar o que é falso.

Bannon resumiu, com a sutileza que o caracteriza, numa entrevista a Lewis (*apud* Loveless, 2021, p. 72), em 2018: “A verdadeira oposição é a mídia. E a maneira de lidar com ela é jogar merda no ventilador”²⁰. Mas é uma ação com um propósito mobilizador, para estimular o que Pacheco Pereira (2025, s.p.) chamou de “ignorância agressiva” – uma ignorância que não se reconhece como tal, mas como um “saber”, “um saber perseguido, feito da ‘revelação’ daquilo que os poderosos, os intelectuais, a elite, o *deep state*, não querem que as pessoas comuns saibam e por isso é anti-intelectual e anticientífica”, e que é agressiva porque assenta em “enganados”, na velha dicotomia “nós” x “eles”: “eles”, a elite, não querem que “nós” saibamos, porque querem continuar a mandar em “nós”.

Daí ser necessário relativizar a conclusão do argumento de pesquisadores como Loveless, para quem as *fake news* – definidas como um *hoax*, uma farsa propositalmente fabricada para se passar por verdade – são uma “arma emocional” voltada para o “esforço estratégico de turvar o debate público com o objetivo de manipular o sentimento da audiência para minar qualquer potencial de ação coletiva (política)” (2021, p. 65). Pois essa manipulação é profundamente mobilizadora – perversamente mobilizadora –, como detalharei adiante.

²⁰ A resposta original é: “*The real opposition is the media. And the way to deal with them is to flood the zone with shit*”. Costuma-se adotar uma tradução literal deste trecho final: “inundar a zona de merda”. “Jogar merda no ventilador”, porém, parece-me uma tradução mais adequada.

Estimular essa ignorância agressiva é uma forma de investir na erosão do ‘chão comum’ provocada por um modo de produção global que desarticula as formas tradicionais de convívio social. É o que caracteriza a atual crise das instituições tradicionais, que perdem seu lugar de referência. Perini-Santos (2021, p. 243) explica que as crenças respondem a razões epistêmicas, pois temos de reconhecer a autoridade de quem tem mais conhecimento que nós, mas também são um fator de identidade, que constituem os valores de pertencimento a determinado grupo social. Isso, segundo o autor, seria fonte recorrente de conflito na história da humanidade. Mas agora esse conflito aflora com muito mais força, em decorrência da ação da extrema direita nas mídias sociais, com sua campanha de descredibilização das instituições antes referenciais para a informação correta. Daí a recusa ao saber especializado e a valorização absoluta da autonomia individual, do que resulta, por exemplo, o incentivo a que cada um faça sua própria pesquisa – ‘dar um Google’, como se costuma dizer, como se a hierarquização dos resultados não fosse algoritmicamente definida e dirigida para aquele usuário específico, e como se as respostas fossem sempre confiáveis. Por isso Umberto Eco (em entrevista a Giron, 2013, s.p.) disse que a internet só é boa para quem já sabe o que procura. Para o ignorante, não serve, “porque não filtra nada para ele”.

Perini-Santos afirma que o despejo de doses maciças de desinformação sobrecarrega nossos mecanismos cognitivos e reduz nossa vigilância epistêmica. Daí resulta que não importa saber se uma fonte é ou não confiável, ou se tal informação é verdadeira ou falsa. A consequência disso é “tornar a própria ideia de confiabilidade inútil” (2021, p. 237), o que, por sua vez, é coerente com o relativismo que afirma a inexistência de verdades e admite apenas versões.

É o que conduz à destruição da base comum que precisaria existir para que o conhecimento seja compartilhado. Parte dessa base comum é garantida por instituições que produzem e também servem de depositárias do conhecimento. Se o papel dessas instituições deixa de ser universalmente reconhecido,

o conhecimento que elas detêm não é mais parte do que todos deveriam dar como certo – por exemplo, que a Terra é redonda, ou que vacinas não são perigosas (Perini-Santos, 2021, p. 242).

Um dos momentos mais dramáticos nesse cenário de incerteza foi o da pandemia de covid-19, porque mesmo as orientações clássicas para o recurso a fontes confiáveis de informação eram inúteis, uma vez que, num primeiro momento, nem os especialistas tinham resposta a dar, e a divulgação apressada de estudos em *préprint*, não restrita à comunidade científica – como deveria ser –, mas aberta ao público, ampliou a confusão sobre o que deveriam ser as medidas mais adequadas para se resguardar da doença.

Oreskes e Conway (2010) já haviam assinalado a estratégia de poderosas corporações como a indústria do tabaco na promoção da dúvida – que, na verdade, era uma aposta na incerteza –, manipulando-a de acordo com seus interesses, financiando pesquisadores para dar-lhe um verniz de legitimidade. Esse processo de desorientação se ampliou com a disseminação das redes sociais e do estímulo à dúvida transformada em arma contra o saber institucionalizado. Não se trata, claro, da dúvida fundamentada, ponto de partida para o trabalho científico, mas essa situação cria uma dificuldade suplementar para quem investe no esclarecimento e precisa sair da defensiva, pois o convite, ou melhor, a exortação à dúvida – ainda que não seja a sério, mas apenas um meio de sustentar uma postura reativa *a priori* – é exatamente o que anima as campanhas de desinformação.

O quadro de incerteza também favorece o trabalho ideológico que sempre foi desempenhado pelos *think tanks* conservadores e as organizações a eles associadas. Santos e Miranda (2020) reuniram num livro eletrônico uma série de estudos que mostram a atuação dessas organizações no Brasil contemporâneo. Uma delas é a Brasil Paralelo²¹,

²¹ Criada em 2016, em Porto Alegre, a Brasil Paralelo investe em várias frentes de formação, com cursos, seminários, palestras – como a do psicólogo Jordan Peterson, uma celebridade do pensamento conservador, em 2024 –, edição de livros, produção de filmes, e vem também atuando em escolas. A ‘missão’ declarada é a de “resgatar bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros”.

que ameaçou processar a editora e os autores dos capítulos dedicados a expor criticamente o trabalho da empresa. A editora acabou inserindo, ao final do *e-book*, cópia das notificações recebidas, a título de direito de resposta²².

Esse tipo de reação ao trabalho de pesquisa sobre a atuação dessas organizações e das *big techs* de modo geral tem sido comum, como mostra reportagem de Bernardo Esteves (2024) sobre a pressão exercida contra essa atividade, a ponto de inviabilizar a continuidade das pesquisas nas universidades. Não basta desinformar ou distorcer, portanto: é preciso também silenciar quem expõe as estratégias de desinformação e distorção, a partir da observação sistemática²³.

²² O *Intercept* Brasil, que já dedicou várias pautas à Brasil Paralelo, abordou o caso em reportagem de 9 de dezembro de 2021, que mostrava como a empresa atuava para calar seus críticos (Sayuri, 2021). No direito de resposta publicado pela editora do livro, a empresa se apresenta como “independente, apartidária e imparcial”, nega as evidências de que faça revisionismo histórico, afirmando que pretende “apenas revisitar a história brasileira” e tem “o único compromisso de repassar à sua audiência tão-somente a verdade dos fatos”. Reitera que adota uma “conduta técnica, imparcial, independente e apolítica, livre de qualquer viés ideológico”. Levantamento do projeto *Brief*, ligado à Quid, “organização da sociedade civil brasileira que se define como laboratório de comunicação de causas”, concluiu que, no Brasil, “páginas de inclinação conservadora investem mais dinheiro e veiculam mais anúncios de publicidade patrocinada no *Facebook* e no *Instagram* do que as progressistas”. A Brasil Paralelo figura em primeiro lugar, tendo gastado R\$ 26,6 milhões para impulsionar 75.391 anúncios entre agosto de 2020 e agosto de 2024 (Tavares, 2024).

²³ A reportagem relata a reação de representantes da extrema direita brasileira contra uma pesquisa do NetLab, da UFRJ, sobre as publicações em português e inglês no X relativas ao enfrentamento entre Elon Musk e o ministro Alexandre de Moraes, que suspendeu a atuação da empresa no Brasil por descumprimento de decisões judiciais. O levantamento apontou que 48% das contas que apoiavam Musk contra Moraes eram falsas, o que desmontava a impressão de que o magnata estava ganhando a disputa. O laboratório foi acusado de não realizar pesquisas isentas, pois tinha financiamento oficial, e de ser um braço do governo na academia para perseguir adversários políticos. Era a mesma tática adotada por parlamentares e apoiadores do então ex-presidente Trump. O alvo principal, nos EUA, foi o Observatório da Internet de Stanford, que, diante da pressão, reduziu sua equipe “e encerrou os estudos da desinformação nas eleições, uma de suas linhas de pesquisa de maior impacto e interesse público”. Essa intimidação tem evidentes consequências, como diz um dos entrevistados na reportagem: “Uma instituição vai pensar duas vezes antes de ter uma pesquisa que vai acarretar uma série de custos jurídicos e de pessoal para responder a tantos pedidos”, o que pode levar jovens pesquisadores interessados em estudar desinformação a buscar outras áreas de atuação. Como diz outra entrevistada, o que está em risco não é a liberdade de expressão, como alegam, mas a liberdade acadêmica. A pesquisa sobre a atuação das plataformas também foi afetada. Musk restringiu o acesso dos pesquisadores aos dados do X quando adquiriu o *Twitter* e o renomeou, e Zuckerberg suspendeu a ferramenta usada por pesquisadores, jornalistas e organizações do terceiro setor para monitorar a desinformação no *Instagram* e no *Facebook* (Esteves, 2024).

3. O caos promovido pelas *big techs*

Violentos ataques pessoais, discursos de ódio racistas, xenófobos, religiosos, misóginos e anti-LGBTQIA+, negacionismo científico, desestabilização política, golpes de Estado: tudo isso é alimentado sistematicamente pelas *big techs* que estruturaram as mídias sociais – ou “antissociais”, como diz Fuchs (2022, p. 301), porque “solapam a comunicação e a compreensão política”. Max Fisher (2022) traça esse amplo painel em seu livro-reportagem, abrangendo principalmente *Facebook*, *Twitter* e *Youtube*. Trata do *Gamergate* – um movimento de assédio antifeminista e antidiversidade na cultura dos videogames, que expunha dados pessoais de seus alvos, fazia ameaças de estupro e de morte –; da disseminação de teorias conspiratórias como a que ocorreu no Nordeste brasileiro com a epidemia de zika – seria um “complô judaico”, um “plano de controle da população” e o “primeiro passo da tomada de poder global” – e que teve forte impacto no descrédito de agentes de saúde; da radicalização política nos EUA e na Europa; do fomento a conflitos étnicos, golpes de Estado e genocídio em países asiáticos. “Os micróbios são nossos, mas o Facebook é o vento, sabe?”, disse a Fisher (2022, p. 238) uma autoridade do Sri-Lanka, um dos países que passaram por essa catástrofe.

A estratégia de entrada nesses países era sempre a mesma: oferecer pacotes de dados com tarifa zero para aproximar as pessoas e proporcionar o contato entre parentes que iam trabalhar no exterior para enviar dinheiro para casa. Logo a rede assim formada passava a ser utilizada para propaganda política e acabava excitando os ânimos até transbordarem em violência aberta. Mas o processo de radicalização é o mesmo em toda parte. “Quando se tem uma métrica baseada em engajamento, você cria um mundo no qual o conteúdo mais raivoso vira norma”, diz a pesquisadora Renée di Resta (*apud* Fisher, p. 91). A lógica algorítmica alimenta teorias conspiratórias: alguém interessado na conspiração A tende a se interessar pela conspiração B, que começa a pipocar para essa pessoa quando o algoritmo identifica essa tendência. Mas, em certos contextos, mesmo conteúdos não desejados são oferecidos sistematicamente. E os algoritmos são alterados de modo a produzir mais engajamento. “A radicalização é um processo

obsessivo, que consome a vida”, diz Fisher (2022, p. 91). “Os adeptos retornam cada vez mais, sua obsessão vira identidade, as plataformas sociais se transformam no centro de seu cotidiano. E os radicais, guiados pela urgência de suas causas, recrutam mais radicais” (2022, p. 91). O resultado, como concluiu di Resta, é que gente comum passa a se sentir como soldado de um exército virtual lutando pela sua causa.

Foi precisamente o que ocorreu no Brasil com a eleição de Bolsonaro para a presidência, em 2018. Fisher dedica uma parte do seu livro à análise da ascensão dessa candidatura inicialmente improvável, mostrando como o *Youtube* a favoreceu, com uma alteração no algoritmo que privilegiava os canais de direita e os fazia ganhar público muito mais rápido que os demais. Mas um elemento central para o sucesso da candidatura foi o *WhatsApp*, que permite o compartilhamento entre pessoas próximas – parentes, amigos – e as torna mais propensas a acreditar nas mensagens, pela identificação com os membros do grupo. Patrícia Campos Mello (2020) sofreu violentos ataques de apoiadores de Bolsonaro ao publicar reportagens sobre empresas que vendiam pacotes de disparo de mensagens em massa para atacar a candidatura do concorrente, Fernando Haddad. Porém, sempre será preciso considerar o contexto em que essa manipulação prosperou: um ambiente crescentemente hostil aos governos do PT, cultivado pela maioria dos meios de comunicação tradicionais desde a exploração do escândalo do Mensalão, em 2005, prosseguindo com a cobertura favorável à Operação Lava Jato, iniciada em 2014.

Fisher mostra que as plataformas foram surdas aos alertas feitos por seus próprios funcionários quanto às consequências de seu negócio. Foram surdas exatamente porque, acima de tudo, se trata de um negócio cujos lucros estratosféricos não devem sofrer constrangimento. Daí a permanente resistência a qualquer regulação, contra a qual se brande sempre o argumento da ‘liberdade de expressão’.

Trata-se, diz o jornalista, de um modelo de negócio baseado na ideia do “zero para um”, formulada por Peter Thiel, primeiro investidor do *Facebook*: inventar uma novidade para a qual ainda não houvesse mercado – começar do zero – para controlar totalmente esse mercado, pois um monopólio, sem qualquer concorrente, tem liberdade para investir em inovação, o que faria bem para toda a sociedade. É um evidente

disparate, que contraria a lógica do funcionamento dos monopólios, mas era uma forma de reinterpretar o “modelo de negócio do crescimento infinito – imposto por investidores poucos anos antes com a chegada da computação em nuvem – como missão gloriosa, a continuidade do tudo-é-permitido da internet da década de 1990. Era a sugestão de que se sobrepor a sociedades inteiras, pisoteando o que tinha vindo antes, era não só aceitável como necessário” (Fisher, 2022, p. 229).

Tratava-se, portanto, da mesma lógica do colonizador, que vai levar a ‘civilização’ aos ‘selvagens’. Como escreveu Zuckerberg em 2017, a indústria de tecnologia traria nada menos do que o “próximo passo” na jornada da nossa espécie, pois iria fornecer a “infraestrutura social” de uma nova era, que nos alçaria para além de meras “cidades ou nações” e formaria uma “comunidade global”. Era o que possibilitaria “espalhar prosperidade e liberdade, promover paz e entendimento, tirando as pessoas da pobreza” e até “acabar com o terrorismo, lutar contra a mudança climática e evitar pandemias” (*apud* Fisher, 2022, p. 229)²⁴.

Em 7 de janeiro de 2025, no dia seguinte à confirmação da eleição de Trump para seu segundo mandato como presidente dos EUA, Zuckerberg anunciava uma série de medidas que alteravam radicalmente o funcionamento das suas plataformas: remoção dos controles de verificação – uma decisão, naquele momento, restrita à atuação da empresa nos EUA –, pois os checadores seriam muito tendenciosos; fim de restrições a temas como imigração e gênero; retorno do “conteúdo cívico”, porque agora “começamos uma nova era”; e adesão a Trump para enfrentar governos com excesso de leis

²⁴ Todo o relato de Fisher sobre a atuação do *Facebook* desmonta essa utopia de uma ‘nova era’ inaugurada pela tecnologia. Importa registrar, além do mais, duas célebres polêmicas envolvendo o *Facebook*. A primeira, em 2014, foi a escolha de 689 mil perfis de usuários de língua inglesa, sem aviso ou consentimento, para uma experiência emocional realizada durante uma semana, através da alteração do algoritmo que selecionava informações provenientes dos amigos dessas pessoas, para perceber como reagiriam a notícias negativas ou positivas (Cano, 2014). Outra, ainda mais famosa, foi a do escândalo da *Cambridge Analytica*, que pela mesma época teve acesso aos dados de 87 milhões de usuários do *Facebook*, para utilizá-los na campanha pelo *Brexit* e pela eleição de Trump, em 2016. Os dados foram coletados a partir das respostas a um questionário aparentemente inocente, como vários que aparecem nessas plataformas. Paulo Pena (2019, p. 133-150) demonstra que não foi o *Facebook*, mas o idealizador desse questionário que vendeu os dados dos usuários para a *Cambridge Analytica* criar perfis e trabalhá-los nessas campanhas. O problema, no caso, foi o que o *Facebook* tornou possível.

que “institucionalizam a censura” (os europeus), que têm “tribunais secretos” (os latino-americanos) ou que impedem o funcionamento de aplicativos de empresas norte-americanas (China). “A única forma de enfrentar essa tendência global é através do suporte do governo dos EUA”, disse Zuckerberg.

Tudo, naturalmente, em nome da liberdade de expressão. Meta (*Facebook*, *Instagram* e *Whatsapp*) e X, antigo *Twitter*, estarão a serviço de Trump, apesar da possibilidade de conflitos como o que levou Elon Musk, notório apoiador do novo presidente, a deixar o recém-criado Departamento de Eficiência Governamental apenas quatro meses após ser nomeado para comandá-lo²⁵. Diferentemente de Zuckerberg – pelo menos até então –, o dono do X, cujo comportamento é bem descrito por Conger e Mac (2024), sempre demonstrou muita agressividade na política. Também proprietário da *Starlink* e da Tesla, já fazia ameaças antes de incorporar a plataforma a seu patrimônio: “Derrubaremos quem quisermos! Aguentem”, escreveu num tuíte em julho de 2019, em resposta a uma postagem que apontava seu interesse em derrubar o então presidente boliviano Evo Morales – que, de fato, sofreria um golpe meses depois –, para ter facilitado o acesso às reservas de lítio do país, necessárias à fabricação de carros elétricos (Santiago, 2020). Em 2024, desafiou o então presidente do Supremo Tribunal Federal brasileiro, Alexandre de Moraes, chamando-o de ditador e negando-se a cumprir decisões judiciais, que considerava abusivas, embora afinal tenha recuado.

Musk vem deixando explícito seu apoio à extrema direita pelo mundo²⁶. Numa das solenidades da posse de Trump, em 20 de janeiro de

²⁵ “Os motivos que levaram Musk a sair do governo Trump”, *BBC News Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cewdj5lvrkno>. Acesso em: 04 nov. 2025.

²⁶ Dois episódios, entre fins de 2024 e o início de 2025, atestaram esse apoio de forma particularmente significativa, um deles direcionado à Grã-Bretanha, o outro, à Alemanha. No primeiro caso, Musk atacou o Primeiro-Ministro britânico, protestou contra a prisão de um supremacista branco e exaltou o partido *Reform UK*, de Nigel Farage – “*Britain needs Reform now*”, escreveu em sua página no X em 2 de janeiro de 2025 (Daniel Bofey, “*Trolling the UK: the issues enraging Elon Musk, world’s richest ‘pub bore’*”, <https://www.theguardian.com/technology/2025/jan/03/trolling-the-uk-the-issues-enraging-elon-musk-worlds-richest-pub-bore>). No segundo caso, o apoio à AfD, que já havia ficado claro com a longa entrevista a Alice Weidel, candidata desse partido ao cargo de Primeiro-Ministro, em 9 de janeiro de 2025 (<https://www.youtube.com/watch?v=cpjKbWKZn00>), confirmou-se com a participação no comício da AfD, no fim daquele mês, no qual exortou o público a ter “orgulho de ser alemão”.

2025, o magnata fez – e repetiu – a saudação nazista²⁷, e as reações que provocou demonstraram mais uma vez que o ambiente cacofônico das redes estimula a confusão, pois o que noutros tempos seria indiscutível agora é motivo de polêmica²⁸: como assinala Sérgio Rodrigues, um gesto “cristalino se torna um signo turvo, um pântano semiótico – arma de trollagem, má fé e caos” (2025, s.p.). O autor observa a dupla função daquele braço estendido: acenar para os radicais de direita e confundir quem se chocou com o que viu, negando as evidências. E formula com precisão o sentido dessa tática: “Deve-se reconhecer que há algo de genial numa manobra que vence quando se afirma, energizando aliados, e volta a vencer quando se nega, confundindo adversários ou colando neles a pecha de histéricos delirantes” (Rodrigues, 2025, s.p.).

As *big techs* concentram indiscutivelmente muito poder, mas Green (2025) considera que essa aparente força é de fato uma fraqueza, pois esbarra na necessidade de se submeter a regras de governos. Por isso a busca de aliança com Trump: porque precisam de seu apoio para evitar ou combater a indesejada regulamentação de suas atividades definida, ou em vias de definir, por outros países.

4. O enfrentamento à desinformação e a alienação em curso

A avalanche de desinformação inaugurada com as possibilidades abertas pela internet estimulou iniciativas de literacia midiática e propostas de enfrentamento que, embora bem-intencionadas, não atacam o principal. Recomendar que o público faça a distinção entre o que é verdadeiro e falso, além de ser uma orientação inviável – porque contradiz o imediatismo próprio do senso comum e desconsidera a possibilidade objetiva de alguém sem a devida qualificação poder acessar as fontes da informação –, ignora o poder dos algoritmos de direcionar as informações (ou desinformações) para públicos específicos.

²⁷ Steve Bannon saudou da mesma maneira os representantes da AfD, num comício informal em Washington, na véspera da posse de Trump.

²⁸ Exemplos das reações que incentivaram essa polêmica podem ser vistos aqui: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/hashtag/2025/01/elon-musk-ironiza-reacoes-a-gesto-em-evento-da-posse-trump.shtml>.

O *fact-checking*, a verificação de informações, tornou-se uma referência com a constituição de uma série de agências dedicadas a esse trabalho, mas o resultado é pífio diante da desinformação já disseminada. Em primeiro lugar, porque, como argumenta Perini-Santos (2021), as pessoas reativas às instituições de referência agarram-se às próprias crenças, o que as torna imunes ao *debunking*, isto é, à demonstração da falsidade que sustenta essas crenças. Fechados em si mesmos, esses grupos não interagem com a informação oriunda das fontes tradicionais, devido à destruição do terreno comum que as instituições de referência definiam²⁹. Uma vez desfeita essa base, os argumentos são inúteis, o diálogo se torna impossível.

João César de Castro Rocha corrobora esse argumento ao dizer que “o alcance do universo digital e sobretudo a onipresença das redes sociais no cotidiano propiciaram a emergência de um fenômeno inédito, a criação de um ambiente virtual, autêntico ecossistema de desinformação – a *midiosfera extremista*”, em que “a retórica do ódio (...) conduz a uma perversa pedagogia da desumanização do outro” (2023, p. 24). Essa *midiosfera extremista* “consiste num sistema informacional dotado de um altíssimo nível de coesão interna e, na prática, imune a críticas ou verificações externas” (Rocha, 2023, p. 25). Resistente “ao mais elementar princípio de realidade” (2023, p. 26), essa coesão conduziria à dissonância cognitiva coletiva, à “criação de um mundo alternativo, de uma autêntica realidade paralela” (2023, p. 27). Se essas observações estiverem corretas, podemos dimensionar o tamanho do problema.

Sem fazer esse tipo de consideração, o relatório da *Rand* também aponta a ineficácia da verificação de fatos posterior à disseminação da mentira: “não espere combater os jatos de falsidade disparados com mangueira de incêndio com a pistola de água da verdade” (Paul e Matthews, 2016, s.p.). Uma saída seria antecipar a informação

²⁹ Estudos referidos por Baptista e Grandim (2020) relativizam a tese do fechamento em bolhas, ao indicarem que parte dos consumidores de *fake news* também visitam sites que veiculam notícias verdadeiras. No entanto, no estudo que conduziram – sobre a disseminação de notícias falsas no *Facebook* durante a campanha eleitoral portuguesa de 2019 –, os autores concluíram que o efeito das bolhas foi provavelmente o principal fator de popularidade das notícias falsas, espalhadas em vários grupos daquela plataforma de mídia.

verdadeira já pensando na hipótese de distorção³⁰. A rigor, a checagem de fatos só é eficaz se feita previamente³¹, mas isso se aplica ao trabalho jornalístico e a seu compromisso ético, e obviamente não alcança quem, por ignorância ou má fé, divulga informações falsas.

Numa outra perspectiva, Demuru (2024) renomeia as teorias conspiratórias, definindo-as como “fantasias conspiratórias”, para chamar a atenção para o “maravilhamento” que exercem sobre quem acredita nelas, e sugere combatê-las com a oferta de outro tipo de maravilhamento, coerente com essa tática de sedução. Essa proposta, entretanto, esbarra na falta de uma perspectiva revolucionária que possa empolgar os descontentes com o sistema, como ocorreu outrora. Sem essa perspectiva concreta, a tendência é a extrema direita apropriar-se do discurso contestador, ‘antissistema’, deixando a esquerda a defender as ruínas das instituições democráticas – que precisam mesmo ser defendidas, porque sem elas o debate político se torna inviável, mas é uma defesa que costuma perder-se no discurso abstrato. Além disso, qualquer proposta de enfrentamento precisa considerar o controle algorítmico das plataformas, que dificultaria o alcance de conteúdos não lucrativos. Seria preciso investir numa plataforma alternativa, suficientemente forte para entrar nessa guerra.

Para finalizar, o desenvolvimento da chamada inteligência artificial generativa, descontrolada como está – ou controlada pelas *big techs*, como está – pode levar a um nível inédito de alienação, ao jogar para robôs a produção de textos acadêmicos ou a resposta a pesquisas elementares do cotidiano, como, por exemplo, as relativas à

³⁰ Foi o que não fez o governo brasileiro quando editou, em setembro de 2024, uma norma técnica sobre a fiscalização das transações eletrônicas via Pix em *fintechs* e outras plataformas. A medida, voltada para o combate à sonegação, entraria em vigor em 1º de janeiro de 2025, mas acabou revogada depois que o deputado bolsonarista Nikolas Ferreira publicou um vídeo de enorme impacto (mais de 280 milhões de visualizações, e aqui não vamos discutir a possibilidade de uso de robôs ou do impulsionamento dessa publicação para tamanha repercussão) distorcendo o sentido da decisão e levantando suspeitas sobre a possibilidade de taxação das transações, que nunca esteve no horizonte – pelo contrário, era proposta do ministro da Economia de Bolsonaro –, e prejudicaria os trabalhadores mais pobres.

³¹ Luís Galvão dedica-se a essa tarefa e dá inúmeros exemplos de *fakes* que seriam facilmente identificáveis, mas mesmo assim são veiculadas por redes de televisão portuguesas, que não tomam essa providência. Ver: <https://x.com/LGalrao/>. Acesso em: 04n nov. 2025.

saúde. Não é preciso muito esforço para pensar no que pode ocorrer no futuro imediato, com as novas gerações sendo assim deformadas, sem qualquer condição de avaliar a qualidade das informações e provavelmente sem qualquer preocupação com isso. Como é possível tamanha servidão voluntária? Como é possível abrimos mão daquilo que mais deveríamos perseguir, porque é o que nos distingue como humanos: a nossa autonomia intelectual, a nossa capacidade de raciocinar, de refletir, de pensar por nós mesmos? Como é possível atribuir à palavra ‘autônomo’ um significado que não diz respeito a uma criação original nossa, mas a uma produção da máquina? Que tipo de referências teremos a partir de então?

Associe-se a isso a dispersão da atenção já generalizada, provocada pelo consumo excessivo de conteúdos superficiais oferecidos ininterruptamente nas mídias sociais, que resulta no “*brain rot*” – “apodrecimento cerebral” –, definido como “palavra do ano” de 2024 pelo Dicionário Oxford. Suzana Herculano-Houzel juntou as duas coisas e concluiu: “estamos perdendo nossa humanidade há tempos, desde quando aceitamos relegar amizades e interações familiares às mídias ditas sociais. O que elas causam não é ‘*brain rot*’, apodrecimento cerebral: é ‘*humanity rot*’, mesmo” (2024, s.p.).

Referências Bibliográficas:

ABREU, P. A. L. de. **Agências de notícias do Sul Global: jornalismo, Estado e circulação da informação nas periferias do sistema-mundo**. Tese de doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/8868>. Acesso em 12 out. 2024.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BAPTISTA, J. P. B. e GRADIM, A. Online disinformation on Facebook: the spread of fake news during the Portuguese 2019 election. **Journal of Contemporary European Studies**, 2020. DOI: 10.1080/14782804.2020.1843415. Acesso em 10 mar. 2025.

BBC NEWS BRASIL. **Os motivos que levaram Elon Musk a sair do governo Trump**, 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cewdj5lvvrkno>. Acesso em: 08 out. 2025.

CANO, R. J. O Facebook fez experiências com 689.000 usuários sem que soubessem. **El País Brasil**, 30 jun. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/30/tecnologia/1404108700_038585.html. Acesso em: 30 nov. 2024.

CARVALHO, M. **Por dentro do Chega**. A face oculta da extrema-direita em Portugal. Lisboa: Objectiva, 2025.

CLARK, C. **Os sonâmbulos**. Como eclodiu a Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CONGER, K. e MAC, R. **Character Limit**. How Elon Musk Destroyed Twitter. New York: Penguin, 2024.

DANTAS, M.; MOURA, D.; RAULINO, G. e ORMAY, L. **O valor da informação**. De como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet. São Paulo: Boitempo, 2022.

DEMURU, P. **Políticas do encanto**. Extrema-direita e fantasias da conspiração. São Paulo: Elefante, 2024.

ERA UMA VEZ UM ARRASTÃO [Direção: Diana Andringa]. [S. l.: s. n.], 2005. [Vídeo: 19 min]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uSFQ34UsSos>. Acesso em: 15 mar. 2025.

ESTEVES, B. A tropa da mentira. **Revista Piauí**, outubro 2024. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-tropa-da-mentira/>. Acesso em 30 nov. 2024.

FILIPE, D. “Ventura pode deixar de ser líder, mas não eliminamos o Ventura Country”. **Notícias ao Minuto**, 1 out. 2025. Disponível em: <https://www.noticiasao minuto.com/politica/2860460/ventura-pode-deixar-de-ser-lider-mas-nao-eliminamos-o-ventura-country>. Acesso em: 1 out. 2025.

FISHER, M. **A máquina do caos**. Como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo. São Paulo: Todavia, 2022.

FUCHS, C. **Digital Fascism**. Media, communication and Society, vol. 4. Abigdon/New York: Routledge, 2022.

GIRON, L. A. Umberto Eco: “Informação demais faz mal”. **Época**, 4 jul. 2013. Disponível em: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2013/07/umberto-ecob-informacao-demais-faz-mal.html>. Acesso em: 10 dez. 2025.

GREEN, D. A. A iminente batalha entre as redes sociais e os governos. **Folha de S. Paulo**, 13 jan 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com>.

br/tec/2025/01/a-iminente-batalha-entre-as-redes-sociais-e-os-governos.shtml. Acesso em: 13 jan. 2025.

GUERREIRO, P. S. Investigação: são falsas 58% das contas no X que promovem o Chega. **CNN Portugal**, 16 mai. 2025. Disponível em: <https://cnnportugal.iol.pt/redes-sociais/chega/investigacao-sao-falsas-58-das-contas-no-x-que-promovem-o-chega/20250516/6826b94fd34e3f0bae9e39ce>. Acesso em: 1 out. 2025.

HERCULANO-HOUZEL, S. Apodrecimento cerebral, não; é apodrecimento da humanidade mesmo. **Folha de S. Paulo**, 26 dez. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/suzanaherculanohouzel/2024/12/apodrecimento-cerebral-nao-e-apodrecimento-da-humanidade-mesmo.shtml>. Acesso em: 26 dez. 2024.

KNIGHTLEY, P. **The First Casualty**. The war correspondent as hero and myth maker from the Crimea to Iraq. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.

LOVELESS, M. “Information and democracy. Fake news as an emotional weapon”, In: GIUSTI, S. e PIRAS, E. **Democracy and Fake News**. Information, manipulation and post-truth politics. Abdington/New York: Routledge, 2021, p. 64-76. LUSA. Media portuguesas acentuam xenofobia e discriminação de imigrantes. In **Público**, 17 jan. 2025. Disponível em: <https://www.publico.pt/2025/01/17/sociedade/noticia/media-portuguesas-acentuam-xenofobia-discriminacao-imigrantes-2119099>. Acesso em: 17 jan. 2025.

MAGALLÓN-ROSA, R., PAISANA, M. et al. **Disinformation consumption patterns in Spain and Portugal**. Pamplona: Iberifier, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.15581/026.007>. Acesso em: 10 mar. 2025.

MARTINS, C. e PEREIRA, E. (coord.). **A Desinformação**. Contexto europeu e nacional. Coimbra: Almedina, 2023.

MATTELART, A. e MATTELART, M. **Frentes culturales y movilización de masas**. Barcelona: Anagrama, 1977.

MAZA, C. Why Obvious Lies Make Great Propaganda. **Vox**, 31 ago. 2018. Disponível em: <https://www.vox.com/2018/8/31/17804104/strikethrough-lies-propaganda-trump-putin>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MELLO, P. C. **A máquina do ódio**. Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MIGUEL, L. F. e VITULLO, G. E. “Democracia, dominação política e emancipação social”. In: MIGUEL, L. F. e VITULLO, G. E. **Democracia como emancipação: olhares contra-hegemônicos**. Porto Alegre: Zouk, 2021, p. 93-121.

MORAES, D. de. “A comunicação sob domínio dos impérios multimídias”, In DOWBOR, L.; IANNI, O.; RESENDE, P. E. A. e SILVA, H. (orgs.). **Desafios da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 13-19

MORETZSOHN, S. **Jornalismo em “tempo real”**. O fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MORETZSOHN, S. **Pensando contra os fatos**. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MORETZSOHN, S. Uma legião de imbecis: hiperinformação, alienação e o fetichismo da tecnologia libertária. **Liinc em Revista**. Rio de Janeiro, v. 13, nº 2, p. 294-306, novembro 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18617/liinc.v13i2.4088>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ORESQUES, N. e CONWAY, E. M. **Merchants of Doubt**. New York: Bloomsbury, 2010.

PACHECO PEREIRA, José. A democracia e a ignorância agressiva. **Público**, 11 jan. 2025. Disponível em: <https://www.publico.pt/2025/01/11/opiniao/opiniao/democracia-ignorancia-agressiva-2118410>. Acesso em: 11 jan. 2025.

PAUL, C. e MATTHEWS, M. The Russian “Firehose of Falsehood” Propaganda Model. **Rand National Security Research Division**, 11 ago. 2016. Disponível em; <https://www.rand.org/pubs/perspectives/PE198.html>. Acesso em: 20 nov. 2024.

PENA, P. **Fábrica de mentiras**. Viagem ao mundo das fake news. Lisboa: Objectiva, 2019.

PERINI-SANTOS, E. “What is post-truth? A tentative answer with Brazil as a case study”. In: BIANCHI, B.; COSTA, S. e BOTELHO, J. C. A. (eds.). **Democracy and Brazil: collapse and regression**. New York: Routledge, 2021, p. 226-249.

RAMONET, I. **A tirania da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1999.

RANCIÈRE, J. As novas razões da mentira. **Folha de S. Paulo**, 22 ago. 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2208200403.htm>. Acesso em: 10 mar. 2025.

REIS, B. A ‘rixa no Martim Moniz’ não foi no Martim Moniz. **Público**, 15 jan. 2025. Disponível em: <https://www.publico.pt/2025/01/15/newsletter/livre-estilo>. Acesso em: 15 jan. 2025.

ROCHA, J. C. de C. **Bolsonarismo**: Da guerra cultural ao terrorismo doméstico. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

RODRIGUES, S. É nosso dever chamar nazistas de nazistas. **Folha de S. Paulo**, 22 jan. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/sergio-rodrigues/2025/01/e-nosso-dever-chamar-nazistas-de-nazistas.shtml>. Acesso em: 22 jan. 2025.

SANTIAGO, L. “Vamos dar golpe em quem quisermos”, diz Elon Musk, dono da Tesla, sobre a Bolívia. **Brasil de Fato**, 25 jul. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/25/vamos-dar-golpe-em-quem-quisermos-elon-musk-dono-da-tesla-sobre-a-bolivia>. Acesso em: 24 nov. 2024.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente**. Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, M. A. M. B. dos e MIRANDA, J. E. B. de (orgs.). **Nova direita, bolsonarismo e fascismo**: Reflexões sobre o Brasil contemporâneo. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020.

SAYURI, J. Justiça paralela. **The Intercept Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2021/12/09/brasil-paralelo-lanca-ofensiva-judicial-para-calar-criticos-e-reescrever-a-propria-historia/>. Acesso em: 8 out. 2025.

SCHNEIDER, M. **A dialética do gosto**. Informação, música e política. Rio de Janeiro: Circuito/Faperj, 2015.

TAVARES, J. Conservadores dominam anúncios pagos na Meta e gastam 3,3 vezes mais que progressistas, diz estudo. **Folha de S. Paulo**, 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/12/conservadores-dominam-anuncios-pagos-na-meta-e-gastam-33-vezes-mais-que-progressistas-diz-estudo.shtml>. Acesso em: 8 out. 2025.

TÜRCKE, C. **Sociedade excitada**. Filosofia da sensação. Campinas: Unicamp, 2010.

VALE DE ALMEIDA, M. A coisa. **Almanaque**, 15 fev. 2023. Disponível em: https://almanaquemag.com/%EF%BF%BCa-coisa/?fbclid=IwAR1y9i5Ch0QNVV53fhnXfz__w-kpIy76D5o8APw8M7z5DNr-su4MOgg6TQ8. Acesso em: 16 nov. 2024.

VIEIRA PINTO, A. **O conceito de tecnologia** (vols. 1 e 2). Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

WARDLE, C e DERAKHSHAN, H. **Information Disorder**: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

ZUCKERBERG, M. It's time to get back to our roots... **Poder 360**, 7 jan. 2025. [Vídeo: 5 min]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TWw9Pz13N2w>. Acesso em: 7 jan. 2025.

III

**EXPRESSÃO DAS FORMAS DEMOCRÁTICAS NAS
POLÍTICAS SOCIAIS: TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE**

O TRABALHO TRANCADO
NA SEMIPERIFERIA ANTES E
DEPOIS DE ABRIL

O TRABALHO TRANCADO NA SEMIPERIFERIA ANTES E DEPOIS DE ABRIL

Nuno Teles

1. Introdução

Os 50 anos do 25 de Abril são naturalmente um momento de balanço do que foi a experiência revolucionária em Portugal e anos subsequentes, buscando pistas para o futuro. Colocar o trabalho, do processo de trabalho à regulação laboral, no centro dessa avaliação, como este capítulo se propõe, permite-nos uma bússola para o entendimento das transformações mais gerais da sociedade portuguesa. Não só porque abarcamos a vida da esmagadora maioria da população, mas também pelas incontornáveis dinâmicas de acumulação de capital e de classe que acompanham e estruturam o trabalho numa sociedade capitalista. No entanto, como a teoria da regulação francesa nos mostra, embora a relação salarial seja central, o escrutínio de outras formas institucionais, como as formas de competição prevalecente, a gestão monetária, a organização e funções do Estado e os modelos de inserção internacional, são incontornáveis para entendermos regimes de acumulação de capital coerentes (Lipietz, 1988; Boyer e Saillard, 2002).

Sem a pretensão de caracterizar a evolução do capitalismo em Portugal exaustivamente nas suas diferentes formas institucionais, antes e após o 25 de Abril, este capítulo sublinha um aspecto que as análises históricas nacionais tendem a negligenciar: o contexto internacional em que as experiências nacionais se inscrevem. Este ponto de partida metodológico não implica qualquer sobredeterminação internacional

ou estrutural que tenderia a desvalorizar rupturas nacionais, como a Revolução dos Cravos. Pelo contrário, cada país segue trajectórias diferentes, dada a sua posição na economia internacional hierarquizada e as especificidades históricas, institucionais e do conflito social, tendo o trabalho no seu centro, como aconteceu com a Revolução no caso português. Mas é esta variegiação nacional no capitalismo internacional, sujeita a ondas políticas neoliberalizantes, que permite uma visão completa desta tapeçaria que é a economia global com os seus padrões, contradições e secções nacionais, com importância e poder desiguais (Brenner *et al.*, 2010; Santos e Teles, 2021).

Portugal é aqui entendido como uma semiperiferia persistente, cuja posição tranca a trajetória do país, com uma estrutura produtiva relativamente atrasada e, nas últimas décadas, subordinada aos interesses da integração europeia (Santos e Reis, 2018; Reis, 2023). O processo de descolonização trazido pelo 25 de Abril e, sobretudo, as transformações da economia da acumulação internacional, forçaram a economia portuguesa a transformar-se numa economia aberta. Portugal abandonou o seu papel de intermediário de fluxos de bens e capital na economia mundo entre centro e periferia para ocupar um papel secundário na economia internacional, que combina características do centro capitalista – a moeda forte, a qualidade das suas infraestruturas físicas, a qualificação de trabalhadores etc. – e da periferia – industrialização tardia e estruturas produtivas e financeiras pouco sofisticadas, assentes no trabalho desvalorizado, em termos absolutos e relativos, como forma primeira de inserção internacional (Rodrigues *et al.*, 2016). Este carácter híbrido da economia portuguesa é, aliás, convergente com o sentido original de semiperiferia na literatura dos sistemas-mundo (Wallerstein, 1976).

O objectivo deste capítulo não é só o de localizar Portugal no seu contexto particular, nascido do 25 de Abril, na transformação do capitalismo contemporâneo, encaminhando exercícios comparativos com outras realidades de industrialização tardia, transição democrática e conversão ao neoliberalismo, como a do Brasil¹. Partindo da relação

¹ Dada a natural tendência comparativa do leitor deste volume, o texto é pontuado com breves notas de rodapé com pistas sobre as diferentes posições e evolução das economias portuguesa e brasileira.

salarial portuguesa emancipada primeiro pelo 25 de Abril e erodida depois por décadas de neoliberalismo, pretende-se aqui compreender o paradoxal período que agora se vive em Portugal. O país atravessa um período entre o crescimento económico e o baixo desemprego, mas em que a reprodução social do trabalho encontra-se em crise, devido aos permanentes baixos salários e custos elevados, da habitação à saúde. Com uma economia que não serve à maioria da população e o trabalho organizado muito enfraquecido, a atual crise social dá origem a novos fenómenos políticos, como a reemergência da extrema direita organizada. A análise do percurso económico-social que desembocou nestas contradições e perplexidades é um ponto de partida crucial para a intervenção política que procura recuperar a dinâmica de Abril. O 25 de Abril é parte da explicação histórica da trajetória portuguesa e também um guia para as possibilidades políticas em relação ao trabalho e sua emancipação na economia política internacional presente.

O capítulo divide-se em três secções, delimitadas cronologicamente de forma a cobrir a evolução da economia portuguesa e seus encontros e desencontros com a economia internacional. A primeira secção analisa a economia portuguesa do pós-Segunda Guerra Mundial até ao 25 de Abril e as continuidades e rupturas introduzidas pela Revolução nas suas estruturas internas e na inserção externa. O 25 de Abril introduz um reequilíbrio do poder entre trabalho e capital, na sua regulação, protecção social e socialização dos grandes meios de produção e planeamento da economia, resultando em crescimento guiado por fontes nacionais, mas, dada a sua condição semiperiférica, com crescentes desequilíbrios externos, exacerbados pela nova conjuntura internacional de crise do fordismo, combustíveis caros e instabilidade financeira pós-*Bretton Woods*. A segunda secção analisa a evolução da economia portuguesa a partir de meados dos anos 1980 até à crise financeira global (CFG) de 2007-2009. A economia portuguesa reorienta-se no sentido da integração de país atrasado na Comunidade Económica Europeia, cavalo de Tróia da primeira onda neoliberalizante de privatização e re-regulação conforme o mercado, que culminou na adopção da moeda única europeia, o Euro. Estes foram anos de profunda reestruturação do capitalismo português, desindustrialização e precarização das relações laborais, mas com

crescimento económico e baixas taxas de desemprego até ao final dos anos 1990. Depois da crise de 2001, e com novas forças competitivas internacionais, advindas da liberalização comercial e financeira, a disputarem os baixos custos laborais nacionais, a economia portuguesa viu-se condenada à estagnação, crescimento do desemprego e crescente endividamento externo até à CFG. Finalmente, a terceira secção trata do período da CFG e sua declinação em crise do Euro a partir de 2010, com brutais efeitos na economia e emprego, abrindo a porta à profunda ofensiva sobre o trabalho nas suas condições, remuneração e acesso a serviços públicos. A crise do Euro traçou, contudo, o caminho para uma reinvenção da economia portuguesa enquanto semiperiferia, agora como destino de pessoas, através do turismo, e capital, através do investimento no imobiliário. Desde 2015, o crescimento económico se recuperou e o desemprego caiu. No entanto, novas contradições tornaram-se salientes, refletidas na permanência de baixos salários, na crise da habitação, na erosão de serviços públicos. A conclusão tenta apontar algumas pistas para a crise nacional que se avizinha num novo contexto internacional em que a concorrência e a reafirmação do poder estatal não fornecem espaço de desenvolvimento a economias como a portuguesa, condenando o trabalho à desvalorização interna e à fuga externa, na tradicional forma de emigração.

2. O 25 de Abril e o reequilíbrio interno

A economia política do fascismo português esteve longe de ser a mesma ao longo dos 48 anos de vida. Ela evoluiu desde o seu nascimento, durante as transformações da ordem económica internacional do período entre guerras, até ao seu fim, coincidindo com o fim dos ‘30 gloriosos’ de crescimento económico e pleno emprego nos EUA e na Europa Ocidental nos anos 1970.

O fascismo português é inicialmente marcado pelo isolacionismo económico, com o setor primário prevalecente como principal atividade económica, quer nas colónias, quer na metrópole. A grande depressão, o fim do padrão ouro e a Segunda Guerra Mundial reforçaram este perfil da economia nacional enquanto economia agrícola, com um setor industrial e uma burguesia protegidos pelo Estado, e um esforço colonizador em África como fonte de matérias-primas, nomeadamente

algodão, e mercado de consumo de bens industriais para a metrópole (Amaral, 2019). O emprego estava, assim, concentrado na agricultura, com mais de metade da população da metrópole dedicada a esta atividade até aos anos 1950. O emprego industrial e urbano, ainda assim em crescimento, estava enquadrado pelo corporativismo fascista e por uma forte repressão dos movimentos operários que tinham proliferado desde o final do século XIX em Lisboa e no Porto (Mónica, 1982). O crescimento populacional do período, numa tendência que já vinha desde o final do século XIX, foi absorvido pela emigração, que teve o Brasil como principal destino e foi reforçado no pós-Segunda Guerra para países da Europa Ocidental, como França, Suíça ou Alemanha.

Os anos do pós-guerra na Europa Ocidental sob hegemonia norte-americana são caracterizados por um forte intervencionismo estatal na economia e nas relações laborais como forma de apaziguamento dos movimentos operários de orientação socialista e comunista. O apoio do Plano Marshall e o acordo de *Bretton Woods* – que estabelece câmbios fixos, ancorado no dólar americano, e alicerçado em fortes controles à mobilidade de capitais, bens e serviços – permitiram aos Estados da Europa Ocidental um controlo sobre a gestão financeira doméstica de cada país e uma inserção internacional regulada e muito lentamente integrada (Eichengreen, 2019). Ademais, o sucesso do planeamento económico soviético e das experiências norte-americanas de planeamento indicativo durante o *New Deal* prestigiam intelectual e politicamente o esforço e direcção estatal de reconstrução e industrialização. Tal prestígio não pode, no entanto, ser desligado da emergência da organização fordista de produção industrial – marcada por grandes concentrações de capital fixo e trabalhadores organizados em linhas de produção com grandes economias de escala e, logo, de produtividade, implantado dos EUA à URSS (Link, 2020). Com este modelo de acumulação de capital, a capacidade de orientar, coordenar e planear diversas unidades produtivas tornou-se mais fácil, bem como a gestão e organização das relações laborais. No contexto europeu, onde a ameaça ao capital por parte do trabalho organizado tinha várias traduções políticas, dos partidos comunistas aos social-democratas, o regime de acumulação fordista incorpora na relação salarial sindicatos fortes, negociação colectiva de salários, regulação pública dos tempos

de trabalho, férias e saúde e segurança. Além da relação salarial, cresce e estrutura-se paralelamente a construção de um Estado de Bem-Estar, que, tirando partido do crescimento económico e da sua progressiva sofisticação institucional, nomeadamente nas suas burocracias, assume maiores responsabilidades na criação de serviços públicos e provisão de saúde, educação e segurança social. Estes serviços e transferências foram organizados em torno da relação salarial formal, fordista, a cujos anseios tentavam dar resposta (Hobsbawm, 1994).

Este não foi o modelo português. Mas a influência do dinamismo do capital internacional também chegou a Portugal. A industrialização portuguesa do pós-guerra é tardia, mas marcada pelas condições de acumulação de capital. Apoiado nas instituições do bloco ocidental durante a Guerra Fria – do Plano Marshall à Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), passando pelas negociações com a Comunidade Económica Europeia – e pressionado pelos processos de descolonização –, o Estado Novo fascista adopta uma nova postura industrializadora através de diversos planos de fomento, sobretudo a partir do início dos anos 1950. Replica-se assim a estratégia europeia de planeamento económico, com o investimento público a crescer de 2,4% até 10% do PIB nas vésperas da Revolução (Amaral, 2019). No entanto, este envolvimento estatal não tomou tanto a forma de provisão direta de bens e serviços, através da nacionalização ou criação de empresas públicas, como no resto da Europa ou no Sul Global, então chamado ‘terceiro mundo’, mas sim de financiamento da construção de infraestruturas essenciais à acumulação de capital, da electrificação aos transportes. O esforço modernizador da economia e do Estado é parcial, ao serviço das mesmas elites burguesas, e preservando a realidade eminentemente rural e de subsistência do país.

Ainda assim, com boa parte da economia portuguesa a não estar contabilizada, não surpreende, pois, que os esforços desenvolvimentistas do Estado Novo na siderurgia, indústria química, metalomecânica, electrificação e, mais tarde, construção e reparação naval, tenham resultados estatisticamente significativos no crescimento. A expansão da indústria e da economia formal e urbana permitiu um crescimento económico recorde durante os anos 1960, com taxas médias de 6% de

crescimento do PIB, chegando pontualmente mesmo a 10%² (Pordata, 2024a). Contudo, tal crescimento revelou-se insuficiente na ampliação do emprego (0,4% de média anual), dando origem a uma emigração massiva de trabalhadores rurais durante os anos 1970 – mais de um milhão de pessoas, num país que não chegava a nove milhões em 1960 (Reis, 2019). Em menor medida, as colónias em África também absorveram trabalhadores excedentários, ainda que já em plenas guerras de libertação nacional. A população branca portuguesa passou de menos de 300 mil em 1960 para 535 mil em 1973 em Moçambique e Angola, as duas maiores colónias (Amaral, 2019). A população na metrópole chegou mesmo a diminuir neste pretenso período de sucesso económico (Reis, 2019).

Com uma população ainda rural³, a regulação do trabalho era praticamente inexistente, com os trabalhadores rurais e domésticos fora da regulação estabelecida aquando da fundação do Estado Novo, em 1933. Para os trabalhadores da indústria e serviços, o modelo corporativista aprovou o Estatuto do Trabalho e a criação do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência nos anos 1930. Estabelecem-se assim algumas normas do contrato de trabalho, com poucas alterações até ao 25 de Abril, nomeadamente o limite de 48 horas semanais ou o limite mínimo de idade de 12 anos, expandida para 14 só em 1969 (Rodrigues, 2012). De resto, o esquema corporativo de sindicatos nacionais controlados pelo Estado permitia um apertado controlo e vigilância do trabalho, sem direito de associação ou à greve.

As condições de trabalho estavam, portanto, orientadas para longas e precárias jornadas, mal remuneradas, essenciais à manutenção de baixos custos. Assim garantiam-se os excedentes da burguesia nacional, protegidos da concorrência, e o seu eventual reinvestimento. Dadas

² É tentador fazer um paralelo com o milagre económico brasileiro do mesmo período, dada a importância da industrialização, da colonização (interna no caso do brasileiro) e do papel do Estado na repressão laboral em ambos os casos. No entanto, o crescimento económico não foi tão impressionante, nem tão durável como no caso brasileiro. Portugal não usufruiu nem do histórico desenvolvimentismo brasileiro de empresas públicas e planeamento económico e tecnológico, nem de um mercado interno de dimensão continental em expansão e integração. A extroversão do capitalismo português foi uma necessidade imediata do seu processo de industrialização.

³ Só em 1965 o setor agrícola deixou de ser o principal sector de ocupação (Amaral, 2019).

as fragilidades da burguesia nacional, numa segunda fase, a partir do final dos anos 1950, a escassez de capital é compensada pela atracção de investimento direto estrangeiro da Europa Ocidental nas indústrias têxteis e de electrónica. Por sua vez, as condições de trabalho nas colónias eram caracterizadas pelo trabalho forçado (Rodrigues, 2012). Não por acaso, o início do fim do regime fascista parte desta realidade laboral insustentável. A luta pela libertação nacional em África começa enquanto revolta contra as condições desumanas do trabalho forçado numa economia extractiva: o massacre de estivadores em Bissau, em 1959, e o massacre de trabalhadores mineiros e algodoeiros da baixa do Cassange em Angola no final de 1960. Embora não com o mesmo grau de violência, greves e organizações de trabalhadores na metrópole estiveram também no centro da resistência e oposição à ditadura, como nas fortemente reprimidas greves rurais de luta pela jornada de trabalho de oito horas no Alentejo e Ribatejo de 1962, com o Partido Comunista Português na sua organização.

As contradições económicas, sociais e coloniais que se foram acumulando no contexto semiperiférico tornaram-se insustentáveis no novo contexto internacional de estagnação e inflação dos anos 1970, com efeitos imediatos na economia portuguesa, agora mais aberta e sensível ao ciclo económico internacional. Os choques petrolíferos, o fim dos câmbios fixos e da convertibilidade do dólar americano em ouro e uma classe operária crescentemente militante colocaram os preços e as taxas de lucro sob pressão (Glyn, 2001). Se a pressão sobre o capital se dava pelo trabalho, também a concorrência internacional criava problemas de sobreacumulação de capital e desequilíbrios macroeconómicos externos persistentes, nomeadamente entre a Europa Ocidental e o Japão (agora excedentários) e os EUA (agora deficitários) (Brenner, 2006). Tais efeitos, sobretudo no que diz respeito ao aumento dos preços, traduziram-se em Portugal em 1972-73 em agitação operária com reivindicações eminentemente salariais. Greves ilegais surgiram em novos sectores, da metalurgia (Ford, SEPSA) aos transportes (Carris, TAP) e serviços (Bancos), ampliando o descontentamento social e político. Esta agitação laboral terá o seu reflexo coletivo na criação da Intersindical em 1970, nascida da conquista pela oposição democrática de direcções de 14 sindicatos

nacionais corporativos (Brandão de Brito e Rodrigues, 2013). É esta Intersindical que dará origem, depois do 25 de Abril, à Confederação Geral de Sindicatos Portugueses (CGTP-IN), principal confederação portuguesa de sindicatos até aos nossos dias.

A rápida transformação do 25 de Abril numa Revolução deve-se às quase imediatas mobilizações laborais. Não por acaso, é no 1º de Maio que se dá a legitimação popular do processo revolucionário. Ainda antes, no dia 27, a Intersindical publicou um comunicado em que se reivindicam as 40 horas de trabalho semanal, salário mínimo, direito à greve ou fim da carestia (Brandão de Brito e Rodrigues, 2013). A 30 de abril, o ministério das corporações é ocupado e transformado em Ministério do Trabalho. Os meses seguintes são marcados por diversas conquistas laborais: salário mínimo nacional, em junho de 1974, legalização do direito à greve, em agosto de 1974, o subsídio de desemprego em 1975. Os diversos movimentos sociais nascidos da Revolução (dos sindicatos às ocupações de empresas e de terra) asseguraram um aumento real de salários significativo (7% em 1974 e 14% em 1975), com o recém-instituído salário mínimo a ultrapassar o seu valor real em 2017, 43 anos depois (Loff, 2006). As conquistas laborais do período revolucionário incrustam-se na nova Constituição aprovada em 1976 e na legislação laboral. A regulação do trabalho, legalização de sindicatos e poder político favorável ao trabalho foram acompanhadas por uma intervenção extensiva, muitas vezes de emergência, do Estado na economia, nacionalizando setores como o bancário, a energia, água, transportes, siderurgia e química, contabilizando cerca de um quarto do PIB nacional. As nacionalizações permitiram a concentração de capital e as economias de escala e o controlo público do financiamento necessário ao investimento e crescimento do país.

Ainda que os efeitos da Revolução tenham sido de ruptura na economia portuguesa, num contexto internacional desfavorável, com uma queda do PIB em 1975 (-3,3%) (Pordata, 2024a), a socialização de vastos setores da economia portuguesa, aliada ao avanço dos salários, conquista de direitos e forte organização – a taxa de sindicalização atingiu 63% em 1977 (OCDE, 2024) –, resultou num novo modelo de crescimento. Este assentou-se no investimento (sempre acima de 30% do PIB durante a década de 1970) e consumo público (crescimento

de 10,9% em 1973 para 13,9% do PIB entre 1973 e 1980) (Pordata, 2024a). Parte deste consumo público diz respeito à construção de um Estado de Bem-Estar moderno. Por um lado, criaram-se e robusteceram-se as prestações sociais. Estas cresceram de 14% para 23% do rendimento disponível bruto das famílias entre 1974 e 1980 (INE, 2020). Por outro lado, cresceu o salário indireto na forma de expansão de serviços públicos, da educação à saúde, passando por investimentos na infraestrutura do país, como a água e o saneamento (Teles, 2022).

Os ganhos laborais (e o crescimento populacional do período) resultaram, assim, num forte crescimento económico até 1983, animado pela procura interna e a progressiva diversificação da economia. Se o período de crescimento dos anos 1960 foi marcado pelo crescimento de capital físico com poucos ou nenhum efeito no emprego e no bem-estar social, o período que se segue à Revolução é acompanhado por forte crescimento do emprego – mais 400 mil novos empregos entre 1973 e 1985 (10% do total) (Reis, 2023). Estes vão ser anos de forte queda da emigração portuguesa, de 120.000 pessoas, em 1973, para 40.000, em 1976, num período em que o retorno dos colonos de África se contabiliza em mais de meio milhão de pessoas. Esta é uma proporção da população da metrópole inédita na história da descolonização europeia (Amaral, 2019).

Com uma relação salarial e um Estado reconfigurados, o 25 de Abril conseguiu resolver o desequilíbrio interno do crescimento económico na década de 1970. No entanto, a diversificação da economia e o vislumbre do consumo de massas foram vítimas do persistente carácter semiperiférico da economia portuguesa. No contexto internacional de estagflação e acirramento da concorrência internacional, a desvalorização controlada do escudo, aplicada a partir de 1977, revelou-se insuficiente para compensar os crescentes défices externos originados pelo crescimento do investimento e consumo. Duas crises de balança de pagamentos, primeiro em 1979 e, de forma mais violenta, em 1983, já no contexto de elevadas taxas de juros internacionais, na sequência do choque *Volcker*, deram origem a empréstimos condicionais junto do Fundo Monetário Internacional

(FMI)⁴. Combinada com a promessa da integração na Comunidade Económica Europeia, enquanto solução para os constrangimentos estruturais da economia portuguesa, a vulnerabilidade macroeconómica semiperiférica encontrou nas reformas políticas e económicas neoliberais uma solução prometida, alinhando os interesses do capital externo aos da reinventada burguesia portuguesa (Rodrigues, 2022).

Portugal, enquanto semiperiferia, teria encontrado um percurso de modernização, convergência e acesso ao consumo, em linha com os restantes países europeus. Conquanto bem-sucedido, o modelo económico-social saído do 25 de Abril foi crescentemente visto como barreira a superar na convergência económica europeia de liberalização de mercados de bens, serviços e capital. Começa assim um longo processo de ofensiva sobre o trabalho e aumento das desigualdades em Portugal, assente na promessa da modernização da infraestrutura e qualificação da economia portuguesa, devidamente financiadas por transferências europeias que assim capturam politicamente largas franjas da sociedade portuguesa. O modelo de organização do trabalho e atração de capital estrangeiro baseado na manutenção dos baixos salários ganha então novo ritmo. O capital português vai lucrar, numa primeira fase, com a deslocalização da produção dos novos modelos de produção. Assentes na mobilidade do capital internacional e nas redes logísticas de uma economia com mão de obra barata, Portugal apresentava-se nos anos 1980 como destino geopolítico ideal ao investimento direto estrangeiro, dada a sua proximidade dos centros europeus da produção capitalista.

3. A integração europeia e a corrida para o fundo dos direitos laborais

Com a derrocada do ‘socialismo real’ no leste europeu e a emergência dos países do sudoeste da Ásia na competição internacional, afirmou-se um novo modelo de produção, chamado de pós-fordismo ou, de forma mais infeliz, de acumulação flexível ou globalização,

⁴ A extroversão mais precoce da (pequena) economia portuguesa em relação à brasileira talvez explique, por um lado, a antecipação das crises de balança de pagamentos comuns no Brasil a partir dos anos 1980 e, por outro, o ajustamento mais rápido face a uma economia razoavelmente fechada como a brasileira no mesmo período.

pelos seus defensores. Assente nos progressos tecnológicos nos domínios dos transportes e das tecnologias de informação, esta nova forma de organização da produção implicou a expansão do capital internacional aos quatro cantos do mundo. A produção industrial tornou-se fragmentada, organizada em cadeias globais de valor, com as atividades capazes de maior captura de valor, como o *design*, pesquisa e desenvolvimento, e o retalho sob o controlo de empresas multinacionais com sedes nos países do centro capitalista e a produção material subcontratada para destinos onde o trabalho barato aparece como principal vantagem competitiva, nomeadamente no Sudeste Asiático (Chesnais, 2016). O trabalho nos serviços ligados à reprodução social, da saúde ao cuidado, cresceu nos países do centro devido, por um lado, às maiores taxas de atividade feminina e, por outro lado, ao envelhecimento da população (Moody, 2017).

A internacionalização da produção foi acompanhada por um crescimento exponencial dos mercados financeiros globais, apoiados, politicamente, no novo regime monetário de câmbio flutuante, na liberalização de juros e movimentos de capitais e, tecnologicamente, nas tecnologias de informação e comunicação. Com a explosão da inovação financeira, associada a novos produtos e mercados, criou-se o arquétipo de mercado globalizado, contra o qual qualquer regulação pública parecia impotente (Helleiner, 1996; Cerny, 1994). Esta euforia financeira mudou o próprio comportamento dos diferentes agentes económicos, financeirizando-os. Com a internacionalização da produção e quebra do regime fordista de relação salarial no centro capitalista, os trabalhadores encontram no endividamento bancário, principalmente no acesso à habitação própria, um mecanismo de compensação para as suas perdas de rendimento direto (salarial) e indireto (retracção da protecção social e serviços públicos) (Lapavitsas, 2014). As empresas não financeiras, internacionalizadas, acedem diretamente aos mercados de dívida e capital, ao mesmo tempo que a sua valorização acionista – em que ativos não tangíveis, como a propriedade intelectual, ganham relevância – torna-se a métrica principal de rendibilidade do investimento (Serfati, 2008). O Estado, atravessando uma crise fiscal, fruto das reduções de impostos ao

capital e da mobilidade deste, fica dependente do financiamento e dos desmandos dos mercados financeiros hierarquizados, com o dólar e os EUA no seu topo (Streeck, 2017).

Durante os anos 1980, os capitalistas em Portugal beneficiaram quer da proximidade geográfica com os restantes mercados europeus, quer dos baixos salários nos primórdios desta nova organização da produção internacional. Contudo, estas duas vantagens foram diluídas com a sua expansão e desenvolvimento. A economia portuguesa atravessou, pois, um período de acirrada competição internacional, agravada pelo processo de convergência para a União Económica Monetária (UEM) aprovado pelo Tratado de *Maastricht* em 1992. Nascida com o objectivo de maior estabilidade cambial e financeira no regime pós-*Bretton Woods*, a UEM estabeleceu diferentes critérios de convergência – inflação, juro, défice e endividamento público. A promessa de porto seguro financeiro e comercial dentro da Europa conseguiu o consentimento para um processo de deflação da economia portuguesa, assente no crescimento salarial abaixo da inflação e na ancoragem do valor da moeda nacional, do escudo ao marco alemão. A desvalorização cambial deixou de ser uma variável de ajustamento. Tal processo foi bem-sucedido nos seus propósitos de redução da inflação, mas resultou numa sobrevalorização do escudo que tornava as exportações pouco competitivas e as importações baratas. Face à concorrência externa, começa assim um processo de desindustrialização, traduzida na crise da indústria pesada na cintura industrial de Lisboa, com milhares de despedimentos em empresas como a Lisnave (produção naval) ou a Siderurgia Nacional, e na crise prolongada na indústria têxtil no noroeste do país. A percentagem de população empregada no setor têxtil, que atingiu um pico de 10% de todo o emprego no final dos anos 1980, caiu para 5,5% em 2005 (atualmente são 3,4%) (Pordata, 2024b).

Ao contrário de países periféricos, que atravessaram nos anos 1990 os mesmos processos de deflação da economia, com acrescida volatilidade financeira, em Portugal este processo não necessitou de taxas de juros mais elevadas, de forma a atrair capital estrangeiro e

segurar a taxa de câmbio⁵. Pelo contrário, beneficiando da promessa firme de integração na UEM, as taxas de juros portuguesas convergiram com as suas congêneres do centro europeu. Além do baixo custo do endividamento, a liberalização e privatização do sistema financeiro abriram o acesso ao mercado de capitais e crédito europeus e ao aumento do endividamento de empresas e famílias, estas últimas sobretudo para a compra de habitação. Aliada à expansão infraestrutural, financiada pela União Europeia, que criou novos territórios de oferta imobiliária, a procura imobiliária financiada pelo endividamento bancário promoveu o setor de construção como motor de crescimento. Em 2000, este setor alcançou 11,3% de todo o emprego (Pordata, 2024b). Com contributos positivos do setor financeiro, da distribuição e outros serviços, o crescimento económico foi relevante: acima de 3% entre 1995 e 2000, atingindo 4,8% em 1998, mais do que compensando o processo de desindustrialização já descrito (Pordata, 2024a). A taxa de desemprego portuguesa atingiu um mínimo recorde, de 3,9%, próximo do pleno emprego, em 2000 (INE, 2020).

Além de taxas de juros baixas, a integração monetária portuguesa parecia proteger a economia do aumento da volatilidade financeira internacional que se verificou no Sul Global nos anos 1990, em sucessivas crises de balança de pagamentos (crise mexicana em 1994, asiática e russa em 1998, argentina em 2001). Em Portugal, os problemas crónicos de défice externo seriam agora algo do passado, dada a impossibilidade de especulação sobre a moeda na UEM. O endividamento externo deixou de ser entendido como problema macroeconómico, remetido, quando muito, à insustentabilidade financeira e à falta de competitividade de agentes económicos individuais.

O crescimento dos anos 1990 em Portugal, o discurso importado da ‘nova economia’, baseada nas novas tecnologias de informação, e a euforia bolsista das privatizações e empresas tecnológicas foram acompanhados pelos novos entendimentos neoliberais do trabalho e

⁵ Esse foi o caso do Brasil, onde a luta contra a inflação, com ancoragem do recém-criado Real ao Dólar, não só contribuiu para a desindustrialização da mesma forma que em Portugal (falta de competitividade face a exportações mais caras e importações mais baratas), como tal processo foi agravado por taxas de juros elevadas, deprimindo o consumo e investimento doméstico, tornando o Brasil um caso de estudo de desindustrialização precoce e acelerada (*The Economist*, 2022).

seus direitos. O ‘velho’ emprego industrial e organizado seria parte do passado, bem como a intervenção do Estado na regulação da relação salarial. Face ao novo fenómeno de desemprego de massas em países da Europa Ocidental, como França ou Espanha, tentativas de coordenação económica e laboral da UE, como a Estratégia de Lisboa, estabeleciam como objetivo criar a economia mais competitiva do mundo, assente na ‘economia do conhecimento’, na educação e formação e na ‘flexibilidade’ dos mercados de trabalho. Poucos anos mais tarde, esta visão do trabalho seria propagandeada enquanto ‘flexisegurança’ (adopção do modelo dinamarquês de pretensa forte rede de apoio a desempregados, combinada com a facilidade de despedimento) (Teles, 2017). Qualquer regulação europeia no sentido de um salário mínimo europeu ou harmonização de condições e segurança no trabalho estava afastada. Pelo contrário, embora falhadas, directivas europeias, como a infame directiva ‘*Bolkestein*’ de 2006, procuravam colocar trabalhadores em diferentes países em concorrência direta no mercado de serviços. Neste quadro liberal, restaria ao Estado promover a eficiência do mercado de trabalho através das ‘políticas ativas de emprego’, aumentando a ‘empregabilidade’ através de incentivos, punições e formação, num labirinto burocrático infernal para desempregados (Caleiras, 2015).

Este entendimento do trabalho e da relação salarial não deve ser visto como só mais uma esfera da vida económica e social a ser afectada pelo neoliberalismo. Ele foi, e é, essencial à viabilidade do novo regime de acumulação pós-fordista. Na impossibilidade de ter política comercial e industrial (impedida pelo mercado comum), política cambial e monetária (impedida pela moeda única), política orçamental (impedida pelo pacto de estabilidade da UEM), restaram poucos instrumentos de política económica ao Estado português. Com alguns dos seus principais preços determinados externamente, como o câmbio ou o juro, a variável de ajustamento de uma pequena economia aberta aos desmandos dos mercados internacionais vai ser, cada vez mais, o preço do trabalho. As primeiras tentativas de precarização das relações laborais, como o ‘pacote laboral’ de 1988, encontraram forte resistência, nomeadamente através da primeira greve geral, convocada pelas duas grandes centrais sindicais. Ao longo dos anos 1990, de

forma mais progressiva, novas formas de prestação do trabalho foram legalizadas, como o trabalho independente (conhecidos no país como ‘recibos verdes’), ao mesmo tempo que se erodia a regulação laboral herdada do 25 de Abril, por exemplo, com a introdução da polivalência no posto de trabalho, em 1998. A reforma laboral de 2004 foi um marco ao introduzir maior flexibilização do horário de trabalho, alargamento dos prazos dos contratos temporários, maior poder de realocar trabalhadores etc. A estas mudanças, somou-se a reforma da Segurança Social de 2006, que unificou o regime público, alterou o cálculo das reformas, limitando o seu valor futuro, e alargou a idade de reforma (agora indexada à evolução da esperança média de vida), chegando na atualidade a 66 anos e quatro meses, com um mínimo de 40 anos de contribuições sociais.

250

No entanto, deve ser notado que na lógica de reforma económica liderada pela oferta, Portugal conseguiu qualificar o trabalho, em parte fruto dos fundos europeus de compensação à abertura de mercados nacionais. Isto foi alcançado com um reforço do investimento no ensino, do básico ao superior, e através do reforço dos orçamentos de investigação e desenvolvimento – a despesa pública em educação cresceu de 5,5% do PIB em 1995 para 6,5% em 2005⁶. A população com ensino superior dos 15 aos 65 anos cresceu extraordinariamente, de 8,5%, em 1992, para 27,2%, em 2022. O número de estudantes de doutoramento, 2.600 em 1998, mais do que triplicou em 2006, para 8.500 (OCES, 2007). Em 2022, o número ultrapassou 26 mil (Pordata, 2024c).

A infraestrutura física e humana do país, embora favorecendo importantes franjas da população, revelou-se insuficiente para qualquer dinamismo estrutural da economia portuguesa nos anos 2000. A economia internacional recuperou-se rapidamente da recessão de 2001, embarcando num ciclo de endividamento e especulação imobiliária e financeira, mas a economia portuguesa não partilhou desta euforia. Por um lado, novas forças competitivas aceleraram a sua desindustrialização, nomeadamente a adesão da China à Organização

⁶ O período entre 2014 e 2024 observou uma redução da despesa relativa ao PIB, ficando abaixo dos 5%.

Mundial de Comércio em 2001 e o alargamento da UE. Os países do centro ganhavam com o acesso a bens de consumo mais baratos e novos mercados para os seus bens de capital, mas economias semiperiféricas, como a portuguesa, perdiam na comparação de custos de produção, nomeadamente laborais. Ademais, tendo entrado no Euro com a sua moeda sobrevalorizada, em nome do combate à inflação e sem a possibilidade de desvalorização, o aumento da competitividade da economia portuguesa estava afastada por qualquer recurso de curto prazo. A solução passaria sempre pela ‘flexibilidade’ do mercado de trabalho. Finalmente, com o Estado constrangido pela austeridade permanente dos critérios orçamentais do Pacto de Estabilidade, a continuação do crescimento económico assente na construção e no imobiliário estava limitada pela capacidade do Estado em urbanizar território, como tinha acontecido nas décadas de 1980 e 90. O investimento público caiu de 5%, em 2001, para 3% do PIB nas vésperas da crise financeira global (CFG).

Se o Euro e a UEM protegeram a economia portuguesa da volatilidade financeira internacional, também condenaram Portugal a um prolongado período de estagnação económica e social. De 2000 a 2010, Portugal foi o terceiro país que menos cresceu no mundo – 6,4% acumulado de 2000 a 2009 –, com só Itália e o Haiti em piores lugares. Perdendo os motores de crescimento económico interno dos anos 1990, permaneceu, contudo, o acesso ao financiamento externo ganho com a sua moeda forte. A financeirização da economia continuou, alimentando um crescente endividamento que compensava a fraca competitividade externa da economia e o aumento de preços da energia importada, nomeadamente do petróleo. O défice externo chegou a um recorde de 12% do PIB em 2008 (Pordata, 2024d)⁷. O endividamento externo líquido atingiu 75% do seu PIB, em 2007. Neste contexto de estagnação, o capital português, com acesso barato a moeda forte, internacionaliza-se. Setores como o financeiro, construção e

⁷ Os desequilíbrios macroeconómicos internacionais que se vão acumulando neste período até desembocar na CFG favoreceram a estrutura das exportações brasileiras, especializada nas matérias-primas agora valorizadas, permitindo excedentes comerciais recorde e mesmo o início de acumulação de reservas internacionais em dólares, diminuindo a sua vulnerabilidade financeira externa.

distribuição procuraram novos mercados em países periféricos, que cresceram durante os anos 2000 graças ao aumento dos preços das matérias-primas. O endividamento bruto de 194% do PIB mostra esta extroversão semiperiférica do capital português, que dá conta de ativos externos na proporção de 119% do PIB em 2007 (Pordata, 2024d). Todavia, a internacionalização do capital português teve poucos ou nenhum efeito no mercado de trabalho português, para lá de algumas franjas mais qualificadas que alcançam cargos intermédios e de gestão em empresas de serviços e/ou multinacionais. Os trabalhadores sofreram com uma taxa de desemprego crescente ao longo do tempo (de 3,9%, em 2001, para 8,5%, em 2007) (INE, 2020)), estagnação salarial e crescente precarização do trabalho, especialmente para os jovens, mais afetados pelas novas formas de contratação.

4. A crise financeira global e a reconfiguração do capitalismo português

252

O epicentro da CFG localizou-se na esfera da circulação de capital, nomeadamente nos mercados de crédito norte-americanos, mas as suas origens estruturais encontram-se na forma como a produção se organizou depois de décadas de internacionalização e financeirização. A fragmentação e deslocalização da produção, lubrificada por mercados financeiros internacionais, deram origem a crescentes desequilíbrios macroeconómicos e fluxos de crédito entre países excedentários e deficitários, que, por sua vez, insuflaram mercados de crédito sofisticados, favorecendo os centros financeiros globais, nomeadamente os EUA (Tooze, 2018). Por sua vez, este mesmo modelo de produção de concorrência e desvalorização do trabalho industrial, aliado à privatização de serviços públicos e erosão das transferências sociais, empurrou as classes trabalhadoras dos países mais ricos, com salários estagnados, para o endividamento no acesso à educação, saúde e, sobretudo, habitação, mercado em que começou a crise financeira em 2007-2008 (Lapavitsas, 2014). Estas contradições na organização internacional de produção estiveram na origem da CFG, mas a dimensão desta só é inteligível pela análise das lógicas próprias de preferência de liquidez, congelamento de crédito e contágio financeiro

que os mercados engendraram depois de décadas de liberalização à imagem da, e favorecendo a, potência hegemónica, os EUA (Gindin e Panitch, 2010). Com a desconfiança a reinar nos mercados depois da falência do banco *Lehman Brothers*, os mercados de crédito fecharam, condenando instituições sem liquidez e bloqueando os mercados de crédito internacionais, em especial, o crédito ao comércio internacional que colapsou em 2009. A crise tornou-se, então, uma crise global.

A gravidade da CFG obrigou, num primeiro momento, a que os Estados abandonassem os seus autoimpostos constrangimentos neoliberais de política económica em relação à despesa pública (abandono de regras orçamentais ou de dívida), à criação monetária (taxas de juro zeros e *Quantitative Easing*) e mesmo à propriedade (nacionalizações e socialização de perdas). Depois dessa atuação de emergência, um ‘novo normal’ foi emergindo. O crescimento do comércio e investimento internacionais deixou de ser o motor da economia internacional, inaugurando um longo período de estagnação nas economias do centro – contrastante com o crescimento económico chinês, agora mais guiado pela procura interna, particularmente no imobiliário e na construção (Tooze, 2018).

Num quadro em que o dólar se reafirmou como moeda mundial, enquanto reserva de valor internacional desejada na sua forma mais líquida em tempos de incerteza, o Estado norte-americano assumiu o papel de estabilizador da economia internacional, através da manutenção de políticas monetárias expansionistas, garantia de acesso à liquidez em todo o mundo. Tais políticas falharam no seu propósito de redinamizar o crescimento económico, mas são bem-sucedidas na sobrevalorização de ativos, financeiros e imobiliários, de empresas e famílias abastadas. A recuperação pública das taxas de lucro do capital é complementada por uma política orçamental de austeridade permanente sobre serviços públicos e prestações sociais e cortes de impostos ao capital, culminando nos EUA na reforma tributária de Donald Trump, em 2018 (Cooper, 2024). A relação salarial dos países do centro degradou-se, com desemprego de massas, estagnação salarial e diminuição do salário indireto. Num quadro de décadas de desarticulação do movimento operário, a inevitável contestação social

assumiu novas formas de acção política, da ocupação de praças no Sul da Europa e EUA às ocupações de rotundas em França, em 2018, e em novos sujeitos políticos e partidários, ditos populistas, das campanhas de Bernie Sanders nos EUA ao Podemos e França Insubmissa na Europa. Embora com graus de sucesso muito variados, em geral estes movimentos não alteraram as trajetórias pesadas do neoliberalismo.

A CFG teve em Portugal dois períodos distintos. O primeiro, em 2009, coincide com os efeitos globais da crise na retracção do comércio e crédito internacionais. O segundo, a partir de 2011 até 2014, na transfiguração da CFG na crise do Euro. No primeiro momento, o reflexo da crise global deu-se, mais uma vez, nos setores mais expostos aos fluxos internacionais de mercadorias e capital, nomeadamente a indústria têxtil, a indústria de automóvel e electrónica. Ficou famosa então a falência do maior exportador em valor da economia, a Qimonda, empresa alemã de *chips* de memória. Também faliram alguns pequenos bancos nacionais com estratégias de investimento mais arriscadas face aos grandes bancos, como o Banco Privado Português ou o Banco Português de Negócios. Todavia, com os bancos nacionais orientados para ativos domésticos, o endividamento de empresas e famílias, a crise financeira não teve, neste primeiro momento, grandes efeitos sobre o sistema financeiro nacional. Ademais e de forma um pouco paradoxal, a restante economia beneficiou de menores custos financeiros, graças às taxas de juros historicamente baixas e a um aumento modesto da despesa pública contracíclica, então autorizado pela UE.

Se as medidas monetárias e orçamentais expansionistas conseguiram estabilizar a economia internacional pós-*Lehman Brothers*, as repercussões da crise financeira nos EUA rapidamente transferiram o centro geográfico da crise para a periferia da Zona Euro, em 2011. O endividamento externo recorde das economias do sul da Europa, agora alimentado pelo endividamento público, despertou a desconfiança na capacidade de pagamento destas economias, especialmente depois de o Banco Central Europeu (BCE), comportando-se como um banco central estrangeiro, ter desqualificado os títulos de dívida pública gregos nas suas operações monetárias. Ao recusar o papel de prestador de último recurso do soberano, a garantia implícita dada pelo BCE às dívidas europeias desapareceu, tal como o financiamento de mercado.

Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha foram obrigados a recorrer a empréstimos oficiais de um consórcio entre a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional. Estes empréstimos, concedidos por uma forte condicionalidade política, implicaram memorandos de entendimento em que os diferentes governos se comprometeram a um vasto conjunto de reformas que varreram estas sociedades: cortes de salários e reformas, aumentos de impostos, privatizações, redução dos apoios sociais e dos direitos laborais e liberalização de mercados de produto e de arrendamento habitacional etc. (Lapavitsas, 2012).

No diagnóstico oficial da crise, as instituições internacionais ignoraram as condições e práticas financeiras da CFG, para apontar pretensos excessivos custos laborais e consequente perda de competitividade, a par da irresponsabilidade orçamental pública, como causas centrais da crise. Na impossibilidade de desvalorização cambial, a hipótese da ‘desvalorização interna’ foi avançada como alternativa, ou seja, a redução dos custos laborais de forma a diminuir os preços relativos de cada uma destas economias em relação à competição internacional (Teles, 2017). Em Portugal, a mais destrutiva reforma laboral desde o 25 de Abril foi então aprovada, com redução das prestações de desemprego, flexibilização e embaratecimento do despedimento, extensão de tempos de trabalho suplementar ou congelamento da aprovação de acordos de negociação colectiva (Teles, 2017)⁸. Os resultados foram os esperados: entre 2010 e 2014, os salários médios nominais caíram 8% (Caldas, 2015). A perda de rendimento salarial e de pensões, aumentos extraordinários de impostos e cortes na despesa pública resultaram numa profunda crise económica. O PIB caiu 1,7%, em 2011, e 4,2%, em 2012 (Pordata, 2024a). O desemprego atingiu os 17%, em 2013, com o subemprego a duplicar – 240 mil trabalhadores em 2013 (Datalabor, 2024). Tal como no resto do mundo, a maior crise económica e social que o país atravessou durante o período democrático foi acompanhada por descontentamento social. No entanto, para lá de movimentos mais inorgânicos, como aquando das manifestações ‘Que se Lixe a Troika’, e da convocação de greve

⁸ O número de trabalhadores do setor privado cobertos por acordos de negociação coletiva atualizados caiu de 1,8 milhão em 2008 para pouco mais de 200 mil em 2014 (Campos Lima, 2017).

geral por parte da CGTP, em 2012, ano de um pequeno pico no número de greves (127), a conflitualidade laboral diminuiu, com a quantidade de greves a cair até 75, em 2015 (Datalabor, 2024) e a taxa de sindicalização a atingir novos mínimos históricos, de 10,6%, em 2010, para 7,6% em 2017 (7,1%, em 2022, último ano da série) (OCDE, 2024). Esta desarticulação do movimento sindical, aliada à correta percepção de sobredeterminação externa (europeia) da crise, dificultou a resposta política ao retrocesso social. A principal válvula de escape social voltou a ser a endémica emigração, agora reforçada por trabalhadores mais qualificados.

Depois de ver os seus objetivos políticos de disciplina monetária e orçamental cumpridos, sobretudo após a derrota do governo da esquerda radical na Grécia, em 2015, o Banco Central Europeu aderiu aos programas de compra de ativos financeiros do seu congénere norte-americano e estabilizou os mercados de dívida europeus, abrindo um novo período de baixas taxas de juros ao setor privado e público em toda a zona Euro⁹. Esta estabilização financeira coincidiu com a eleição de um novo parlamento em Portugal, em 2015, de onde saiu um governo minoritário, com o apoio dos partidos à esquerda, sob o lema da reversão de cortes de salários e pensões. O novo contexto financeiro e orçamental permitiu então uma nova fase de crescimento económico, animado pelo consumo interno, e, particularmente, pela procura externa do país como destino turístico. Com a economia europeia a recuperar, a abertura de novas rotas das companhias aéreas, as denominadas *low-cost*, e muitos destinos concorrentes em convulsão política na sequência da chamada Primavera Árabe, Portugal recuperou a sua vantagem geopolítica semiperiférica. Ademais, com boas infraestruturas e salários e preços de ativos desvalorizados, Portugal tornou-se um destino barato.

⁹Sintomático do descompasso internacional da economia portuguesa, enquanto semi-periferia, em relação à economia brasileira, é o facto de ser neste período de recuperação da economia portuguesa que se dá a maior crise económica no Brasil desde o pós-guerra. A estabilização financeira dos centros da economia internacional provocou, simultaneamente, uma reversão de fluxos de capital do Sul Global e uma queda do preço das matérias-primas, resultando, no caso brasileiro, em desvalorização cambial, inflação, aumento das taxas de juro e austeridade orçamental. O Brasil esteve longe de ser a única economia a sofrer com esta tempestade perfeita que se abateu sobre o Sul Global, no que pode e deve ser entendido como o terceiro ato da CFG, depois da crise em *Wall Street*, em 2008, e na Zona Euro, em 2010-12.

O turismo tornou-se o grande motor do crescimento económico, tendo o seu peso no PIB quase duplicado no período entre 2013 (5,4%) e 2023 (9,5%). O emprego disparou 68% no setor de alojamento, restauração e similares no mesmo período (Pordata, 2024b). Como referência, na indústria transformadora, que também prosperou com a recuperação económica, o aumento do emprego foi de 18%. Este crescimento do turismo conduziu, por sua vez, a uma forte recuperação do setor do imobiliário e da construção. O emprego no setor da construção aumentou 40% e nas atividades imobiliárias cresceu 120% (Pordata, 2024b). Com estes ativos desvalorizados por anos de crise, as novas formas de alojamento local, a entrada de capital por via de fundos de investimento estrangeiros, imigração e os chamados residentes não habituais, atraídos por generosos benefícios tributários, criaram nova procura e alimentaram a especulação imobiliária. Os preços da habitação mais do que duplicaram, com crescimento de 120% de 2015 até 2024, tornando quase impossível o tradicional acesso à casa via crédito aos trabalhadores nacionais (Datalabor, 2024).

Os setores do nexo turismo-imobiliário, onde tem assentado o crescimento económico, são ricos em emprego, mas mal remunerados, com salários abaixo da média portuguesa. Os gastos das empresas portuguesas por pessoa empregada no setor do alojamento, restauração e similares alcançaram só 74% dos gastos médios. No setor de atividades imobiliárias, a percentagem cai para 66% (Datalabor, 2024). É certo que o salário mínimo cresceu mais de 20% em termos reais no período de 2016 a 2023. No entanto, o enquadramento do trabalho introduzido pelo memorando de entendimento imposto pela UE e FMI manteve-se com poucas alterações. Mesmo num contexto de baixo desemprego, a vulnerabilidade dos trabalhadores não permitiu ganhos face ao capital para lá dos decretados pelo governo, através do salário mínimo.

O quadro de vulnerabilidade laboral tornou-se mais gravoso no contexto inflacionário pós-pandémico de 2021-22, que Portugal, dadas as suas condições estruturais semiperiféricas, importou. Embora o rendimento bruto nominal do trabalho médio tenha crescido 14% entre 2020 e 2023 (INE, 2024), puxado pelos aumentos de salário mínimo, o rendimento médio real, descontado da inflação, ficou estagnado.

No entanto, os rendimentos salariais descontados da inflação são cada vez mais uma medida parcial e insuficiente para medir a evolução do rendimento dos trabalhadores, no que diz respeito a aspectos básicos da sua reprodução, como a alimentação, habitação ou saúde. Na alimentação e bebidas não alcoólicas, o aumento de preços foi de 13% em 2022 e 10% em 2023, com inflação de 7,8% e 4,3%, respectivamente (INE, 2024). Na habitação, o principal custo dos trabalhadores portugueses não é contabilizado no índice de preços: a prestação do crédito à habitação. O crescimento das taxas de juros, equivocadamente entendidas como instrumento de combate à inflação, forçou um considerável aumento do esforço financeiro para as famílias. A prestação média do crédito à habitação chegou a mais de 400 euros em 2024, quase o dobro do mínimo histórico de 2020 (Datalabor, 2024), mesmo com os bancos a substituir capital amortizado por juro na prestação (61% da prestação média em janeiro de 2024). O rácio entre a prestação média vencida nos contratos de crédito à habitação e a remuneração declarada à Segurança Social aumentou de 19% em 2019 para 24% em 2023 (Datalabor, 2024). Entretanto, o rácio entre o valor mediano das rendas por 100 m² de novos contratos de arrendamento e a remuneração declarada à Segurança Social passou de 36% para 46%. Finalmente, com o investimento público, principal variável de ajustamento orçamental, constrangido desde a crise do Euro, a degradação dos serviços públicos é notória, sobretudo na saúde. Em 2021, os pagamentos (privados) diretos foram de 29% do total da despesa de saúde no país, contra uma média da UE de 18,9%. Nos cinco anos anteriores à pandemia de 2020, a despesa privada em saúde em Portugal cresceu a uma taxa média anual de 4% (OCDE, 2023).

Esta é, pois, uma crise social diferente da de 2011-2014. O cenário de baixo desemprego, mas incapacidade de os salários acompanharem a evolução dos preços de bens e serviços básicos, com preços da habitação e do arrendamento a bater recordes, está longe de ser um exclusivo português. Um pouco por toda a Europa e EUA, os trabalhadores vivem assim uma crise aparentemente não centrada no emprego e na produção, mas na reprodução social, aqui entendida como o acesso a bens e serviços socialmente reconhecidos como necessários à manutenção da força de trabalho (Fine, 2021). Contudo, esta crise da reprodução social

não pode ser desligada das especificidades da acumulação de capital e da relação salarial de uma economia semiperiférica como a portuguesa, que a tornam mais gravosa do que em outros países do centro. Ao contrário dessas economias, na economia portuguesa hoje os sectores mais dinâmicos encontram-se no turismo e imobiliário, dependendo dos preços relativamente baixos oferecidos à procura externa. O turismo depende da abundância de trabalho, enquanto o imobiliário depende, por sua vez, da captura de rendas fundiárias, diferenciais – ou seja, beneficiando de localizações específicas e do investimento na construção e reabilitação – e absolutas – assentes na captura de valor da acumulação nacional e internacional de capital (Teles, 2019). Em ambos os setores, o trabalho barato e atomizado nacional é condição simultânea do sucesso da acumulação de capital nacional e contradição desta mesma acumulação, traduzida em crise (de reprodução) social.

A sustentabilidade política só foi conseguida pelos assimétricos efeitos desta crise na população portuguesa. De facto, com crescimento económico são ainda muitos os que ganham com a valorização de ativos ou com empresas bem-sucedidas no turismo e imobiliário, dependente do trabalho ‘uberizado’, crescentemente desqualificado pela tecnologia (Teles e Caldas, 2019). Cria-se assim um caldo económico, social e político, em que a relação de trabalho está estrangida pela concorrência de capitais nacionais e internacionais. A extrema direita organizada, quase inexistente enquanto organização de massas em Portugal desde o 25 de Abril, hoje alcança mais de um quinto do parlamento português, tirando partido deste caldo com alvos muito concretos, dos políticos corruptos aos imigrantes, mas soluções difusas, as mais das vezes neoliberais autoritárias, em que o apagamento histórico do 25 de Abril aparece como item essencial da agenda reacionária de nova ofensiva sobre o trabalho e serviços públicos.

5. Conclusão: na crise do trabalho à espera da crise do capital

A economia internacional entrou numa nova fase depois da pandemia (Tooze, 2021). Com anúncios de retorno da produção industrial aos países do centro capitalista, devido às fragilidades logísticas e geopolíticas tornadas salientes durante a pandemia, talvez sejam

prematureiros os anúncios que dão conta do fim da internacionalização da produção (Teles, 2022). O comércio internacional estagnou, mas não diminuiu em valor. Mais do que a pandemia, a tensão geopolítica entre EUA e China, alimentada desde 2022 pela guerra na Ucrânia, implicou uma mudança de orientação política económica nos EUA e na UE. De facto, a China já não é só a ‘fábrica do mundo’, mas alcançou a fronteira tecnológica em alguns sectores, da energia às telecomunicações, passando pelos veículos eléctricos, alterando assim os termos da competição internacional de capital. O novo quadro geopolítico deu origem a uma viragem na política económica. Se antes EUA e, principalmente, a UE apareciam como os campeões do comércio livre e da concorrência internacional, recusando qualquer papel explícito do Estado na condução da sua produção, hoje assistimos à introdução de tarifas comerciais, quotas e um ativismo orçamental estatal, em que o dogma dos défices públicos parece ser não abandonado, mas pelo menos negligenciado, substituído por ambiciosos programas de política industrial: o *Bipartisan Infrastructure Act of Inflation Reduction Act* e *CHIPS Act* nos EUA e o, mais modesto e limitado, *Next Generation* na UE, com a sua tradução no Plano de Recuperação e Resiliência.

O papel do Estado alterou-se mais uma vez. Assistimos hoje não ao planeamento económico do pós-Segunda Guerra, mas à emergência de um modelo de intervenção alicerçado em incentivos ao capital privado, com poucos ou nenhum mecanismo de controlo e disciplina. Subsídios, créditos fiscais, crédito garantido pelo Estado, compras públicas ou novas parcerias público-privadas são algumas das medidas daquilo que a economista Daniela Gabor (2021) qualifica como o Estado que minimiza o risco do investimento privado. Os efeitos na acumulação têm sido notáveis, com crescimento económico e euforia financeira, com valorizações bolsistas recorde das grandes empresas multinacionais de capital norte-americanas, mesmo num ambiente de uma política monetária ligeiramente mais restritiva. Se o emprego cresce, já os efeitos na vida dos trabalhadores parecem quase inexistentes, pelo menos nos EUA, como a recente vitória de Trump mostra (Henwood, 2024).

Neste novo cenário, economias semiperiféricas, como a portuguesa, ficam numa posição muito vulnerável. Trancado no seu carácter semiperiférico, Portugal não consegue aproveitar a actual disputa económica e geopolítica, tal como muitos países da periferia. Devido ao processo de integração europeia, Portugal passou a uma semiperiferia de novo tipo, enquanto economia híbrida que combina elementos dos países mais desenvolvidos (a sua modernização infraestrutural e educacional, moeda forte) com a de países periféricos (estrutura pouco produtiva, assente no trabalho e ativos ‘baratos’, desequilíbrios externos). A sua posição geopolítica ora favorece o país, por exemplo, enquanto destino turístico, ora o penaliza, por exemplo, na concorrência próxima com economias mais desenvolvidas. O que é certo é que a sua soberania está sempre coartada em qualquer cenário. Com as conquistas sociais e económicas fruto da Revolução de Abril em recuo, a estrutura social e política esfarelada mantém-se graças a um crescimento económico desqualificante e dependente dos desmandos do capital internacional. Os recentes esforços de reindustrialização europeia, se de duvidável eficácia a nível europeu, dificilmente terão qualquer efeito estrutural, para lá de algum investimento estrangeiro em busca de trabalho barato qualificado em serviços associados às tecnologias de informação.

Mais preocupantes são os eventuais efeitos de qualquer instabilidade financeira associada à recessão internacional que provoque uma reversão, necessariamente exacerbada dada a natureza do nexo turismo-imobiliário, dos fluxos externos cruciais ao capitalismo português – o turismo e os fluxos de capital associados ao imobiliário –, com aumento do desemprego e da crise social. Sendo a grande incógnita da próxima crise económica em Portugal não tanto o *como*, mas o *quando*, importa estar preparado politicamente para responder às reivindicações que se acumulam com a presente crise de reprodução social. Sem as pretensões revolucionárias do 25 de Abril aquando da crise dos anos 1970, importa aprender como essa ruptura estrutural colocou a redefinição da relação salarial no seu centro e conseguiu, ainda que parcialmente, valorizar o trabalho num contexto de crise da acumulação de capital. Para lá da luta laboral e sindical, apresenta-se

como condição necessária, mas não suficiente, a luta pela soberania que possa contrariar os desmandos do capital na relação desigual, mas sempre combinada com o centro e outras periferias e semiperiferias na esfera internacional.

Referências Bibliográficas

AMARAL, L. **The modern Portuguese economy in the twentieth and twenty-first centuries**. Palgrave Macmillan, 2019.

BOYER, R.; SAILLARD, Y. **Théorie de la régulation**. Vol. 1. La Découverte, 2004.

BRANDÃO DE BRITO, J. M.; RODRIGUES, C. **A UGT na história do movimento sindical português (1970-1990)**. Tinta-da-China, 2013.

BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. Variegated neoliberalization: geographies, modalities, pathways. **Global networks**, v. 10, n. 2, p. 182-222, 2010.

BRENNER, R. **The Economics of Global Turbulence: The Advanced Capitalist economies from Long Boom to Long Downturn, 1945-2005**. Verso Books, 2006.

CALDAS, J. C. Desvalorização do trabalho: do Memorando à prática. **Cadernos do Observatório**, n. 6, p. 1-24, 2015.

CALEIRAS, J. **Para Lá dos Números**. As Consequências Pessoais do Desemprego. Leya, 2015.

CAMPOS LIMA, M. da P. A grande regressão da negociação coletiva: os desafios e as alternativas. In: CARVALHO DA SILVA, Manuel; HESPANHA, Pedro; CALDAS, José Castro (org.). **Trabalho e políticas de emprego: um retrocesso evitável**. Actual Editora, 2017. p. 245-300.

CERNY, P. G. The dynamics of financial globalization: Technology, market structure, and policy response. **Policy sciences**, v. 27, n. 4, p. 319-342, 1994.

CHESNAIS, F. **Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump**. Brill, 2016.

COOPER, M. **Counterrevolution: Extravagance and Austerity in Public Finance**. Princeton University Press, 2024.

DATALABOR. **Dados estatísticos e informação jurídica nas áreas do trabalho, emprego e proteção social.** 2024. Disponível em: <https://datalabor.pt/data/5P6JOJkl3pW>. Acesso em: 12 jan. 2025.

EICHENGREEN, B. **Globalizing capital: a history of the international monetary system.** 3. ed. Princeton University Press, 2019.

FINE, B. Framing Social Reproduction in the Age of Financialisation. In: SANTOS, A. C.; TELES, N. (ed.). **Financialisation in the European Periphery: Work and Social Reproduction in Portugal.** Routledge, 2021. p. 257-272.

GABOR, D. The wall street consensus. **Development and change**, v. 52, n. 3, p. 429-459, 2021.

GINDIN, S.; PANITCH, L.. **The Making of Global Capitalism.** Verso Books, 2013.

GLYN, A. **Capitalism unleashed: finance, globalization, and welfare.** Oxford University Press, 2001.

HELLEINER, E. **States and the reemergence of global finance: from Bretton Woods to the 1990s.** Cornell University Press, 1996.

HENWOOD, D. It was always about the Inflation. **Jacobin**, 2024. Disponível em: <https://jacobin.com/2024/11/trump-2024-election-inflation-economy>. Acesso em: 12 jan. 2025.

HOBSBAWM, E. J. **Age of extremes: the short twentieth century, 1914-1991.** Abacus, 1994.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Portugal). **Séries Longas da Economia.** 2020. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=536285836&PUBLICACOESmodo=2. Acesso em: 18 jan. 2025..

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Mercado de Trabalho.** 2024. Disponível em: <https://www.ine.pt>. Acesso em: 2 fev. 2025.

LAPAVITSAS, C. **Eurozone in crisis.** Verso Books, 2012.

LAPAVITSAS, C. **Profiting without producing: How finance exploits us all.** Verso Books, 2014.

LINK, S. J. **Forging global Fordism: Nazi Germany, Soviet Russia, and the contest over the industrial order.** Princeton University Press, 2020.

LIPIETZ, A. Accumulation, crises, and ways out: some methodological reflections on the concept of “regulation”. **International Journal of Political Economy**, v. 18, n. 2, p. 10-43, 1988.

LOFF, M. Fim do Colonialismo, ruptura política e transformação social em Portugal nos anos setenta. In: LOFF, M., PEREIRA, M. C. (coord.). **Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)**. Ed. Universidade do Porto, 2006. p. 153-193.

MÓNICA, M. F. **A formação da classe operária portuguesa: antologia da imprensa operária (1850-1934)**. Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

MOODY, K. **On new terrain: How capital is reshaping the battleground of class war**. Haymarket Books, 2017.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Institutional Characteristics of Trade Unions, Wage Setting, State Intervention and Social Pacts (ICTWSS) Database**. 2024. Disponível em: [https://data-explorer.oecd.org/vis?df\[ds\]=DisseminateFinalDMZ&df\[id\]=DSD_TUD_CBC%40DF_TUD&df\[ag\]=OECD.ELS.SAE&dq=PRT..&pd=2000%2C&to\[TIME_PERIOD\]=false](https://data-explorer.oecd.org/vis?df[ds]=DisseminateFinalDMZ&df[id]=DSD_TUD_CBC%40DF_TUD&df[ag]=OECD.ELS.SAE&dq=PRT..&pd=2000%2C&to[TIME_PERIOD]=false). Acesso em: 3 fev. 2025.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **State of Health in the EU - Portugal**. 2023. Disponível em: https://www.oecd.org/pt/publications/2023/12/portugal-country-health-profile-2023_eebec3f5.html. Acesso em: 3 fev. 2025.

OCES - Observatório da Ciência e do Ensino Superior. **Evolução do número de inscritos no ensino superior, por distrito e NUTS II 1997/98 – 2005/06**. 2007. Disponível em: https://www.ipb.pt/~hn2r/1997_2006.pdf. Acesso em: 8 fev. 2025.

PORDATA. **Crescimento e produtividade – Portugal**. 2024a. Disponível em: <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/economia/crescimento-e-produtividade>. Acesso em: 8 fev. 2025.

PORDATA. **Emprego por ramo de atividade (%)**. 2024b. Disponível em: <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/economia/setores-de-atividade/emprego-por-ramo-de-atividade-0>. Acesso em: 8 fev. 2025.

PORDATA. **Educação**. 2024c. Disponível em: [https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/educacao?f\[0\]=theme%3A296](https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/educacao?f[0]=theme%3A296). Acesso em: 18 fev. 2025.

PORDATA. **Contas externas**. 2024d. Disponível em: <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/contas-externas>. Acesso em: 18 fev. 2025.

REIS, J. A economia portuguesa dos anos sessenta: uma pesada continuidade. In: **Uma década, duas formas de autoritarismo: os anos de 1960 em Portugal**. 2019. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/90219>. Acesso em: 18 fev. 2025.

REIS, J. Os cinco trabalhos de uma periferia europeia: a economia portuguesa em tempos convulsos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 130, p. 101-126, 2023.

RODRIGUES, M. da C. F. **Portugal e a Organização Internacional do Trabalho (1933-1974)**. 2012. Tese (Doutoramento) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/18559>. Acesso em: 18 fev. 2025.

RODRIGUES, J.; SANTOS, A. C.; TELES, N. Semi-peripheral financialisation: the case of Portugal. **Review of International Political Economy**, v. 23, n. 3, p. 480-510, 2016.

RODRIGUES, J. **O neoliberalismo não é um slogan**. Tinta-da-China, 2022.

SANTOS, A. C.; REIS, J. Portugal: uma semiperiferia reconfigurada. **e-cadernos CES**, n. 29, 2018.

SANTOS, A. C.; TELES, N. Post-crisis financialisation in the Southern European periphery: Introduction. In: SANTOS, A. C.; TELES, N. (org.). **Financialisation in the European Periphery**. Routledge, 2021. p. 1-19.

SERFATI, C. Financial dimensions of transnational corporations, global value chain and technological innovation. **Journal of Innovation Economics**, n. 2, p. 35-61, 2008.

STREECK, W. **How will capitalism end?: Essays on a failing system**. Verso Books, 2017.

TELES, N. O trabalho como variável de ajustamento: da teoria à prática. In: CARVALHO DA SILVA, M.; HESPANHA, P.; CALDAS, J. C. (org.). **Trabalho e políticas de emprego: um retrocesso evitável**. Actual Editora, 2017. p. 35-77.

TELES, N. Financeirização da Habitação: A terra e renda fundiária. In: SANTOS, Ana C. (org.). **A nova questão da habitação em Portugal**. Actual Editora, 2019. p. 87-110.

TELES, N. Pandemia, crise económica e o novo papel do Estado. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 128, p. 15-38, 2022.

TELES, N; CALDAS, J. C. Tecnologia e trabalho no século XXI: uma proposta de abordagem. **Cadernos do Observatório**, n. 12, 2019.

THE ECONOMIST. **Why industrial decline has been so stark in Brazil**. 5 mar. 2022. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2022/03/05/why-industrial-decline-has-been-so-stark-in-brazil>. Acesso em: 18 fev. 2025.

TOOZE, A. **Crashed**: How a decade of financial crises changed the world. Penguin, 2018.

TOOZE, A. **Shutdown**: How Covid Shook the World's Economy. Penguin, 2021.

WALLERSTEIN, I. Semi-peripheral countries and the contemporary world crisis. **Theory and society**, v. 3, n. 4, p. 461-483, 1976.

AS LUTAS DA CLASSE
TRABALHADORA E A
DEMOCRACIA EM DISPUTA
NO BRASIL PÓS-DITADURA

AS LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA E A DEMOCRACIA EM DISPUTA NO BRASIL PÓS-DITADURA

Marcelo Badaró Mattos

O processo de transição política que encerrou a ditadura instalada no Brasil pelo golpe militar de 1964 pode ser definido como uma transição ‘pelo alto’. Longe de resultar de um processo revolucionário, como no caso do processo português de 1974/1975, o regime democrático brasileiro surge de um rearranjo de forma da dominação burguesa. Ainda assim, essa transição transacionada foi profundamente tensionada ‘a partir de baixo’ por lutas sociais protagonizadas pela classe trabalhadora, especialmente por suas parcelas organizadas sindicalmente, entre o fim dos anos 1970 e o final da década de 1980. O protagonismo dos movimentos da classe trabalhadora, porém, cedeu lugar a um longo período de refluxo nas décadas seguintes. Uma nova onda ascendente de mobilizações só ocorreria no início dos anos 2010, sendo interrompida por uma inflexão do jogo político à direita, iniciada pelo golpe que retirou Dilma Rousseff da presidência em 2016 e completada pela eleição e mandato presidencial de Jair Bolsonaro (2019-2022).

Neste texto, pretendemos revisitar as linhas gerais dessa trajetória recente, apontando em primeiro lugar para a importância das lutas da classe trabalhadora na ‘transição democrática’, para em seguida apresentar elementos de análise sobre: o refluxo dos anos 1990-2000, a vaga de mobilizações cujo ponto mais marcante são as ‘jornadas de junho’ de 2013 e, por fim, como essa onda foi sufocada pela avalanche reacionária dos anos seguintes. No percurso, podemos perceber como o sindicalismo perdeu seu papel de principal polo aglutinador dos movimentos da classe, embora as lutas de caráter sindical continuem presentes.

1. A classe trabalhadora e a ‘transição democrática’

Em 1975, Florestan Fernandes publicou o livro “A revolução burguesa no Brasil”. Nele, o autor empenhou-se em analisar o processo específico através do qual se processou a ‘revolução burguesa’ – entendida tanto como ‘transformação capitalista’ quanto como ‘dominação burguesa’, via Estado – em uma sociedade periférica e dependente como a brasileira. Em seu estudo, ao revés da associação entre desenvolvimento capitalista e democracia, que caracterizaria um modelo ‘democrático-burguês’, associado à revolução burguesa em países de desenvolvimento capitalista mais antigo, o que seria próprio do processo local seria “uma forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia” (Fernandes, 2005, p. 340). Em tal situação histórica, Fernandes argumenta que as mais leves demonstrações de manifestação autônoma dos trabalhadores urbanos e/ou rurais seriam tomadas como sérias ameaças ao padrão burguês de ‘dominação autocrática’. Daí que tal dominação adquirisse um ‘caráter permanentemente contrarrevolucionário’.

A análise de Florestan Fernandes sobre a ditadura estava inserida em uma visão mais geral do capitalismo no Brasil, percebido na dinâmica da relação entre centro e periferia dependente no mercado mundial. O regime surgido do golpe de 1964 seria, assim, não uma exceção à regra, mas sim mais um episódio da “autocracia burguesa” no Brasil:

(...) a Revolução Burguesa atrasada, da periferia, [é] fortalecida por dinamismos especiais do capitalismo mundial e lev[a], de modo quase sistemático e universal, a ações políticas de classe profundamente reacionárias, pelas quais se revela a essência autocrática da dominação burguesa e sua propensão a salvar-se mediante a aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe (Fernandes, 2005, p. 343).

Em estudo publicado quatro anos depois (1979), no qual já reflete sobre o processo de ‘abertura política’ anunciado pelos dirigentes militares, Florestan Fernandes trata de “uma composição” com dois objetivos: “aprofundar e aumentar a duração da contrarrevolução; e, na passagem da guerra civil a quente para a guerra civil a frio, garantir a viabilidade de uma ‘institucionalização’, pela qual a contrarrevolução continuaria por

outros meios” (Fernandes, 1979, p. 44). Antes mesmo que o processo se concluísse, a análise de Fernandes indicava o caminho que efetivamente foi tomado no processo de transição política brasileiro. A “guerra civil” continuou a frio, num regime democrático que, de fato, representou a institucionalização da contrarrevolução “por outros meios”.

Porém, é preciso ter em conta que tal desfecho não estava dado na virada para os anos 1980. O próprio Fernandes, em uma entrevista concedida na época, diante da erupção de lutas grevistas, a partir de 1978, chegou a apontar que a capacidade de mobilização do proletariado era portadora de uma potencialidade disruptiva que, ao menos no médio prazo, poderia reverter a contrarrevolução, em seu aspecto ‘redemocratizante’, então em marcha. Assim, por um lado denunciava a ‘abertura’ como uma manobra para manter, no regime que dela surgisse, os limites à participação dos subalternos:

O golpe de Estado, em 1964, possui o mesmo significado que a ‘abertura democrática’ de hoje. A mão estendida não representa coisa alguma. É uma mistificação. A burguesia não tem como estender as mãos sem perder anéis e dedos. A programação seguida na criação dos partidos permite ganhar alguns anos, impor às classes trabalhadoras e aos setores mais ativos das massas populares uma longa e penosa caminhada nas lutas por sua incorporação à sociedade política e por sua presença no controle do Estado (Fernandes, 2011, p. 284-285).

Por outro lado, na sequência de seu argumento, Florestan revela um grau relativamente elevado de otimismo com os movimentos e formas organizativas da classe trabalhadora que começavam a emergir naquele momento, apostando em seu potencial:

No entanto, o processo está em curso e ele explica os ritmos ascendentes da revolução (em contraposição ao refluxo da contrarrevolução). A ordem burguesa será transformada de baixo para cima, pela pressão do proletariado, do movimento sindical e de outros setores urbanos ou rurais das classes trabalhadoras. De imediato, essa eclosão do povo na história implicará o aparecimento mais ou menos rápido de uma democracia de participação ampliada. As próximas eleições mostrarão claramente o sentido

dessa transformação. A médio prazo, o proletariado e as classes trabalhadoras em geral colocarão um ponto final na tradição *mandonista*, despótica, de nossa burguesia. Passaremos, pois, da autocracia burguesa para a revitalização da revolução democrática e da revolução nacional... (Fernandes, 2011, p. 284-285)

Cabe dar concretude ao argumento e perceber o porquê de aquele potencial ter sido então vislumbrado. Entre o final dos anos 1970 e a década de 1980, em meio ao processo de esgotamento do regime ditatorial (1964-1985) e de consecução da assim chamada ‘transição democrática’, vivemos um momento de retomada, ou mesmo de apresentação em escala inédita, da força e da presença política de organizações e movimentos da classe trabalhadora.

A maior evidência do ciclo de retomada das lutas foram as greves. Greves, ao arrepio da legislação de exceção da ditadura militar então em curso (1964-1985), que se iniciaram pelo polo mais dinâmico da indústria brasileira – as grandes montadoras de automóveis localizadas no estado de São Paulo – e espalharam-se por todo o país e pelas mais diversas categorias profissionais. Mas não apenas greves. Movimentos sociais urbanos, de luta pela moradia, condições de saúde, transporte e diversos outros, ganharam maior expressão naqueles anos e, no mesmo compasso, a onda de mobilizações chegou ao campo, gerando uma nova leva de lutas e movimentos reivindicando a reforma agrária. A denominação geral de ‘novos movimentos sociais’ e, especialmente, a expressão ‘novo sindicalismo’ foram aplicadas pelos analistas, mas também pelos próprios atores sociais, para qualificar aquela quadra histórica.

Apenas para tomarmos o indicador das greves, é fácil constatar a pujança daquelas lutas, pois se em 1978, ao arrepio da legislação da ditadura, tivemos 118 greves no país, em 1989, ano de pico das mobilizações grevistas, o número bateu perto das 4000 paralisações (Mattos, 2009, p. 120)¹. Greves de todos os tipos: que pararam

¹Os levantamentos de greves no Brasil são escassos e suas metodologias nem sempre são compatíveis. Nos anos 1980, havia mais de uma agência produzindo esses levantamentos, mas com o tempo, restou apenas o Dieese, que procurou padronizar uma metodologia, em que revisou os dados para a década de 1980 e hoje apresenta em seus balanços números distintos desses que aqui foram citados. Para a sequência histórica da pesquisa de greves do Dieese, que utilizamos nos dados apresentados a seguir, ver <https://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?comboBuscaDirigida=TEMA%7Chttp%3A%2F%2Fwww.dieese.org.br%2F2012%2F12%2Fdieese%23T356954348>. Acesso em: 5 jan. 2025.

desde apenas os empregados de uma empresa (algumas com enorme repercussão, como a greve de 1988 da CSN, que terminou com três mortes decorrentes da intervenção do exército), até o conjunto dos trabalhadores do país, como nas quatro greves gerais que ocorreram na década de 1980. Muitos trabalhadores viveram aquela experiência grevista. Basta lembrar que as 118 greves registradas em 1978 paralisaram 3 milhões de pessoas e apenas a greve geral de 1989 (a quarta registrada na década), mobilizou mais de 20 milhões de trabalhadores. É esse ciclo ascensional de lutas que explica as mobilizações massivas (mais de um milhão de pessoas nas ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro) pelas eleições diretas para a presidência da República em 1984, como também explica os limites postos pela classe trabalhadora à repactuação pelo alto das regras constitucionais do país, na Constituição de 1988, assim como explica a chegada, com chances de vitória, ao segundo turno das eleições presidenciais de 1989, do líder sindical Luiz Inácio “Lula” da Silva.

O processo de reorganização da classe trabalhadora evidenciava-se a partir da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), respectivamente em 1979/80, 1983 e 1984. Os três, por terem dominado a cena do lado das ‘forças do trabalho’, e mais um conjunto de outros movimentos, marcaram a face organizada daquele ciclo de ascensão de lutas e configuraram um programa estratégico para a classe trabalhadora. Um programa apelidado de ‘democrático-popular’ que, grosso modo, pautava-se pela estratégia bifronte de ocupação de espaços institucionais através dos processos eleitorais que se abriam na transição política, de forma a instituir trincheiras no interior da nova ordem democrática, combinada (em tese) ao avanço dos movimentos sociais pressionando a institucionalidade democrática em direção a mudanças na ordem.

Para além do salto organizativo e programático, conquistas importantes foram fruto daquele processo de ascensão das lutas. No plano econômico-corporativo, a crise dos anos 1980 poderia ter um impacto ainda mais destrutivo sobre as condições de vida da classe trabalhadora se as greves não tivessem minorado o impacto da inflação sobre os salários. A capacidade de mobilização social das classes subalternas

também foi responsável por avanços em direitos trabalhistas e sociais, inscritos na Constituição de 1988. Em 1989, a disputa presidencial com a chegada do candidato petista ao segundo turno recolocava, enfim, a classe trabalhadora no centro da luta político-institucional.

No entanto, o que se apresentava, em potencialidade, nos anos 1980, como uma perspectiva para além da ordem, não tardou a mostrar seus limites e a pressão dos movimentos sociais sobre as instituições, projetada na estratégia democrático-popular, tendeu a afrouxar na década de 1990, quer por razões internas aos movimentos, quer pelo privilégio à face institucional da estratégia por conta de suas lideranças.

2. O refluxo das lutas nos anos 1990 e 2000

De fato, os anos 1990 não permitem um balanço muito positivo do sindicalismo brasileiro, que até então fora o principal impulsionador das lutas sociais. A escalada grevista dos anos de 1980 foi interrompida logo no início da nova década. Foram 557 greves em 1992, 653 no ano seguinte, 1.034 em 1994, 1.056 em 1995 e, no ano mais agitado da década sob este aspecto, 1996, foram 1.258, que se reduziram, em 1997, a 630, segundo os dados do Dieese. Mesmo nos anos em que o número de greves foi elevado, a distância em relação aos momentos de maior mobilização da década anterior é grande, também pelo fato de o número de trabalhadores envolvidos e o número de jornadas perdidas apresentarem uma queda bastante significativa. No interior das entidades, a queda nos índices de sindicalização (e, em muitas categorias, também no tamanho das bases), as dificuldades das direções em mobilizarem essas bases, problemas de sustentação financeira e as indefinições quanto às opções políticas das lideranças são alguns dos indicadores de uma situação de refluxo que, com ênfase variada, passou a ser vivenciada por diversas categorias, muitas das quais na ponta de lança das lutas da década anterior.

Os motivos do refluxo são vários e têm diversas origens. Entre eles, destaquei, em outro trabalho, três níveis de problemas: a experiência dos trabalhadores com as transformações no mundo do trabalho, decorrentes da chamada reestruturação produtiva e da implantação das políticas neoliberais; a permanência dos elementos centrais da estrutura sindical corporativista (como o sindicato único e a prerrogativa do

Ministério do Trabalho de legalizar sindicatos); e as opções políticas das lideranças da CUT em um quadro marcado pelos condicionantes relacionados aos dois níveis anteriores (Mattos, 2009, p. 126).

A ‘base material’ da retração sindical foram as consequências sociais devastadoras da introdução no Brasil, pelas grandes empresas aqui instaladas, dos novos modelos de gestão da força de trabalho e das novas tecnologias, associados à reestruturação produtiva do capital, que já vinha sendo implementada nas economias capitalistas centrais como resposta a sua crise estrutural. Ao mesmo tempo, a adoção do receituário neoliberal de políticas econômicas – com privatizações, abertura para importações e retirada de direitos trabalhistas (muitos deles conquistados havia poucos anos) – acentuou a tendência associada à reestruturação para a elevação das taxas de desemprego e informalidade, com piora na distribuição de renda e acentuação da insegurança em relação ao trabalho.

Não se abria mão, também, da repressão aos momentos de maior combatividade sindical. A derrota da chamada ‘greve dos petroleiros’, no primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso (1995) – quando foram demitidas as lideranças e empregadas tropas militares para reprimir os grevistas –, abriu caminho não apenas para a quebra do monopólio estatal do petróleo, como também para o recuo da maior parte dos setores sindicais que até então resistiam no caminho do enfrentamento. Mas, à repressão aos setores resistentes se somava o esforço de incorporação à ordem dos setores dispostos à concertação.

Houve um intenso esforço empresarial para garantir esse desenho. Conforme destacou Alvaro Bianchi, a reunificação dos interesses burgueses instalados no país, nos anos 1990, se deu sob o influxo do projeto neoliberal: “para o empresariado, a alternativa neoliberal era um programa capaz de alterar a relação de forças entre as classes por meio de reorganização econômica e da recomposição social” (Bianchi, 2009, p. 260). Do ponto de vista político-social, a questão central a ser enfrentada pela burguesia era a recomposição da estabilidade da dominação de classes. Assim, a opção neoliberal – valendo-se, no caso de Fernando Henrique Cardoso, do prestígio popular obtido pelo controle da inflação – partia do ataque às parcas conquistas e à maior capacidade de intervenção social demonstrada pela classe trabalhadora na década de 1980.

No entanto, além do ‘consenso passivo’ criado em torno da estabilidade da moeda, o projeto neoliberal buscou construir bases de ‘consenso ativo’, justamente através da incorporação de segmentos importantes das direções sindicais ao âmbito de seus pressupostos e práticas. As direções sindicais ligadas ao PT que comandavam a CUT, pressionadas objetivamente pelo crescimento do desemprego no setor industrial (sua base original mais significativa) e cativadas pela lógica do ‘menos pior’, acabaram demonstrando sua ‘disposição para o diálogo’ – leia-se para a colaboração de classes com o empresariado. Algo que se tornou visível desde, pelo menos, as ‘câmaras setoriais’ no governo Itamar Franco e ficou ainda mais explícito quando das negociações em torno do ‘acordo da previdência’, em 1997, já no governo FHC. Também se deve ter em conta que, participando da ‘gestão tripartite’ de fundos públicos, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), dirigentes sindicais cutistas compartilharam discursos e propostas com os empresários, ainda que pudessem obstar alguns projetos mais radicais de (contra)reforma trabalhista. Havia, porém, outro ponto de ligação entre as privatizações, a burocracia sindical de origem petista e a burguesia que merece ser lembrado: os fundos de pensão.

No processo de privatização de diversas empresas, a participação dos fundos de pensão – especialmente dos trabalhadores de empresas estatais, como Previ (Banco do Brasil), Petrus (Petrobras), Funcef (Caixa Econômica Federal) e outros – foi decisiva para capitalizar consórcios compradores liderados por empresas privadas do setor industrial e bancário. Tais fundos, instituídos com o objetivo de complementar as aposentadorias da previdência social pública dos trabalhadores dessas empresas, transformaram-se em importantes alavancas da acumulação capitalista, mantendo bilhões em carteiras de ações da bolsa e de títulos da dívida pública. Nos anos 1980 e 1990, os sindicatos lutaram e conquistaram espaço para representantes dos trabalhadores nos conselhos gestores dos fundos, sendo que muitos deles acabariam por ser oriundos do sindicalismo cutista. Nos conselhos, participaram ativamente da privatização generalizada dos anos 1990, ganharam individualmente com isso (ao serem indicados para conselhos de empresas privatizadas, por exemplo) e, mais que tudo, assumiram como seu o programa do capital².

² Ver, a esse respeito, a síntese apresentada pelo artigo de Granemann e Saldanha (2003).

Quando, na virada para o século XXI, as desastrosas consequências sociais do modelo neoliberal impuseram forte desgaste ao governo Fernando Henrique, em seu segundo mandato, Lula se apresentou como candidato enfatizando que não ‘quebraria contratos’, construiu sua chapa em aliança com o direitista Partido Liberal e convidou o maior empresário da indústria têxtil brasileira – José de Alencar – para vice. Ainda que não fosse a primeira opção da burguesia, o esforço de aproximação com setores empresariais rendeu a Lula uma relativa tolerância política, que ele saberia transformar em confiança relativa após a vitória eleitoral em 2002, ao trazer para seu governo representantes destacados das diferentes frações da classe dominante e comprometer-se, em seu primeiro mandato (2003-2006), com a manutenção dos pressupostos da política econômica neoliberal, avançando, inclusive, contra os direitos sociais, ao aprovar uma nova reforma previdenciária em seu primeiro ano de governo.

Para entender essa aproximação entre Lula e a burguesia, não basta perceber a mudança de posição de frações do empresariado, mas é necessário compreender também, e principalmente, as transformações do PT ao longo dos anos 1990, cuja ‘moderação’ (no sentido de uma gestão adequada aos interesses de classe da burguesia) estava provada por diversas administrações municipais e estaduais do partido³. À frente do governo federal, essa tendência se aprofundou. No início do primeiro mandato de Lula, quando este apresentou o projeto de reforma da previdência, cobrou do sindicalismo organizado pela CUT apoio a sua proposta e contenção das greves de servidores públicos que a ela resistiam. Naquele mesmo momento, o presidente da República indicou publicamente seu candidato a presidente da CUT, Luiz Marinho, que acabaria eleito no congresso da Central de 2003. No ano seguinte, Lula o nomeou para comandar o Ministério do Trabalho. A tarefa pareceu tão natural, que o presidente da CUT apenas se licenciou de suas funções para assumir o cargo de ministro. Em cargos dos diversos escalões do governo, nas empresas estatais, nos seus conselhos de gestão

³ Uma análise muito bem sustentada do “transformismo” petista pode ser encontrada em Coelho (2012). Entre a já agora vasta literatura universitária dedicada à análise da trajetória do PT, destaca-se também o trabalho de Iasi (2006).

e nos conselhos das empresas privadas com participação acionária do Estado ou dos fundos de pensão das estatais, ex-dirigentes cutistas passaram a encontrar um novo ‘*habitat* natural’.

Tomando como indicador, novamente, as greves, o refluxo iniciado nos anos 1990 transformou-se em calmaria na década de 2000, quando foram registrados os níveis mais baixos de mobilização grevista na série histórica do Dieese, com números em torno de 300 a 400 greves por ano, entre 2002 e 2008.

Em suma, o que queremos destacar é que, usando o quadro de referência das categorias de análise propostas por Antonio Gramsci, viveu-se um processo de “transformismo” – a incorporação de lideranças individuais e, em seguida, de grupos políticos inteiros (o PT e a CUT, em especial), forjados nas lutas da classe trabalhadora, à órbita do projeto dominante⁴. Tal processo, entretanto, gerou novas contradições.

Até 2014 houve uma pequena e progressiva recuperação do valor de compra do salário mínimo, com maior abertura de postos de trabalho e ampliação da formalização no mercado de trabalho. Ainda assim, o salário mínimo apenas retornou aos patamares dos anos 1980, quando estava no nível mais baixo desde o final dos anos 1950. O desemprego caiu, mas os novos empregos eram, em sua enorme maioria, na faixa de um a três salários mínimos, com rotatividade altíssima e grande crescimento da terceirização (*outsourcing*). Os governos petistas de fato efetivaram uma reversão da situação de miséria absoluta de dezenas de milhares de brasileiras e brasileiros, através de políticas sociais compensatórias, mas, entre os assalariados regulares, a redistribuição de renda deu-se apenas entre os de salários mais baixos e os assalariados médios, gerando nestes últimos o temor da queda do padrão de vida, que seria agravado com a crise econômica em meados da década de 2010. Ao mesmo tempo, a administração orçamentária dentro dos parâmetros neoliberais manteve em níveis muito baixos os investimentos do fundo público nas áreas sociais, como saúde e educação, gerando um *déficit* de direitos

⁴ Para a discussão de Gramsci sobre a categoria transformismo, ver Gramsci (2002, v. 5, p. 286) e Gramsci (2000, v. 2, p. 94-95).

sociais denunciado constantemente pelos servidores públicos, que protagonizaram o maior número de greves no período.

3. Crise: das mobilizações de 2013 à ascensão do bolsonarismo

Desde 2008, a economia capitalista, em escala global, viveu um processo de depressão profunda, do qual se recuperou apenas parcialmente em algumas partes do planeta. O Brasil sofreu um impacto imediato da crise, com queda brusca na taxa de crescimento econômico no ano de 2009, mas pareceu recuperar-se rapidamente, em grande parte por conta do fluxo comercial com a China, que se converteu em principal parceiro comercial brasileiro no século XXI. Os estímulos ao mercado interno, pela via de um crescimento real do salário mínimo, políticas sociais focalizadas, crédito (e endividamento) das famílias e subsídios a determinados setores do capital, também tiveram importância. Tais fatores compensatórios perderam força gradativamente e, a partir de 2014, os indicadores econômicos começaram a apresentar uma trajetória descendente, indicando que os impactos da crise econômica se fariam sentir de forma mais profunda no período seguinte⁵. Esse aprofundamento da crise representou fortes abalos nas bases de sustentação social do governo, então exercido, no plano federal, por Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores.

A perda de sustentação política do governo do PT, no entanto, já havia começado antes mesmo de os sintomas da crise capitalista terem se agravado no Brasil. Em junho de 2013, a partir de protestos contra a elevação dos preços das passagens de transporte urbano, no contexto da Copa das Confederações (evento da FIFA preparatório para a Copa do Mundo de Futebol, que aconteceria no ano seguinte), milhões de brasileiros foram às ruas, numa onda de manifestações com pauta fragmentada e sem direção unificada. As chamadas 'Jornadas de

⁵ O PIB brasileiro teve taxas de crescimento entre 2,03% e 4,97% no período de 2004 a 2008, sofreu uma queda, com taxa negativa de -1,08%, em 2009, e recuperou-se, apresentando crescimento de 6,52% em 2010. Entre 2011 e 2013, registraram-se taxas de crescimento progressivamente menores, até que, em 2014, houve nova queda, com taxa negativa de -0,35%. Em 2015 e 2016, a recessão se aprofundou, com taxas negativas da ordem de -4,35% e -4,10%. Dados sobre o PIB podem ser encontrados no sítio do IBGE, <ibge.gov.br>. Acesso em: jan. de 2025.

Junho' marcaram, de um lado, a emergência de demandas populares por direitos universais – como melhoria dos sistemas públicos de saúde e educação – e, por outro, um primeiro ensaio da ocupação de espaços políticos por parte de um setor organizado de direita, que se apresentou publicamente com pautas de combate à corrupção.

Tentemos entender melhor Junho de 2013⁶. É fato que o perfil de seus participantes, dimensionado por um pequeno número de levantamentos realizados por institutos de pesquisa de opinião, cujos critérios de estratificação dos entrevistados são questionáveis, revela uma composição social heterogênea. No entanto, revela também uma clara predominância de manifestantes nas faixas de rendimento entre zero e cinco salários mínimos e nas faixas etárias mais jovens⁷. Indo um pouco além da aparência dos acontecimentos, podemos perceber que, apesar de terem sido palco para todo tipo de propostas, inclusive algumas de teor claramente reacionário, aquelas manifestações apresentaram grandes demandas que permaneceram em pauta ao longo do processo – pela redução do preço e melhoria da qualidade do transporte coletivo, contra a violência policial, contra as corporações empresariais de mídia, em defesa da saúde e da educação – e possuíam um claro perfil de classe.

Isso se vislumbrava desde o momento em que ficou evidente a ampla simpatia que despertou a sua reivindicação original. Capitaneadas pelo Movimento pelo Passe Livre de São Paulo e por organizações semelhantes em outros estados, que já possuíam cerca de uma década de lutas acumuladas, mobilizando especialmente os estudantes, as primeiras passeatas se opunham ao aumento das tarifas do transporte urbano. Os transportes públicos urbanos, muito caros e de péssima qualidade, são um pesadelo no orçamento e no cotidiano justamente dos setores mais precarizados da classe trabalhadora, que moram mais distante do trabalho e não recebem qualquer tipo de auxílio para o transporte. Quando as manifestações reuniram milhões nas

⁶ Há já um grande acúmulo de reflexões e polêmicas sobre as Jornadas de Junho. Para um conjunto de ensaios com variados matizes interpretativos, ver Barros, Demier e Freitas (2023).

⁷ Ver, a esse respeito, os dados de pesquisas comentados por Braga (2014) a partir de sistematização de André Singer.

ruas, mesmo após a revogação dos reajustes de tarifas na maioria das capitais, a pauta mais sensível foi justamente a demanda por serviços públicos de qualidade – além do transporte, também saúde e educação –, reivindicação nitidamente orientada pelos interesses da classe trabalhadora, que exige, ainda que de forma difusa, mais do que o acesso a serviços no mercado, seus direitos sociais universais.

Os que foram às ruas naquelas ‘jornadas’ protestaram também contra a violência policial, não apenas para garantir seu direito à manifestação, mas também para denunciar o sentido opressivo de um aparato militarizado de coerção estatal, que continuou a se constituir, mesmo durante os governos petistas, em uma das faces mais visíveis do tratamento dispensado pelo Estado aos setores mais precarizados da classe trabalhadora em um país com os níveis de desigualdade social do Brasil. Assim, da mesma forma que a demanda por direitos sociais, como transporte, saúde e educação, a reação à violência policial também possui um sentido de classe.

Outro aspecto que merece atenção é o impulso que a onda de mobilizações de massa desencadeada em junho de 2013 conferiu a outros movimentos sociais, como no caso dos movimentos sociais urbanos de luta pelo direito à moradia. O movimento que melhor encarnou esse impulso foi justamente o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que, em junho de 2013, organizou diversas manifestações em conjunto com outras organizações nas periferias dos grandes centros, especialmente em São Paulo, e protagonizou uma série de ocupações de terrenos urbanos por milhares de famílias em busca de uma moradia digna, tendo tido a partir de então novas e expressivas conquistas nesse terreno, o que confirma a importância das lutas territoriais e por direitos ligados à reprodução social, numa configuração das relações de trabalho marcada pela precariedade e fragmentação espacial da exploração⁸.

As organizações sindicais, assim como os partidos de esquerda, foram hostilizadas em algumas das manifestações de 2013, principalmente depois que o movimento ganhou dimensões de massa e passou a

⁸ Sobre o *déficit* de moradias, as lutas do MTST e o impulso das Jornadas de Junho a uma onda de ocupações, ver o livro de seu principal dirigente, Boulos (2014).

ser disputado por diferentes pautas conservadoras e reacionárias de grupos organizados nas ruas e da mídia. No entanto, pode-se dizer que as manifestações de junho de 2013 foram potencializadas por/e potencializadoras de lutas sindicais.

Em primeiro lugar, porque as reivindicações dos manifestantes estavam longe de ser novidades. Tratava-se de um conjunto de bandeiras assumidas e propagandeadas pelos movimentos sociais que mantiveram uma perspectiva mais mobilizadora e combativa, mesmo em meio à maré vazante de lutas dos anos 1990 e 2000. Em especial a defesa de mais verbas e melhor qualidade para saúde e educação públicas teve nos sindicatos de trabalhadores desses dois setores no serviço público brasileiro seus principais propagadores. Em 2012, por exemplo, ano em que o número de greves chegava aos patamares mais elevados desde 1996, uma grande greve dos trabalhadores da educação no serviço público federal atravessou mais de três meses de enfrentamentos com o governo de Dilma Rousseff, colocando em evidência as condições precárias de expansão do ensino nas instituições federais. Ou seja, as lutas sindicais das duas décadas anteriores, ainda que fragilizadas e fragmentadas, foram essenciais para manter em pauta a defesa desses direitos fundamentais. Por isso, não é possível desconsiderar que palavras de ordem ouvidas nas manifestações de junho de 2013 – como ‘Da copa eu abro mão; quero dinheiro pra saúde e educação!’ – possuíram alguma possibilidade de emergir porque foram antes elaboradas em lutas dos trabalhadores desses serviços públicos.

Por outro lado, as manifestações de 2013 impulsionaram greves e táticas de lutas dos sindicatos mais combativos. Em vários estados do país, sindicatos de profissionais da educação das redes públicas de ensino básico, percebendo o clima de apoio popular à causa pela qual sempre lutaram, fizeram greves no segundo semestre de 2013.

Segundo a série histórica do Dieese, em 2012, a pesquisa encontrou 879 ocorrências, que saltaram para 2.057 em 2013, 2.085 em 2014, 1.964 em 2015, 2.114 em 2016, 1.568 em 2017 e 1.453 em 2018.

Muitas dessas greves colocaram em questão também a natureza do sindicalismo brasileiro no século XXI. Embora continuasse a existir um setor combativo do movimento sindical, que se mobilizava e

comandava greves (como entre os profissionais de educação, ou entre os metroviários de São Paulo, que realizaram uma forte greve em junho de 2014, às vésperas do mundial de futebol), e apesar de até mesmo a burocracia mais acomodada em alguns momentos ser obrigada a convocar paralisações do trabalho, o que chama atenção em muitos desses movimentos grevistas pós-2013 é que eles se fizeram à margem das, e muitas vezes contra as, direções sindicais. Especialmente pelo crescimento, identificado pelo levantamento do Dieese, no número de greves entre trabalhadores terceirizados, parcamente representados por sindicatos, em torno de reivindicações tão básicas quanto o pagamento de salários atrasados.

Com certeza, o crescimento do número de greves nos anos anteriores serviu de estímulo e deu condições para a convocação, em 28 de abril de 2017, de uma greve geral contra as propostas de retirada de direitos do governo Michel Temer (especialmente a reforma trabalhista e a da previdência), que foi bem-sucedida em paralisar cerca de 40 milhões de trabalhadores pelo Brasil, consistindo, em números absolutos, na maior paralisação de trabalhadores da história do país (se avaliada pelo percentual da força de trabalho paralisada, a greve geral de 1989 foi mais expressiva) (Brasil de Fato, 2017). A greve teve efeito limitado. Temer avançou com a reforma trabalhista e a generalização das terceirizações, aprofundando o quadro de precariedade estrutural das relações de trabalho no país, mas a nova reforma da previdência que ele propôs teria que esperar até o governo Bolsonaro para ser aprovada.

O ‘espírito de Junho’, no entanto, também se encarnou em outras manifestações de descontentamento social. Algumas das mais expressivas surgiram com os movimentos de ocupação de escolas, em 2015 e 2016, contra políticas estaduais de redução de recursos para educação com fechamento de escolas, alterações curriculares nacionais e movimentos e propostas legislativas de cerceamento da liberdade de ensinar e aprender, como o ‘Escola Sem Partido’. No levantamento realizado por Jonas Medeiros, Adriano Januário e Rúrion Melo (2019, p. 19), foram mais de 1.500 escolas ocupadas por estudantes, principalmente do ensino médio, por todo o país, com grande impacto no debate público.

A combinação entre resistência ao conservadorismo moral e ao liberalismo econômico, que aparecia no movimento de ocupação de escolas, também esteve presente no movimento de mulheres, que cresceu em dimensões no mesmo período, influenciando a dinâmica das ocupações estudantis (mas em alguma medida também sendo alimentado por novas ativistas que nelas se politizaram). Após suas primeiras manifestações através das redes sociais – em campanhas como #MeuPrimeiroAssédio, de denúncia do cotidiano de assédio sexual a que as mulheres estão submetidas desde a infância –, o novo ciclo do movimento de mulheres tomou as ruas a partir de outubro de 2015, em manifestações de grandes proporções contra propostas conservadoras em discussão no Congresso Nacional, como o projeto do então deputado e presidente da casa, Eduardo Cunha, que dificultava o acesso de mulheres vítimas de estupro ao aborto legal. A palavra de ordem ‘Fora Cunha!’ acabaria por ecoar também nas manifestações do ano seguinte, aprofundando o desgaste do político que comandou o *impeachment* de Dilma, que culminou com sua destituição da presidência da Câmara e prisão. Nos anos seguintes, especialmente no dia 8 de março, mas não só, o movimento de mulheres foi um dos mais dinâmicos e protagonizou importantes lutas, culminando com o ‘Ele Não!’ nas eleições de 2018, principal mobilização de massas contra a eleição de Bolsonaro. Também nesse caso, as mobilizações no Brasil estão conectadas a uma dinâmica internacional de crescimento dos movimentos feministas⁹.

Acreditamos que os elementos de análise aqui recuperados indicam que, embora seja correto apontar a emergência de forças organizadas de direita a partir de certo momento das manifestações, as Jornadas de Junho, num balanço do processo em sua dimensão mais ampla, tiveram um outro sentido de classe e, apesar da sua diversidade, não se colocam em linha de continuidade direta com as manifestações pelo *impeachment* de Dilma, às quais logo faremos referência.

Mesmo assim, representaram um abalo no apoio social de setores da classe trabalhadora ao governo do PT e uma associação, ali incipiente, mas depois muito aprofundada, de ideias como ‘esquerda’ e

⁹ Sobre as manifestações de 2015, ver Biroli (2015). A dinâmica internacional do movimento feminista contemporâneo é abordada em Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019).

‘socialismo’ quase que exclusivamente àquele partido. É a partir desse abalo que podemos dizer que, apesar de seu sentido, em última análise, progressivo, Junho de 2013 representou, contraditoriamente, o marco inicial da virada política reacionária que marcaria o fim da década de 2010 no Brasil. Isso porque aqueles acontecimentos deram origem ao progressivo descolamento de frações da classe dominante que passaram à oposição ativa ao governo, uma vez que os protestos de massa demonstravam que a administração petista já não era eficiente em entregar aquilo que prometia (e efetivamente havia realizado nos anos anteriores, singularizando seu papel): a paz social baseada na lógica da conciliação de classes.

O desgaste do governo em junho de 2013 somou-se ao agravamento da crise econômica a partir de 2014 (ano de eleições presidenciais), criando muitas dificuldades para a reeleição da presidente Dilma Rousseff. Apesar disso, o PT ainda foi capaz de conquistar a maioria dos votos válidos e reeleger sua candidata a presidente. Registrou-se, porém, uma queda na votação do partido em tradicionais redutos eleitorais, como nas áreas industrializadas do Sudeste, justo o berço daquela fração mais ativa sindicalmente da classe trabalhadora, que embalara o ciclo ascensional de lutas da década de 1980.

Com o avanço da crise econômica, a avaliação das diversas frações da burguesia parece ter sido, crescentemente, a de que o governo do PT não só já não era capaz de garantir a paz social, como também não teria capacidade de levar adiante a agenda de cortes nos gastos públicos e retirada de direitos no ritmo e na profundidade que o grande capital passava a exigir. Assim, ao longo de 2015, cresceram, com apoio burguês, as manifestações anticorrupção e contrárias ao governo, convocadas e mobilizadas por novas organizações de direita, que emergiram depois das Jornadas de Junho de 2013. As manifestações contra a corrupção, identificadas politicamente como atos contra os governos do PT e, logo, pela derrubada de Dilma Rousseff, marcaram um investimento de novo tipo das organizações conservadoras e reacionárias nas mobilizações de rua.

Os atos convocados por essa ‘nova direita’, especialmente entre meados de 2015 e o *impeachment* de Dilma, cerca de um ano depois, tiveram de fato grandes dimensões. O perfil dos manifestantes,

entretanto, era bem diferente do que predominou em 2013. Enquanto as Jornadas de Junho mobilizaram, na média, jovens com ensino médio ou universitário incompleto e rendimentos baixos, as micaretas da ‘nova direita’ atraíram pessoas mais velhas, com ensino superior e rendimentos de médios a elevados¹⁰. Ou seja, a base de apoio de massas ao movimento que levou à derrubada do governo do PT era basicamente pequeno-burguesa e de classe média, em seus estratos mais bem remunerados. Ainda assim, cabe registrar que o apoio de boa parte da classe trabalhadora ao governo petista havia se erodido e as tentativas de suas frações mais organizadas, em sindicatos e outros movimentos sociais, para convocar manifestações em defesa do governo fracassaram.

Assim, no primeiro semestre de 2016, com base em acusações frágeis de irregularidades na matemática orçamentária, o Congresso Nacional, sob a liderança de um presidente da Câmara dos Deputados que meses depois seria preso por corrupção, votou o impedimento de Dilma Rousseff e abriu caminho para a posse de seu vice, Michel Temer. Temer se apresentou com um programa de máxima austeridade e avançou bastante na retirada de direitos dos trabalhadores. Seu governo caracterizou-se por tentar levar ao extremo a pauta mais agressiva do grande capital, voltada para a recuperação das taxas de lucro, centralmente através da redução do custo da força de trabalho e da transferência de fundo público para o setor privado. Operou sob um aparente paradoxo, por tratar-se de um governo sem votos (e, por isso, sem compromissos de ‘prestar contas’ aos eleitores) e sem preocupações com os indicadores de popularidade, que eram de fato muito baixos. No entanto, a rejeição à figura e ao governo de Temer acabaram por reforçar o rechaço de significativos setores da população, incluindo parcelas da classe trabalhadora, ao que foi definido como ‘velha política’ – um espantalho agitado pela ultradireita que incluía, em seu recheio, o conjunto dos partidos dirigentes desde o início da Nova República, do PT de Lula ao PSDB de FHC, passando pelo PMDB de Temer.

¹⁰ Ver, por exemplo: Firmino (2017). A base para o artigo foram os dados coletados pelo grupo de pesquisa coordenado por Pablo Ortellado na USP (GPOPAL). Seus resultados podem ser encontrados em: <https://www.monitordigital.org/>. Acesso em: 18 jan. 2025.

Esse impedimento de Dilma – via manobras parlamentares, sustentadas por medidas judiciais e ampla difusão na grande mídia dos protestos de rua organizados pelos aparelhos da ultradireita na sociedade civil – constituiu o primeiro ato de um golpe de Estado de novo tipo¹¹.

O grau de devastação social (desemprego galopante, crescimento da miséria, crises nos serviços públicos etc.) e a impopularidade das medidas de austeridade do governo de Temer, associados à repercussão de denúncias de corrupção contra ele, entretanto, não deixaram espaço para que os partidos políticos tradicionais da classe dominante conseguissem criar uma alternativa eleitoral forte para o pleito de 2018. Isso se refletiu nas pesquisas que apontavam, apesar de todo o desgaste petista, ao longo de todo o primeiro semestre de 2018, uma maioria de intenções de voto para o ex-presidente Lula da Silva. Para afastar a possibilidade de uma vitória eleitoral petista, foi acelerado um segundo ato do golpe, capitaneado pelo mesmo operativo judiciário da Operação Lava Jato, com a condenação em tempo recorde em segunda instância e prisão de Lula por uma acusação de corrupção com provas, para dizer pouco, muito frágeis, o que acabaria por levar à anulação de sua condenação, em 2021¹².

É esse o quadro em que se desenha a vitória eleitoral de Bolsonaro, nas eleições presidenciais de 2018¹³.

4. E a classe trabalhadora?

Para além de sua vitória eleitoral no Centro-Oeste e parte da Região Norte – em áreas de forte presença do agronegócio –, Bolsonaro

¹¹ Seguimos aqui a definição de golpe de Estado como “uma mudança institucional com vistas à redistribuição do poder político, promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que, para tal, se utiliza de medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político”, apresentada por Bianchi (2019, p. 58).

¹² A série de reportagens, inicialmente produzida pelo site jornalístico *The Intercept Brasil*, conhecida como ‘Vaza-Jato’, demonstrou o sentido político da atuação judiciária na condenação de Lula. Para o conjunto de reportagens, ver *The Intercept Brasil* (2020). Para a decisão do STF que anulou as condenações, ver Brasil (2021).

¹³ Retomei sinteticamente até aqui argumentos apresentados com maior profundidade no segundo capítulo de Mattos (2020a). Ali aprofundo a análise do governo em si, que por falta de espaço não seria possível reproduzir neste texto.

venceu as eleições em 2018 (e tornaria a ser o candidato mais votado em 2022) graças à maioria de votos que obteve nas regiões Sul e Sudeste, justamente as mais industrializadas e berço das greves operárias dos anos 1970 e 1980. Naquelas eleições, no primeiro e no segundo turno, Bolsonaro bateu o candidato Fernando Haddad, do PT, inclusive em São Bernardo do Campo, origem da liderança sindical de Lula e ponto de partida para a fundação do PT. O mesmo se repetiu em toda a região do ABC paulista e em São José dos Campos, esta última uma cidade industrial em que a esquerda sindical (esquerda da CUT e centrais sindicais à esquerda da CUT) fora mais forte nas décadas anteriores¹⁴.

Embora a base social fundamental de Bolsonaro, segundo todas as pesquisas eleitorais, tivesse o perfil mais próximo daquele dos manifestantes que saíram às ruas em 2015 e 2016 para legitimar a derrubada de Dilma Rousseff, é evidente que ele não teria sido eleito sem o voto de parcelas da classe trabalhadora, incluindo alguns dos espaços em que as lutas sociais das décadas anteriores foram mais fortes. Décadas de elevação da precariedade e insegurança laboral, retirada de direitos trabalhistas e sociais e avanço ideológico da visão de mundo neoliberal – com sua cantilena de meritocracia, empreendedorismo e saídas individuais –, sem qualquer contraponto efetivo da esquerda majoritária, mesmo quando governou, ajudam a entender, embora a causalidade seja mais complexa, esse avanço do neofascismo entre setores da classe trabalhadora.

Na fase atual de enfrentamento de sua crise estrutural, em escala global, as forças do capital avançam para patamares de destruição ecológica, social e civilizacional sem precedentes¹⁵. O avanço do neofascismo é uma face desse processo, pois a administração dessa escala de destruição exige regimes políticos mais duros na defesa dos interesses do grande capital e que, estendendo a escala da discussão de Florestan Fernandes para além das fronteiras do capitalismo dependente, sejam capazes de levar adiante a contrarrevolução – ‘à frio’ e cada vez mais ‘à quente’ – de maneira permanente e preventiva.

¹⁴ Resultados eleitorais podem ser consultados em <https://www.tse.jus.br/eleicoes/resultados-eleicoes>. Acesso em: 22 jan. 2025.

¹⁵ Ver Callinicos (2023) e Fraser (2024).

Ainda assim, e até por isso, a resistência e, consequentemente, o potencial de retomada das lutas em patamares mais elevados ainda se fazem presentes. No Brasil dos últimos anos, tivemos exemplos disso em lutas de natureza sindical – ainda que nem sempre protagonizadas pelos sindicatos – dos setores mais precarizados da classe trabalhadora¹⁶. Mas também em lutas conduzidas por novas lideranças e movimentos – predominantemente por mulheres, jovens, negros (as) e das periferias e favelas – que levaram adiante a resistência às consequências mais nefastas da guinada reacionária vivida no Brasil, em momentos tão cruciais para a vida da maioria trabalhadora da população, como durante o auge da pandemia da covid-19¹⁷.

A vitória eleitoral bastante apertada de Lula, em 2022, pode ser vista, em parte, como fruto dessa resistência e um ponto a favor da classe trabalhadora e da disputa atual pela democracia. Mas o fato de que o bolsonarismo e a extrema direita – incluindo seus setores neofascistas – continuem fortes em sua capacidade de mobilização social e eleitoral e os próprios limites do novo governo do petista em cumprir ao menos o tímido e difuso programa que agitou para eleger-se, indicam que a superação do quadro reacionário que marca o nosso tempo ainda se encontra distante. A construção de uma unidade mínima em torno a um programa e a lutas ‘contra a ordem’ entre os setores e movimentos das diversas frações da classe trabalhadora é uma condição necessária para avançarmos nessa direção. É uma questão de sobrevivência.

¹⁶ Como no exemplo da greve nacional de entregadores por aplicativos, conhecida como “breque dos apps”, ocorrida em julho de 2020. Ver, a respeito, o registro de Braga e Santana (2020).

¹⁷ Para uma análise daquelas formas organizativas e lutas sociais de solidariedade de classe nas periferias diante da pandemia e de enfrentamento à violência policial no movimento “vidas negras importam”, cujas lideranças coincidiam em perfil, quando não em personagens, ver Mattos (2020b).

Referências Bibliográficas

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T. e FRASER, N. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BARROS, D.; DEMIER, F. & FREITAS, C. **Junho e os dez anos que abalaram o Brasil (2013-2023)**. São Paulo: Usina Editorial, 2023.

BIANCHI, A. “Golpe de Estado: o conceito e sua história”. In: PINHEIRO-MACHADO, R. & FREIXO, A. (Orgs.). **Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. p. 50-61.

BIANCHI, A. **Um ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990**. Campinas: Ed. Unicamp, 2009.

BIROLI, F. Direito ao aborto e respeito à vida das mulheres. **Blog Boitempo**, 30 nov. 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/11/30/direito-ao-aborto-e-respeito-a-vida-das-mulheres/>. Acesso em: 08 mar. 2020.

BOULOS, G. **Por que ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecci, 2014.

BRAGA, R. Cenedic: uma sociologia à altura de Junho. **Blog da Boitempo**, 26 mai. 2014. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2014/05/26/cenedic-uma-sociologia-a-altura-de-junho/>. Acesso em: 1 mai. 2020.

BRAGA, R & SANTANA, M. A. #BrequeDosApps: enfrentando o uberismo. **Blog da Boitempo**, 25 jul. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/07/25/brequedosapps-enfrentando-o-uberismo/>. Acesso em: 18 jan. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **STF confirma anulação de condenações do ex-presidente Lula na Lava Jato**. 15 abr. 2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=464261>. Acesso em: 18 jan. 2025.

BRASIL DE FATO. **Maior greve geral da história do país contou com 40 milhões de brasileiros**, 17 abr. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/04/28/40-milhoes-param-no-pais-ato>

em-sp-reune-70-mil-e-termina-com-repressao-da-pm/. Acesso em: 07 out. 2025.

CALLINICOS, A. **The new age of Catastrophe**. Londres, Polity, 2023.

COELHO, E. **Uma esquerda para o capital**. São Paulo: Xamã/Eduefes, 2012.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, F. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. São Paulo: Hucitec, 1979.

FERNANDES, F. **Brasil em compasso de espera**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

FIRMINO, G. C. Classes médias e manifestações pró-impeachment na cidade de São Paulo: uma análise dos movimentos e manifestantes. **Política & Trabalho – Revista de Ciências Sociais**, n. 47, jun./dez. 2017, p. 209-227.

FRASER, N. **Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso**. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRANEMANN, S. e SALDANHA, J. M. B. Os fundos de pensão e a acumulação capitalista. **Opinião Socialista**, n. 150, 15-28 maio 2003.

IASI, M. **Metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MATTOS, M. B. **O governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. São Paulo: Usina Editorial, 2020a.

MATTOS, M. B. As lutas sociais no Brasil da pandemia: sinais de reorganização?. **Esquerda Online**, 19 jun. 2020b. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/19/as-lutas-sociais-no-brasil-da-pandemia-sinais-de-reorganizacao/>. Acesso em: 15 jan. de 2025.

MATTOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MEDEIROS, J.; JANUÁRIO, A. & MELO, R. “Introdução”, In: MEDEIROS, J.; JANUÁRIO, A. e MELO, R. (Orgs.). **Ocupar e resistir: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016)**. São Paulo: Editora 34; Fapesp, 2019.

THE INTERCEPT BRASIL. **[Vaza-Jato]**, 20 jan. 2020. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>. Acesso em: 8 fev. 2019.

REVOLUÇÃO NA EDUCAÇÃO:
FORMAÇÃO ESCOLAR E
UNIVERSITÁRIA EM PORTUGAL
DEPOIS DE ABRIL

REVOLUÇÃO NA EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO ESCOLAR E UNIVERSITÁRIA EM PORTUGAL DEPOIS DE ABRIL

Luís Grosso Correia

Decreto-lei n.º 176/74

de 29 de Abril

Considerando que a reforma das Universidades e escolas superiores constitui preocupação da Junta de Salvação Nacional e no sentido de contribuir, desde já, para a normalização da vida académica e permitir que professores e alunos estabeleçam um clima de serenidade e de sã convivência;

Nestes termos, a Junta de Salvação Nacional decreta, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º - 1. São exonerados os reitores e vice-reitores das Universidades de Lisboa, Técnica de Lisboa, Porto, Coimbra, Luanda e Lourenço Marques.

2. São igualmente exonerados os directores e sub-directores das Faculdades, escolas e institutos universitários e ainda os das Escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e Porto.

3. As funções das autoridades académicas exoneradas passam a ser desempenhadas pelos respectivos substitutos legais.

Art. 2.º Este diploma entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado pela Junta de Salvação Nacional em 29 de Abril de 1974.

A Revolução dos Cravos representa um momento de corte com a organização, instituições e práticas políticas do Estado Novo, como se depreende do conteúdo do segundo decreto-lei dedicado pela Junta de Salvação Nacional a assuntos educativos, acima reproduzido. No próprio dia da Revolução, a mesma Junta decretou a extinção da Mocidade Portuguesa, da Mocidade Feminina Portuguesa e do Secretariado para a Juventude (decreto-lei nº 171/74, de 25 de abril) (Portugal, 1974a). A 30 de abril, a mesma Junta criou, no ainda Ministério da Educação Nacional, o Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis, com o propósito de “estimular o espírito associativo e fomentar a formação democrática e cultural da juventude” (decreto-lei nº 179/74, de 30 de abril) (Portugal, 1974b). O Conselho de Ministros, reunido no dia 27 de maio, estipulou que

enquanto não for regulado o processo de escolha democrática dos órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino, com a participação adequada de estudantes e pessoal docente, técnico, administrativo e auxiliar, a direção dos mesmos estabelecimentos poderá ser confiada, pelo Ministério da Educação e Cultura, a comissões democraticamente eleitas ou a eleger depois de 25 de Abril de 1974 (texto do decreto-lei nº 221/74, de 27 de maio, Artigo nº 1, Portugal, 1974c).

No final do ano de 1974, um outro Conselho de Ministros publicará o diploma legal que regula os órgãos de gestão dos estabelecimentos oficiais dos ensinos preparatório e secundário, estruturas que configuravam “uma primeira experiência da maior importância no processo de democratização dos sistema escolar português” (texto do decreto-lei nº 735-A/74, de 21 de dezembro, Portugal, 1974d) e uma nova morfologia organizacional: conselho diretivo, conselho pedagógico e conselho administrativo, com competências de gestão central nas escolas, constituídos por representantes dos estudantes e do pessoal docente, técnico, administrativo e auxiliar eleitos democraticamente entre os respetivos pares.

Os exemplos acima invocados dão conta do “ensaio de democracia direta” (Formosinho *et al.*, 2000, p. 34-35), através de processos desenvolvidos, de modo plural, em várias escolas do país conducentes à substituição das estruturas herdadas do Estado Novo por formas de descentralização e autogestão organizacional e pedagógica, exercitando uma autonomia *de facto* das escolas

através de processos de mobilização e participação e de ativismo que afrontaram os poderes centrais. Sem um único diploma legal ou instrução oficial que inicialmente lhe tivesse dado cobertura e, mais tarde, à margem de qualquer projeto ou medida de descentralização da administração ou de devolução de poderes, o ensaio de autonomia levado a cabo em várias escolas do país caracterizou-se pela busca, plural, de novos ordenamentos, pela ingerência e apropriação de poderes que tornaram possível, ainda que transitoriamente, transformar as periferias em centros de decisão, deixando o poder político e a administração central relativamente paralisados e a legislação escolar em vigor frequentemente ultrapassada pelos factos (Lima, 2011, p. 16-17).

Esta fase primacial da gestão democrática das escolas da rede pública no Portugal revolucionário (1974-1976), sendo original e única, do ponto de vista histórico, é igualmente contemporânea de várias outras medidas significativas adotadas no campo da educação que importam contextualizar.

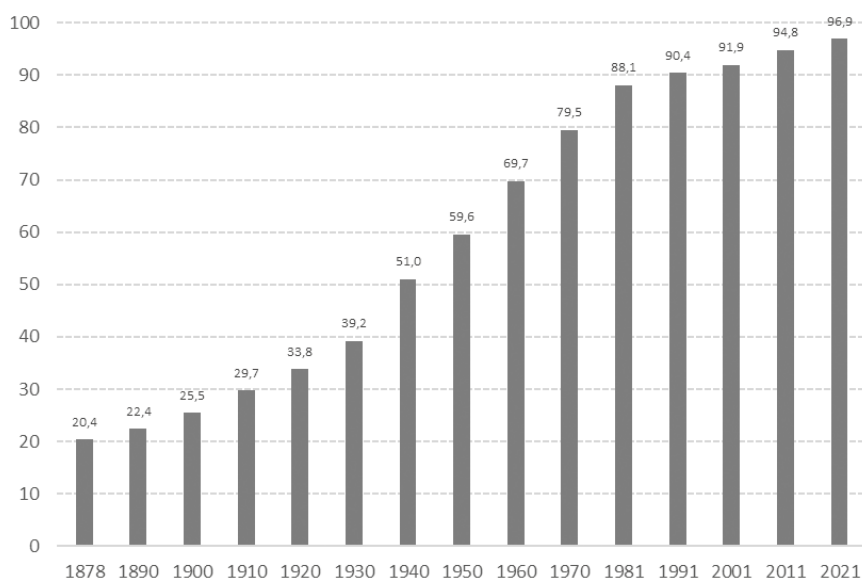
O presente capítulo será organizado em torno de medidas de política educativa adotadas para a educação pré-escolar e para os ensinos básico, secundário e superior, cujas mudanças, inspiradas parcialmente em periodização proposta por João Barroso (2003), serão analisadas em torno de quatro recortes – Ante-Revolução, Revolução, Normalização e Reforma –, complementados pela análise diacrónica de vários indicadores de base quantitativa sobre a evolução da população escolar e curricular.

1. Ante-Revolução

Num país autoritário, com a educação orientada, desde a década de 1930, sob os princípios de ‘Deus, Pátria Família’; com uma política de livro escolar único para cada uma das quatro classes do ensino primário e para as disciplinas do ensino secundário, sendo particularmente visadas as de história e de filosofia; com organizações, como a Mocidade Portuguesa e a Mocidade Portuguesa Feminina, para enquadrar e doutrinar as crianças e jovens de ambos os sexos na ordem corporativa de Estado e no fervor nacionalista; com o casamento condicionado das professoras do ensino primário a uma autorização

por parte do Ministério da Educação Nacional (MEN); a abertura de postos escolares, sobretudo em meio rural, lecionados por pessoas sem preparação profissional adequada para o magistério primário; uma taxa de alfabetização de cerca de 60% em 1950 (Figura 1); uma escolaridade obrigatória que fora reduzida de cinco para três anos em 1930 (Correia, 1998); e uma taxa de analfabetismo das crianças em idade escolar de cerca de 20% em inícios da década de 1950 (Fernandes e Emídio, 2018, p. 37), entre muitos outros pontos críticos, qualquer plano de desenvolvimento económico estaria sujeito a inúmeras dificuldades relativamente à sua eficiência.

Figura 1: Taxas de alfabetização da população portuguesa maior de 7 anos (1878-1960) ou de 10 anos (1970-2021), em %



Fonte: A partir de INE, Recenseamentos da População (e da Habitação), 1878-2021

É neste quadro que Francisco Leite Pinto, ministro da educação entre 1955 e 1961, fez aprovar a extensão da escolaridade obrigatória para quatro anos para os rapazes (1956) e para as raparigas (1960) e, no quadro da política de planos de fomento económico, por um lado, e das dificuldades estruturais sentidas na afirmação do ensino secundário-técnico relançado pela reforma curricular de 1947, por outro, bateu-

se, sem sucesso, pela inclusão de um rubrica autónoma para o sector da educação nos planos económicos ou, na sua impossibilidade, pela criação de um plano de fomento cultural que aprofundasse e robustecesse, do ponto de vista educativo, o desenvolvimento articulado da sociedade portuguesa. Ante a resistência em sede de conselho de ministros e sem recursos financeiros e humanos no ministério para o fazer, Leite Pinto irá solicitar, através de despacho de 21 de novembro de 1959, um estudo técnico à então Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) no sentido de traçar um plano que fizesse a análise quantitativa das estruturas escolares (população escolar, pessoal docente de todos os níveis de ensino e a sua formação profissional, edifícios escolares, recursos materiais, entre outros), de modo a diagnosticar necessidades futuras, inferir diversos índices convergentes com a execução dos planos de desenvolvimento económico, calcular custos previsíveis e estimativas de financiamento (Fernandes e Emídio, 2018, p. 37-58 e 298-300).

Esta medida gerou, em sede da OECE, a adesão de mais cinco países da bacia mediterrânica (Espanha, Itália, Jugoslávia Grécia e Turquia) e foi desenvolvido pela sucessora, em 1961, da OECE: a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). É lançado, assim, o Projeto Regional do Mediterrâneo (PRM), que foi a primeira experiência desenvolvida em condições reais de planeamento e formulação de políticas para relacionar a educação com o crescimento económico e o desenvolvimento social, ou, mais especificamente, sobre os processos educativos que visassem produzir a força de trabalho qualificada necessária para atingir o desenvolvimento económico sustentável a longo prazo. No dizer da OCDE, os países participantes do estudo, “para além de certas características que têm em comum com os países menos desenvolvidos, a sua herança cultural e educativa é a mesma que a dos países europeus economicamente avançados, e assim diferem fundamentalmente dos países em desenvolvimento de África e da Ásia” (OCDE, 1965, vol. I, p. 8).

Os resultados do PRM foram divulgados a partir de 1963, tendo sido publicado em 1965 o relatório final, distribuído por oito volumes. Entre os vários resultados apresentados por este exercício de planeamento educativo em contexto nacional real, destacamos aqui os que se referiam à população escolar (Quadro 1).

Quadro 1: Anos de escolaridade obrigatória e taxas de matrícula escolar em 1960 e no ano-alvo (1974, 1975 ou 1977), segundo o Projeto Regional do Mediterrâneo, por países e grupos etários

Países	Taxa de matrícula (%)									
	Escolaridade Obrigatória		6-11 anos		12-14 anos		15-19 anos		20-24 anos	
	1960	1974-75	1960	1974-75	1960	1974-75	1960	1974-75	1960	1974-75
Espanha	6	8	85	95	45	80	10	35	3	6
Grécia	6	9	95	95	40	75	20	35	3	5
Itália	8	8	95	95	50	90	20	45	4	5
Jugoslávia	8	8	85	85	70	95	25	60	5	10
Portugal	4	6	80	85	30	65	10	35	3	6
Turquia*	5	6	70	85	15	25	5	15	2	4

*Ano-alvo: 1977

Fonte: OCDE, 1965

Os dados providenciados pelo PRM foram objeto de divulgação através dos meios de comunicação social, objeto de debates em sede de Assembleia Nacional, nas escolas, na rua (Fernandes e Emídio, 2018. p. 179). A nível organizacional, o PRM levou à criação do Gabinete de Estudos e Planeamento da Ação Educativa (Gepae), na dependência direta do então ministro Inocêncio Galvão Teles, por meio do decreto-lei nº 46.156, de 16 de janeiro de 1965 (Portugal, 1965), e ao reconhecimento da necessidade de realização de “experiências pedagógicas” com vista à modernização do ensino em Portugal (conforme o decreto-lei nº 47.587, de 10 de março de 1967 (Portugal, 1967a). Será a partir do lastro planificador e economicista da OCDE, das competências do Gepae e do decreto das “experiências pedagógicas” que o ministro José Veiga Simão, nomeado por Marcello Caetano, em janeiro de 1970, se apoiará para lançar a reforma sistémica e modernizadora da educação de que o país carecia desde o projeto (nunca implementado) de João Camoesas, em 1923.

No que tange à educação pré-escolar e escolar, os pontos críticos do sistema educativo português no início da década de 1970 eram, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), os seguintes:

- O ensino infantil/pré-primário estava quase totalmente dependente da iniciativa particular, retirando eficácia ao ensino primário, e era socialmente discriminatório (em 1973-1974, havia 54 estabelecimentos oficiais para 3.625 crianças e 652 privados para 37.445 crianças).

- O ensino primário, a nível do seu ciclo elementar (quatro anos), denotava falta de eficácia escolar (25% de reprovações em 1972/73), a sobrepopulação das escolas, o desdobramento e redesdobramento das classes, o abaixamento da carga horária letiva semanal (de 28 para 20 horas), um pesado regime de monodocência simultânea em meio rural (todos os graus de escolaridade fundidos numa mesma turma), um reduzido apoio social escolar e elevadas taxas de abandono escolar.

- O ciclo preparatório do ensino secundário (CPES), resultante da fusão dos dois primeiros anos dos ramos liceal e técnico do ensino secundário, estabelecido pelo decreto-lei nº 47.430, de 2 de janeiro de 1967 (Portugal, 1967b), denotava a subqualificação académica de 25% dos docentes (bacharéis ou com menor grau académico) e a falta de formação pedagógica em cerca de 45% dos professores.

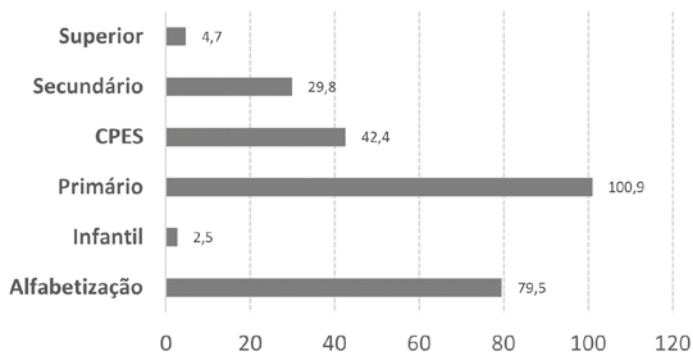
- O ensino secundário liceal (cinco anos) confrontava-se com idênticos problemas ao CPES, agravado pelo facto de os docentes mais qualificados serem os mais antigos na carreira, pela sobrepopulação dos estabelecimentos oficiais (o que levava à prática de desdobramento das turmas) e pela carência de equipamentos científicos e audiovisuais.

- O ensino secundário técnico (cinco anos), no quadro do regime segmentado do ensino secundário, refletia na sua população escolar o dualismo da sociedade portuguesa, dado recrutar os alunos essencialmente entre as classes sociais mais humildes, prefigurando-se, desta forma, como uma segunda escolha formativa; o seu *output* não estava devidamente articulado com os cursos de ensino superior; denotava uma pesada carga letiva semanal (40 horas), assente no predomínio de disciplinas de especialidade técnica, apresentando, porém, um dado positivo a nível pedagógico: a utilização de metodologias ativas nas disciplinas técnicas.

- O ensino superior, cume do trajeto escolar aberto pelo ensino secundário liceal, denotava um recrutamento social e geograficamente discriminatório, não obstante a crescente procura de que foi alvo nos anos finais do Estado Novo. Socialmente, só 4% dos estudantes eram oriundos das classes trabalhadoras; geográfica e materialmente, a localização das universidades e dos institutos nas grandes cidades do litoral e a falta de estruturas de alojamento para albergar os estudantes do interior do país impediam objetivamente o aumento da sua procura. Na arquitetura da organização escolar, era considerado como importante meio de promoção/consolidação do prestígio social, apesar da permanência de elementos arcaizantes e de uma conceção essencialista do conhecimento que dominava os planos de estudo em vigor (Unesco, 1982. p. 32-55 e 117-129).

Este estado da educação descrito pelo relatório da Unesco é confirmado, do ponto de vista quantitativo, pelos macroindicadores da situação escolar e da alfabetização do país que apuramos para o ano letivo de 1970/1971 (Figura 2), os quais demonstram que, a existir uma escola de massas em Portugal, ela somente era demonstrada pelas taxas de matrícula no ensino primário. A imensa maioria da população escolarizável ficava, assim, afastada da frequência nos níveis de ensino pré e pós-primário e, com isso, aprofundavam-se as assimetrias sociais, económicas e culturais prevaletentes.

Figura 2: População portuguesa alfabetizada (dez ou mais anos) e população escolar matriculada nos diferentes níveis de ensino pré-escolar (infantil) e escolar, segundo as categorias etárias correspondentes em 1970/71 (em %)



Fontes: A partir de INE, Estatística da Educação – 1971 e INE, 11.º Recenseamento da População – 1970

A reforma educativa empreendida pelo ministro Veiga Simão foi iniciada, em janeiro de 1971, com a publicação de dois documentos para discussão pública – o ‘Projecto do Sistema Escolar’ (Portugal, 1971a) e as ‘Linhas Gerais de Reforma do Ensino Superior’ (Portugal, 1971b) –, a criação de um Secretariado da Reforma Educativa e o lançamento, a partir do ano de 1972/1973, de várias experiências a nível do ensino pós-primário (designadamente no âmbito do ciclo preparatório e do ciclo de estudos inicial dos ramos liceal e técnico do secundário – de três anos) convergentes com a arquitetura escolar, planos curriculares e perfil docente, entre outros, do projeto de reforma em marcha. Este projeto compreendia uma reflexão e abordagem sistémicas da educação assentes na fundamentação dos seus princípios educativos, na organização do sistema educativo (educação pré-escolar, educação escolar – básica, secundária e terciária – e educação permanente), na formação profissional dos agentes educativos, na orientação escolar dos alunos e nas ideias-base da reforma. Estas ideias foram ganhando corpo à medida que o projeto de reforma evoluiu até à sua publicação final, não deixando, porém, de integrar, no relatório final da reforma, alguns elementos arcaizantes, devedores da ideologia da seleção do escol no ensino secundário, a saber: “expansão, individualização e diversificação do ensino; coerência das vias de acesso a graus sucessivos, permeabilidade e inter-relação no ensino secundário; garantia do teor formativo do ensino e sua correlação com as funções sociais” (Portugal, 1973a, p. 13).

A lei nº 5, de 25 de julho de 1973, veio consagrar as “bases a que deve obedecer a reforma do sistema educativo”, a saber: “Formação integral dos Portugueses” (base I); “Assegurar a todos os Portugueses o direito à educação” (base IIa); “Tornar efectiva a obrigatoriedade de uma educação básica generalizada” (base IIb); “Facilitar às famílias (...) o cumprimento do dever de instruir e educar os filhos” (base IIc); e “Fomentar e coordenar as actividades respeitantes à educação nacional” (base IId). Não obstante os elementos arcaizantes detetados no plano discursivo do diploma legal, este representa um texto e contexto muito diferentes do que a Constituição da República Portuguesa, de 11 de abril de 1933, em vigor à época, consagrava laconicamente em relação à educação: “A educação e instrução são obrigatórias e pertencem à

família e aos estabelecimentos oficiais ou particulares em cooperação com ela” (Art. 42º) (Portugal, 1973b). Em 1973, importa sublinhar, a educação foi declarada como um direito legalmente protegido.

A organização escolar do sistema educativo aprovado em 1973 apresentou várias inovações que importa destacar: i) o reconhecimento da educação pré-escolar como dever educativo do Estado; ii) a organização do subsistema escolar em três níveis de estudos – básico, secundário e superior; iii) uma escolaridade não superior com 12 graus de ensino, divididos por três ciclos de quatro anos cada; iv) uma escolaridade obrigatória de oito graus, equivalente à educação básica, a qual era composta por dois ciclos – um de ensino primário (de quatro graus) e outro de ensino preparatório (quatro graus); v) um ensino secundário de quatro anos, com dois ciclos de dois anos cada (o curso geral, com um plano de estudos unificado, e o curso complementar, com ramos de especialização no seu interior), e que seria cursado em escolas secundárias polivalentes, desmantelando-se, desta forma, a segmentação curricular (e social) entre os ramos liceal e técnico ao projetar-se a fusão dos respetivos planos curriculares; vi) um nível de ensino superior que poderia ser cursado em três tipos de estabelecimentos – universidades, institutos politécnicos ou equivalentes e escolas normais superiores –, todos podendo oferecer cursos de bacharelato, reservando-se para as universidades o exclusivo da certificação dos graus de licenciatura e o doutoramento.

A reforma Veiga Simão, tal como ficou conhecida, compreendeu ainda um conjunto de medidas inovadoras adotadas entre 1970 e 1974, ao abrigo do decreto-lei nº 47.587, de 10 de março de 1967, o das “experiências pedagógicas” (Portugal, 1967c), através de grupos de estudos e trabalho constituídos por professores de todos os graus de ensino não superior, organizados de modo voluntário, focados sobre problemas vários (novas soluções curriculares, avaliação das aprendizagens, formação de professores etc.) e coordenados por Rui Grácio. Conjunto esse que, por imperativos de espaço, é aqui apenas listado:

- no ano letivo de 1970/71: abertura de cursos gerais do ensino secundário técnico de três graus (equivalentes ao mesmo ciclo do ensino liceal);

- em 1971/1972: experiência pedagógica no 3º ano do futuro ciclo preparatório de feição politécnica em 21 escolas aderentes; lançamento de escolas técnicas para habilitação complementar (futuros institutos politécnicos); formação inicial de professores do ensino secundário integrada no ramo educacional dos cursos de licenciatura em matemática, biologia e de física e química da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, conforme decreto-lei nº 443/71, de 23 de outubro (Portugal, 1971c);

- em 1972/73: no curso complementar do ensino secundário-liceal (anos terminais, 6º e 7º ano), promoveu-se a escolha por parte dos alunos do seu percurso curricular, ao substituírem-se as tradicionais alíneas/cursos por seis disciplinas, a selecionar entre um leque alargado, em que duas disciplinas eram pares fixas (português/filosofia ou matemática/filosofia) e quatro eram à inteira discrição do/a aluno/a; a abertura do ensino secundário-liceal noturno, medida importante para os estudantes-trabalhadores;

- em 1973/74: experiência pedagógica no 4º ano do já aprovado ciclo preparatório do ensino básico nas escolas aderentes; entrada em vigor do curso complementar do ensino secundário-técnico, sequente ao geral e equivalente ao curso liceal; definição da rede de escolas secundárias polivalentes; e implementação de uma nova conceção, intervenção e certificação da educação de adultos, através da Direção-Geral de Educação Permanente e do decreto-lei nº 489/73, de 2 de outubro (Portugal, 1973c).

A reforma educativa de 1973 parece estar alinhada, ao fim de 45 anos de regime autoritário, com o processo de modernização educativa que Fritz Ringer estudou para o caso francês, entre 1865 e 1920, processo este que foi analisado através de “três propriedades estatísticas dos sistemas educativos: a inclusão, medida em matrículas por faixa etária; a progressividade, o grau em que os alunos são recrutados das classes média baixa e baixa; e a segmentação, a subdivisão dos sistemas educativos em escolas ou programas paralelos que diferem tanto no seu currículo como nas origens sociais dos seus alunos” (Ringer, 1987, p. 35). Do ponto de vista histórico, a reforma Veiga Simão, apesar de nunca ter sido regulamentada e, por isso, não

implementada, pode ser considerada como o início do processo de finalização do moderno sistema educativo português. Se aplicarmos as três fases de constituição do moderno sistema educativo prussiano/alemão (emergência, constituição e finalização) que foi estudado por Detlef Müller (1987, p. 15-18) ao caso de Portugal, poderemos afirmar que este processo emergiu em 1835, com a escolaridade obrigatória decretada para os filhos varões pelas novas autoridades liberais, foi se constituindo e ganhando formas mais precisas por altura da reforma do ensino liceal de Jaime Moniz (1894-1895) e, a partir do pós-Segunda Guerra Mundial, como já acima foi reportado, foi tentando ganhar a sua configuração mais acabada. Este estágio de finalização do sistema será atingido após a Revolução dos Cravos, no quadro de uma nova constituição política do país, e confirmado pela aprovação de uma outra lei de bases em 1986.

2. Revolução (1974-1976)

306

Contudo, a revolução de 25 de abril de 1974 *remobilizou* a Reforma Veiga Simão, dando-lhe renovado vigor e tornando-a quase irreconhecível, estendendo-a a áreas intocáveis (tal como a gestão democrática das escolas). A Reforma Veiga Simão foi única, como ponto focal, para a preparação da constituição de uma nova organização política e económica das forças sociais (Stoer, 1986, p. 117).

A Revolução foi muito para além da reforma e fê-la tomar contacto com a sociedade através da adoção de formas de tomada de decisões e de controle participadas na gestão democrática das escolas de todos os níveis de ensino.

Rui Grácio, que foi, entre outros, diretor do Centro de Investigação Pedagógica da Fundação Calouste Gulbenkian, coordenador dos grupos de trabalho das experiências pedagógicas implementadas no quadro da reforma Veiga Simão e Secretário de Estado da Orientação Pedagógica (de setembro de 1974 a agosto de 1975), caracterizaria da seguinte forma as dinâmicas observadas:

No período mais instável e turbulento da *revolução*, até ao 25 de novembro de 1975 – caracterizado no plano político pelo compromisso conflitual de forças divergentes e mesmo antagónicas,

pela pluralidade de centros de decisão, pela indeterminação das orientações dominantes – assiste-se a uma certa impregnação das políticas educativas e do sistema educativo, pelo menos em certos níveis e sectores do sistema, por valores de inspiração socialista ou socializante [...], desde o socialismo *personalista* de inspiração cristã ao socialismo *revolucionário* de inspiração marxista (Grácio, 1981, p. 15).

Apesar de algumas das influências do movimento de empoderamento das escolas serem algo contraditórias – “como reconciliar formas diretas de democracia (*poder popular*) com formas de democracia leninista de partido único, ou qualquer destas com formas de democracia parlamentar *ocidental*?”, perguntava Stephen Stoer (1986, p. 134) –, por um lado, e de alguns excessos em processos de saneamento e de exclusão de professores, por exemplo, por outro, a proeza da gestão democrática direta das escolas foi a de ter criado um processo socioeducativo fora do Estado, que se viu obrigado a aceitá-lo e a inscrevê-lo como a nova forma organizacional da escola (Stoer, 1986, p. 152-153). Prova disso são os decretos-lei nº 221/74 e nº 735-A/74, já acima reproduzidos, e a confirmação do novo modelo de gestão democrática das escolas por eles aberto através da aprovação do decreto-lei nº 769-A/76, de 23 de outubro (Portugal, 1976a), do ministro da educação, Mário Sottomayor Cardia, pelo I Governo Constitucional. Neste diploma legal serão mantidos como órgãos de topo os conselhos diretivo, pedagógico e administrativo, apesar de limitar o número e peso da representação dos estudantes, que deixa de ser paritária à dos docentes, nos dois primeiros órgãos.

A traço largo, poderemos afirmar que a educação no período do PREC - Processo Revolucionário em Curso (do II ao VI governos provisórios, 1974-1976), para além da participação alargada e gestão participativa das escolas (ensino secundário e superior), teve por caracteres maiores:

i) uma cooperação do sistema educativo no processo de democratização e desenvolvimento da sociedade, patenteada, por exemplo, nas campanhas de alfabetização e de dinamização cultural protagonizadas pelo Movimento das Forças Armadas (Esteves *et al.*, 2024);

ii) o aprofundamento dos objetivos democráticos e igualitários (de inspiração socialista) para a educação (Grácio, 1981);

iii) a tarefa de ‘desfascitizar’ os conteúdos dos programas curriculares, logo a partir de 1974/75; no que tange aos ensinos primário e secundário, aproveitando recursos, métodos e sinergias dos grupos de trabalho da reforma de Veiga Simão, da publicação, pelo próprio ministério, de recursos didáticos destinados a professores e alunos (por exemplo, Secretaria de Estado..., 1975a e 1975b); e, no que diz respeito ao ensino superior, prolongando-se “até à substituição do pessoal comprometido com o anterior regime” (Magalhães, 2004, p. 276);

iv) o lançamento do ensino secundário unificado, em resultado da fusão do curso geral diurno dos ramos liceal e técnico do ensino secundário (de três graus escolares, equivalentes ao atual 3º ciclo do ensino básico – do 7º ao 9º ano), através de despacho ministerial de 1 de agosto de 1975 e fundamentado no decreto-lei das “experiências pedagógicas” de 1967 (Machado, 2001);

v) a dignificação do estatuto profissional, social e remuneratório dos professores, incluindo aos regentes de posto escolar, através de uma série de diplomas legais publicados entre os meses de maio de 1975 e de 1976;

vi) a prefiguração do 12º ano de escolaridade, já previsto na reforma Veiga Simão, com o lançamento do ‘Serviço Cívico Estudantil’, pelo decreto-lei nº 270/75, de 22 de maio (Portugal, 1975a), cuja frequência era voluntária, mas foi tornada obrigatória, pelo decreto-lei nº 363/75, de 11 de junho, para efeitos de acesso à universidade (Portugal, 1975b).

A nível do ensino superior, com a aprovação das bases programáticas para a reforma do ensino superior por meio do decreto-lei nº 363/75, de 11 de junho (Portugal, 1975b), é instituído um conjunto de princípios que, para além de aliviar a grande procura com a frequência obrigatória do ‘Serviço Cívico Estudantil’, para efeitos de acesso às universidades, visaram: definir os objetivos deste nível de ensino (“assegurar progressivamente o direito à educação e à cultura a nível superior” e “contribuir com o seu trabalho teórico para a formação de uma cultura progressista”, por exemplo); configurar “a sua organização, de autonomia pedagógica, científica, administrativa e financeira”, de

modo a permitir “um esquema de gestão socialista das escolas” que assegurasse “a participação nos conselhos diretivos de representantes de organizações profissionais ou sindicais”; discriminar positivamente o acesso de trabalhadores-estudantes, de estudantes oriundos dos ensinos técnico e médio e maiores de 25 anos de idade; aprofundar a integridade e adequação da frequência e avaliação do desempenho escolar dos estudantes; proporcionar atividades de extensão cultural (resolução de problemas colocados pelo desenvolvimento económico, cultural e social do país, produção de bens, prestação de serviço público); reestruturar os cursos de pós-graduação e a carreira de docente do ensino superior; e, como medida urgente, ampliar a ação social escolar de modo a responder às necessidades dos estudantes em situação socioeconómica mais vulnerável (Portugal, 1975b).

3. Normalização (1976-1986)

A Constituição da República, aprovada a 2 de março de 1976, estabelece, na sua redação atual, na secção de ‘Direitos, liberdades e garantias’, artigo 73º, que em Portugal:

1. Todos têm direito à educação e à cultura.
2. O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva (Portugal, 1976b).

Ao fim de seis constituições, depois das de 1822, 1828, 1838, 1911 e 1933 (Miranda, 1997), e de quase 28 anos passados da Declaração Universal dos Direitos do Homem, adotada pela Organização das Nações Unidas, em 1948, a educação é, pela primeira vez, oficialmente reconhecida como um direito constitucional em Portugal, desempenhando uma função crucial no aprofundamento da igualdade, da justiça social e do Estado de direito democrático.

Consagra ainda a Constituição de 1976, na versão atualmente em vigor, no artigo 74º, que “todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar”, através “da política de ensino que incumbe ao Estado” implementar com as seguintes finalidades: “assegurar o ensino básico, universal, obrigatório e gratuito”; “criar um sistema público e desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar”; “garantir a educação permanente e eliminar o analfabetismo”; “garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística”; “estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino”; “inserir as escolas nas comunidades que servem e estabelecer a interligação do ensino e das atividades económicas, sociais e culturais”; “promover e apoiar o acesso dos cidadãos portadores de deficiência ao ensino e apoiar o ensino especial, quando necessário”; “proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades”; “assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua portuguesa e o acesso à cultura portuguesa”; e, “assegurar aos filhos dos imigrantes apoio adequado para efetivação do direito ao ensino” (Portugal, 1976b).

Numa análise sobre o processo de consagração dos princípios políticos da educação na nova lei fundamental do país, Rui Grácio referiu que

os preceitos constitucionais de inspiração socializante acerca do ensino – superação do princípio da igualdade *formal* de oportunidades de formação escolar pela adoção do princípio da discriminação positiva em favor dos trabalhadores e dos seus filhos, superação da função conservadora do ensino da divisão social do trabalho, sua ligação com as atividades produtivas e sociais, – tais preceitos são menos o produto da luta de estudantes e professores nas escolas do que a consagração na Lei Fundamental, e sob a pressão do movimento de massas, de princípios inscritos nos programas e nos projetos constitucionais dos partidos de esquerda da maioria dos partidos com assento na Assembleia Constituinte (1977, p. 6-7).

Neste novo quadro de ordenamento constitucional, que consagra o modelo político de democracia representativa, com eleições legislativas e a nomeação dos governos em sede de Assembleia da República, entrar-se-á numa fase designada por “normalização da educação” (Formosinho *et al.*, 2000, p. 36). Nesta, podemos destacar a aprovação do novo regulamento de gestão das escolas, com o decreto-lei nº 769-A/76 (Portugal, 1976a), já acima analisado, que procurou equilibrar a relação da administração centralizada e burocrática com a gestão democrática dos estabelecimentos de ensino, herdada do período anterior. Os temas da centralização/descentralização de competências, participação, democraticidade e profissionalização da gestão das escolas vão permanecer em aberto ao longo do período ora em análise, atravessarão os debates em torno da nova lei de bases do sistema educativo (Formosinho *et al.*, 2000, p. 36-38), até à implementação de um novo regime jurídico de autonomia das escolas a partir de 1998.

No que tange a políticas de inclusão, importa destacar a aprovação das leis nº 5 (Portugal, 1977a) e 6 (Portugal, 1977b), de 1 de fevereiro de 1977, que criaram o sistema público de educação pré-escolar, para as crianças dos três aos seis anos, e as escolas normais de educadores de infância, respetivamente. Este diploma, para além de demarcar a assunção de responsabilidades sociopolíticas consagradas na Constituição da República ao Estado em matéria de educação pré-escolar, institucionaliza igualmente o debate em torno de conceitos, conceções, representações da infância e das crianças e dos papéis por elas desempenhados no meio familiar e, também, social e escolar. O mesmo movimento implicou, à luz da literatura científica publicada, a desconstrução de visões abstratas e de discursos políticos enviesados sobre a infância, a consciencialização sobre os processos de socialização desiguais das crianças e a necessidade de os contextualizar, social e historicamente, e, ainda, debater o papel da mulher na sociedade (Vilarinho, 2000, p. 17). Complementarmente, importa situar o tema da educação pré-escolar como “uma conquista de Abril”, resultante de movimentos diversos (“comissões de moradores, comissões democráticas de aldeias, comissões de ocupação de edifícios devolutos – aproveitando recursos locais para criar novas instituições”

(Vasconcelos, 2014, p. 480), que a inscreveram nos problemas a resolver pelo poder executivo:

A educação escolar pública, nesses anos, desenvolveu-se não tanto através de leis e decretos emanados de instâncias governamentais, mas sim como resultado de uma cidadania posta em ato num processo de participação democrática. Esta democracia posta em ato significava a capacidade e o poder dos cidadãos – e especificamente dos pais – de pressionar o Governo no sentido de implementar experiências de qualidade para as crianças em idade pré-escolar (Vasconcelos *apud* Vilarinho, 2000, p. 113).

312

O processo de unificação curricular do ensino secundário continuou e, através da reorganização dos cursos complementares do ensino secundário (despacho n° 63/78, de 23 de março) (Portugal, 1978a), a partir de 1978/1979, “são extintos os cursos complementares técnicos diurnos, embora, à noite, tenham continuado a funcionar os cursos técnicos gerais e complementares, todos eles instituídos pela experiência pedagógica de Veiga Simão” (Duque, 2009, p. 104). A unificação do ensino secundário, iniciada em 1975/1976 com o curso geral e a nova denominação para os 7º, 8º e 9º anos de escolaridade, era agora complementada a nível dos 10º e 11º anos (curso complementar). No contexto dos fins socioeducativos prosseguidos pelo plano de estudos para o ensino secundário aprovado pelo despacho normativo n° 140-A/78, de 22 de junho de 1978 (Portugal, 1978b), a denominação dos estabelecimentos escolares também sofreria uma normalização: passariam a ser designados apenas por escola secundária, a partir do ano letivo de 1979/1980. Neste quadro ainda, importa referir que o decreto-lei n° 538/79, de 31 de dezembro (Portugal, 1979a), confirmou a universalidade, obrigatoriedade e gratuidade dos seis primeiros graus de escolaridade estipulados pelo decreto-lei n° 45.810, de 9 de julho de 1964 (Portugal, 1964), isto é, os ciclos de ensinos primário (quatro anos) e preparatório (dois anos), não incluindo qualquer grau do então ensino secundário, geral (do 7º ao 9º ano) ou complementar (atuais 10º e 11º anos).

A implementação de novos planos de estudos para o ensino secundário complementar, a par da substituição do Serviço Cívico

Estudantil pelo Ano Propedêutico do Ensino Superior, instituído pelo decreto-lei nº 491/77, de 23 de novembro (Portugal, 1977c), a partir de 1977/1978, visou abrir o caminho para a incorporação de um novo grau escolar, o 12º, no ensino não superior, que estava já previsto na reforma Veiga Simão. Porém, o Ano Propedêutico funcionará na dependência da Direção-geral do Ensino Superior, ministrará o ensino de cinco “disciplinas introdutórias às matérias dos planos de estudo dos vários cursos de ensino superior” e a aprovação dos estudantes ficará sujeita a provas de avaliação externa, de âmbito nacional, a serem realizadas nas capitais de distrito, de acordo com o regulamento previsto na Portaria nº 210/78, de 15 de abril (Portugal, 1978c). Isto é, por um lado, o Ano Propedêutico objetivamente aprofunda a feição de preparação académica para o ensino superior que irá caracterizar o 12º ano (e que sempre caracterizou o ciclo complementar do ensino secundário liceal) e, por outro, “constitui talvez um primeiro passo para o regresso, cerca de 20 anos mais tarde, dos exames nacionais do ensino secundário” (Fernandes, 2014, p. 246) para acesso ao ensino superior. Referimo-nos à denominada ‘Prova Geral de Acesso’, prevista no decreto-lei nº 354/88, de 12 de outubro (Portugal, 1988).

O decreto-lei nº 240/80, de 19 de julho (Portugal, 1980a) reformulou os cursos complementares do ensino secundário com a instituição e inclusão do 12º ano de escolaridade não superior. Com esta medida, de fecho da arquitetura escolar dominante a nível internacional – em regra, de seis graus de *primary education* seguidos de outros seis de *secondary education* (Unesco, 1963) –, é nossa convicção que, tal como ficou acima referido (Müller, 1987), o processo de modernização do sistema educativo português é finalizado, no quadro de um regime político de direito democrático.

Face à deriva liceal do ensino secundário unificado e atentos os acordos internacionais que iam preparando a adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (CEE), designadamente em matéria de, um pouco à semelhança do descrito para finais da década de 1950, formação de mão de obra qualificada capaz de satisfazer as necessidades do desenvolvimento tecnológico e do aparelho produtivo do país, o ministro da educação, José Augusto Seabra, reintroduz o ensino técnico-profissional em 1983, por meio do despacho

normativo nº 194-A/83, de 21 de outubro (Portugal, 1983a). O 10º ano foi escolhido para início da experiência (desenvolvida ainda ao abrigo do decreto das “experiências pedagógicas”, de 1967), “com a dupla perspetiva de criar cursos técnico-profissionais de três anos, destinados aos alunos que perspetivassem prosseguir estudos, e cursos profissionais com a duração de um ano, para aqueles que, tendo o 9º ano de escolaridade, não tencionassem permanecer no sistema de ensino” (Duque, 2009, p. 108).

Através do decreto-lei nº 519-T1/79, de 29 de dezembro (Portugal, 1979b), o Estado obrigou-se a assegurar aos professores dos ensinos preparatório e secundário, por meio de contratos plurianuais, as condições necessárias à sua profissionalização em exercício, a qual seria realizada ao longo de dois anos escolares, com o apoio dos conselhos pedagógicos das escolas, de equipas de orientadores pedagógicos e, sempre que possível, de instituições de ensino superior.

A nível do ensino superior, há a considerar a mudança operada com a criação do “ensino superior de curta duração tendente à formação de técnicos e de profissionais de educação de nível superior”, pelo decreto-lei nº 427-B/77 de 14 de outubro, alterado pela lei nº 61/78, de 28 de julho (Portugal, 1977d; 1978d). Esta nova formação, dois anos mais tarde, dará origem ao subsistema de ensino superior politécnico, com o decreto-lei nº 513-T/79, de 26 de dezembro (Portugal, 1979c), o qual, apesar de se prever a possibilidade da sua colaboração com as universidades, só poderia certificar os cursos para o grau de bacharel. Se o diploma legal de 1979 instituiu a rede inicial do ensino politécnico no país, no decurso do processo próprio da reconversão das estruturas de ensino médio e de ensino normal, outros estabelecimentos foram sendo progressivamente integrados na rede, como, por exemplo: os institutos politécnicos da Guarda, Leiria, Portalegre e Viana do Castelo, que foram criados pelo decreto-lei nº 303/80, de 16 de agosto de 1980 (Portugal, 1980b); o Instituto Politécnico de Faro, através da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, que passou a conferir o grau de bacharel em diversos cursos, por meio do decreto do governo nº 18/83, de 26 de fevereiro (Portugal, 1983b); o Instituto Politécnico de Castelo Branco, através da Escola Superior Agrária, que confere o grau de bacharel em Produção Agrícola, Produção Animal, Produção

Florestal e em Melhoramentos Rurais, de acordo com a portaria nº 855/83, 26 de agosto (Portugal, 1983c).

Os docentes do ensino superior universitário (universidades e institutos universitários) passam a ter a sua carreira regulada pelo estatuto aprovado pelo decreto-lei nº 448/79, de 13 de novembro (Portugal, 1979d). Este estatuto, que após várias alterações introduzidas ainda se mantém em vigor, estipulou à época, no seu artigo 4º, que a carreira compreendia cinco categorias (professor catedrático, professor associado, professor auxiliar, assistente e assistente estagiário), nas quais os docentes deveriam perseguir três finalidades comuns: “prestar o serviço docente que lhes for atribuído”; “desenvolver, individualmente ou em grupo, a investigação científica”; e “contribuir para a gestão democrática da escola e participar nas tarefas de extensão universitária”.

4. Reforma

315

O sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.

Lei nº 46/86, de 14 de outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo, Art.º 1.º, nº 2) (Portugal, 1986).

Face às diferentes e plurais dinâmicas experienciadas pelo setor da educação desde a Revolução, algumas das quais vão referidas nos subcapítulos anteriores, a necessidade de aprovação de um diploma legal ordenador do sistema educativo, adequado aos princípios constitucionais de um Estado de direito democrático, foi sentida por diferentes atores (sindicatos, associações de estudantes e de pais e encarregados de educação), avolumando-se ao longo dos anos. A primeira tentativa que foi esboçada neste sentido data de abril de 1980, quando o então presidente da Assembleia da República, Vítor Crespo, apresentou uma iniciativa legislativa cuja “discussão teve muito pouca amplitude e a proposta nunca chegou a ser votada” (Grácio, 1998, p. 205). Em 1986, ano em que Portugal se torna membro da CEE e era

governado por um governo minoritário do Partido Social-Democrata (PSD), foram reunidas as condições adequadas para o seu agendamento político, em sede de Assembleia da República, dado que cinco dos sete projetos apresentados pelos grupos com representação parlamentar (PSD, Partido Socialista, Partido Renovador Democrático, Partido Comunista Português e Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral) foram discutidos e aprovados na generalidade. Estes projetos foram divulgados pelos meios de comunicação social, desceram à Comissão Parlamentar de Educação, a qual constituiu uma subcomissão especialmente designada para o efeito. Como lembra Bártolo Paiva Campos, presidente desta subcomissão:

Na discussão em subcomissão aprofundou-se a consciência da necessidade de ser aprovada uma nova lei de bases do sistema educativo, não só pela urgência em adequá-la à Constituição da República, mas ainda para clarificar a atual estrutura do sistema escolar e evitar a tomada de medidas avulsas, por vezes, incoerentes ou contraditórias, pelos sucessivos governos bem como para proporcionar um quadro estável que viabilizasse uma reforma global e articulada do sistema educativo (Campos, 1987, p. 6).

O texto-síntese elaborado pela subcomissão ficou pronto em julho, foi aprovado pela Comissão, subiu ao plenário da Assembleia para votação global final e aí foi aprovado pela imensa maioria dos partidos, contando apenas com a abstenção do MDP/CDE e o voto contra do Centro Democrático Social (Campos, 1987, p. 10-11). Aprovada pela Assembleia da República em 24 de julho, a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) foi publicada e entrou em vigor no dia 14 de outubro.

A LBSE assume, desta forma, na hierarquia dos diplomas legais, a missão de fixar, segundo uma abordagem holística, as diretrizes da política educativa portuguesa a nível de: i) princípios gerais e organizativos dos sistema; ii) organização e finalidades da educação pré-escolar, escolar (básica, secundária e superior) e extra-escolar (educação especial, formação profissional, educação de adultos, ensino a distância e de português no estrangeiro); iii) apoios

socioeducativos para a igualização de oportunidades e a promoção do sucesso escolar dos alunos (necessidades educativas especiais, serviço de psicologia e de orientação escolar, ação social escolar, saúde escolar e estudantes-trabalhadores); iv) formação, certificação e princípios gerais das carreiras dos recursos humanos (educadores, professores, pessoal técnico e auxiliar); v) recursos materiais (edifícios escolares), educativos e financeiros; vi) princípios de administração (do sistema a nível central, regional e de estabelecimento de ensino) e de consultadoria técnica (criação do Conselho Nacional de Educação); vii) áreas de desenvolvimento curricular, avaliação da qualidade do sistema, investigação educacional, estatísticas da educação e inspeção escolar; viii) dentro do exercício de liberdade de aprender e de ensinar, o enquadramento (e supervisão) do ensino particular e cooperativo nos princípios, objetivos gerais, estruturas, currículo, condições pedagógicas, recursos humanos e materiais nas mesmas regras aplicáveis ao ensino público (Portugal, 1986).

Atento o facto de a reforma Veiga Simão nunca ter sido regulamentada, uma das novidades trazida pela LBSE é a expansão da escolaridade obrigatória de seis graus escolares para nove anos de duração (a cumprir entre os seis e os 15 anos de idade), expansão esta que, se concebermos um percurso escolar sem os (elevados) escolhos da retenção escolar, seria coincidente com o nível de ensino básico (composto por nove anos, cursados através de três ciclos de estudos com extensões variadas – 4+2+3). O nível secundário, com três anos escolares, dará resposta aos anseios de reintrodução de cursos técnicos e profissionais ao prever duas áreas predominantes de formação escolar: a de “prosseguimento de estudos” e a orientada para “a vida ativa” (Art. 10º, nº 3). O ensino superior organiza-se em dois subsistemas, o universitário e o politécnico, sendo que as universidades habilitavam para os graus académicos de licenciatura (normalmente, de quatro a cinco anos), mestrado e doutoramento, ao passo que o ensino politécnico só poderia certificar cursos para o grau de bacharelato (em regra, de três anos), com a prerrogativa de os estender por mais um ano, através de um Diploma de Estudos Superiores Especializados, e, com isso, conseguir, nalgumas áreas, um grau equivalente à licenciatura (Portugal, 1986).

Resultante da agregação de diferentes projetos políticos, tendo sido diligentemente gerida, debatida, analisada e sintetizada em diferentes instâncias parlamentares, e vertida em documento legal, a lei tem proporcionado um quadro legal estável ao sistema educativo. Pelo seu conteúdo e longevidade, a LBSE pode ser considerada um caso exemplar de boas práticas no que tange à preparação, conceção, visão, abertura, finalidades, pluralidade e robustez de um diploma legal enquadrador, tendo sofrido apenas quatro alterações, aditamentos ou atualizações até à atualidade. Essas alterações, registadas entre 1997 e 2023, são, na sua maioria, relacionadas com o regime jurídico do ensino superior. A primeira, consagrada pela lei nº 115/97, de 19 de setembro (Portugal, 1997), visou facultar o grau de licenciado ao ensino superior politécnico e exigir o grau de licenciado como requisito de acesso à profissão docente. A lei nº 49/2005, de 30 de agosto (Portugal, 2005), transpôs para o ordenamento jurídico português os acordos internacionais firmados no quadro do denominado Processo de Bolonha (1999-2005), para a criação do espaço europeu de ensino superior em torno dos princípios de comparabilidade, mobilidade e transferibilidade (através da institucionalização do *European Credit Transfer System* – ECTS) das formações académicas, e alargou ao ensino politécnico a certificação no grau de mestrado. No quadro do impacto e pressão das comparações internacionais sobre o fruste desempenho em competências em língua materna, matemática e ciências dos jovens portugueses de 15 anos de idade, referimo-nos ao *Programme for International Student Assessment* (PISA), implementado trienalmente, desde o ano 2000, pela OCDE. Entre outras, a lei nº 85/2009, de 27 de agosto (Portugal, 2009), estabeleceu a terceira alteração à LBSE ao estipular a expansão da escolaridade obrigatória de nove para 12 anos, para as crianças e jovens entre os seis e os 18 anos de idade, e a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos cinco anos de idade (dado a oferta da rede pública conseguir assegurar a frequência dessa franja etária). A última alteração foi introduzida pela lei nº 16/2023, de 10 de abril, e, mais uma vez, visou ao ensino superior politécnico ao instituir a possibilidade de este atribuir, sob determinadas condições, o grau de doutor e de os institutos politécnicos poderem “adotar a designação em língua inglesa de *Polytechnic University*, no quadro da sua política e estratégia de internacionalização” (Art. 17-A, nº 2) (Portugal, 2023).

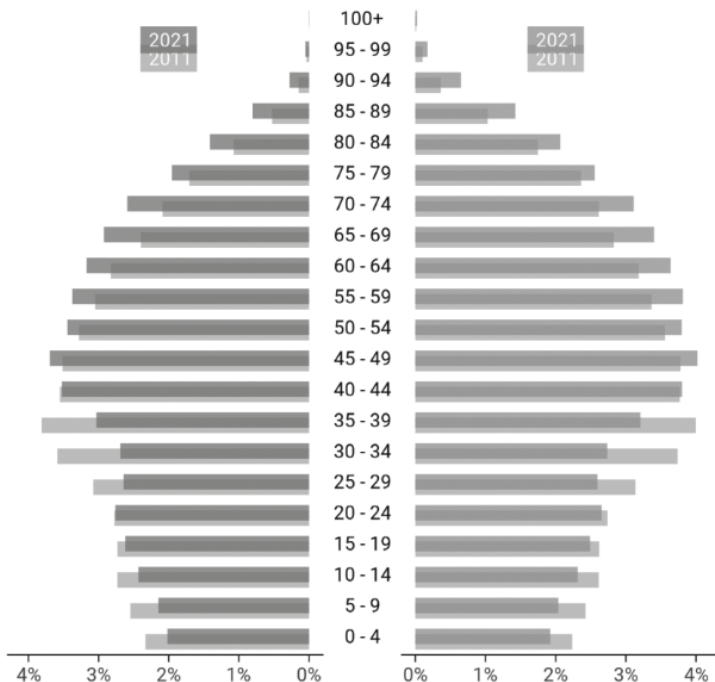
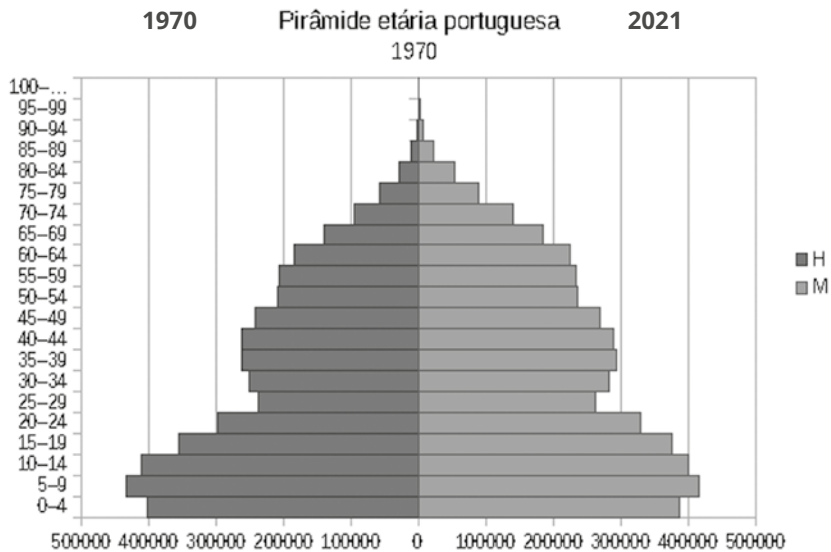
Do ponto de vista da evolução da despesa pública com a educação não superior dependente do Ministério da Educação, entre 1974 e 2012, há a destacar: i) o acréscimo de recursos financeiros a partir de 1975, motivado pela alteração da carreira docente e melhoria salarial dos professores do então ensino primário (1.º ciclo); ii) de 1987 em diante, aumento da execução devido ao prolongamento da escolaridade obrigatória de seis para nove anos; iii) em 2009, o atingimento do pico da despesa por razão de novo prolongamento da escolaridade obrigatória para 12 anos, do início da contribuição da entidade patronal para a Caixa Geral de Aposentações e do acesso a computadores portáteis e à banda larga (no quadro do programa ‘e-escola’) aos alunos beneficiários da Ação Social Escolar (Rodrigues e Gomes, 2014, p. 648-649); iv) em 2012, os efeitos da ação conjugada entre a redução da fatia da massa salarial desde 2009 (Rodrigues e Gomes, 2014, p. 649), do congelamento continuado da carreira docente (em curso desde 2011 até 2017) e do início da execução do memorando de assistência económica e financeira celebrado, em 17 de maio de 2011, pelo XIX governo constitucional português e o Fundo Monetário Internacional, Conselho Europeu e Banco Central Europeu, estabelecida pelo decreto-lei nº 65-A/2011, de 17 de maio (Portugal, 2011), vulgarmente conhecido como período da Troika.

Com um vasto programa de reformas estruturais a implementar, em princípio até ao ano de 2000, a LBSE passou a ser regulamentada em áreas sectoriais, das quais, por razões de economia de texto, apenas vamos deter a nossa atenção sobre as relacionadas com os estudantes, a organização escolar e educativa, o currículo e os docentes.

4.1. Alunos

A população residente em Portugal denota, no período analisado, um comportamento característico da terceira fase de transição demográfica (Rodrigues, 2008, p. 458-462): envelhecimento da base e topo da pirâmide etária (Figuras 3 e 4), mercê da redução do número de nascimentos abaixo do índice sintético da fecundidade (2,1 filhos por mulher) a partir de 1982 e de melhores condições de alimentação, saúde e higiene. Neste quadro, a esperança de vida à nascença aumentou, sendo em 2021 de 83,4 anos para as mulheres e de 77,7 anos para os homens (Comissão para a Cidadania..., 2022, p. 16).

Figuras 3 e 4: População portuguesa por categorias etárias em 1970 e 2021 (e 2011)



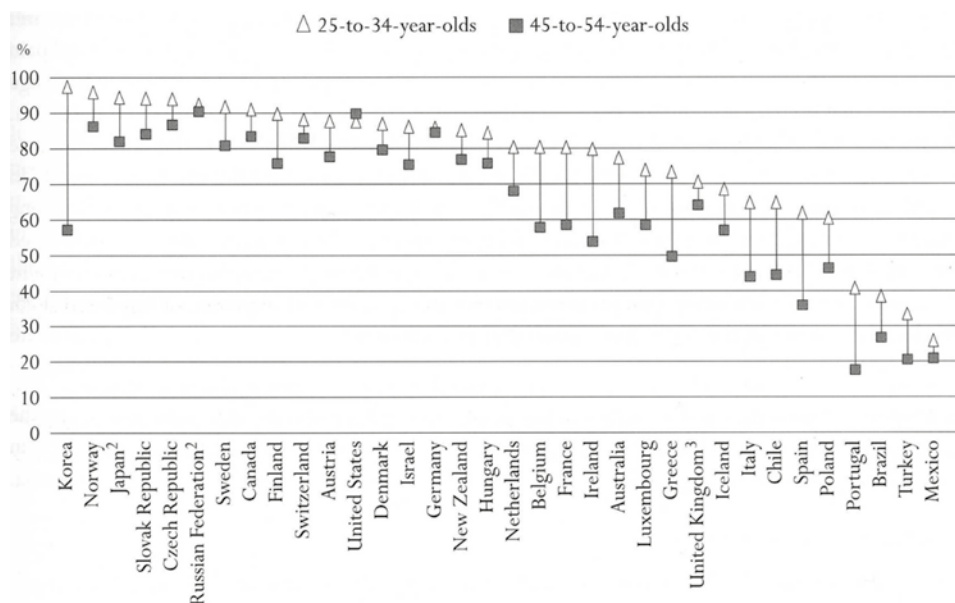
Fonte: INE, Recenseamentos da População (e da Habitação), para os anos indicados

Este comportamento da população portuguesa, em linha com o de outros países europeus (apesar de um desfasamento de cerca de 40 anos), irá ter repercussões a nível dos valores da população escolar e da necessidade de contratação de novos educadores e professores, ou, por outras palavras, da renovação geracional do próprio corpo docente, como iremos constatar a seguir.

Como apresentado acima pela Figura 1, a evolução da alfabetização denota uma taxa de cerca de 80% em 1970 para se deter nos 97% em 2021, denotando a resiliência da população mais idosa face à aquisição das competências da leitura, escrita e cálculo. Neste quadro, importa destacar o estudo, realizado por amostragem, sobre a literacia da população maior de 15 anos de idade (Benavente, 1996), cujos resultados evidenciaram as dificuldades em matéria de utilização daquelas competências face a atividades da vida quotidiana: leitura e compreensão de textos correntes, cálculo de descontos, entre outros. O nível zero de respostas, que não constava no desenho metodológico inicial do projeto, teve de ser incorporado em virtude de 10,3% dos inquiridos não terem conseguido responder cabalmente a qualquer exercício da primeira fase, engrossando, assim, os 80% dos inquiridos que não atingiram o nível satisfatório mais básico (Benavente, 1996).

Na mesma linha de resultados, importa relevar as frustres taxas de matrícula evidenciadas pelas gerações de portugueses que se matricularam no ensino secundário, entenda-se, nos graus a partir do atual 7º ano de escolaridade, nas décadas de 1990 e de 1970, num estudo internacional promovido pela OCDE em 2004 (Figura 5).

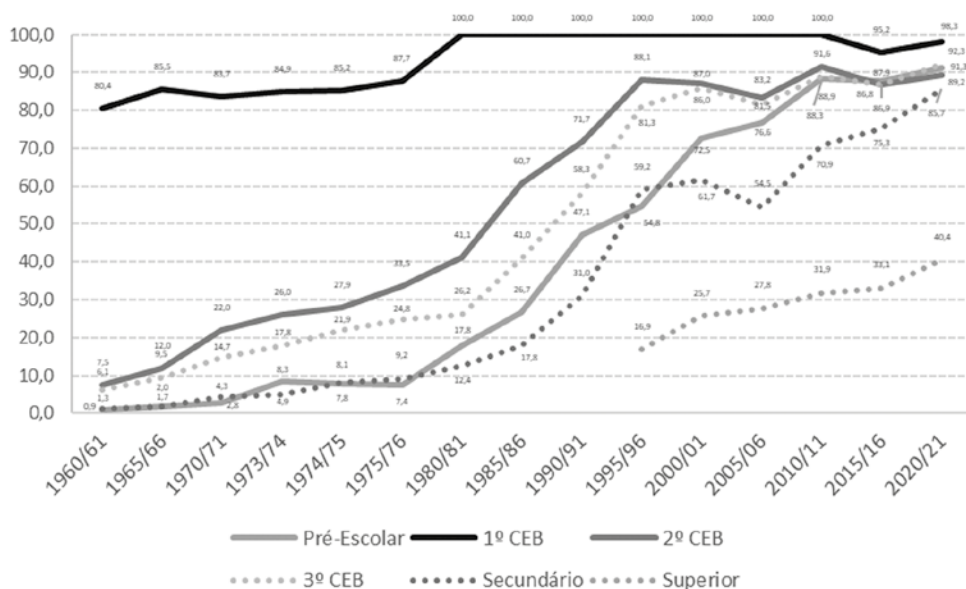
Figura 5: Taxas de matrícula no ensino secundário, por países e grupos etários, em 2004



Fonte: OCDE, 2006, p. 31

Partindo de valores muito baixos, à exceção dos relativos ao ensino primário elementar/1º ciclo do ensino básico, as taxas de escolarização evidenciadas pelas diversas gerações que atravessaram o sistema educativo a partir do ano letivo de 1974/1975 denotam temporalidades diferentes e graduais no processo da expansão social da educação ou de construção da ‘escola para todos’ (Figura 6).

Figura 6: Taxa de escolarização por nível de ensino e ano letivo (em %)



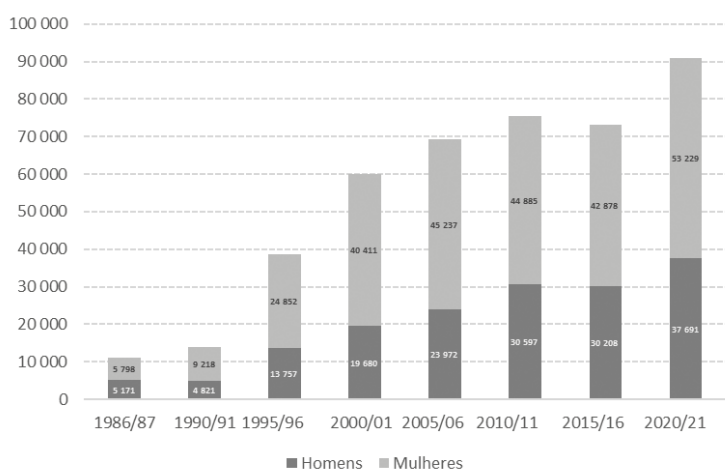
Fonte: Direção Geral de Estatísticas..., 2023

Se tomarmos por referências as taxas de 50% e 75%, poderemos estabelecer a seguinte cronologia por aproximação: i) para o 2º ciclo do ensino básico – os 50% são atingidos no primeiro quinquénio de 1980 e os 75% na primeira metade da década seguinte; ii) para o 3º ciclo – 50% entre 1986 e 1990, atingindo, rapidamente, os 75% até 1995; iii) para o ensino secundário – 50% na primeira metade da década de 1990 e 75% em meados da segunda década do século XXI; iv) para o ensino superior não se atingiu a fasquia dos 50% no período analisado.

Não obstante a retração demográfica das franjas etárias mais jovens no período analisado, a população escolar cresceu, atingindo o seu pico, em termos globais, por volta de 2010 (Direção-Geral de Estatísticas... 2023). A procura das escolas públicas continua a ser dominante em todos os níveis de ensino, exceto na educação pré-escolar até meados da década de 2000. É de destacar ainda que, a nível do ensino secundário, depois da afirmação da oferta pública na transição da década de 1960 para a de 1970, a sua taxa de cobertura parece ter estabilizado em torno dos 75% a partir da década de 2010, denotando um comportamento idêntico ao verificado na década de 1960.

As taxas de escolarização segundo o género denotam a estabilidade da relação de masculinidade à nascença (estatisticamente, em regra, de 105 meninos por 100 meninas) desde a educação pré-escolar até final do ensino básico (Direção-Geral de Estatísticas..., 2023). A partir de finais da década de 1970 e até meados dos anos de 2010, o género feminino domina a frequência do ensino secundário, tendência replicada no ensino superior a partir de meados da década de 1980 (Figura 7). Neste quadro, é lícito afirmar que o sistema educativo do Portugal democrático é fautor de uma viva e tangível igualdade entre géneros, particularmente, quando se confirma esta tendência no contexto dos diferentes graus de ensino superior e de comparações internacionais sobre, por exemplo, a frequência deste mesmo nível de ensino (Quadro 2).

Figura 7: Diplomados por tipo de ensino superior, género e ano letivo



Fonte: A partir de Direção-Geral de Estatísticas..., 2023

Quadro 2: Comparação do sistema educativo português com alguns países em diferentes rubricas, em 2004

Países	Alfabetização (%) (a)	Despesa Públicas		ISCED 0	Esperança Vida		ISCED 3	Ensino Superior (ISCED 5 e 6)												
		por PIB (%)	Despesa Corrente (ISCED 0-4, %)		Educação Pré-Escolar (%)	Educação Pré-Escolar (ISCED 0)		Total (ISCED 1-6)	Cursos Secundários Técnicos: Matrículas (%)	Mulheres Matriculadas (%)	Estudantes Diplomados (%)									
											Ciências	Engenharia e Tecnologias	Educação	Humanidades e Arte	C. Sociais, Economia e Direito	Agricultura	Medicina e Saúde	Serviços	Outros	
Japão	99,9	3,6	89,5	84	2,5	14,8	25	46	15	8	11	12	43	1	14	3	-			
Austrália	99,9	4,9	94,3	62	1,0	20,7	64	54	3	19	7	16	25	2	12	11	5			
Canadá	99,9	-	-	68	1,3	15,9	-	56	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Finlândia	99,9	6,4	94,4	56	2,2	18,3	59	53	9	21	7	13	23	2	19	7	-			
Irlanda	99,9	4,3	86,9	-	-	17,3	-	56	18	12	7	14	31	1	12	2	2			
Reino Unido	99,9	5,3	93,0	73	1,5	21,3	69	57	15	8	10	15	31	1	18	1	2			
Grécia	91,0	-	93,4	67	1,3	15,4	36	51	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Itália	98,5	4,9	94,1	99	3,0	15,7	26	56	8	15	9	13	34	2	16	3	1			
França	-	5,9	90,4	100	3,4	15,7	56	55	13	16	7	12	40	-	8	4	-			
Espanha	97,7	4,5	94,2	96	3,2	16,1	37	54	11	17	11	9	29	2	13	7	-			
Portugal	92,5	5,8	96,4	74	2,2	16,0	28	57	6	13	22	8	28	2	15	5	-			

Fonte: A partir de Pnud, 2005, e Unesco/IE, 2006

O mesmo esforço de correção de assimetrias que foram indiciadas a nível de género também se verificou a nível da geografia das instituições de ensino superior. Assim, no quadro de um crescimento do número de diplomados em 829%, verificado entre 1986/1987 e 2020/2021, a macrocefalia da capital do país, registada no início deste período, vai sendo proporcionalmente matizada pelas evoluções de intensidades variáveis das demais regiões, a saber: forte, na região norte; média, no centro; e baixa, no Alentejo, Algarve e regiões administrativas autónomas. Intensidades estas que, partindo do princípio de que as instituições têm um âmbito de procura marcadamente regional, parecem acompanhar de perto as respetivas dinâmicas demográficas (Direção-Geral de Estatísticas..., 2023).

Considerando a formação de diplomados pelo ensino superior, importa relevar o papel desempenhado pelas instituições de ensino privado e cooperativo no âmbito de uma política de *numeri clausi* da oferta pública. Se concentramos a nossa atenção sobre o período de meados da década de 1990, em que as universidades públicas diplomaram menos pessoas que as suas congéneres privadas, poder-se-á constatar o efeito de políticas que visaram, a partir de 1989, pela mão do ministro Roberto Carneiro, aumentar “artificialmente a procura [...] diminuindo as exigências para acesso ao ensino superior (os exames de acesso passaram a ser usados apenas para ordenar os estudantes na candidatura ao ensino superior, sem qualquer exigência de nota mínima), o que criou um mercado muito favorável para um desenvolvimento explosivo do sector privado” (Amaral *et al.*, 2002, p. 34). Em 1991/1992, por exemplo, o número de vagas do setor privado ultrapassou, pela primeira vez, a oferta proporcionada pelo ensino público. Não se sabe bem se estas medidas visaram aproximar Portugal das taxas de frequência do ensino superior privado da então CEE, se “responder às pressões sociais crescentes ou salvar o setor privado da bancarrota” (Amaral *et al.*, 2002, p. 34). O que se sabe é que o número de oferta de vagas em cursos de ensino superior vai exceder o número de candidatos a partir de 1995/1996 e afetar principalmente as universidades privadas, as quais, em globo, ficaram com apenas 43,8% das vagas preenchidas em 1997/1998 (Amaral, 2002, p. 36-37).

Do ponto de vista da manifestação dos estudantes em relação ao estado da educação em Portugal, importa mencionar, pela novidade e pela dimensão da mobilização gerada a nível nacional, o movimento de contestação à Prova Geral de Acesso ao Ensino Superior (PGA) que se registou em 1992. Esta contestação foi desencadeada, a 5 de fevereiro de 1992, por uma manifestação de mais de 500 alunos do ensino secundário da cidade de Barcelos que marcharam pela cidade reivindicando o fim da PGA. Nos dias seguintes este movimento é replicado em todo o país, preenchendo todo o mês de fevereiro com manifestações de rua, greve às aulas, conferências e comunicados à imprensa, abaixo-assinados, moções, cadernos reivindicativos e pedidos de audiências a várias instituições: Câmaras Municipais, Governos Cívicos, Direções Regionais de Educação, Ministério da Educação, grupos parlamentares da Assembleia da República (Seixas, 2005).

Segundo o decreto-lei nº 354/88, de 12 de outubro (Portugal, 1988), a PGA “tinha por objetivo a avaliação do desenvolvimento intelectual dos candidatos, do seu domínio da língua portuguesa ao nível da compreensão e da expressão e da sua maturidade cultural”, era de âmbito nacional e comum a todos os cursos, incidia sobre conhecimentos não indexados aos conteúdos das disciplinas curriculares e não tinha finalidade eliminatória (Art. 10º). A prova tinha um peso de 30% na ponderação na seriação dos candidatos ao ensino superior, a par dos critérios de classificação final do ensino secundário (peso entre 25% e 50%) e dos pré-requisitos fixados por cada instituição de ensino superior no acesso aos seus cursos de licenciatura (peso nunca superior a 30%). Os estudantes começaram “por contestar o conteúdo da PGA, salientando a sua ambiguidade e subjectividade e os critérios aleatórios da classificação, acabando parte deles a exigir a sua extinção e a demissão do Ministro” (Seixas, 2005, p. 195) Diamantino Durão. “A PGA é vista, nas palavras dos alunos, como ‘um totoloto’, não havendo garantia de bons resultados escolares corresponderem a boas classificações na prova” (Seixas, 2005, p. 195). Para além de uma manifestação nacional participada por mais de dez mil estudantes em Lisboa, no dia 20 de fevereiro, as reivindicações dos estudantes, face às respostas ineficientes dos serviços do Ministério da Educação, ganham força com a adesão de diversas organizações de professores, pais e

encarregados de educação e juventudes partidárias, transformando uma questão de natureza avaliativa e curricular numa causa de justiça social e de direito à igualdade de oportunidades (Seixas, 2005, p. 197). O ministro demite-se e, pelo decreto-lei nº 189/92, de 3 de setembro (Portugal, 1992), é publicado um novo regulamento de acesso ao ensino superior que se aplicava a todas as instituições de ensino superior e não apenas, conforme estipulava o decreto-lei da PGA, às universidades e politécnicos da rede pública.

4.2. Currículo

Um breve mapeamento do *corpus* legal orientador e regulador dos diferentes programas de ação educativa em matéria de currículo dos ensinos básico e secundário revela as diferentes concepções, orientações e conjunturas sociopolíticas que acabaram por influenciar a estabilidade, robustez e significação do currículo normativo, quer em termos organizativos, quer em termos de conteúdos formais de aprendizagem.

As decisões em matéria curricular assumem uma relevância ainda mais marcante no quadro de uma escolaridade obrigatória que foi elevada de nove para 12 anos de duração em 2009 sem que, até ao presente, fosse acompanhada por uma alteração curricular estruturada e sistémica consentânea. Neste quadro, importa, a traço grosso, destacar apenas três tópicos que, em termos sistémicos, necessitariam de cuidada ponderação em relação, entre outros, à sua incidência no currículo dos ensinos básico e secundário:

- o alargamento da escolaridade obrigatória de nove para 12 anos, dos seis aos 18 anos de idade, o qual não foi acompanhado por uma reflexão sobre a maior longevidade da formação dos alunos no quadro de uma organização curricular diferente daquela que foi concebida pela LBSE;
- a eventual reorganização interna dos 12 graus de escolaridade não superior, a qual poderia tomar em consideração as diversas hipóteses ou cenários de distribuição equitativa por dois níveis de ensino maiores, um ensino básico composto por seis graus curriculares e um ensino secundário com outros seis graus curriculares, tal como é metodologicamente definido, por exemplo, pelos referenciais internacionais de classificação escolar definidos, revistos e aplicados de forma sistemática pela Unesco, desde 1997 (Correia, 2017);

- sublinha-se ainda o facto de as diversas soluções (1989, 2001, 2012 e 2018) desenhadas para o 2º ciclo do ensino básico nunca terem cabalmente implementado a organização curricular e o regime de docência previsto pelo Art. 8º da LBSE: “No 2º ciclo, o ensino organiza-se por áreas interdisciplinares de formação básica e desenvolve-se predominantemente em regime de professor por área”.

Se atentarmos na justificação das opções declaradas nos preâmbulos dos documentos legais que instituem as reformas curriculares de 1989, 2001 (ensino básico), 2004 (ensino secundário), 2012 (metas curriculares) e de 2018 (aprendizagens essenciais), poderemos discernir as finalidades e orientações do desenvolvimento curricular, desde uma perspetiva macrocurricular (currículo normativo), passando pela sua especificação pelos diferentes programas das diferentes componentes/ disciplinas curriculares (programa curricular), até à sua gestão e *praxis* contextualizada em sala de aula (perspetiva microcurricular e/ou de currículo real), a saber:

- O decreto-lei nº 286/89, de 29 de agosto (Portugal, 1989) afirmava que a

estrutura curricular agora aprovada procura responder ao complexo de exigências que, tanto no plano nacional como no plano internacional, se colocam ao nosso sistema educativo: a construção de um projeto de sociedade que, preservando a identidade nacional, assuma o desafio da modernização resultante da integração de Portugal na Comunidade Europeia (Portugal, 1989).

Neste quadro, as opções assumidas do ponto de vista curricular visaram: à valorização do ensino da língua portuguesa como formação transversal; à criação de uma área de formação pessoal e social; uma abordagem interdisciplinar do currículo (articulações horizontal e vertical); à assunção formativa da avaliação de modo a adequar-se aos diferentes ritmos de aprendizagem; e ao incentivo a iniciativas locais mediante o recurso a “margens de autonomia curricular”.

- O decreto-lei nº 6/2001, de 18 de janeiro (Portugal, 2001), orientado para o ensino básico, entendia por desenvolvimento curricular “o conjunto de aprendizagens e competências, integrando os conhecimentos, as capacidades, as atitudes e os valores, a desenvolver

pelos alunos ao longo do ensino básico, de acordo com os objetivos consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo” e que a organização gestão do currículo obedeciam aos princípios de

coerência e sequencialidade entre os três ciclos do ensino básico e a articulação destes com o ensino secundário, a integração do currículo e da avaliação, assegurando que esta constitua o elemento regulador do ensino e da aprendizagem e a existência de áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, visando a realização de aprendizagens significativas e a formação integral dos alunos, através da articulação e da contextualização dos saberes, e estabelece os parâmetros a que deve obedecer a organização do ano escolar (Portugal, 2001, s.p.).

330 - O decreto-lei nº 74/2004, de 26 de março (Portugal, 2004), que estabeleceu a organização e gestão do currículo e da avaliação das aprendizagens do ensino secundário, visou proceder ao “ajustamento de currículos e conteúdos programáticos, garantindo uma correta flexibilização dos mecanismos de mobilidade horizontal entre cursos, empreendendo uma resposta inequívoca aos desafios da sociedade da informação e do conhecimento, apostando na formação em tecnologias da informação e comunicação, assegurando a articulação progressiva entre as políticas de educação e formação, potenciando a diversidade e qualidade das ofertas formativas, bem como promovendo o reforço da autonomia das escolas”.

- O decreto-lei nº 139/2012, de 5 de julho (Portugal, 2012) (reestruturação curricular dos ensinos básico e secundário), visou proceder “à introdução de um conjunto de alterações destinadas a criar uma cultura de rigor e de excelência, através da implementação de medidas no currículo dos ensinos básico e secundário”. Para tanto, declarava que as

medidas adotadas passam, essencialmente, por um aumento da autonomia das escolas na gestão do currículo, por uma maior liberdade de escolha das ofertas formativas, pela atualização da estrutura do currículo, nomeadamente através da redução da dispersão curricular, e por um acompanhamento mais eficaz dos alunos, através de uma melhoria da avaliação e da deteção atempada de dificuldades (Portugal, 2012, s.p.).

Para efeitos de avaliação, no mesmo preâmbulo era declarado que a avaliação interna era acompanhada de “provas e exames de forma a permitir a obtenção de resultados fiáveis sobre a aprendizagem, fornecendo indicadores da consecução das metas curriculares e dos conteúdos disciplinares definidos para cada disciplina” (Portugal, 2012);

- o decreto-lei nº 55/2018, de 6 de julho (Portugal, 2018a), informado pelos princípios, valores e competências transversais definidos pelo “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”, homologado pelo despacho nº 6478/2017, de 26 de julho (Portugal, 2017), confirma a oferta educativa de cursos artísticos especializados, desde o ensino básico, e de cursos científico-humanísticos, profissionais e com planos próprios, a nível secundário, garantindo ainda cursos de dupla certificação (cursos de educação e formação de jovens), visando ao cumprimento da escolaridade obrigatória e à inserção na vida ativa. Inova no âmbito da gestão da autonomia e flexibilidade curricular das escolas, ao atribuir-lhes a possibilidade de gerirem até um máximo de 25% do total da carga horária por ano de escolaridade e das componentes sociocultural e científica previstas para o ciclo de estudos (Art. 12º).

Importa destacar o caso singular dos programas curriculares de português e de matemática que foram revistos e implementados no ensino básico, em 2007, 2009 e 2015, de forma desconectada com a restante estrutura curricular. Esta medida, para além das questões técnicas de articulação horizontal e vertical dos diferentes programas dentro do mesmo ciclo formativo, colocou em questão a significação educativa do currículo do ensino básico para a formação do aluno em ambientes integradores de aprendizagem defendida desde a LBSE. Estas medidas avulsas tornam-se, porém, inteligíveis se lhe associarmos o Plano Nacional de Leitura e o Plano de Ação para a Matemática, implementados a partir de 2007, como forma de se dar resposta aos frustres resultados denotados pela amostra dos alunos portugueses de 15 anos de idade que participavam no programa de avaliação internacional de competências em língua materna, matemática e ciências (PISA - *Programme for International Students Assessment*) promovido trienalmente, desde 2000, pela OCDE (OCDE, 2019).

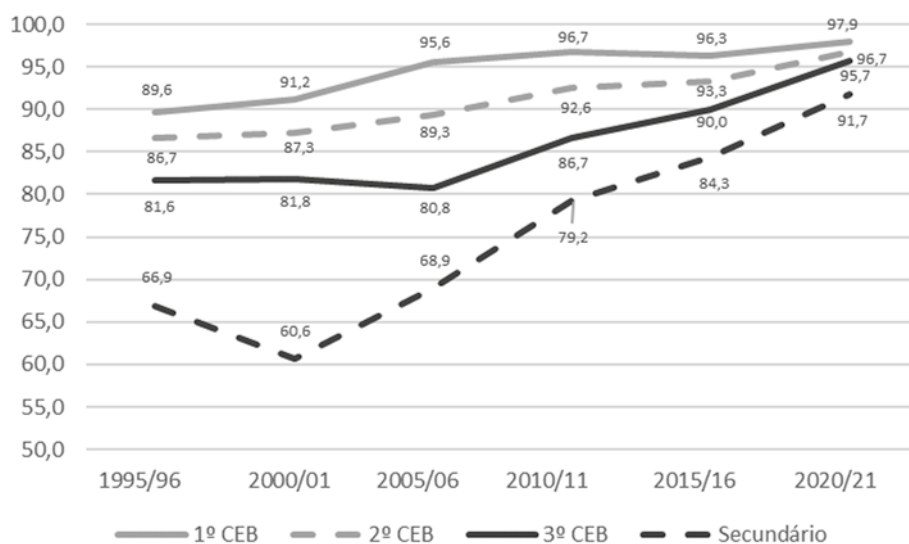
A macropilotagem do subsistema curricular dos ensinos básico e secundário parece obedecer a um modelo de monitorização da conformidade administrativa, seguindo uma lógica *top-down*, que ora é semiaberta, deixando alguma margem de decisão na gestão da sua contextualização a professores (micropilotagem), como se verificou nas reformas de 1989 e 2001, ou às escolas, como na reforma de 2018, instituída pelo decreto-lei nº 55/2018, de 6 de julho (Portugal, 2018b), ora é completamente fechada e centralmente controlada, denotando ainda uma deriva de controlo tecnológico-centralista do rendimento escolar, como se verificou na reforma de 2012. Pela análise comparativa da estrutura das componentes curriculares que informaram o nível de estudos equivalente ao 3º ciclo do ensino básico, torna-se evidente a sua profunda marca liceal e a depreciação dos tempos letivos atribuídos às componentes das ciências sociais e humanas a partir de 2001, exceção feita à reestruturação de 2012 (Correia, 2017).

332

Segundo a análise do currículo normativo dos ensinos básico e secundário, é relevante sublinhar que se constata a ausência, a nível da justificação das opções educativas e sociopolíticas tomadas, de uma linha conceptual coerente, capaz de, numa perspetiva sistémica, articular as finalidades, competências e conteúdos formais de aprendizagem das diferentes componentes curriculares em torno de ideias-chave sobre a formação global da personalidade dos alunos, deixando, deste modo, uma larga margem de interpretação e decisão às equipas técnico-pedagógicas oficialmente nomeadas para a elaboração dos programas curriculares, por um lado, e, por outro, a persistência de um *habitus* docente, por motivo das incoerências acima assinaladas, assente numa cultura (profissional e didática) resiliente a inovações *de facto* que há muito são reclamadas (Correia, 2017).

Estas considerações tornam-se mais importantes quando nos referimos a um sistema educativo dominado por uma cultura docente que, em matéria de avaliação das aprendizagens, era inspirada por modelos típicos do século XIX, que fizeram de Portugal, até muito recentemente, um “dos países da Europa onde mais os alunos reprova[va]m” (Fernandes, 2014, p. 254) – Figura 8.

Figura 8: Taxa de transição/conclusão por nível/ciclo de estudos e ano letivo (%) – Portugal



Fonte: A partir de Direção-Geral de Estatísticas..., 2023

5. Coda

As inúmeras gerações que estudaram e foram certificadas pelo sistema educativo português são o maior garante da sustentabilidade dos direitos sociais e culturais conquistados pela Revolução dos Cravos.

A elevação da qualidade de vida e da escolarização da população em geral, as oportunidades de mobilidade social ascendente numa sociedade livre, democrática e mais igualitária, a inovação dos princípios e práticas organizacionais educativas, escolares, curriculares e pedagógicas, a formação profissional de educadores e professores, a dignificação e unificação da carreira docente, entre outras, prestam testemunho dos desafios vencidos pelo sistema educativo desenvolvido ao longo dos últimos 50 anos face, a um tempo, a uma herança política do Estado Novo profundamente marcada pelo estigma do ‘atraso’ e às mudanças estruturais exigidas pela sua modernização em tempos de comparação e competição internacional.

A história da educação em Portugal nos últimos 50 anos acompanha muito de perto a história das transformações nas concepções de infância, de juventude, de família, de género e de sociedade. Se em 1970 cerca de 60% dos jovens estavam excluídos da frequência dos atuais 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário e apenas 5% ingressavam no ensino superior, os dados mais recentes demonstram a escolarização massiva da sociedade, realizada segundo o princípio da ‘escola para todos’, e a importância central que a educação passou a ter na sociedade portuguesa ao marcar o compasso da vida quotidiana das crianças, jovens e respetivas famílias.

Esta breve análise das mudanças abertas pela Revolução no setor da educação inscreveu o nosso olhar na média duração, a da conjuntura. E, a partir desta abordagem a traço mais largo, foi possível mapear o crescimento da oferta e da procura do serviço escolar, o investimento público e das famílias na educação das crianças e jovens, avaliar a capacidade de resposta do sistema aos problemas sociais colocados, por exemplo, a nível da expansão da rede de educação pré-escolar e dos elevados índices de retenção praticados ao longo de todo os níveis de escolaridade, e as soluções encontradas a nível da territorialização das políticas educativas através da diáde centralização-descentralização das competências e decisões em matéria de organização escolar.

Este caminho foi feito com conquistas democráticas evidentes, como, por exemplo, a autonomia da administração e gestão das escolas, o alargamento da oferta de centros de educação para a infância, a extensão da escolaridade obrigatória, primeiro para nove anos e depois para 12 anos de duração, e o franquear das portas do ensino superior. No entanto, subsistem alguns desafios relevantes para o aprofundamento da democracia e justiça social do sistema educativo, a saber: repensar o modelo escolar a partir, por exemplo, do perfil docente e curricular atribuído pela LBSE ao 2º ciclo do ensino básico e que ainda não foi cumprido; refletir sobre a manutenção de uma estrutura escolar herdada do século XIX (ensino primário seguido de ensino secundário) no quadro de uma escolaridade obrigatória de 12 anos, da formação inicial dos professores por instituições de ensino superior universitário e politécnico e da conceção dominante a nível internacional sobre o conceitos de ‘*primary*’ e ‘*secondary education*’; assumir a relevância do papel formativo da formação contínua dos

educadores e professores em exercício no sentido de ser mais densa, significativa e articulada com a investigação e as instituições de ensino superior; definir um outro modelo para função e missão educativa do ensino escolar que, por um lado, minimize o ‘transbordamento’ das suas atividades e competências para questões que devem ser acometidas a outras instituições sociais e, por outro, concentre o labor de educadores e professores sobre o seu múnus profissional; e o desafio, sempre presente em qualquer projeto educativo, de questionar continuamente a relação pedagógica entre professor e aluno.

Deixamos aqui alguns elementos históricos e atuais para o aprofundamento democrático e sentido transformador da educação e da sociedade para os próximos anos.

Referências Bibliográficas

AMARAL, A. CORREIA, F.; MAGALHÃES, A.; ROSA, M. J.; SANTIAGO, R. e TEIXEIRA, P. **O ensino superior pela mão da economia**. s/l.: CIPES/Fundação das Universidades Portuguesas, 2002.

BARROSO, J. Organização e regulação dos ensinos básico e secundário em Portugal: sentidos de uma evolução. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 24, n. 82, 2003, pp. 63-92.

BENAVENTE, Ana; ROSA, A.; COSTA, A. F. da; ÁVILA, P. **A literacia em Portugal**. Resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

CAMPOS, B. P. “Prefácio”, In: PIRES, E. L. **Lei de Bases do Sistema Educativo** – apresentação e comentários. Porto: Edições Asa, 1987. p. 5-13.

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DE GÊNERO (2022). **Boletim Estatístico 2022**. Lisboa: CIG, 2022.

CORREIA, L. G. “Aprender História em democracia”, In: JUSTINO, D. (org.). **Lei de Bases do Sistema Educativo: balanço e prospetiva**, vol. I, Lisboa: Conselho Nacional de Educação, 2017. p. 157-220.

CORREIA, L. G. Portugal podes ser, se nós quisermos, uma grande e próspera nação. O sistema educativo no Estado Novo. **Ler História**. vol. 35, 1998, p. 71-107.

DIREÇÃO-GERAL DE ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA. **75 anos de Estatísticas da Educação em Portugal**. 3 vols., Lisboa: DGEEC, 2023.

DUQUE, L. R. **O ensino técnico-profissional em Portugal na segunda metade do século XX**. Tese de Doutoramento (Ciências da Educação). Lisboa. Universidade Aberta. 2009.

ESTEVES, E.; MARTINS, M. e SANTOS, G. As campanhas de alfabetização durante a Revolução portuguesa de 1974-1976. **História - Revista da FLUP**. IV série, 14(1), 2024, p. 135-159.

FERNANDES, D. “Avaliação das aprendizagens e políticas educativas: o difícil percurso da inclusão e da melhoria”, In: RODRIGUES, M. de L. (org.). **40 anos de políticas de educação em Portugal**, vol. I. Coimbra: Edições Almedina, 2014. p. 231-268.

FERNANDES, G. e EMÍDIO, T. **Mais vale cedo do que nunca**. Por uma escola diferente no Portugal de 70 – duas medidas inovadoras e as suas histórias. Lisboa: Edições Piaget, 2018

FORMOSINHO, J.; Ferreira, F. I. & Machado, J. **Políticas educativas e autonomia das escolas**. Porto: Edições Asa, 2000.

GRÁCIO, R. “Prefácio”, In: MONTEIRO, A. R. **Educação e Constituição de Abril**. Lisboa: Livros Horizonte, 1977. p. 7-11.

GRÁCIO, R. **Educação e processo democrático em Portugal**. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

GRÁCIO, S. **Ensinos técnico e política em Portugal – 1910-1990**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998

LIMA, L. **Administração Escolar: Estudos**. Porto: Porto Editora, 2011.

MACHADO, R. G. Genealogia do Ensino Secundário Unificado: Uma nova matriz social. **Revista Portuguesa de Educação**, 14 (2), s/pp, 2001.

MAGALHÃES, A. M. (2004). **A identidade do ensino superior: política, conhecimento e educação numa época de transição**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004.

MIRANDA, J. **As Constituições Portuguesas: de 1822 ao texto actual da Constituição**. 4.^a ed., Lisboa: Livraria Petrony, 1997.

MÜLLER, D. K. “Systematisation: the case of German secondary education”, In: MÜLLER, D.; RINGER, F. K.; SIMON, B. (ed.). **The Rise of the Modern Educational System: Structural Change and Social Reproduction, 1870-1920**. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 15-29, 1987.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. **Mediterranean Regional Project**. 8 vols. Paris: OCDE, 1965.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. **Education at a glance – OECD Indicators 2006**. Paris: OCDE, 2006.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. **Results from Pisa 2018**. Country note. Portugal. Paris: OCDE, 2019.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2005**. Lisboa: PNUD, 2005.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 45.810, de 9 de julho de 1964**. Confirma a universalidade, obrigatoriedade e gratuidade dos seis primeiros graus de escolaridade. Disponível em: <http://193.137.22.223/fotos/editor2/1964.pdf>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 46156, de 16 de janeiro de 1965**. Cria no Ministério da Educação Nacional, na dependência directa do Ministro, o Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa. Lisboa: Diário da República, 1965. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/Decreto-lei/46156-1965-238985>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 47587, de 10 de março de 1967a**. Permite ao Ministro da Educação Nacional determinar ou autorizar a realização de experiências pedagógicas em estabelecimentos de ensino público dependentes do respectivo Ministério para além dos casos e limites em que essa realização já é possível segundo a legislação vigente. Lisboa: Diário da República, 1967. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/Decreto-lei/47587-1967-503611>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 47.430, de 2 de janeiro de 1967b**. Institui o curso preparatório do ensino secundário (CPES).

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 47587, de 10 de março de 1967c**. Permite ao Ministro da Educação Nacional determinar ou autorizar a realização de experiências pedagógicas em estabelecimentos de ensino público dependentes do respectivo Ministério para além dos casos e limites em que

essa realização já é possível segundo a legislação vigente. Lisboa: Diário da República, 1967. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/Decreto-lei/47587-1967-503611>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. Ministério da Educação Nacional. **Projecto do Sistema Escolar**. Lisboa: MEN, 1971a.

PORTUGAL. Ministério da Educação Nacional. **Linhas gerais da reforma do ensino superior**. Lisboa: MEN, 1971b.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 443, de 23 de outubro de 1971c**. Regula a prática pedagógica e o estágio de formação de professores. Lisboa: Diário da República, 1971. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/analise-juridica/modificacoes/443-1971-633894>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. Ministério da Educação Nacional. **A Reforma do Sistema Educativo**. Lisboa: MEN, 1973a.

PORTUGAL. **Lei nº 5, de 25 de julho de 1973b**. Aprova as bases a que deve obedecer a reforma do sistema educativo. Lisboa: Diário da República, 1973. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/5-1973-421823>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 489, de 2 de outubro de 1973c**. Reestrutura os cursos de educação básica para adultos. Lisboa: Diário da República, 1973. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/489-413021>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 171, de 25 de abril de 1974a**. Extingue a Direcção-Geral de Segurança, a Legião Portuguesa, a Mocidade Portuguesa, a Mocidade Portuguesa Feminina e o Secretariado para a Juventude - Insere disposições relativas às atribuições da Polícia Judiciária e da Guarda Fiscal. Lisboa: Diário da República, 1974. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/Decreto-lei/171-1974-523191>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 179, de 30 de abril de 1974b**. Cria no Ministério da Educação Nacional, no âmbito dos órgãos e serviços centrais, o Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis. Lisboa: Diário da República, 1974. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/Decreto-lei/179-1974-623068>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 221, de 27 de maio de 1974c**. Determina que a direcção dos estabelecimentos de ensino possa ser confiada pelo Ministro da Educação e Cultura a comissões democraticamente eleitas ou a eleger

depois de 25 de Abril de 1974. Lisboa: Diário da República, 1974. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/Decreto-lei/221-1974-622618>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 735-A, de 21 de dezembro de 1974d.** Regula os órgãos de gestão dos estabelecimentos oficiais dos ensinos preparatório e secundário. Lisboa: Diário da República, 1974. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/Decreto-lei/735-a-1974-251992>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 270, de 22 de maio de 1975a.** Interpreta o nº 8 do artigo 1.º do Decreto-lei nº 23/75, de 22 de janeiro, e define a situação dos servidores do Estado pertencentes a organismos ultramarinos que venham a ser extintos. Lisboa: Diário da República, 1975. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/270-a-1975-424573>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 363, de 11 de junho de 1975b.** Aprova as bases programáticas para a reforma do ensino superior. Lisboa: Diário da República, 1975. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/363-337003>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 769-A, de 23 de outubro de 1976a.** Estabelece a regulamentação da gestão das escolas. Lisboa: Diário da República, 1976. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/769-a-1976-233694>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Constituição da República Portuguesa de 1976b.** Lisboa: Assembleia da República, 1976. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/paginas/constituicaoorepublicaportuguesa.aspx>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Lei nº 5, de 1 de fevereiro de 1977a.** Cria o sistema público de educação pré-escolar. Lisboa: Diário da República, 1977. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/5-1977-138532>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Lei nº 6, de 1 de fevereiro de 1977b.** Cria as escolas normais de educadores de infância. Lisboa: Diário da República, 1977. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/6-138533>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 491, de 23 de novembro de 1977c.** Institui, a nível nacional, a partir do ano lectivo de 1977/1978 o Ano Propedêutico.

Lisboa: Diário da República, 1977. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/491-1977-281414>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 427-B, de 14 de outubro de 1977d.** Cria o ensino superior de curta duração. Lisboa: Diário da República, 1977. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/427-b-1977-236683>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Despacho nº 63, de 23 de março de 1978a.** De delegação do Primeiro-Ministro no Ministro das Finanças e do Plano da competência que por lei lhe é atribuída relativamente ao Conselho Nacional de Estatística. Lisboa: Diário da República, 1978. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho-normativo/63-1978-347713>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Despacho Normativo nº 140-A, de 22 de junho de 1978b.** Estrutura os cursos complementares do ensino secundário para o ano de 1978-1979 e fixa o plano de estudos. Lisboa: Diário da República, 1978. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho-normativo/140-a-1978-259204>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Portarianº210,de15deabrilde1978c.** Regula o funcionamento do Ano Propedêutico. Lisboa: Diário da República, 1978. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/210-1978-425301>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Lei nº 61, de 28 de julho de 1978d.** Ratifica, com emendas, o Decreto-lei nº 427-B/77, de 14 de Outubro, que cria o ensino superior curto. Lisboa: Diário da República, 1978. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/61-1978-297029>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 538, de 31 de dezembro de 1979a.** Assegura um efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória relativamente a todas as crianças portuguesas. Lisboa: Diário da República, 1979. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/538-1979-230891>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 519-T1, de 29 de dezembro de 1979b.** Estabelece o regime dos contratos plurianuais, anuais e temporários dos docentes além dos quadros dos ensinos preparatório e secundário e estabelece o regime da profissionalização em exercício de docentes. Lisboa: Diário da República, 1979. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/519-t1-1979-157037>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 513-T, de 26 de dezembro de 1979c.** Define a rede de estabelecimentos do ensino superior politécnico que anteriormente se designava «ensino superior de curta duração». Lisboa: Diário da República, 1979. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/513-t-1979-430025>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 448, de 13 de novembro de 1979d.** Aprova o Estatuto da Carreira Docente Universitária. Lisboa: Diário da República, 1979. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/448-1979-367673>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 240, de 19 de julho de 1980a.** Cria o 12.º ano de escolaridade e extingue o Ano Propedêutico do ensino superior. Lisboa: Diário da República, 1980. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/240-1980-472347>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 303, de 16 de agosto de 1980b.** Cria os Institutos Politécnicos da Guarda, Leiria, Portalegre e Viana do Castelo. Lisboa: Diário da República, 1980. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/303-470779>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Despacho Normativo nº 194-A, de 21 de outubro de 1983a.** Cria cursos técnico-profissionais e cursos profissionais a ministrar após o 9.º ano de escolaridade e estabelece as normas de estruturação e funcionamento dos respectivos cursos. Lisboa: Diário da República, 1983. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho-normativo/194-a-1983-398556>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Decreto do Governo nº 18, de 26 de fevereiro de 1983b.** Estabelece normas sobre a concessão de equivalência de habilitações nacionais de nível superior. Lisboa: Diário da República, 1983. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/316-1983-453184>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Portaria nº 855, 26 de agosto de 1983c.** Autoriza o Instituto Politécnico de Castelo Branco, através da Escola Superior Agrária, a conceder o grau de bacharel em Produção Agrícola, Produção Animal, Produção Florestal e em Melhoramentos Rurais. Lisboa: Diário da República, 1983. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/855-455906>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Lei nº 46, de 14 de outubro de 1986.** Lei de Bases do Sistema Educativo. Lisboa: Diário da República, 1986. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/1986-34444975>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 354, de 12 de outubro de 1988.** Estabelece os princípios gerais do acesso ao ensino superior. Lisboa: Diário da República, 1988. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/354-1988-354707>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 286, de 29 de agosto de 1989.** Aprova os planos curriculares dos ensinos básico e secundário. Lisboa: Diário da República, 1989. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/286-1989-618310>. Acesso em: 9 out. 2025.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 189, de 3 de setembro de 1992.** Estabelece o novo regime de acesso ao ensino superior. Lisboa: Diário da República, 1992. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/189-1992-240823>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Lei nº 115, de 19 de setembro de 1997.** Alteração à Lei nº 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo). Lisboa: Diário da República, 1997. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/115-1997-653145>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 6, de 18 de janeiro de 2001.** Aprova a reorganização curricular do ensino básico. Lisboa: Diário da República, 2001. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/6-2001-338986>. Acesso em: 9 out. 2025.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 74, de 26 de março de 2004.** Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular, bem como da avaliação das aprendizagens, no nível secundário de educação. Lisboa: Diário da República, 2004. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/74-2004-210801>. Acesso em: 9 out. 2025.

PORTUGAL. **Lei nº 49, de 30 de agosto de 2005.** Segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior. Lisboa: Diário da República, 2005. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/49-2005-245336>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Lei nº 85, de 27 de agosto de 2009.** Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade. Lisboa: Diário da República, 2009. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/85-2009-488826>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 65-A, de 17 de maio de 2011.** Desenvolve e reforça deveres de prestação de informação financeira necessários ao controlo da execução orçamental. Lisboa: Diário da República, 2011. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/65-a-2011-664094>. Acesso em: 8 out. 2025.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 139, de 5 de julho de 2012.** Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário. Lisboa: Diário da República, 2012. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/139-2012-178548>. Acesso em: 9 out. 2025.

PORTUGAL. **Despacho nº 6478, 26 de julho de 2017.** Homologa o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Lisboa: Diário da República, 2017. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/6478-2017-107752620>. Acesso em: 9 out. 2025.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 55, de 6 de julho de 2018a.** Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens. Lisboa: Diário da República, 2018. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/55-2018-115652962>. Acesso em: 9 out. 2025.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 55, de 6 de julho de 2018b.** Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens. Lisboa: Diário da República, 2018. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/55-2018-115652962>. Acesso em: 9 out. 2025.

PORTUGAL. **Lei nº 16, de 10 de abril de 2023.** Valoriza o ensino politécnico, alterando a Lei de Bases do Sistema Educativo e o regime jurídico das instituições de ensino superior. Lisboa: Diário da República, 2023. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/16-2023-211573083>. Acesso em: 8 out. 2025.

RINGER, F. “On segmentation in modern European educational systems: the case of French secondary education, 1865-1920”, In: MÜLLER, Detlef; RINGER, F. K.; SIMON, B. (ed.). **The Rise of the Modern Educational System: Structural Change and Social Reproduction, 1870-1920**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. p. 31-47.

RODRIGUES, M. de L. e GOMES, E. “Anexo estatístico: alunos, professor e recursos financeiros”, In: RODRIGUES, M. de L. (org.). **40 anos de políticas de educação em Portugal**. Vol. II, Coimbra: Edições Almedina, 2014. p. 639-653.

RODRIGUES, T. F. (coord.). **História da população portuguesa**. Porto: Edições Afrontamento/CEPESE, 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO (SEEBS). **Biologia: o homem e o ambiente: textos para o 8.º ano de escolaridade**. Lisboa: Direcção-Geral do Ensino Secundário, 1975a.

SECRETARIA DE ESTADO DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO (SEEBS). **Ensino preparatório: programas para o ano lectivo 1975/1976**. Lisboa: Direcção-geral do Ensino Básico e Secundário, 1975b.

SEIXAS, A. M. Aprender a democracia: Jovens e protesto no ensino secundário em Portugal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 72, 2005. p. 187-209.

STOER, S. **Educação e mudança social em Portugal. 1970-1980: uma década de transição**. Porto: Edições Afrontamento, 1986.

UNESCO. **L'éducation dans le monde : organisation et statistiques**. III. L'enseignement du second degré. Paris: Unesco, 1963.

UNESCO. **Para uma política da educação em Portugal**. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

UNESCO/IE (Institute for Statistics). **Global Education Digest 2006: comparing education statistics across the world**. Montreal: Unesco, 2006.

VASCONCELOS, T. “Educação de infância: uma conquista da democracia”, In: RODRIGUES, M. de L. (org.). **40 anos de políticas de educação em Portugal**. vol. I, Coimbra: Edições Almedina, 2014. p. 469-497.

VILARINHO, M. E. **Políticas de educação pré-escolar em Portugal (1977-1997)**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2000.

HERANÇAS DA
DITADURA, CONQUISTAS
DEMOCRÁTICAS? O
LONGO PROCESSO DE
MERCANTILIZAÇÃO DA
EDUCAÇÃO NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO

HERANÇAS DA DITADURA, CONQUISTAS DEMOCRÁTICAS? O LONGO PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Marcela A. Pronko

Ao longo dos últimos 50 anos, verifica-se um avanço sustentado do capital sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil. Esse avanço se expressa tanto como progressiva transformação da educação em mercadoria, em um processo de mercantilização da educação (a educação transformada em um negócio), quanto na progressiva submissão da educação às necessidades (diretas e indiretamente) produtivas do capital, adequando os processos de convencimento e conformação das diferentes frações da classe trabalhadora às formas de ser e de estar no mundo próprias da burguesia. Embora ambos os processos sejam profundamente interligados, ao longo do presente capítulo vamos nos debruçar prioritariamente sobre o primeiro deles, isto é, sobre o longo processo de mercantilização da educação no Brasil contemporâneo. Para isso, tentamos estabelecer o legado da ditadura empresarial-militar no campo educacional para percorrer as quatro décadas que sucederam o processo de redemocratização, apontando a continuidade da dinâmica de aprofundamento do empresariamento da educação com suas características particulares ao longo do período.

1. Heranças da ditadura x conquistas democráticas

A ditadura empresarial-militar, instalada em 1964, favoreceu a iniciativa privada no campo educacional através de dois mecanismos principais: de um lado, o descomprometimento com o financiamento da educação pública e, de outro, o estímulo direto à iniciativa privada. No que se refere ao financiamento da educação pública, tanto do ponto de vista legal quanto do concreto, o investimento público em educação sofreu grandes limitações ao longo de todo o período. Da supressão dos percentuais mínimos de recursos a serem aplicados em educação da Carta Constitucional de 1967 até a substituição progressiva da gratuidade do ensino médio e superior pelo sistema de concessão de bolsas de estudos, o financiamento público para a educação pública foi substantivamente diminuído. Ao mesmo tempo, essas medidas, de caráter complementar, atuaram como incentivo à mercantilização da educação, favorecendo o surgimento e expansão de empresas educacionais (Germano, 1993).

O recurso que se mostrava escasso para o financiamento da educação pública não parecia sê-lo, entretanto, para beneficiar a rede privada. Esse benefício incluía tanto a transferência direta através das mencionadas bolsas de estudos quanto a construção de um arcabouço legal que liberava as empresas educacionais de encargos e obrigações tributárias. Segundo Cunha,

Vários têm sido os mecanismos pelos quais os empresários do ensino conseguiram o apoio governamental para seus empreendimentos: imunidade fiscal, garantia de pagamento das mensalidades pelos alunos, mediante bolsas de estudo distribuídas pelo poder público, e até mesmo a inibição de iniciativas governamentais de criação e/ou ampliação de escolas, para disporem de uma espécie de reserva de mercado. Mais do que isso, as instituições educacionais receberam incentivos fiscais para financiar diretamente seus empreendimentos (2007, p. 812).

De fato, o regime militar criou uma verdadeira imunidade fiscal para as instituições privadas de ensino. Embora desde a Constituição de 1946 existisse um dispositivo que assegurava a isenção tributária às

instituições privadas de educação, essa medida foi reforçada através de novos mecanismos que previam desde a possibilidade de aportes financeiros diretos para elas¹ até a recomendação aos governos estaduais de evitar a criação de estabelecimentos públicos de ensino onde estabelecimentos privados pudessem atender a demanda efetiva ou contida, constituindo uma verdadeira reserva de mercado (Germano, 1993; Cunha, 2007).

Talvez a forma mais emblemática de expansão da influência do setor privado empresarial sobre a educação tenha sido o chamado salário-educação. Também previsto desde a Constituição de 1946, só foi regulamentado em 1964, estabelecendo um tributo como percentagem sobre a folha de pagamento para as empresas com mais de 100 empregados, que deveria ser destinado a financiar o ensino primário desses empregados e de seus filhos. Sob a justificativa de aumentar os recursos para o ensino fundamental, as empresas poderiam escolher entre recolher a contribuição, manter escolas próprias ou transferir recursos para instituições privadas a título de bolsas de estudos para estudantes ‘da comunidade’ sem vínculos diretos com a empresa. Essas medidas implicavam o fortalecimento do ensino privado, em detrimento da expansão do ensino público, pelo uso discricional que as empresas faziam de recursos que deveriam compor o fundo público mas eram ‘desviados’ para alimentar interesses privados (Cortes, 1989), para além dos numerosos casos de corrupção relatados no período (Germano, 1993).

O caráter privatizante da educação durante o regime militar ancorava-se, em grande medida, no apelo tecnocrático da Teoria do Capital Humano (TCH), mas numa leitura particular dada pela inserção subordinada do Brasil no mercado mundial. Assim, como aponta Campos, “a incorporação das premissas da TCH, que afirmava os

¹ Segundo a lei 5.692/71, no seu artigo 45: “As instituições de ensino mantidas pela iniciativa particular merecerão amparo técnico e financeiro do Poder Público, quando suas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias pelos órgãos de fiscalização, e a suplementação de seus recursos se revelar mais econômica para o atendimento do objetivo. Parágrafo único. O valor dos auxílios concedidos nos termos deste artigo será calculado com base no número de matrículas gratuitas e na modalidade dos respectivos cursos, obedecidos padrões mínimos de eficiência escolar previamente estabelecidos e tendo em vista o seu aprimoramento” (Brasil, 1971).

benefícios econômicos do investimento em educação, se materializou em contenção da expansão educacional, tendo como limite o mercado de trabalho de uma economia dependente” (2022, p. 16). Essa perspectiva iluminou, de maneira geral, a atuação educacional do regime, desde a reforma da educação superior de 1968² até a reforma do primeiro e segundo graus de 1971³.

O contexto da abertura, que se inicia com a posse de Ernesto Geisel (1974), altera pouco a diretriz privatizante que caracterizou o período, mas incorpora um apelo ‘participacionista’ e ‘redistributivista’ mais retórico do que real nas políticas educacionais (Germano, 1993). Talvez o traço mais relevante delas tenha sido a política de municipalização do ensino fundamental, impulsionada a partir de 1975, que combinava uma justificativa ‘democratizante’ (gestor municipal mais perto das necessidades da população local) com uma incipiente redistribuição dos encargos necessários para uma educação descentralizada.

Segundo dados compilados por Germano, “o Regime legou uma dramática herança” (1993, p. 269). Em 1985, um quarto da população com idade igual ou superior a 15 anos era analfabeta (20 milhões de pessoas). Nesse mesmo ano, 8 milhões de crianças em idade escolar nunca tinham tido acesso à escola ou dela se afastaram precocemente. Entre 1979 e 1985, a evasão e a repetência no ensino de primeiro grau cresceram muito além da média mundial: 24% e 14%, respectivamente. A infraestrutura da rede pública de ensino estava em frangalhos: apenas 27% dos prédios escolares estavam em condições satisfatórias de uso em 1985. Em 1980, o salário do magistério de nível secundário era o mais baixo entre as profissões de nível superior. A situação das universidades públicas não era muito diferente. Segundo Martins,

² A chamada reforma universitária de 1968 (Lei nº 5.540/68) produziu, segundo Martins, efeitos paradoxais. Se, de um lado, “procurou privilegiar uma estrutura seletiva, acadêmica e socialmente” no âmbito das universidades públicas, “o atendimento da crescente demanda por acesso ao ensino superior passou a ser feito pelo ensino privado, que se organizou por meio de empresas educacionais” (2009, p. 15). Ver também Seki (2021).

³ A chamada reforma dos primeiro e segundo graus se realizou através da promulgação da Lei nº 5.692/71, que modificou o sistema escolar. No que se refere ao ensino de primeiro grau, passou a ter oito anos de duração, ao unificar o primário e o ginásio, com a eliminação dos exames de admissão. Em relação ao segundo grau, estabeleceu a profissionalização universal e compulsória do ensino, instalando um novo dualismo. Ver Neves e Pronko (2008) e Cunha (2007).

“entre 1965 e 1980, as matrículas do setor privado saltaram de 142 mil para 885 mil alunos, passando de 44% do total das matrículas para 64% nesse período” (2009, p. 23). Esses dados, entre outros que poderíamos evocar, apontam para um “quadro de miséria do ensino público” que resume o legado mais imediato da ditadura empresarial-militar no sistema educativo.

O processo de redemocratização iniciado em 1985 e a instalação da Assembleia Constituinte em 1987 trouxeram à tona os debates em torno do financiamento da educação e das fronteiras entre o público e o privado, entre outros aspectos educacionais que ficariam inscritos na Carta Constitucional. As diversas forças políticas⁴ em disputa debateram-se em torno dos alcances de uma efetiva democratização, produzindo um texto constitucional atravessado por contradições. Se, de um lado, algumas vitórias do arco popular foram integradas na Constituição de 1988, como a criação de um título específico para normatização dos direitos sociais (saúde, educação), o direito à greve, a sindicalização dos servidores públicos, o ingresso por concurso no serviço público, entre outros, ao mesmo tempo algumas derrotas permitiram a introdução de frestas legais para a redefinição das políticas educacionais nas décadas seguintes (Neves e Pronko, 2008).

No que diz respeito, especificamente, ao marco legal da educação, a Constituição abriu claras possibilidades para o empresariamento da educação. Como apontam Neves e Pronko,

No debate constitucional, os trabalhadores, por meio do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na Constituinte - Fórum, propuseram o uso exclusivo dos recursos públicos para a escola pública, mas a força de organização dos setores privatistas do ensino – laicos e confessionais –, sócios históricos do Estado na execução da política educacional, acabou por manter, sob condições, o subsídio público à escola privada. Com isso, mantiveram-se abertos os canais para o posterior empresariamento da educação superior. E, ainda, pela primeira vez em nossa

⁴ Para uma caracterização mais ampla das forças políticas em disputa no campo educacional ver Neves e Pronko (2008) e Leher (2010).

história constitucional, foi atribuída às escolas privadas laicas a possibilidade de obtenção de lucro, legitimando-as juridicamente como empresas de prestação de serviços (2008, p. 50).

O marco legal da educação, definido nos seus lineamentos gerais na Constituição Federal, deveria adquirir diretrizes específicas na elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), processo iniciado imediatamente após a finalização da Constituinte. Entretanto, sua tramitação alastrou-se por quase uma década, sendo concluída somente em dezembro de 1996⁵, numa conjuntura em que o campo popular perdia espaço significativo na disputa pela hegemonia societal e educacional para a burguesia. A nova LDB, lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996) já constituía um retrato dos novos tempos, abrindo espaços legais para a aceleração do processo de empresariamento da educação, como veremos no próximo item.

352

2. Empresariamento da educação no Brasil em quatro momentos

As lutas e disputas pelas concepções de educação que atravessaram a década de 1980 e permitiram algumas conquistas inscritas na Constituição promulgada em 1988 persistiram na década seguinte, com particular expressão no debate que antecedeu a aprovação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A sanção de uma LDB contrária ao que propunham as organizações de base popular impôs uma dura derrota a essas organizações, marcou o campo educacional nacional e sinalizou uma inflexão privatizante que ganhou fôlego nas décadas seguintes.

Desde então, novos formatos de hibridização entre o público e privado foram introduzidos e experimentados nos diversos níveis e modalidades da educação, consolidando-se numa trajetória

⁵ O longo processo de tramitação da LDB teve importante atuação de organizações do campo popular, que se confrontaram com uma também atuante rede associativa da burguesia. Para uma compreensão mais detalhada desse processo, ver Neves e Pronko (2008) e Leher (2010).

crescente ao mesmo tempo em que diversos formatos associativos de base empresarial assumiam a direção desse processo. Ao longo de todo o período, a dinâmica da política nacional, particularmente no âmbito educacional, desenvolveu-se em notada sintonia com recomendações internacionais, principalmente de organismos como o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), alimentando e sendo alimentada pelas orientações de políticas e experiências de sucesso que demarcaram a agenda educacional do capital para a periferia do capitalismo (Pronko, 2019).

Na tentativa de caracterizar/iluminar, sinteticamente, esse longo processo de mercantilização da educação no Brasil contemporâneo, propomos revisitar algumas políticas de cunho privatizante que constituíram marcos do processo de empresariamento da educação em cada uma das últimas quatro décadas, sem pretensão de exaustividade na sua análise nem de esgotamento da dinâmica política que orientou o programa educacional de cada governo. Interessa aqui menos o rigor do processo histórico do que a construção de um certo mostruário de formas e mecanismos de mercantilização da educação que nos permitam, ao final do percurso, apontar as principais tendências.

2.1. Anos 1990 e o público não estatal: a criação de mercados de formação

A despeito do reconhecimento e da presença de instituições de ensino privadas, principalmente de caráter filantrópico e religioso, desde as origens do sistema educacional brasileiro, a criação induzida de ‘mercados de formação’ baseados na concorrência entre instituições e organizações de diversas características, públicas e privadas, é um

fenômeno que se desenvolve a partir da década de 1990. E a primeira modalidade a experimentá-lo, de forma ampliada, foi a chamada ‘educação profissional’⁶.

A chamada ‘Reforma do Estado’, impulsionada pelo governo Fernando Henrique Cardoso e inaugurada com a criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare), implicou a introdução do gerencialismo e da austeridade fiscal nas políticas públicas, incluindo as políticas sociais. Nesse quadro, o Plano Diretor da Reforma dos Aparelhos do Estado, publicado em 1995, constituiu um marco para um processo que se encontrava no início, mas que transcendeu o próprio governo. O documento redefinia o escopo e a dinâmica do aparelho de Estado em função das “demandas do tempo histórico”, segmentando-o em quatro setores: o núcleo estratégico (o governo *stricto sensu*), as atividades exclusivas (correspondentes aos serviços que só o Estado pode realizar), os serviços não exclusivos (espaço de atuação simultânea com outras organizações públicas não estatais e privadas) e a produção de bens e serviços para o mercado (que devem ser reservados à atuação privada) (Brasil, 1995). Cabe ressaltar aqui que as políticas sociais, entre elas a educação, foram consideradas como serviço não exclusivo do Estado, caracterizado por uma gestão de tipo gerencial e um regime de propriedade que incluía o público não estatal, definido da seguinte maneira:

Ainda que vulgarmente se considerem apenas duas formas, a PROPRIEDADE ESTATAL e a PROPRIEDADE PRIVADA, existe no capitalismo contemporâneo uma terceira forma, intermediária, extremamente relevante: a PROPRIEDADE PÚBLICA NÃO-ESTATAL, constituída pelas organizações sem

⁶ Educação profissional é uma expressão incluída na LDB para designar uma modalidade educacional que corresponde “ao que se denominava até então de ‘formação técnico-profissional’, ou seja, uma modalidade de educação escolar voltada para conduzir o trabalhador ao desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, através de cursos de formação inicial e continuada” (Neves e Pronko, 2008, p. 60). O decreto nº 2.208, de 1997 (Brasil, 1997), regulamentou os artigos da LDB referentes a essa modalidade, criando três níveis de cursos: básico, técnico e tecnológico, o que supôs uma denominação unificada para formações de duração e qualidade diferentes: desde treinamentos até formações escolarizadas de longa duração. Embora revogado pelo decreto nº 5.154, de 2004 (Brasil, 2004a), que alterou alguns aspectos dessa modalidade, a educação profissional continuou tendo uma definição abrangente, que incluía desde os cursos de formação inicial até a pós-graduação, compreensão que permanece até hoje.

fins lucrativos, que não são propriedade de nenhum indivíduo ou grupo e estão orientadas diretamente para o atendimento do interesse público (Brasil, 1995, p. 54).

Assim, o desenvolvimento das políticas sociais, na perspectiva gerencial, passa a contar com a garantia do Estado na definição das diretrizes, no financiamento e na regulação, mas prescinde da execução direta por parte de organizações estatais, podendo (devendo) incorporar para isso preferencialmente organizações públicas não estatais, mas também organizações privadas na conformação de (quase?) mercados. Essa nova lógica de gestão foi incorporada à educação, inicialmente, na modalidade ‘educação profissional’ e, a partir dela, espalhou-se para outros níveis e processos de gestão. A forma como essa nova lógica foi introduzida não pode ser separada do seu conteúdo, como veremos a seguir.

Contrariando a tendência de progressiva equivalência entre o ensino geral-propedêutico e o ensino técnico-profissional que, por caminhos tortuosos, tinha sido alcançada de forma mais ampla durante a ditadura empresarial-militar⁷, a nova LDB reintroduzia a possibilidade de separação entre esses tipos de ensino, o que veio a ser sacramentado um ano depois através do decreto nº 2.208/97. Esse decreto, que regulamentava a recém-denominada modalidade ‘educação profissional’, na prática criava um sistema paralelo (Cunha, 2001a) ao sistema educacional regular, compreendendo nessa denominação tanto os cursos de aprendizagem para jovens e treinamentos de curta duração para adultos (anteriormente denominados formação profissional) quanto cursos técnicos e tecnológicos, de maior duração e complexidade, correspondentes respectivamente ao nível médio e superior de formação (anteriormente denominado educação técnica e tecnológica). A ‘desvinculação’ tornada compulsória entre ensino médio e ensino técnico e a inclusão deste último no âmbito nebuloso da agora chamada ‘educação profissional’ ofereceu as bases legais para a conformação de um mercado de formação composto por propostas formativas não necessariamente sediadas em instituições educacionais.

⁷ Para uma compreensão mais detalhada desse processo, consultar Cunha (2001a e 2001b).

As possibilidades abertas pela legislação educacional somaram-se à atuação do Ministério do Trabalho que instituiu, já em 1995, o Planfor, Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, que “almejava propiciar, gradativamente, a oferta de educação profissional permanente para qualificar ou requalificar, a cada ano, pelo menos 20% da População Economicamente Ativa”, [o que] implicava ofertar algum tipo de educação profissional a quase 15 milhões de pessoas, anualmente (Cunha, 2001b, p. 157).

Para isso, e seguindo a diretriz do programa de operar “com foco na demanda” do sistema produtivo, conciliando “interesses e necessidades de trabalhadores, empresários e comunidades” (Cunha, 2001b, p. 148), o Planfor se estruturou em torno do apoio técnico e financeiro a uma rede montada para esse fim de “cerca de 20 mil entidades que atuam na educação profissional, em todo o país, compreendendo instituições de todos os tipos” (Cunha, 2001b, p. 160)⁸. O programa foi financiado com recursos públicos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), mas executado por essa rede de maneira terceirizada, de acordo com os planejamentos desenvolvidos a partir da identificação da demanda de formação em âmbito estadual e municipal. Dados analisados por Cunha sobre a distribuição de recursos do programa entre 1997 e 1999 apontam que os recursos destinados a financiar cursos em instituições públicas variaram de 14% a 27% do total, sendo o restante destinado a ‘entidades executoras’ privadas, incluindo sindicatos de trabalhadores, universidades/fundações/institutos privados, Sistema S⁹ e ONGs (Cunha, 2001b, p. 184).

⁸ Isso inclui, ainda segundo Cunha (2001b, p. 157), universidades, especialmente seus órgãos de extensão; escolas técnicas federais, estaduais e municipais; fundações e organizações empresariais, especialmente do Sistema S; sindicatos e organizações dos trabalhadores; escolas profissionais privadas que atuavam fora do ensino regulamentado (ditas livres); entidades comunitárias e outras organizações não governamentais, laicas ou confessionais.

⁹ O chamado ‘Sistema S’ reúne um conjunto de instituições de caráter empresarial criadas para oferecer cursos de aprendizagem e de formação básica (treinamento), assim como desenvolver ações de assistência social, para a força de trabalho que se incorporava massivamente à vida urbano-industrial do país. Embora de gestão e financiamento privado, os primeiros ‘Serviços Industriais’ (Serviço Social da Indústria – Sesi, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac e Serviço Social do Comércio – Sesc) foram criados através de normas legais de âmbito federal (decretos-lei).

A experiência pioneira do Planfor na operacionalização do conceito de público não estatal na formação profissional foi rapidamente disseminada como estratégia para programas semelhantes em segmentos específicos. Essa foi a origem do Proep, o Programa de Expansão da Educação Profissional, desenvolvido a partir de 1997 numa parceria entre Ministério da Educação e Ministério do Trabalho, com apoio técnico e financeiro do BID, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que contemplava o financiamento público de projetos pertencentes tanto ao setor público quanto ao privado, concorrendo em igualdade de condições. Outro exemplo significativo foi o Profae, Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem, que constituiu, desde 2000, a principal política do Ministério da Saúde voltada para a qualificação da força de trabalho do setor¹⁰. A introdução da lógica gerencial na formação dos trabalhadores iniciou-se pela chamada ‘educação profissional’, mas adotou novas expressões nas décadas seguintes, afetando novos níveis de ensino e novas dimensões do processo educacional.

1.2. Anos 2000, desoneração tributária e parcerias público-privadas: expansão do ensino superior privado e privatização por dentro do ensino fundamental

O longo processo de mercantilização da educação no Brasil, que se consolidou como diretriz do Estado na década de 1990, assumiu novos formatos e alcançou novos níveis de ensino na década seguinte, em que pese a mudança de governo a partir de 2003, com a chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da República. O viés democratizante do programa governamental traduziu-se em políticas de inclusão que abrangeram todos os níveis educacionais, mas tiveram um resultado espetacular no ensino superior.

As políticas de inclusão educacional, que permitiram o acesso de milhões de novos estudantes ao ensino superior, estruturaram-se, de maneira aparentemente contraditória, no fomento da expansão do ensino superior privado. Segundo dados do Censo da Educação

¹⁰ Uma análise do Profae à luz da lógica gerencial pode ser consultada em Cêa, Reis e Conterno (2007).

Superior de 2023, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a matrícula de estudantes em cursos de graduação cresceu 136% entre 2000 e 2010 o que, sem dúvidas, constitui um feito político extraordinário. Entretanto, como podemos observar na tabela abaixo, esse crescimento sedimentou a expansão do ensino superior privado no dobro da velocidade que a do setor público. No mesmo período, as matrículas de estudantes em cursos de graduação de Instituições de Educação Superior (IES) públicas cresceram 85%, enquanto nas IES privadas o crescimento registrado foi de 162%.

Tabela 1: Número de matrículas em cursos de graduação por natureza administrativa 2000-2010

Ano	Público	Privado	Total
2000	888.708	1.807.219	2.695.927
2010	1.643.298	4.736.001	6.379.299

Fonte: Elaboração própria com base em dados do INEP (2024)

A combinação de pelo menos dois programas explica esse crescimento. De um lado, a implementação, em 1999, do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), como reformulação do antigo Programa de Crédito Educativo estabelecido durante a ditadura, em 1975, e, de outro lado, a criação, em 2005, do Programa Universidade para Todos (Prouni)¹¹.

O Fies (lei nº 10.260/01), reformulado no governo FHC, destinava-se “à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação (MEC)” (Brasil, 2001). Consistia num fundo público, de natureza contábil, administrado pela Caixa Econômica Federal, que permitia repassar o custo das mensalidades financiadas não mais em valores monetários, mas por

¹¹ Segundo Seki, “políticas regressivas (porém, com faces sociais) como FIES, Prouni e Proies podem ser, hoje, reinterpretadas em seus traços de continuidades históricas de programas que se sucederam desde, pelo menos, o regime empresarial-militar de 1964” (2021, p. 150).

meio de títulos da dívida pública emitidos pela União para esse fim. Na prática, isso significou que o financiamento estudantil se efetivava na produção de dívida e “possibilitou que uma parcela da dívida pública fosse operada pelas próprias IES privadas, algo sem qualquer paralelo no mundo” (Seki, 2021, p. 160)¹².

Essa estrutura básica do Fies foi sendo sofisticada com o passar dos anos mas manteve, em essência, a mesma diretriz: o repasse direto de fundo público (na forma de emissão de dívida) para as mãos das cada vez mais concentradas empresas de ensino privadas. Esse processo foi potencializado na combinação com o estabelecimento do Prouni, entre 2004 e 2005¹³, destinado à concessão de bolsas de estudos integrais e parciais para estudantes de graduação em instituições de ensino superior privado como contrapartida da isenção tributária das empresas mantenedoras. A articulação efetiva entre os dois programas aconteceu em 2008, quando a Portaria Normativa do Fies nº 2 (Brasil, 2008) admitiu que estudantes contemplados com bolsa parcial pelo Prouni pudessem “custear a diferença com a verba do FIES”. Isso significou a articulação de dois mecanismos que ‘turbinaram’ o crescimento cada vez mais concentrado das IES privadas: emissão/entrega de títulos públicos e desoneração tributária blindaram os lucros e alavancaram uma expansão empresarial sem precedentes.

Cabe destacar que esse processo foi resultado de intensa mobilização de organizações empresariais ligadas à educação superior, muitas delas surgidas durante a ditadura militar, que se fortaleceram e se multiplicaram no período. Como aponta Seki,

As impressões digitais das IES privadas e suas formas de lutas sociais pelo consumo das riquezas sociais estão por toda parte. Entidades como o Fórum da Livre Iniciativa no Ensino Superior, posteriormente renomeado para Fórum das Entidades Representativas das Instituições de Ensino Superior Particular (Fórum), a ANUP, a ABMES, a ABRAES e o SEMESP atuaram

¹² Para uma análise mais detalhada desses mecanismos, assim como do Prouni e de outros programas, ver Seki (2021) e Costa (2021).

¹³ O Prouni foi estabelecido, inicialmente, pela Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004 (Brasil, 2004b), que foi convertida na lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 (Brasil, 2005).

organizadamente com o governo federal para dotar o FIES de um caráter social, frequentemente sob a bandeira de uma suposta democratização do acesso ao ensino (2021, p. 162).

Este mecanismo de financeirização da educação expandiu-se¹⁴, nas décadas seguintes, para outras modalidades formativas, propiciando a expansão do formato de Educação a Distância (EaD) no nível superior e na educação profissional e tecnológica a partir de 2011, através da lei nº 12.513/11, que instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), abordado no próximo item (Brasil, 2011a).

Mas enquanto a financeirização da educação pautava a expansão do ensino superior, no ensino fundamental desenhava-se outra estratégia de mercantilização, através de processos de ‘privatização por dentro’, que têm como uma de suas expressões mais importantes a compra/contratação dos chamados ‘sistemas de ensino’¹⁵ por parte das administrações municipais.

A descentralização das políticas sociais, como diretriz de cunho democratizante assumida na Constituição de 1988, traduziu-se no âmbito educacional em amplos processos de municipalização do ensino fundamental ao longo da década de 1990, principalmente a partir da aprovação da LDB e da implementação do Fundef, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

¹⁴ Ao mesmo tempo, como aponta Seki, as vantagens conseguidas com o Fies e o Prouni foram ainda expandidas nos governos posteriores. Em 2012, foi estabelecido o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), que “previa a aprovação dos planos de recuperações através de benefícios fiscais e das concessões de moratórias de dívidas tributárias federais em benefício das IES e suas mantenedoras ‘em grave situação econômico-financeira’” (2021, p. 188).

¹⁵ Os chamados ‘sistemas de ensino’ não devem confundir-se com as redes de ensino municipais, estaduais e/ou federais. Segundo o portal do SAE Digital, empresa que oferece sistemas de ensino para escolas e redes, “o Sistema de Ensino constitui-se em um dispositivo pedagógico-administrativo e reúne alguns produtos e serviços educacionais que incidem sobre todas as instâncias da organização escolar, definindo os protocolos de seus diferentes processos e os procedimentos de seus agentes nos âmbitos individual e corporativo”. Ou seja, constitui um pacote de produtos e serviços pré-construídos que podem ser aplicados, mediante contratação, em quaisquer instituições educacionais públicas ou privadas. Resulta interessante consultar o histórico apresentado pela empresa, citado em <https://sae.digital/o-que-e-sistema-de-ensino/#:~:text=O%20Sistema%20de%20Ensino%20constitui,nos%20C3%A2mbitos%20individual%20e%20corporativo>. Acesso em: 25 mar. 2025.

e de Valorização do Magistério, como mecanismo de distribuição de recursos de acordo com as responsabilidades assumidas pelos entes federativos. Esse processo resultou em administrações municipais que, num quadro de despreparo técnico e escassez de recursos, optaram pela introdução de mecanismos de privatização na rede municipal através da compra/contratação dos chamados ‘sistemas de ensino’ (Adrião *et al.*, 2009).

Verificou-se essa tendência, inicialmente, sobretudo nos municípios de pequeno porte, introduzindo a lógica privada na organização dos sistemas de ensino municipais em consolidação, já que os mencionados ‘sistemas’ supriam um conjunto de atividades e atribuições geralmente desenvolvidas pelas equipes pedagógicas locais. Segundo Adrião *et al.*, a “cesta” de serviços que compõem regularmente esses sistemas inclui: “formação continuada de educadores, efetivo acompanhamento das atividades docentes; investimento na produção e distribuição de materiais didáticos aos alunos; processos de avaliação externa e interna”, entre outros (2009, p. 806).

Com isso, toda a vida escolar passa a ser organizada por uma lógica empresarial homogeneizante, definida fora da escola, com base numa perspectiva de eficiência e qualidade associada, quase que exclusivamente, à obtenção de resultados quantificáveis ou metas de desempenho. Essa relação entre empresas privadas que fornecem seus sistemas de ensino e as redes municipais de educação que as incorporam costuma sofrer uma série de deficiências, que foram apontadas por diversos autores. Segundo Adrião *et al.*, essas deficiências incluem

falta de controle social ou técnico, fragilidade conceitual e pedagógica dos materiais e serviços comprados pelos municípios, duplo pagamento pelo mesmo serviço, vinculação do direito à qualidade de ensino submetida à lógica do lucro e padronização/homogeneização de conteúdos e currículos escolares como parâmetro de qualidade (2009, p. 806-807).

Pesquisa desenvolvida por Adrião *et al.* (2022) para o ano de 2013 identificou pelo menos nove empresas educacionais que ofereciam sistemas de ensino para os municípios brasileiros. Dentre estas, os autores mapearam a presença das cinco maiores empresas em, pelo

menos, 339 municípios, a maior parte deles concentrados nas regiões Sul e Sudeste, com particular destaque para os municípios do estado de São Paulo. Segundo o levantamento dos autores, a maior parte desses municípios apresentavam indicadores socioeconômicos, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), médios, altos ou muitos altos, apontando uma correlação entre a presença desses sistemas privados e municípios com alta concentração de renda.

Resulta interessante apontar que, à imagem e semelhança do grupo empresarial com maior presença nesse segmento, o Grupo Positivo, com o sistema Sabe, as empresas do setor parecem seguir trajetórias muito semelhantes: surgindo de cursinhos pré-vestibulares com altas taxas de sucesso, passaram a criar suas próprias escolas, que logo transformaram em rede de franquias, ampliando o escopo da sua atuação nos diversos estados como rede de instituições de ensino privado e, a partir da venda do seu ‘sistema de sucesso’, como sistema de ensino adotado na rede pública (Adrião *et al.*, 2009).

Desta forma, o empresariamento da educação pública como privatização por dentro constitui outra dimensão do longo processo de mercantilização da educação no Brasil, que ganhou fôlego na primeira década deste século.

2.3. Anos 2010: redefinição do escopo e do conteúdo da educação

Se, nas décadas precedentes, o fomento à criação de mercados de formação foi impulsionado pelo incentivo à financeirização das políticas, a década de 2010 marcou a generalização dessas estratégias a novos processos formativos, além de produzir uma profunda redefinição do escopo e do conteúdo da educação, em sintonia com as orientações dos organismos internacionais. O nível médio de educação foi o alvo privilegiado da atuação empresarial na segunda década do século XXI.

De um lado, ainda na esteira da reconfiguração do ensino técnico, compreendido como parte da agora chamada ‘educação profissional’, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi lançado em 2011 com o objetivo de “expandir,

interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional” (Brasil, 2011b). A operacionalização do programa para alcançar esse objetivo colocava em um mesmo patamar instituições formativas públicas e privadas¹⁶, que passavam a disputar o orçamento público numa atualização do já experimentado modelo do Planfor.

Segundo Corbo,

a expansão da educação técnica realizada através do Programa foi determinante para que as instituições do setor privado e os integrantes do sistema nacional de aprendizagem que compõem o Sistema S se apropriassem do fundo público. (...) A aliança entre o setor público e privado alcançou um novo nível no governo de Dilma Rousseff, não só pelo estabelecimento de importantes ‘alianças’, mas também pela concepção de educação técnica e formação da classe trabalhadora que fundamentou a organização do Programa (2021, p. 273, tradução nossa).

363

De fato, pesquisa realizada por Costa (2015) aponta duas observações importantes para o período inicial de implantação do Pronatec (2011-2013). De um lado, dados compilados pela autora mostram que mais de 80% das vagas ofertadas no principal formato do programa (chamado de Bolsa-Formação) foram executadas por instituições privadas, destacadamente o Sistema S¹⁷. A outra estratégia do programa foi a ampliação do financiamento estudantil para a realização de cursos técnicos, que podiam ser contratados tanto a

¹⁶ Segundo o artigo 3 da lei nº 12.816, de 2013, “o Pronatec cumprirá suas finalidades e objetivos em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com a participação voluntária dos serviços nacionais de aprendizagem, de instituições privadas e públicas de ensino superior, de instituições de educação profissional e tecnológica e de fundações públicas de direito privado precipuamente dedicadas à educação profissional e tecnológica, habilitadas nos termos desta Lei” (Brasil, 2013).

¹⁷ Segundo Costa, “embora tanto instituições públicas como privadas estejam aptas a ofertar vagas no âmbito do PRONATEC, são o SENAI, o SENAC, o SENAT e o SENAR os maiores executores do programa. Considerando apenas as vagas ofertadas no âmbito da Bolsa-Formação, juntas, tais entidades foram responsáveis por 70,45% das vagas em 2013, enquanto as demais instituições privadas respondem por 9,59% da oferta e a rede pública por apenas 19,9%” (2015, p. 98).

título individual (Fies Técnico), como empresarial (Fies Empresa)¹⁸. Ambos os formatos confirmam o direcionamento do recurso público (fundo público) para instituições privadas, em um claro processo de privatização/empresariamento das políticas sociais. Esse processo fica mais claro quando se consideram as instituições privadas não pertencentes ao Sistema S que foram beneficiárias dos recursos governamentais. O *ranking* das mantenedoras de instituições privadas no Pronatec em 2014, elaborado pela autora, inclui grandes empresas educacionais que foram vanguarda no processo de financeirização da educação superior, marcando uma tendência de diversificação de funções¹⁹.

De outro lado, a autora afirma que a maior parte das vagas de formação (70%) financiadas pelo programa concentraram-se em cursos da modalidade Formação Inicial e Continuada (FIC), cuja duração varia de 160 a 400 horas, isto é, correspondem a treinamentos curtos, sem aprofundamento da base científico-tecnológica da formação. As vagas ofertadas para cursos técnicos, de mais de 800 horas, corresponderam apenas a 30% do total no período (Costa, 2015). Ainda assim, os cursos técnicos oferecidos não se enquadravam na modalidade integrada²⁰, constituindo uma oferta separada do ensino médio regular (Corbo, 2021). Esses dados colocam em questão a própria denominação do programa, pois o que parece ter sido facilitado não é o acesso ao ensino técnico mais robusto, destinado a uma formação de trabalhadores para o trabalho complexo, mas a treinamentos rápidos e cursos não integrados para acesso mais imediato ao mercado de trabalho, em ocupações características do trabalho simples (Neves e Pronko, 2008; Corbo, 2021).

¹⁸ Para uma análise mais detalhada, ver Corbo (2021).

¹⁹ Nesse *ranking* incluem-se, nos primeiros lugares, as empresas: Ser Educacional S.A.; Anhaguera Educacional LTDA; Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá, cujo protagonismo na financeirização da Educação Superior tem sido estudado por autores já citados como Costa (2015; 2021) e Seki (2018).

²⁰ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira reconhece três formas de relação entre a educação profissional técnica e o ensino médio: integrada, concomitante e subsequente. Na educação profissional integrada ao ensino médio, o estudante realiza os dois cursos numa mesma instituição, com uma única matrícula. A forma concomitante significa que o estudante realiza, ao mesmo tempo, o curso técnico e o ensino médio, na mesma instituição ou em instituições diferentes, estando matriculado separadamente em cada um deles. Já a forma subsequente é voltada para estudantes que concluíram o ensino médio e realizam, posteriormente, sua formação técnica (Brasil, 1996).

A outra vertente de reformas empresariais da segunda década do século XXI teve como eixo a reconfiguração do ensino médio regular, tornado etapa obrigatória da escolarização. A chamada reforma do ensino médio foi implementada por Medida Provisória em 2016, como uma das primeiras ações do governo surgido do golpe ‘brando’ desferido pelo Congresso ao governo eleito de Dilma Rousseff. O eixo da reforma foi a flexibilização curricular, “como modo de fortalecer o *protagonismo juvenil*, organizado a partir de alguns eixos estruturantes, com destaque para o *empreendedorismo*” (Catini, 2020, p. 56). Ainda segundo a autora, a reforma, inspirada em propostas empresariais desenvolvidas em estados e municípios numa atuação de cunho “filantrópico” que vem crescendo desde a década de 1990, estruturou-se em torno da

(...) ampliação do tempo de educação, com diminuição dos conteúdos, no qual o aprendizado prático e “não cognitivo” deve se dar em detrimento do ensino de geografia, história, sociologia etc. Com isso, os projetos de vida tendem a se tornar força motriz do currículo com base numa relação que há tempos se instalou, relativa à centralidade do estudante e da aprendizagem, que tem como contrapartida o apagamento do trabalho docente e do ensino. Essa orientação “para a vida” cindida da formação teórica vai convidando o docente a assumir o papel de coach, pois a tarefa de identificar, avaliar e preencher os déficits de habilidades torna-se missão motivacional para amoldamento a atributos genéricos e formas de reação às instabilidades previstas pelos mercados e investimentos (Catini, 2020, p. 58).

A reforma do ensino médio foi financiada e operacionalizada através de um acordo com o Banco Mundial, que disponibilizou US\$ 250 milhões para tal processo. Em comunicado à imprensa de 14 de dezembro de 2017, o organismo deixava clara a intencionalidade da parceria com o governo brasileiro:

O Banco apoiará a implementação da reforma do ensino médio para atingir seus dois principais objetivos: proporcionar flexibilidade ao novo currículo baseado em competências, complementadas por itinerários formativos (línguas, matemática, ciências da

natureza, ciências humanas ou formação técnica e profissional), e aumentar a carga horária de quatro para cinco horas por dia. Essas mudanças visam promover a diversificação do currículo, o desenvolvimento de competências-chave e, consequentemente, diminuir as taxas de abandono e repetência, tornando o ensino médio mais relevante e atraente para os jovens brasileiros (*World Bank*, 2017).

Dessa forma, a sinergia entre a reforma do ensino médio e as ‘competências para o Século XXI’ não fazem mais do que ratificar a articulação, no programa político para a educação brasileira, entre organismos internacionais e organizações empresariais como, de fato, vêm apontando numerosos autores (Santos, 2020; Catini, 2020; Pronko, 2024). Esse processo de reforma foi completado com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que, segundo Galzerano, estava

366

coadunada acriticamente às recomendações dos organismos internacionais, com foco nas competências e habilidades para o século 21 (...) [constituindo] um processo de privatização, entendido de maneira ampla, como a sobreposição de interesses privados sobre a educação pública (2024, p. 9).

A atuação, nesse processo, de organizações empresariais como o ‘Todos pela Educação’ e o ‘Movimento Educação pela Base’ foi fartamente documentada pela autora.

2.4. Anos 2020: digitalização da educação e novas formas de privatização

A terceira década de século XXI, que ainda estamos transitando, articulou logo no seu início duas catástrofes sociais: o governo de ultradireita de Jair Bolsonaro (2019-2022) no Brasil e a pandemia de covid-19 no mundo. Ambas tiveram efeitos duradouros no aprofundamento das desigualdades sociais, o que se expressou de modo particular no âmbito educacional, reforçando tendências preexistentes.

Embora o crescimento da Educação a Distância, sobretudo no ensino superior, já fosse um fenômeno destacável nos anos 2010,

com particular relevância na formação de professores²¹, foi no contexto da pandemia que as tecnologias educacionais massificaram-se como forma principal de mediação pedagógica (Pronko, 2020). Esse fenômeno não foi exclusividade do Brasil mas, assim como na maior parte dos países, expressou-se como uma forma específica de empresariamento da educação, através da consolidação das chamadas ‘redes de aprendizagem’, da centralidade das *EdTechs*²² e da promoção da digitalização do processo de trabalho na escola (Pronko, 2024).

A despeito das desigualdades gritantes entre estudantes e professores das redes públicas, em termos de infraestrutura e conectividade, a disseminação de formatos digitais de intermediação pedagógica durante a emergência sanitária favoreceu a expansão e a utilização massiva de plataformas educacionais desenhadas pelos grandes conglomerados privados, as chamadas *big techs*, cuja presença foi progressivamente naturalizada no âmbito das instituições escolares. A utilização de plataformas educacionais e outros recursos de base tecnológica ampliou-se para além da sala de aula, reconfigurando o processo de trabalho escolar, particularmente o trabalho docente (Scaff e Brás, 2024).

Para além da desastrosa gestão educacional da pandemia por parte do governo Bolsonaro, reconhecida até pelo movimento de base empresarial Todos pela Educação²³, duas iniciativas sem grande repercussão merecem menção no nosso mostruário: o apoio às iniciativas de ‘educação domiciliar’ ou *homeschooling* e a tentativa de introdução de *vouchers* na educação infantil. Embora o Projeto de Lei 3.179, que promove as alterações legais necessárias “para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica”, date de 2012

²¹ Segundo dados da organização Todos pela Educação sobre formação inicial de professores no Brasil: “O total de ingressantes em cursos voltados à docência aumentou 44% de 2010 a 2017. Observando apenas os ingressantes na rede privada, modalidade EaD, o crescimento foi de 162%. A EaD na rede privada já corresponde a 53% dos ingressantes nas graduações voltadas à docência. Este percentual era de 29% em 2010. Considerando a rede privada e a rede pública juntas, percebe-se que 61% dos ingressantes em cursos de Ensino Superior voltados à docência já são em modalidade EaD (frente a 34% em 2010). Para os demais cursos no Brasil, essa parcela é de 27%” (Todos Pela Educação, 2019, p. 3).

²² O termo ‘*EdTech*’ provém da junção das palavras Educação e Tecnologia em inglês (*Education & Technology*) e vem sendo usado para nomear empresas que oferecem ‘soluções tecnológicas’ para a educação.

²³ Ver balanço do TPE sobre o Governo Bolsonaro (Todos pela Educação, 2022).

(Brasil, 2012), foi a partir do início do governo Bolsonaro que sua tramitação foi tornada efetiva, alcançando a aprovação da Câmara dos Deputados e sua remessa ao Senado Federal em 19 de maio de 2022, situação que permanece até o momento em que este texto foi escrito. Justificada na liberdade de escolha das famílias quanto à educação dos seus filhos, e apoiada por organizações com forte apelo religioso²⁴, a proposta abre a possibilidade de retirada da socialização das crianças e jovens do âmbito público, fazendo de sua formação uma atividade exclusivamente privada, aberta inclusive a uma mercantilização radical, regulada unicamente pela capacidade de escolha dos pais ou tutores entre as opções oferecidas pelo mercado.

Já o projeto de introdução de *vouchers* na educação infantil fez parte do conjunto de medidas de assistência social que se propunham a substituir o programa mais emblemático de transferência de renda, conhecido como Bolsa Família. Como parte dos “incentivos ao esforço individual e à emancipação”, propunha-se a criação de um auxílio consistente no “repasse de recursos às entidades sem fins lucrativos credenciadas ao programa para a oferta de educação em creches e pré-escolas” (Sardinha e Souza, 2023, p. 181). Para além dos debates específicos e do impacto reduzido da política, cabe destacar a persistência na introdução de mecanismos de mercado para a regulação das formas de educação das novas gerações ao longo desse governo.

3. O protagonismo do associativismo empresarial no longo caminho do empresariamento da educação brasileira: breves reflexões finais

O mostruário de estratégias de mercantilização da educação que tentamos organizar neste artigo, embora não exaustivo, resulta suficiente para confirmar que esse processo tem caminhado a passos largos no Brasil nas últimas décadas, acelerando na democracia o que era uma diretriz durante a ditadura empresarial militar: a compreensão de que a educação pode (e deve?) ser considerada como mercadoria

²⁴ A Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED) é uma instituição sem fins lucrativos fundada em 2010, que promove o direito dos pais de escolher a modalidade da educação dos filhos. Para mais informações, consultar o Portal da Associação: <https://aned.digital>

cuja distribuição e qualidade, à despeito da responsabilidade estatal definida na Constituição, é melhor regulada pelo mercado. Para isso tem contribuído, decisivamente, o associativismo empresarial que tem tornado a educação uma das suas principais bandeiras de luta.

Como apontam diversos autores (Pronko, 2003; Campos, 2022; Rodrigues, 1998, entre outros), organizações empresariais tiveram importante papel na própria configuração do sistema educacional brasileiro ao logo de, pelo menos, o último século. É testemunho disso a atuação das Federações e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Comércio (CNC) no desenho do chamado Sistema S, na década de 1940, criando um poderoso sistema de formação profissional que formou, sob o olhar empresarial, gerações de trabalhadores no Brasil e foi inspiração para organizações empresariais de outros países da América Latina. Durante a própria ditadura empresarial-militar, a atuação de organizações empresariais como o Ipes, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, teve papel fundamental na disseminação da Teoria do Capital Humano e na definição de um programa para a educação (Campos, 2022). Esse protagonismo consolidou-se no período democrático através da multiplicação e diversificação de organizações que definiram sua atuação específica em torno da educação.

O caso mais conhecido e mais analisado é o do Todos pela Educação, movimento de base empresarial surgido em 2006, que foi capaz de unificar robusto programa educacional para o Brasil, em articulação com organizações e organismos de alcance internacional, com capacidade e influência para disseminar suas concepções em municípios, estados e no nível federal, chegando a atuar como um verdadeiro Ministério da Educação, por exemplo, durante o governo Bolsonaro²⁵. Mas o TPE é somente a ponta do *iceberg* do associativismo empresarial na educação que tem se transformado, progressivamente,

²⁵ O governo Bolsonaro caracterizou-se, no que se refere à sua atuação educacional, pela transformação do Ministério da Educação em um *bunker* da chamada 'guerra cultural', através da promoção e defesa de uma pauta de costumes (Leher e Santos, 2023). Essa constatação fica evidente no tratamento educacional da emergência sanitária provocada pela pandemia. Ao logo desse período, o Movimento Todos pela Educação desenvolveu intensa atividade de articulação com estados e municípios, através de organizações como o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), para mapear necessidades e oferecer soluções para a educação pública de maneira coesa e organizada, operando como um ministério informal.

numa extensa rede de organizações que parecem multiplicar a atuação desse setor, tornando-a mais capilar e mais efetiva. Um exemplo, muito bem documentado por Galzerano (2024), é o processo de elaboração da BNCC, que deu origem a uma organização específica, o Movimento pela Base, como desdobramento do TPE, que teve um protagonismo incontestado na profunda reforma curricular concluída recentemente.

Embora esse crescimento de um associativismo empresarial para a educação não constitua um fenômeno exclusivamente brasileiro, como já apontamos em outros trabalhos (Pronko, 2025), ele não está isento de nuances e contradições, refletindo interesses às vezes convergentes e outras contrapostos de frações diferentes do empresariado que atua no país. São exemplos dessa diversidade contraditória organizações como ‘De olho no material escolar’, ligada ao agronegócio (Vargas, 2024), a Associação Nacional de Educação Básica Híbrida (ANEBHI), criada ao calor da pandemia (Scaff e Brás, 2024) ou a já citada Associação Nacional de Educação Domiciliar. Em que pese as especificidades e divergências, a atuação dessas organizações tem contribuído para cimentar o longo caminho da mercantilização da educação brasileira.

Vários autores apontam que a construção de um senso comum sobre a disseminação da educação privada e dos parâmetros gerenciais aplicados à educação começou durante a ditadura empresarial-militar (Germano, 1993; Campos, 2022). Essa construção cotidiana de uma forma de ser e de estar no mundo, naturalizando a coexistência, senão a prevalência, de um mercado educacional que garanta tanto a liberdade de escolher quanto a eficiência na utilização de um recurso público sempre apresentado como escasso, teria sido alimentada da reabertura democrática até hoje por diversas políticas e também por diversos discursos. Embora seja importante entender as nuances e as lógicas que embasaram as políticas implementadas em cada momento histórico, tentamos aqui reconstruir um percurso do qual emerge uma tendência que atravessa claramente todos eles, qual seja, a do empresariamento da educação. O empresariamento, que pode ser entendido como a articulação entre a privatização (em todos seus formatos/modalidades) e o protagonismo empresarial (Campos, 2022), implica uma reconversão profunda dos sentidos e conteúdos do processo educacional, dos seus espaços e relações, corroendo o caráter público, potencialmente universalizante e socializante da educação pública.

Para esses novos sujeitos políticos coletivos de base empresarial, como aponta Freitas,

a utopia que move a reforma é o funcionamento pleno do mercado educacional, visto como um processo que se auto aperfeiçoa, na medida que avança para sua destinação final: a autorregulação concorrencial da qualidade da educação (ou seja, a sobrevivência do mais forte) inserida na lógica radical das leis do mercado (2018, p. 56-57).

O caminho para alcançar essa utopia empresarial tem sido pavimentado, na história recente do Brasil, por políticas e propostas concretas que tentamos ilustrar aqui com os nossos casos de mostruário. Nesse sentido, apontamos que o estímulo à criação de mercados de formação da chamada educação profissional com financiamento público, desde a implementação do Planfor, foi o ponto de partida para a difusão de novos formatos de gestão no âmbito educacional, baseados na redefinição do público como ‘público não estatal’. Esta nova forma de gestão facilitou o repasse de parte do fundo público para empresas e organizações sociais e educacionais que, em nome de um caráter filantrópico ou de um suposto interesse social, passaram a administrar e definir, desde uma lógica empresarial, as instituições e redes educativas. Mostramos também que, no ensino superior, a mercantilização expressou-se, nas últimas décadas, no crescimento exponencial das matrículas em instituições privadas de caráter empresarial com financiamento público crescente, através de programas governamentais como o Fies e o Prouni, permitindo o surgimento de grandes conglomerados educacionais, alavancados por processos sucessivos de fusões e aquisições. Já na educação básica, a implantação de sistemas de gestão e ensino desenvolvidos na rede privada de educação, via venda de serviços e assessorias às prefeituras e estados, tem sido a forma mais visível de privatização encoberta ou indireta da educação pública.

Como apontamos em outro trabalho,

Para isso têm contribuído particularmente os amplos processos de reforma curricular, incentivados nos últimos anos, capazes de formalizar, normatizar e em muitos casos ‘pasteurizar’

os conteúdos escolares, transmutados progressivamente em competências, que se descolam progressivamente da vida social e coletiva para se tornarem atributos individuais que caracterizam o futuro trabalhador (Pronko, 2020, p. 125).

Nesse sentido, a implementação da BNCC é somente um dos exemplos. A ‘normalização’ dos conteúdos favorece a proliferação dos chamados sistemas de ensino. A educação como produto pronto, ‘enlatado’, é fortemente propícia à digitalização impulsionada pela pandemia, mas já normalizada como recurso que organiza o trabalho escolar.

A plataformização e a digitalização da educação produz, ainda, uma forma efetiva de subordinação dos trabalhadores da educação aos artefatos tecnológicos, ao mesmo tempo que o caráter predominantemente empresarial dessas tecnologias se expressa na educação pública tanto como captura de recursos públicos quanto como disseminação de uma forma específica de ser e de estar no mundo. Isso sem contar com a contundente presença do formato EaD na formação de professores, o que, para além da precariedade da própria formação, expressa-se na compreensão do fazer docente não como construção coletiva do conhecimento, mas como entrega pontual, repasse de conteúdos, ou melhor, de competências. Assim, na perspectiva hegemônica, a declarada centralidade do trabalho docente contrasta profundamente com a ênfase na *aprendizagem* que exclui progressivamente seu par *ensino* a ponto de relativizar a importância da instituição escolar (Pronko, 2019).

De acordo com Andrade e Motta,

a *subsunção da educação ao empresariado* é precisamente o que caracteriza o *empresariamento da educação* que assume um novo tipo no bloco histórico neoliberal. O empresariado, como bloco social hegemônico, expande a mercantilização e a mercadorização – aspectos históricos da educação escolar no capitalismo – além das fronteiras do imaginável. E quanto mais mercantilizada e mercadorizada, mais a educação se submete ao controle do *empresariado* de modo consentido pela sociedade em geral (2022, p. 25).

E quanto mais a educação fica submetida ao controle empresarial, mais ela reforça a desigualdade na tentativa de expropriar a capacidade de construir ou sequer imaginar um ordenamento societário diferente. Quarenta anos depois do fim da ditadura empresarial-militar, poderíamos nos perguntar se o seu legado se tornou hegemônico. Da resposta a essa questão depende a formulação de estratégias para, desde o campo popular, orientar nossas lutas.

Referências Bibliográficas

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R. F.; ARELARO, L. (2009), Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 799-818, out. 2009.

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R. F.; BERTAGNA, R. H.; PAIVA, G.; XIMENES, S. **Sistemas privados de ensino na educação pública brasileira**: consequências da mercantilização para o direito à educação. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 166p. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/sistemas-privados-de-ensino-na-educacao-publica-brasileira-consequencias-da-mercantilizacao-para-o-direito-a-educacao/>. Acesso em: 9 out. 2025.

ANDRADE, M. C., MOTTA, V. C. O empresariamento da educação de novo tipo e seus agentes: o empresariado educacional do tempo presente. **Revista Trabalho Necessário**, 20(42), 2022, 01-27. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i42.54290>. Acesso em: 13 jan. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 5692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**, 1995. Brasília, Presidência da República. MARE. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. **Decreto n.º 2208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 10260, de 12 de julho de 2001.** Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110260.htm. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. **Decreto n.º 5154, de 23 de julho de 2004a.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. **Medida Provisória n.º 213, de 10 de setembro de 2004b.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/mpv/213.htm. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/11096.htm. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria Normativa nº 2, de 31 de março de 2008.** Estabelece a finalidade do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies. Disponível em: https://sisfiesportal.mec.gov.br/arquivos/portaria_normativa_28_28122012_compilada_05012015.pdf. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. Lei n.º 12513, de 26 de outubro de 2011a. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, n.º 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e n.º 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12513.htm. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. Lei n.º 12513, de 26 de outubro de 2011b. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, n.º 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e n.º 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12513.htm. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 3179/2012. Acrescenta parágrafo ao art. 23 da Lei n.º 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=534328&fichaAmigavel=nao>. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. Lei n.º 12816, de 5 de junho de 2013. Altera as Leis n.ºs 12.513, de 26 de outubro de 2011, para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC; 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer que as bolsas recebidas pelos servidores das redes públicas de educação profissional, científica e tecnológica, no âmbito do Pronatec, não caracterizam contraprestação de serviços nem vantagem para o doador, para efeito do imposto sobre a renda; 8.212, de 24 de julho de 1991, para alterar as condições de incidência da contribuição previdenciária

sobre planos educacionais e bolsas de estudo; e 6.687, de 17 de setembro de 1979, para permitir que a Fundação Joaquim Nabuco ofereça bolsas de estudo e pesquisa; dispõe sobre o apoio da União às redes públicas de educação básica na aquisição de veículos para o transporte escolar; e permite que os entes federados usem o registro de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em ações e projetos educacionais. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112816.htm. Acesso em: 9 out. 2025.

CAMPOS, R. A. O empresariamento da educação e o golpe de 1964: uma proposta conceitual do abstrato ao concreto. **Revista Trabalho Necessário**, 20(42), 2022, 01-23. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i42.53518>. Acesso em: 14 mar. 2025.

CATINI, C. Empreendedorismo, privatização e trabalho sujo da educação. **Revista USP**. São Paulo, n. 127, 2020. p. 53-68.

376

CÊA, G. S. S.; REIS, L. F. e CONTERNO, S. Profas e lógica neoliberal: estreitas relações. **Trabalho, Educação e Saúde**, 5 (1) jun. 2007, p. 4-21.

CORTES, B. A. Financiamento na Educação: Salário-Educação e Suas Dimensões Privatizantes. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro 5 (4): 408-423, out-dez 1989.

CORBO, A. D. **Neo-desarrollismo y formación para el trabajo simple y precarizado**: la educación técnica en Brasil de 2003 a 2015. Tesis de doctorado. Universidad de Buenos Aires, 2021. Disponível em: <https://repositorio.sociales.uba.ar/items/show/2505>. Acesso em: 23 set. 2024.

COSTA, F. C. **O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e a educação escolar da classe trabalhadora**. Dissertação de Mestrado Profissional. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV). Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Rio de Janeiro, 2015.

COSTA, F. C. **FIES, PROUNI e PROIES (2003/2019)**: valorização do capital no ensino superior. Tese de Doutorado. Escola de Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2021.

CUNHA, L. A. “Os Ministérios da Educação e do Trabalho na Educação Profissional”, In: YANNOULAS, S. (org.). **Atuais tendências na Educação Profissional**. Brasília: Paralelo 15, 2001a. p. 111-189.

CUNHA, L. A. “Ensino médio e ensino técnico na América Latina”, In: YANNOULAS, S. (org.). **Atuais tendências na Educação Profissional**. Brasília: Paralelo 15, 2001b. p. 53-87.

CUNHA, L. A. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o mercado. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 809-829, out. 2007.

FREITAS, L. C. **A Reforma Empresarial da Educação**. Nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GALZERANO, L. S. **Políticas Educacionais e a Base Nacional Comum Curricular**: projetos em disputa. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2024.

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo. Cortez, 1993.

INEP. **Censo da Educação Superior 2023**. (2024). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 22 out. 2024.

LEHER, R. “25 Anos de Educação Pública: notas para um balanço do período”, In: GUIMARÃES, C.; BRASIL, I. e MOROSINI, M. V. (orgs.). **Trabalho, educação e saúde**: 25 anos de formação politécnica no SUS. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010. p. 29-72.

LEHER, R. e SANTOS, M. R. S. “Governo Bolsonaro e autocracia burguesa: expressões neofascistas no capitalismo dependente”, In: LEHER, R. (org.). **Educação no governo Bolsonaro**: inventário da devastação. São Paulo, Expressão Popular. 2023. p. 9-42.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RKsKcwYc6QVFBHy4nvJzHt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 nov. 2024.

NEVES, L. M. W. e PRONKO, M. A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

PRONKO, M. A. **Universidades del Trabajo en Argentina y Brasil**. Montevideo: Cinterfor, 2003.

PRONKO, M. A. Modelar o comportamento. **RTPS: Revista Trabalho, Política e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 167-180, jun. 2019. Disponível em: <http://costalima.ufrrj.br/index.php/RTPS/article/view/248>. Acesso em: 18 jun. 2025.

PRONKO, M. A. “Educação pública em tempos de pandemia”, In: SILVA, L. B. e DANTAS, A. V. (orgs.), **Crise e pandemia: quando a exceção é a regra geral**. Rio de Janeiro, EPSJV, 2020. p. 113-130.

PRONKO, M. A. Educación post-pandémica: un balance sobre el legado político de la emergencia sanitaria para los sistemas educativos. **Journal of Supranational Policies of Education**, (20), 1–10, 2024. Disponível em: <https://revistas.uam.es/jospoe/article/view/20678>. Acesso em: 18 jun. 2025.

PRONKO, M. A. “Organismos Internacionais e organizações empresariais: rumos para a educação pós-pandêmica”, In: DANTAS, A. e PRONKO, M. A. (orgs.). **Estado, políticas e a relação público-privado na saúde e na educação**. Rio de Janeiro: EPSJV (no prelo).

RODRIGUES, J. **O Moderno Príncipe Industrial: o Pensamento Pedagógico da Confederação Nacional da Indústria**. São Paulo. Editora Autores Associados, 1998.

SANTOS, E. O. **O movimento Todos pela Educação e a contrarreforma do Ensino Médio**. Dissertação de Mestrado Profissional. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV). Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Rio de Janeiro, 2020.

SARDINHA, R. e SOUZA, F. A. “O financiamento da Educação Básica no governo Bolsonaro em tempos de financeirização do capital”, In: LEHER, R. (org.). **Educação no governo Bolsonaro: inventário da devastação**. São Paulo: Expressão Popular, 2023. p. 161-186.

SCAFF, E. A. S. e BRÁS, C. A. Educación post-pandémica en Angola y Brasil: desafíos en situaciones de vulnerabilidad social. **Journal of Supranational Policies of Education**, (20), 31–50, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.15366/jospoe2024.20.002>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SEKI, A. **O capital financeiro no Ensino Superior brasileiro (1990-2018)**. Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. (2019). **Formação inicial de professores Brasil**. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/317.pdf?1619510590. Acesso em: 23 jun. 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. (2022). **Quatro anos de descaso com a Educação**. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/mec-jair-bolsonaro-descaso-com-a-educacao-basica/>. Acesso em: 9 out. 2025.

VARGAS, M. C. **Aparelhos privados de hegemonia do agronegócio e a organização “De olho no Material Escolar”**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2024.

WORLD BANK. (2017). **Programa para Resultados no Brasil vai apoiar a implementação da Reforma do Ensino Médio, beneficiando cerca de 2,4 milhões de estudantes**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2017/12/14/brazil-program-for-results-supports-upper-secondary-education-reform>. Acesso em: 10 jan. 2025

UM SNS NA PERIFERIA
DA EUROPA:
REVOLUÇÃO E LUTA
DE CLASSES

UM SNS NA PERIFERIA DA EUROPA: REVOLUÇÃO E LUTA DE CLASSES

Isabel do Carmo

Passados 50 anos da queda da ditadura fascista e do período revolucionário de 1974/75 em Portugal, a análise dos serviços de prestação de cuidados de saúde é um campo exemplar para demonstrar a passagem de formas arcaicas de organização para propostas de modernização e revolução social, que depois sofreram as oscilações modeladas pelo contexto internacional.

A seguir ao triunfo das democracias na Europa Ocidental em 1945, e estabelecida a partilha do espaço europeu, as ditaduras de Portugal, Espanha e Grécia ficaram esquecidas, ignoradas mesmo pelos países vizinhos, e deixadas à sorte dos ditadores (Carmo, Kornetis e Rodrigues, 2024). E não fora a questão de as ex-colónias portuguesas serem a última ferida do colonialismo em África e de haver uma guerra colonial com várias frentes e novos interesses geoestratégicos, não se consegue imaginar o que aconteceria a estes três territórios europeus. Nenhum analista político previu a situação, o que mostra o quanto a realidade pode ser surpreendente. Mesmo Poulantzas (1975), tão arguto em outras circunstâncias, não foi capaz de perceber a evolução das três ditaduras europeias. Com o movimento dos militares, primeiro reivindicativo e depois claramente contra a guerra e contra a ditadura, caiu o regime português e os da Grécia e Espanha em dominó. Não foi um golpe militar de palácio, nem foi uma conspiração de quartel. Foi um verdadeiro movimento de sectores intermédios e de bases e isso explica a sua fusão com o movimento popular.

1. Depois da onda republicana, o pensamento retrógrado

O país arcaico na sua estrutura económico-social tinha o correspondente arcaísmo nos serviços de saúde durante a ditadura e até à Revolução. No breve período da República (1910-1926), a geração de médicos que antecederam e acompanharam a modernidade republicana tinha reforçado a questão da Saúde Pública e do espírito racionalista clínico (Ricardo Jorge, Sousa Martins, Miguel Bombarda, Melo Breyner, Francisco Polido Valente, Alfredo da Costa, Carolina Beatriz Ângelo, Adelaide Cabete, Abel Salazar). A Direcção Geral de Saúde e Beneficência Pública foi fundada por decreto de outubro de 1899, ainda durante a monarquia, tendo posteriormente encurtado a designação. Com a instalação da ditadura militar em 1926 e a nova Constituição em 1932, com a chefia absoluta de António de Oliveira Salazar e o conceito de Estado Novo, foram bloqueados os pensamentos progressistas da onda republicana. A nova Constituição falava de “conservação e desenvolvimento da raça” (Portugal, 1933). Durante a República, a saúde e a assistência eram autónomas e esta última pertencia ao Ministério do Trabalho. A partir do estabelecimento da ditadura, em 1930, a Direcção Geral de Saúde e a Direcção Geral da Assistência passaram para o Ministério do Interior.

Durante a República de 1910, apesar de todas as suas contradições internas, o curto tempo de duração, com a Primeira Guerra Mundial de permeio e a epidemia da ‘gripe espanhola’, tinham sido tomadas medidas que iam ao encontro do espírito avançado da época. O mutualismo, muito presente nas associações anarco-sindicalistas e republicanas, foi apoiado pelo governo com reforço do Socorro em caso de invalidez e velhice e criação de Caixas Escolares. Pelo decreto de maio de 1919, foi criada a Mutualidade do Seguro Obrigatório para todos os cidadãos com mais de 17 anos.

A ditadura e o seu pensamento bem estruturado foram em contracorrente com o que podia ter sido a evolução da vaga científica republicana, contrariando ou mesmo perseguindo e demitindo os seus protagonistas. A estrutura do pensamento fascista aceitava a distribuição do rendimento como uma evolução da história e das

personalidades que a protagonizavam, de acordo com valores passados e presentes. Deste modo, a pobreza, tal como a doença, era ‘natural’ e os desígnios divinos deviam ser lidos como um mistério insondável, visto que haveria recompensas eternas. O chefe era também ‘natural’ e designado pela Providência. Este pensamento tinha fundamentos nos grandes teóricos do fascismo e era explicitado pelos chefes e pelos padres. Aceitava-se, pois, a fatalidade de ser pobre e de ser doente. O espírito era assistencialista, com grande demonstração pública dos actos de caridade. Há hoje quem tente dar um tom mais brando à ditadura, retirando-lhe este carácter filosófico e teórico. Mas foi assim.

De acordo com Gonçalves Ferreira, o assistencialismo foi “a forma tradicional de auxílio às pessoas em situação de inferioridade, pelo seu estado de miséria, doença, condição física ou moral, que leva os indivíduos, de livre vontade e por sentimento de caridade ou solidariedade, a ajudarem-se mutuamente” (Gonçalves-Ferreira, 2015, p. 5).

1.1. As determinantes e as consequências ao nível da saúde

O país tinha uma situação económico-social que condicionava os problemas de saúde. Chegados à Revolução de 1974/75, apenas 20% da população tinha cozinha, retrete e casa de banho. Nas casas mais antigas, nos bairros de Lisboa e nas periferias metropolitanas, a retrete era no exterior da habitação, sendo que 82,7% não tinham esgotos. A água canalizada servia apenas 40% da população, a restante recorria aos chafarizes e fontes públicas. A recolha de lixo urbano era serviço público apenas em 61% da população (Cabral, 2025, p. 15). A fome severa, que conduzia à morte por défice calórico, era ainda uma realidade pelo menos em cerca de 300 pessoas nas certidões de óbitos nos anos 1960 do século XX. As situações de subnutrição eram comuns entre os trabalhadores manuais e sua família, a maioria com baixos salários, e mesmo na chamada e alargada classe média. As consequências deste estado são demonstradas pelos índices de saúde da época (Namora, 1949).

Fazendo um corte no ano de 1958, quando o país foi abalado pelas eleições presidenciais (candidato Humberto Delgado), foram registados os seguintes índices. Havia um total de 19.000 casos de tuberculose,

quando a vacina e os medicamentos contra a tuberculose já existiam há pelo menos dez anos. Eram 215 casos por 100.000 habitantes por ano. Para comparação, em 2007 eram 22/100.000. Nesse ano de 1958, houve 1.830 casos de difteria, levando a 151 óbitos. Os partos sem assistência eram 87,2%. Em alguns concelhos do interior, 70% dos óbitos não eram certificados por médicos. O último caso de malária foi nesse ano. Quanto aos profissionais de medicina, só 10% eram médicas (Lecour, 2010, p. 71-74).

Índices comparativos a nível sanitário em janeiro de 1970, em ‰

	Portugal	Suécia	Holanda	Espanha
Mortalidade infantil	59	12	13	25
Mortalidade materna	0,8	0,01	0,02	0,4
Esperança média de vida à nascença	67	74	74	70
Esperança de vida ao fim de 1 ano	70	74	74	72

Fonte: adaptado de ‘15 anos da História recente de Portugal (1970-1984)’, de Gonçalves-Ferreira *apud* Ribeiro, 2018

Doenças Evitáveis Dominantes

(Situação em Portugal no início da década de 1970)

Percentagem dos óbitos por doenças evitáveis no total de óbitos em 1970, em %		
	Homens	Mulheres
Portugal	25,79	17,54
Jugoslávia	20,01	12,54
Itália	14,47	10,96
França	15,12	12,4
Suécia	13,17	10,46

Fonte: Motta e Theias, 1974, p. 88

Quanto às ex-colónias, depois das independências, na sequência da Revolução de Abril em Portugal, os números de mortalidade infantil que aí foram contabilizados em 1980 são demonstrativos dos ‘benefícios’ deixados pela colonização: em Moçambique, eram 123 por mil habitantes; em Angola, 100; na Guiné-Bissau, 200; em Cabo Verde, 85 e em São Tomé e Príncipe, 70 (Santos, 1985, p. 523).

1.2. Estruturas arcaicas

As estruturas de cuidados de saúde existentes no final da ditadura eram os hospitais, as Caixas de Previdência, a Assistência Nacional aos Tuberculosos e alguns postos de atendimento nas grandes empresas. Era o caso da CUF, a partir de 1945 (CUF – Infante Santo). A quase totalidade dos hospitais pertencia às Misericórdias, estando estas no espírito com que foram criadas no final do século XV, tanto em Portugal como no Brasil, enquanto colónia. Eram estruturas de caridade religiosa, com um patrono. Chamavam-se Hospital de Santo António, Hospital de Nossa Senhora do Rosário, Hospital de São José, Hospital de São Marcos e por aí afora, enquanto houvesse nomes de santos para nomear e pensamento mágico para considerar que deste modo se estava abençoado e protegido.

Os hospitais universitários deixaram de ser pertencentes e dirigidos pelas Misericórdias, mas conservaram os seus nomes religiosos, como Santa Maria, São João e Santo António. Os hospitais Cívicos de Lisboa deixaram de pertencer às Misericórdias e daí o seu nome, Hospitais Cívicos. Mas mantiveram o patrono – São José, Santa Marta.

Os hospitais das Misericórdias, que eram a quase totalidade, eram dirigidos por uma Mesa, constituída por notáveis, que nomeavam um provedor. Tanto uns como outros não tinham formação na área da saúde, mas decidiam tudo, desde a nomeação dos médicos aos equipamentos. Actualmente, persistem em Portugal 388 Misericórdias, com 45.000 colaboradores directos, sendo a de Lisboa a mais importante, por administrar os chamados ‘jogos da sorte’ e o seu produto. Tem recolha de crianças, atendimento clínico e internamento em cuidados continuados.

O doente, agudo ou crónico, que dava entrada nos hospitais civis ou religiosos, tinha que pagar os custos da estadia e dos medicamentos.

Só ficava isento se apresentasse um atestado de pobreza passado pela respectiva Câmara Municipal.

Logo em 1929, com o estabelecimento da ditadura já chefiada por Salazar, constituiu-se uma Caixa Nacional de Previdência, que apenas tratava da previdência mútua do funcionalismo público, em termos de aposentação e reformas. Não tratava de questões de saúde. A palavra ‘previdência’ percorria as instituições sem que a saúde fosse contemplada. A Secretaria de Estado das Corporações e Previdência Social elaborou um Estatuto do Trabalho, inspirado na *Carta del Lavoro* de Mussolini, de 1927. Mas nenhuma destas estruturas tratava de questões de saúde.

Havia o subdelegado de saúde, nomeado pelo município que tratava de questões sanitárias, e havia em alguns municípios das periferias o chamado ‘médico de partido’, também nomeado, e que acorria a situações mais graves.

1.3. As Caixas de Previdência

Só em 1946, após o final da Segunda Guerra Mundial, e dado o espírito que chegava da Europa, foram criados os Serviços Médico-Sociais da Previdência e Assistência na Saúde e a Federação das Caixas de Previdência (Simões, 2024). Estas seguiam o modelo bismarquiano. Este modelo tem um nome ligado à evolução das lutas operárias.

O movimento revolucionário alemão, com a criação da Associação Geral dos Trabalhadores, em 1863, do Partido Social-Democrata dos Trabalhadores, em 1869, e finalmente, a fundação do Partido Social-Democrata, em 1875, constituiu a grande fronda que enfrentou Bismarck e foi de onde saíram grandes figuras do movimento dos trabalhadores, como Karl Marx, Friedrich Engels, Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, uns mais antigos e teóricos, outros companheiros de Lenine. Perseguidos, vítimas das deportações prussianas de Bismarck, exilaram-se para França, Inglaterra, Estados Unidos da América, Suíça. Para dar satisfação a algumas das reivindicações, o governo de Bismarck, constituído o Império Alemão em 1871, criou um Serviço de Caixas, em que mensalmente era e é depositada uma percentagem do salário do trabalhador e outra da parte do patrão. Esta estrutura transformou-se em seguro de doença, tendo um *plafond* obrigatório

e outro opcional, para situações eventuais. É o chamado sistema bismarquiano. Foi com esta ideia que foram criadas as Caixas de Previdência em Portugal, que só funcionavam para os trabalhadores cujas empresas eram obrigadas a descontar. Eram muito rudimentares, com consultas clínicas rápidas, e não abrangiam os medicamentos. A compra destes ficava dependente do próprio doente, que muitas vezes recorria às paróquias, às Misericórdias ou às ‘amostras’ dos laboratórios farmacêuticos. Os hospitais civis ou das Misericórdias continuavam sem ligação à Previdência.

É também em 1945 que são criados os Institutos: o Nacional de Assistência aos Tuberculosos e o Maternal, mas sempre com carácter assistencial.

Até 1958, as questões de Assistência na Saúde eram dependentes do Ministério do Interior e só nesse ano é criado o Ministério da Saúde e da Assistência. O da Saúde só se autonomizou da Assistência em 1973, deixando, pois, de ser uma secretaria de Estado. Ao longo do regime, as questões da saúde e da doença não foram, pois, tratadas como problema central do Estado Novo. A criação do Ministério da Saúde teve apenas a vantagem de o ministro se sentar no Conselho de Ministros. O primeiro ministro da saúde foi Henrique Martins de Carvalho, que propôs reformas na área, bloqueadas por Salazar e por isso terá saído. Neto de Carvalho, que fora em 1963 ministro da saúde e assistência, dependente do Ministério do Interior, escreveu posteriormente em obra citada por Jorge Simões, já referido, que apresentou a Salazar o que deveria ser a política de saúde “(...) Se não encontrei grande interesse, também não encontrei qualquer intervenção negativa. Cedo compreendi, no entanto, que a grande dificuldade a vencer se encontrava no Ministério das Finanças [o ministro era Salazar], como já calculava” e

“(...) o Presidente do Conselho [Salazar], habituado a ponderar muitas das questões da vida nacional pelos parâmetros da sua juventude, não era inicialmente muito sensível às carências das populações, neste campo da saúde e da assistência, considerando-as como qualquer coisa de natural e, talvez, de inevitável” (Neto de Carvalho *apud* Simões, 2024).

Esta é uma boa definição da ideologia profunda do regime do Estado Novo, descrita por alguém que o integrou.

Por decreto-lei de 27 de abril de 1963, foi criada a Assistência na Saúde aos Servidores do Estado (ADSE), que passou a ser opcional em 2006. Funciona como um sistema de seguro à maneira bismarquiana, sendo que a maioria das grandes instituições privadas de serviços de saúde sobrevive com o contrato com este seguro público-privado.

Em 1965, foi estabelecido um convénio entre a Previdência e os hospitais. A população coberta por seguro-doença era de 1,5 milhão da população activa, atingindo 1,7 milhão com os familiares. Tratava-se de 40% da população portuguesa (Campos, 1983).

No entanto, os ventos da mudança, sobretudo ao nível da preservação da saúde e da prevenção da doença, penetravam nos sectores mais avançados da estrutura do Estado. Com a morte política de Salazar e com o facto de Marcelo Caetano assumir a presidência do Conselho, criou-se a chamada ‘ilusão marcelista’. A persistência sem recuos da guerra colonial desde 1961, acompanhada de fortalecimento da repressão pela polícia política e de censura nos meios de comunicação e espectáculos, mostrou que a ilusão não se desmentia.

Tinha sido criado um Centro de Saúde pioneiro em Lisboa, que durou de 1939 a 1949, mas foi encerrado por ordem de Salazar e decisão do ministro do interior (Mendes, 2015, p. 69-73).

No entanto, é nesse clima que se criam os Centros de Saúde, chamados de primeira geração, por impulso de Gonçalves-Ferreira e Arnaldo Sampaio. Tratava-se de Centros de Prevenção da doença, ligados às determinantes sociais e à vacinação, mas não eram destinados ao tratamento de doenças. Os seus funcionários eram predominantemente enfermeiros e médicos de Saúde Pública. Em princípio existiria um por sede de concelho e deveria articular-se com os serviços Médico-Sociais da Previdência, destinados estes ao tratamento da doença. Na altura havia cerca de 278 municípios no continente. O plano de cobertura não foi totalmente realizado, só três dos Centros no norte do país se destacaram. E a prova é que quando se realizou o projecto dos Médicos à Periferia, em 1975, estes foram encontrar povoações onde as pessoas nunca tinham visto um médico. Explicar-se-á adiante do que tratou este projecto.

O espírito de mudança e a contestação do arcaísmo e insuficiência do Estado Novo animaram também, desde o início da ditadura, os profissionais da saúde que o contestavam. Aliás, as faculdades de medicina dos três núcleos universitários foram cenário de sucessivas lutas estudantis, tal como greves dos médicos (Morais, 2022). A organização da proposta de mudança e a sua materialização resultou de uma Assembleia Geral Extraordinária da Região Sul da Ordem dos Médicos (OM) no Hospital dos Capuchos, em 1958. Foi constituído um texto com relatores, aprovado em nova Assembleia Geral com 1.000 médicos em julho de 1959 e finalmente publicado. O relator foi Miller Guerra e era bastonário da OM Jorge Horta (Ordem dos Médicos, 2007).

Só em 1968 estabeleceram-se Carreiras de Saúde e Regulamento dos Hospitais, mas foi apenas em 1971 que foi publicada a regulamentação, mantendo-se diferentes os estatutos dos hospitais civis e dos hospitais universitários. Em 1969, os estudantes do último ano da Faculdade de Medicina de Lisboa elegeram dois delegados (Francisco Crespo e José Barbas) e conseguiram negociar a substituição do ano de estágio por dois anos de Internato Médico, remunerado (Crespo e Barbas, 2014, p. 96).

A Ordem dos Médicos na região de Lisboa e Sul conseguiu ter uma direcção à esquerda e a Polícia Política, nessa altura designada por Direcção Geral de Segurança, fez interrogatórios e prisões de médicos, encerrou e selou a sede e estabeleceu uma Comissão Administrativa em 1972.

As estruturas relativas à saúde sofreram as consequências da guerra colonial, por um lado porque o fluxo orçamental para os vários teatros de guerra retirava rendimento à ‘metrópole’ e, por outro, porque todas as pessoas do sexo masculino entre os 20 e os 40 anos, incluindo enfermeiros e médicos, foram requisitados para as frentes africanas. Os estudantes de medicina eram ‘adiados’ até se formarem.

Na década de 1970 a 1980, a Fundação Calouste Gulbenkian (criada em 1956) contribuiu com 12% da despesa do Estado em Saúde (Campos e Simões, 2014).

2. E veio a Revolução de Abril de 1974/75

Após o movimento militar, a queda da ditadura e a multidão na rua, o movimento popular não esperou nem pela Constituição de 1976, nem pela Lei do Serviço Nacional de Saúde (SNS) de 1979 para iniciar, de forma unitária, aquilo que foi de facto o novo serviço de saúde. Empregase aqui a expressão ‘movimento popular’, que é difícil de definir. Não se trata de movimentos de trabalhadores direccionados para os salários e condições de trabalho, nem se trata de ‘povo’, entidade indefinível porque heterogénea na sua história e na sua situação social e política. O movimento popular pressupõe a presença das pessoas na rua, sob a forma de multidão, sem objectivos partidários nem direcção centralizada. Pode ter objectivos políticos concretos – como nessa altura, logo a 26 de abril, a extinção da Direcção Geral de Segurança (Pide), o fim da guerra colonial e o regresso dos militares, a toponímia das ruas – ou objectivos gerais, como ‘Reforma agrária’ ou ‘Revolução Socialista’. A multidão estava na rua também por alegria e por apoio aos militares.



“As 5 Comissões de Bairro da Junta de Freguesia do Barreiro ocuparam a vivenda de Jacinto Nicola Covacich, desabitada há quatro anos, e penhorada por motivo de falência daquele falecido proprietário da *Cordoaria Nicola*, para aí instalarem um Centro Popular de Assistência. Segundo dizem, em comunicado à população, já têm médicos, enfermeiros e outro pessoal especializado para trabalharem gratuitamente no referido Centro. Elementos das comissões de bairro foram comunicar o facto ao Tribunal da Comarca declarando o fim beneficente a que foi feita a ocupação”. *Jornal do Barreiro*, n. 1235, 13 de março de 1975

2.1. Ocupações e Programas de Governo

É nessa leva de movimento popular que são ocupadas as primeiras casas devolutas para serem instalados Centros de Saúde. Os que existiam tinham instalações exíguas em prédios de habitação. No Manifesto das Forças Armadas lançado em 25 de Abril de 1974, era proclamado “lançar as bases de um verdadeiro serviço nacional de Saúde (SNS)” (Campos e Simões, 2014). O V Governo Provisório, que decorreu de 8 de agosto a 19 de setembro de 1975, presidido por Vasco Gonçalves, tinha como objectivo no seu programa “cumprir os objectivos definidos pela Assembleia do Movimento das Forças Armadas e do Conselho Superior da Revolução”, segundo o documento-guia da ‘aliança Povo-MFA’ e o “documento elaborado por oficiais afectos ao Copcon [Documento do Copcon]” seguindo os princípios e as propostas. Era um programa que defendia explicitamente a “construção do socialismo” e relações internacionais com as várias áreas da geopolítica e também “desenvolvimento das relações com os países do Terceiro Mundo”. Em relação à saúde, defendia “a nacionalização das grandes instituições particulares de Saúde e a sua integração no futuro Serviço Nacional de Saúde (SNS), cuja implementação terá que ser intensificada”. Defendia a integração dos Serviços Médicos da Previdência num sistema unificado do SNS. Dava acesso a toda a população, incluindo retornados das ex-colónias, e oficializava os hospitais concelhos dependentes das Misericórdias. Defendia “aumento do número de médicos policlínicos, no seu acto de serviço à periferia, de modo a obter uma ampla cobertura nos pequenos concelhos do continente, Açores e Madeira, impossível de conseguir no passado”. Dava primado à prevenção com “integração dos Cuidados (preventivo, diagnóstico, terapêutico e de reabilitação, no SNS)”, defendia pleno emprego para os trabalhadores da saúde e realçava a participação da comunidade, incluindo as organizações de base, defendendo a “diferenciação de médicos em Medicina comunitária”¹. Estávamos em pleno ‘Verão quente’ da Revolução portuguesa e já se preparavam as espingardas para o que viria a ser a contrarrevolução. O

¹ Programa do V Governo Provisório. *Defender a Revolução*. Linhas de Acção Programática e tarefas de transição (Portugal, 1974a).

Programa do V Governo Provisório é o mais elaborado e estruturado de todos os governos provisórios e foi resultado de personalidades muito diferenciadas intelectualmente e politicamente, que ainda hoje são autores de referência. Tinha ministros oriundos do meio católico. Não havia ministro da saúde, mas deduz-se que seria o ministro dos assuntos sociais, Francisco Pereira de Moura, que teria o assunto na sua área. É um documento-chave para se perceber o caminho que poderia ter sido seguido e não foi. Está longe de ser um documento dos “anos loucos do PREC” (Processo Revolucionário em Curso) ou de ‘sovietização’, como era designado por uma área política que se estendia do Partido Socialista a toda a direita. E é assim que ele é derrubado e substituído pelo VI Governo Provisório, que durou de 19 de setembro de 1975 a 23 de julho de 1976, presidido por Pinheiro de Azevedo e contendo ministros do Partido Social-Democrata (PSD) e do Partido Socialista (PS), entre eles Ernesto Melo Antunes. Tinha um programa estrito que foi publicado em outubro de 1975, acompanhado dos discursos de tomada de posse do presidente da República (Francisco Costa Gomes) e do Primeiro-Ministro, Pinheiro de Azevedo. Ambos referem nas suas intervenções que é adoptado o socialismo e rejeitada a social-democracia (Portugal, 1975).

É interessante ler estes discursos, passados 50 anos da Revolução e a contrarrevolução. Apesar do que é dito em setembro de 1975 e publicado em outubro, logo que tomou posse, Pinheiro de Azevedo mandou colocar uma bomba no emissor da Rádio Renascença, para calar esta emissora, visto que tinha sido impossível impor o silêncio às rádios, entretanto mandadas ocupar pelos militares, os quais não obedeceram às ordens do governo e colaboraram com as comissões ou conselhos aí instalados. No final de setembro, Pinheiro de Azevedo, na figura de Presidente da República, em substituição de Costa Gomes, estando este em viagem de contactos em países estrangeiros, enfrentou-se com uma delegação de partidos de esquerda designada então ‘revolucionária’ e da discussão resultou um processo militar em relação a um dos componentes desse grupo. Duas semanas depois, Angola declarava independência unilateral e Portugal não se fez representar oficialmente, mas apenas por delegações de partidos de esquerda. Um mês depois, ocorriam os acontecimentos do 25 de Novembro de 1975.

2.2. Serviço Médico à Periferia

No entanto, logo em 15 de maio de 1974, o I Governo Provisório tinha decidido o “lançamento das bases para a criação de um SNS ao qual tenham acesso todos os cidadãos” (Portugal, 1974b). E em 23 de junho de 1975, é criado por despacho o Serviço Médico à Periferia (SMP), que durou até 1982. Os médicos que integraram o SMP em 1975 tinham acabado o curso em 1972. Fizeram um ano de prática clínica no Internato Médico. E, em 1974, os do sexo masculino ainda fizeram alguma prática militar e clínica em várias zonas do país. Estes jovens clínicos foram distribuídos pela periferia do país. Todo o movimento foi auto-organizado, com comissão própria que decidia as povoações a que eram destinados os médicos, os quais partiam em grupo, pelos meios de deslocação possíveis, equipando-se de sacos de dormir e de colchões insufláveis, preparando-se para condições desconhecidas e precárias. Instalavam-se nas velhas instalações de hospitais das Misericórdias abandonados, decidiam em grupo as tarefas, partilhavam casas (Heavenly, 2019). “Foi o melhor período da minha vida clínica” dizem os currículos de alguns clínicos dessa geração. Raros foram os que não quiseram ir e as inclinações partidárias eram diversas. Alguns desses médicos ficaram definitivamente nas colocações que eram então provisórias (Mettelo, 2018; Seabra, 2018; Varela, 2017). Na sequência desta distribuição de médicos pela periferia, foram criados núcleos distritais de especialidade e foram colocados médicos internos do Internato Geral e do Internato Complementar nos hospitais distritais, por luta das Comissões Regionais e Nacional do Internato Médico. A população recebeu de braços abertos estes médicos e algumas pessoas iam à consulta só para verem um clínico (Moraes, 2003). ‘Os de baixo’ tinham finalmente serviços clínicos gratuitos obtidos pela Revolução. Foi o Serviço Médico à Periferia que fundou o verdadeiro SNS. O movimento dos militares, da campanha de alfabetização, organizado a partir do Comando Operacional do Continente (Copcon) e com o apoio da Quinta Divisão, organizou-se muitas vezes em parceria com a estrutura dos médicos colocados à periferia, sobretudo no Centro e no Norte do país, onde havia reacção organizada ao movimento revolucionário. Depois do golpe de Estado de 25 de Novembro de

1975, houve tentativas para acabar com o Serviço Médico à Periferia, mas este manteve-se até 1982, já com o Serviço Nacional de Saúde (SNS) em vigor (Mettelo, 2018; Seabra, 2018; Varela, 2017).

Os primeiros governos constitucionais foram formados pelo Partido Socialista (PS), em resultado das eleições em 1976. O I Governo Constitucional foi de 1976 a 1978. De 1978 a 1979, constituiu-se um governo de coligação do PS com o Centro Democrático Social (CDS), partido de direita. Durante este governo não havia Ministério da Saúde, mas sim Ministério dos Assuntos Sociais, sendo ministro António Arnaud e Secretário de Estado o médico Mário Mendes. É nessa qualidade que é elaborada a lei do SNS, em uma das últimas assembleias da República no decurso desse mandato, sendo aprovada pelos deputados do PS, do Partido Comunista Português (PCP), da União Democrática Popular (UDP) e por um deputado independente. O Partido Social Democrata (PSD) e a ASDI abstiveram-se e o CDS votou contra. O PSD e o CDS votaram contra a lei na discussão da especialidade. E é já em setembro de 1979 que a lei é publicada sob a forma de portaria.

3. O ambiente internacional

Interessa aqui introduzir factos e tendências internacionais que vieram a influenciar o decurso da política portuguesa nos anos seguintes e, portanto, a evolução do SNS.

Em 1979, Margaret Thatcher, chefe do Partido Conservador, torna-se Primeira-Ministra no Reino Unido e, em 1980, Reagan ganha as eleições presidenciais nos EUA. Milton Friedman tinha ganho o Prémio Nobel da Economia em 1976 (Friedman e Friedman, 2012) e George Stigler veio a ganhar em 1982.

Para trás ficava a intervenção directa dos *Chicago boys* na política sul-americana, de que foi exemplo o golpe militar no Chile em 1973, e para a frente ficava o alastramento da teoria da prevalência do mercado como autorregulador dos preços e do fim da intervenção financeira pública social dos Estados. Entrava-se no designado neoliberalismo, sendo que aqui a contestação liberal do Estado não era a do século XIX, em prol do regime constitucionalista, mas sim a do Estado Social.

Em 1989 caía o Muro de Berlim e em dominó os regimes dos países do Pacto de Varsóvia. Ieltsin e Putin deram o golpe de misericórdia na URSS ao organizarem o golpe militar contra Gorbatchev e tomarem o poder, estabelecendo um regime ultraneoliberal, um dos mais desiguais do mundo.

Após a Revolução de Abril 1974/75, os partidos portugueses tinham sido contaminados pelo espírito da rua. O Partido Socialista defendia “a sociedade sem classes e a nacionalização dos grandes meios de produção”², o Partido Popular Democrático, liderado por Sá Carneiro, passou a chamar-se Partido Social-Democrata (PSD) para ser incluído na Internacional Socialista, não o conseguindo, e o Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias apelava à Revolução Socialista e, em outubro de 1975, à insurreição. Quanto aos partidos de inspiração maoísta, trabalhavam para a constituição do verdadeiro partido revolucionário, no modelo leninista. O Partido Comunista apoiava o Povo/MFA, o poder popular e a Reforma Agrária, mas tinha grande dificuldade em estabelecer frentes de unidade à esquerda com as outras organizações. No entanto, estas existiam nas comissões de moradores e nas estruturas de venda dos produtos da Reforma Agrária. Este era o panorama do chamado Processo Revolucionário.

Mas a reviravolta internacional veio marcar o futuro da sociedade portuguesa, das sociedades europeias e do mundo.

3.1. Avanço da direita

Em 1979/80, foi nomeado em Portugal um governo provisório de iniciativa presidencial, presidido por Maria de Lurdes Pintassilgo, cujo ministro de assuntos sociais era Alfredo Bruto da Costa, velha personalidade de católico progressista que se opôs ao Estado Novo e em nada contrariou a legislação e aplicação do SNS. Este governo só durou até à nomeação de Sá Carneiro em 1980, em representação da Aliança Democrática (AD), coligação do PSD com o CDS e com o Partido Popular Monárquico (PPM). O vazio deixado pela morte de Sá Carneiro em desastre de avião foi preenchido por um governo

² Panfleto do PS presente na exposição ‘Os dez dias que abalaram Portugal’, de 23 de março a 26 de maio de 2024 no Mercado do Forno do Tijolo, Arroios. Ver Ephemera (2024).

tendo Francisco Balsemão (PDS) como Primeiro-Ministro e Cavaco Silva como ministro das finanças em nome da AD. Esta composição governamental de direita ou com a direita durou até junho de 1983.

Com base no resultado das eleições de abril de 1983, formou-se um governo de coligação entre o PS e o PSD, que durou até novembro de 1985, designando-se por Bloco Central. Sendo Aníbal Cavaco Silva eleito presidente do PSD, recusou continuar a coligação. São convocadas eleições antecipadas, o PSD tem a maioria e Cavaco Silva é nomeado Primeiro-Ministro com um X Governo exclusivamente do PDS. Leonor Beleza é nomeada ministra da saúde. Dois anos depois, uma manobra política do recém-criado Partido Renovador Democrático (PRD) e do PCP resulta numa moção de censura ao governo, que é recusada pela Assembleia. Em agosto de 1987, há novas eleições e é nomeado Cavaco Silva, com maioria absoluta. Leonor Beleza mantém-se como ministra da saúde mais três anos. Em 1991, Cavaco Silva é de novo nomeado Primeiro-Ministro, cargo que ocupa até 1995. De 1985 a 1995, investigadores da área designam a época de “aproximação à ideologia do mercado” (Simões, 2024). Em 1986, Portugal adere às Comunidades Europeias.

Serve este enfadonho elencar de governos e seus partidos para mostrar que após 1980 e até 1995, os partidos de direita tomam conta da governação em Portugal, com um pequeno interregno de coligação acompanhado pelo PS.

Apesar de tudo, durante o período do Bloco Central foram constituídas em 1982 as Administrações Regionais de Saúde (ARS) e estabelecido o seu estatuto, o que contribuiu para a descentralização do SNS. Nesse mesmo ano estabilizou-se o estatuto das Carreiras Médicas. Em 1984 é criada a carreira de Medicina Geral e Familiar e a carreira de enfermagem.

Mas pode dizer-se que de 1980 a 1995 estabeleceu-se em Portugal uma governação de direita. Mantiveram-se as leis, liberdades e garantias conquistadas pelo derrube da ditadura, mas o movimento que ia mais além no Estado Social sofreu um desgaste sucessivo. Ao nível da estrutura económico-social, os bancos foram restituídos aos antigos donos e as terras aos latifundiários. Em relação ao Banco Espírito Santo, o poder revolucionário perdeu uma boa ocasião de escalpelizar

a estrutura de um dos antigos pilares do Estado Novo, o que evitaria a catástrofe posterior. E uma das bases financeiras da constituição de um dos grupos da Indústria da Saúde (Espírito Santo Saúde). Em 1986, passaram a ser aplicadas as taxas moderadoras.

A partir de 1980 houve, pois, uma contrarrevolução social a que se opunham a manutenção da escola pública e dos Cuidados de Saúde gratuitos, e o avanço dos interesses privados e concorrenciais nessas duas áreas. Estes serviços públicos foram sempre defendidos pela esquerda política, com diferentes graus de intensidade. Foi e é uma verdadeira luta de classes. A partir daí, as posições sociais mais avançadas daquele que tinha sido ‘o país mais livre do mundo’, segundo alguém disse, tal como a alegria, a criatividade e o entusiasmo da criação de uma sociedade nova, foram substituídas pelo espírito e organizações defensivas, que persistem até à actualidade.

Estava traçado o destino da aplicação da lei do SNS numa adaptação ao conceito neoliberal do mercado e à postura conciliatória do PS. Em 1990 foi aprovada a Lei de Bases da Saúde e o Estatuto em 1993. Os conceitos neoliberais aplicaram-se à Lei de Bases, que aceitava a competição entre o público e o privado na base do mercado. Ou seja, o Estado, por intermédio do orçamento do SNS, paga aos privados, que até podem ter preço menor, avaliado à peça, ou seja, isolado do contexto de um Serviço nacional.

A Lei de Bases da Saúde, de 24 de agosto de 1990, estabelece que o SNS pode recorrer aos serviços dirigidos por “(...) outros entes públicos ou por entidades privadas, sem ou com fins lucrativos” (Portugal, 1990a). É ainda durante esta governação que se estabelece que os órgãos de direcção e administração dos hospitais passam a ser designados pela tutela, deixando de haver eleições dos cargos clínicos directivos, o que só foi restabelecido pela ministra Maria de Belém Roseira, no governo de António Guterres, de 1999.

Quanto ao regime de trabalho, a ministra da saúde abriu a possibilidade de dedicação exclusiva dos médicos, com a seguinte redacção: “(...) sem condicionamentos e com possível alargamento da duração semanal do trabalho” (Portugal, 1990b). Isto explica que muitos médicos, defensores da exclusividade, tenham integrado a fronda de combate à ministra, que estabeleceu uma guerra de

acusações aos clínicos, chegando a ler receitas em directo na televisão, para as criticar. Conseguiu um movimento de oposição que abrangeu os médicos de todos os sectores políticos.

3.2. O ‘Espírito de 45’

A lei do SNS, que tinha sido aprovada em 1979, era inspirada no ‘Espírito de 45’, ou seja, aquele que dominou o Reino Unido e os países escandinavos após o final da Segunda Guerra Mundial.

A nacionalização das Minas e do Caminho-de-Ferro e a habitação Social foram acompanhadas do grande movimento social de trabalhadores da saúde e dos sindicatos para a criação do *National Health Service* (NHS), após o Partido Trabalhista ter ganho as eleições em 1945.

O mesmo se passou na Dinamarca, na Noruega, na Suécia e na Finlândia. A lei do NHS foi aprovada em 1948, baseada nas investigações e publicações de William Henry Beveridge, apoiante do Partido Trabalhista e autor do relatório conhecido como *Welfare State*. De acordo com o conceito desta lei e da nossa Lei do SNS, o Estado Social deve estabelecer serviços públicos financiados pelo Orçamento Geral do Estado, o qual provém da aplicação de impostos. Deste modo, a desigualdade de base de cada cidadão, quando nasceu, determinada pela família, pelo bairro e por outros factores, é compensada por saúde, instrução e habitação públicas, as quais são financiadas pelo Orçamento Geral do Estado para o qual contribuem os impostos aplicados proporcionalmente ao rendimento, seja do trabalho, seja de actividade comercial ou industrial, seja rentista.

Nos países escandinavos com grande influência social-democrata desde o início, o conceito de Estado Social era tal, que uma comissão de trabalho na Noruega criou o Estado-Providência, já em 1885. É contra este espírito que se estabelece uma governação neoliberal.

3.3. Estabelecimento da corrente neoliberal no poder

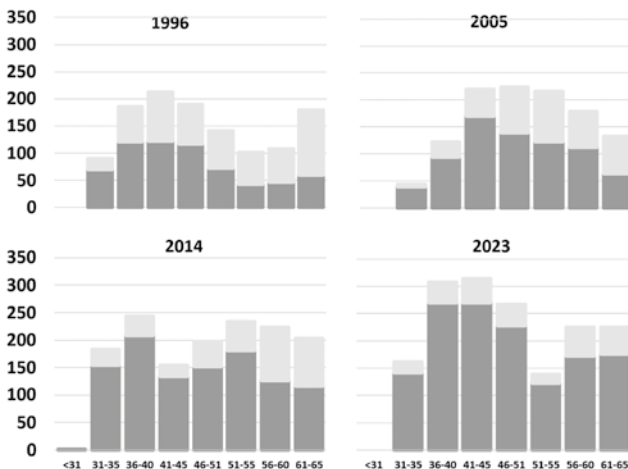
Realce-se que Aníbal Cavaco Silva esteve no poder como chefe executivo durante dez anos, tendo anteriormente feito parte do governo de direita durante dois anos. Seguiram-se mais tarde dez anos de Presidência da República. É o político profissional português com mais tempo de exercício. O seu pensamento neoliberal impregnou o

seu círculo, a sua corrente ideológica e o baixo nível e a mediocridade da discussão de ideias.

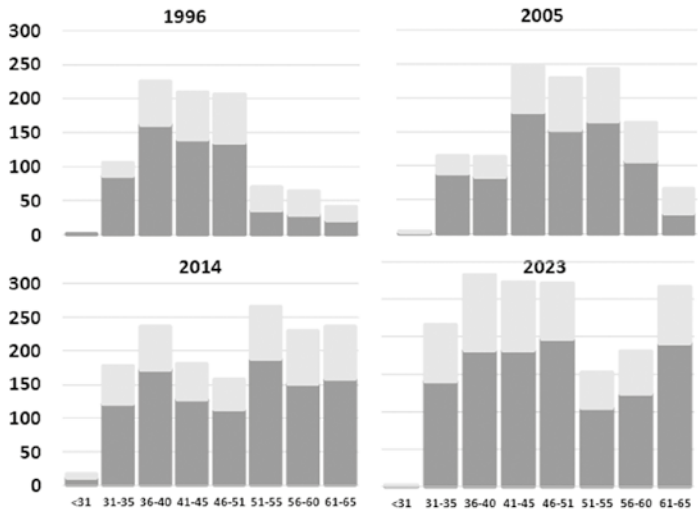
Em 1989, na revisão constitucional, deixou de contar a gratuidade completa dos serviços de saúde, para passar a “tendencialmente gratuita”. Em 1994 o governo decidiu o modelo de gestão privada dos hospitais públicos, tendo mesmo contratado empresas privadas para gerir hospitais públicos (Simões, 2024, p. 318).

A par da criação da legislação que distorceu ou mesmo reverteu o espírito da criação do SNS, os governos de Cavaco Silva determinaram aquilo que veio a ser uma das causas da situação actual do SNS, a demografia médica. O estabelecimento do *Numerus Clausus* na entrada para as Faculdades de Medicina veio produzir um estreitamento da produção de especialistas que se reflecte no quadro actual. O curso de medicina tem seis anos, anteriormente seguidos de um ano de estágio não remunerado, que foi substituído por dois anos de internato médico, ao qual se sucedia o concurso com exame de entrada no internato da especialidade, que duraria cerca de seis anos até à obtenção do título e colocação. Ao todo, intercalando períodos administrativos, o aluno entrado na Faculdade de Medicina iria ser especialista a ocupar o cargo cerca de 14 a 15 anos depois. A escassez de especialistas reflectiu-se nos anos seguintes, como pode ser demonstrado pelos gráficos que se seguem.

Portugal - Pediatria Distribuição etária

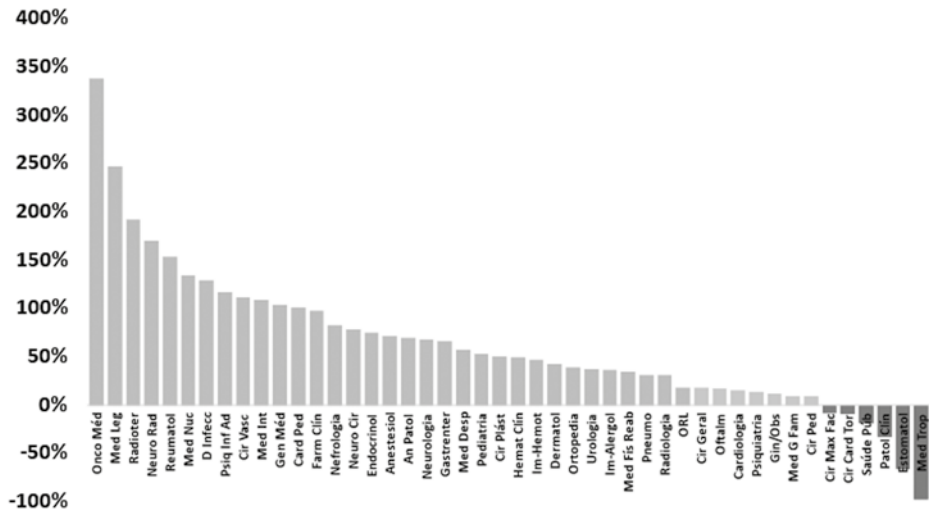


Portugal - Anestesiologia
Distribuição etária



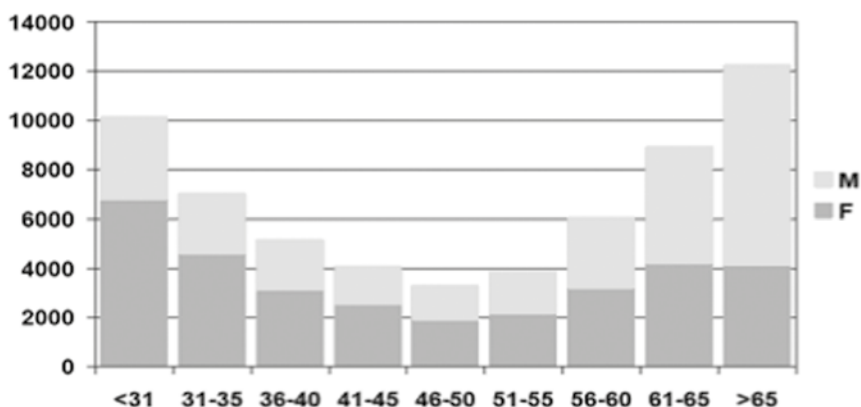
Fonte: OM - Estatísticas Nacionais

Especialistas / 100 000 habitantes
<65 anos - \triangle 1996-2023



Fonte: INE - Portal de Estatísticas Oficiais e OM - Estatísticas Nacionais

Portugal - Total dos médicos
Distribuição etária - 2016



Fonte: OM - Estatísticas Nacionais

Algumas especialidades, como pediatria, ginecologia/obstetrícia, medicina interna e anestesia, sofreram ainda mais os efeitos deste estreitamento em colo de garrafa. Só com o governo de António Guterres como Primeiro-Ministro, de 1995 a 1999, com Mariano Gago na Ciência e Tecnologia, houve uma alteração do *Numerus Clausus*: abriram três Faculdades de Medicina, estabeleceu-se a Fundação para a Ciência e Tecnologia e o ambiente universitário nesta área deu um salto em frente, prolongado nos três anos seguintes.

Olhando para estes gráficos, para as idades e situação de reforma dos especialistas mais velhos e para o abaixamento da curva do número dos especialistas, percebe-se que o número mais escasso está nas idades entre os 35 e os 55 anos, particularmente em certas especialidades. Recorde-se que, de acordo com a lei, os médicos aos 50 anos podem deixar de fazer períodos nocturnos e aos 55 anos podem não fazer quaisquer serviços de urgência. Se isto fosse aplicado, deixava de haver serviços de urgência de várias especialidades em Portugal, mesmo nos hospitais mais diferenciados. Esta disposição era ignorada na generalidade dos casos, mas após os últimos confrontos com os Ministérios da Saúde e a falta de reconhecimento da diferenciação e valor do trabalho médico, muitos são os clínicos actuais que aos 50 anos deixam de fazer serviço nocturno. E alguns que o mantêm fazendo-o ou por militância, porque não querem deixar um inevitável buraco

na escala, ou por razões económicas, visto o pagamento das horas extraordinárias acrescentar mais alguma margem ao salário.

Com este panorama de escassez de especialistas, e como vivemos em sociedade capitalista, com mercado e concorrência, os serviços privados de prestação de cuidados de saúde têm contratado especialistas com salários que podem ser o dobro do serviço público e com a vantagem de não fazerem serviço nocturno porque as grandes instituições privadas não são obrigadas a ter todas as especialidades 24 horas, como é obrigatório para os hospitais públicos designados por ‘médico-cirúrgicos’, que são os dos grandes centros metropolitanos e os das capitais distritais. A única forma de resolver os problemas actuais de urgência hospitalar, seja a urgência geral, seja a específica de obstetrícia e ginecologia, não é considerá-los um problema de ‘gestão’, como gostam de dizer os comentadores ignorantes, baseados em contas de aritmética com totais indiscriminados e espírito de empresa. Só há uma forma de reter os especialistas no SNS: paguem-lhes. Não transformaram esta sociedade no espírito do mercado e da determinação do preço pela quantidade e a procura? Os especialistas são poucos e são muito procurados. O preço tem que subir. Talvez daqui a dez anos baixe. Claro que há outras qualidades que o SNS pode oferecer. A garantia de carreiras, não por antiguidade, mas por concursos públicos, e abertura de vagas. A integração numa equipe, beneficiando e preservando aquilo que ainda existe nos serviços públicos (e poucos privados), com reuniões e decisões colectivas. Eleição do director clínico. Exclusividade opcional. Extensão dos financiamentos de investigação ao estudo clínico na área da medicina, proporcionado pelo enorme número da população observada. Pagamento da publicação dos artigos resultantes da investigação clínica nas revistas de referência, embora se saiba que para estas é um grande negócio. Cursos de formação clínica actualizada que não dependam só da indústria farmacêutica.

A generalidade dos médicos sente o SNS como seu, independentemente da sua posição política. E é com desgosto que o abandona quando tem que o fazer. É um fenómeno de pertença que se verifica em Portugal e que talvez exista no Reino Unido e nos países escandinavos, mas que não existe nos países das leis bismarquianas

(Alemanha, Holanda, Suíça), nem em França, porque nem o regime de seguro nem o financiamento por acto da *Sécurité Sociale* dão homogeneidade à estrutura e mantêm ainda, tanto o doente como o médico, num isolamento individual. Apenas os grandes hospitais desses países com longa história mantêm a sua marca, a sua tradição e o seu corpo de médicos com carreira, tal como os outros funcionários.

Em Portugal o SNS integra todos os hospitais públicos e todos os centros de Medicina Geral e Familiar. Os três institutos designados por Instituto Português de Oncologia (IPO) integram igualmente o SNS, tal como outros institutos especializados, dedicados à oftalmologia, a doenças infecciosas ou à saúde pública. Cada cidadão tem um número de utente, com o qual tem acesso a todas estas estruturas, articuladas entre si. Embora cada cidadão devesse ter um médico de família nos Cuidados Primários (CP), há em 2025 1,5 milhão de pessoas sem médico de família, embora tenham acesso ao Centro de Saúde, a médicos rotativos e às urgências hospitalares. Existe fluxo entre os CP e os hospitais, mas enfrenta a dificuldade de transmissão de dados de exames de meios auxiliares de diagnóstico. Esta circunstância leva a que os utentes recorram com muita frequência a serviços privados de realização de exames. Os utentes com ADSE têm acesso directo aos serviços privados.

3.4. Mudanças até à crise das dívidas soberanas

Os governos formados pelo PS, com chefia de António Guterres, duraram de 1995 a 2002, com três ministros da Saúde: Maria de Belém Roseira, Manuela Arcanjo e António Correia de Campos. Estes sete anos não foram suficientes para criar uma onda de alterações, nem um espírito de recuperação das ideias dos primeiros tempos do SNS. Foi, no entanto, neste período que ocorreram três decisões importantes: alterar o *Numerus Clausus*, recuperar a nomeação do director clínico por eleição e criar a terceira geração de Centros de Saúde. A ideia dos novos Centros de Saúde, chamados Unidades de Saúde Familiar (USF), era constituir unidades de gestão autónomas na base do orçamento da saúde, porém com salários dependentes não da produção, mas dos indicadores de saúde da população coberta. A experiência iniciou-se com um centro experimental (projecto alfa) e mais tarde veio a

generalizar-se. Estas USF têm três graus: A, B, C. Na A, um médico com a lista dos seus doentes e os enfermeiros e administrativos que o quiserem acompanhar constitui uma unidade autogerida, mas ainda sem vencimentos variáveis, mantendo o escalão geral. Se a experiência for bem-sucedida e se houver vontade política do ministério, passa para USF tipo B, que era o objectivo da lei. Estas USF acabaram por cobrir 62% da população já depois de 2005, com grande satisfação dos utentes e dos profissionais. O modelo C nunca existiu, mas está na lei e mostra bem as contradições dos governos socialistas. Trata-se de um modelo de gestão tipo privado, com rentabilidade de acordo com a produção. Ficou adormecido. Até que foi ressuscitado com o Ministério da Saúde do novo governo da AD, em 2024 – governo que veio a cair em março de 2025 por rejeição de Moção de Confiança no Parlamento.

De 2002 a 2004, Durão Barroso foi Primeiro-Ministro até ser nomeado presidente da Comissão Europeia e substituído por Santana Lopes, até 2005. Este período foi um descalabro em termos de nomeações para órgãos da estrutura da saúde, com carácter exclusivamente de pertença partidária. Foi também o período em que a situação do SNS estava em tal decadência e incompetência, que levou à criação de grupos de profissionais com unidade de esquerda, que contestaram a estrutura existente e fizeram propostas alternativas (Seabra, 2018). Em 2002 foi publicado o diploma que permitiu a criação de parcerias público-privadas, na base do “conceito de SNS para um novo paradigma de Sistema de Saúde misto, onde coexistam entidades públicas, privadas e sociais” (Portugal, 2004).

Em 2005 foi dissolvida a Assembleia da República pelo Presidente da República (Jorge Sampaio) e em novas eleições ganhou o PS, primeiro em maioria e depois em maioria absoluta, tendo sido governado com José Sócrates como Primeiro-Ministro até 2011. Foram ministros da saúde António Correia de Campos e Ana Jorge. Foi o período de maior aumento do orçamento para a saúde, de criação de mais USF modelo B e aumento das Unidades Locais de Saúde (ULS), acrescentando mais sete à já existente de Matosinhos, concelho localizado no Norte de Portugal, próximo do Porto. O conceito de ULS é a gestão conjunta do hospital e dos Centros de Saúde da área, o que deveria facilitar a execução de meios auxiliares de diagnóstico e a conexão em relação

às situações de urgência. No entanto, a maioria dos médicos de Medicina Geral e Familiar e a sua Associação contestaram sempre esta estrutura, alegando que ela permitia uma gestão hospitalocêntrica, em que a direcção hospitalar acabava por dirigir os Centros de Saúde. Foi também um período de conexão inorgânica entre os hospitais centrais e os centros de saúde da área, com bons resultados particularmente no que dizia respeito às consultas de especialidade. No período dos governos de 2005 a 2011 foram criados os Agrupamentos de Centros de Saúde (ACS), inicialmente contestados por alguns Centros Locais, defendendo a sua política de proximidade à população e contestando a criação de uma nova direcção central no Agrupamento, mas a estrutura acabou por criar raízes. Até que a centralização das decisões criada pela nomeação e exercício de um Director Executivo Nacional em 2022 veio, mais uma vez, demonstrar que o espírito de governação de base e a concessão à ideia de gestão tipo empresarial eram mais uma invasão do Partido Socialista pelas ideias neoliberais. De igual modo, os hospitais públicos mantiveram a gestão regendo-se por direito privado, empresarial e a contratação por contrato individual de trabalho.

Foi no período de governação de 2005-2011 que foi criado o Sistema Nacional de Intervenção Precoce, no sentido de intervir com acções preventivas e reabilitativas junto das crianças dos zero aos seis anos com alterações nas funções ou estruturas do corpo. Este sistema tem cobertura nacional, embora com algumas assimetrias.

3.5. Memorando da Troika

Em 2011 instala-se a crise financeira iniciada em 2008, com a falência do banco *Lheman Brothers* e a anunciada ‘bancarrota’ das dívidas soberanas. O governo de José Sócrates cai por votação na Assembleia da República e, em 2011, após eleições, toma posse o governo de Passos Coelho, que esteve no poder até 2015.

Passos Coelho viveu em Angola os primeiros anos da sua vida e a sua vivência do período pós-revolucionário em Portugal já não é o da alegria e convivialidade dos jovens que viveram esse período da vida nos movimentos sobretudo metropolitanos, mas foi antes o da adaptação a dificuldades de mudança, com o retorno da ex-colónia. O mesmo sucedeu com pelo menos quatro dos seus ministros, também

regressados de Angola na mesma época. O governo constituiu-se com uma coligação PDS/CDS e orientou-se por um espírito definitivamente neoliberal. Diminuiu o sector público do orçamento do Estado e os trabalhadores da Administração Pública, privatizou instituições públicas, acabou com o programa Novas Oportunidades, destinado a graduar adultos, e atacou o SNS.

O ‘Memorando de entendimento sobre condicionalismos específicos de política económica’, conhecido como ‘Memorando da Troika’, foi assinado por Portugal a 3 de maio de 2011 (Aventar, 2011).

No que respeita aquilo a que no documento é chamado sistema de saúde, são tomadas decisões expressas no papel e em alguns casos indo “além da Troika”, como disse o Primeiro-Ministro. Foram revistas e aumentadas as taxas moderadoras, foi reduzida a comparticipação do Estado nos sistemas de mutualismo – ADSE, ADM (Forças Armadas) e SAD (Serviços de Polícia) –, atingindo 50% em 2013 e o total até 2016, sendo também reduzidos os benefícios.

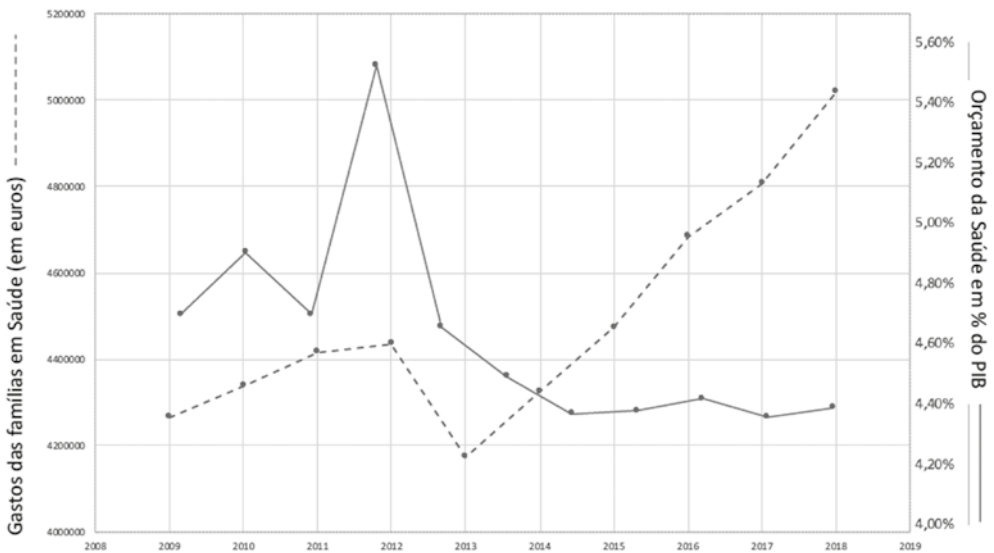
3.6. A crise financeira internacional gera o Memorando

No Memorando era estabelecida uma redução de 200 milhões de Euros (ME) nos custos operacionais dos hospitais, faseado em duas partes nos anos de 2011 e 2012, como “resultado da concentração e racionalização dos hospitais estatais e dos centros de Saúde” (Aventar, 2011). De facto, no período desse governo foram retirados cerca de 400 ME aos hospitais públicos. Nesse mesmo período aumentaram em cerca da mesma quantia os serviços pagos aos hospitais privados em verbas saídas do Orçamento da Saúde. Quanto ao regime de trabalho, foram introduzidos “regimes de tempo flexível” para reduzir “os gastos na compensação de horas extras” (Aventar, 2011). Em relação ao “mercado de trabalho”, todas as medidas foram tomadas detalhadamente em prejuízo dos trabalhadores, estando, pois, impossibilitada qualquer convenção de aumento de salários entre os sindicatos do pessoal da saúde e os ministérios da saúde e das finanças. A sociedade portuguesa reagiu, destacando-se o Movimento ‘Que se lixe a Troika’, criado em setembro de 2012, e a grande manifestação nacional de multidões contra a “Taxa Social Única”. As próprias forças de

segurança manifestaram-se contra o governo, destacando-se dentro da Polícia de Segurança Pública (PSP) os que se manifestaram (‘molhados’) e os que viraram as mangueiras contra eles (‘secos’). A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), militantes do PS, do Bloco de Esquerda e do PCP, aderiram ao movimento.

Na saúde houve também manifestações de ‘bata branca’. Durante o período de multidões na rua, tivesse o PS uma orientação e uma direcção capazes de reverter o poder político, e o governo teria caído. Assim não foi. No entanto, o país foi ‘resiliente’ mas resistiu. A 5 de outubro de 2012, reuniram-se 1.700 pessoas na Aula Magna da Universidade de Lisboa no ‘Congresso Democrático das Alternativas’ para “denunciar o memorando e rejeitar a destruição do Estado Social” (apelo da convocatória da reunião). Sem ser de forma representativa, estavam presentes alguns deputados do PS e militantes do PCP, no que anunciava a esperança possível de uma unidade à esquerda. Mas essa também foi difícil.

Gastos das famílias em Saúde versus Orçamento de Estado da Saúde em % do PIB



Fonte: INE, OCDE, construído por Bruno Maia (2021)

4. A situação social

Durante este período a situação social do país era má, o que agravava o factor das determinantes da saúde. O salário mínimo era de 485€. A taxa de desemprego, 17%. As pensões de reforma acima de 1.350€ eram taxadas até 10%. Pelo menos dois milhões de portugueses estavam abaixo do limiar de pobreza. O Banco Alimentar fornecia 300.000 sacos às famílias inscritas. Em 2012, 9.000 pessoas individuais declararam-se insolventes judiciariamente, tal como 6.000 empresas. Nesse período, 160.000 famílias estavam em atraso de pagamento aos bancos, relativo ao empréstimo bancário. Começaram os despejos decididos pelos bancos, por falta de pagamento.

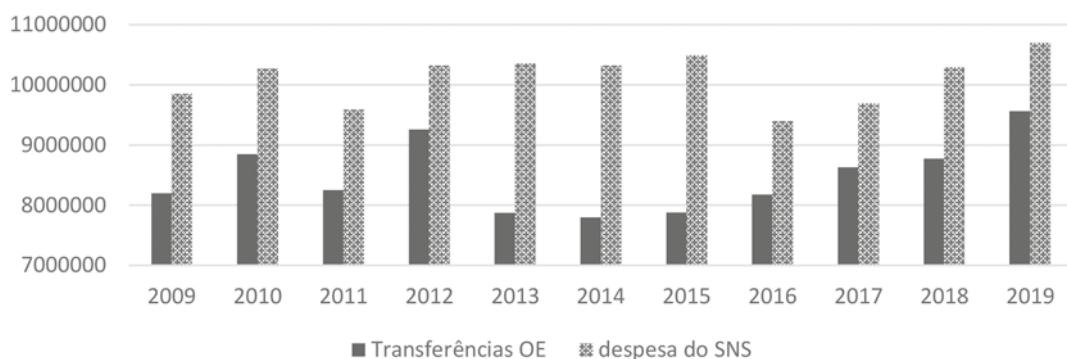
As mortes no inverno de pessoas acima dos 75 anos aumentaram 10% de 2011 para 2012. As pessoas com mais de 65 anos vivendo sozinhas não tinham a casa suficientemente aquecida em 40% dos casos. O Relatório da Primavera de 2015, do Observatório Português dos Sistemas de Saúde, diz que, apesar de terem fechado três instituições psiquiátricas para serem substituídas por uma Rede Nacional de Cuidados Continuados para a Saúde Mental, esta não existia, passados seis anos da sua criação no papel. A perda da comparticipação a 100% dos medicamentos antipsicóticos teve um resultado calculado de “97 menos dias de tratamento entre 100.000 pessoas por mês e os doentes não iam à consulta por falta de dinheiro para os transportes. Ainda de acordo com o mesmo relatório, calculava-se em 50.000 pessoas acamadas em casa por falta de cuidados continuados (OPSS, 2015).

De acordo com uma avaliação de Constantino Sakellarides: “(...) Bastou olhar para os registos médicos de uma região do país para se identificar um aumento, de um ano para o outro, de 30% nos diagnósticos de depressão e de cerca de 40% nas tentativas de suicídio” (OPSS, 2015). Fidalgo de Freitas, vice-presidente da Sociedade Portuguesa para o Estudo da Saúde Mental, dizia que a maioria dos doentes com problemas de saúde mental estava entregue a instituições religiosas e misericórdias e falava de “interesses económicos” e de um regresso a um modelo “asilar” e “assistencialista”. Mesmo entre os projectos integrados na Rede finalmente legislada em 2015, 13 dos 20 ficaram entregues a instituições religiosas e misericórdias (Gomes, 2015).

Entretanto, os Centros de Saúde com atendimento de urgências, que eram apontados por vários sectores como solução para o ‘entupimento’ hospitalar, baixaram de 276 para 94 em dez anos (WHO, 2012). A crise nas urgências hospitalares levou ao pedido de demissão das equipas médicas de urgência nos hospitais Fernando da Fonseca (Amadora-Sintra) e Garcia de Orta. Entre 2011 e 2014, saíram 2.719 trabalhadores dos hospitais públicos, entre eles milhares de médicos (Notícias ao Minuto, 2015).

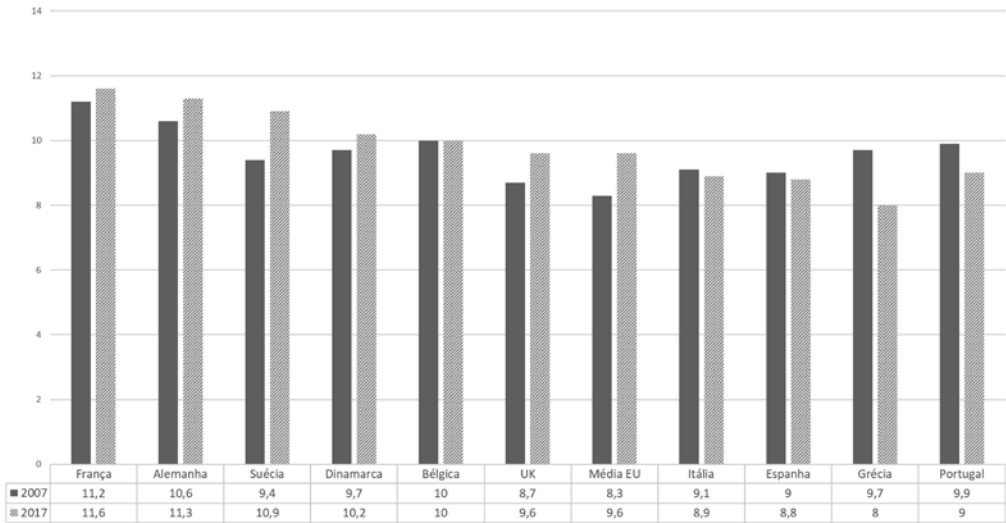
Entre 2010 e 2015, a despesa no SNS teve um corte de 942 ME (passou de 9.571 ME para 8.629 ME). A despesa total em saúde baixou de 9,9% do PIB em 2009 para 8,6% em 2016. Atendendo ao aumento de preços entretanto acontecido seria um corte de 1.550 ME⁽²¹⁾. Em 2015, de acordo com a *‘Health at a Glance’* desse ano, as famílias portuguesas pagavam 27,2% das despesas da saúde, o terceiro país da Europa de cima para baixo, atrás da Grécia e da Hungria (Rosa, 2025).

A suborçamentação crónica



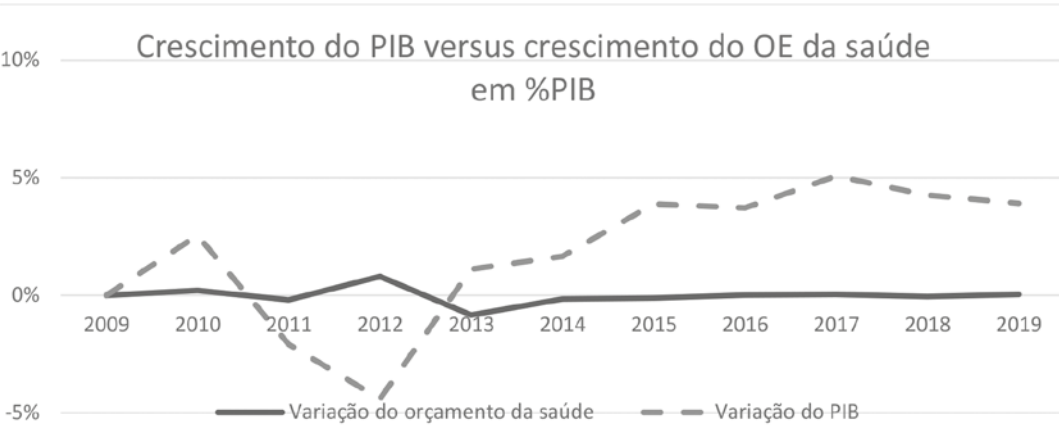
Fonte: Rosa (2025)

Despesas com saúde em % do PIB

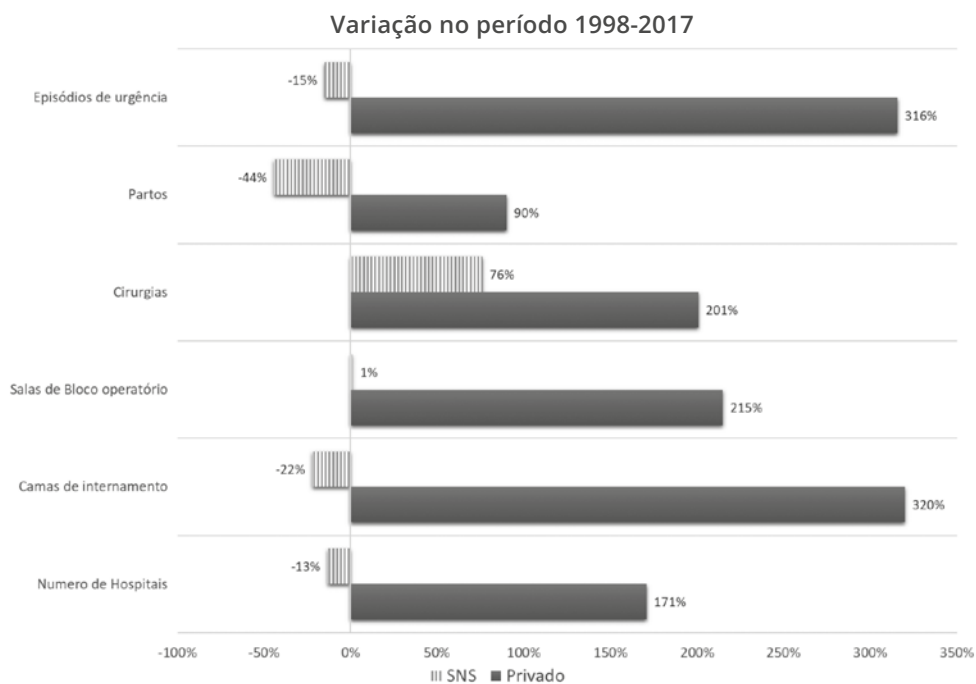


Fonte: Rosa (2025)

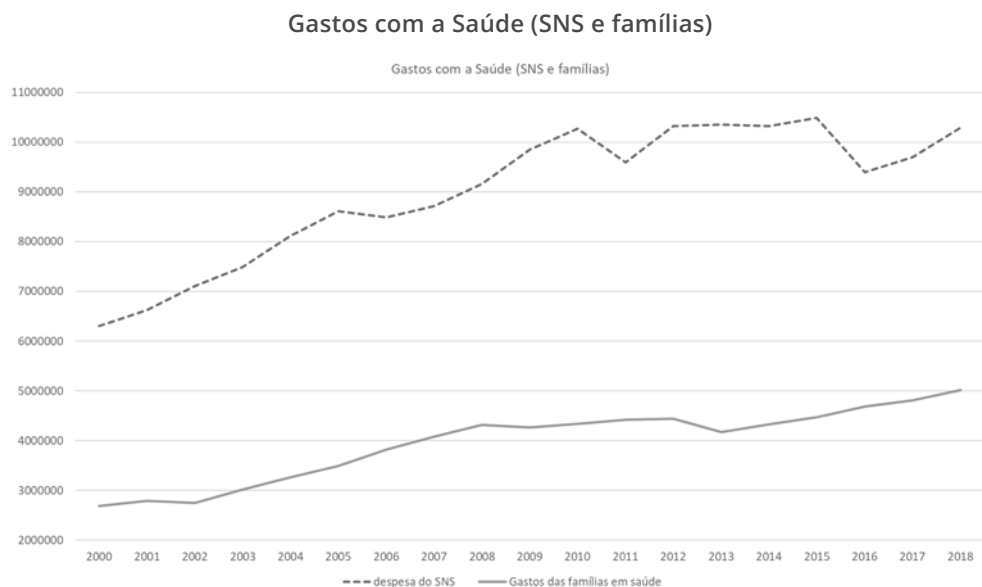
Crescimento do PIB *versus* crescimento do OE da Saúde em % PIB



Fonte: Rosa (2025)



Fonte: Rosa (2025)



Fonte: Rosa (2025)

4.1. As vítimas do neoliberalismo

As medidas da Troika para os países ‘assistidos’ foram a machadada final no Estado Social para as populações em causa. A falha de supervisão da ‘sociedade de roleta’ financeira, cujos números deixaram de corresponder à produção material, os créditos ampliados em bolha, porque quanto mais crédito mais taxa, a falência dos bancos, iniciada nos EUA em 2008 e com repercussões na Europa, rebentando na crise das dívidas soberanas em 2011 (quais dívidas, a quem e com que causas?), e as medidas tomadas em relação aos países ‘gastadores’ e ‘devedores’ (das compras e dos juros aos países ‘bem comportados’) submeteram Portugal, Grécia, Espanha e Irlanda a medidas de austeridade. Estabeleceram-se pobreza, miséria, fome e sofrimento, abrangendo milhões de pessoas (INE, 2015).

414

Os sistemas de saúde foram os mais afectados. Nos outros países da Europa, houve consequências que se reflectiram também sobre os serviços de saúde e que ainda hoje são evidentes em países como a França e o Reino Unido. Estes efeitos eram evitáveis, mesmo dentro do sistema. A Islândia recusou a ortodoxia económica, declarando que a sua população não iria pagar os problemas criados pelos bancos, e conseguiu não cair, obtendo, na austeridade, a coesão social. A Alemanha aumentou os impostos e assim atravessou a crise. É a altura em que se começa a empregar frequentemente a palavra resiliência (OPSS, 2015). Os índices de desigualdade aumentaram em todos os países (Carmo, 2021).

Karl Marx não poderia imaginar a evolução do capitalismo no sentido da roleta do mercado financeiro, mas chega a evocar Lutero para citar escritos deste em que o teólogo considera “pecado” transacionar dinheiro sem base em coisas produzidas materialmente (Marx, 1997).

Em Portugal, os vencedores ideológicos, os defensores do mercado como regulador e contrários ao uso do orçamento para investimento no Estado Social, falavam em ‘bancarrota’ provocada pelo governo Socialista e assustavam com falta de fundos para pagamentos de pensões e desemprego, o que era falso, pois a Segurança Social e a Caixa Geral de Aposentações tinham reservas suficientes. Ainda hoje, no discurso político de direita e sobretudo de extrema direita, a

crise financeira de 2008, que incluiu Portugal, é atribuída ao governo Socialista e ao seu Primeiro-Ministro. De notar, que uma parte da população portuguesa desconhecia e desconhece que a crise era internacional, por falta de informação. Raros comentadores nos meios de comunicação relacionavam a crise portuguesa com o domínio dos bancos e do sistema financeiro.

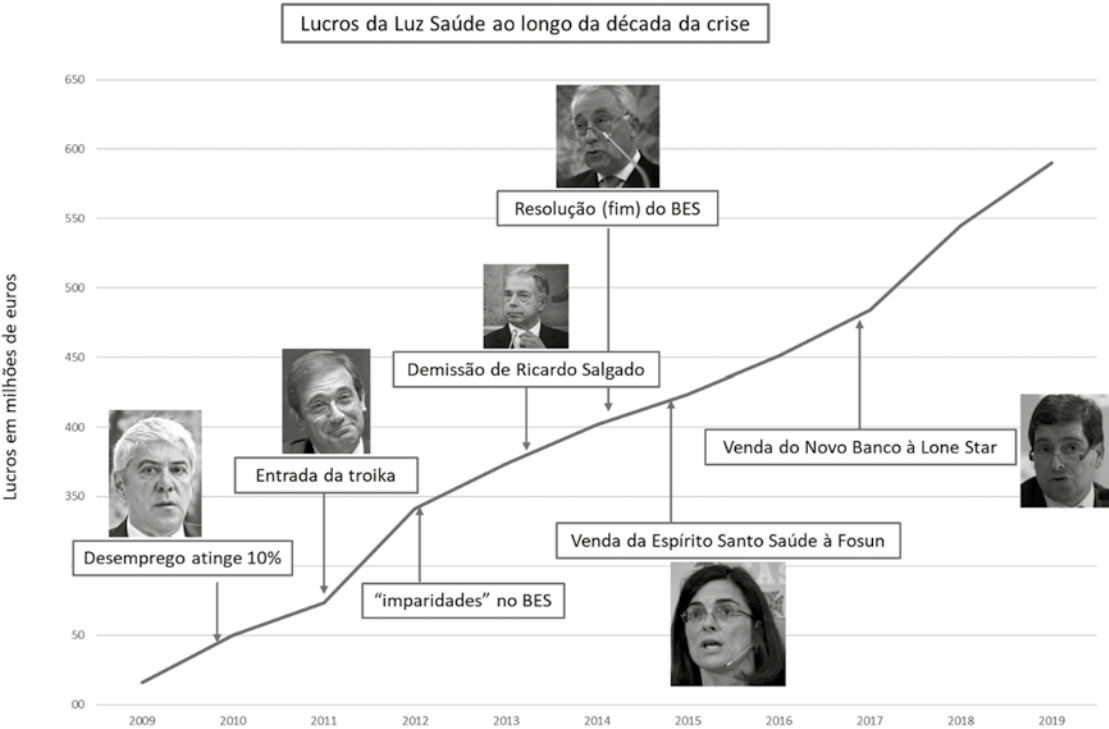
Entretanto floresciam as empresas privadas da saúde, às quais o SNS pagava serviços que desistia de fazer internamente. De 2014 a 2022, cresceu a aquisição de bens e serviços. Uma parte deles era e são serviços clínicos.

Grupos Económicos

Grupos económicos	Camas (2018)	2019
CUF Saúde	569	+ 200
Lusíadas	494	
Luz Saúde	714	
Trofa Saúde	440	
	2217	

Fonte: Carvalho (2019)

De destacar que a Espírito Santo Saúde (Luz Saúde) se estreou na bolsa a 12 de fevereiro de 2014. Aproveitando o preço baixo, Ricardo Salgado adquiriu logo nessa sessão e na seguinte 25.230 acções para a Espírito Santo Saúde, onde passou a controlar 100.000 acções. Mais tarde, e dada a crise judicial do grupo, foi vendida a uma empresa chinesa (Maia, 2021).



Fonte: Maia (2021)

Foi um período de sucessivo aumento do fluxo financeiro saído do orçamento para serviços privados ao nível de tratamentos ou exames que poderiam ser feitos dentro das instituições do SNS: patologia clínica, imagiologia, endoscopias, fisioterapia. Infelizmente esse fluxo não parou de crescer, apesar de estarem destinados 301 ME no Orçamento Geral do Estado de 2022 para internalização de actividade clínica.

Aquisição de bens e serviços – Ano 2022

Aquisição de bens e serviços (total)	7.346 ME
Bens e serviços clínicos	1.400 ME
Despesas com o pessoal	5.204 ME

Fonte: Portugal, 2022

De notar que a aquisição de bens e serviços no total era superior às despesas com o pessoal e que os bens e serviços clínicos pagos a privados podiam ser internalizados. Referimo-nos a análises clínicas, radiologia, medicina física e de reabilitação, endoscopias gastroenterológicas, ardiologia, medicina nuclear, anatomia patológica e pneumologia e imunoalergologia. Não está incluída a hemodiálise.

Os cheques-dentistas baixaram 7.028 milhares de euros de 2010 para 2016, o que levou a grandes défices na saúde oral, sobretudo nas crianças.

Nas novas eleições em 2015, a coligação PDS/CDS foi a mais votada, mas o programa proposto caiu no Parlamento por maioria dos partidos de esquerda. Neste período veio a prevalecer no Bloco de Esquerda (BE) a linha defensora da unidade e a coligação Livre/Tempo de Avançar forma-se com relevância para esse sentido político.

O PS é indigitado pelo presidente Cavaco Silva para formar governo com a garantia da estabilidade parlamentar, assegurando as votações do BE e da CDU (PCP + Partido Ecologista ‘os Verdes’). Deste modo o PS forma governo com o acordo de apoio parlamentar do BE e da CDU, naquilo a que foi chamado ‘geringonça’. Durante os três anos que durou este acordo, nunca foi possível uma reunião conjunta dos três partidos e o PS/governo reunia separadamente com o BE e a CDU. A ala esquerda do PS tinha-se tornado maioritária e a vida parlamentar dos três partidos era mais fácil. Em 2019 este governo vem a cair no Parlamento por votação contra o Orçamento Geral do Estado da parte do BE e CDU e, nas eleições de 2019, o PS vem a ter maioria absoluta, até cair em final de 2023 por um golpe do Ministério Público.

5. Unidade de Esquerda, Nova Lei de Bases e covid-19

Entre 2016 e 2023, há a destacar três factos de merecimento na área da saúde. Foi aprovada no Parlamento a Nova Lei de Bases da Saúde, a 19 de julho de 2019, e publicada a 4 de setembro de 2019, na letra da qual é revertida a colaboração com as instituições privadas. Na Lei de Bases anterior, a palavra ‘complementar’, referida aos serviços privados, é substituída por: “(...) podendo, de forma supletiva e temporária, ser celebrados acordos com entidades privadas e do sector social, bem como com profissionais em regime de trabalho independente,

em caso de necessidade fundamentada” (Portugal, 2019). No mesmo documento, estabelece-se que o Estado deve valorizar a “dedicação plena como regime de trabalho”, com incentivos.

A substituição da Lei de Bases então em vigor (nº 48/90, de 24 de agosto) deu lugar a uma polémica pública que fraturou o PS. O projecto do governo foi discutido em assembleia geral aberta, em que a maioria dos presentes e dos militantes do PS rejeitaram o projecto (Tornado, 2019). Por sua vez, o BE e o PCP tinham projectos alternativos, tendo o do primeiro sido elaborado por João Semedo e António Arnaud, do PS, e apresentado ao Parlamento em junho de 2018. A Associação de Médicos pelo Direito à Saúde promoveu uma reunião aberta na Fundação Calouste Gulbenkian a 21 de janeiro de 2019, com as correntes que criticavam o projecto do governo. A 19 de julho de 2019, já com a ministra Marta Temido, foi aprovada a nova Lei de Bases da Saúde, com o projecto António Arnaud/João Semedo.

A segunda situação a salientar foi a resposta do SNS à epidemia de covid-19, a partir de 2 de março de 2020. O pico máximo de letalidade ocorreu entre março e abril de 2020, com 45 mortes por milhão de habitantes. O pico de novos casos ocorreu entre final de 2021 e início de 2022. Ao longo da crise, o máximo de incidência foi atingido na região de Lisboa e Vale do Tejo. Logo no início da pandemia, os hospitais privados não recebiam doentes com diagnóstico de covid e só aceitavam mulheres para parto se tivessem um teste negativo. Os defensores do uso das instituições hospitalares privadas pretendiam receber os doentes não covid dos hospitais públicos, a cargo do SNS. Só no final, duas das instituições abriram algumas camas de cuidados intensivos com esse fim. O SNS não cedeu, mas a batalha contra o governo, a Direcção Geral de Saúde e a ministra da saúde atingiu níveis em que foi perdida toda a compostura e decência. O SNS, logo no início da epidemia, recorreu, e bem, aos serviços privados de patologia clínica porque os hospitais e institutos públicos não eram suficientes para dar resposta às análises. Não era o caso das urgências e dos internamentos, em que o SNS adaptou-se às necessidades, organizou os ‘covidários’ e serviços de transição de urgência, instalou Cuidados Intensivos de alta referência, mudou enfermarias e mostrou uma grande dedicação dos seus profissionais. Enquanto isso, os partidos de direita, algumas

instituições, personalidades e mesmo alguns profissionais fizeram uma campanha, sobretudo nos grandes meios de comunicação, em que as palavras ‘caos’ e ‘medicina de guerra’ eram repetidas. Durante meses os vários canais de televisão usavam repetidas imagens de arquivo de doentes em situação de emergência, assustadoras. As imagens das filas de ambulâncias que corriam para as urgências dos hospitais centrais foram filmadas durante três dias e repetidas durante todo o tempo da epidemia. Pode dizer-se, com razão, que esta campanha prejudicou o estado mental da população. Apesar disso, investigadores sensatos e o próprio governo falavam objectivamente e aconselhavam. No Relatório de Primavera de 2022, os relatores escreveram: “(...) o país, o povo, as organizações públicas e privadas, as instituições e poderes políticos, ante tão, tão excecional situação, fizeram o melhor que lhes foi possível, tendo em conta as capacidades disponíveis (...)” (OPSS, 2022).

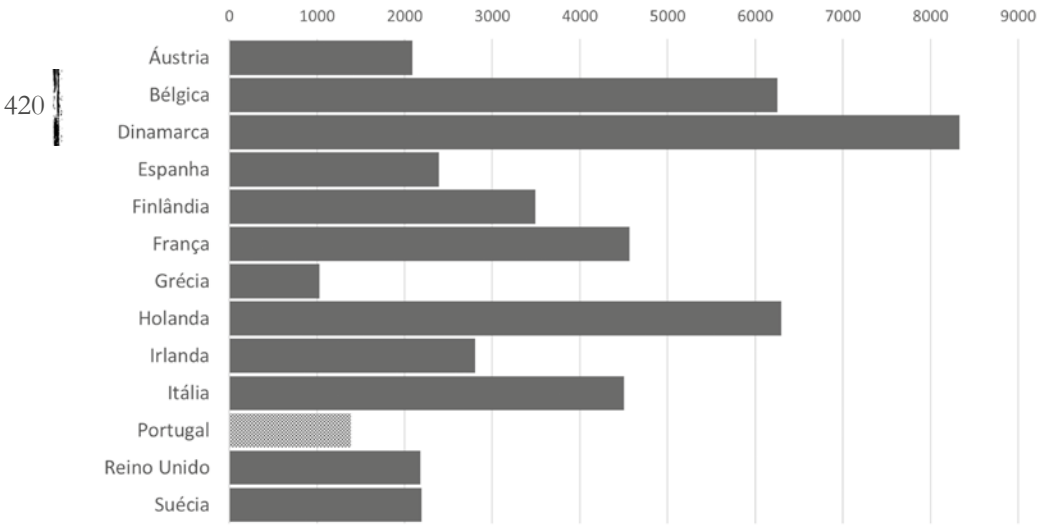
Avaliados os dados de letalidade por covid-19 em países seleccionados, considerando mortes por 1.000 habitantes, os EUA ficam à cabeça, com 3.330, segue-se o Brasil com 3.248, o Reino Unido com 3.056 e depois um grupo de países: Portugal com 2.610, Espanha com 2.566 e França com 2.464. A Alemanha teve 2.023. Estes números poderão ter relação com os respectivos sistemas de saúde e situação social (Wallaci, Goldsmith-Pinkham e Schwartz, 2023). No entanto, a privatização e comercialização da saúde é uma corrente que percorre a Europa. Em junho de 2019, 66 deputados do Parlamento Europeu, provenientes de partidos europeus de vários países, constituíram uma rede contra essa realidade.

A terceira ocorrência deste período, que foi de 2016 a 2023, foi a constituição de associações de defesa do SNS, com composição unitária que vai do espectro do Bloco de Esquerda ao PCP e, sobretudo, muitos independentes. Nesse aspecto houve um salto qualitativo. A luta por um Registo de Saúde Electrónico (RSE) com Processo Clínico Único (PCU) do cidadão para todas as instituições que frequenta, a luta por carreiras, a denúncia do baixo orçamento para a saúde e a denúncia do fluxo financeiro do público para o privado têm estado presentes neste conjunto de associações a que temos chamado ‘Plataforma Reforçar o SNS’. Enquanto Marta Temido foi ministra da saúde, este conjunto de associações fez várias sessões públicas e, em algumas delas, com a

presidência ou presença da ministra. Em 2018, a pujante Associação Nacional das USF dizia que “transportamos cicatrizes e alguma sabedoria de mil batalhas perdidas e algumas ganhas” (Botelho, 2015).

Embora neste período tenha havido os factos, as respostas e as circunstâncias benéficas que destacámos, o governo do PS, sobretudo após ter maioria absoluta, não soube, não quis ou não pôde tomar as decisões e executá-las no sentido de salvar o SNS do seu enfraquecimento em profissionais, do conceito de gestão (Direcção Executiva criada em 2022), da mercantilização e da saída contínua de ‘encargos no sector convencionado’. E podia tê-lo feito.

Salários dos médicos mais baixos em euros (Europa)



Fonte: Rosa (2025)

Era possível o restabelecimento de carreiras na saúde, particularmente dos médicos, com uma subida significativa dos salários, de modo a fixar os especialistas nos serviços públicos. Qualquer comparação com outras carreiras da Administração Pública, que também devem ser actualizadas, é não olhar para a realidade e para a urgência, no sentido literal da palavra. É não olhar para o mercado, o

tal que foi restabelecido. É não olhar para a demografia médica. Esta seria a primeira solução para salvar o SNS. A Lei da Dedicção Plena, de 7 de novembro de 2023, convencionada com um dos sindicatos, o SIM, é lesiva dos direitos de exercício dos médicos. Era possível e não foi feito. Era também possível acelerar o equipamento dos Cuidados de Saúde Primários na base dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), de modo a responder nesse nível de acessibilidade à maioria das urgências que vão parar aos hospitais (6 milhões por ano). Não foi feito. Era possível começar a planificar e executar o RSE e o PCU, na base dos fundos para a Digitalização da Saúde do programa do PRR. Não só não foi feito como foi deixado a serviços técnicos que não passam de facto nem pelo Ministério da Saúde nem por médicos. Era possível avançar nas construções hospitalares que esperam há vários anos a sua concretização, arrastando-se o seu investimento nos vários orçamentos gerais do Estado até 2023.

O número de camas hospitalares para doentes agudos, incluindo as pediátricas e excluindo as das especialidades, decresceu deste modo:

Camas por 100.000 habitantes	
1994	2021
232,3	207,0

Fonte: Pordata (2021)

Cerca de um terço dos hospitais têm mais de 50 anos. As taxas de ocupação nacionais subiram para 90% e as regionais para 95%, o que significa, em termos de gestão hospitalar, a presença permanente de macas nos corredores ou nos serviços de urgência (INE, 2025; Pordata, 2021).

Era possível aumentar as instituições público-privadas de Cuidados Continuados, que vivem na tangente de uma Segurança Social tardia e indiferente. A acumulação de ‘camas sociais’ nos hospitais que só deviam ter camas de doentes agudos, as situações de instituições de doentes acamados ocultas e de instituições privadas de alto custo são um dos panoramas da desigualdade social, quando ela se manifesta nas idades em que os cidadãos deixam de ser produtores. É um dos carimbos da sociedade mercantilizada e financeirizada.

6. O SNS da Revolução em contraciclo com poderes mundiais

Se tentarmos fazer uma síntese do percurso político dos últimos 50 anos em Portugal, a questão da saúde pode ser um marcador da evolução que a população portuguesa, as suas organizações e dirigentes têm percorrido, sempre em contingência com a evolução europeia e mundial.

Em Portugal houve uma Revolução em 1974/75, num país de fraco desenvolvimento industrial, com predomínio de um espírito ruralista e beato em grande parte do território, e um analfabetismo que marcou gerações. Houve Revolução porque houve nacionalização dos escassos grandes meios de produção, houve nacionalização dos bancos, ocupação dos latifúndios por cooperativas e ocupação de casas devolutas. O movimento popular esteve na rua, sobretudo nas áreas metropolitanas. O V Governo Provisório, em 1975, tinha um plano para o país, suportado por organizações de base. Não havia ‘sovietização’ do país, como dizia a direita. A nenhum dos últimos governos provisórios passou pela cabeça nacionalizar as pequenas e médias empresas (PME), que constituem a maioria do tecido empresarial do país. A banca nacionalizada poderia apoiar as PME viáveis e as cooperativas industriais ou agrárias. A comunicação social e os quartéis eram na sua maioria apoiantes desta evolução. Esta aposta era possível? É difícil responder a esta pergunta, para a qual só existem respostas também possíveis. O entusiasmo que houve nas escolas, nas instituições de saúde, nas ruas e nos bairros colocou a hipótese de um pequeno país em liberdade e democracia a lutar pela igualdade e a inovar. Apesar de todas as contradições, avanços e recuos, Portugal tem uma população em que não há nenhuma pessoa sem alfabetização até aos nove anos; a mortalidade infantil passou de 88,8 por mil nados vivos em 1961 para 2,8 por mil nados vivos em 2019. Na União Europeia (UE), a média era 4,2 por mil nados vivos em 2023 (Eurostat, 2025); a mortalidade materna caiu de 59 por 100.000 para 8,8 em 2022; a esperança de vida ao nascer passou de 64,7 (H) e 71,1 (M) para 78,2 (H) e 83,9 (M) em 2023. Em 2001, a Organização Mundial de Saúde (OMS) classificou o SNS português em 12º lugar entre os melhores a nível mundial. No

entanto, o mundo desenvolveu-se ao contrário. ‘Portugal não será o Chile da Europa’, gritava-se nas manifestações de apoio, em Roma. Não foi. Mas a teoria e a prática do conceito da ‘liberdade de mercado’, da mercantilização e do domínio financeiro ganhavam poder e chamou-se ‘democracia liberal’ ao estabelecimento do Parlamento por eleições, à votação da Constituição e à separação de poderes, com manutenção das liberdades, que ficaram. Todavia, simultaneamente estabeleceu-se o modelo económico-social europeu, por meio do golpe de Estado de 25 de Novembro de 1975, planeado desde o verão de 1975, e impedido de se tornar num golpe de extrema direita pela presença do PS e dos militares moderados do chamado ‘grupo dos nove’, dirigido por Melo Antunes, que teve conversações prévias com Álvaro Cunhal. Sob ponto de vista económico-social, foi a contrarrevolução. Os bancos, as terras e as empresas foram devolvidos aos antigos donos. No mundo, caminhava-se para as vitórias de Margareth Thatcher e Ronald Reagan.

A lei do SNS, aprovada em 1979, vinha com um atraso de mais de 30 anos em relação ao ‘espírito de 45’ e à ideia do Estado Social. A partir daí a luta pelo SNS esteve sempre em contraciclo com a tendência mundial. A legislação portuguesa não acabou com o SNS e a educação pública, mas a governação funcionava como uma força contrária. Na Europa, a tentativa de um governo à esquerda de François Mitterrand, de 1981 a 1985, tinha feito concessões às forças de direita; no Reino Unido o Partido Trabalhista perdia força e o Partido Conservador estabeleceu-se por vários anos; na Alemanha, o Partido Social-Democrata era substituído pela CDU. O Partido Socialista português sofreu a influência dos partidos da Terceira Via da Internacional Socialista, de que foi figura destacada Tony Blair (Primeiro-Ministro de 1997 a 2007), do Reino Unido. Ou seja, os partidos Social-Democratas ou Socialistas ou Trabalhistas, herdeiros do nome e da estrutura dos primeiros partidos europeus de defesa dos trabalhadores contra os detentores do capital, no século XIX, evoluíram no século XX para regimes social-democratas cedo instalados na Escandinávia e um regime socialista num só país, de 1917 a 1926. Atravessados por duas guerras alimentadas pelos grandes grupos industriais em ascensão, derrotado o nazismo como regime, retomaram com o ‘espírito de 45’ as ideias dos partidos fundadores. Vieram a confrontar-se na Europa

as ideias do Estado Social (*Welfare State* de Beveridge) com as ideias do Mercado e do Comércio Livre, da chamada escola de Chicago. Esta última venceu e culminou com a derrota e humilhação de alguns países do Sul da Europa. Portugal esteve entre eles e, mais uma vez, o governo não decidiu acabar na legislação com o SNS, tal como no Reino Unido não acabaram com o NHS, mas corroeu o tecido dos serviços públicos de modo a deixá-los ‘no osso’ (Abrantes e Simões, 2023). Os partidos chamados de esquerda e seus eleitores não foram capazes de se opor de forma eficaz e executiva a esta marcha de corrosão do Estado Social, que leva a problemas concretos de habitação, alimentação, saúde e pobreza, panorama ideal para triunfar a extrema direita com o discurso das responsabilidades da corrupção, da emigração, da insegurança, trazendo na pasta as soluções, como fez na Alemanha e na Itália no final dos anos 1930 do século XX. A trajectória é esta. E como lembram os nossos colegas espanhóis, evocando António Gramsci (*apud* Bayle e Crisbasian, 2023): “*o velho mundo está a morrer. O novo tarda em aparecer. E nesse claro-escuro surgem os monstros*”.

Referências Bibliográficas

ABRANTES, A. e SIMÕES, J. Thinking ahead: Portugal Health in 2027. **Portuguese Journal of Public Health**, 28 mar. 2023.

AVENTAR. **Memorando da Troika**, 2011. Disponível em: <https://aventar.eu/2011/05/04/memorando-da-troika-em-portugues/>. Acesso em: 09 out. 2025.

BAYLE, M. S. e CRISBASIAN, M. **La Sanidad pública en la era post-Covid**. Los libros de la Catarata, Madrid, 2023.

BOTELHO, H. **7x7 Medidas Novo Ciclo dos Cuidados de Saúde Primários (2015-2018)**. Porto: Edição USF-AN, 2015.

CABRAL, A. “A Saúde: o antes e o depois do 25 de Abril. Defesa do SNS”, In: CARMO, I.; MENDES, J. e CARVALHO, J. D. de **O Direito à Saúde – o papel vital do SNS**. Porto: Edições Afrontamento, 2025.

CAMPOS, A. C. de e SIMÕES, J. **40 anos de Abril na Saúde**. Coimbra: Almedina, 2014.

CAMPOS, A. C. de. **Saúde, o custo de um valor sem preço**. Lisboa: Ed Portuguesa de Livros Técnicos e Científicos, 1983.

CARMO, I. do; Kornetis, K.; RODRIGUES, S. **Três Ditaduras na Europa Ocidental**. Lisboa: Dom Quixote, 2024.

CARMO, R. M. Social inequalities: theories, concepts and problematic. **SN Social Sciences**, Cham, v. 1, n. 5, p. 113, 2021. DOI: 10.1007/s43545-021-00134-5.

CARVALHO, J. D. de. As instalações e equipamentos no SNS. **Tecno Hospital**, n.º 95. Lisboa: Set./Out. 2019. p. 38-47.

CRESPO, F. e BARBAS, J. Internato Geral SNS. **Revista da Ordem dos Médicos**, Lisboa, nov./dez. 2014.

EPHEMERA – **Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira**, 2024. Disponível em: <https://ephemerajpp.com>. Acesso em: 07 abr. 2025.

EUROSTAT. **An official website of the European Union**. 2025. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat>. Acesso em: 07 abr. 2025.

FRIEDMAN, M. e FRIEDMAN, R. **Liberdade para Escolher**. Lisboa: Ed. Lua de papel; Leya, 2012.

GOMES, C. Doentes psiquiátricos falham consultas por falta de dinheiro para o transporte. **Público**, 16 jun. 2015. Disponível em: <https://www.publico.pt/2015/06/16/sociedade/noticia/doentes-psiquiatricos-nao-vao-as-consultas-por-falta-de-dinheiro-para-o-transporte-1699052>. Acesso em: 09 out. 2025.

GONÇALVES-FERREIRA, F. A. **Sistemas de Saúde e seu funcionamento e História da Saúde e dos Serviços de Saúde em Portugal**. Lisboa: Ed. Fundação Gulbenkian, 2015.

HEAVENLY. **O meu serviço médico à periferia**, 26 set. 2019. Disponível em: <https://vascotrancoso.blogspot.com/2019/09/o-meu-servico-medico-periferia-de-1975.html>. Acesso em: 09 out. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Dados divulgados no Dia Mundial da Saúde**, 07 abr. 2015. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main. Acesso em: 02 fev. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Camas dos Hospitais por localização geográfica**. 2025. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_

indicadores&contecto=pi&indOcorrCod=0012859&selTab=tab0.
Acesso em: 09 out. 2025.

LECOUR, H. A Medicina em Portugal em 1958. **Revista da Ordem dos Médicos**. Lisboa, mar./abr. 2010.

MAIA, B. **O Negócio da Saúde** – como a medicina privada cresceu graças ao SNS. Lisboa: Bertrand Editora, 2021.

MARX, K. **O capital**. Livro Primeiro, Tomo III. Lisboa: Edições Avante!, 1997.

MENDES, J. T. Centro de Saúde em Lisboa. **Revista da Ordem dos Médicos**. Lisboa, jul./ago. 2015.

METTELO, M. **E um dia vieram os médicos**. Documentário. Dirigido por Margarida Metello e produzido por Frederico Wiborg, RTP2, 1 jan. 2018. Duração: 1h10min. Disponível em: <https://www.rtp.pt/play/p4366/e-um-dia-vieram-os-medicos>. Acesso em: 14 jan. 2025

MOTTA, L. C. e THEIAS, M. M. **Arquivo do Instituto Nacional de Saúde**, 1974. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/115450/2/284083.pdf>. Acesso em: 09 out. 2025.

MORAIS, J. A. D. de. **Crónica das Greves dos Médicos em 1970 e 1971**. Lisboa: Colibri, 2022.

MORAIS, J. A. D. de. **Senhores e servas**. Um estudo de Antropologia social na primeira metade do século XX. Porto: Afrontamento, 2003.

NAMORA, F. **Retalhos da vida de um médico**. Lisboa: Ed. Inquérito, 1949.

NOTÍCIAS AO MINUTO. **Reforma tirou quase 3 mil médicos ao SNS em cinco anos**, 21 jan. 2015. Disponível em: https://www.noticiasao minuto.com/pais/332505/reforma-tirou-quase-3-mil-medicos-ao-sns-em-cinco-anos?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 09 out. 2025.

OBSERVATÓRIO PORTUGUÊS DOS SISTEMAS DE SAÚDE (OPSS). **Relatório de Primavera 2015**. Disponível em: <https://www.opssaude.pt/relatorios/relatorio-de-primavera-2015/>. Acesso em: 09 out. 2025.

OBSERVATÓRIO PORTUGUÊS DOS SISTEMAS DE SAÚDE (OPSS). **Relatório da Primavera 2022**. Disponível em: <https://www.opssaude.pt/relatorios/relatorio-de-primavera-2022/>. Acesso em: 09 out.2025.

ORDEM DOS MÉDICOS. **Carreiras Médicas**. Ordem dos Médicos. Lisboa: CELOM, 2007.

PORDATA. **Camas dos Hospitais**, 2021. Disponível em: <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/saude/prestadores-de-cuidados-de-saude/camas-dos-hospitais>. Acesso em: 09 out. 2025.

POULANTZAS, N. **The crisis of Dictatorships**: Spain, Portugal, Greece. Cambridge: Oxford University Press, 1975.

PORTUGAL. **Decreto 22.241, de 22 de fevereiro de 1933**. Diário da República. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/parlamento/documents/crp-1933.pdf>. Acesso em: 08 out. 2025.

PORTUGAL. **Programa do V Governo Provisório**, 1974a. República Portuguesa. Disponível em: <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-provisorios/gp05/programa-do-governo/programa-do-v-governo-provisorio.aspx#:~:text=A%20pol%C3%ADtica%20externa%20do%20V,nos%20assuntos%20internos%20dos%20outras>. Acesso em: 09 out. 2025.

PORTUGAL. **Decreto-lei 203, de 15 de maio de 1974b**. Diário da República. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/203-1974-623386>. Acesso em: 07 abr. 2025.

PORTUGAL. **VI Governo Provisório - Intervenções**, 1975. República Portuguesa. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc24/comunicacao/intervencoes>. Acesso em: 09 out. 2025.

PORTUGAL. **Lei n.º 48, de 24 de agosto de 1990a**. Diário da República. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/48-1990-574127>. Acesso em: 07 abr. 2025.

PORTUGAL. **Decreto n.º 73, de 6 de março de 1990b**. Diário da República. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/73-1990-332425>. Acesso em: 07 abr. 2025.

PORTUGAL. **Programa do XV Governo (2002-2004)**, 2002. República Portuguesa. Disponível em: <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc15/programa-do-governo/programa-do-xv-governo-constitucional.aspx>. Acesso: 09 out. 2025.

PORTUGAL. **Lei n.º 95, de 4 de setembro de 2019**. Aprova a Lei de Bases da Saúde e revoga a Lei n.º 48/90, de 24 de agosto, e o Decreto-Lei n.º

185/2002, de 20 de agosto. Lisboa: Diário da República. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/95-2019-124417108>. Acesso em: 09 out. 2025.

PORTUGAL. **ACSS** – Administração Central do Sistema de Saúde. 2022. Disponível em: <https://www.gov.pt/entidades/administracao-central-do-sistema-de-saude>. Acesso em: 09 out. 2025.

RIBEIRO, D. C. da C. **Políticas de Saúde no Período do Estado Novo (1933-1974)**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2018. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/115450/2/284083.pdf>. Acesso em: 09 out. 2025.

ROSA, E. “O custo de um valor sem preço”, In: CARMO, I.; MENDES, J. e CARVALHO, J. D. de **O Direito à Saúde** – o papel vital do SNS. Porto: Edições Afrontamento, 2025.

SANTOS, A. R. dos. Breve reflexão sobre a evolução económica dos países africanos de expressão oficial portuguesa: da denominação colonial às grandes questões actuais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 15, 16 e 17, mai. 1985.

SEABRA, J. Serviço Médico à Periferia 1975-1982: o embrião do SNS. **AbrilAbril**, 29 jan. 2018. Disponível em: <https://www.abrilabril.pt/nacional/servico-medico-periferia-1975-1982-o-embriao-do-sns>. Acesso em: 23 jan. 2025.

SIMÕES, J. “O Percurso das Políticas de Saúde em Portugal”, In: SIMÕES, J. (coord.); GEORGE, F.; CARDOSO, G.; NOVAIS, J. R.; JARDIM, S. V.; FRANCO, Vasco. **50 anos Depois** – As políticas sociais em Portugal. Coimbra: Almedina, 2024.

TORNADO Jornal. **Lei de Bases da Saúde**: o PS na encruzilhada. Lisboa, 09 jan. 2019, pág. 2.

VARELA, R. **História do Serviço Nacional de Saúde em Portugal**. Lisboa: Ed. Âncora, 2017.

WALLACI, J.; GOLDSMITH-PINKHAM, P.; SCHWARTZ, J. L. **Excess Rates for Republican and Democratic Registered Voters in Florida and Ohio during the Covid-19 Pandemic**. JAMA, 2023, 183 (a):917.

WHO. Regional Office for Europe. **Environment health inequalities in Europe**. Assessment Report. Copenhagen, World Health Organization, 2012.

O PÚBLICO E O PRIVADO
NA SAÚDE NO BRASIL E
EM PORTUGAL: LÉGUAS A
NOS SEPARAR?

O PÚBLICO E O PRIVADO NA SAÚDE NO BRASIL E EM PORTUGAL: LÉGUAS A NOS SEPARAR?

André Vianna Dantas

1. Introdução

Brasil e Portugal fazem parte de um conjunto bastante seletivo de países que possuem sistemas universais de saúde¹. Se particularizarmos o caso do Brasil, posicionado na periferia do capitalismo, a situação torna-se ainda mais especial. Tanto o Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro quanto o Serviço Nacional de Saúde (SNS) português resultaram de processos de luta social potentes e contemporâneos. O primeiro é produto do combate à ditadura empresarial-militar (1964-1985), que terminou por tomar o rumo de uma transição pactuada, pelo alto, e assumir a forma de uma redemocratização da vida política sem tocar nas estruturas de classes. O segundo originou-se de um processo revolucionário (1974-75), que pôs fim também a uma ditadura (neste caso, ainda, fascista e colonialista) e promoveu a ruptura da ordem então vigente, alterando significativamente as bases materiais da sociedade portuguesa – e, embora na sequência o processo tenha refluído, foi a Revolução que fundou e ‘temperou’ a democracia portuguesa (Loff, 2022; Secco, 2005).

¹ Em Portugal, a designação ‘sistema’ para se referir ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) carrega certa carga negativa para os que defendem a sua preservação como política pública financiada e executada pelo Estado, uma vez que sugere uma equivalência entre o setor público, os prestadores privados e o setor social (Misericórdias).

Em outro trabalho (Dantas, 2025) – que se dedicou a explorar, comparativamente, justamente a relação entre os processos políticos experimentados em ambos os países, com as suas resultantes em termos de políticas sociais de grande envergadura na saúde, além de investigar os componentes históricos e conjunturais que ajudam a entender os processos de desmonte atuais que vivenciam –, aventamos, como problemáticas de estudo (ainda carentes de aprofundamento), dois fatores de naturezas distintas. O primeiro diz respeito ao resultado prático, no tempo histórico de média duração, do desenrolar dos dois processos políticos que, embora flagrantemente distintos em sua forma e conteúdo, atualmente parecem guardar mais aproximações relativas do que suas origens e desenvolvimentos tão diferentes poderiam nos fazer supor. O outro fator, inserido no registro da longa duração, que pode se constituir na base para o entendimento do primeiro, diz respeito à condição estruturalmente ‘dependente’ de ambos os países no cenário internacional capitalista, que pode nos permitir iluminar suas realidades nacionais, mutuamente, a partir da análise de base econômica e das formas políticas consequentes a esta base – ainda que não de modo mecânico.

Tais indicações não servirão aqui para nós como hipóteses a serem testadas, mas nos parece válido apresentá-las para que as tenhamos em mente quando nos debruçarmos sobre as formas atuais que tem assumido a ação privatizante de desmonte das políticas públicas e universais de acesso à saúde no Brasil e em Portugal. A nós interessam duas ordens de questões: em uma ponta, o senso comum reinante que associa a atuação do setor privado à eficiência, economia de recursos e transparência, ao cabo em que à gestão pública cola a imagem da lentidão, do desperdício e da corrupção; na outra, nos chamam a atenção os meios e o feitio através dos quais este senso comum tem sido ‘educado’.

É neste terreno que pretendemos contribuir com o debate, mas para tanto é preciso que digamos, já de antemão, de onde partimos. Para nós, a relação entre público e privado é inevitavelmente conflituosa sob relações sociais pautadas, não superficial ou lateralmente, mas

essencialmente, pela apropriação privada da riqueza socialmente produzida (Marx, 2017). Logo, não se pode (sem conflito) configurar esta relação como ‘complementar’ ou passível de equilíbrio administrável por um Estado supostamente zeloso do ‘interesse geral’, secundado por um empresariado ‘socialmente responsável’ e ambientado em uma sociedade civil ‘solidária’. Se nenhum dos elementos que em tese garantiriam essa harmonia existe na realidade dos fatos – tal como pelas lentes liberais são caracterizados –, debitar o resultado do conflito de classes à sua pior ou melhor administração por canais institucionais antes mistifica o problema no lugar de desvelá-lo.

Processos privatizantes, portanto, em velocidade mais ou menos acelerada e sob formas mais ou menos sofisticadas, têm a sua ‘economia política’. Dizem respeito, grosso modo, a ciclos, situações e conjunturas políticas, todas sob determinadas configurações de luta social. Se é assim, não podemos reduzi-los aos momentos em que se efetiva a venda direta do patrimônio público ou em que vigoram as parcerias público-privadas, as concessões e a entrega da gestão pública para particulares. E se, ademais, os chamados conflitos distributivos são a face mais nítida da vida social nas sociedades capitalistas – do centro ou da periferia –, às classes dominantes se exige um preparo para atuar sobre esta desarmonia permanente. *Si vis pacem, para bellum!*² Há muitas formas de privatização que se criam, desaparecem ou se reinventam. Este trabalho se debruçará sobre uma delas, que vem se ampliando enormemente nos últimos 30 anos sem a atenção devida, muito bem protegida que está sob o véu da filantropia. Referimo-nos à ação de entidades ditas ‘sem fins lucrativos’, que costumam representar, em bloco e de modo associado, os interesses de segmentos e frações do capital em todos os setores econômicos – entre os quais nos interessa o da saúde. Trata-se, então, como veremos, de investigar os “mecanismos do poder de classe que se baseiam na ampliação da sociedade civil” (Louçã, Lopes e Costa, 2014, p. 16).

² Célebre provérbio em latim cuja tradução é: Se quer a paz, prepare-se para a guerra!

2. Entidades sem fins lucrativos: panorama internacional e os casos de Brasil e Portugal

Institutos, associações, fundações e organizações não governamentais (ONGs) declaradamente filantrópicas ou não – que prestam serviços dos mais variados, oferecem cursos, formam quadros no empresariado e na política, empregam trabalhadores e/ou utilizam força de trabalho voluntária, financiam-se com doações de pessoas físicas e/ou do poder público, de empresas, fundações e de outras entidades sem fins lucrativos – têm se multiplicado aceleradamente nas últimas três décadas como fenômeno internacional³. Embora variem as nomenclaturas, as formas de financiamento, funcionamento e atuação, os setores e a abrangência que alcançam (regional, nacional ou internacional), bem como o enquadramento jurídico que recebem em cada país – a ação efetiva como empresas lucrativas ou como defensoras e formuladoras dos interesses empresariais no médio e no longo prazo – são, na média, o traço que lhes confere unidade (Fontes, 2020).

O seu *modus operandi* costuma cobrir dois grandes roteiros, isolados ou combinados: o primeiro diz respeito às entidades que prestam serviços de natureza pública. Atuam, como sociedade civil, onde deveria atuar o mesmo Estado (*stricto sensu*) que, diuturnamente, as financia. Na outra ponta, aparecem as entidades que não se caracterizam exatamente pela prestação de serviços (ou pelo menos de forma direta nem tampouco substancial do ponto de vista do público que alcançam) mas que combinam a forma dos *think tanks* com o conteúdo dos *lobbies*: captam recursos quase sempre volumosos (em parte ou na totalidade agraciadas com generosas isenções fiscais⁴),

³ Embora a tendência de crescimento vertiginoso dessas entidades venha obedecendo a uma lógica empresarial, não se pode dizer que na sua totalidade enquadrem-se neste feito. Há organizações de base popular, ligadas a movimentos sociais, de minorias e causas setoriais ou específicas, que efetivamente não funcionam como negócios.

⁴ Apenas a título de ilustração, no Brasil, estudo recente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco) revelou que, do montante de 523 bilhões de reais de isenções fiscais para o ano de 2024 – equivalente a duas vezes e meia o orçamento do Ministério da Saúde para o mesmo ano –, 51,88% não têm qualquer contrapartida. Isto é, a cada três reais não arrecadados pelos cofres federais apenas um real se traduziu em investimento produtivo. E ainda: entre 2012 e 2023, o montante de isenções fiscais federais cresceu 212,44%. (Disponível em: <https://pt.org.br/aos-numeros-de-r-523-bi-em-isencoes-fiscais-em-2024-r-271-bi-nao-trarao-retorno-economico-ou-social/>. Acesso em: 04 jan. 2025).

reúnem políticos profissionais, especialistas e instituições renomadas de cada setor em que decidem atuar, produzem análises e diagnósticos para abastecer os governos de ‘boas ideias’, realizam seminários, conferências e encontros que costumam contar com grande apelo midiático e dessa forma conquistam paulatinamente a legitimidade de uma ‘voz coletiva’, como ‘sociedade civil’, de modo a propor e induzir políticas públicas setoriais que atendam aos interesses empresariais ali presentes. Neste segundo universo, principalmente, é que se encontram as entidades que atuam no campo da saúde, em ambos os países, e que aqui serão objeto de nossa análise.

Se quisermos, um rápido panorama internacional desse tipo de atuação empresarial pode nos oferecer balizas para as situações particulares de Brasil e Portugal. O *Global NGO Technology Report* (2018), que se remete aos dados colhidos e compilados até 2017, traz números bastante significativos que, neste espaço, reduziremos aos pontos que nos pareceram mais importantes, quais sejam: 1) Em todos os continentes, no centro e na periferia do capitalismo, estima-se algo em torno de 10 milhões o número de ONGs existentes; 2) O impacto econômico dessa atividade é tão significativo que, juntas, as ONGs de todo o mundo seriam a quinta maior economia do planeta; 3) Até 2030, estima-se que algo em torno de $\frac{1}{4}$ da população mundial será doadora de recursos para essas entidades, o que revela o grande apelo social que exercem, como expressão de uma ‘sociedade civil do bem’; 4) Em diversos países, a participação dessas entidades nos números relativos à geração de trabalho voluntário e empregos é significativa: a título de exemplo, nos EUA, 11,4 milhões de empregados; na Inglaterra e no País de Gales, além dos quase dois milhões de empregados, há 3,2 milhões de voluntários; na Austrália, as mais de 600 mil ONGs são responsáveis por 8% da força de trabalho daquele país.

No que diz respeito ao Brasil, o Mapa das Organizações da Sociedade Civil (OSC), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), indica, em 2023, a existência ativa de 879.326 OSCs – das quais 80,9% constituem-se juridicamente como associações sem fins lucrativos –, o que representa um aumento de 7,8% em comparação com os dados referentes a 2021 (Ipea, 2024). Se quisermos notar a curva de crescimento desse tipo de entidade, vale dizer que até 2005

existiam algo em torno de 200 mil – à época denominadas Fundações e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil) (Fontes, 2020).

Sobre Portugal, segundo a Conta Satélite da Economia Social (2023), do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2020 foram identificadas 73.851 entidades de natureza declaradamente não lucrativas – que, tal como no caso brasileiro, alinham-se ao quadro geral que apresentamos. Se compararmos com os dados referentes a 2010, quando se inicia a série histórica, podemos afirmar que o número de entidades ativas cresceu 33% em dez anos. Ainda segundo o mesmo documento, a atividade do conjunto dessas entidades foi responsável por 3,2% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) nacional⁵, 5% das remunerações, 5,2% do emprego total e 5,9% do emprego remunerado. Destaque: a saúde foi a atividade mais relevante em termos de VAB e emprego, perfazendo 25,5% da cifra do primeiro e 33,2% do segundo (Cooperativa António Sérgio..., 2024).

436

Se retomarmos a realidade brasileira no que se refere aos dados econômicos gerados por essas entidades, veremos, por exemplo, que, considerando os números da economia de 2023, a atividade dessas organizações foi responsável por 4,27% do PIB (Produto Interno Bruto) do país (Brasil, 2024). No ano anterior, o repasse de recursos federais para as OSCs atingiu a casa dos 24 bilhões de reais, correspondendo a quase 10% das despesas obrigatórias e discricionárias dos gastos públicos federais (Tribunal de Contas da União, 2024).

Em Portugal, segundo dados referentes a 2010, analisados por Mendes (2016), embora as Entidades do Setor Não-Lucrativo (ESNL) na saúde (e Bem-Estar) apresentassem-se à época de modo residual, correspondendo apenas a 3,52% do total de organizações existentes, já respondiam pelo terceiro maior setor em termos de empregos gerados e o quarto no que diz respeito ao peso do VAB. Os dados consolidados disponíveis mais recentes, presentes na Conta Satélite da Economia

⁵ Conforme a definição presente no portal da web do Conselho das Finanças Públicas (CFP), “o valor acrescentado bruto (VAB) é um indicador de natureza económica que reflete o grau de incorporação de valor gerado pela empresa ao longo do processo produtivo. O VAB é a riqueza gerada na produção, descontando o valor dos bens e serviços consumidos para a obter, tais como as matérias-primas ou a energia necessária para gerar os novos produtos. Em termos agregados, o VAB de uma empresa mede o seu contributo para o PIB de uma determinada economia” (Conselho das Finanças Públicas, 2024).

Social 2019-2020, indicam a crescente importância do setor: “A saúde e os serviços sociais foram as atividades mais relevantes em termos de VAB e emprego, verificando-se que a Saúde foi responsável por 25,5% do VAB e 33,2% do emprego remunerado da ES [Economia Social]” (Cooperativa António Sérgio..., 2024).

No Brasil, segundo os dados mais recentes, o peso relativo das OSCs estritamente da saúde também é pequeno, correspondendo a 2,51% do total (Ipea, 2024). Porém, tal como em Portugal, trata-se do setor com maior volume de empregos gerados, como informa a pesquisa “A importância do Terceiro Setor para o PIB no Brasil e em suas regiões”, realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e divulgada em 2023:

5,88% da ocupação no Brasil, ou cerca de 6 milhões de postos de trabalho, estão no terceiro setor. Entre as atividades, a saúde é a que mais gera postos, com 30,6%, seguida pela educação, 14,3% e atividades artísticas 7,6%. Outras organizações associativas são responsáveis pelos outros 47,5% (Inovação em Cidadania Empresarial, 2023).

É significativo que este mesmo setor saúde, no qual se multiplicam as ações empresariais promovidas por entidades como as que descrevemos, venha sendo recorrentemente apontado (ou denunciado) como espaço privilegiado de ‘reprodução da dinâmica capitalista’, de ‘criação de oportunidades’, ‘geração de riquezas’, ‘criação de empregos’ etc., tanto no Brasil (Gadelha, 2022; Mendes e Carnut, 2022; Costa e Bahia, 2024, entre outros) quanto em Portugal (Maia, 2021; Campos, 2008, entre outros). No mínimo, há que se suspeitar da existência de uma forte conexão entre a expansão geométrica de entidades ditas ‘sem fins lucrativos’ (ou não lucrativas) atuantes na saúde, em ambos os países, e o crescimento exponencial dos investimentos privados empresariais⁶ neste setor.

Ainda que limitados pelo espaço, nos parecem suficientes as evidências (Fontes, 2020, 2018, 2017 e 2010, entre outros) de que

⁶ Aqui há que se distinguir ‘investimento empresarial’ no setor saúde de gasto privado (das famílias) com saúde. O primeiro, como se sabe, obedece à dinâmica de valorização do valor. O segundo, pela lógica do seu agente, é puramente transferência de massa salarial para compra de serviços.

estamos diante de uma ação deliberada do capital e de seus agentes para ampliar incessantemente os meios e as formas de apropriação privada da riqueza socialmente produzida – para além do âmbito das relações de trabalho –, de ataque aos fundos públicos e de *privatização*, em última análise. No entanto, no mais das vezes o que se observa é uma convicta aprovação social dessas entidades – também em importantes segmentos das esquerdas e entre ativistas sociais. Para nós, o nó da questão repousa sobre as noções acerca do Estado e da sociedade civil que embasam o senso comum, com o conceito de Terceiro Setor⁷ sendo a expressão máxima do ‘embuste’.

3. Estado e Sociedade Civil: a democracia entre o público e o privado

O tema da democracia é controverso, ao contrário do que a quase unanimidade que gravita em torno da sua compreensão e defesa nos pode sugerir. Embora assumido pelas ‘ideias dominantes’ como traço distintivo da sociedade burguesa, no que se deveria ao seu papel revolucionário contra o Antigo Regime, sua trajetória desde a modernidade foi sempre conflituosa, uma vez que até a sua consolidação como ‘democracia de massas’ na contemporaneidade, no pós-Segunda Guerra Mundial, foi (e continua sendo) a luta entre capital e trabalho a sua parteira.

A Revolução Francesa e, com destaque, o período da radicalização jacobina, é o primeiro marco indicativo das divisões internas da burguesia e, em paralelo, das contradições entre capital e trabalho que ganhariam corpo ao longo do século seguinte. O direito à participação política dos trabalhadores, através especialmente do sufrágio universal, foi a mais destacada expressão prática da luta de classes que forneceu o molde que se consolidaria décadas mais tarde.

Diante da pressão irresistível das massas, não restou alternativa à burguesia senão aprender a lidar com o seu inimigo incontornável, mas agora sob feitiço inteiramente novo, uma vez que resultante também

⁷ Como se sabe, ‘Terceiro Setor’ é outro dos termos consagrados para designar tais entidades que, por oposição, não fariam parte do Estado (Primeiro Setor) nem do mercado (Segundo Setor). Sobre o tema, ver Montaña (2007 e 2014).

de uma relação de classes de novo tipo e, sobretudo, mediada por um Estado de novo tipo. A apropriação privada da riqueza socialmente produzida não só ampliava enormemente as suas bases a partir de então (pelo volume da riqueza resultante da aceleração e da socialização crescente da produção), como também era, em parte, a um só tempo, legitimada e contraditada pela igualdade jurídica entre os modernos ‘cidadãos’. Tendo como base formal uma relação entre livres e iguais, a manter e, em última análise, perpetuar, a desigualdade material real entre donos dos meios de produção, de um lado, e detentores apenas da própria força de trabalho, de outro, a dominação precisou sofisticar-se na mesma medida em que complexificaram-se as contradições de classe. Incrementaram-se as ferramentas de produção de ‘consenso’ ainda que sem abandono ou secundarização do recurso à ‘coerção’ (Gramsci, 2007).

Entre os que teorizaram sobre a democracia burguesa que estabelecia as suas bases modernas na segunda metade do século XIX, face à pressão das classes trabalhadoras organizadas, Alexis de Tocqueville (1805-1859) merece destaque pela perspicácia com que anteviu o papel estratégico e tático a ser assumido pelas classes dominantes na luta contra seus oponentes. Tomando como base a experiência inaugural da democracia norte-americana, que vivenciou e estudou a fundo, o pensador francês considerava que não era boa política opor-se abertamente às pressões populares pela ampliação do direito de voto através da restrição censitária. Porém, como se poderia conter a interferência dos não-proprietários (maioria) sobre a administração dos negócios (da minoria)?

O liberal conservador francês dirá que o único remédio aceitável, no interior de uma ordem democrática, é a liberdade de associação. Contra um Estado governado pelos interesses da maioria, só caberia o refúgio da *sociedade civil*.

Em nosso tempo, a liberdade de associação tornou-se uma garantia necessária contra a tirania da maioria. Nos Estados Unidos, quando uma vez um partido se torna dominante, todo o poder público passa para as suas mãos; seus amigos particulares ocupam todos os seus empregos e dispõem de todas as forças organizadas. Como os homens mais distintos do partido contrário

não podem atravessar a barreira que os separa do poder, é preciso que a minoria oponha sua força moral inteira ao poderio material que a oprime (Tocqueville, 2005, p. 223).

Para Tocqueville a sociedade civil é instância exterior ao Estado, bem como o Estado é concebido exclusivamente como máquina administrativa e lugar de poder. A tática que defende para a preservação dos interesses da minoria eventualmente derrotada em pleito eleitoral serviria como dique de contenção ao poder da maioria não proprietária, em seu tempo crescentemente habilitada a participar do jogo político oficial. E arremata: “não há país em que as associações sejam mais necessárias (...) do que aquele em que o estado social é democrático” (Tocqueville, 2005, p. 223).

440 Mas o que no seu tempo o autor captou como forma de manutenção politicamente estável dos interesses das classes dominantes, a ser posta em prática em terreno democrático, frente ao novo cenário da luta de classes que a elas se impunha diante de um inimigo numeroso e organizado, Antonio Gramsci, na primeira metade do século XX, na posição de classe oposta, confirmará como exercício sofisticado de dominação. Isto é, a percepção de Gramsci, pela ótica dos dominados, confirma o acerto de Tocqueville pela ótica dos dominantes. Dito de outro modo, o que em Tocqueville, acossado pelo fantasma das revoluções, deve ser a condição de existência da democracia (com o destacado papel da sociedade civil), como forma de contenção da tirania e antídoto para a revolução (Fontes, 2017), em Gramsci soa como refinada forma política de dominação. A sofisticação do método aprendido historicamente pela burguesia favorece a continuidade e o aumento da expropriação da classe trabalhadora, amplia os riscos de sua fragmentação e captura ideológica, incrementa os aparatos de repressão da ‘sociedade política’ e exige da luta social dos ‘subalternos’ ainda mais organização, empenho e apuro tático-estratégico.

Para o pensador italiano, a ampliação da sociedade civil, tanto por parte dos dirigentes quanto dos subalternos, expressa a complexificação das relações de classe na medida em que, em resposta ao crescimento, organização e conquistas dos trabalhadores no interior da ordem burguesa (sufrágio universal, sindicatos, conselhos, partidos etc.), os padrões precisaram desenvolver e aperfeiçoar outras formas, para além

da repressão direta (*coerção*) – mas sem abrir mão dela –, de manutenção do *status quo*, isto é, através do *consenso*. Dirá Gramsci:

Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; e pode-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz. *A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil*, constitui para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra etc. (2007, p. 24, grifo nosso).

Gramsci, no entanto, difere de Tocqueville quando concebe o Estado não apenas como máquina (que chama de “sociedade política”), mas composto também pela sociedade civil. À capacidade das classes dominantes de impor seus interesses particulares (como se universais fossem) aos subalternos, a partir do manejo do equilíbrio instável entre os dois elementos (unidade na distinção), no sentido da preservação da ordem, o autor dá o nome de ‘hegemonia’. Sua formulação clássica vai na sequência de um fundamental alerta que não devemos ignorar: “Na política, o erro acontece por uma inexata compreensão do que é o Estado (no significado integral: ditadura + hegemonia)” (Gramsci, 2007, p. 257) – ou se quisermos, noutra passagem mais bem acabada: “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (Gramsci, 2007, p. 244). Como fica patente, para o autor não há descolamento entre Estado e sociedade civil, como quer o pensamento liberal. Ambos se interpenetram, ainda que se distingam.

Dito isso, é a sociedade civil, assim concebida, o espaço decisivo tanto para a manutenção da hegemonia burguesa quanto para a luta contra-hegemônica dos trabalhadores. Não basta ser ‘dominante’ (poder de coerção), mas deve-se buscar, antes, tornar-se ‘dirigente’ (hegemonia), concluirá Gramsci (2011). Para tanto, no terreno da luta, classes dirigentes e subalternos têm a tarefa histórica de produzir os seus próprios ‘intelectuais orgânicos’ e o que o autor chamou de

“aparelhos hegemônicos” (ou “aparelhos ‘privados’ de hegemonia” – APHs) – ainda que não deva ficar pressuposto aqui que o façam em condições de igualdade, como certas apropriações liberais do pensamento gramsciano querem nos fazer acreditar. Aos primeiros cabe o papel de organizadores, que confere à classe “homogeneidade e consciência da própria função” (Gramsci, 2006, p. 15). Sua atuação, porém, não se dá no vazio nem de forma isolada, mas justo através dos APHs.

Eis as linhas gerais a partir das quais devemos compreender a ação articulada de Estado e sociedade civil, o papel da democracia que conhecemos como amortecedora do choque de classes e as tensas relações entre as esferas do *público* e do *privado*. Antes, porém, de passarmos à análise dos nossos casos concretos, já de posse das ferramentas necessárias, fiquemos com a bela síntese do pensador italiano para os problemas que aqui apresentamos: “o Estado tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente” (Gramsci, 2007, p. 119).

4. Todos pela Saúde no Brasil: a dominação pelo consenso

Salvo engano, na tabela abaixo encontram-se os aparelhos privados de hegemonia mais ativos e, em conjunto, mais representativos dos interesses empresariais no setor saúde no Brasil no momento em que este artigo está sendo escrito⁸. Como se verá, a existência dessas entidades não é tão recente, embora tenha se incrementado dos anos 1990 para cá.

⁸ Destaque-se: ainda que estejamos aqui estudando a ação das entidades ditas ‘sem fins lucrativos’ – face à presença de um forte componente ideológico que oculta e inverte o real –, a noção de APH não se restringe a elas. Entidades associativas empresariais com explícito fim lucrativo são também APHs. Algumas delas serão referidas aqui por nós quando muito representativas da ação empresarial no setor saúde.

Principais APHs atuantes na Saúde brasileira

Continua >>

Razão Social	Sigla	Ano de criação	Dirigente(s)
Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos	Abimo	1962	Jamir Dagir Jr.
Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos	Abiquifi	1983	Norberto Prestes
Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde	Abimed	1996	Fernando Silveira Filho
Associação Brasileira da Indústria Química	Abiquim	1964	Daniela Rattis Manique
Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades	Abifina	1986	Odilon José da Costa Filho
Associação Brasileira de Importadores e Distribuidores de Produtos para Saúde	Abraidi	1992	Sérgio D. Bitencourt da Rocha
Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica	Abramed	2010	Cesar Nomura
Associação Brasileira de Planos de Saúde	Abramge	1966	Gustavo Ribeiro
Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa	Interfarma	1990	[Conselho Diretor composto por 13 representantes de associados]
Associação Nacional de Hospitais Privados	ANAHP	2001	Eduardo Amaro
Associação Umane	Umane	2020	André Reginato
Colégio Brasileiro de Executivos em Saúde	CBEXS	2015	Nathália Nunes
Confederação Nacional de Saúde	CNSaúde	1994	Breno de Figueiredo Monteiro

Principais APHs atuantes na Saúde brasileira

Conclusão

Razão Social	Sigla	Ano de criação	Dirigente(s)
Federação Brasileira de Hospitais	FBH	1966	Reginaldo Teófanos Ferreira de Araújo
Federação Nacional de Saúde Suplementar	FenaSaúde	2007	Raquel Reis Corrêa
Grupo FarmaBrasil	FarmaBrasil	2011	Reginaldo Braga Arcuri
Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde	IBROSS	2015	Sergio Daher
Instituto Coalizão Saúde	ICOS	2015	Giovanni Guido Cerri
Instituto de Estudos para Políticas de Saúde	IEPS	2019	Miguel Lago
Instituto Todos pela Saúde	ITpS	2021	Gerson Penna

Fonte: elaboração do autor

De forma mais visível estão aí a indústria de equipamentos, a indústria química e farmacêutica, o setor hospitalar e as operadoras de planos de saúde. De modo mais difuso e atravessando praticamente toda esta malha, encontra-se o capital estrangeiro setorial e a fração do capital financeiro que perpassa os setores particulares de atuação do empresariado industrial e de serviços. Inclusive, parece-nos significativo como pista a seguir como traço tendencial, que a criação das duas entidades mais recentes tenha sido protagonizada por banqueiros. Vale um pequeno aparte a seguir.

Em 2019, o ex-presidente do Banco Central do Brasil durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2003), Armínio Fraga, atualmente dono de um banco de investimentos⁹, idealizou e criou o Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (Ieps), que vem protagonizando a atuação nessa área com propostas, documentos e

⁹ Ver: <<https://www.gaveainvest.com.br/equipe/>>. Acesso em: 10 jan. 2025.

debate público para a reforma do SUS e, sem surpresas, lançando mão de um requeitado diagnóstico, já anunciado por Bresser-Pereira (1998) há quase 30 anos, de que o SUS, embora extraordinário como projeto, não cabe no orçamento do Brasil (Borges, 2024). Em recente entrevista ao jornal Folha de São Paulo (Collucci, 2024), alicerçado em um estudo produzido pelo próprio Ieps e pela Umame (sob o título “Setor Privado e Relações Público-Privadas da Saúde no Brasil: Em Busca do Seguro Perdido – Volume Único”) (Instituto de Estudos para Políticas de Saúde e Umame, 2024), Fraga foi categórico na defesa de que o Brasil deve caminhar para um modelo híbrido de sistema de saúde que articule o *público* e o *privado*, que devem cooperar, tendo o Estado como mediador. Como típico economista neoclássico, diante do que considera a insuperável escassez de recursos para dar conta de toda a demanda, sacramenta que sistemas universais, por definição, terão sempre muita dificuldade de cumprir sua missão. Disso conclui que o sistema público deva restringir-se aos que não dispõem de meios para custear planos de saúde, enquanto os mais abastados, pela sua maior capacidade de compra – e como resultado de uma concertação social resultante da ação coordenada entre Estado e mercado –, aliviariam a sobrecarga pela via da contratação do sistema privado.

Por sua vez, o Instituto Todos pela Saúde (ITpS), criado em 2021, é uma entidade também sem fins lucrativos que surge a partir da iniciativa ‘Todos pela Saúde’, do ano anterior. Originou-se da doação de 1 bilhão de reais feita pelo Itaú Unibanco – o maior banco privado do Brasil (Moura, 2024) – e da mobilização de especialistas e instituições renomadas do campo da saúde para que fossem definidas prioridades na aplicação imediata dos recursos para o combate à pandemia de covid-19¹⁰. Como Instituto, o Todos pela Saúde se ampliou e reestruturou, e vem investindo no patrocínio de pesquisas científicas, oferta de cursos para profissionais de saúde e mobilização da opinião pública acerca

¹⁰ À época, vale lembrar, o setor privado hospitalar experimentava uma pressão social crescente face à campanha ‘Leito para todos’, iniciada por um grupo de profissionais de saúde e logo encampada por instituições, entidades e pesquisadores do campo, além de integrantes do Movimento Sanitário Brasileiro. O pleito era simples: que diante da insuficiência de leitos públicos e da capacidade ociosa de leitos na rede privada, o SUS assumisse a administração centralizada da fila para acesso, racionalizando a demanda. Em que pese a adesão recebida nas redes sociais, a campanha não deu resultado (Dantas, 2020).

do tema da vigilância epidemiológica (Instituto Todos pela Saúde, 2025). Sobre a sua existência, no entanto, cabe ainda um pequeno comentário: não por coincidência, guarda parentesco de primeiro grau com a entidade filantrópica mais badalada no Brasil nos seus quase 20 anos de existência, o ‘Todos pela Educação’ (TPE). Criado em 2006, por iniciativa de grandes grupos empresariais multisetoriais – incluso o capital financeiro, como a Fundação Itaú e a Fundação Bradesco –, o TPE vem crescentemente desde então pautando as políticas públicas do setor, em atendimento às demandas expansionistas da burguesia interna, intimamente associada ao capital financeiro internacional (Leher, 2023). Não é por acaso que o título desta seção toma emprestado o nome do ITpS, que confere sentido ideológico ao conjunto, uma vez que expressa o esfumaçamento de fronteiras entre ‘quem é quem’ no mundo social, entre onde reside o público e habita o privado, procedimento tão útil ao *modus operandi* típico das entidades empresariais sem fins lucrativos. Dessa forma é que atuam como Estado, ‘educando o consenso’¹¹. Do modo como se apresentam, não parece haver contradições entre a saúde (ou a educação) como direito e a sua forma mercadoria. Suas alianças ‘estratégicas’ e ‘parcerias’ ocultam importantes conflitos de interesses quando indivíduos que com eles colaboram ‘vão e vêm’ das instituições governamentais e seguem para os conselhos de administração de empresas privadas associadas, e vice-versa. Fim do aparte.

Pela sua atualidade e pela representatividade da entidade que o assina, passaremos agora à análise do documento intitulado “Propostas para a Saúde do Brasil 2023-2030”, do Instituto Coalizão Saúde (Icos) – uma

¹¹ Em setembro de 2024, o ITpS recebeu das mãos do presidente Lula e da então ministra da Saúde, Nísia Trindade, a Medalha de Mérito Oswaldo Cruz (categoria ouro), pela sua atuação ‘notável’. O representante do Instituto na cerimônia, Pedro Ribeiro Barbosa (pertencente ao quadro do Conselho de Administração do ITpS, ex-vice-presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional da Fundação Oswaldo Cruz (2009-2017) e atual diretor-presidente do Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP), desde 2017), agradeceu a homenagem com as seguintes palavras: “É uma honra receber, em nome de todos os conselheiros e toda a equipe do Todos pela Saúde, essa honraria a quem presta relevante serviço à saúde pública brasileira. A medalha é um reconhecimento do nosso trabalho e valoriza a missão do Instituto, em benefício da sociedade brasileira, e principalmente naquilo que nos é mais caro, que é contribuir para que no futuro a gente tenha um melhor controle de epidemias e pandemias” (Instituto Todos pela Saúde, 2024).

das mais bem articuladas frentes empresariais em atuação na saúde no momento –, que aqui tomaremos como expressão coletiva das entidades supracitadas. Lançado em 2022, por ocasião das eleições presidenciais, teve o intuito de mobilizar a atenção das candidaturas à presidência da República. Sua elaboração contou com o auxílio de 25 representantes de empresas e outras entidades ‘sem fins lucrativos’ do setor, nacionais e estrangeiras, que o assinaram conjuntamente¹². Quatro grandes eixos receberam atenção: a) Financiamento e sustentação do sistema de Saúde; b) Gestão operacional e assistencial do sistema de Saúde; c) Saúde digital integrada e d) Inovação e o complexo científico e tecnológico na Saúde.

Sem rodeios, a tese central do documento é a seguinte: o SUS é um patrimônio da sociedade brasileira e deve ser defendido, mas sozinho não pode funcionar adequadamente. Ou, dito de outro modo: o acesso universal deve ser garantido, mas apenas a conjugação de esforços *públicos* e *privados* pode viabilizá-lo de modo adequado. Se a chave explicativa do subfinanciamento é o alto custo de manutenção do sistema e a permanente insuficiência da gestão pública, é forçoso reconhecer a imprescindibilidade do setor privado para o seu bom funcionamento, seja por obra da absorção de parte importante da demanda que desafogaria o setor público, seja pela maior capacidade gestora do empresariado:

O Instituto Coalizão Saúde acredita e trabalha por um sistema melhor, mais sustentável e que atenda de maneira mais plena os anseios da nossa população. E sabe que apenas a integração efetiva entre os setores público e privado será capaz de construí-lo (Instituto Coalizão Saúde, 2022, p. 42).

¹² Quais sejam: **AbbVie Pharmaceutical Research & Development**, Abimed, Abraidi, Abramed, Abramge, Interfarma, *Boehringer Ingelheim*, CBEXS, Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Brasil (CMB), FenaSaúde, Federação das Unimed do Estado de São Paulo (Unimed Fesp), Hospital Israelita Albert Einstein, *Johnson & Johnson*, *Pfizer*, Sanofi Medley Farmacêutica Ltda. (Sanofi), **Inova HC**, *Siemens Healthineers*, Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Laboratórios do Estado de São Paulo (SindHosp) e Unimed do Brasil. Destes, apenas os grifados por nós não pertencem ao quadro de associados do Icos. Completam o quadro as seguintes entidades: Abimo | Sinaemo – Sindicato da Indústria de Artigos e Equipamentos Odontológicos, Médicos e Hospitalares do Estado de São Paulo, ABBOTT Laboratórios do Brasil Ltda., ANAHP, AstraZeneca, CNSaúde, Diagnósticos da América S.A. (Dasa), EMS [laboratório farmacêutico multinacional], Eurofarma [laboratório farmacêutico multinacional], Grupo FarmaBrasil, Fundação Faculdade de Medicina, Grupo Fleury [medicina diagnóstica], Hospital Sírio-Libanês, Instituto de Gestão e Cidadania, Instituto Qualisa de Gestão, Novartis e Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma) (Icos, 2025).

Mas desse propósito associado a tal diagnóstico o Icos extrai o que lhe parece ser uma conclusão lógica: se para a garantia do direito ao acesso universal o setor público não pode prescindir do setor privado, se o setor privado não só não é contraditório com a existência do SUS como faz o favor de garantir-lhe a integridade, se o setor privado participa do financiamento do sistema com os investimentos que realiza e com a demanda de saúde que absorve, nada mais razoável do que o pleito pela ampliação da fatia das verbas públicas que financiam, mesmo que indiretamente, esse mesmo setor privado. Afirma o documento:

Existe um problema de sustentação financeira do SUS, o sistema de Saúde do Brasil. Este documento reafirma o conceito do SUS como único, de fato e de direito. As recomendações propostas neste documento são, portanto, endereçadas para atender necessidades do SUS. Apesar de submetida à legislação e regulação das autoridades públicas, a Saúde puramente privada não é financiada ou sustentada pelo SUS. Assim como a saúde pública, a saúde privada precisa alcançar a sustentabilidade operacional e financeira. Os custos da Saúde são crescentes e devem ser avaliados levando-se em consideração a sustentabilidade tanto no sistema público quanto no privado (Instituto Coalizão Saúde, 2022, p. 14).

Desta forma, sem hesitações, posicionam-se a favor do aumento do financiamento público para o SUS, mas combinado a uma “ampla e irrestrita desoneração do setor de Saúde” (Instituto Coalizão Saúde, 2022, p. 19). Alinham-se assim a uma demanda histórica dos setores progressistas em defesa do SUS, incorporando parte de suas bandeiras e palavras de ordem, mas pela contramão.

No que diz respeito à defesa que faz o Icos sobre a necessidade de ampliar a Atenção Primária em Saúde (APS) e consolidá-la como porta de entrada do sistema, prossegue a defesa desabrida da promiscuidade entre público e privado. Não bastasse o ganho direto de frações do capital privado com a expansão da APS pela via das Organizações Sociais

de Saúde (OSs), dos anos 2000 para cá¹³ – financiadas com dinheiro público –, o envelhecimento da população brasileira e o consequente aumento dos custos em saúde ajudam a explicar o forte interesse das empresas de planos de saúde em uma APS que funcione para reduzir as demandas de saúde de usuários de planos privados, diminuindo assim o custo financeiro das operadoras. A defesa de um interesse particular, no entanto, é apresentada como benefício coletivo: “a atenção primária melhora a qualidade de vida do paciente ao mesmo tempo que reduz os custos, com impacto positivo também sobre o preço das mensalidades praticadas pelos planos” (Instituto Coalizão Saúde, 2022, p. 22).

Por fim, o documento ainda defende o incentivo à inovação tecnológica e o fortalecimento dos setores industriais direta ou indiretamente ligados à prestação de serviços em saúde – reunidos no chamado Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Ceis) –, além da remodelação do ambiente regulatório para a pesquisa clínica que o torne mais competitivo (entenda-se: que franqueie aos grandes laboratórios farmacêuticos se sobreporem ao sistema de revisão ética em pesquisa brasileiro)¹⁴. Mas tudo isso, para que chegue a bom termo, depende da abertura crescente à participação do capital estrangeiro e da sinergia entre *público* e *privado*. Ainda que ciente dos entraves e das

¹³ No Brasil, dos anos 2000 para cá, tem se fortalecido uma tendência de contratação de OSs, pelos municípios, para gerir a APS. A título de ilustração, segundo estudo de Danielle Costa e Lígia Bahia: “no município de São Paulo, mais de 60% das unidades de Estratégia de Saúde da Família (ESF) são gerenciadas por meio da contratualização com 17 OSS. Na capital do estado do Rio de Janeiro esta proporção é ainda maior, com 98% das Unidades Básicas de Saúde em contratos de gestão com quatro OSS” (Costa e Bahia, 2024, p. 93).

¹⁴ Conforme o site do Ministério da Saúde: “O Sistema CEP/CONEP é formado pela CONEP (instância máxima de avaliação ética em protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos) e pelos CEP (Comitês de Ética em Pesquisa), instâncias regionais dispostas em todo território brasileiro. A CONEP possui autonomia para a análise ética de protocolos de pesquisa de alta complexidade (e de áreas temáticas especiais, como genética humana, reprodução humana, populações indígenas e pesquisas de cooperação internacional) e em projetos de pesquisa propostos pelo Ministério da Saúde, enquanto os CEP são responsáveis pelos protocolos de pesquisa de baixa e média complexidade e são a porta de entrada para todos os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos” (Brasil, 2025). No dia 13 de outubro de 2025, 26 dos 56 conselheiros nacionais da Conep renunciaram em protesto à edição de um decreto pelo governo federal (nº 12.561, de 7 de outubro do mesmo ano) que reafirma a extinção do vínculo da nova estrutura de regulação da pesquisa com seres humanos – reformulada pela lei 14.874, de 28 de maio de 2024 – com o controle social. Para mais informações, ver: <https://cebes.org.br/26-conselheiros-da-conep-renunciam-em-defesa-da-protecao-dos-brasileiros-participantes-de-pesquisas-em-saude/39790/>. Acesso em: 02 nov. 2025.

diferenças entre os diversos atores, o Icos aposta no alinhamento possível em face do ganho coletivo que daí resultaria. Em nome deste ideal, atribui-se um nobre papel: “O Instituto Coalizão Saúde acredita e trabalha por um sistema melhor, mais sustentável e que atenda de maneira mais plena os anseios da nossa população” (Instituto Coalizão Saúde, 2022, p. 42). E, de forma inequívoca, reapresenta o mantra que acompanha e constitui a aparência dessas entidades, para justificar o lugar que ocupa: “Por ser formado por organizações públicas e privadas de toda a cadeia produtiva e de serviços de Saúde, o ICOS tem uma posição privilegiada para apresentar ideias que representem o consenso e a convergência de interesses do setor” (Instituto Coalizão Saúde, 2022, p. 6).

Como ensinou Gramsci, a produção e reprodução permanente do consenso tem na repetição “o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular” (2004, p. 110).

5. Convenção Nacional da Saúde: o falso universal que esconde o real particular

Tal como no caso brasileiro, vale de início um breve mapeamento dos principais APHs portugueses em atividade na saúde para, na sequência, analisarmos a Convenção Nacional da Saúde (CNS) como representativa do conjunto, por suas propostas e por seus agentes.

Principais APHs atuantes na Saúde portuguesa

Continua >>

Razão Social	Sigla	Ano de criação	Dirigente(s)
4LifeLAB – Laboratório de Inovação Médica	4LifeLAB	2021	Francisco Serdoura, Vitor Fernandes e Sofia Leal
Associação de Farmácias de Portugal	AFP	1991	Isabel Cortez
Associação de Grossistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos	Groquifar	1975	Miguel Reis

Principais APHs atuantes na Saúde portuguesa

Continuação >>

Razão Social	Sigla	Ano de criação	Dirigente(s)
Associação Nacional das Farmácias ¹⁵	ANF*	1975	Ema Paulino
Associação Nacional de Laboratórios Clínicos	ANL*	2005	Nuno Marques
Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica	Apifarma	1975	Miguel Ginestal
Associação Portuguesa das Empresas de Dispositivos Médicos	Apormed	1990	João Gonçalves
Associação Portuguesa de Distribuidores Farmacêuticos	Adifa	2017	Nuno Flora
Associação Portuguesa de Engenharia e Gestão da Saúde	ApegSaúde	2009(?) ¹⁶	João Gamelas
Associação Portuguesa de Hospitalização Privada	APHP	1981	Oscar Manuel de Oliveira Gaspar
Associação Portuguesa de Importadores e Exportadores de Medicamentos	Apiem	2017	Antonio Mendonça Alves
Associação Portuguesa de Medicamentos Genéricos e Biossimilares	Apogen	2003	Maria do Carmo Neves

¹⁵ A ANF, bem como a FNS e a ANL, não são associações sem fins lucrativos. No entanto, embora fujam, nesse aspecto formal, da caracterização que construímos, cumprem, como um APH, rigorosamente o mesmo papel de defesa dos interesses do empresarializado do setor. No caso específico da ANF, representa 94% das farmácias portuguesas. Disponível em: <https://www.linkedin.com/company/anf/?originalSubdomain=pt>. Acesso em: 29 jan. 2025.

¹⁶ Não constam informações suficientes acerca da história da ApegSaúde em seu site na web. Na busca que realizamos, 2009 foi o registro mais antigo que encontramos de suas atividades. Disponíveis em: <https://www.fns.pt/> e https://www.rtp.pt/noticias/saude/futuro-do-sistema-nacional-de-saude-alvo-de-reflexao-em-congresso_n210129. Acessos em: 29 jan. 2025.

Principais APHs atuantes na Saúde portuguesa

Conclusão

Razão Social	Sigla	Ano de criação	Dirigente(s)
Associação Portuguesa de Verificação de Medicamentos ¹⁷	MVO Portugal	2017	João Paulo Nascimento
Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Hospitalar	APDH	2002	Carlos Pereira Alves
Co-Labotatório AccelBio – Associação AccelBio ¹⁸	Co-Lab AccelBio	2021	Pedro Silva
Convenção Nacional da Saúde	CNS	2018	Eurico Castro Alves
Federação Nacional dos Prestadores de Cuidados de Saúde	FNS	1996	[representante da ANAUDI – Associação Nacional de Unidades de Diagnóstico por Imagem]
Fórum Saúde XXI – Health for all in a sustainable world	Fórum Saúde XXI	2014	Adalberto Campos Fernandes
Health Cluster Portugal – Associação do Pólo de Competitividade da Saúde ¹⁹	Pólo	2023	Joaquim Cunha

Fonte: elaboração do autor

¹⁷ Como entidade responsável pela implementação e operacionalização do Sistema Nacional de Verificação de Medicamentos, a MVO Portugal é constituída por um conjunto de associações do setor, quais sejam: Adifa, AFP, ANF, Apifarma, Apogen, Apiem e Groquifar (Associação Portuguesa de Verificação de Medicamentos, 2025).

¹⁸ A AccelBio tem como missão “capitalizar a pesquisa inovadora existente na academia e em startups e alavancar novos alvos biológicos e plataformas com capacidade de gerar novos candidatos a fármacos prontos para serem investidos” (Co-LaAccelBio, 2025).

¹⁹ O Pólo tem como missão “contribuir para uma maior competitividade da cadeia de valor nacional da Saúde pela valorização do conhecimento gerado e disponível nas universidades, nos institutos de investigação, nos hospitais e nas empresas num quadro de desenvolvimento económico e social, de sustentabilidade e de mais e melhor saúde para todos” (Health Cluster Portugal, 2025).

Como é possível notar, também em Portugal há uma tendência recente de proliferação dessas entidades, mais especificamente a partir dos anos 2000, embora seja possível encontrá-las já há 40 ou 50 anos²⁰. Tal como no caso brasileiro, estão representados aqui interesses setoriais variados e entrecruzados: hospitais, indústria de equipamentos, laboratórios farmacêuticos, laboratórios de análises clínicas, redes de farmácias, distribuidores, importadores e exportadores de medicamentos, entre outros.

No que respeita à CNS, nem todos os setores a que acabamos de nos referir, porém, estão formalmente representados. A entidade agrega ainda uma série de organizações que não fazem parte do campo empresarial. No total, integram o seu Conselho Superior 159 organizações, entre associações académicas e *think tanks* (6), associações cívicas, caritativas, religiosas, estudantis e de utilidade pública (13), associações de especialidades médicas (5), associações de pacientes (68), associações empresariais (18), associações profissionais (23) e hospitais e unidades de saúde (26) (Convenção Nacional da Saúde, 2025).

Como se pode supor, a diversidade dos associados não é garantia da diversidade de ideias e posicionamentos políticos da CNS, até porque a democracia – ao contrário do que uma compreensão romantizada a seu respeito pode crer – não é capaz de superar os limites intransponíveis para o alcance de um consenso substantivo quando se trata, por exemplo, do choque de perspectivas entre a saúde como *direito* ou como *mercadoria*. Justo por isso, a enorme variedade de perfis dos associados funciona como eficiente ferramenta ideológica, posto que sugere a formação de uma grande aliança entre diferentes, supostamente iguais em nome do ‘bem comum’. Criada em abril de

²⁰ Embora não se trate de uma entidade direta ou exclusivamente ligada ao setor saúde, vale uma menção ao Sedes (Associação para o Desenvolvimento Econômico e Social) como importante e tradicional APH em atividade em Portugal. Fundada em 1970, durante a chamada ‘primavera marcelista’, politicamente próxima da social-democracia e da democracia cristã, sua atuação atravessa vários setores, a partir de ‘observatórios’ que reúnem especialistas em cada área. ‘Saúde e Solidariedade’ é um desses observatórios. Sua composição atual, a título de ilustração, conta com as presenças de Adalberto Campos Fernandes (fundador e dirigente do Fórum Saúde XXI – *Health for all in a sustainable world* e ex-ministro da saúde), Ana Paula Martins (ministra da Saúde desde abril de 2024, durante o governo anterior e o atual, ambos liderados por Luís Montenegro, do PSD) e Óscar Gaspar (dirigente da APHP). Disponíveis em: <<https://sedes.pt/saude-e-acao-social/>> e <<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/origem-da-sedes/>>. Acessos em: 02 fev. 2025.

2018, segundo consta por instigação do então (e atual) presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, a CNS autodefine-se como “uma plataforma permanente de diálogo entre os parceiros da Saúde e todos os cidadãos” (Convenção Nacional da Saúde, 2018). E assim detalha a história da sua própria origem:

A Convenção Nacional da Saúde foi assumidamente inspirada pelo Senhor Presidente da República que, em março de 2016, afirmou que *‘A Saúde é um domínio em que eu penso que é fácil chegar a um consenso nacional.’* (...). E no final do ano passado [2017] ouvimos, mais uma vez, a interpelação do Senhor Presidente da República de que *‘este é um momento que pode não ser repetível, de alguma folga, para um debate sereno sobre o Sistema de Saúde entre dois grandes hemisférios que se dividem relativamente à Saúde em Portugal’*, quanto ao papel do Estado, das instituições particulares de solidariedade social e dos privados, e que devem tentar chegar a um compromisso (Convenção Nacional da Saúde, 2018, p. 29, grifos nossos).

Com a ajuda da história, tentemos localizar melhor no tempo e no espaço o chamado do presidente ao consenso nacional em torno da saúde dos portugueses, posto que a cena carrega alto grau de didatismo para o nosso debate. Em maio de 2011, em grave crise econômica e social já há alguns anos, sob o impacto do *crash* de 2008 nos EUA, o governo que se iniciava, liderado por Passos Coelho – do Partido Social Democrata (PSD) e correligionário do então presidente –, assinou um ‘Memorando de Entendimento’ com a Troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional) que, em nome da austeridade e da recuperação das contas públicas do país, produziu ainda mais empobrecimento e dependência, com forte redução do Estado Social, altas taxas de desemprego, congelamento e achatamento de salários (Reis, 2014; Carmo, 2012). Poucos anos mais tarde, em 2015, com os trabalhadores organizados em agitação permanente e unidos em torno de um programa mínimo sintetizado pelo mote das ruas ‘Que se lixe a troika’, teve lugar uma inédita aliança governativa entre forças de esquerda desde o 25 de Abril, jocosamente conhecida como ‘geringonça’ (que reunia o Partido Socialista - PS, o Partido Comunista Português - PCP, o Bloco de Esquerda - BE e o Partido Ecologista ‘Os Verdes’ - PEV). Para além do significativo

aumento do emprego e recuperação dos salários e de políticas públicas com impacto social, o governo da ‘geringonça’ (2015-2019), liderado por António Costa (PS), foi também tensionado por tentativas de avanço no sentido da ampliação da participação do Estado nas políticas sociais. Um dos projetos postos à mesa pelas esquerdas (ainda que com consideráveis conflitos internos à própria ‘geringonça’) foi justamente a revisão da Lei de Bases da Saúde (responsável pelas diretrizes do SNS), com o fito de substituir a então vigente, gestada em 1990, durante o último dos três governos neoliberais de Aníbal Cavaco Silva (PSD), e que favorecia abertamente o crescimento do setor privado na saúde em concorrência estimulada com o setor público (Varela, 2019).

De fato, já nos primeiros dias do mês de fevereiro de 2018, o então ministro da saúde, Adalberto Campos Fernandes (PS), criou uma Comissão de Revisão da Lei de Bases da Saúde, e pôs na presidência sua correligionária Maria de Belém Roseira (Tecno Hospital, 2018), que havia sido ministra da mesma pasta entre 1995 e 1999, durante o primeiro dos governos chefiados por António Guterres (PS). O cenário era de franco embate: de um lado, as esquerdas formadas por comunistas, bloquistas, verdes e uma parte dos socialistas; no meio, no ‘centro extremo’, o restante do PS, capitaneado por Fernandes e Belém; à direita, mas com pose de centro, o PSD do presidente e forças aliadas, contidos pela derrota imposta pelas ruas, mas de pé. Eis os “hemisférios” a que se referiu Rebelo de Sousa, bem como a “urgência” de um “consenso nacional” (entenda-se: que pudesse frear a expansão do *público* e a contenção do *privado* na saúde).

Não por acaso, a CNS nasceria dois meses mais tarde. Já em junho, ainda enquanto a primeira versão da nova Lei de Bases estava sob consulta pública (Lopes, 2018a), a entidade lançava-se oficialmente e, em badalado seminário (Maia, 2019a), apresentava suas conclusões sobre o que fazer com o SNS, das quais a porta-voz foi a então bastionária da Ordem dos Farmacêuticos, Ana Paula Martins, pertencente também às fileiras do PSD e ainda ministra da saúde enquanto estas linhas são escritas. Em dezembro, dois dias antes da aprovação da primeira versão consolidada da nova lei pelo Conselho de Ministros – que marcou a derrota da proposta defendida por Belém e a vitória das forças de esquerda –, a CNS entregou formalmente a Rebelo de Sousa sua

‘Agenda da Saúde para a Década’, consolidada a partir desse seminário (Maia, 2018b). Acusando o golpe e tentando uma última cartada, já que o texto da nova lei ainda deveria passar pelo crivo da Assembleia da República, Rebelo de Sousa não hesitou em proferir, pela imprensa, no mês seguinte, uma ameaça de veto à lei, caso ‘aprovada só à esquerda’. Na mesma oportunidade, apostando no divisionismo, fez ainda um aceno aos que, acreditava, poderiam retribuir a cortesia e engordar as fileiras da ‘moderação’: “[não deve existir] grande clivagem entre PS e PSD” (Lopes, 2019b). Delimitava explicitamente, assim, o terreno aceitável do ‘consenso’ que buscava.

Mas agora vejamos o documento em questão, a ‘Agenda’ propriamente dita. Dividida em nove seções²¹, que correspondem às nove conferências que tiveram lugar no seminário de junho, suas análises e propostas transitam por alguns pontos essenciais que dessa forma podemos sintetizar: 1) O *sistema* é misto e isto precisa ser definitivamente aceito por todos, em benefício da maximização dos ganhos para os utentes²²; 2) É necessário combater o subfinanciamento crônico da saúde através do estabelecimento de parâmetros legais que contemplem essa demanda; 3) É preciso expandir a rede de Unidades de Saúde Familiar (USF), garantindo que todos tenham médico de família; 4) Para as pequenas e médias empresas é decisivo que se criem condições para ampliar a oferta de seguros de saúde para seus trabalhadores; 5) O setor saúde deve ser compreendido como polo privilegiado de desenvolvimento econômico para o país e, como tal, entre outras medidas, deve-se investir na atração de capitais estrangeiros para ampliação de investimentos. Como se vê, temos aqui de fato uma agenda, do setor privado (e não de *todos* os portugueses), de combate (e não de consenso), na contramão da maré montante que a conjuntura política antiausteridade, sob governo construído majoritariamente à esquerda, indicava.

²¹ Quais sejam: Políticas Públicas de Proximidade: O cidadão no centro da prestação de cuidados de saúde; A Revisão da Lei de Bases da Saúde; A Inovação em Saúde: Acesso e Equidade; Desafio Demográfico: Políticas de Natalidade e Envelhecimento Ativo; Público. Privado. Social: A complementaridade do Sistema de Saúde como um ganho para o Utente; Como adequar financiamento às necessidades?; Recursos Humanos na Saúde: Formação, Motivação e Liderança; O Valor Económico da Saúde; O Amanhã somos Nós (CNS, 2018, p. 30).

²² Designação que corresponde a ‘usuários’ no Brasil.

Senão vejamos, em breves apontamentos: 1) O que se pretende como dado de realidade pacificado (um ‘sistema misto’) é justamente o teor da disputa que as forças do capital pretendem recusar, negando o conflito como forma de continuarem a vencê-lo; 2) Tal como no Brasil, a demanda, pelo setor privado, de mais recursos para a saúde, não é contraditória com o processo de privatização, mas uma necessidade para o capital, que crescentemente tem precisado do fundo público para se manter e reproduzir ampliadamente; 3) A área cinzenta preferencial do discurso ideológico (que torce e oculta a percepção do real, embora parta de um real efetivamente existente), no que se refere à bandeira da expansão das USFs pelos privados, fica bem caracterizada por um trecho da fala de abertura proferida, no referido seminário, por Orlando Monteiro da Silva, então bastionário²³ da Ordem dos Médicos Dentistas: “À população não interessa se os cuidados de saúde são prestados pelo público, pelo privado ou pelo social” (Convenção Nacional da Saúde, 2018, p. 20); 4) A expansão do mercado dos planos de saúde seria virtuosa para o ‘sistema’ por uma simples razão (de *mercado* e não de *direito*): os que podem pagar teriam o seu ‘direito de escolha’ preservado (onde, como e por quem desejarem ser atendidos) e ainda, ‘solidariamente’, permitiriam que os recursos públicos, supostamente escassos, fossem direcionados àqueles que de fato precisam do SNS, por incapacidade de pagamento; 5) Sob uma perspectiva política que nega o conflito social entre classes e supõe que tudo se resume ao trato cortês das negociações entre diferentes (e não *designais*) e da ‘construção de pontes e consensos’, esfumaçam-se as contradições entre saúde como *mercadoria* e como *direito*.

Dessa forma, bem recebida e elogiada pela chamada ‘opinião pública’, a Convenção, cumprindo exitosamente o papel que dela se esperava, alcançou rápido reconhecimento e legitimação também no meio político. Com pouco menos de dois anos de existência, recebeu da Assembleia da República o prêmio Direitos Humanos 2020 (Maia, 2019c; Portugal, 2021). Pelo exposto, podemos dizer que figura atualmente como uma das mais ativas entidades do ‘setor não-

²³ Em Portugal, título atribuído a quem, por eleição dos pares em ordem profissional, assume a condução do órgão.

lucrativo’ em Portugal em defesa dos interesses empresariais na saúde. A título de ilustração, destaque-se, em nossa defesa, que tanto o antigo ministro da saúde, Manuel Pizarro²⁴, quanto a que lhe sucedeu no comando da pasta, Ana Paula Martins, aderiram ao chamado da CNS e dela participaram. Pizarro, inclusive, antes de assumir o cargo, liderava a entidade como seu ‘alto-comissário’. Em seu lugar, a partir de então, assumiu o posto António Lacerda Sales²⁵.

Por fim, cabe ressaltar que a entidade é presidida desde o início por Eurico Castro Alves, e neste ponto nos deteremos um pouco, posto que o que se verá em termos de promiscuidade entre o público e o privado e conflitos flagrantes de interesses não é caso isolado nem tampouco um acidente de percurso, mas a forma por excelência através da qual os interesses das classes dominantes se organizam, na confluência entre sociedade civil e Estado. Que isto seja pouco notado ou passe despercebido, é condição do exercício da dominação. Como bem perceberam Louçã, Lopes e Costa, “mesmo exibindo a sua fortuna e poder, ela [a burguesia] é a classe mais invisível nos seus modos de organização” (2014, p. 11).

Castro Alves é médico e, tal como Martins e Pizarro, transita com desenvoltura entre as esferas pública e privada. Ideopoliticamente alinhado ao CDS-Partido Popular (CDS-PP)²⁶ e próximo também

²⁴ Ministro entre 10 de setembro de 2022 e 2 de abril de 2024, sob o governo liderado por António Costa (PS).

²⁵ Rebelo de Sousa e Martins pertencem às fileiras do PSD, como dissemos, enquanto Pizarro e Lacerda Sales são filiados ao PS. Martins, farmacêutica por formação, para além da carreira acadêmica, como professora universitária, e ex-bastionária da Ordem dos Farmacêuticos (2016-2022), prestou extensa folha de serviços ao mercado privado farmacêutico, nacional e estrangeiro, antes de assumir a pasta da Saúde, em 2024. Pizarro, médico por formação, tem tido intensa vida político-partidária desde 2005, quando foi eleito deputado à Assembleia da República pela primeira vez. Entre 2008 e 2011 exerceu o cargo de secretário de Estado da Saúde ao longo de dois governos constitucionais consecutivos. Em 2018 assumiu a liderança da CNS, de onde sairia em 2022 diretamente para o cargo de ministro de Estado da Saúde, em substituição à ministra demissionária Marta Temido. Lacerda Sales fez o movimento rigorosamente inverso ao de Pizarro: entre 2019 e 2022 foi secretário de Estado da Saúde, sob a gestão de Temido, e de lá saiu para liderar a CNS (Portugal, 2023, 2024; Público, 2023).

²⁶ O CDS-PP é um partido conservador, inspirado na democracia cristã. Sua origem remonta a 1974, quando nasceu com o nome de Partido do Centro Democrático Social (CDS). Em 1993 decidiu-se pela nova designação, que o acompanha até os dias atuais. Como parte integrante da coligação Aliança Democrática, com o PSD, formou em março de 2024 e maio de 2025, respectivamente, os XXIV e XXV governos constitucionais da República portuguesa – em exercício este último até a presente data, ambos liderados por Luís Montenegro (PSD) (CDS, 2025; Portugal, 2025).

do PSD, foi por anos (2005-2012) dirigente da Entidade Reguladora da Saúde (ERS) – que é parte da estrutura administrativa do SNS, responsável pela regulação das atividades dos setores público, privado, cooperativo e social – e ocupou ainda a presidência do Infarmed/Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos da Saúde, entre 2012 e 2015. Em março de 2016, logo após sua meteórica passagem pelo governo liderado por Passos Coelho, ao fim de 2015, como secretário de Estado da Saúde, fundou a empresa *Wise Healthcare Solutions* (Wise HS), que oferece serviços de consultoria no âmbito da prestação de cuidados em saúde e especializou-se na obtenção de licenciamentos para o uso de canábis medicinal junto ao Infarmed que havia presidido, em flagrante conflito de interesses. Para além dos serviços prestados por sua empresa²⁷, as credenciais de Alves em suas passagens por órgãos públicos da administração em saúde costumam atrair investidores estrangeiros, para os quais fornece os seus serviços de lobista participando da direção e dos conselhos de administração das empresas contratantes (Portugal, 2015; Branco, 2024)²⁸. Recentemente, o caso mais espetaculoso em que tomou parte envolveu a corporação de origem escocesa *Symptomax*. Suspeita de fraude em suas operações, e denunciada pela *Offshore Alert*, que monitora finanças internacionais que movimentam grandes volumes de dinheiro, teve mesmo assim o seu produto licenciado pelo Infarmed, em junho de 2021, ainda que a direção do Instituto tenha tomado previamente conhecimento das denúncias (Branco, 2024).

²⁷ Matéria investigativa recheada de dados, publicada em novembro de 2024 e assinada pelo jornalista Luís Branco, revelou uma parte da teia de relações por onde passam os negócios 'privados' do presidente da CNS: "Uma das empresas detidas pela Wise HS, embora minoritária com 43% do capital, é a *HLine Healthcare* Ltda, também fundada no ano passado [2023]. O parceiro maioritário é a LFPC - Gestão e Consultoria Ltda, que por sua vez detém 40% da *ANLHealth*, que junta sócios espanhóis do ramo das análises clínicas como a Analiza e a Cerbo. O administrador da LFPC, da *ANLHealth* e de mais dez empresas do setor das análises e radiologia é Pedro Miguel Rodrigues Carrilho. Algumas delas - *ANLHealth*, *G24 Healthcare Solutions* e *Lifefocus* - foram apanhadas pela Autoridade da Concorrência no cartel de telerradiologia. A *HLine* tornou-se parceira no ano passado dos fundos 3T Portugal e Atena Equity Partners para a gestão por 30 anos do Hospital da Lapa, propriedade da Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, através da *Lapacare - Health Management SA*, que tem ECA como vogal na administração" (Branco, 2024).

²⁸ A página da web da Wise HS (<https://wisehs.eu/pt/home>), quando consultada por nós, em fevereiro e outubro de 2025, encontrava-se sem conteúdo acessível, acompanhada da seguinte mensagem: "Em atualização. Pedimos desculpa pelo incómodo".

Mais recentemente, novos elementos destas relações nada republicanas vieram à tona. No mês seguinte à tomada de posse do novo governo chefiado por Luís Montenegro, em abril de 2024, a recém-empossada ministra da saúde, Ana Paula Martins, dando consequência a um compromisso de campanha da Aliança Democrática (AD), instituiu um grupo de trabalho para, no prazo de 30 dias, apresentar um Plano de Emergência do SNS, diante da acelerada degradação das condições de acesso à saúde que vem pautando o debate público há alguns anos. O escolhido para liderar o grupo foi justamente Eurico Castro Alves. O seu peso político e a representação de interesses privados que sustenta (próprios e de terceiros) junto ao governo Montenegro e ao Ministério da Saúde parecem notáveis. Postos-chave da pasta foram ocupados por pessoas muito próximas a Castro Alves, a começar por António Gandra de d'Almeida, que assumiu o cargo de diretor executivo (CEO) do SNS e foi integrante da lista eleita para a Seção Regional do Norte da Ordem dos Médicos, presidida por Alves entre 2023 e 2025 (SRNOM, 2025)²⁹. No momento em que este texto está sendo escrito, estão presentes ainda nas estruturas governamentais da Saúde, Alberto Caldas Afonso – ex-orientador de doutorado de Alves –, como presidente da Comissão Nacional da Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente (*Healthnews*, 2024; *Publico*, 2025), criada por proposta de Castro Alves no mesmo Plano de Emergência que liderou³⁰; e Ana

²⁹ Em janeiro de 2025, Gandra d'Almeida demitiu-se do cargo em função de uma acusação por acumulação ilegal de cargos, após tornar-se diretor executivo, o que alcançou grande repercussão (Gustavo, 2025).

³⁰ Em novembro de 2024 veio a público uma carta assinada por centenas de médicos (atualmente já são 1.039 os signatários), dirigida ao Bastionário da Ordem dos Médicos (OM), Carlos Cortes, denunciando graves conflitos de interesses que implicavam vários dos seus dirigentes. Embora sem citar nomes, a referência a Castro Alves é nítida: “É pública e notória a existência de conflitos de interesse em vários dirigentes da Secção Regional do Norte (SRN) da OM, traduzida no facto de vários dos seus dirigentes serem os principais autores do Plano de Emergência e Transformação na Saúde (PES), da responsabilidade do Ministério da Saúde. Mais grave ainda, o Presidente da SRN, principal responsável pelo PES, por nomeação do poder político representa, em simultâneo, a OM no grupo de trabalho de acompanhamento do referido plano, numa acumulação lamentável de funções”. Outros nomes são ali referidos indiretamente, entre os quais o de Alberto Caldas Afonso, que acabamos de citar, posto que, para além de presidente da comissão por nós referida, é membro da Comissão Permanente do Conselho Nacional da OM. António Gandra d'Almeida, também há pouco citado por nós, é outro dos que foram indiretamente indigitados na carta. Diante da repercussão da denúncia, semanas mais tarde Castro Alves demitiu-se da comissão responsável por avaliar o trabalho que ele mesmo coordenava (e manteve-se coordenando) e Gandra d'Almeida desvinculou-se da OM (Campos, 2024a; Maia, 2025). Para o conteúdo integral da carta, ver: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfqCN8Whx7y4MDg_UdA-55cmeSkUbwm9Gsf2CT7GOCGO_iD6kw/viewform?pli=1. Acesso em: 26 mar. 2025.

Povo, atual secretária de Estado da Saúde que trabalhou na empresa de Alves, a *Wise HS* (Branco, 2024)³¹. Recentemente, o influente médico trouxe a público o seu mais novo negócio: a empresa de seguros de saúde Mútua Saúde³², escancarando ainda mais a promiscuidade interessada entre público e privado, protagonizada pelos que criam ou encontram já pavimentadas as condições de trânsito entre a administração pública e os interesses privados. Não é de estranhar que as críticas à esquerda que o referido Plano tem recebido versem exatamente sobre o seu caráter privatizante (Carmo, 2024; Esquerda.net, 2024a).

Agora caracterizado, eis o particular travestido de universal em ato. Mas queremos insistir em um ponto: embora inevitável, por vezes, a personalização dos agentes através dos quais os interesses de classe se movem, estamos estudando um fenômeno que não se reduz a um ou mais indivíduos, caracterizando-se estruturalmente por seu caráter de classe. Foi precisamente este o registro que Louçã, Lopes e Costa (2014) emprestaram ao seu detalhado estudo sobre a burguesia em Portugal (*quem são, como vivem, como mandam*). Com eles, de forma complementar à nossa análise, encerramos esta seção:

461

A burguesia define-se então pela relação social de acumulação de valor na sociedade de classes, por via da exploração direta e indireta, mas também pela sua capacidade de cooptação, de reprodução, de governação e de legitimação. A forma dominante de cooptação é a associação entre os interesses da acumulação de capital e os grupos de governantes e ex-governantes, criando o mais importante processo de mobilidade social no país. A cooptação permite e gere uma naturalização e interiorização do poder económico que é o principal fator de estabilidade do poder político, além de garantir a eficácia do sistema rotativo dos partidos no governo. Os 776 ministros e secretários de Estado que ocuparam todos os cargos dos governos constitucionais provêm sobretudo do PSD (296), do PS (295) e do CDS (54) e ainda, de forma mais marginal, de independentes ou de outros partidos. Eles repetiram-se 505 vezes em funções governativas e ocuparam 1281 cargos. Quase dois terços daqueles sobre os quais há informação detalhada,

³¹ Miguel Mendes Pinto, adjunto da secretária de Estado da Saúde, também prestou serviços para a *Wise HS*, tal como aconteceu com a atual ministra (Branco, 2024).

³² Ver: <https://mutuasaude.pt/fundadores/>. Acesso em: 04 fev. 2025.

que são 90% desta população, têm, tiveram ou passaram a ter relações de responsabilidade em empresas, nomeadamente como administradores. Entre eles, metade dos que ocuparam funções oficiais com o PS foram do governo para o topo das empresas e dois terços dos do PSD e CDS seguiram o mesmo caminho (Louçã, Lopes e Costa, 2014, p. 504)

6. Considerações Finais

A partir desse breve panorama, parece possível afirmar que, seguindo uma tendência mundial, também no Brasil e em Portugal as disposições filantrópicas e não-lucrativas das OSCs e das ESNL configuram-se em verdade como espaços de ação estratégica e farta produção ideológica do capital, com o fito de ampliar a apropriação privada dos fundos públicos e parcelas cada vez maiores das massas salariais, ainda que a percepção comum que predomina sobre tais entidades costume passar ao largo dessa noção³³. Aplaudidos como cordeiros, atuam como lobos – o que, em termos gramscianos, não significa nada mais nada menos do que a resultante do trabalho diuturno de construção dos ‘consensos’ que servem à dominação.

Brasil e Portugal guardam importantes diferenças, como formações sociais muito distintas que são. Suas histórias políticas recentes, que resultaram, entre outras conquistas, em sistemas universais de saúde, originaram-se também a partir de processos históricos qualitativamente diferentes. No Brasil, ainda, a potência do setor privado é anterior à redemocratização e, em Portugal, posterior à Revolução. Mas uma coisa carregam em comum: em ambos os países foi (e continua sendo) o Estado (em termos gramscianos) o grande veículo do crescimento, da acumulação e da concentração de capitais do setor privado na saúde.

A combinação dos elementos que trouxemos para a análise com os estudos existentes a respeito dos processos de privatização na saúde em ambos os países (Costa e Bahia, 2024; Maia, 2021, entre outros), além da observação empírica da realidade, autoriza-nos a afirmar que

³³ Partindo de Gramsci e com o fito de conferir maior precisão categorial para o fenômeno, Virginia Fontes tem utilizado a categoria de APHEs (Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais). Ver artigo da autora neste livro.

não pode haver expansão do setor privado sem que a ela se combine a redução, o não crescimento ou mesmo o desaparecimento do setor público. Não à toa, está em curso, no Brasil e também em Portugal, uma forte tendência de aumento dos gastos privados (famílias) em saúde em relação inversamente proporcional à diminuição dos gastos públicos (Campos, 2024b; Fiocruz, 2022; Corsini e Soares, 2022; Esquerda.net, 2024b; Vecina, 2024). Não se trata nem nunca se tratou de um jogo de ‘ganha-ganha’.

No nosso tempo histórico, a crise estrutural de reprodução do sistema do capital (Mészáros, 2007) alterou qualitativamente as formas políticas de atuação das burguesias. A aceleração sem precedentes da concentração e da centralização dos capitais, como percebidas por Marx (2017), em escala cada vez mais internacionalizada, acontece em socorro da crise e tão velozmente quanto ela se desenvolve (Fontes, 2011). A precarização, a perda de direitos, a informalização da força de trabalho e o consequente barateamento do seu valor tem sido outra ‘saída’ intensamente buscada pelo capital. Por fim, e de modo associado às formas anteriores, a captura do ‘fundo público’ ampliou-se muitíssimo em volume e sofisticou-se na forma como decisiva boia de salvação das margens de lucro das burguesias, especialmente de suas frações financeiras (Behring *et al.*, 2023).

Se assim é, a intensidade contemporânea da manifestação deste fenômeno associativista empresarial, face a regressividade continuada das suas margens de lucro (Roberts, 2022), pode estar na origem da propalada ‘crise das democracias’. A historiadora Virgínia Fontes (2017) chama a este excesso de atividade pró-hegemônica das grandes burguesias de “hegemonismo”. A captura ou a desativação de canais institucionais, já limitados, de atendimento de demandas das classes subalternas é a face mais visível do fenômeno. A acelerada ascensão da extrema direita, que tem capitalizado o descontentamento popular, por um lado, ao mesmo tempo que oferece ao capital uma solução abertamente reacionária e violenta, por outro, é o desdobramento trágico do fenômeno – nitidamente sentido tanto no Brasil quanto em Portugal. O associativismo burguês contemporâneo, que neste breve trabalho pudemos observar em ato, repousa sobre este terreno histórico e, para nós, com este rigor deve ser compreendido para ser enfrentado.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE VERIFICAÇÃO DE MEDICAMENTOS (MVOPTUGAL). **Sobre nós**. 2025. Disponível em: <https://mvoportugal.pt/pt/sobre-nos>. Acesso em: 29 jan. 2025.

BEHRING, E.; CISLAGHI, J.; CASSIN, M.; DEMIER, F.; CAITETE, T.; SOUZA, G. (orgs.). **Fundo Público, Orçamento e Política Social – 20 anos do GOPSS/Uerj**. Curitiba: Editora CRV, 2023. Disponível em: <https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/38349-fundo-publico-orcamento-e-politica-social-20-anos-do-gopss-uerj?srsltid=AfmBOoozIIOh06lXXxkZCgAmNwDN-RwY_1GRRzTmtv25DBqJ6t4AzkBx>. Acesso em: 04 fev. 2025.

BORGES, F. T. A cilada de Armínio Fraga para o SUS. **Outra Saúde**, 18 out. 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasaude/a-cilada-de-arminio-fraga-para-o-sus/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

464

BRANCO, L. Eurico Castro Alves, sombra de ministra, ‘o melhor de dois mundos’ na Saúde. **Esquerda.net**, 11 nov. 2024. Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/eurico-castro-alves-sombra-de-ministra-o-melhor-de-dois-mundos-na-saude/92846>. Acesso em: 03 fev. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Comissão Nacional de Ética em Pesquisa**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/sobre-o-conselho/camaras-tecnicas-e-comissoes/conep>. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. Secretaria-Geral. **Painel 06 - Impactos econômicos, políticos e sociais da atuação das OSC**. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/dialogos/parcerias/seminario/painel-6-impactos-economicos-politicos-e-sociais-da-atuacao-das-osc>. Acesso em: 26 dez. 2024.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Reforma do Estado para a cidadania – a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. São Paulo: Editora 34; Brasília: ENAP, 1998.

CAMPOS, A. C. de. **Reformas da Saúde – o fio condutor**. Coimbra: Almedina, 2008.

CAMPOS, A. Despesa directa das famílias com a saúde aumentou em 2023. **Público**, 5 jul. 2024b. Disponível em: <https://www.publico.pt/2024/07/05/sociedade/noticia/despesa-directa-familias-saude-aumentou-2023-2096474>. Acesso em: 4 fev. 2025.

CAMPOS, A. Eurico Castro Alves pede para sair da comissão que avalia o plano de emergência da saúde. **Público**, 12 dez. 2024a. Disponível em: <https://www.publico.pt/2024/12/12/sociedade/noticia/eurico-castro-alves-pede-sair-comissao-avalia-plano-emergencia-saude-2115461>. Acesso em: 26 mar. 2025.

CARMO, I. do. “A troika, o memorando e os Serviços de Saúde”, In: CARMO, I. do (org.). **Serviço Nacional de Saúde em Portugal** – as ameaças, as crises e os desafios. Coimbra: Almedina, 2012. p. 85-89.

CARMO, I. do. Estrutura, prioridade e objectivos do Plano para a Saúde do governo. **Le Monde Diplomatique**, jun. 2024. Disponível em: <https://pt.mondediplo.com/2024/06/estrutura-prioridade-e-objectivos-do-plano-para-a-saude-do-governo.html>. Acesso em: 6 mar. 2025.

CDS – Partido do Centro Democrático Social. **História**. 2025. Disponível em: <https://www.cds.pt/historia.html>. Acesso em: 3 fev. 2025.

CO-LA ACCEL BIO. **Sobre nós**. 2025. Disponível em: <https://accelbio.pt/about-us/#what-we-do>. Acesso em: 27 jan. 2025.

COLLUCCI, C. Não é possível voltar ao modelo original do SUS, diz Armínio Fraga. **Folha de S. Paulo**, 12 out. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2024/10/nao-e-possivel-voltar-ao-modelo-original-do-sus-diz-arminio-fraga.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2025.

Conselho das Finanças Públicas (CFP). Glossário – **Valor Acrescentado Bruto**. Disponível em: <https://www.cfp.pt/pt/glossario/valor-acrescentado-bruto>. Acesso em: 26 dez. 2024.

CONVENÇÃO NACIONAL DA SAÚDE (CNS). **Agenda para a Década**. 2018. Disponível em: <<https://cnsaude.pt/a-convencao/>>. Acesso em 03 jan. 2025.

CONVENÇÃO NACIONAL DA SAÚDE (CNS). **Conselho Superior**. 2025. Disponível em: < <https://cnsaude.pt/conselho-superior/>>. Acesso em 02 fev. 2025.

COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL (Cases). **Conta Satélite da Economia Social (CSES) – 2019-2020**. Disponível em: <https://cases.pt/contasatelitedaes/> (p. 30). Acesso em: 26 dez. 2024.

CORSINI, I. e SOARES, F. Brasil ocupa penúltima posição no ranking de gastos públicos em saúde, segundo IBGE. **CNN Brasil**, 14 abr. 2022.

Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/brasil-ocupa-penultima-posicao-no-ranking-de-gastos-publicos-em-saude-segundo-ibge/>. Acesso em: 4 fev. 2025.

COSTA, D. e BAHIA, L. **Crise econômica e sanitária e o universalismo privatizante no Sistema de Saúde do Brasil**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial; FAPERJ, 2024.

DANTAS, André Vianna. Coronavírus, o pedagogo da catástrofe: lições sobre o SUS e a relação entre público e privado. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/BxSvKF5cFWG7wHkQdhtBcRk/?lang=pt>. Acesso em: 02 nov. 2025.

DANTAS, A. V. “Entre reforma e revolução: sistemas universais de saúde no Brasil e em Portugal”, In; DANTAS, A. V. e PRONKO, M. A. **Estado, políticas e a relação público-privado na saúde e na educação**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2025 (no prelo).

466

ESQUERDA.NET. **Anúncio da ministra confirma estratégia do Governo de “aumentar a transferência do SNS para o privado”**, 4 set. 2024a. Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/anuncio-da-ministra-confirma-estrategia-do-governo-de-aumentar-transferencia-do-sns-para-o>. Acesso em: 6 mar. 2025.

ESQUERDA.NET. **Portugal no topo dos países da OCDE em que famílias mais têm de gastar na Saúde**, 12 jul. 2024b. Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/portugal-no-topo-dos-paises-da-ocde-em-que-familias-mais-tem-de-gastar-na-saude/91622>. Acesso em: 6 mar. 2025.

FIOCRUZ. **Gasto per capita com saúde aumentou 29,3% de 2015 a 2019**, 3 fev. 2022. Disponível em: <https://fiocruz.br/noticia/2022/02/gasto-capita-com-saude-aumentou-293-de-2015-2019>. Acesso em: 4 fev. 2025.

FONTES, V. “Hegemonismos e política”, In: MATTOS, M. B. (org.). **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. p. 207-236.

FONTES, V. Capitalismo filantrópico? – múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. **Marx e o marxismo**, vol. 8, n. 14, jan./jun. 2020. p. 15-35.

FONTES, V. Gramsci, Estado e sociedade civil: anjos, demônios ou lutas de classe?. **Revista Outubro**, n. 31 (2º sem/2018). Disponível em: <http://>

outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/01/09_Virginia-Fontes.pdf. Acesso em: 26 dez. 2024.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo – teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz; Editora UFRJ, 2010.

GADELHA, C. A. G. Complexo Econômico-Industrial da Saúde: a base econômica e material do Sistema Único de Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 2022; 38 Sup 2:e00119722. doi: 10.1590/0102-311X00263321

GLOBAL NGO TECHNOLOGY REPORT. **25 Facts and Stats about NGOs Worldwide**. 2018. Disponível em: <https://techreport.ngo/previous/2017/facts-and-stats-about-ngos-worldwide.html>. Acesso em: 27 dez. 2024.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, A. **O leitor de Gramsci (escritos escolhidos, 1916-1935)**. Carlos Nelson Coutinho (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GUSTAVO, R. Gandra d’Almeida demite-se da direção executiva do SNS após a SIC noticiar acumulação de salários. **Expresso**, 17 jan. 2025. Disponível em: <https://expresso.pt/sociedade/saude/2025-01-17-gandra-dalmeida-demite-se-da-direcao-executiva-do-sns-apos-a-sic-noticiar-acumulacao-de-salarios-40a4d86e>. Acesso em: 27 mar. 2025.

HEALTH CLUSTER PORTUGAL. **Quem somos**. 2025. Disponível em: <https://www.healthclusterportugal.pt/pt/apresentacao/quem-somos/>. Acesso em: 29 jan. 2025.

HEALTHNEWS – Jornalismo de Saúde. **Caldas Afonso vai presidir à nova Comissão Nacional da Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente**, 26 jul. 2024. Disponível em: <https://healthnews.pt/2024/07/26/caldas-afonso-vai-presidir-a-comissao-nacional-da-saude-da-mulher-da-crianca-e-do-adolescente-e-criada/>. Acesso em: 27 mar. 2025.

INOVAÇÃO EM CIDADANIA EMPRESARIAL (ICE). **Saúde e Educação são mais de 60% do PIB do terceiro setor, aponta estudo Sitaw/Fipe**, 24 mar. 2023. Disponível em: <https://ice.org.br/2023/03/24/>

saude-e-educacao-sao-mais-de-60-do-pib-do-terceiro-setor-aponta-estudo-sitawi-fipec/. Acesso em: 3 jan. 2025.

INSTITUTO COALIZÃO SAÚDE (ICOS). **Associados**. 2025. Disponível em: <https://icos.org.br/quem-somos/associados/>. Acesso em: 27 jan. 2025.

INSTITUTO COALIZÃO SAÚDE (ICOS). **Propostas para a Saúde do Brasil, 2023-2030**. (Lincoln A. Moura Jr.; Denise Eloi; Giovanni Guido Cerri; Marcelo Lúcio da Silva – Orgs.), 2022. Disponível em: <https://icos.org.br/propostas-para-a-saude-do-brasil-2023-2030/>. Acesso em: 27 jan. 2025.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA POLÍTICAS DE SAÚDE (IEPS) & UMANE. (2024). **Setor Privado e Relações Público-Privadas da Saúde no Brasil: Em Busca do Seguro Perdido**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos para Políticas de Saúde. Disponível em: <https://ieps.org.br/setor-privado-relacoes-publico-privadas-saude-volume-unico/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

INSTITUTO TODOS PELA SAÚDE (ITpS). **Comunicação**, 12 set. 2024. Disponível em: <https://www.itps.org.br/comunicacao/instituto-todos-pela-saude-e-condecorado-com-medalha-de-merito-oswaldo-cruz>. Acesso em: 14 jan. 2025.

INSTITUTO TODOS PELA SAÚDE (ITpS). **Pesquisas**. 2025. Disponível em: <https://www.itps.org.br/pesquisas>. Acesso em: 14 jan. 2025.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mapa das Organizações da Sociedade Civil**, 2024. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/>. Acesso em: 27 dez. 2024.

LEHER, R. Mercantilização da Educação Básica, Sistemas de Ensino e Plataformas de Trabalho como expressões da pedagogia do capital. **Revista Paradigma**, Vol. XLIV, Edição Temática N. 4: Políticas Educacionais em Tiempos de Mercantilización; Set. 2023. p. 34-60.

LOFF, M. “A revolução, do 11 de março ao 25 de novembro de 1975: impulso, auge e refluxo”, In: ROSAS, F. **Revolução portuguesa, 1974-1975**. Lisboa: Tinta da China, 2022. P. 78-120.

LOPES, A. S. Marcelo está decidido: veta uma Lei de Bases da Saúde aprovada só à esquerda. **Público**, 30 jan. 2019b. Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/01/30/politica/noticia/marcelo-veta-lei-bases-saude-so-aprovada-esquerda-1859925>. Acesso em: 12 fev. 2025.

LOPES, M. Lei de Bases da Saúde quer reforço do financiamento para premiar melhores profissionais. **Público**, 19 jun. 2018a. Disponível em: <https://www.>

publico.pt/2018/06/19/sociedade/noticia/lei-de-bases-da-saude-quer-reforco-do-financiamento-para-premiar-melhores-profissionais-1835058. Acesso em: 12 fev. 2025.

LOUÇÃ, F.; LOPES, J. T.; COSTA, J. **Os burgueses – quem são, como vivem, como mandam**. Lisboa: Bertrand Editora, 2014.

MAIA, A. Agenda para a Década na Saúde propõe calendário de investimentos para o SNS. **Público**, 11 dez. 2018b. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/12/11/sociedade/noticia/agenda-decada-saude-propoe-calendario-investimentos-sns-1854411>. Acesso em: 12 fev. 2025.

MAIA, A. Convenção da Saúde não quer um SNS para “pobres” nem “gerido por preconceitos”. **Público**, 18 jun. 2019a. Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/06/18/sociedade/noticia/convencao-saude-nao-quer-sns-pobres-gerido-preconceitos-1876854>. Acesso em: 12 fev. 2025.

MAIA, A. Mais de mil médicos já assinaram carta que questiona “conflito de interesses” de dirigentes da Ordem dos Médicos. **Público**, 15 jan. 2025. Disponível em: <https://www.publico.pt/2025/01/15/sociedade/noticia/mil-medicos-ja-assinaram-carta-questiona-conflito-interesses-dirigentes-ordem-medicos-2118881>. Acesso em: 26 mar. 2025.

MAIA, A. Saúde: entre o “desafio para a década” e o “ponto de não retorno”. **Público**, 12 nov. 2019c. Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/11/12/sociedade/noticia/saude-desafio-decada-ponto-nao-retorno-1893427>. Acesso em: 22 fev. 2025.

MAIA, B. **O negócio da Saúde – como a medicina privada cresceu graças ao SUS**. Lisboa: Bertrand Editora, 2021.

MARX, K. **O capital – crítica da economia política**, livro I. São Paulo: Boitempo, 2017.

MENDES, A. e CARNUT, L. (orgs.). **Economia Política da Saúde – uma crítica marxista contemporânea**. São Paulo: Hucitec Editora, 2022. (Saúde em Debate, 333)

MENDES, S. R. C. **Enquadramento das Entidades do Setor Não Lucrativo no atual Sistema Normativo Contabilístico em Portugal**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra. Coimbra: FEUC, 2016.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MONTAÑO, C. (org.). **O canto da sereia – crítica à ideologia e aos projetos do “TERCEIRO SETOR”**. São Paulo: Cortêz, 2014.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e questão social – crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortêz, 2007.

MOURA, J. “Certamente teremos dividendos extraordinários, diz CEO do Itaú”. **Folha de S. Paulo**, 5 nov. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/11/certamente-teremos-dividendos-extraordinarios-diz-ceo-do-itaui.shtml>. Acesso em: 15 jan. 2025.

PORTUGAL. Boletim da Assembleia da República. **Prêmio Direitos Humanos 2020**, mar. 2021. Disponível em: <https://app.parlamento.pt/comunicar/V1/202103/71/artigos/art3.html>. Acesso em: 23 fev. 2025.

PORTUGAL. Governo de Portugal. Ministério da Saúde. **Secretários de Estado**. 2015. Disponível em: <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc20/os-ministerios/ms/conheca-a-equipa/secretario-estado/eurico-castro-alves.aspx>. Acesso em: 3 fev. 2025.

PORTUGAL. República Portuguesa, **XXIII Governo**. 2023. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/area-de-governo/saude/ministro>. Acesso em: 3 fev. 2025.

PORTUGAL. República Portuguesa, **XXIV Governo**. 2024. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc24/area-de-governo/saude/ministro>. Acesso em: 3 fev. 2025.

PORTUGAL. República Portuguesa, **XXV Governo**. 2025. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc25/governo>. Acesso em: 12 out. 2025.

PUBLICO. **António Lacerda Sales é o novo alto-comissário da Convenção Nacional de Saúde**, 14 set. 2023. Disponível em: <https://www.publico.pt/2023/09/14/sociedade/noticia/antonio-lacerda-sales-novo-altocomissario-convencao-nacional-saude-2063394>. Acesso em: 3 fev. 2025.

PUBLICO. **Proposta de rede de referenciação hospitalar em obstetrícia já foi entregue ao Governo**, 22 set. 2025. Disponível em: <https://www.publico.pt/2025/09/22/sociedade/noticia/proposta->

rede-referenciacao-hospitalar-obstetricia-ja-entregue-governo-2148143. Acesso em: 12 out. 2025.

REIS, J. (coord.). **A economia política do retrocesso** – crise, causas e objectivos. Coimbra: Almedina; CES-UC, 2014.

ROBERTS, M. **Uma taxa de lucro mundial**: novas evidências. Economia e Complexidade (blog), 27 mar. 2022. Disponível em: <https://eleuterioprado.blog/2022/03/27/uma-taxa-de-lucro-mundial-novas-evidencias/>. Acesso em: 3 fev. 2025.

SECCO, Lincoln. **25 de abril de 1974** – a Revolução dos Cravos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

TECNO HOSPITAL. **Maria de Belém preside à Comissão de Revisão da Lei de Bases da Saúde**, 5 fev. 2018. Disponível em: <https://www.tecnohospital.pt/noticias/revisao-lei-bases-saude/>. Acesso em: 5 fev. 2018.

TOCQUEVILLE, A. de. **A democracia na América (livro I)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Fatos fiscais expõe números dos gastos públicos de 2023**. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/fatos-fiscais-expoe-numeros-dos-gastos-publicos-de-2023>. Acesso em: 26 dez. 2024.

VARELA, R. **História do Serviço Nacional de Saúde em Portugal** – do Estado Novo aos nossos dias. Lisboa: Editora Âncora, 2019.

VECINA, G. Saúde pública ou saúde fiscal?. **CNN Brasil**, 22 dez. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/colunas/gonzalo-vecina/nacional/saude-publica-ou-saude-fiscal/>. Acesso: 2 mai. 2025.

POSFÁCIO

Pensar numa democracia em permanente construção

Maria Inácia Rezola*

O livro “60 anos do golpe, 50 anos da Revolução: democracia em disputa em Brasil e Portugal” surge num contexto político e historiográfico muito específico, marcado pelas efemérides de dois eventos centrais e contrastantes da história contemporânea luso-brasileira: os 60 anos do golpe militar de 1964 no Brasil, que instaurou uma ditadura de 21 anos; e os 50 anos do 25 de Abril e da Revolução Portuguesa de 1974-1975, que pôs fim a uma ditadura de quase meio século e abriu caminho para um processo revolucionário profundo e a democratização do país.

A coletânea vem a público em 2025, já depois dessas datas ‘redondas’, como resultado de um processo coletivo e crítico de reflexão sobre os sentidos da democracia em cada país. Nasce da necessidade de compreender o passado autoritário e os desafios contemporâneos à democracia, à luz da ascensão da extrema direita, da crise do neoliberalismo e da manipulação da memória histórica.

É também fruto do diálogo entre intelectuais de Brasil e Portugal, muitos deles ligados à tradição marxista e à crítica social, que se propõem a ir além da celebração acrítica dos marcos históricos. E é, igualmente, produto da convergência entre diferentes saberes: situando-se nas áreas da história contemporânea e da ciência política crítica, o livro articula contribuições da história social e política, da teoria crítica (nomeadamente Gramsci, Marx e Poulantzas), da sociologia das elites e da comunicação, e dos estudos comparativos entre Brasil e Portugal.

* Investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (UNL) e professora da Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa (ESCS-IPL).

O objetivo desta coletânea é analisar criticamente os processos históricos de democratização nos dois países – um marcado por ruptura revolucionária (Portugal), outro por uma transição negociada e conservadora (Brasil) – e entender como esses caminhos distintos produziram democracias com formas, limites e contradições comuns.

Mas a obra vai além. Denuncia o avanço da extrema direita e o enfraquecimento da democracia liberal; questiona as formas de revisão e apagamento da história (negacionismos, revisionismos); e evidencia como as políticas públicas – nas áreas da educação, da saúde e do trabalho – expressam projetos de sociedade ora democráticos, ora autoritários.

Este não é um livro apenas ‘acadêmico’, tampouco meramente ‘militante’. Trata-se de um ensaio coletivo ancorado em posicionamento crítico e voltado para a intervenção no debate público sobre o presente e o futuro da democracia.

474 | Chegar ao fim desta coletânea é, de certo modo, reencontrar o seu princípio: a democracia não é um ponto de chegada, mas um campo em disputa. O que aqui se leu – com vozes do Brasil e de Portugal, da história e da política, da memória e da luta – mostra que não se trata apenas de recordar o passado, mas de interrogar o presente e disputar o futuro.

Revisitar os 60 anos do golpe de 1964 e os 50 anos da Revolução de Abril é mais do que exercitar o calendário das efemérides ou do que um exercício de memória: é reconhecer que os caminhos da democratização não foram lineares nem definitivos. Um foi marcado pela ruptura revolucionária; o outro, pela conciliação conservadora. Mas ambos enfrentam hoje a crise de um certo modelo liberal de democracia e a ofensiva global da extrema direita, que se alimenta da desigualdade, da desinformação, do medo e da nostalgia autoritária.

Este livro sublinha que a democracia real – aquela que transforma vidas e não apenas administra crises – está sempre por construir. Está nos direitos sociais que resistem à mercantilização, nos sindicatos que lutam por condições dignas de trabalho, nas escolas públicas que ensinam a liberdade, nos serviços de saúde que cuidam com dignidade, nas ruas que protestam, nos movimentos que não desistem.

Há escolhas a fazer no campo da democracia. Ou ela se consolida com mais justiça, mais igualdade e mais participação popular, ou ela se esvazia em instituições capturadas pelo mercado, pelo conservadorismo ou pelo cinismo tecnocrático. É neste quadro que esta obra não propõe apenas um balanço histórico, mas um projeto ético e político: reinventar a democracia com horizonte socialista e com os pés fincados nas lutas do presente.

Ao fazê-lo, esta obra propõe-nos um duplo movimento: lembrar e imaginar. Lembrar o que foi possível no calor da Revolução dos Cravos, ou nas ocupações de terra e nas mobilizações estudantis no Brasil pós-ditadura. Imaginar o que pode ser possível hoje, numa era marcada por transições ecológicas, tecnológicas e civilizacionais. Essa democracia em permanente construção precisa da coragem crítica dos autores e das autoras que aqui se reuniram.

Se há uma lição comum entre golpe e revolução, é que a história nunca está encerrada. Que a democracia nunca está garantida. E que o seu conteúdo – elitista ou popular, vazio ou concreto – depende das escolhas coletivas que fazemos, dos lados que escolhemos, das lutas que travamos.

Este livro é, afinal, uma dessas lutas. E é por isso que termina em aberto.

SOBRE OS AUTORES

ADRIANO AMARAL

Doutorando em Sociologia (Universidade do Porto), mestre em História, Relações Internacionais e Cooperação, com especialização em Estudos Políticos (Universidade do Porto), mestre em Administração, com especialização em Estudos Organizacionais (UFRGS), e bacharel em Administração (Faculdade Porto-Alegrense). São temas prioritários em sua atuação e investigação os movimentos sociais e as lutas sociais no contexto das resistências populares e de trabalhadores, transições autoritárias, ciclos políticos, estado de exceção, estudos organizacionais e estudos críticos do desenvolvimento.

ANDRÉ VIANNA DANTAS

Bacharel e licenciado em História, pela Universidade Federal Fluminense (UFF), possui mestrado em Memória Social (Unirio, 2004), doutorado em Serviço Social (UFRJ, 2014) e pós-doutorado pela Universidade do Porto. Desde 2008, atua como professor e pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV)/Fiocruz. No âmbito da mesma instituição, co-coordena, desde 2010, o grupo de pesquisa ‘Estado, Política e Espaço Público’, cadastrado no CNPq. É membro da Rede de Pesquisa Marxista na Saúde. É autor do livro ‘Do Socialismo à Democracia: tática e estratégia na Reforma Sanitária Brasileira’ (2017) e co-organizador e autor dos livros ‘Crise e Pandemia: quando a exceção é regra geral’ (2020) e ‘Estado, políticas e a relação público-privado na Saúde e na Educação’ (2025).

CÁTIA GUIMARÃES

Jornalista formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde também cursou o mestrado em Comunicação e Cultura e o doutorado em Serviço Social. Tem especialização em Comunicação e Saúde, pela Fiocruz, e pós-doutorado em Comunicação pela Universidade do Minho. Integra o grupo de pesquisa ‘Estado, Política e Espaço Público’, cadastrado no CNPq. Atua como jornalista, professora e pesquisadora da Fiocruz, lotada na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV). Tem como áreas principais de interesse e estudo a comunicação contra-hegemônica, com foco especial na imprensa, e a desinformação.

DEMIAN BEZERRA DE MELO

Professor de História Contemporânea do bacharelado em Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é mestre e doutor em História pela UFF. Atualmente desenvolve pesquisa sobre o pensamento político das direitas.

FERNANDO ROSAS

Professor Emérito da Universidade Nova de Lisboa. Professor catedrático jubilado de História Contemporânea pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa. Investigador do Instituto de História Contemporânea/Nova de que foi fundador e Presidente até 2011. Autor de larga bibliografia referente à História dos séculos XIX e XX de Portugal e da Europa e à História do Estado Novo em particular. Autor e apresentador das séries televisivas (RTP2 e RTP África) *História a História 2015* e *História a História África* (2017-2018). Dirigiu o projeto internacional de investigação do IHC sobre O Trabalho Forçado dos Portugueses no III Reich. Membro da Comissão Instaladora de Conteúdos e Acompanhamento Museográfico do Museu Nacional de Peniche. Deputado à Assembleia da República eleito pelo Bloco de Esquerda em 2000/2001 e entre 2005/2010. Prémio Pen Clube para ensaio (2013); Medalha da Ciência da Fundação para a Ciência e Tecnologia (2017). Prémio de Honra de Autor da Sociedade Portuguesa de Autores (2018). Prémio de História Contemporânea da Academia Portuguesa de História/Fundação Calouste Gulbenkian de 2019. Foi condecorado em 2006 com a Ordem da Liberdade pelo Presidente Jorge Sampaio.

GABRIELA AZEVEDO

Doutora (UERJ), mestre (UERJ e PUC-Rio) e bacharel em Direito (UFRJ), tem também bacharelado e licenciada em História (UNIRIO). Atualmente realiza estágio pós-doutoral na Universidade do Porto. Estuda e atua principalmente com gênero, história e filosofia do direito, estado de exceção e fascistização, tendo dedicação especial a movimentos sociais maternos. É autora do livro *‘Cidade e Política: reforma urbana e exceção no Rio de Janeiro’* (2019).

ISABEL DO CARMO

Nasceu em 1940, no Barreiro (Portugal). Estudou no Liceu em Setubal e Lisboa. Licenciou-se e doutorou-se na Faculdade de Medicina de Lisboa. Integrou o Movimento Estudantil de 1962, em Lisboa. Atuou como membro dos corpos dirigentes da Ordem dos Médicos até esta ser fechada pela PIDE em 1972. Militante do Partido Comunista Português (PCP) de 1958 a 1970. Foi fundadora das Brigadas Revolucionárias em 1970. Teve intensa atuação na Revolução dos Cravos, de 25 de Abril de 1974. Dirigiu o jornal ‘Revolução’ durante o ano de 1974. Foi membra do Conselho Consultivo do Museu República e Resistência (Aljube). Autora dos seguintes livros, entre outros: ‘Dossier Checoslováquia’ (1968); ‘Putas de Prisão’, com Fernanda Fráguas (1982); ‘Mulheres, vozes Insubmissas’, com Lígia Amâncio (2004); ‘Luta Armada’ (2017) e ‘Três Ditaduras na Europa das Democracias’ (2024).

LUÍS GROSSO CORREIA

Doutorado em História pela Universidade do Porto, é professor nesta Universidade, onde leciona História da Educação, Educação Comparada, Educação Histórica e Políticas Educacionais e Currículo. É investigador do CIIIE - Centro de Investigação e Intervenção em Educação, acolhido pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP). Orientou mais de uma centena de teses de doutoramento e dissertações de mestrado. Editou números temáticos em algumas revistas relacionadas com a história da educação. É coordenador do Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação da FLUP desde 2019. Os seus temas de investigação relacionam-se com as seguintes áreas: história da educação, educação comparada, educação colonial, educação histórica, profissão docente e histórias de vida, entre outras.

MANUEL LOFF

Doutor em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu (Florença). É professor de História Contemporânea na Universidade do Porto e investigador no Instituto de História Contemporânea-NOVA/IN2PAST e no *Centre d'Estudis sobre Dictadures i Democràcies* (Universitat Autònoma de Barcelona) nas áreas da História política,

ideológica e social do século XX. Dedicase, especialmente, ao estudo do fascismo e do neofascismo, das revoluções e dos processos de transição autoritária e democrática, e da memória coletiva do antifascismo, do colonialismo, da ditadura e da Revolução portuguesas. Escreve no diário Público (Lisboa) desde 2011.

MARCELA ALEJANDRA PRONKO

Educadora. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fiocruz. Docente do Mestrado em Educação Profissional em Saúde da EPSJV/Fiocruz. Coordenadora do Grupo de Pesquisa ‘Estado, Política e Espaço Público’, cadastrado no CNPq.

MARCELO BADARÓ MATTOS

Professor Titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense (UFF), na qual coordena o Observatório para a História da Classe Trabalhadora e participa do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (Niep-Marx). É Investigador Colaborador do Instituto de História Contemporânea (IHC), na Universidade Nova de Lisboa, e Bolsista de Produtividade do CNPq.

NUNO TELES

Professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Possui graduação em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade de Lisboa, mestrado em *Économie Internationale et Régulation* pela *Université Paris 13*, e doutorado em Economia pela *School of Oriental and African Studies* (SOAS) da Universidade de Londres. Os seus interesses de pesquisa e publicações se encontram no campo dos estudos sobre a financeirização, sobre o trabalho e a economia política.

SYLVIA DEBOSSAN MORETZSOHN

Jornalista, professora aposentada da Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em Comunicação e doutora em Serviço Social. Foi colaboradora do Observatório da Imprensa e do ObjETHOS (PósJor/UFSC). É membro do PolObs/CECS (Universidade do Minho), do Telas/UFC e do Nupejor/UFRGS. Atualmente, dedica-se principalmente a pesquisas sobre as relações entre jornalismo, mídias sociais, tecnologia digital, desinformação e alienação.

VIRGÍNIA FONTES

Historiadora, com diversos livros, capítulos e artigos publicados. Coordenadora do GT de História e Marxismo da Associação Nacional de História (Anouh) e do Grupo de Trabalho e Orientação (www.grupodetrabalhoeorientacao.com.br/Virginia_Fontes.html) e integrante do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Marx e o Marxismo (Niep-Marx). Atua na coordenação de curso de Mestrado entre a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fiocruz e a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), e no blog da editora Boitempo. É docente da ENFF-MST e aposentada da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Este livro foi impresso pela Gráfica DNA
Digital Gráfica Eirelli para Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz em 2025. Utilizou-
se fonte Garamond e Futura na composição.